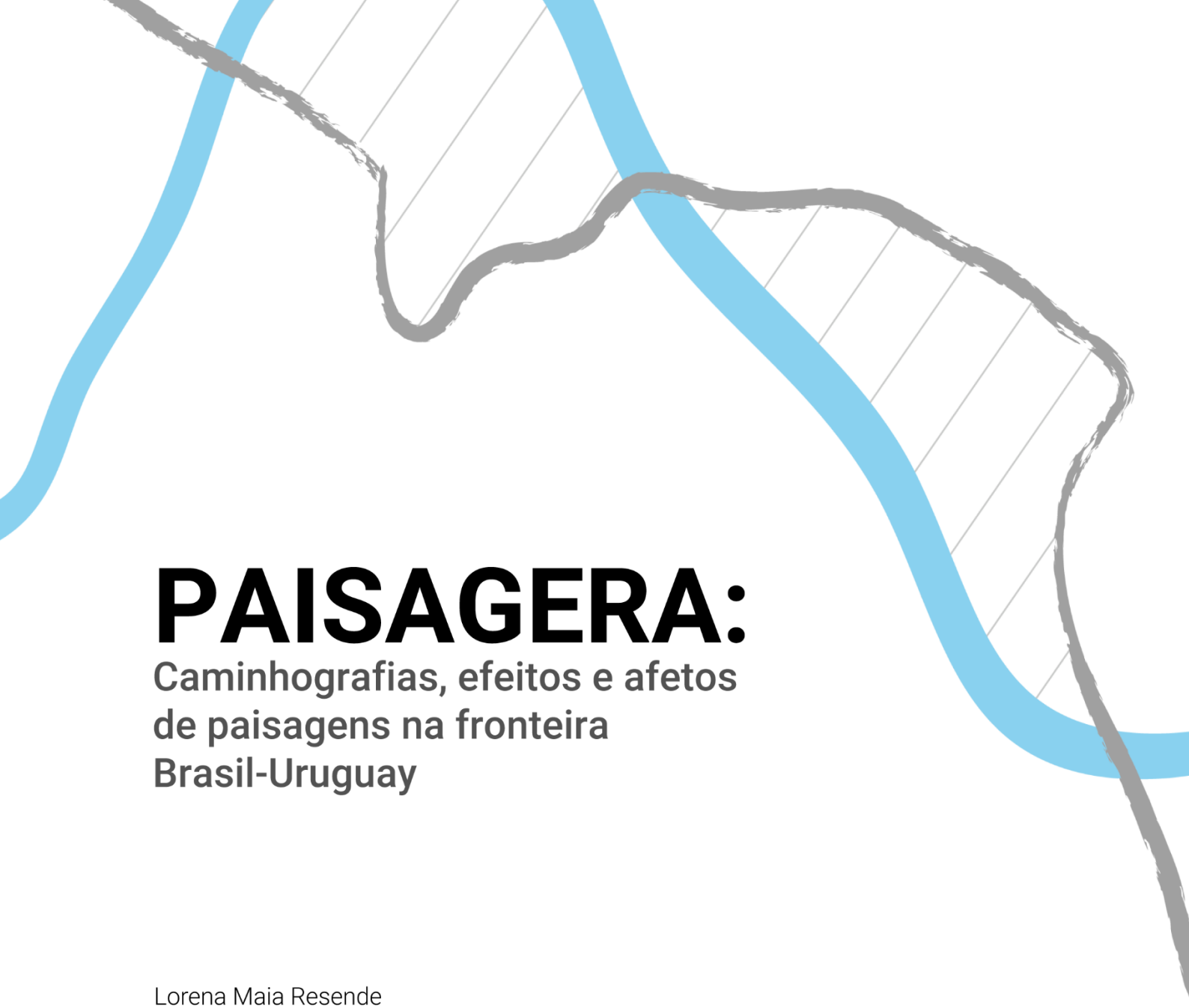


PAISAGERA:

Caminhografias, efeitos e afetos de paisagens na fronteira Brasil-Uruguay

Lorena Maia Resende

2025

TESE | PROARQ - UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA

LORENA MAIA RESENDE

PAISAGERA: Caminhografias, efeitos e afetos de paisagens na fronteira Brasil-Uruguay

Rio de Janeiro
2025

LORENA MAIA RESENDE

PAISAGERA: Caminhografias, efeitos e afetos de paisagens na fronteira Brasil-Uruguay

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Ciências em Arquitetura, Linha de pesquisa: Cultura, Paisagem e Ambiente Construído.

Orientadora: Profª. Drª. Vera Regina Tângari
Coorientador: Prof. Dr. Paulo Afonso Rheingantz

Rio de Janeiro
2025

PAISAGERA: Caminhografias, efeitos e afetos de paisagens na fronteira Brasil-Uruguay

Lorena Maia Resende
Orientadores: Dra. Vera Regina Tângari e Dr. Paulo Afonso Rheingantz

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Ciências em Arquitetura, Linha de pesquisa: Cultura, Paisagem e Ambiente Construído.

Data da defesa: 06/06/2025

Aprovado por:

_____
Profa. Dra. Vera Regina Tângari (Orientadora) | Presidente
PROARQ-FAU/UFRJ

_____
Prof. Dr. Paulo Afonso Rheingantz (Coorientador)
PROARQ-FAU/UFRJ

_____
Profa. Dra. Andrea Queiroz da S. F. Rego (Membro interno)
PROARQ-FAU/UFRJ

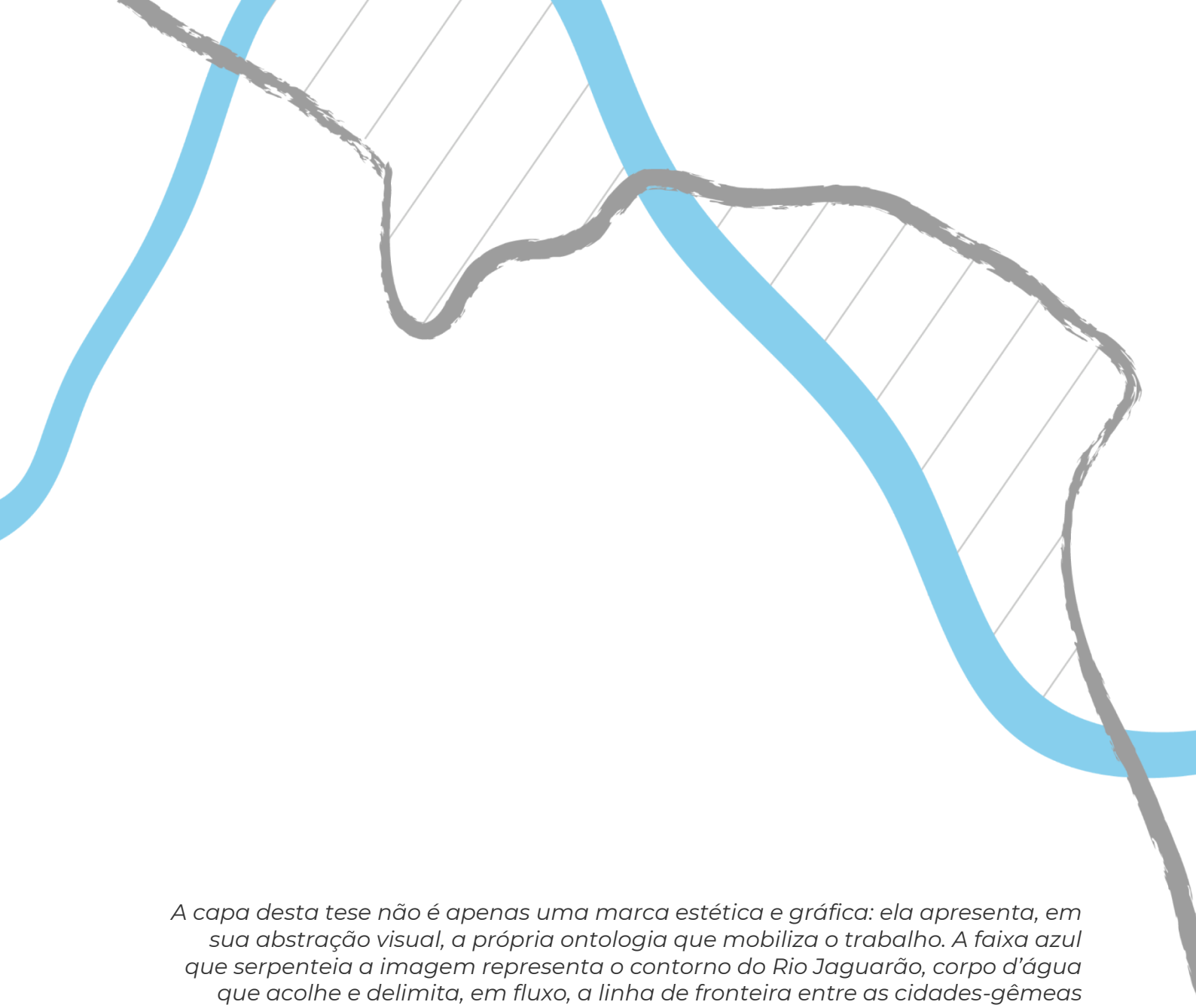
_____
Prof. Dr. Eduardo Rocha (Membro externo)
PROGRAU-FAU/UFPel

_____
Prof. Dr. Alex Assunção Lamounier (Membro externo)
EAU/UFF

_____
Profa. Dra. Doriane Azevedo (Membro externo)
FAET/UFMT

Rio de Janeiro

2025



A capa desta tese não é apenas uma marca estética e gráfica: ela apresenta, em sua abstração visual, a própria ontologia que mobiliza o trabalho. A faixa azul que serpenteia a imagem representa o contorno do Rio Jaguarão, corpo d'água que acolhe e delimita, em fluxo, a linha de fronteira entre as cidades-gêmeas Jaguarão (Brasil) e Rio Branco (Uruguay). Já a linha cinza remete à fronteira seca entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguay), cujos contornos seguem o interflúvio do relevo — uma linha imaginária que institui limites e passagens. Essas são as cidades investigadas no estudo de caso.

A escolha de traçar essas linhas de diferentes espessuras de maneira entrelaçada reflete uma proposta metodológica: são linhas e espessuras que se encontram, se sobrepõem e se conectam através de finos traços, evocando a imagem de uma trama — como pontes que não apenas ligam lugares, mas compõem identificações em trânsito. Esse cruzamento visual evoca, também, a estrutura helicoidal do DNA, sinalizando que a paisagem aqui pensada é constituída por uma teia de afetos, materialidades e memórias — humanas e mais-que-humanas — que moldam, informam e performam o que se entende por fronteira.

Neste desenho, paisagem e identificação não são substâncias fixas, mas processos em movimento. A imagem propõe, assim, uma leitura da fronteira como lugar de encruzilhadas — onde rios e cerros, cidades e corpos, histórias e formas de vida se entrelaçam e se co-constituem. Trata-se, portanto, de uma paisagem em estado de relação: uma paisagera.

CIP - Catalogação na Publicação

Resende, Lorena Maia
R433p Paisagera: caminhografias, efeitos e afetos de paisagens na fronteira Brasil-Uruguay / Lorena Maia Resende. -- Rio de Janeiro, 2025.
484 f.

Orientadora: Vera Regina Tângari.
Coorientador: Paulo Afonso Rheingantz.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, 2025.

1. Paisagera. 2. fronteira Brasil-Uruguay. 3. caminhografia urbana. 4. transformações da paisagem. 5. cartografia de controvérsias. I. Tângari, Vera Regina, orient. II. Rheingantz, Paulo Afonso, coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

Dedico esta pesquisa aos terrestres fronteiriços, que, em sua espessura borrada, nos revelam outras formas possíveis de habitar o mundo.

AGRADECIMENTOS

Escrever esta tese foi mais do que um exercício acadêmico — foi uma travessia marcada por múltiplos encontros e paisagens. Ao longo desse percurso, muitos foram os que me ofereceram abrigo, escuta e direção. Aos terrestres que se fizeram presença, deixo aqui minha gratidão mais sincera.

À Vera Regina Tângari, minha orientadora, e a Paulo Afonso Rheingantz, coorientador, agradeço profundamente pela escuta sensível e pela condução generosa ao longo desses quatro anos. Com delicadeza e firmeza, vocês souberam incentivar, instigar e, ao mesmo tempo, respeitar meus caminhos e desejos, oferecendo autonomia e companhia no percurso.

Ao Proarq/UFRJ, casa que me acolheu abrindo outras portas de conexão transdisciplinar. Aos grupos de pesquisa ProLUGAR+SEL RJ, minha fonte semanal de inspiração nos Ciclos de Debate e nas escritas coletivas nos eventos acadêmicos. Ao grupo Cidade+Contemporaneidade e ao professor Eduardo Rocha, que desde a graduação me convida a habitar as margens e a pensar a partir das fronteiras. Às instituições de fomento CAPES e FAPERJ, que tornaram possível esta jornada.

A Raul, meu companheiro de vida e de viagem, que mergulhou comigo nessa aventura com ternura, coragem e paciência. À minha família, meu alicerce: meus pais, Renato e Elza, pelo amor incondicional; meus irmãos, Rafael e Laís; minha cunhada, Angela; meus sobrinhos, Gustavo, Guilherme, Miguel e Luana — cada um, à sua maneira, presente e imprescindível. Às primas Cinara, Helena e Sofia, que me acolheram no Rio de Janeiro com tamanho carinho e afeto.

Aos encontros na fronteira, com humanos e não-humanos, que me ensinaram a ver, escutar e sentir de outras formas, e me ofereceram trocas potentes. Em especial, à hospedagem na Casa do Rio por Ana, Santiago e Aurora.

Aos professores da banca, Andrea Rego, Alex Lamounier, Doriane Azevedo e Eduardo Rocha que, a partir de uma leitura atenta e interessada, me auxiliaram no aperfeiçoamento da escrita.

E às amizades que me impulsionaram nos momentos mais difíceis: Luana Detoni, Rafaela Maia, Bárbara Maia, Lourenço Tomaz, Daniel Athias, Narjara Xavier, Vanessa Peres, Bianca Barbosa, Sabrina Jeske, Fernanda Dias, Mônica Schlee, Lucas Yudi, Vanessa Rodi, Thiago Rangel, Auriele Fogaça, Carolina Ritter, Mariana Rotta e Adriana Braga — vocês também fazem parte dessa escrita.

RESUMO

RESENDE, L. M. **Paisagera:** Caminhografias, efeitos e afetos de paisagens na fronteira Brasil-Uruguay. 2025. Tese (Doutorado em Arquitetura) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (Proarq), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2025.

Esta pesquisa tem como tema a Morfologia da Paisagem e busca investigar e cartografar os efeitos e os afetos das transformações ocorridas nas cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Uruguay, a fim de compreender as controvérsias, os conflitos e seus impactos na gestão e no planejamento desse território binacional. As três principais vertentes teórico-práticas que fundamentam esta tese são: (1) os Estudos Decoloniais; (2) a Teoria Ator-Rede (TAR/ANT); e (3) a Transformação da Morfologia. O recorte espacial seleciona cidades com maior densidade de ocupação urbana, que se distinguem pela configuração espacial em relação ao limite político-territorial: uma fronteira seca (Santana do Livramento-Rivera) e uma fronteira molhada (Jaguarão-Rio Branco). O recorte temporal abrange a investigação realizada *in loco* nessas cidades, desde a viagem de 2018 (mestrado) até o ano de 2023 (doutorado), em um período de 5 anos. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e compositivo, com uma abordagem qualitativa. As estratégias metodológicas incluem o estudo de caso, a cartografia de controvérsias e a análise da transformação da morfologia, complementadas pelas táticas de revisão da literatura, pesquisa documental, leitura da paisagem, caminhografia urbana e entrevistas de manejo cartográfico. A partir dessa abordagem transdisciplinar, é proposto o termo paisagera, que se constitui como uma maneira decolonial e crítica de apreender a paisagem da fronteira sul-americana, transcendendo noções eurocêntricas e propondo uma epistemologia sensível que revela as camadas mestiças, controversas e resistentes inscritas nesses lugares. Os estudos morfológicos e sensíveis mostram que, apesar de entraves burocráticos, desigualdades territoriais e legislações assimétricas entre os dois países, surgem práticas urbanas criativas, apropriações inovadoras e processos de transformação impulsionados por agentes humanos e não-humanos. Como contribuição teórica e metodológica, a pesquisa amplia a compreensão da paisagem como um campo de disputa simbólica e material, propondo novos caminhos para a análise urbana em territórios limítrofes. A tese valoriza os saberes locais e reforça a importância de abordagens que considerem as múltiplas camadas da experiência fronteiriça como elementos fundamentais na construção do espaço urbano.

Palavras-chave: Paisagera, fronteira Brasil-Uruguay, transformações da paisagem, estudos decoloniais, cartografia de controvérsias, caminhografia urbana.

ABSTRACT

This research focuses on the Morphology of the Landscape and aims to investigate and map the effects and affects of the transformations that have occurred in the twin cities along the Brazil–Uruguay border, in order to understand the controversies, conflicts, and their impacts on the management and planning of this binational territory. The three main theoretical-practical frameworks that underpin this thesis are: (1) Decolonial Studies; (2) Actor-Network Theory (ANT); and (3) the Transformation of Morphology. The spatial focus selects cities with higher urban density, distinguished by their spatial configuration in relation to the political-territorial boundary: a dry border (Santana do Livramento-Rivera) and a

wet border (Jaguarão-Rio Branco). The temporal focus encompasses the research conducted in these cities from the 2018 trip (master's) to 2023 (doctoral), over a period of five years. This is an exploratory and compositional research, with a qualitative approach. The methodological strategies include case studies, controversy mapping, and the analysis of morphological transformation, complemented by literature review, documentary research, landscape reading, urban caminography, and cartographic management interviews. From this transdisciplinary approach, the term paisagera is proposed, which constitutes a decolonial and critical way of apprehending the landscape of the South American border, transcending Eurocentric notions and proposing a sensitive epistemology that reveals the mixed, controversial, and resistant layers inscribed in these places. Morphological and sensitive studies show that, despite bureaucratic barriers, territorial inequalities, and asymmetric legislation between the two countries, creative urban practices, innovative appropriations, and transformation processes emerge, driven by both human and non-human agents. As a theoretical and methodological contribution, the research broadens the understanding of landscape as a field of symbolic and material dispute, proposing new pathways for urban analysis in border territories. The thesis values local knowledge and reinforces the importance of approaches that consider the multiple layers of border experience as fundamental elements in the construction of urban space.

Keywords: *Paisagera, Brazil-Uruguay border, landscape transformations, decolonial studies, controversy mapping, urban caminography.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Travessias da pesquisadora 25
Figura 2 – Croqui cartógrafos na fronteira 26
Figura 3 – Croqui rizoma 32
Figura 4 – Croqui da metáfora das flores e uvas 38
Figura 5 – Diagrama das vertentes teórico-práticas da paisagera 43
Figura 6 – Localização dos estudos de caso das cidades-gêmeas Brasil-Uruguay 59
Figura 7 – Croqui da linha de fronteira nos estudos de caso 60
Figura 8 – Diagrama explicativo da estratégia metodológica adotada 66
Figura 9 – Diagrama da Caminhada Decolonial 119
Figura 10 – Diagrama da Paisagem 126
Figura 11 – Diagrama da Fronteira 135
Figura 12 – Diagrama Paisagera 140
Figura 13 – Mapa geo-biofísico das cidades-gêmeas Jaguarão-Rio Branco 142
Figura 14 – Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão 143
Figura 15 – Fotografia aérea da conexão entre Jaguarão e Rio Branco 146
Figura 16 – Mapa geo-biofísico das cidades-gêmeas S. do Livramento-Rivera 149
Figura 17 – Vista aérea de trecho do Arroio Cuñapiru 151
Figura 18 – Vista aérea a partir do Lago do Batuva em Santana do Livramento 152
Figura 19 – Transformações por adição e consolidação em S. Livramento-Rivera 156
Figura 20 – Transformação por sobreposição em de S. do Livramento-Rivera 157
Figura 21 – Transformação por adição em S. do Livramento e Rivera 158
Figura 22 – Transformação por consolidação em S. do Livramento e Rivera 158
Figura 23 – Transformação por sobreposição em S. do Livramento e Rivera 160
Figura 24 – As transformações morfológicas em Jaguarão-Rio Branco 164
Figura 25 – Transformação por adição em Rio Branco 165
Figura 26 – Transformação por consolidação em Jaguarão-Rio Branco 166
Figura 27 – Transformação por sobreposição em Jaguarão-Rio Branco 167
Figura 28 – Mapa dos municípios e cidades visitadas na pesquisa de campo 174
Figura 29 – Registro da companheira de viagem 177
Figura 30 – Vista do apartamento em Pelotas/RS 178
Figura 31 – Registro do percurso entre as cidades de Pelotas a Jaguarão 183
Figura 32 – Arco da ponte internacional emoldurando a casa de rio 184
Figura 33 – Fachada principal da casa de rio 185
Figura 34 – Fotografias do hall da casa de rio 186
Figura 35 – Travessia pela ponte internacional Barão de Mauá 189
Figura 36 – Registro das obras do Projeto orla de Jaguarão 190

Figura 37 – Grafite da rua “Uma terra só”, homenagem ao escritor Schlee 191
Figura 38 – Fotografias da obra do antigo galpão da DEPRC 193
Figura 39 – Mosaico da segunda parte do projeto da orla de Jaguarão 194
Figura 40 – Projeto da orla de Jaguarão e vista do Parque *El Remanso* 195
Figura 41 – Registros do projeto da orla de Jaguarão 196
Figura 42 – O encontro com o sobrado rosa 197
Figura 43 – Show na Feira Binacional do Livro em Jaguarão 199
Figura 44 – Mapa do percurso em Jaguarão/BR | 25.11.2023 200
Figura 45 – Registro do Parque *El Remansito* 201
Figura 46 – Escultura “vencedores” no Parque *El Remansito* 202
Figura 47 – Shopping Rio Branco/UY 203
Figura 48 – Edificações abandonadas 203
Figura 49 – Paisagem rural em Rio Branco/UY 204
Figura 50 – Sinais de urbanidade 205
Figura 51 – Plaza Artigas e a Junta Departamental 206
Figura 52 – Grafite com alerta sobre a castração de animais domésticos 206
Figura 53 – Mosaico de casas em Rio Branco/UY 207
Figura 54 – Os fundos do hospital de Rio Branco/UY 208
Figura 55 – A placa e a casa 209
Figura 56 – O lado esquerdo do trilho do trem 209
Figura 57 – O lado direito do trilho do trem 209
Figura 58 – O quero-quero 210
Figura 59 – As casas do lado direito e esquerdo do campo aberto 211
Figura 60 – A Estação férrea de Rio Branco/UY 211
Figura 61 – A encruzilhada do trilho do trem 212
Figura 62 – O zelador da estação 213
Figura 63 – Mosaico de casas da Rua Joaquín Gundín 214
Figura 64 – Mural político 214
Figura 65 – Diferentes infraestruturas de drenagem na Rua Joaquín Gundín 216
Figura 66 – *Polideportivo* de Rio Branco/UY 216
Figura 67 – Primeiro trecho da travessia pela ponte em Rio Branco/UY 218
Figura 68 – Segundo trecho da travessia pela ponte em Rio Branco/UY 219
Figura 69 – A zona comercial de Rio Branco/UY 220
Figura 70 – Os olhos do rio 221
Figura 71 – Mapa do percurso em Rio Branco/UY | 26.11.2023 222
Figura 72 – Os ciganos e o antigo centro comercial 224
Figura 73 – A gruta de oxum 224
Figura 74 – O Presídio Estadual de Jaguarão/BR 225

Figura 75 – O extremo brasileiro da Ponte Internacional 226
Figura 76 – A diversidade dos canteiros centrais de Jaguarão/BR 227
Figura 77 – A fachada do Teatro Esperança 228
Figura 78 – O interior do Teatro Esperança 229
Figura 79 – O protoracionalismo dos correios 230
Figura 80 – A Igreja da Minervina 230
Figura 81 – A casa modernista 231
Figura 82 – Detalhes do entorno da Praça Dr. Alcides Marques 232
Figura 83 – Croqui de requalificação da Praça Dr. Alcides Marques 233
Figura 84 – Praça Dr. Alcides Marques 234
Figura 85 – Fachadas da Biblioteca Pública de Jaguarão 236
Figura 86 – Salão principal da Biblioteca Pública de Jaguarão 237
Figura 87 – A praça do Desembarque e seu entorno 240
Figura 88 – A conversa com Ana e Santiago 241
Figura 89 – Mapa de localização do projeto da nova Ponte Internacional 246
Figura 90 – O Jaguarão na Casa de Rio 249
Figura 91 – A conversa com Jorge Passos 251
Figura 92 – Mapa do percurso em Jaguarão/BR | 27.11.2023 256
Figura 93 – Secretaria de Planejamento e Urbanismo em Jaguarão/BR 257
Figura 94 – Desenho do plano de qualificação da orla de Jaguarão/BR 262
Figura 95 – O encontro com a arquiteta Letícia 265
Figura 96 – A Praça Comendador Azevedo em Jaguarão/BR 267
Figura 97 – A diversidade da Rua XV de Novembro em Jaguarão/BR 268
Figura 98 – O lixo nas ruas de Jaguarão/BR 269
Figura 99 – O avanço na calçada do *free shop* brasileiro 269
Figura 100 – Visada do Parque El Remanso 270
Figura 101 – Mosaico de fotografias do Parque El Remanso 271
Figura 102 – Vista da orla de Jaguarão/BR 272
Figura 103 – Atividades na orla de Jaguarão/BR 273
Figura 104 – O Clube 24 de Agosto e o encontro com Madruga 275
Figura 105 – Acervo do Clube 24 de Agosto 278
Figura 106 – A navegabilidade do Rio Jaguarão e o grupo Bataclan 279
Figura 107 – A Praça Hermes Pinto Afonso em Jaguarão/BR 280
Figura 108 – Mapa da travessia de carro até Rio Branco/UY 281
Figura 109 – A conversa no escritório de Daniel em Rio Branco/UY 282
Figura 110 – Fronterize-se 289
Figura 111 – Mapa do percurso em Jaguarão 28.11.2023 291
Figura 112 – Escola Rural na Ruta 26 no Uruguay 294

Figura 113 – Karen Antúnez e a ilustração do livro 296
Figura 114 – Casa Museu de Juana das Américas 298
Figura 115 – O quintal de Juana 299
Figura 116 – A pintura-mural de Karen em Melo/UY 300
Figura 117 – A loja "Casa China" e a fachada da hospedagem em S. Livramento 302
Figura 118 – Mapa da travessia Rivera-S. do Livramento | 29.11.2023 303
Figura 119 – O Consulado do Brasil em Rivera 305
Figura 120 – (des)orientação por Fernando Rocha 306
Figura 121 – Marco de Vista por Bárbara Larruscahim 307
Figura 122 – Fronteirania por Bárbara Larruscahim 308
Figura 123 – A experiência com as Marco-Fadas de Bárbara Larruscahim 309
Figura 124 – Marco-conversa 311
Figura 125 – *Rivera Brilla* 316
Figura 126 – Mapa do percurso em Rivera-S. do Livramento | 30.11.2023 317
Figura 127 – Entorno da Praça General Artigas em Rivera/UY 319
Figura 128 – Diferentes tipologias e estilos arquitetônicos da Av. Sarandí 320
Figura 129 – A Praça Flores em Rivera/UY 321
Figura 130 – Fachada principal da Casa da Cultura em Rivera/UY 322
Figura 131 – A exposição de desenhos na Casa da Cultura em Rivera/UY 323
Figura 132 – Obras da Casa da Cultura e a Revista La Pupila 323
Figura 133 – A conversa com Tati Bayo 325
Figura 134 – Percurso de bicicleta de Andrés Rodríguez em 2006 326
Figura 135 – Entre marcos e mortes 328
Figura 136 – Os últimos mojones 330
Figura 137 – Linha férrea em Rivera/UY 334
Figura 138 – A Praça Gen. Artigas e as edificações do entorno 336
Figura 139 – Acervo do museu de Rivera 336
Figura 140 – A conversa com Palermo no museu de Rivera/UY 337
Figura 141 – O marco VIII e o canteiro central 349
Figura 142 – Mapa do percurso em Rivera/UY | 01.12.2023 350
Figura 143 – A mistura de tempos e estilos em S. do Livramento/BR 352
Figura 144 – Unidade da UERGS em S. do Livramento/BR 352
Figura 145 – Praça General Osório em S. do Livramento/BR 354
Figura 146 – Igreja Matriz Santana do Livramento/BR 355
Figura 147 – Edificações do entorno da Praça General Osório 356
Figura 148 – Rua Sete de Setembro em S. do Livramento/BR 357
Figura 149 – A surpresa de Canabarro 359
Figura 150 – Edifício da 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea 360

Figura 151 – Vista da Rua Thomaz Albornoz e identificação do antigo lanifício 361
Figura 152 – A Praça Rio Branco em frente à Estação Férrea 361
Figura 153 – A Estação Férrea de Santana do Livramento/BR 362
Figura 154 – O interior da Estação Férrea de S. do Livramento 363
Figura 155 – Plataforma de Embarque/desembarque e o novo trem 364
Figura 156 – O entorno da Estação Ferroviária de S. do Livramento/BR 366
Figura 157 – Transformações da Rua Silveira Martins em S. do Livramento/BR 367
Figura 158 – Centro de visitantes na Praça Internacional 368
Figura 159 – Mapa artístico e cultural de Rivera 369
Figura 160 – Terceiro nível da Praça Internacional 370
Figura 161 – Planta e perfil da Praça Internacional 371
Figura 162 – Monumento Mãe/Madre 372
Figura 163 – Monumento Fonte 373
Figura 164 – Monumento Obelisco 374
Figura 165 – O *mojone* da Rua dos Andradas e o alinhamento com o obelisco 375
Figura 166 – O comércio no primeiro nível da Praça Internacional 376
Figura 167 – O lado brasileiro do canteiro central da Rua dos Andradas 379
Figura 168 – As tendas dos cambistas no canteiro da Rua dos Andradas 379
Figura 169 – A Praça dos cachorros 381
Figura 170 – Paseo 33 Orientales 382
Figura 171 – Canteiros centrais entre a Blv. 33 Orientales e a Av. João Pessoa 383
Figura 172 – A transformação da base do Cerro do Marco 384
Figura 173 – Vista aérea do Cerro do Marco 385
Figura 174 – Detalhes do projeto Teatro de Verano 386
Figura 175 – O topo do Cerro do Marco 387
Figura 176 – Conjunto de casas e animais na base do Cerro do Marco 388
Figura 177 – Mapa do percurso em Santana do Livramento/BR | 02.12.2023 389
Figura 178 – A distância entre o consumo e a sobrevivência 391
Figura 179 – Avenida Paul Harris e o canteiro central 391
Figura 180 – O comércio informal na linha de fronteira 392
Figura 181 – Vestígios da integração entre cidades-gêmeas 393
Figura 182 – Marco X e entorno 394
Figura 183 – Canteiro central do marco X 395
Figura 184 – A perspectiva completa da Escalera em Rivera/UY 396
Figura 185 – O percurso pela Escalera em Rivera/UY 397
Figura 186 – *Plaza Insausti* em Rivera/UY 398
Figura 187 – Percurso pela Av. Sarandí e o encontro com o Arroio *Cuñapirú* 399
Figura 188 – Obras do Parque *Cuñapirú* 400

Figura 189 – O entorno do Parque *Cuñapirú* 401
Figura 190 – Mapa do percurso em Rivera/UY | 03.12.2023 411
Figura 191 – A abordagem da Polícia Rodoviária Federal 412
Figura 192 – Registro de quileiros em Aceguá e no filme *"El baño del papa"* 451
Figura 193 – Diagrama da caixa-preta sobre os botijões de gás na fronteira 452
Figura 194 – Mapa dos municípios do Uruguay 455
Figura 195 – Percentual de umbandistas e candomblecistas no Brasil 457
Figura 196 – Mapa do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão 459
Figura 197 – Croqui do sobrado com térreo comercial 460
Figura 198 – Cheia do Rio Jaguarão em 2024 468
Figura 199 – Medição das cheias do Rio Jaguarão/BR 469
Figura 200 – Habitações da Vila da Lata 470
Figura 201 – A classificação fundiária do município de S. do Livramento/RS 474
Figura 202 – Localização do modal ferroviário em S. do Livramento-Rivera 476
Figura 203 – Atividade e inatividade das linhas férreas no RS e UY 478
Figura 204 – Uso do solo e vetores de desenvolvimento do Plano Integrado 479

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais questões acerca do agenciamento dos métodos 52
Quadro 2 – Síntese da organização da tese 62
Quadro 3 – Os 07 credos para as/os cartógrafas/os 78
Quadro 4 – Classificação do Sistema de Espaços Livres 86
Quadro 5 – Correspondência entre Vertentes, Táticas e Escalas 89
Quadro 6 – As 10 pistas provisórias da caminhografia urbana 93
Quadro 7 – O giro decolonial na arquitetura proposto por Leo Name 113
Quadro 8 – Relação das datas e períodos da viagem de campo 173
Quadro 9 – Organização institucional do Brasil e do Uruguay 453

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALM	Agência da Lagoa Mirim
APP	Área Preservação Permanente
BR	Brasil
CAROU	*Codigo Aduaneiro do Uruguay*
CBS	*Critical Border Studies* (Estudos Críticos de Fronteira)
CEGOV	Centro de Estudos Internacionais sobre Governo
CLM	Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Lagoa Mirim
CLUB	*Caracterización y Límites Frontera Uruguay-Brasil*
CORSAN	Companhia Riograndense de Saneamento
COSIPLAN	Conselho de Infraestrutura e Planejamento
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
CTS	Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade
DINAGUA	*Dirección Nacional de Aguas*
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
Fiades	*Fundación Iberoamericana para el Desarrollo Sostenible*
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFSul	Instituto Federal Sul-Rio-Grandense
INE	Instituto Nacional de Estadística do Uruguay
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LIC	Lei Estadual de Incentivo à Cultura
LMEO	Linha Média das Enchentes Ordinárias
M/C	Modernidade/Colonialidade
MIDES	*Ministerio de Desarrollo Social do Uruguay*
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
Neabi	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
OSE	*Obras Sanitarias del Estado*
PDFF	Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PL	Projeto de Lei
Pnab	Política Nacional Aldir Blanc
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PROARQ	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura
QUAPA	Quadro do Paisagismo no Brasil
RELATEF	*Rede Latinoamericana de Estudios Fronterizos*
SCBDL	Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites
SND	*Secretaría Nacional del Deporte*
SNIS	*Sistema Nacional Integrado de Salud*
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SUS	Sistema Único de Saúde
TAR/ANT	Teoria Ator-Rede / *Actor-Network Theory*
UDELAR	*Universidad de la República Uruguay*
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
SEL-RJ	Sistema de Espaços Livres - Rio de Janeiro
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
Unipampa	Universidade Federal do Pampa
UY	Uruguay

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 22

1. ENTRADA PELO MEIO: AS INTERROGAÇÕES E OS CAMINHOS 31

1.1 Tema, contexto e controvérsias 33
1.2 Questões 44
1.3 Objetivos 44
1.4 Justificativas e interesses 44
1.5 Arranjo da pesquisa 61

2. AS ESTRATÉGIAS E AS TÁTICAS 64

2.1 O sistema de investigação e as escolas de pensamento 67
2.2 As estratégias 72
2.2.1 Estudo de caso 72
2.2.2 Cartografia de controvérsias 74
2.2.3 Transformações da Morfologia 80
2.3 As táticas 89
2.3.1 Revisão da literatura 89
2.3.2 Pesquisa documental 90
2.3.3 Leitura da paisagem 91
2.3.4 Caminhografia urbana 92
2.3.5 Entrevista de manejo cartográfico 94

3. PAISAGERA: O CASO BRASIL-URUGUAY 98

3.1 Por uma cartografia paisagera 99
3.2 A composição 104
3.2.1 Caminhada decolonial 106
3.2.2 Paisagem 119
3.2.3 Fronteira 126
3.2.4 Paisagera 136
3.3 O território 140
3.3.1 Jaguarão (Brasil) e Rio Branco (Uruguay) 141
3.3.2 Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguay) 148
3.4 A lente 154

4. FRONTEIRA MOLHADA: Jaguarão | Rio Branco 172

4.1 Aplicativos e lagartos 175
4.2 Pelas ondas da rádio 178
4.3 *Pero no mucho* 180
4.4 A casa de rio 182
4.5 *Cuidado trenes* 201
4.6 Entre monstros e sereias 223
4.7 Arquitetos de fronteira 257

5. FRONTEIRA SECA: Santana do Livramento | Rivera 293

5.1 A Melo de Juana e Karen 293
5.2 *Soy doble-chapa* 304
5.3 Entre marcos e mortes 318
5.4 A surpresa Canabarro 351
5.5 Rumo ao *Cuñapirú* 390
5.6 Efeitos da despedida 412

6. SAÍDA PELO MEIO: RELATO SITUADO 417

REFERÊNCIAS 429

APÊNDICE A – Primeira caixa-preta: botijão de gás 450
APÊNDICE B – Ciência política e Organização Institucional BR e UY 453
APÊNDICE C – A diferença de entendimento sobre Município 454
APÊNDICE D – Segunda caixa-preta: territorialidade religiosa 456
APÊNDICE E – A orla como atrativo 458
APÊNDICE F – O Patrimônio arquitetônico e paisagístico de Jaguarão/RS 459
APÊNDICE G – As personalidades da cidade 461
APÊNDICE H – O presídio na fronteira 462
APÊNDICE I – A lenda de Minervina 464
APÊNDICE J – Entre tradição e tradução 465
APÊNDICE K – A travessia das galinhas 466
APÊNDICE L – A investigação sobre a LMEO 467
APÊNDICE M – A paisagem de inundação 468
APÊNDICE N – O quilombo Vila da Lata 470
APÊNDICE O – A controvérsia sobre o Documento Especial de Fronteiriço 471
APÊNDICE P – A reforma agrária dos pampas 473
APÊNDICE Q – O sistema ferroviário das cidades-gêmeas 476
APÊNDICE R – Plano de Desenvolvimento Urbano Conjunto de 1998 479
APÊNDICE S – Entre herói e traidor: A Casa de David Canabarro 481
ANEXO 483

APRESENTAÇÃO

> *Nunca estamos quietos, somos trashumantes/ Somos padres, hijos, nietos y bisnietos de inmigrantes/ Es más mío le que sueño que lo que toco/ Yo no soy de aqui/ Pero tú tampoco.* Música Movimiento de Jorge Drexler[1].

"Eu não sou daqui". Esse sentimento de deslocamento e de não pertencimento, a princípio, pode causar certo desconforto ou mesmo falta de credibilidade. Mas, de fato, é mais fácil especificar o que não somos do que afirmar o que somos. Assim, inicio esta apresentação relatando o que não sou e o que não pretendo com este trabalho de tese de doutorado. Essa inversão negativa é proposital, pois ela ilustra minha visão de mundo a partir de uma outra perspectiva.

Não sou fronteiriça. Não nasci e nem mesmo morei em uma cidade de fronteira. Não possuo parentes ou histórias familiares que tenham alguma conexão mais íntima com outro país. Durante minha infância e adolescência residi em uma cidade pequena no interior de Minas Gerais, Entre Rios de Minas. A viagem mais longa que fiz nessa época chegou a Guarapari, no Espírito Santo. No entanto, para aqueles que nascem em cidades do interior, existe um preparativo, ainda que silencioso, de que uma hora ou outra será preciso fazer as malas. Temporário ou definitivo, não importa, persiste uma inquietação constante para conhecer o outro, o diferente e o inesperado.

Meu cordão umbilical foi cortado em dois momentos: no dia em que nasci e no dia em que fiz minha primeira mala. A partir desse momento, a frase "eu não sou daqui" se tornou um mantra. Às vezes, meu sotaque antecipava essa afirmação, outras vezes apenas minha aparência física era suficiente para gerar estranhamento. Dependendo do lugar e do contexto em que declarava "eu não sou daqui", recebia diferentes formas de acolhimentos, algumas mais generosas e outras mais agressivas. Percebi que é no processo de fazer e desfazer malas, inúmeras vezes, que me reconheço como estrangeira.

A primeira mala era pequena. Apenas a 150 km de casa, fui recebida na caótica capital mineira, Belo Horizonte, para cursar o ensino médio em 2007. Mesmo dentro do estado, fui apelidada de "menina da roça", um rótulo adquirido na escola para classificar as diferenças. Nessa época, lembro de fingir neutralidade

[1] Tradução minha: “Nunca estamos parados, somos nômades / Somos pais, filhos, netos e bisnetos de imigrantes / O que sonho é mais meu do que aquilo que toco / Não sou daqui / Mas você também não”.

em relação às brincadeiras para não me sentir excluída. Eu pensava: como "eu não sou daqui", devo seguir e obedecer às regras daqueles que realmente pertencem a esse lugar. Esse foi o primeiro marco, o início dos enfrentamentos entre ser e estar estrangeira.

A segunda mala foi muito maior. Cerca de 2.200 km longe de casa, cheguei à cidade gaúcha de Pelotas. Aos 18 anos, fui aprovada na Universidade Federal de Pelotas para cursar Arquitetura e Urbanismo em 2010. Foi o primeiro ano em que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) possibilitou o ingresso em universidades federais. Anteriormente, nunca tinha ouvido falar sobre essa cidade, mas foi o nome “Pelotas” que apareceu na tela do computador, dizendo: "aprovada". Em outro estado, com características completamente diferentes das que eu reconhecia em termos de clima, vegetação, alimentação, música e cultura, fui apelidada de "mineira". Mais um rótulo, mas nessa época eu já estava acostumada com eles.

Admito que a adaptação não foi fácil. Infelizmente, lidar com o frio não foi meu pior inimigo; foi conhecer a crueldade, por vezes sutil e por vezes escancarada, da xenofobia. Em alguns momentos, pensei em desistir e voltar para o conforto de dizer “eu sou daqui”. Contudo, resisti e, com o tempo, fui criando uma armadura de proteção. Parece loucura falar de xenofobia dentro de um mesmo país, ou até mesmo do mesmo estado, mas existem graus e níveis muito distintos. No meu caso, a possibilidade de ingressar na universidade por meio do ENEM despertou questões identitárias intensas, e fui alvo de um exacerbado bairrismo/regionalismo.

O processo de adaptação deixava marcas no corpo e nos pensamentos. Tudo era novo para mim, mas a maior e mais fascinante descoberta foi durante uma visita técnica (da disciplina de Planejamento Urbano) à região das cidades-gêmeas Jaguarão-Rio Branco, na Fronteira entre o Brasil e o Uruguay — a terceira mala. Lembro-me vividamente da minha ansiedade ao saber que iria conhecer outro país. Essa foi a minha primeira viagem internacional, e para alguém que morou anos em uma cidade do interior esse momento foi mágico. Confesso que minha animação contrastava com a dos meus colegas, que não estavam tão empolgados, já que para eles não havia nada de novo. Para os pelotenses, o Uruguay é quase uma extensão do Rio Grande do Sul, e a fronteira é um lugar para fazer compras em *free shops* e saborear deliciosos pratos como *pancho*, *chivito* e, é claro, o famoso *alfajor*!

Recordo de atravessar a Ponte Internacional Barão de Mauá, que conecta as

duas cidades, e imediatamente pedir para tirar a famosa foto com um pé de cada lado. Abri os braços e as pernas no meio da ponte, sobre o Rio Jaguarão, onde coincide a linha imaginária, e sorri para a câmera. Sem vergonha ou acanhamento, registrei meu primeiro contato com a fronteira. Naquela época, eu ainda não tinha ideia de como essa experiência inocente reverberaria em meus questionamentos e interesses futuros.

Mas, antes mesmo que pudesse me acostumar com esse novo cenário, já estava preparando a quarta mala, a maior até então. Atravessando o Oceano Atlântico, percorri cerca de 7.500 km até chegar à capital portuguesa, Lisboa. Por meio do Programa de Pesquisa Federal “Ciências sem Fronteiras”, ganhei uma bolsa de intercâmbio do CNPq para cursar disciplinas na Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa por um ano. Durante o intercâmbio, atravessei outras fronteiras, e a frase “eu não sou daqui” não precisava ser dita em nenhum idioma, uma vez que minha aparência e comportamento eram suficientes para identificar os traços estrangeiros. Ganhei o rótulo de "a brasileira" (o terceiro) na faculdade portuguesa, e os colegas intercambistas também eram classificados de acordo com seus países de origem.

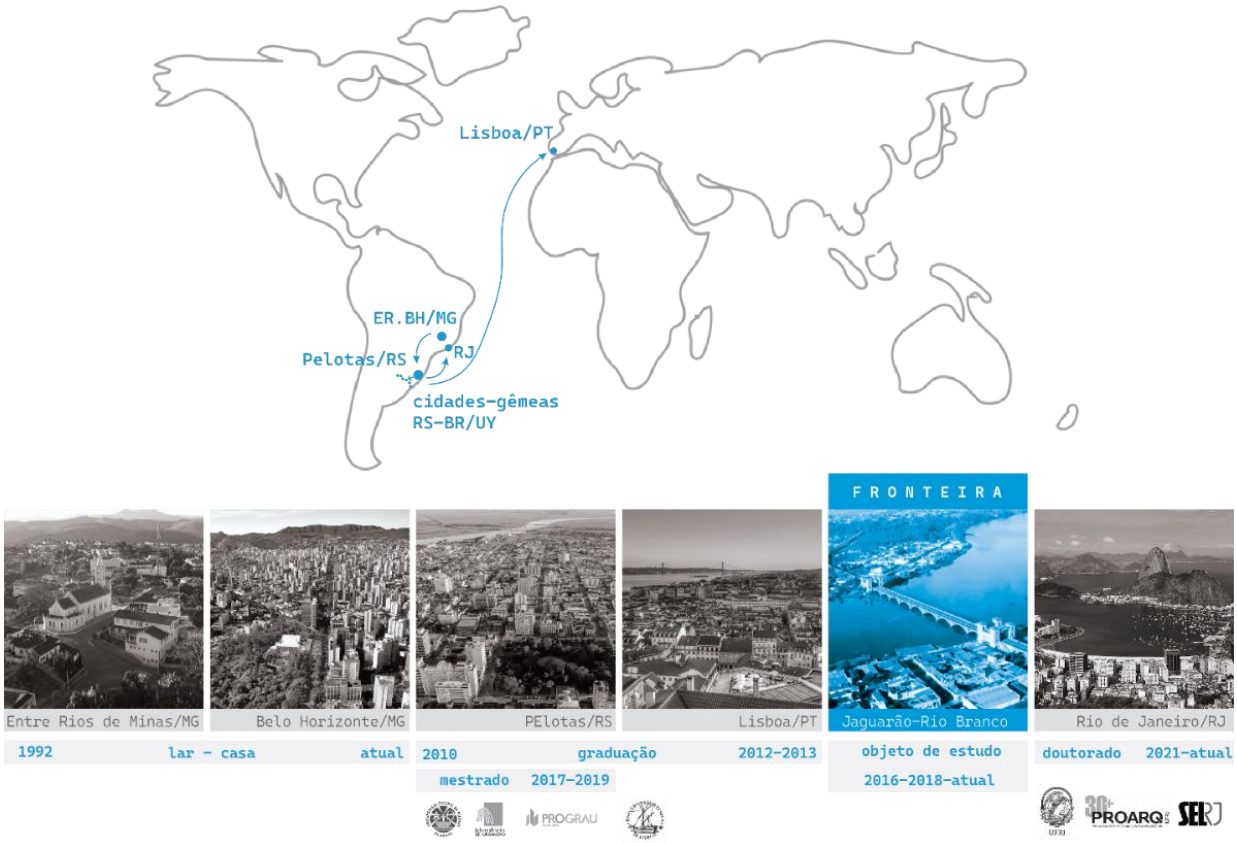
Devo ressaltar que ser brasileira, uma mulher brasileira, em solo português também não foi uma experiência muito hospitaleira. As palavras e os olhares direcionados a mim, seja na faculdade ou nas ruas, refletiam uma bagagem recheada de preconceitos infundados. De “porta na cara” até receber propostas censuráveis, percebi o quão caro era dizer “eu não sou daqui” na antiga e violenta metrópole colonial. É importante mencionar que nem todas as minhas experiências foram negativas; presenciei também momentos agradáveis, ouvi histórias curiosas de outras culturas, experimentei pratos deliciosos, visitei museus, praças e parques belíssimos e conheci pessoas generosas.

O contato com o outro e com a diferença, em suas diversas formas, possibilitou a ampliação do meu imaginário e a mudança na minha percepção de mundo, que até então era limitada. O impacto que o território geográfico, suas paisagens e toda carga histórica refletiam no cotidiano e nos costumes de cada população me intrigava e fascinava ao mesmo tempo (Figura 1).

Retornei a Pelotas com sede de novas travessias e não demorou muito para fazer a quinta mala. O destino, em parte, era conhecido: a fronteira Brasil-Uruguay, mas dessa vez para todas as seis cidades-gêmeas. Percorri aproximadamente 2.000

km entre BRs e *Rutas* tanto em 2016 como em 2018 (Figura 2), vinculada a projetos de pesquisa do Laboratório de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFPel[2], sob orientação do professor Eduardo Rocha. Essas viagens eram intensas, o peso simbólico da fronteira nos acompanhava a cada instante.

Figura 1 – Travessias da pesquisadora

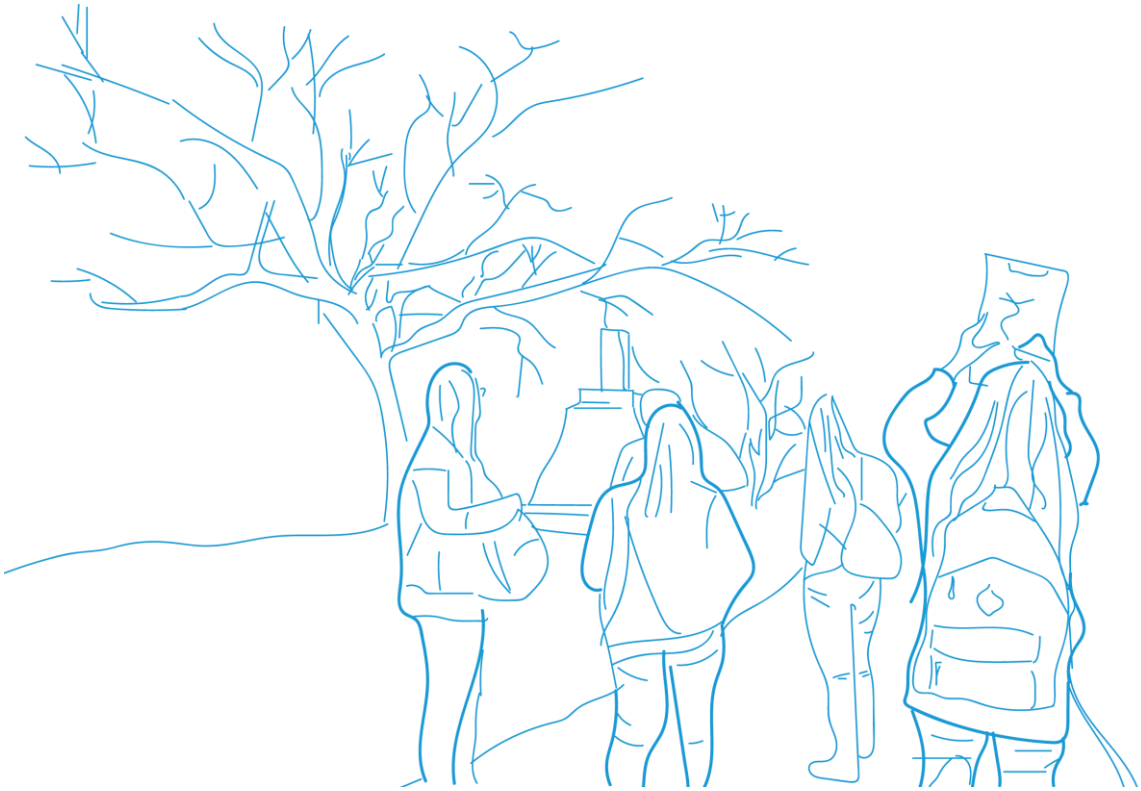


Fonte: Autora, 2023.

O que mais me intrigou nesse encontro foi perceber que, em um mesmo suporte físico, com as mesmas características de clima, vegetação, relevo e fauna, habitam populações com diferentes culturas e modos de vida, distintas formas de construir, se comunicar e se alimentar, e tudo isso era compartilhado. Às vezes, era fácil identificar as diferenças; outras vezes, era confuso, pois as coisas se misturavam e escapavam de qualquer tentativa de explicação. Nessas situações, em que faltava a palavra para explicar, no momento de "dobra" (conceito deleuziano[3]), fui impulsionada a investigar.

[2] Mais informações no site: https://wp.ufpel.edu.br/travessias/
[3] O movimento de dobra se refere a experiência de subjetivação que só pode ser apreendida pelo meio, nos acontecimentos que escapam dos saberes reconhecidos e dominantes, por isso a

Figura 2 – Croqui cartógrafos na fronteira



Fonte: Autora, 2020.

Anteriormente, tinha a convicção de que era o território geográfico que ditava, em grande medida, a maneira de se habitar (talvez influenciada pelas outras travessias). Na fronteira, essa hipótese foi totalmente descartada, como bem me alertou o historiador riverense: "O que faz a fronteira são as pessoas e não a arquitetura. A arquitetura provavelmente seja um indicador que são dois países, com suas distintas formas urbanas"[4].

É isso! A arquitetura me dá pistas sobre a expansão das cidades, mas ela, por si só, é opaca, e meu papel como pesquisadora é tentar torná-la mais transparente, ou seja, rastrear os agentes ou *actantes* (termo latouriano[5]). Acompanhar não só os

dificuldade de encontrar uma 'palavra' ou uma 'explicação' para determinado fato. A partir de infinitas e heterogêneas dobras percebemos a interrelação entre o dentro e o fora. DELEUZE, Gilles. **A dobra**: Leibniz e o Barroco. Campinas: Papirus, 1991.

[4] Citação do historiador presente na dissertação: RESENDE, L. M. **Cartografia urbana na linha de Fronteira**: Travessias nas cidades-gêmeas Brasil-Uruguay, Dissertação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFPel, Pelotas, 2019.

[5] Para o filósofo Bruno Latour o *actante* é o que "faz fazer" uma ação, pode ser humano ou não-humano, mas interfere diretamente na rede. Qualquer ação social envolve inúmeras associações, por exemplo, neste momento eu (humana) escrevo através de um computador, que por sua vez está conectado a eletricidade, a rede de internet (não-humanos), etc. Neste exemplo todos são *actantes* e comunicam entre si em uma relação de simetria. LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**. Bauru, SP: EDUSC/ Salvador, BA: EDUFBA, 2012.

humanos, mas também os não-humanos envolvidos no processo de transformação. Tornar transparente é acolher o convite do arquiteto Eisenman[6] de acrescentar a ausência enquanto presença, ou o convite do líder indígena Ailton Krenak[7] de pisarmos mais suavemente na terra, pois nela residem outras tantas presenças.

O relato de todas essas experiências foi necessário para esclarecer que, de todas essas travessias, a única que não recebi nenhum rótulo, nenhuma tentativa de classificação, nenhum receio de repetir "eu não sou daqui" foi na fronteira. Durante a imersão pelas cidades-gêmeas, descobri o acolhimento sincero. Ali conversei com brasileiros, uruguaios, árabes e congoleses. Presenciei acampamentos ciganos, mesquitas, lojas indianas, *free shops*, feiras agrícolas, músicos na praça, aluguel de chips internacionais de celular, entre tantas outras diversidades. A fronteira se configura como um ecótono sociocultural.

Certamente coexistem na fronteira preconceitos, xenofobia e abusos de poder. Toda paisagem reflete, traduz, apresenta ou entranha conflitos, como sabiamente nos ensina a professora Vera Tângari. Não tenho o intuito de romantizar esse território, até porque meu papel é apresentá-lo o mais próximo das múltiplas realidades — mesmo que seja impossível de alcançar a totalidade. Entretanto, é na atmosfera de fronteira que me sinto tranquila em ser estrangeira e mergulhar nesse hibridismo complexo. Possivelmente porque a condição de ser "de fora", ser estrangeiro é a regra e não a exceção.

A minha disposição de fazer as malas permanece latente, dessa vez retornei para mais perto de casa, quis resgatar algumas memórias e tomar uma certa distância da ebulição dos acontecimentos. Manter distância pode parecer um resquício de fragilidade ou fraqueza, mas, pelo contrário, reforça os laços com os nossos desejos e dilata nossa percepção das realidades, por vezes viciada. Como nos relatou José Saramago (1998, p. 42): "É necessário sair da ilha para ver a ilha, não nos vemos se não saímos de nós"[8].

Fui recebida na cidade do Rio de Janeiro, conhecida como "cidade maravilhosa". De fato, a composição da paisagem, com as curvas dos maciços e a

---

[6] EISENMAN, P. Arquitetura e o problema da figura retórica (1987). In: NESBITT, K. (org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**. Antologia teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac e Naify, 2006. p. 193-199.
[7] SEMPRE UM PAPO – ANO 37. **Ailton Krenak no #SempreUmPapo lança o livro "Encontros - Ailton Krenak"**. YouTube, 22 de julho de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JizR5UOm4uw>. Acesso em: 5 de maio de 2023.
[8] SARAMAGO, José. **O conto da ilha desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

imponência do mar é estonteante. Apesar disso, esse título foi gradativamente sendo diluído, tanto pela fala dos próprios moradores e colegas como pela minha vivência na cidade, a qual revelou a realidade impiedosa da desigualdade social.

No cenário carioca, fui acolhida em 2021 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialmente nos grupos de Pesquisa Sistema de Espaços Livres do Rio de Janeiro e Performações de Edifícios, Lugares e Paisagens, a partir de 2022 e sua associação mestiça sob o guarda-chuva da rede sociotécnica de pesquisa Lugares e Paisagens (ProLUGAR+SEL RJ). Nesta rede mestiça, que dilui as fronteiras de métodos e entendimentos, meu rótulo nunca foi bem definido: "mineira quase gaúcha" ou "menina da fronteira" (confesso que adoro o segundo). Entre muitos debates e conversas, outro horizonte se apresentou e ferramentas, até então novas para mim, possibilitaram que a minha investigação na fronteira seguisse outro rumo. Ainda em 2021, aprendi sobre o Projeto Orla e o método da Compartimentação da Paisagem nas aulas da professora Vera Tângari e do professor Alex Lamounier. Conheci a Teoria Ator-Rede através do professor Paulo Afonso Rheingantz, percorrendo uma bibliografia transdisciplinar muito interessante. Nas reuniões semanais do SEL-RJ, me deparei com a leitura e com a escrita decolonial, que, a partir de então, orientou o rumo da investigação.

Como anunciado no começo desta apresentação, esta tese de doutorado não é um manual sobre o planejamento urbano ou sobre a arquitetura de fronteira. Esta tese não é uma revisão crítica conceitual e não busca encerrar ou validar conceitos pré-estabelecidos. Esta tese não é uma experiência autobiográfica, assim como não é um guia técnico com diretrizes urbanas.

Repeti exatas oito vezes que "eu não sou daqui". O exagero proposital dessa repetição manifesta o meu maior incômodo: será que tenho validação e credibilidade para falar de uma paisagem que não me pertence? Pertencer no sentido de fazer parte, de ser incluído e não de ser "proprietário". Carrego essa insegurança desde o primeiro momento que comecei a escrever sobre a fronteira, talvez seja apenas a "síndrome de impostora"[9], muito comum entre o gênero feminino, ou talvez seja o receio de não ser fiel o suficiente à realidade. Mas quem define quem tem permissão ou não de falar?

Para dar continuidade e significado a esse questionamento, decidi seguir os

[9] MANN, Sandi. **A síndrome do impostor**: Como entender e superar essa insegurança. Vozes Nobilis, 2021.

conselhos de Bruno Latour, que nos incentiva a "apenas olhe para as controvérsias e diga o que você vê"[10], e de Paulo Afonso Rheingantz, meu coorientador, que destacou que "quando você entra na rede, passa a ser um de seus agentes, logo você é parte dela". São conselhos valiosos que me auxiliam a reconhecer a importância e a legitimidade desta pesquisa exploratória, ao argumentar contra os discursos homogeneizadores e dominantes. Não temos controle sobre a opinião dos outros em relação à nossa escrita, e, ao final, o mais importante é estar consciente disso.

Por isso, cara leitora ou caro leitor, faço o convite para nos aventurarmos nas entranhas da paisagera (paisagem de fronteira). Cientes de que esta é apenas uma das narrativas possíveis entre tantas outras que emergem de tempos em tempos por outros corpos e em outros contextos. A leitura desta tese deve ser feita com a consciência de que partiu de uma mulher, branca e, principalmente, estrangeira.

[10] Frase original: "*just look at controversies and tell what you see*". Retirado do artigo de Thomaso Venturini. VENTURINI, T. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understand. Sci**., v. 19, n. 3, p. 258-273, 2010.

1. ENTRADA PELO MEIO: AS INTERROGAÇÕES E OS CAMINHOS

A escolha é pelo meio, nem pelo início nem pelo fim, mas sim entre eles. Isso significa que esta escrita pretende adotar uma postura "não-moderna" para contornar o dualismo metafísico dos pensamentos moderno e pós-moderno[11]. De acordo com o sociólogo John Law (2002; 2004), somos pressionados a optar entre singularidade ou pluralismo, acreditando na existência de apenas uma realidade ou de suas múltiplas versões. Por um lado, podemos escolher narrativas homogêneas e centradas; por outro lado, narrativas heterogêneas e fragmentadas. A pressão desses extremos apenas reforça a reprodução da estrutura epistêmica totalitária euro-americana e reflete os efeitos da perversa colonialidade nos campos do poder, do saber e do ser (Quijano, 2000; Lander, 2000; Maldonado-Torres, 2007).

Por isso, prefiro entrar, permanecer e sair no meio (na fronteira), tendo a consciência de que o mundo e os vários sentidos sobre ele se sobrepõem e se confundem. Considero que os argumentos são parciais e que a totalidade é uma utopia. Como afirmou Milton Santos (2009, p. 35): "a paisagem, certo, não é muda, mas a percepção que temos dela está longe de abarcar o objeto em sua realidade profunda".

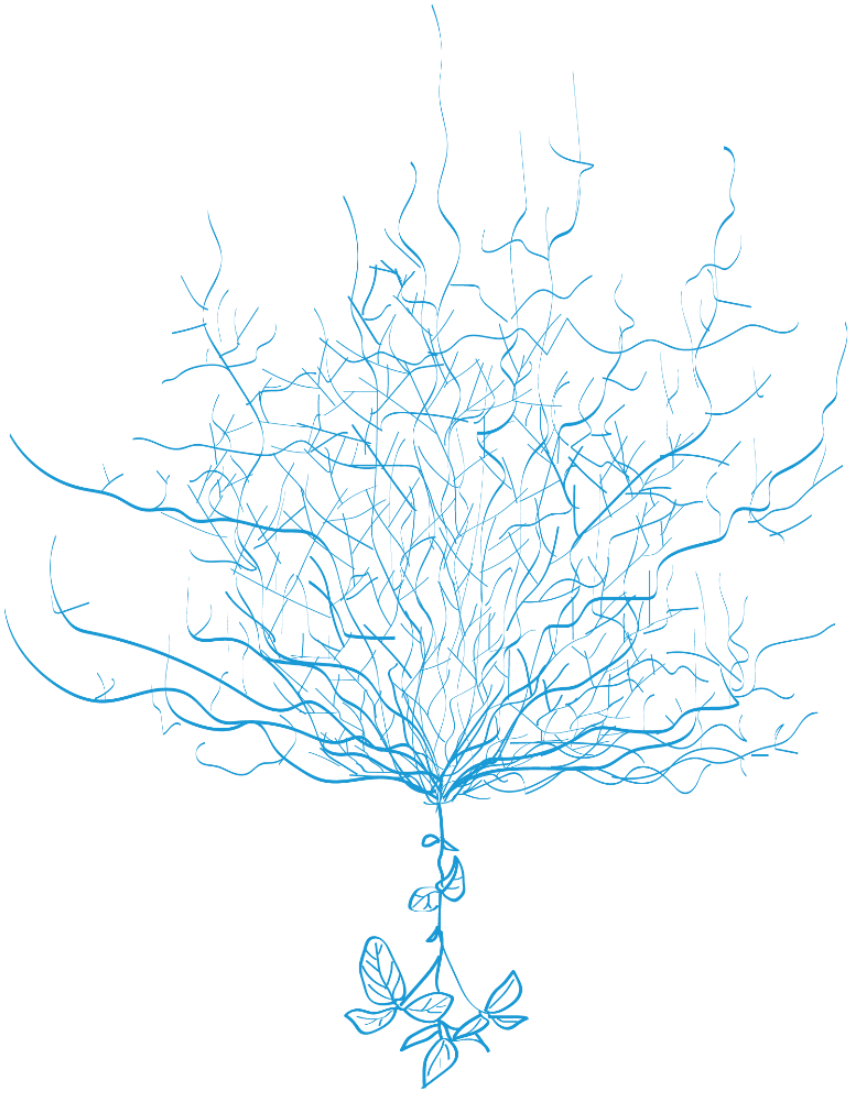
Com a estrutura desta tese espero que ela seja menos arborescente (lógica centrada em início, meio e fim, como o desenvolvimento de uma árvore) e mais rizomática (lógica da multiplicidade que se espalha em inúmeras direções, como raízes fibrosas) (Figura 3). Essa analogia biológica elaborada pelos filósofos Deleuze e Guattari (2005) colabora para uma escrita descentralizada e que, ao mesmo tempo, se insere em uma rede de múltiplos cruzamentos e entrelaçamentos. Ressalto que isso é um desejo e uma tentativa, pois esse posicionamento não é uma construção fácil de se manter, especialmente em relação à escrita acadêmica, que historicamente possui uma configuração limitante e engessada. Por vezes, a tentação da simplificação ou de uma organização sistemática podem surgir, e, por vezes, os desvios e atravessamentos conseguem provocar outras associações.

"Os antigos diziam que quando a gente botava um mastro no chão para fazer nossos ritos, ele marcava o centro do mundo. É mágico que o centro possa

[11] "Por onde começarmos? Como sempre, o melhor é começar em meio às coisas, *in medias res*" (Latour, 2012, p. 49). Para Bruno Latour (2012) e também para a arquiteta Fabíola Angotti (2019), o meio é um ponto de partida tão legítimo quanto o início ou o fim, pois é onde se formam os híbridos e onde as conexões se fazem, desfazem e refazem continuamente — um campo dinâmico de experiências, práticas e relações.

estar em tantos lugares" (Krenak, 2022, p. 17), citação que reforça o argumento da escrita descentralizada e evoca uma abordagem próxima à proposta de John Law (2017) sobre descrever os fenômenos, as histórias e os fatos situados, ou seja, ancorar a pesquisa por meio de uma prática localizada. A estratégia metodológica tão comumente utilizada como o estudo de caso (Groat; Wang, 2013) não é empregada nesta tese apenas como uma "exemplificação" ou "replicação" de uma teoria genérica e objetiva, mas, ao contrário, o estudo de caso é o protagonista, é o lugar em que as teorias e objetivos são traçados em conjunto. Esse fato pode ser observado na composição do sumário da tese, no qual todos os capítulos dialogam diretamente com o território investigado.

Figura 3 – Croqui rizoma



Fonte: Autora, 2023.

Donna Haraway (1988), em seu texto seminal — e ainda atual — *Conhecimentos situados: a questão da ciência no feminismo e o privilégio da perspectiva parcial* (tradução minha)[12], pontua que as/os pesquisadoras/es e as/os cientistas sempre falam de algum lugar e carregam métodos e conhecimentos situados, com ideologias próprias (conforme descrito na "Apresentação"). Portanto, essas/es cientistas (me incluo aqui) precisam ser responsáveis pelo o que escrevem, ao mesmo tempo em que reconhecem que também fazem parte do que estudam. Da mesma forma que não há separação entre a natureza e a sociedade, entre a teoria e a prática; as/os pesquisadoras/es e objetos de estudo igualmente são indissociáveis.

Entro pelo meio acompanhada de três principais vertentes teórico-práticas: (1) os Estudos Decoloniais; (2) a Teoria Ator-Rede (TAR/ANT); e (3) as Transformações da Morfologia. São linhas de investigação que às vezes se conectam e às vezes se colidem, porém estão constantemente em processo de associação. E o fator que atravessa todas essas abordagens é a experiência, ou seja, é por meio da minha comunicação ativa com a paisagem de fronteira e seus agentes que a rede se desenha. A seguir, explico melhor a composição dessa rede, bem como minha imersão sobre o tema, o contexto e suas controvérsias.

1.1 Tema, contexto e controvérsias

Com o tema defendido nesta pesquisa — as transformações da paisagem em território de fronteira — objetivo investigar e cartografar os efeitos e os afetos que a coexistência com a linha política internacional de fronteira reflete no ordenamento territorial, e consequentemente, na vida urbana e na paisagem das cidades-gêmeas, no caso, da fronteira Brasil-Uruguay, a fim de identificar as pistas dessas transformações, vestígios de impactos, conflitos, controvérsias[13] e os agentes envolvidos nesse processo.

A partir da experiência no território de fronteira internacional durante a pesquisa de mestrado (Resende, 2019), observei que um dos pontos mais questionados nas cidades-gêmeas se refere à insatisfação de moradores e dos

[12] Título original: *Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective*.
[13] Controvérsia é o momento de incerteza e debate em que conhecimentos ainda não consolidados são discutidos e confrontados. Na Teoria Ator-Rede (TAR), consiste o espaço e o tempo em que as associações se formam antes de se estabilizarem, revelando o "social" em sua construção dinâmica, antes de se fechar em "caixas-pretas".

próprios gestores municipais quanto aos entraves burocráticos. As rígidas legislações nacionais e internacionais, além das limitações aos planejamentos urbanos e arquitetônicos, colaboram para adiar os avanços de projetos integradores — condizentes com os anseios dos fronteiriços. Projetos relacionados a diversas áreas, como em infraestrutura, meio ambiente, saneamento, patrimônio e mobilidade, são elaborados de forma independente e, muitas vezes, de modo emergencial, o que ocasiona muitos obstáculos para o melhor desenvolvimento da paisagem urbana.

Entretanto, é essa mesma contrariedade que fomenta a subversão e se torna território fértil para outras estratégias. Análogo a uma válvula de escape, as "ilegalidades" políticas e as apropriações urbanas inovadoras são constantemente criadas e recriadas. Soluções locais criativas que tencionam as decisões do Estado e contribuem para uma práxis decolonial, reivindicando transformações ao mesmo tempo em que elas são produzidas no cotidiano. Essa é a principal controvérsia.

Um dos impasses políticos-administrativos no ordenamento deste território binacional começa pelo entendimento distinto sobre as formas de Estado adotadas em cada país. Moura Filho (2010) descreve que no Brasil os municípios têm certa autonomia, principalmente para elaboração da política urbana, ratificado pela Constituição Federal de 1988, no artigo 182. Por outro lado, no Uruguay, essas decisões urbanas são centralizadas pelo poder central em Montevidéu. Dessa forma, a figura do *alcalde* (prefeito municipal), criada pela recente Lei nº 18.567 de 2009, tem funções administrativas restritas que não incluem competências em intervenções urbanas. Portanto, qualquer empreendimento que se almeja realizar em conjunto necessita de mediação da esfera de diplomacia internacional, o que demanda mais tempo e disposição para a concretização de melhorias.

A formação política e os acordos binacionais de integração revelam uma trajetória de muitos embates e discussões. Desde o Estatuto Jurídico da Fronteira de 1933, de caráter mais segregacionista, até a reestruturação do Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) pelo grupo Retis/UFRJ de 2016, com um viés integrador e desenvolvimentista, percebe-se os distintos entendimentos teóricos e conceituais sobre esse território, além de propostas e projetos completamente opostos (MJC, 2016). Ou seja, paisagens que convivem com grandes mudanças e transformações ao longo do tempo, influenciando na qualidade de vida dos moradores e da própria cidade.

Historicamente, as transformações morfológicas têm uma relação direta com as interações sociais. Jan Gehl (2013) descreve como a estrutura urbana impacta na vida e no comportamento das sociedades, fazendo referência às cidades medievais, aos impérios romanos e ao marco do empreendimento de Haussman em Paris. Os pesquisadores brasileiros Vinícius Netto, Júlio Vargas e Renato Saboya (2012) revelam como a morfologia arquitetônica influencia os fenômenos socioeconômicos locais, no caso, por meio de uma análise probabilística e quantitativa na cidade do Rio de Janeiro/RJ sobre o papel da forma arquitetônica na vitalidade urbana. A relação de coexistência e interdependência entre o espaço urbano (não-humano) e a sociedade (humana) também foi discutida no agenciamento da proposição de urbanidade-desurbanidade (Rheingantz, 2012).

Todos esses trabalhos apontam que as transformações urbanas são mediadas por interesses de diversos agentes[14]. Entre eles, a presença do Estado (poder público) e do mercado imobiliário configuram uma força imponente na rede. Seja o interesse em promover o controle militar e a organização, privilegiar trocas comerciais, demarcar hierarquias espaciais vantajosas para a manutenção da elite econômica ou omitir fiscalizações e manutenções do espaço público.

Entretanto, o inverso também ocorre. A partir de relações sociais mais intensas, surgem novas apropriações urbanas que modificam algumas estruturas morfológicas. Desde questões simples, como criar rotas e caminhos alternativos em uma praça, até a (re)existência das favelas que desafiam as leis urbanas e ambientais, ocupando morros e encostas — denunciando a precariedade e o déficit da habitação social. Dentro do objeto de estudo, é perceptível conquistas mais complexas, como a criação de um Parque Internacional, símbolo da fronteira da paz, nas cidades-gêmeas de Livramento/Brasil-Rivera/Uruguay (exemplo da válvula de escape supracitada).

Quanto a essas transformações urbanas, igualmente são mediadas por interesses, mas desta vez a força de outros agentes é preponderante à do Estado,

[14] Dentro desta tese me sinto mais confortável em empregar o termo ‘agentes’ ao invés de atores, actantes ou atuantes — sinônimos. Essa discussão é antiga, de acordo com Latour (1999, p. 346), “a palavra ator se limita a humanos, utilizamos muitas vezes *actant* (actante), termo tomado à semiótica para incluir não humanos na definição”. O termo actante para Latour corresponde ao ator da expressão ator-rede, aquele que ‘faz fazer’. No entanto, reconheço que o termo "actante", sugerido por Latour, pode gerar estranhamento e dúvidas para um público leigo em relação à teoria. Portanto, entendo que o uso do termo ‘agente’ incorpora a simetria entre humanos e não-humanos que movimentam a rede e pode ser mais compreensível e adequado na língua portuguesa.

por exemplo. Nesses casos, o envolvimento da sociedade civil e das moradoras e dos moradores que interagem efetivamente no território provoca alterações na cidade, ainda que em menor frequência e notoriedade.

Essa indissociabilidade, heterogeneidade e multiplicidade nas relações entre a paisagem e o social, aliada ao fator tempo, são a chave para investigar as transformações morfológicas. Como afirma Latour (2001, p. 338) "não existe um mundo lá fora, não porque inexista um mundo, mas porque não há uma mente lá dentro". O desafio está justamente em observar e descrever essa rede de agentes envolvidos nas modificações da paisagem, tanto humanos como não-humanos, a partir de uma relação de simetria[15].

De acordo com o geógrafo Milton Santos (1988), as transformações da paisagem, ou mutações, como prefere o autor, podem ser funcionais ou estruturais. As transformações funcionais referem-se à atribuição que cada lugar recebe, e essas atribuições podem variar conforme o dia, o horário e a estação do ano. Por exemplo, uma mesma praça ou avenida tem dinâmicas diferentes ao longo do dia, podendo receber variações no fluxo de pedestres ou veículos, além de acolher eventos distintos que modificam a paisagem. Já as transformações estruturais referem-se tanto à mudança da forma física, como na construção ou demolição de elementos da paisagem, quanto à mudança na forma social, envolvendo a estrutura socioeconômica, política e moral. "A paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É um resultado de adições e subtrações sucessivas" (Santos, 1988, p. 24), fato que reforça a minha escolha de seguir pelo "meio".

Seguindo uma abordagem similar, de acordo com José Lamas (2010), as transformações urbanas ocorrem influenciadas pelo contexto em que estão inseridas. Quer dizer, se a forma urbana não está adequada ao contexto, ela irá se modificar, ou permanecerá sem alterações caso o contexto preserve suas características. Logo, "as modificações da forma urbana são consequências da vitalidade social e econômica das sociedades" (Lamas, 2010, p. 114).

Acrescenta-se a isso o fato de que a ocupação urbana reflete também os processos estéticos e éticos da sociedade. Assim, dependendo da ideologia discursiva, o suporte físico recebe distintas intervenções (Tângari *et al.*, 2012). Esse

[15] É importante destacar que o conceito de simetria, conforme abordado por Latour (2005), não se refere à igualdade entre os atores envolvidos, mas sim a dar a mesma atenção a todos eles, sejam eles humanos ou não-humanos. Na Teoria Ator-Rede (TAR), os estudos enfatizam as singularidades e efemeridades dos atores na rede, reconhecendo que cada um deles desempenha um papel significativo nas transformações e interações na rede.

argumento explica, em certa medida, as diferenças de uso e ocupação do solo nas cidades-gêmeas. Dentro do mesmo suporte físico, compartilhando as mesmas características físicas e ambientais, as cidades possuem configurações e dinâmicas próprias. Por essa razão, a análise cuidadosa de cada caso e de cada contexto é fundamental.

Questiono: Que tipo de planejamento, ou não-planejamento, é articulado nessas cidades que respondem a distintas jurisdições, mas que compartilham as transformações do mesmo suporte físico? Quem determina ou flexibiliza o que pode ou não ser construído/demolido nas cidades-gêmeas? Como a decisão de conexão/desconexão de vias públicas urbanas impacta o cotidiano dos fronteiriços, sabendo que grande parte da população reside em uma cidade-país e trabalha em outra? Como pensar em planejamentos sanitários individuais se as bacias hidrográficas e os rios são compartilhados? Como lidar com as práticas de contrabando de produtos que possuem distintos entendimentos quanto à legalização (no caso da *cannabis sativa* e mesmo de agrotóxicos agrícolas)? Como a apreensão da paisagem de fronteira pode contribuir para potencializar a prática de um "outro" planejamento urbano contemporâneo?

As transformações da paisagem de fronteira são intensificadas e conferem dinâmicas diferentes das outras paisagens não-fronteiriças, justamente pelo fato de coexistirem com as controvérsias da linha política internacional (um agente importante na rede). Será que, além das transformações funcionais e estruturais, apontadas por Milton Santos (1988), a fronteira pode nos revelar outras metamorfoses? E além da linha de fronteira, quais são os outros agentes que atuam diretamente no contexto e, consequentemente, na alteração da morfologia dessa paisagem?

Durante minhas visitas pelas cidades-gêmeas Brasil-Uruguay, ouvi uma metáfora interessante que nos ajuda a entender as particularidades da paisagem de fronteira. De acordo com o arquiteto uruguaio, pseudônimo Domingos (Resende, 2019), a prática de cultivar uma faixa de rosas circundando uma plantação de parreiras é uma técnica tradicional[16], utilizada pelos produtores como um alerta, para antecipar possíveis contaminações de fungos e doenças na uva. As

[16] Atualmente, com o avanço tecnológico, grandes plantações e vinícolas utilizam sensores de monitoramento climático. No entanto, o método tradicional do cultivo de rosas ainda é encontrado em propriedades menores ou familiares, seja por seu valor estético e simbólico, por práticas ecológicas ou como parte do patrimônio cultural.

roseiras são mais suscetíveis a adversidades e mostram suas fragilidades imediatamente após um ataque, permitindo que os agricultores tomem medidas corretivas o mais rápido possível, evitando que os problemas se propaguem até as uvas (Figura 4). A paisagem de fronteira pode ser comparada a essa faixa sensível de roseiras, uma espécie de camada porosa que, devido a várias influências externas (como as taxas de câmbio e as questões de imigração), antecipa certas situações que podem ter um impacto futuro em outras cidades próximas.

Figura 4 – Croqui da metáfora das flores e uvas

Fonte: Autora, 2023.

No entanto, a complexidade e a sensibilidade da paisagem de fronteira ainda configuram um tema pouco explorado no campo da arquitetura e do urbanismo. Inclusive, o próprio entendimento de paisagem de fronteira é quase inexistente no universo latino-americano, sendo necessário, em um primeiro momento, recorrer a referências estrangeiras (por exemplo, o conceito de *bordescapes*), para então, em um segundo momento, propor um outro pensamento mais próximo das singularidades dessa paisagem: a “paisagera”. Desta forma, a contribuição desta

pesquisa, situada nos efeitos e afetos das transformações da paisagem dessas cidades, pretende expandir para além das discussões metodológicas e das abordagens referentes à leitura da paisagem em território de fronteira.

A condição de fronteira é um assunto fluido, movediço, adaptável, ou seja, que se transforma ao longo do tempo. Através de uma autocrítica, percebi que a definição histórica e filosófica sobre o entendimento de fronteira, na minha dissertação de mestrado de 2019[17], foi extremamente importante, mas também demanda por uma atualização — ou até mesmo uma reparação — quanto à mudança de direção de pensamento. Mudança que foi necessária para preencher a lacuna alusiva ao entendimento de paisagem de fronteira.

Em contato com outras referências, vejo como essencial a descrição sobre a fronteira, e aqui especificamente a paisagem de fronteira, em um viés decolonial. Entendo que não é uma tarefa simples, visto que estamos imersos na estrutura da colonialidade, mas se trata de um desafio necessário e, até mesmo, aclamado por outros autores, como os brasileiros Adriana Dorfman e Arthur França (2017), sul-africano Sabelo Ndlovu-Gatsheni (2018) e a ganesa Edem Adotey (2021).

> Estudos fronteiriços e teoria descolonial compartilham o elogio à margem do Estado. Vários outros pontos de contato podem ser apontados ligando essas duas construções teóricas. Os textos descoloniais recomendam que se preste atenção à situação como condicionante dos fenômenos e processos sociais, gerando assim conhecimentos situados (Dorfman; França, 2017, p. 06).

> O fenômeno sem precedentes de migração/mobilidade através das fronteiras africanas pós-coloniais nos exige repensar as próprias ideias de fronteiras, nação, identidade, estado, pertencimento e cidadania de maneiras mais flexíveis do que os colonialistas e nacionalistas os entendiam nos séculos XIX e XX" (Ndlvu-Gatsheni, 2018, p. 23, tradução minha).

A escrita situada é tão potente que nos faz rever e avaliar alguns entendimentos estabilizados, encerrados em uma caixa-preta, e globalmente difundidos. "Conservar categorias envelhecidas equivale a erigir um dogma, um conceito. E, sendo histórico, todo conceito se esgota no tempo" (Santos, 2009, p. 15). Acrescento que, além de históricos, os conceitos também possuem ideologias bem definidas, sendo necessário um pensamento crítico para romper com a

[17] Em síntese: a fronteira, na contemporaneidade, é um entendimento complexo e multifacetado, que pode representar tanto barreira quanto espaço de encontro e troca. Em vez de uma linha rígida, é compreendida como uma zona de espessura, onde múltiplos sentidos coexistem em constante relação (Resende, 2019).

dependência intelectual dos conhecimentos externos, de predomínio europeu.

A proposta do grupo de pesquisadores modernidade/colonialidade (M/C), a partir dos anos 1990 e logo em seguida à corrente intelectual da "inflexão decolonial", ou também conhecida como "giro decolonial", trabalha não com o intuito de formar um novo paradigma teórico, buscando se enquadrar em teorias pós-modernas ou pós-coloniais. Esse coletivo de pesquisadores propõe uma revolução, uma práxis, no sentido de questionar, criticar e desobedecer aos critérios epistemológicos eurocêntricos na produção do conhecimento.

Para além de reconhecer os impactos da colonialidade nas estruturas políticas, econômicas, culturais e epistêmicas do mundo moderno, os estudos decoloniais criticam os apagamentos e os silenciamentos das produções e subjetividades dos povos originários, também chamados de "subalternizados" ou "marginalizados"[18]. Os entendimentos sobre colonialidade, transmodernidade e pensamento fronteiriço colaboram na construção da proposta decolonial. Especialmente o diálogo sobre pensamento fronteiriço (Mignolo, 2003) tem grande importância nesta pesquisa, pois, mesmo que o termo fronteira seja utilizado pelo autor como metáfora, dialoga com algumas questões referentes à própria fronteira física.

Os principais autores do grupo modernidade/colonialidade (M/C) incluem: Anibal Quijano (sociólogo peruano), Enrique Dussel (filósofo argentino), Walter Mignolo (semiólogo argentino), Santiago Castro-Gómez (filósofo colombiano), Ramón Grosfoguel (sociólogo porto-riquenho) e Nelson Maldonado-Torres (filósofo porto-riquenho). Os pesquisadores que se afiliam à inflexão decolonial são diversos, porém os nomes mais reconhecidos no campo de estudo são: Eduardo Restrepo (antropólogo colombiano), Axel Rojas (sociólogo colombiano) e Catherine Walsh (pedagoga peruana).

A indicação da nacionalidade desses pesquisadores expõe o predomínio latino-americano, ao mesmo tempo em que reflete a ausência de referências brasileiras. Por que este debate chegou tardiamente no Brasil? Digo "tardiamente" referindo-me ao início da construção desse diálogo, pois atualmente, nos estudos contemporâneos, essa temática já está muito difundida, com a participação de

[18] A escravidão fez parte do processo de ocupação e disputa das fronteiras, envolvendo escravos que trabalhavam com o gado, na produção do charque, no comércio e também nas práticas de contrabando. De acordo com o artigo de Caiuá Al-Alam e Fernanda Oliveira (2021), a cidade de fronteira Jaguarão/RS foi considerada, no século XIX, como a "cidade negra".

várias/os pesquisadoras/es brasileiras/os, tais como Joaze Bernardino-Costa, Leo Name, Luciana Ballestrin, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, entre outras/os. Voltando à pergunta, ela tem duas respostas, uma que refuta e outra que ratifica.

A resposta que nega entende que pesquisadores brasileiros contribuíram para o debate decolonial, porém em um momento anterior. Como, por exemplo, Milton Santos e Paulo Freire, nomes que inauguraram questões sobre o "sul global" e a relação de opressor/oprimido, temas que foram revisitados pelos já mencionados autores latino-americanos (Restrepo; Rojas, 2010). Incluo nesta lista as contribuições do antropólogo Eduardo Viveiro de Castro (1996), que explora a cosmovisão ameríndia em sua crítica ao processo de produção do conhecimento.

Por outro lado, há uma resposta que confirma o fato do debate decolonial ter predominância e engajamento na América hispânica. O artigo de Gustavo Ribeiro (2011) explora algumas particularidades históricas da colonização no Brasil que contribuíram para essa descontinuidade e diferença em relação aos demais países: (1) na América do Sul, o Brasil foi o único país de grande extensão territorial colonizado pelos portugueses; (2) os povos indígenas que habitavam o Brasil não eram tão "organizados" como os nativos no México e Andes, por exemplo; (3) o Brasil colônia foi a sede, por 13 anos, do império colonial português, recebendo milhares de imigrantes da elite política; (4) após a independência, o Brasil foi o único país a se tornar monarquia, enquanto os outros países latino-americanos se tornaram repúblicas (Ribeiro, 2011).

Todas essas características intrínsecas da história do Brasil reforçam que tanto a duração do período colonial e pós-colonial, quanto a supremacia da colonialidade variam conforme o processo de territorialidade. E o fato de um país ser ex-colônia não explica padrões específicos de configuração ou a resignação a um sistema de subalternidade. É o caso dos Estados Unidos, ex-colônia britânica, e do Canadá, ex-colônia britânica e francesa, que atualmente se configuram como principais potências da economia mundial e se diferenciam de outras ex-colônias do mesmo continente (Ribeiro, 2011).

Logo, os estudos decoloniais não podem ser reproduzidos de modo deslocado do contexto histórico, geográfico, político, cultural, econômico, social, racial, de gênero, entre outros aspectos. Da mesma forma, essa corrente de pensamento não dá conta, sozinha, de explicar todas as questões de concepção e conjuntura de um território ou paisagem. A maior contribuição dos estudos

decoloniais — e o interesse desta pesquisa — está na investigação do que foi historicamente apagado e suprimido de nossa história, dando ênfase à versão do subalterno e dos que estão à margem. É importante aprofundar-se nas referências nacionais e locais, possibilitando um discurso mais coerente e situado, aprendendo com os povos originários e não com a versão europeia do que eles representaram. "Esse Outro não foi 'descoberto' como Outro, mas foi 'en-coberto' como o 'si-mesmo' que a Europa já era desde sempre" (Dussel, 1993, p. 08).

Esta pequena introdução embaralhou as três vertentes anteriormente anunciadas. A ideia é exatamente essa: tratá-las de forma híbrida e conjugada, evitando definições separadas e desconectadas. O caminho do meio é o caminho das associações, ou seja, um caminho que reforça seu caráter controverso.

A composição da rede permite que os europeus John Law e Bruno Latour atuem como plano de fundo para acolher as provocações dos latino-americanos Aníbal Quijano, Catherine Walsh e Ailton Krenak, que, por sua vez, dialogam com Milton Santos, José Lamas, Vera Tângari, Paulo Afonso Rheingantz e a rede de pesquisa Lugares e Paisagens (ProLUGAR+SEL RJ)[19], autores que versam no campo da arquitetura, urbanismo, paisagem e morfologia.

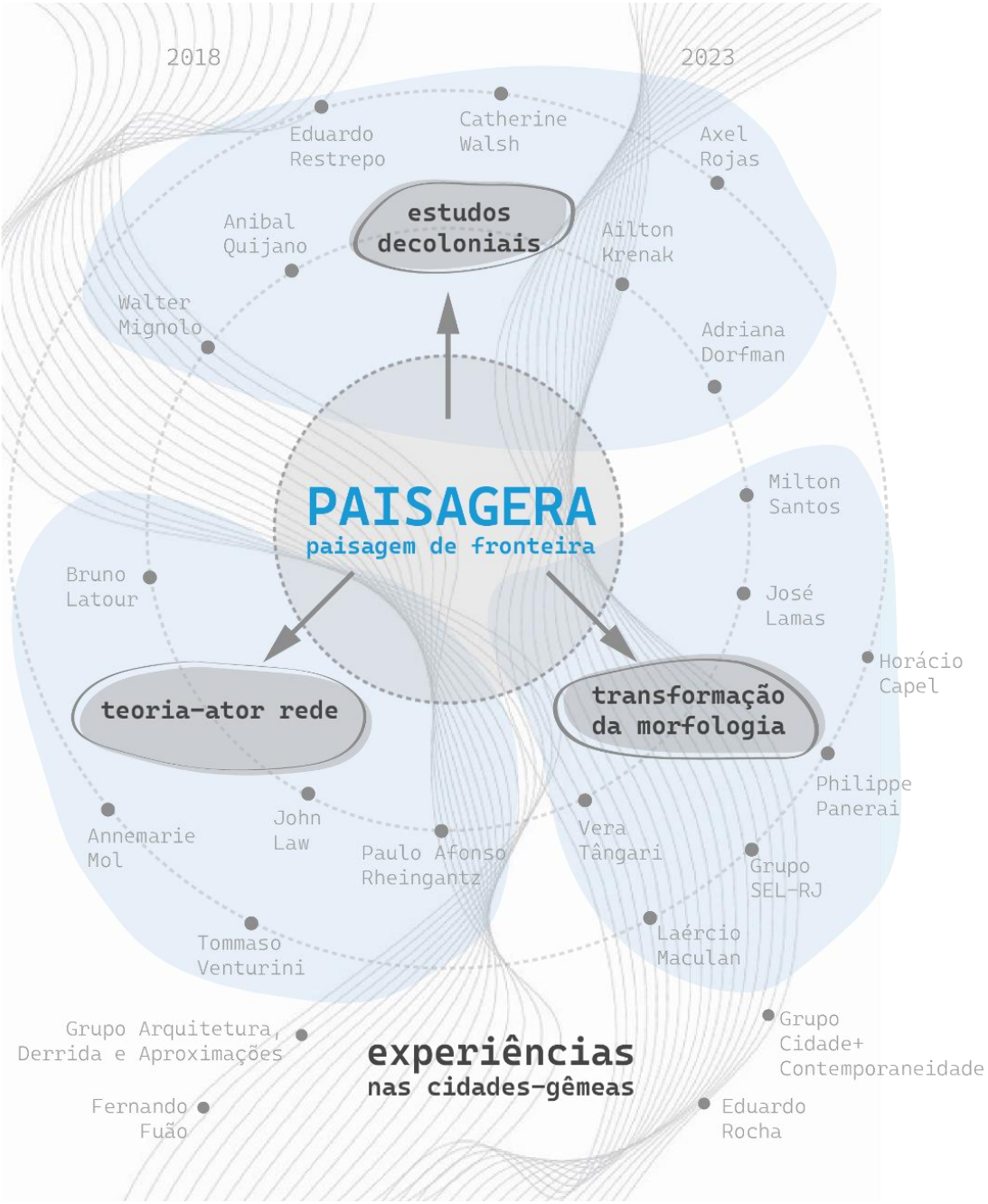
No entanto, a espinha dorsal que conecta todas as vertentes e possibilita a apreensão sobre a paisagera está na experiência ou na experimentação com as cidades-gêmeas, no contato efetivo da pesquisadora com a paisagem de estudo. Através dos estudos e debates provocados por Eduardo Rocha e Fernando Fuão e seus respectivos grupos de pesquisa, Cidade+Contemporaneidade[20] e Arquitetura, Derrida e aproximações[21], é possível atravessar esse mosaico, articulando aproximações, distanciamentos, entrelaçamentos e contaminações. O diagrama da Figura 5 sintetiza como o entendimento da paisagera é esboçado.

Essa mestiçagem arriscada que proponho se aproxima do que Donna Haraway (2019) chamou de "fazer parentescos estranhos" ou também do polêmico slogan: "faça parentes, não bebês" (Haraway, 2019, p. 26, tradução minha). Isso quer dizer realizar combinações inesperadas, encontros, trocas verdadeiras e amizades com o outro, seja ele humano, "mais-que-humano" ou não-humano. A princípio, unir todas essas vertentes parece tarefa impossível, ou ao menos improvável, dada à diversidade de cada tema e suas diferentes visões de mundo. No entanto, é

[19] Ver mais em: https://prolugar.fau.ufrj.br/
[20] Ver mais em: https://wp.ufpel.edu.br/cmaisc/
[21] Ver mais em: https://wp.ufpel.edu.br/derrida/

exatamente nesse emaranhado, nessa mistura, nessa confusão ou “co-fusão”, na rede, que nos deparamos com os problemas e questionamentos dessa pesquisa. É no coletivo que o pensamento se ramifica. Como nos alerta sabiamente Ailton Krenak (2020, p. 24): “Temos que parar de nos desenvolver e começar a nos envolver”, envolver-nos com os outros e, também, com os problemas.

Figura 5 – Diagrama das vertentes teórico-práticas da paisagera



Fonte: Autora, 2023.

1.2 Questões

A partir da contextualização apresentada, a questão central que orienta esta tese é: **Como as transformações da paisagem nas cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Uruguay, juntamente com as narrativas dos diferentes agentes, evidenciam e testemunham os conflitos e controvérsias, e quais são os seus efeitos na gestão, no planejamento e nas dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais desses territórios binacionais?** O foco está em cartografar os efeitos e afetos dessas transformações e narrativas, considerando a complexidade das decisões projetuais, arquitetônicas, urbanísticas e políticas adotadas ao longo do tempo por ambos os países.

Desdobrando essa questão principal, surgem os seguintes questionamentos específicos: (1) Quais são as características e singularidades que compõem a paisagera, a partir de uma perspectiva decolonial? (2) Quais são as principais transformações ocorridas na morfologia da paisagem de fronteira Brasil-Uruguay nos últimos anos? (3) Quem são os atores-redes envolvidos nesses processos de transformação e como participam das controvérsias e conflitos na paisagera?

1.3 Objetivos

O objetivo geral desta tese é **cartografar os efeitos e afetos das transformações da paisagem nas cidades-gêmeas Brasil-Uruguay**, a fim de apreender as controvérsias, os conflitos e seus impactos na gestão e planejamento desse território binacional.

Para alcançar este propósito, são articulados três objetivos específicos:

(a) **entender** a paisagera a partir de uma abordagem decolonial, em diálogo com o campo da arquitetura e do urbanismo;

(b) **cartografar** as transformações da paisagera nos últimos cinco anos através da leitura morfológica e das experiências de campo na fronteira Brasil-Uruguay;

(c) **registrar** os agentes (atores-redes) envolvidos no processo de transformação da paisagem, experienciados pelas cidades-gêmeas Brasil-Uruguay.

1.4 Justificativas e interesses

Mesmo após uma análise minuciosa do território das cidades-gêmeas de

fronteira durante a pesquisa do mestrado acadêmico, ainda existem lacunas que não foram exploradas, como o enfrentamento dos conflitos ambientais, urbanos e culturais que ocorrem nesse território. Portanto, é necessário realizar um estudo mais cuidadoso sobre as transformações da morfologia da paisagem de fronteira.

A presente tese encontra sua justificativa na articulação de três eixos centrais de interesse, que orientam seu percurso investigativo e sua contribuição teórica e metodológica: (1) contribuição a partir de outras abordagens para os estudos de fronteira na América do Sul, no campo da arquitetura e urbanismo; (2) colaboração para estratégias metodológicas voltadas à apreensão e crítica da paisagem de fronteira; (3) considerações e pistas sobre o enfrentamento dos conflitos urbanos e socioambientais nas cidades-gêmeas estudadas.

(1) contribuição a partir de outras abordagens para os estudos de fronteira na América do Sul[22]

O tema das fronteiras é inesgotável, devido à natureza transitória do território ao lidar com constantes transformações, desde a definição de seus limites até as adaptações normativas. As fronteiras são (re)demarcadas e (re)configuradas, e, portanto, não se encaixam em definições fixas e restritivas. Historicamente, a palavra fronteira carrega o sinônimo de uma zona de conflito intermediada pelo Estado, mas essa definição não é única e, contemporaneamente, recebe diferentes entendimentos. Em um contexto mais amplo, as fronteiras adotam medidas de controle ou flexibilização em diferentes intensidades, sendo consideradas questões de natureza política, econômica, histórica, social e cultural. Por essa razão, as contribuições de pesquisas e estudos sobre o tema são sempre relevantes.

De acordo com a literatura dos estudos críticos de fronteira (*Critical Border Studies* — CBS)[23], a fronteira deve ser compreendida como um processo prático e

[22] Optei por "América do Sul" em vez de "América Latina", inspirada pela reflexão do sociólogo uruguaio Felipe Arocena (2015). O autor defende que o termo "América Latina" por si só apresenta várias questões problemáticas. Primeiramente, ele foi uma invenção francesa que exclui os povos originários e afrodescendentes, além de oferecer uma visão parcial da identidade mestiça. Em segundo lugar, existe um abismo evidente ao comparar o México e a América Central com os países sul-americanos. Por exemplo, o México fez parte do NAFTA (Acordo de Livre-Comércio da América do Norte), enquanto a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) se fortalece a cada dia em propostas de integração.

[23] Conforme a filósofa mexicana Roxana Ortiz (2021), os Estudos Críticos de Fronteira podem ser entendidos como uma rede de acadêmicos, em sua maioria do norte europeu, que por volta de 2010, vêm promovendo encontros e publicações sobre questões epistemológicas, ontológicas e espaço-temporais relacionadas às fronteiras. O livro *"Critical Border Studies: Broadening and Deepening the 'Lines in the Sand' Agenda*", organizado por Noel Parker e Nick Vaughan-Williams em 2012, é considerado a principal obra desse grupo.

uma performance. Segundo Noel Parker e Nick Vaughan-Williams (2012, p. 729, tradução minha), a CBS recomenda: "uma mudança do conceito de fronteira para a noção de prática fronteiriça; e a adoção da lente da performance através da qual as práticas fronteiriças são produzidas e reproduzidas". O termo "prática" refere-se a ações e atividades que têm o potencial de criar, manter ou modificar as fronteiras. E toda prática é realizada por agentes e fenômenos que impulsionam as ações, estejam eles relacionados ou não ao Estado. As micropolíticas cotidianas estão inseridas nas práticas fronteiriças, por exemplo.

Enquanto a lente da performance está relacionada com a complexa coreografia de pequenos rituais de travessia e deslocamento nas fronteiras, como a obrigatoriedade de identificação de documentos, passaporte, verificação de cargas, a presença de guardas e as simbologias nacionais de bandeiras e marcos conferindo uma teatralidade comum aos territórios de fronteira (Parker; Vaughan-Williams, 2012).

No entanto, o aspecto que mais me atrai nos CBS é a percepção paradoxal inerente às práticas fronteiriças, dialogando simultaneamente com a segregação/violência e a cooperação — o que denomino nesta tese de "controvérsia". A violência se faz presente em várias situações, como a imposição do Estado no controle e domínio do território, a exclusão, segregação, abandono e estigmatização do outro por suas diferenças culturais, e as cicatrizes do colonialismo que, desde a formação das fronteiras até a construção social contemporânea, impõem atitudes cruéis e xenófobas ao conceber o estrangeiro como um inimigo e uma ameaça.

Por outro lado, nas fronteiras também emergem atitudes de cooperação, complementaridade e adaptabilidade. A proximidade física com o outro possibilita encontros e misturas culturais, além de ser um território com duplas possibilidades de comércio, emprego, educação, saúde, entre outros. Publicações como as de Vanessa Lamb (2014) e Edem Adotey (2021) demonstram a importância dos residentes das regiões fronteiriças na criação e na manutenção das fronteiras. Ao estudar a fronteira de "baixo para cima" (ou seja, a partir da perspectiva narrativa dos subalternizados, nos estudos decoloniais), outros modelos de apropriação desse território são expostos. É por meio desse ponto de vista que as práticas de cooperação ganham destaque.

Em minhas investigações nas cidades-gêmeas Brasil-Uruguay esta

coexistência paradoxal em território de fronteira também foi perceptível. Sentimentos de tensão, insegurança e medo eram intercalados com experiências de acolhimento, afeto e amizade (Resende, 2019). Talvez por isso os argumentos e entendimentos do grupo CBS tenham despertado especial interesse para minha pesquisa.

No entanto, para acompanhar as transformações da fronteira, é preciso ajustar as formas de apreensão desse território. Esse fato é válido para todos os contextos de fronteira, uma vez que cada região possui singularidades que exigem instrumentos adequados. A contribuição feita pelo CBS concentra-se nas fronteiras europeias, asiáticas e alguns casos em regiões africanas. Portanto, é preciso cautela ao aplicar esses conceitos em outras realidades, como na América do Sul.

No âmbito dos estudos de fronteira na América do Sul, destaco a importância do centro de pesquisas "UNBRAL Fronteiras" que, por meio de uma plataforma de acesso aberto, reúne todos os trabalhos das universidades brasileiras sobre limites e fronteiras; do Grupo Retis/UFRJ, que promove debates, eventos e estudos relacionados com a fronteira do Brasil desde 1994; a criação do curso de Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) em 2008; a Rede Latinoamericana de Estudios Fronterizos (RELATEF), que discute questões migratórias e de fronteira entre os países latino-americanos, com foco especialmente na Colômbia, Argentina, Peru e México, entre outros países.

Embora todos esses grupos estejam empenhados em garantir estudos situados sobre a condição de fronteira na América do Sul, o termo e a apropriação na prática dos “estudos de fronteira” ainda são negligenciados ou pouco abordados. Em artigo, Anderson Espírito Santo e Douglas Voks (2021) revelam que no desenvolvimento de políticas públicas, os governos centrais enxergam esses estudos de fronteira somente como estereótipos. Quer dizer, há um descompasso entre a pesquisa e seu reflexo na prática cotidiana. Também verifiquei este fato em algumas entrevistas que realizei com os moradores de fronteira:

> Desde Brasília que não sabem o que é viver em uma fronteira e te definem como temos que viver. Então é uma briga e discussão permanente. Na fronteira, a lei (fazendo gesto com a manga da jaqueta) sempre pode escapar. (Pseudônimo Onofre, morador das cidades-gêmeas Chuí-Chuy in Resende, 2019, p. 373).

Observo que nas fronteiras sul-americanas, os governos democráticos

possuem o mesmo discurso defensivo, ações validadas em prol de uma falsa sensação de "segurança nacional". A maior parte das políticas públicas na fronteira é voltada para todo o território nacional e não para as necessidades básicas das cidades de fronteira. Pois, para o Estado, a fronteira é vista como uma porta de acesso que precisa ser muito bem controlada, evitando, por exemplo, que a comercialização de drogas e mercadorias ilícitas chegue aos grandes centros (Espirito Santo; Voks, 2021). Com isso, o Estado centraliza as decisões e impede o diálogo com os moradores locais, como explícito no desabafo do cidadão fronteiriço.

Visto tal fragilidade, o debate acerca das cidades de fronteira precisa ser constantemente atualizado e divulgado. Esta pesquisa pretende contribuir com a exploração de outras abordagens sobre os estudos de fronteira na América do Sul, fortalecendo a rede de pesquisadores e buscando outras estratégias para um diálogo mais próximo com os órgãos municipais, estaduais e federais de interesse principalmente para população que aí vive.

Outra lacuna percebida está no campo de inserção desses estudos fronteiriços. De acordo com o último "Anuário UNBRAL da fronteira Brasileiras", de 2018, no levantamento de Dorfman *et al.* (2018) sobre a área de formação dos pesquisadores e os principais periódicos escolhidos para publicação dos estudos constatou-se a seguinte relação: geografia, ciências sociais (sociologia, antropologia e ciência política), comunicação (jornalismo, relações públicas, publicidade e propaganda) e história conferem, em ordem decrescente, o maior número de pesquisadores em estudos fronteiriços.

Quanto aos periódicos, a maioria se enquadra em revistas de cunho interdisciplinar, seguida pela geografia, ciências sociais, história e planejamento urbano. Destaque para as publicações da *Revista Geopantanal* (editada pela pós-graduação da UFSM). Entretanto, é relevante ressaltar que as revistas específicas de estudos fronteiriços, como *Territórios e Fronteiras, Anuário Unbral das Fronteiras Brasileiras, Estudios Fronterizos, Fronteiras e Debates e Frontera Norte* (Dorfman *et al*., 2018, p. 47-48), ainda não possuem a classificação Qualis-CAPES, fato que desestimula o interesse de publicação dos pesquisadores e, consequentemente, não conseguem atingir bons indicadores e divulgação.

Esses dados são somente uma amostra pequena no Brasil, mas nos alertam sobre as fragilidades e os desafios dos estudos fronteiriços. O fato da maioria das

publicações científicas estar espalhada em periódicos interdisciplinares é interessante, uma vez que divulgam em diferentes áreas do conhecimento o saber fronteiriço. No entanto, essa ampla difusão faz com que o estudo perca força no coletivo e também dificulta as buscas e pesquisas sistematizadas. A criação do UNBRAL da fronteira é um instrumento que busca reunir todas essas contribuições e aumentar a propagação dos estudos.

Outra observação está na baixa publicação de artigos sobre os territórios de fronteira na área da arquitetura e urbanismo. Embora faça mais sentido que os estudos de fronteira sejam transdisciplinares (entendo como um caminho obrigatório), visto a complexidade do tema, a contribuição da arquitetura e urbanismo ainda é muito tímida em comparação com as áreas da geografia, sociologia e história.

O debate sobre o urbano, o território, a paisagem, o ambiente construído, o sistema de espaços livres, o patrimônio, a conexão viária, o uso e ocupação do solo são algumas questões fundamentais na compreensão das cidades-gêmeas, que garantem o aprofundamento do estudo. Mais um motivo que me impulsiona a seguir com a temática. E, afunilando a investigação, escolhi contribuir sobre o entendimento da paisagem de fronteira, pouco abordado na América do Sul, mas ao mesmo tempo muito promissor quanto aos seus desdobramentos.

(2) colaboração para estratégias metodológicas voltadas à apreensão e crítica da paisagem de fronteira

"O método acompanha o trabalho, as formas de trabalhar e as formas de ser. Eu gostaria que trabalhássemos da maneira mais alegre, criativa e generosa possível nas ciências sociais" (Law, 2004, p. 10, tradução minha). A citação explica e nos convida a refletir sobre os processos metodológicos nas pesquisas, especialmente a forma como os pesquisadores manejam os métodos. Prazer, alegria, criatividade, generosidade são os sentimentos almejados por John Law. Isso significa que a forma atual como lidamos com os métodos reflete o oposto desses sentimentos? A resposta pode ser verificada no prazer que a leitura acadêmica nos oferece.

No livro "Como não fazer uma tese" de Clovis Ultramari (2016, p. 18), há uma descrição do autor sobre a leitura de fragmentos do texto do seu orientando: "construído visivelmente com sofrimento e lentidão, como o de um autor

desterrado obrigado a registrar seu pesadelo". Esse exemplo elucida o desejo de Law (2004) por um processo mais fluido e menos automático, tanto para quem escreve como para quem lê. Ele reivindica uma escrita acadêmica próxima das sensações que a poesia e o romance propiciam ao leitor. Mas, para aproximarmos disso, é preciso rever a forma como nos apropriamos e elaboramos as estratégias de pesquisa.

O estudo sobre a metodologia e o método é uma temática que, na maioria das vezes, é apresentada como a base e o eixo estruturador que sustentam toda a pesquisa, como evidenciado pela obrigatoriedade das disciplinas de metodologia nos cursos de Pós-graduação. Além disso, é um tema que desperta um interesse especial, uma vez que trata do acompanhamento e do processo da pesquisa.

No entanto, ao me aproximar dos estudos da TAR e dos CTS, percebo um deslocamento sobre o que, de fato, os métodos de pesquisa revelam. Latour (2005), por exemplo, prefere escrever como um guia de viagem, o que, comparado aos métodos tradicionais, tem a vantagem de não ser "confundido com o território ao qual está meramente sobreposto (...), em suma, dá sugestões em vez de se impor ao leitor" (Latour, 2005, p. 38, tradução minha). Este guia de viagem é como um manual que não especifica o que se "deve" fazer, mas sim sugere um caminho possível, um auxílio para aqueles praticantes momentaneamente perdidos em sua derivação. Dessa forma, o mesmo guia terá efeitos diferentes diante do seu leitor; ele poderá ser "opaco" para aqueles que não se aventuram a "desviar das instruções" ou poderá ser um inspirador e acompanhante para aqueles que desejam traçar outras experiências (Latour, 2005).

De acordo com a etimologia, a palavra "método" deriva de *"metá-"* (metas, objetivos, reflexão) e *"-hódos"* (caminho, percurso, direção), ou seja, o método é um caminho definido pelas metas. No entanto, não podemos nos limitar apenas à derivação linguística, pois existem métodos que contrariam essa lógica tradicional da palavra e propõem sua reversão. Em vez de as metas ditarem o caminho, é o próprio caminho, aliado à prática de caminhar, que define as metas. O método da cartografia, proposto pelos pesquisadores Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia (2014), é um exemplo dessa reversão, pois considera os efeitos do processo de pesquisa em todo o percurso, influenciando o pesquisador, o objeto de estudo e os resultados.

De toda forma, a metodologia (conteúdo + procedimentos) e o método

(técnicas, meios e materiais) como são amplamente divulgados e reconhecidos, respondem ao "como?" em uma pesquisa. Mais valioso do que os resultados em si, o processo pelo qual se chegou aos resultados fornece pistas interessantes e que podem ser replicadas em outros estudos. Por isso, é importante o relato pausado de cada etapa, indicando o que deu certo e também o que precisou ser descartado, como afirmou Latour (2005, p. 38, tradução minha): “precisamos aprender como ir mais devagar a cada passo”.

Embora existam metodologias consolidadas na área das ciências sociais, com um roteiro preciso e meticuloso de etapas e processos a serem seguidos, é muito difícil acompanhá-los sem as devidas adequações, uma vez que cada pesquisa e objeto de estudo possuem particularidades, além de envolver questões complexas, imprevistos e condicionalidades que escapam de qualquer tentativa de limitação.

O método envolve técnicas que seguem regras e diretrizes, fornecendo ferramentas poderosas e eficazes. Mas essas técnicas também podem limitar a pesquisa, impedindo desvios que às vezes são importantes para os resultados. Por isso, John Law (2004) sugere não excluir os métodos convencionais, mas sim subvertê-los e criar outros meios de responder ao "como fazer?" O autor também aconselha os pesquisadores a sair da zona de conforto de seguir uma receita prévia e segura, e a se aventurar nas surpresas do caminho. A mesma ideia é compartilhada pela socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (2005, p. 119): “acredito que a formação para a pesquisa ocorra a partir do aprendizado, sempre difícil, do convívio com a incerteza, com o desconhecido, com o ainda não realizado”.

Dito isso, entendo que o/a pesquisador/a não deve ficar preso a uma estratégia metodológica existente/consolidada apenas para validar o que já é conhecido, mas sim questionar as próprias metodologias e propor redes e conexões que estimulem processos criativos e performem outras realidades. A abordagem dos métodos proposta nesta tese, baseada na obra *After Method: Mess in social science research* de Law (2004), não é puramente técnica ou inocente, mas sim um instrumento que acompanha o processo e a organização das múltiplas informações. Law (2004) propõe "agenciamento" como uma alternativa à palavra "método", que, como mencionado anteriormente, não consegue abarcar todas as ramificações e associações alvitradas.

O Quadro 1 a seguir sintetiza o debate proposto por Law (2004) sobre a

proposta de uma metodologia ontológica — o agenciamento dos métodos. Não é uma receita ortodoxa ou uma resposta única, pois isso contradiz a própria essência da discussão. Em vez disso, é um guia para a criação de outras formas de realizar e compreender as múltiplas realidades.

Quadro 1 – Principais questões acerca do agenciamento dos métodos

Agenciamento dos métodos	
Processo	Os métodos não são meios para um fim; Devemos nos preocupar com o processo ontológico; Lidar com as incertezas e indecibilidades do processo; Lidar com os meios e com os fins.
Simetria	Para entender os métodos precisamos tratá-los simetricamente, ou seja, explorá-los sem julgamentos prévios dos considerados bons ou maus métodos.
Multiplicidade	Reconhecer que a prática cria realidades múltiplas; Elaborar modos de apreender a multiplicidade e conhecer a conexão parcial.
Reflexividade	Reconhecer que os nossos métodos criam realidades; Estar atento ao processo; Perceber que o método encena divisões entre as formas de ausência manifestada e ausência como alteridade.
Bens ou produtos	A verdade não é mais o único árbitro; Reconhecer e equilibrar os múltiplos produtos agenciados na montagem do método, como política, justiça, estética e inspiração.
Imaginários	Reconhecer o múltiplo e o ambivalente ao invés da singularidade; Elaborar métodos que não cobicem por conclusões gerais ou universais, mas sim métodos específicos e situados.
Materialidades	Necessidade de métodos materialmente inovadores; Buscas em apenas textos acadêmicos são restritivos; Conhecer realidades através de outros textos, figuras, dispositivos, teatro, música e outras formas de apreensões.
Indefinições	Os métodos devem reconhecer que as realidades são indefinidas; Não tratar a inclusão de alegorias, incoerências e indefinições como falhas metodológicas.
Re-encantamentos	Desfazer de dualismos; A aparência do dualismo esconde complexidades encantadoras; Reencantar com os fluxos e as ressonâncias da complexidade

Fonte: Baseado na obra de Law (2004) e organização da autora, 2023.

As palavras-chave sugeridas por Law (2004) retratam o caráter processual dos métodos e nos direcionam para caminhos menos estáveis e seguros, porém mais conectados e promissores. Desprender-se de dualismos, certezas, singularidades e universalidades para abrir-se à multiplicidade, heterogeneidade, incertezas e complexidade. O agenciamento dos métodos mostra que nossa

pesquisa acadêmica produz apenas realidades provisórias, que respondem a certas questões em determinado tempo, dialogando, em certa medida, com o que o filósofo Karl Popper (2013, p. 57) acreditava: “não se deve esperar verdades profundas da parte da metodologia”.

A função dos métodos tradicionais é fornecer garantias, ser um guia infalível para o pesquisador, aquele que evita riscos e alcança o destino final de forma rápida e precisa. Métodos que comprovam hipóteses ou confirmam verdades que já são conhecidas anteriormente. No entanto, é exatamente o contrário que o agenciamento dos métodos sugere, pois ela se constitui como um instrumento lento e incerto, no qual o pesquisador passará por um processo arriscado sem nenhuma garantia ou validação. O agenciamento revela que os métodos são falhos, mas que essas falhas não são um problema e sim também compõem a rede da investigação, fornecendo outras pistas e nuances do processo.

Nesse contexto de discussão, cabe destacar que, de acordo com o livro *Architectural Research Methods* de Linda Groat e David Wang (2013), a produção de conhecimento em arquitetura oferece diversas estratégias metodológicas devido à variedade de objetivos e contextos de investigação. A autora e o autor categorizam as estratégias metodológicas de pesquisa em arquitetura em sete grupos: pesquisa histórica, pesquisa qualitativa, pesquisa correlacional, pesquisa experimental, pesquisa por simulação, pesquisa por argumentação lógica e pesquisas mistas (Groat; Wang, 2013).

Uma das abordagens mais interessantes é a pesquisa mista, também conhecida como estratégia combinada. De acordo com Groat e Wang (2013), cada vez mais pesquisadores na área de arquitetura e urbanismo estão demonstrando interesse nessa possibilidade integrativa de métodos, aproveitando os pontos fortes de cada abordagem e compensando suas limitações. No entanto, essa é uma tarefa complexa, pois exige que o pesquisador se aprofunde em diferentes linhas de investigação, criando conexões e explorando novas possibilidades a partir desse conhecimento transdisciplinar. “A pesquisa com estratégias combinadas representa uma enorme oportunidade para a pesquisa em arquitetura. Por definição, a arquitetura é uma área profissional multidisciplinar” (Groat; Wang, 2013, p. 449, tradução minha).

Entretanto, ao analisar teses e dissertações premiadas na área de arquitetura e urbanismo nos últimos 10 anos, notei que a maioria delas se concentra em áreas

específicas e não apresenta grandes inovações no campo das estratégias metodológicas. Isso foi observado durante a elaboração do artigo *O que pode uma escrita? Cartografia de controvérsias em teses de arquitetura e urbanismo* (Resende; Rheingantz; Tângari, 2022). Apesar de ser uma estatística significativamente baixa, é válido questionar a relevância das estratégias para as motivações por trás da premiação e do reconhecimento desses trabalhos.

Após essa apreciação, percebo que esta tese pode contribuir para o avanço metodológico no campo da arquitetura e urbanismo, incentivando outros pesquisadores a se aventurarem e explorarem as complexidades das paisagens urbanas, em especial aquelas em fronteiras. A estratégia metodológica proposta, apresentada no Capítulo 2, não busca ser um manual para replicação, mas sim um exemplo possível de emprego de estratégias combinadas. Acompanhar as transformações da paisagem de fronteira exige a transgressão e reinvenção dos métodos, seus meios e materiais.

(3) considerações e pistas sobre o enfrentamento dos conflitos urbanos e socioambientais nas cidades-gêmeas estudadas

"Hoje, na maior parte do tempo, o planejamento urbano é feito contra a paisagem. Como reconverter o tecido urbano industrial em tecido urbano natural, trazendo a natureza para o centro e transformando as cidades por dentro?" (KRENAK, 2022, p. 33). O questionamento de Krenak no século XXI demonstra a ineficácia e o estrago que os planejamentos capitalistas/funcionalistas e neoliberais propõem para a maioria das cidades, dialogando com as antigas e persistentes críticas de diversos pesquisadores no assunto, como Maria Kohlsdorf (1995); Ermínia Maricato (2000), Raquel Rolnik (2009), Flávio Villaça (2010), David Harvey (2014), Peter Hall e Mark Tewdwr-Jones (2011); Henri Lefebvre (2008) e Peter Marcuse (2009), entre tantos outros intelectuais que se debruçam sobre o tema.

De acordo com Maria Elaine Kohlsdorf (1985, p. 57), no caso do Brasil, "o urbanismo antecede o processo de urbanização". Arrisco-me a dizer que em grande parte da América do Sul, esse fenômeno também ocorreu. Isso significa que os países que foram colonizados por exploração refletiram tanto o pensamento quanto o planejamento do modelo urbanístico progressista europeu no início de seu processo de formação (o traçado do centro da capital mineira, Belo Horizonte, é um exemplo emblemático desta época). O fato de a industrialização impulsionar

a urbanização, organizando e delimitando o território conforme as relações de produção capitalista, mesmo que em graus e tempos distintos, é observado nos dois contextos como peça-chave para entender o processo de formação (Kohlsdorf, 1985).

Após as modificações no entendimento e na crítica da gênese do planejamento urbano, a concepção da cidade evoluiu, passando de um fenômeno físico para a visão de uma cidade como um organismo vivo e dinâmico. O desejo por uma cidade ideal, projetada para o futuro, vem sendo substituído por uma abordagem voltada à cidade real, ao presente. Se inicialmente o planejamento urbano enfatizava a cidade industrial como a única possibilidade viável para o desenvolvimento, priorizando técnicas e profissionais de arquitetura e engenharia como os únicos responsáveis, gradualmente esse entendimento foi mudando para uma abordagem sistêmica do planejamento. Quer dizer, enxergando a cidade como um processo social interconectado, que demanda a colaboração transdisciplinar de profissionais que pensem coletivamente. Essa perspectiva busca simular e propor soluções práticas, sustentáveis e ecológicas para os desafios urbanos contemporâneos (Kohlsdorf, 1985; Hall; Tewdwr-Jones, 2011).

Entretanto, o desenvolvimento e a "boa intenção" do planejamento urbano precisam ser pensados para toda a cidade, tanto em sua escala urbana quanto regional, levando em conta os aspectos econômicos, sociais e culturais, uma vez que a cidade contemporânea é um sistema complexo e interligado. Mas, infelizmente, não é isso que observamos na maioria dos planos, especialmente na América do Sul. O que ainda persiste é o conhecido trocadilho da arquiteta Ermínia Maricato (2000, p. 121): "as ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias". A autora nos explica que o planejamento e a regulação urbanística, no caso do Brasil, incidem somente em uma parte da cidade, seguindo uma hierarquia de prioridades (ideias fora do lugar), excluindo e invisibilizando as favelas, as comunidades e os lugares à margem da cidade, que escapam do interesse do mercado imobiliário e especulativo, no processo de gestão e planejamento (lugar fora das ideias) (Maricato, 2000).

Esse fato contribui para as desigualdades socioespaciais, acelera os impactos socioambientais ao mesmo tempo em que mantém os privilégios da classe social dominante. E o problema não está na falta ou na qualidade da regulamentação legislativa, inclusive o Brasil se destaca neste âmbito, mas sim na estrutura

ideológica por traz dessa elaboração das diretrizes, no qual mantem uma política tradicional e clientelista que favorece aqueles agentes com maior poder aquisitivo e não se atém às deficiências do crescimento das periferias (Maricato, 2000).

Penso que a parcela da cidade reconhecida como “legal, formal, oficial” existe e se conserva porque há a exploração da parcela da cidade “ilegal, informal, transgressora”. "O direito à cidade", termo cunhado por Henri Lefebvre na efervescência do ano de 1968 na França, pode ser emprestado para a América do Sul, mas somente ressignificado. Henri Lefebvre (2008) está se referindo a um aspecto mais ideológico da coletividade, da luta social pelos direitos civis, mas a realidade do sul global exige um passo anterior. A precariedade das classes vulneráveis grita por outras urgências, aquelas mínimas para a existência da vida. Não há como engajar no movimento das lutas ideológicas, por reformas estruturais, se a primeira preocupação é ter o que comer e onde se abrigar, por isso as conquistas nessa direção são mais lentas.

Em busca de amenizar tal cenário, o avanço e o aprimoramento das legislações urbanísticas, com destaque para o Estatuto da Cidade em 2001, e a efetividade das políticas públicas baseadas nos pilares da equidade social, sustentabilidade e ecologia vão de encontro a uma agenda de reforma urbana (implementação de políticas como o Conselho Nacional das Cidades e a Campanha por Planos Diretores Participativos), defendida por Raquel Rolnik (2009). Porém, o processo de urbanização do Brasil, assim como em outras áreas de dependência governamental, está sujeito a inúmeras burocracias centralizadas e setorializadas, nas quais os interesses dos atores políticos e econômicos conferem o marco decisório. Com isso, os "atores políticos, especialmente aqueles envolvidos no jogo político-partidário, estão geralmente mais interessados nas consequências de suas ações a curto prazo em razão da temporalidade da política eleitoral" (Rolnik, 2009, p. 46).

Além das burocracias, outro fator de peso nessas decisões refere-se ao posicionamento político ideológico do Estado vigente, que, ao passar por alterações significativas, pode levar à perda de alguns avanços. Por exemplo, no governo de 2019 a 2022 no Brasil observamos o desmonte da política urbanística, como a extinção do Ministério das Cidades em 2019; a retirada de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS); o enfraquecimento dos órgãos de proteção ambiental e, consequentemente, o aumento do

desmatamento, da exploração de minério e da grilagem de terras; o posicionamento contrário à reforma agrária e à função social da terra; a ausência de processos de regularização fundiária para assentamentos irregulares, entre tantos outros retrocessos que intensificam ainda mais a desigualdade socioespacial e excluem grande parte da população do direito básico à infraestrutura da cidade.

A compreensão desse panorama é crucial para que todos os profissionais que desejam contribuir com diretrizes teórico-práticas urbanas conheçam os desafios de sua aplicabilidade. E, acima de tudo, é fundamental que eles incluam, nesse processo de agenda ou reforma urbana, a participação dos agentes diretamente envolvidos. Ouvir e aprender com o que a comunidade local e os povos originários têm a dizer e nos ensinar retira o ego desses profissionais, evitando que se vejam como os únicos "salvadores" capazes de garantir melhor qualidade urbana.

Em uma palestra para o CAU/BR em 2020, no Rio de Janeiro, o arquiteto e urbanista brasileiro Jaime Lerner afirmou: "Precisamos de menos egoarquitetos e mais equoarquitetos"[24]. Para alcançar uma abordagem mais equitativa, é essencial romper constantemente com as cicatrizes do ensino modernista, retirando o protagonismo das mãos dos arquitetos e abrindo espaço para uma escuta ativa e soluções conjuntas, que possam ser pontuais e locais, mas que, aos poucos, reverberem em outras escalas.

Compreendo que as cidades-gêmeas, foco deste estudo, também enfrentam cenários de conflitos e desafios para construir processos de planejamento urbano e políticas públicas adequadas às necessidades dos habitantes, humanos e não- humanos, intensificados pela necessidade de cumprir legislações nacionais e internacionais. No entanto, ao adotar uma perspectiva diferente e substituir a ideia da arquiteta "solucionadora" pela arquiteta "ouvinte", percebo que as cidades-gêmeas nos ensinam, experimentam e questionam a essência dos planos urbanos e as modificações da paisagem. O "não-planejamento", o efêmero e as incursões espontâneas dentro da fronteira ativam novas formas de investigar os processos e desenvolvimentos urbanos, arquitetônicos e paisagísticos que surgem na contemporaneidade.

[24] Síntese da palestra disponível em: https://www.revistaprojeto.com.br/acervo/jaime-lerner-prega-o-fim-do-ego-na-arquitetura/. Acesso em 18 de maio de 2023.

Em diversas publicações, artigos e livros, observo que as cidades de fronteira podem ser analisadas por várias perspectivas. Por exemplo, uma perspectiva econômica-capitalista, que incentiva e promove arquiteturas espetaculares nos *free shops*; uma perspectiva política apoiada pela segurança nacional, buscando maior controle e rigidez nas aduanas; e uma perspectiva patrimonial e cultural, que preserva as trocas e costumes fronteiriços, como o reconhecimento do "portunhol", entre outras abordagens. Diante dessa rede rizomática de heterogeneidades, vejo que minha contribuição para o estudo das cidades-gêmeas está relacionada às transformações da paisagem de fronteira, com o intuito de compreender a lógica dos processos geradores da forma, sejam eles legais ou de distintas apropriações culturais, que influenciam na qualidade dos lugares e fornecem pistas sobre esse "outro planejamento" que emerge da coletividade.

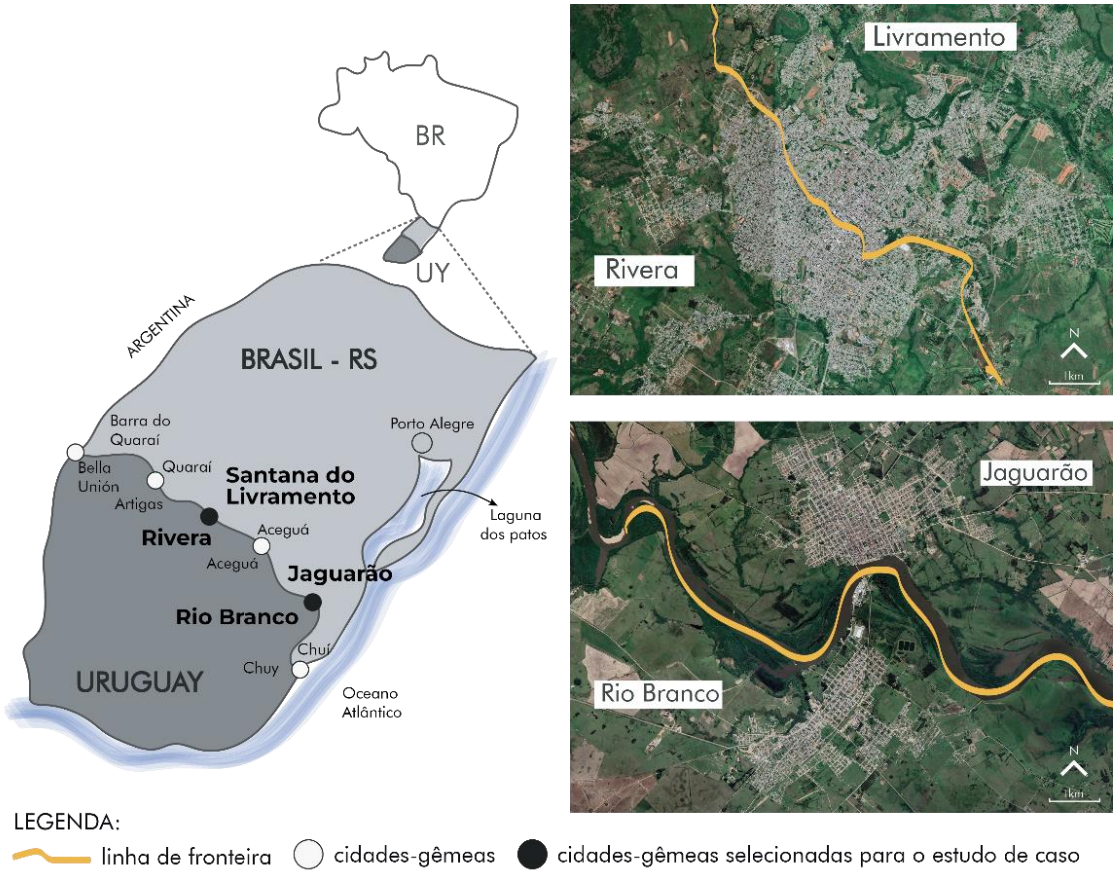
Observa-se que a localização geográfica das cidades-gêmeas foi constituída de maneira estratégica. Ao analisarmos o mapa de localização das cidades-gêmeas na Figura 6, podemos constatar sua distribuição ao longo de toda a linha, nas extremidades leste e oeste, e as demais espaçadas proporcionalmente. Essa disposição tem uma justificativa histórica, relacionada à ocupação e povoamento das áreas como forma de contenção do avanço estrangeiro e demarcação de limites ("fronteira humana"). Inicialmente, essas cidades surgiram como acampamentos militares e, posteriormente, foram incentivadas para fins de ocupação e urbanização. No caso do Uruguay, duas cidades foram elevadas à condição de capitais dos departamentos: Rivera e Artigas (Struminsk, 2015).

No próprio traçado urbano dessas cidades, é possível identificar as influências de engenheiros militares portugueses e espanhóis, que buscavam promover um desenho urbano de controle, vigilância e defesa. Philippe Panerai (2006) descreve a disseminação e as características do traçado xadrez, que ganhou força no processo de colonização no território americano por volta do século XVII.

No entanto, é interessante perceber as diferenças de planejamento e desenho urbano entre essas cidades, que, mesmo divididas/unidas por uma "linha imaginária", refletem características próprias. Nos estudos de Luiz Fernando Rhoden (2007) sobre as cidades de Livramento-Rivera, o autor desmistifica o senso comum de que as cidades possuem um desenho espelhado, destacando as integrações de algumas vias e traçados ortogonais. Ele analisa, ao contrário, que do lado brasileiro, as quadras seguem a topografia, ou seja, possuem dimensões

distintas, enquanto do lado uruguaio as vias e quadras formam uma quadricula perfeita. Essa mesma constatação de Rhoden pode ser observada em graus maiores ou menores em outras cidades-gêmeas, sendo que nas de fronteira molhada essas diferenças são mais nítidas.

Figura 6 – Localização dos estudos de caso das cidades-gêmeas Brasil-Uruguay



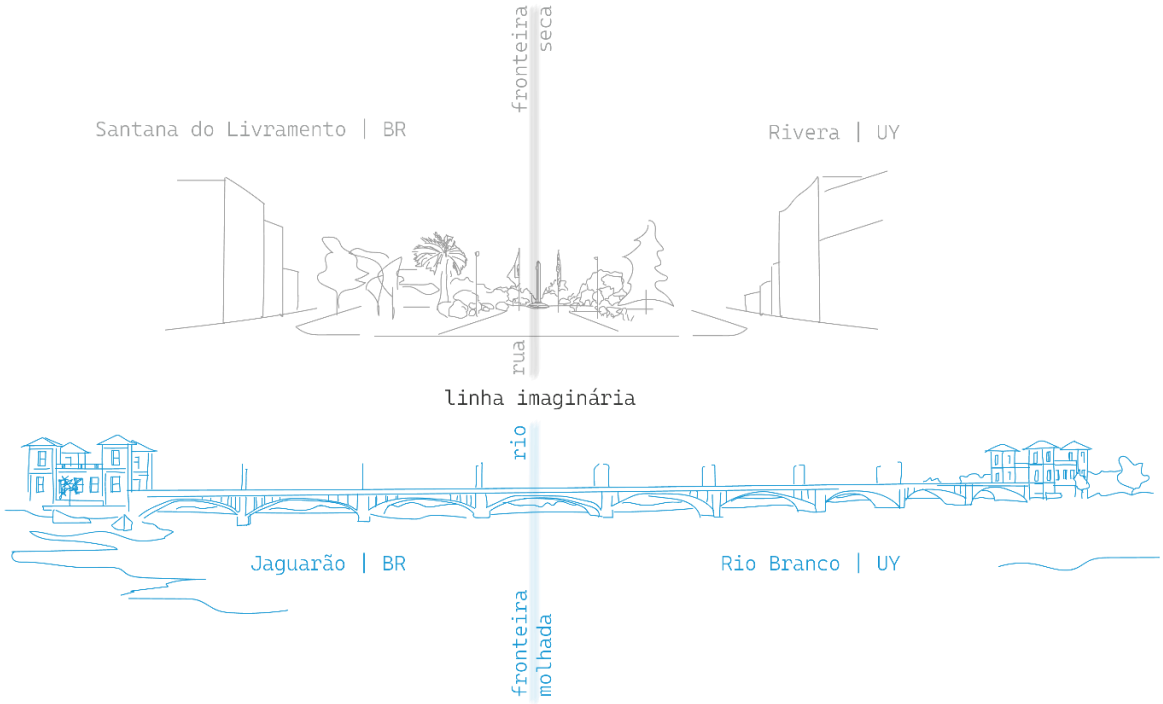
Fonte: Autora, 2023. Fotografia de satélite do Google Earth, 2023.

Nesse contexto, esta pesquisa de tese possui um caráter investigativo e exploratório, propondo ainda considerações e pistas quanto ao enfrentamento dos conflitos urbanos e socioambientais nas cidades-gêmeas. Essas reflexões são construídas com base nas experiências *in loco*, ouvindo a população local e registrando as principais transformações da morfologia nos últimos anos. Dessa forma, para atingir esse propósito, foi necessário restringir o recorte espacial, optando por dois estudos de caso.

O critério de seleção das cidades baseou-se na maior densidade de ocupação urbana e na diferenciação da configuração espacial quanto ao limite político-territorial: fronteira seca (Santana do Livramento-Rivera) e fronteira molhada

(Jaguarão-Rio Branco) (Figura 6). Enquanto a primeira tem a linha divisória marcada por uma via arterial, a segunda é delimitada pelo curso do Rio Jaguarão. No croqui da Figura 7, é possível perceber as diferenças da paisagem por onde a linha imaginária é traçada. O ato de atravessar uma ponte ou uma praça confere diferentes percepções no corpo. Da mesma forma, a pressão que esta linha exerce sobre o desenho urbano implica em usos e manifestações culturais também distintos. Cidades separadas ou unidas (dependendo do ponto de vista) pela dinâmica de um rio respondem de maneira diferente das cidades identificadas apenas por sinalizações de bandeiras e marcos.

Figura 7 – Croqui da linha de fronteira nos estudos de caso



Fonte: Autora, 2023.

As considerações são elaboradas com base nas transformações da morfologia observadas no período de 2018 a 2023, ou seja, durante 5 anos, correspondendo à investigação *in loco* nessas cidades. Em 2018, estabeleci vínculos com moradores/as, prefeitos/as, vereadores/as, secretários/as de planejamento urbano, engenheiros/as e arquitetos/as, que desempenham um papel importante nesta pesquisa. Porém, foram encontros breves e passagens rápidas pelas cidades.

Em 2023, me aproximo do território de maneira mais imersiva, quase como em uma investigação antropológica que coloca o corpo à prova. Dediquei mais dias

e tempo a cada cidade, caminhando em um ritmo mais lento, o que me permitiu captar as nuances do dia e da noite, ouvir pacientemente diferentes moradores e vivenciar a diversidade local. Almocei tanto a *parrilla* uruguaia quanto o churrasco gaúcho, aprendi a lidar com as diferentes moedas e idiomas, ouvi as conversas de esquina e experienciei dormir em uma casa que, de tempos em tempos, é visitada pelas águas do rio. Enfim, me evolvi e fui envolvida pela paisagera com intensidade.

1.5 Arranjo da pesquisa

A escrita da tese foi construída como uma história em que o enredo, os personagens e os lugares se entrelaçam. Esse fato torna um pouco desafiador o arranjo da pesquisa, uma vez que, para manter a continuidade, alguns temas requerem capítulos mais extensos do que outros. No entanto, a fim de evitar esse desequilíbrio, propus uma organização mais aberta e comunicativa entre os capítulos.

A primeira parte do trabalho é composta pelo Capítulo de **Apresentação**, pelo Capítulo 1, intitulado **Entrada pelo meio: as interrogações e os caminhos**, e pelo Capítulo 02, **As estratégias e as táticas**. Nessa parte, é possível conhecer a minha trajetória, meus questionamentos e interesses, bem como obter informações sobre os lugares que estão sendo investigados, sobre a rede de agentes envolvidos e sobre as ferramentas que serão utilizadas para alcançar os objetivos propostos.

Os capítulos restantes ficam na segunda parte, no processo de construção da cartografia. **Paisagera: o caso Brasil-Uruguay**, no Capítulo 3, aprofunda as características singulares da paisagera a partir dos estudos de caso e ilustra as transformações da morfologia. Enquanto o Capítulo 4, **Fronteira molhada: Jaguarão | Rio Branco** e o Capítulo 5, **Fronteira seca: Santana do Livramento | Rivera**, revelam a composição da rede através da caminhografia urbana, abrindo as caixas-pretas e sustentando as controvérsias por meio da associação dos agentes. Por fim, o Capítulo 6, **Saída pelo meio: Relato situado**, encerra a narrativa trazendo apontamentos, pistas e considerações sobre os resultados encontrados e sobre todo o processo investigativo.

O Quadro 2 sintetiza a estrutura do trabalho e arranjo da pesquisa conectando as questões parciais aos objetivos específicos. Esses objetivos, por sua vez, exigem estratégias e táticas metodológicas específicas para alcançar os

resultados esperados. Assim, os capítulos são desenhados de forma a atender a cada uma das questões e objetivos propostos.

Quadro 2 – Síntese da organização da tese

Questão central: Como as transformações da paisagem nas cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Uruguay, juntamente com as narrativas dos diferentes agentes, evidenciam e testemunham os conflitos e controvérsias, e quais são os seus efeitos na gestão, no planejamento e nas dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais desses territórios binacionais?

Objetivo geral: cartografar os efeitos, afetos e narrativas das transformações da paisagem nas cidades-gêmeas Brasil-Uruguay, a fim de apreender as controvérsias, os conflitos e seus impactos na gestão e planejamento desse território binacional.

Questões parciais	**Objetivos específicos**	**Estratégias e táticas**	**Resultados esperados**	**Capítulos**
(1) Quais são as características e singularidades que compõem a paisagera, a partir de uma perspectiva decolonial?	(a) entender a paisagera a partir de uma abordagem decolonial, em diálogo com o campo da arquitetura e do urbanismo;	- Pesquisa bibliográfica - Pesquisa crítica fundamentada nas visitas de campo	- Composição da paisagera. Apontando as singularidades de uma paisagem de fronteira sul-americana	3. PAISAGERA: O CASO BRASIL-URUGUAY 3.1 Por uma cartografia paisagera 3.2 A composição 3.2.1 Caminhada decolonial 3.2.2 Paisagem 3.2.3 Fronteira 3.2.4 Paisagera
(2) Quais são as principais transformações ocorridas na morfologia da paisagem de fronteira Brasil-Uruguay nos últimos anos?	(b) cartografar as transformações da paisagera nos últimos cinco anos através da leitura morfológica e das experiências de campo na fronteira Brasil-Uruguay;	- Pesquisa documental - Morfologia das transformações - Pesquisa de campo	- Mapas, fotografias e narrativas indicando as principais transformações da morfologia nos estudos de caso;	3. PAISAGERA: O CASO BRASIL-URUGUAY 3.3 O território 3.3.1 Jaguarão (Brasil) e Rio Branco (Uruguay) 3.3.2 Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguay) 3.4 A lente
(3) Quem são os atores-redes envolvidos nesses processos de transformação e como participam das controvérsias e conflitos na paisagera?	(c) registrar os agentes (atores-redes) envolvidos no processo de transformação da paisagem, experienciados pelas cidades-gêmeas Brasil-Uruguay.	- Pesquisa de campo: caminhografia urbana e entrevista de manejo cartográfico - Cartografia de controvérsias	- Composição da rede identificando os agentes e as associações. - Discussão crítica e situada sobre os agentes e os efeitos geradores da forma urbana.	4. FRONTEIRA MOLHADA: Jaguarão | Rio Branco 5. FRONTEIRA SECA: Santana do Livramento | Rivera

Fonte: Autora, 2024.

2. AS ESTRATÉGIAS E AS TÁTICAS

> É preciso atrever-se a criar pelo ponto de fuga, sair do óbvio, enfrentando multiplicidades, o inesperado e correr o risco de encontrar-se com o inédito, o impensado até então. Na loucura, na esquizofrenia, no limite, na fronteira — embaralhando o óbvio (Eduardo Rocha e Taís Santos, 2023, s/p).

A pesquisa, de caráter exploratório e compositivo, visa cartografar/mapear as transformações contemporâneas da paisagera nas cidades-gêmeas Brasil-Uruguay. Essas transformações impactam na qualidade e na vivência dos lugares por meio de distintas intervenções, decisões, planejamentos e projetos urbanos e arquitetônicos.

Este capítulo dialoga com as estratégias e táticas performadas ao longo da pesquisa, apresentando suas características e os instrumentos mobilizados durante o processo investigativo, que são registradas por exercerem agência na constituição da rede de pesquisa. Importa destacar que o estudo da morfologia da paisagem aqui desenvolvido foi contaminado[25] pelos fundamentos da Teoria Ator-Rede (TAR/ANT) e dos Estudos de Ciência e Tecnologia (CTS), o que contribuiu para configurar uma pesquisa mestiça. Essa mestiçagem[26], ao tensionar fronteiras disciplinares e epistemológicas, faz emergir conflitos e fricções produtivas no interior do próprio texto, que se apresenta por vezes como campo de negociação entre morfologia urbana, estudos decoloniais e a TAR/ANT. Tal tensão pode ser reconhecida como um gesto de recalcitrância[27], expressão da performance crítica e situada da pesquisadora diante dos regimes de explicação e dos modos

[25] O termo contaminação é empregado aqui no sentido de "contaminação enquanto colaboração", conforme proposto pela antropóloga Ana Tsing (2021). Segundo ela, "somos contaminados por nossos encontros; eles transformam quem somos à medida que abrimos espaço para os outros" e "colaboração significa trabalhar por meio das diferenças, o que resulta em contaminação" (Tsing, 2021, p. 73). Esse processo de contaminação, em que encontros se transformam em acontecimentos, gera diversidade. Contudo, essa diversidade contaminada é complexa, pois surge de uma paisagem em ruínas, concebida a partir da escuta de sobreviventes de experiências impactantes, como confrontos, guerras, disputas territoriais, violência e destruição ambiental.

[26] Referência à filosofia da mestiçagem do filósofo Michel Serres (1993, p. 14): “Ao atravessar o rio e entregar-se completamente nu ao domínio da margem à frente, ele acaba de aprender uma coisa mestiça. O outro lado, os novos costumes, uma língua estrangeira, é claro. Mas, acima disso, acaba de aprender a aprendizagem nesse meio branco que não tem sentido para encontrar todos os sentidos”. Logo, a mestiçagem não é apenas a mistura de uma coisa com outra, mas sim um processo de transformação, um fenômeno de hibridização que possibilita o encontro com a inovação. A mestiçagem como pedagogia.

[27] Para a TAR/ANT, refere-se à resistência ativa dos agentes em se deixarem encaixar passivamente em explicações ou enquadramentos estáveis. Inspirada na Proposição Cosmopolítica de Isabelle Stengers (2019) e na noção latouriana de corpo como interface que aprende, a recalcitrância evidencia o papel dos agentes como elementos que interrompem, complicam ou desafiam os processos de dominação e fechamento explicativo. Trata-se, portanto, de um traço crítico e epistêmico, que revela a potência dos agentes em redefinir redes e resistir à redução à ordem (Rheingantz, 2025 [2002]).

instituídos de produção de conhecimento.

Entretanto, este diálogo é realizado na abertura de algumas "caixas-pretas" relacionadas ao conhecimento metodológico da pesquisa. A expressão "caixa-preta", segundo Bruno Latour (2000, p. 14), "é usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar, é desenhada uma caixinha preta, a respeito da qual não é preciso saber nada, senão o que nela entra e o que dela sai". Ou seja, a abertura da "caixa-preta" ativa questionamentos essenciais, ao mesmo tempo em que torna o processo democrático e visível quanto às escolhas, opções e caminhos do/a pesquisador/a.

No primeiro ano do Doutorado, a disciplina obrigatória Seminários de Pesquisa explora diversos métodos e aplicações que podem ser escolhidas de acordo com cada tipo de pesquisa. A principal referência explorada na disciplina foi o livro *Architectural Research Methods* de Linda Groat e David Wang (2013). Percebi que a organização proposta por sua didática e pelas questões de interesse que aborda, se difere significativamente da abordagem dos CTS e da TAR/ANT. Dessa forma, decidi seguir a estrutura de Groat e Wang (2013), porém contrapondo com o pensamento dos CTS-TAR/ANT. Ao abrir a "caixa-preta" sobre os métodos e as metodologias reconhecidas e legitimadas no campo acadêmico, consigo explorar outras possibilidades, traçando um caminho do meio, com alternativas heterogêneas e diversificadas.

O livro se estrutura em torno de quatro grupos: o primeiro, mais externo (abrangente), engloba sucessivamente os demais, mais internos (específicos). Conforme avançamos para o interior da estrutura, compreendemos a especificidade do método. Do mais externo ao mais interno, temos: (1) o sistema de investigação (visão de mundo); (2) as escolas de pensamento; (3) as estratégias; e (4) as táticas (Groat; Wang, 2013).

A Figura 8 exemplifica essa estrutura, indicando simultaneamente as teorias e filosofias ontológicas (sobre o ser e a natureza das realidades), epistemológicas (sobre as performações da relação do pesquisador com o que está sendo pesquisado) e metodológicas (sobre o processo de pesquisa, da coleta à análise). O diagrama apresenta cada um desses grupos e é preenchido com as abordagens que mais se aproximam desta tese.

Figura 8 – Diagrama explicativo da estratégia metodológica adotada

Fonte: Autora, 2023, com base na obra de Groat e Wang (2013).

No entanto, para os estudos da TAR/ANT, não faz sentido trabalhar com essas estruturas prévias, pois se alguma estrutura existe, ela vai emergindo e se desdobrando na medida em que a pesquisa segue seu caminho. Bruno Latour (2013) argumenta que o pensamento modernista insiste em separar a natureza e a sociedade, como se fossem dois polos ontológicos diferentes e incompatíveis entre si. Da mesma forma, ontologia, epistemologia e metodologia, como anunciado anteriormente, não deveriam ser trabalhadas de modo separado, em “caixinhas”. De acordo com Isabelle Stengers (2018), o que existe são coletivos de natureza-sociedade. A autora propõe a cosmopolítica como uma prática que reconhece, mas que subverte a herança moderna, uma prática que questiona as certezas e as ideias prontas.

> [...] mas essa palavra, cosmopolítica, me veio em um momento no qual a inquietude me tomava, quando eu tinha a necessidade de desacelerar face à possibilidade de que, com a maior das boas vontades, eu estivesse correndo o risco de reproduzir, desde que comecei a pensar, o que aprendi ser o pecado mais recorrente da tradição à qual pertenço: transformar em chave universal neutra, isto

> é, válida para todos, um tipo de prática da qual nós somos particularmente orgulhosos (Stengers, 2018, p. 445).

Stengers (2018) faz um alerta e um convite às pesquisadoras e pesquisadores para abandonarem essa responsabilidade que o ensino modernista nos aprisiona, de sermos os porta-vozes de uma teoria ou de um método que só reproduz a autoridade do pensamento ocidental, limitando a capacidade inventiva das outras múltiplas realidades.

De fato, seguir e desenhar o diagrama proposto por Groat e Wang (2013) é muito mais confortável e seguro do que permitir ser levado pelos acontecimentos do caminho de Stengers (2018) e Latour (2013). Não elimino as influências da herança modernista, pois as incluo como agentes que, junto à minha subjetividade, performam controvérsias e conflitos na rede. Enfrentar a agência dessa herança é um exercício de desmontar e desacelerar o que até então considerava definido e fixo; ao mesmo tempo, é uma prática de abertura para o inesperado e o impensado, como descrito na epígrafe deste capítulo.

2.1 O sistema de investigação e as escolas de pensamento

O sistema de investigação, ou visão de mundo, se refere à natureza do conhecimento e das múltiplas realidades. E, é a partir de suas visões de mundo, que as/os pesquisadoras/es entendem os fenômenos, formulam suas questões de interesse, escolhem métodos e procedimentos de contemplação. Múltiplos fatores moldam a visão de mundo, seja a partir da experiência pessoal da pesquisadora, o contato com bibliografias de determinada linha filosófica, o contexto cultural e temporal durante o processo, entre outras particularidades.

Por sua essência qualitativa, esta pesquisa "depende de evidências não numéricas, sejam verbais (orais ou escritas), experienciais (filmes ou notas sobre pessoas em ação) ou artefatos (objetos, edifícios ou objetos urbanos)" (Groat; Wang, 2013, p. 69, tradução minha).

Assim, minha pesquisa assume a subjetividade das múltiplas realidades e, por vezes sua intersubjetividade, enquanto pesquisadora, tenho agência no processo da pesquisa, interajo e me associo ou incorporo a ela. Enquanto que o processo indutivo busca entendimento através de múltiplos fatores que afetam as realidades investigadas, partindo do específico para o geral, por isso requer procedimentos e instrumentos mais abertos e inventivos.

Considero a pesquisa como predominantemente qualitativa, porque ela não

elimina os dados numéricos e estatísticos que, por serem tratados como complementares, também são importantes no processo de composição da rede investigativa. Segundo Passos, Kastrup e Escóssia (2009, p. 08): “os processos de produção da realidade se expressam de múltiplas maneiras, cabendo a inclusão de dados quantitativos e qualitativos”. Os dados dos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Estadística do Uruguay (INE), assim como os aspectos morfológicos, serão explorados nesta pesquisa, contribuindo para uma melhor compreensão dos fenômenos.

No diagrama da Figura 8, ainda é possível observar, dentro do campo do sistema de investigação, a indicação dos estudos decoloniais (uma das vertentes teórico-práticas indicada na Figura 5). Além dos aspectos acima mencionados, há a influência de um conjunto heterogêneo de teorias que problematiza a questão da colonialidade no centro da discussão. O pensamento crítico sul-americano é responsável por parte do direcionamento da pesquisa, privilegiando o discurso local, situado e marginalizado, em contraste com teorias globais, generalistas e dominantes.

Com relação às escolas de pensamento, independentemente de estarem explícitas ou não na escrita, elas inevitavelmente contaminam o processo. Não que as pesquisas tenham a obrigatoriedade de se "afiliarem" a determinada escola, mas a estrutura do projeto, a formulação de questões e o manejo dos dados fornecem pistas de qual linha de pensamento o/a autor/a se aproxima na produção do conhecimento. Podem, inclusive, ocorrer cruzamentos de algumas teorias, mas há um viés quanto ao tipo de abordagem a seguir.

De acordo com a abordagem da pesquisadora em educação Janete Carvalho (2010, p. 08), as escolas são “como grandes ‘guarda-chuvas’, sob os quais se abrigam diferentes posicionamentos, não necessariamente excludentes”. A partir das características de cada escola, é possível perceber conexões e desvios em relação à “visão de ciência, relação sujeito-objeto, critérios de verdade, regularidade da realidade, neutralidade e objetividade e construção da ciência” (Carvalho, 2010, p. 10).

Diante dos questionamentos e argumentos apresentados, percebo que esta pesquisa inclui entre seus agentes alguns relacionados com os fundamentos da fenomenologia e do pós-estruturalismo. A fenomenologia tem origem no século XIX, com os estudos de Edmund Husserl, e com o passar do tempo sofreu

ramificações, recebendo contribuições e críticas de outros filósofos, como Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre, Maurice Merleau-Ponty e Paul Ricoeur. O estudo dos fenômenos é a explicação dada pela etimologia, ou como David Cerbone (2013, p. 13) nos elucida: “a noção de um fenômeno e a noção de experiência, de um modo geral, coincidem. Portanto, prestar atenção à experiência em vez de àquilo que é experienciado é prestar atenção aos fenômenos”.

A fenomenologia concentra-se na essência dos fatos por meio da experiência, ou seja, é “um relato do espaço, do tempo, do mundo ‘vividos’” (Merleau-Ponty, 1999, p. 1). Dessa forma, não reconhece a dicotomia entre sujeito e objeto e enfatiza a intencionalidade da consciência no processo de vivência. Toda experiência é intencional, possuindo um propósito e interesse do ser (*ego/eu*), que requer um objeto (*cogitatum/noema*) que será experimentado de diversas formas, como percepção, desejo, recordação ou pavor (*cogito/noesis*). Essa é a estrutura tripartite da fenomenologia proposta por Husserl (Cerbone, 2013).

Portanto, o método fenomenológico se destaca pela abordagem qualitativa e pela exploração da experiência com o objetivo de compreender, descrever e problematizar as realidades. Além disso, reconhece que o conhecimento é provisório, sempre em constante reelaboração, com uma abordagem subjetiva, compreensiva e intencional, opondo-se à corrente positivista que valoriza a objetividade e a neutralidade (Carvalho, 2010).

Em diálogo com essa corrente, mas propondo outros desdobramentos, o pós-estruturalismo é uma escola ou "movimento de pensamento", segundo Michael Peters (2000), que surgiu por volta da metade do século XX, influenciado pelos estudos dos filósofos Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger, Michel Foucault, Jacques Derrida e Gilles Deleuze. O pós-estruturalismo representa uma resposta ou reação ao movimento estruturalista, contrapondo alguns conceitos, mas sem a intenção de negá-lo, e sim de ampliar e transformar o que até então estava consolidado. Essa escola fomenta inovações teóricas, como a análise diacrônica, as narrativas genealógicas e a desconstrução. Ao mesmo tempo, compartilha algumas similaridades com o movimento que o antecedeu, discordando em relação ao privilégio, à individualidade e à autonomia do sujeito racional da filosofia humanista, e mantendo uma herança intelectual comum, influenciada pelos estudos de Freud e Marx (Peters, 2000).

As principais características defendidas pelo pós-estruturalismo, que

colaboram na contaminação nesta pesquisa, são as seguintes: questionar o poder disciplinador da ciência e seus efeitos na sociedade; romper com os dualismos; entender a subjetividade como produção de diferenças; descentralizar o sujeito; estabelecer a relação sujeito e objeto como indeterminada, com base no princípio da multiplicidade; compreender que a verdade é uma construção inventada, ou seja, está naquilo que descrevemos, resultante das práticas sociais cotidianas e nunca desassociada do sistema de poder, saber e humanidades; afirmar a inexistência de neutralidade científica, uma vez que todo saber é político; apresentar a cartografia como um procedimento metodológico que consegue acompanhar os processos e construir a rede da realidade social, ainda que provisória; por fim, as metodologias são flexíveis, adaptáveis e suas análises fragmentárias e descontínuas no qual estão sempre abertas a transformações (Carvalho, 2010).

De acordo com Michael Peters (2000), é importante destacar que o movimento pós-estruturalista é composto por diferentes correntes ao longo do tempo. A primeira e a segunda geração, predominantemente de cunho filosófico francês, com as contribuições de Derrida, Foucault e Deleuze, tiveram e ainda têm reverberações em muitas disciplinas, como sociologia, antropologia, política, entre outras. No entanto, a terceira e quarta gerações, contemporâneas, reúnem coletivos de feministas, pós-colonialistas (ou decoloniais), ecologistas, psicanalistas, que ampliam as discussões de seus antecessores, adicionando complexidades de outra ordem e fugindo de qualquer definição precisa. Verifica-se assim que "o pensamento pós-estruturalista é uma obra em andamento" (Peters, 2000, p. 46).

Em síntese, a fenomenologia se concentra na essência da experiência e na intencionalidade da consciência, enquanto o pós-estruturalismo questiona a estabilidade do significado, analisa as estruturas de poder e desconstrói os sistemas de pensamento (ainda que contribua para a criação de outros). Ambas as escolas são críticas e analíticas em relação às questões fundamentais da filosofia, mas cada uma enfoca aspectos distintos. Por isso, a opção de integrá-las neste estudo oferece atenção à prática da experiência, à escrita descritiva e ao acompanhamento dos processos de forma mais abrangente e fluida.

Apesar de seu compromisso com a noção de experiência, tanto a Fenomenologia quanto o Pós-estruturalismo tendem a falar *sobre* a experiência, em vez de *narrar*, *habitar* ou *contar* suas próprias experiências de forma situada.

Ambas as correntes operam majoritariamente no nível da explicação e da análise, muitas vezes afastando-se do caráter encarnado e contingente do viver. Como destaca o neurobiólogo chileno Humberto Maturana em *Cognição, Ciência e Vida Cotidiana* (2001, p. 27), "o explicar é uma operação distinta da experiência que se quer explicar, ou seja, ela está na linguagem". Para ele, é fundamental separar no discurso dois momentos diferentes: a vivência e a explicação. O que se faz, o que se vive, é de outra ordem em relação ao que se enuncia. Explicar é sempre reformular a experiência, e essa reformulação só se torna explicação quando é aceita por um observador. Maturana (2001) nos alerta para o equívoco comum de se pensar que a explicação revela a essência da experiência, como se esta existisse independentemente de quem a vive. Assim, ao privilegiar o discurso sobre a vivência, essas escolas de pensamento muitas vezes reiteram a distância entre o sujeito que experimenta e a linguagem que tenta dar conta dessa experiência.

A partir dessa crítica às contaminações das escolas de pensamento que tendem a abstrair a experiência em favor da explicação, busquei me aproximar também de abordagens que permitissem lidar com o vivido de maneira mais situada e relacional. Foi nesse contexto que associei a Teoria Ator-Rede (TAR/ANT) (ver Figura 5), que, diferentemente das tradições filosóficas mencionadas, não se organiza como uma escola de pensamento. Em vez disso, oferece ferramentas que favorecem a atenção às práticas, às relações e aos modos de existência que emergem nas experiências cotidianas. Compreendo a TAR/ANT como um processo de "afetação", ou seja, uma ferramenta que possibilita aos pesquisadores treinarem suas habilidades perceptivas, aflorar os sentidos, descrever e articular com o inesperado.

> A força da TAR não está em sua coerência e previsibilidade, mas naquilo que à primeira vista, ou aos olhos de quem gosta de suas teorias sólidas, pode parecer ser sua fraqueza: sua capacidade de adaptação e sensibilidade. Se a TAR é uma teoria, então uma teoria ajuda a contar casos, traçar contrastes, articular camadas silenciosas, virar questões de cabeça para baixo, focar no inesperado, aumentar a sensibilidade de alguém, propor novos termos e mudar histórias de um contexto para outro (Mol, 2010, p. 262, tradução minha).

Annemarie Mol (2010) entende a função da TAR/ANT como um repositório aberto e adaptável, que possibilita formas experimentais de sintonizar com o mundo e toda a sua complexidade. Como uma convidada, a TAR/ANT permeia este trabalho justamente nas frestas, incluindo outros agentes, articulando outras redes,

descobrindo outras controvérsias e, principalmente, alertando a pesquisadora para a atenção plena e sensível aos acontecimentos durante o processo.

Para os CTS-TAR/ANT, as realidades são múltiplas, performadas e situadas, assim como o conhecimento. Dessa forma, é inviável pensar em um sistema de investigação que consiga, sozinho, abarcar toda essa singularidade dos fenômenos. De forma semelhante, não faz sentido explicar os fenômenos, se ater à essência dos fatos, uma vez que exige a criação de classificações, categorias, hierarquias, separando sujeito e objetos. O que interessa à TAR/ANT é seguir e registrar os agentes e, talvez explorar algumas associações com as escolas de pensamento que conseguem criticar e extrapolar o pensamento modernista.

É importante enfatizar que essa articulação entre a fenomenologia, o pós-estruturalismo e a Teoria Ator-Rede não busca excluir ou hierarquizar essas correntes, mas, ao contrário, integrar suas contribuições de forma complementar. Trata-se de aprender com autores como João do Rio, Yi-Fu Tuan, Deleuze, Derrida, Anne Marie Mol, Bruno Latour, entre outros, valorizando os modos distintos com que cada um nos permite pensar o mundo e suas complexidades.

2.2 As estratégias

As estratégias indicam o que fazer, enquanto as táticas orientam o como fazer. Na pesquisa, as estratégias moldam a tomada de decisões principais, enquanto as táticas correspondem às técnicas e os instrumentos para a coleta e análise de dados. Em um projeto de pesquisa, podem existir múltiplas estratégias e táticas, desde que sejam coerentes e atuem de forma complementar. Na concepção da TAR/ANT, as estratégias e táticas são escolhidas à medida que os agentes solicitam, por isso, é difícil antecipá-las ou anunciá-las desconectadas dos agentes.

No caso desta tese, após a pesquisa de campo, foram utilizadas três estratégias interligadas às vertentes teórico-práticas já enunciadas: o estudo de caso aliado aos Estudos Decoloniais; a cartografia de controvérsias integrada à Teoria Ator-Rede; e as Transformações da Morfologia, que se configuram como uma vertente e estratégia ao mesmo tempo. A seguir, cada uma será detalhada.

2.2.1 Estudo de caso

Uma das principais referências sobre estudo de caso é o cientista social

Robert Yin (2001, p. 32), que o define como “uma investigação empírica que examina um fenômeno contemporâneo em seu contexto de vida real”, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claros. Ao lidar com fenômenos contemporâneos, o/a pesquisador/a precisa estar imerso no contexto, pois tais fenômenos não podem ser replicados em laboratório. Apesar de permitir a identificação de padrões, Yin adverte que o estudo de caso não deve buscar generalizações estatísticas.

Yin (2001) destaca que essa estratégia pode ser explicativa, descritiva, exploratória ou combinada, conforme a pergunta de pesquisa. As principais características dos estudos de caso são: (a) foco em um ou múltiplos casos no contexto real; (b) esclarecimento de vínculos causais; (c) desenvolvimento teórico na fase do projeto; (d) uso de múltiplas fontes de evidência; e (e) generalização teórica (Groat; Wang, 2013). Esta última é alvo de controvérsia. Gil (2008) critica a frágil capacidade de generalização dos estudos de caso, enquanto Yin (2001) argumenta que sua força está justamente na possibilidade de gerar teoria a partir de casos específicos, diferindo da amostragem estatística.

Yin (2001) exemplifica com *Morte e Vida das Grandes Cidades*, de Jane Jacobs (2000), que, a partir de Nova York, constrói reflexões aplicáveis ao planejamento urbano em geral, como a diversidade de usos e o papel das calçadas e praças na vitalidade das ruas. Por outro lado, Robert Stake (2000) questiona a exigência de generalização teórica. Para ele, o foco deve estar na descrição e nas particularidades do caso, cabendo aos/às leitores/as decidir se há relevância para outros contextos. Stake propõe três tipos de estudo de caso: intrínseco (caso único), instrumental (caso para iluminar uma teoria) e coletivo (análise de múltiplos casos).

Sob uma terceira abordagem, John Law (2017) afirma que os Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) operam por meio de estudos de caso, onde teoria, método, prática empírica e agentes sociais se articulam em uma única rede. Callon (1986a; 1986b) desenvolveu a sociologia da tradução[28] a partir do caso do veículo elétrico e dos pescadores; Latour (1993; 1996) estudou laboratórios e sistemas de transporte como o Aramis; e exemplos mais próximos,

[28] A “sociologia da tradução” é o termo inicialmente preferido por Michel Callon e Bruno Latour para se referirem àquilo que mais tarde se consolidaria como Teoria Ator-Rede (TAR/ANT). O termo expressava a ênfase no processo de mediação e transformação dos interesses entre os agentes. Posteriormente, Latour abandonaria parte das críticas à sigla ANT e passaria a explorá-la como metáfora — a imagem das formigas (*ant*, formiga em inglês), que, como os atores-rede, performam coletivos por meio de movimentos discretos e contínuos.

contemporâneos e da arquitetura-urbanismo, Angotti (2019) explorou a contribuição da TAR/ANT no caso da demolição da Perimetral e seus efeitos na Zona Portuária do Rio de Janeiro/RJ e Sbarra (2020) investigou a Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha (OUC Porto Maravilha) no Rio de Janeiro, relacionando arquitetura icônica e paisagem.

Dessa forma, os CTS e a TAR/ANT entendem que teoria e prática emergem conjuntamente, e que não é necessário que todo estudo de caso leve à formulação de uma teoria ampla. Nesta tese, a compreensão da paisagera é construída a partir das experiências nas cidades-gêmeas da Fronteira Brasil-Uruguay, com uma abordagem decolonial e sem pretensões universalizantes, em consonância com o entendimento situado e relacional dos CTS-TAR/ANT.

2.2.2 Cartografia de controvérsias

A estratégia metodológica da Cartografia de Controvérsias (CC) é fundamentada em uma pesquisa exploratória, inspirada por trabalhos de acadêmicos como Bruno Latour (2005), John Law (2002; 2004), Tommaso Venturini (2010), Tommaso Venturini e Anders Munk (2022) e Rosa Pedro (2010). A Cartografia de Controvérsias examina as interações entre pessoas e objetos, gerando uma rede sociotécnica de natureza não linear, constantemente aberta e interconectada entre atores humanos e não-humanos. Esse enfoque está em conformidade com os princípios da Teoria Ator-Rede (TAR), que mapeia as práticas cotidianas resultantes das conexões entre sociedade, ciência e tecnologia (CTS). A ênfase está em identificar associações que não buscam meramente explicar fenômenos, mas sim performar múltiplas realidades.

Tommaso Venturini (2010) salienta que a Cartografia de Controvérsias é uma vertente educacional da TAR, mais acessível a estudantes, uma vez que se concentra na prática da criação de dispositivos de observação e descrição, evitando tensões conceituais. Portanto, a escolha dessa abordagem metodológica visa promover uma cartografia mais inclusiva, capaz de evitar interpretações preconcebidas e permitir o registro das contribuições dos agentes envolvidos. Através da escrita proposta, busca-se documentar as controvérsias que emergem no contexto coletivo. De acordo com André Lemos (2013, p. 110):

> Podemos dizer que a CC é um conjunto de técnicas para explorar e visualizar polêmicas, questões emergentes em determinados agrupamentos, o movimento, a circulação da ação e a fluidez das

> mediações, revelando as diversas dimensões que compõem uma rede sociotécnica. No entanto, deve-se fazer o mapeamento antes que os envolvidos resolvam os seus problemas e tornem-se opacos uns aos outros, criando pontualizações ou caixas-pretas.

A Cartografia de Controvérsias consiste no mapeamento e divulgação das situações e fenômenos onde os agentes concordam em sua discordância, resultando na "fotografia" de situações controversas. Entretanto, Latour (2008), extrapola essa ideia meramente educacional da Cartografia de Controvérsias, proposta por Venturini (2010), e a considera como o conjunto de procedimentos que possibilitam sua utilização na vida cotidiana.

O termo "cartografia" transcende o entendimento etimológico de carta ou mapa escrito (*charta+graphein*), muito utilizado no campo da geografia, para atingir um nível mais profundo de "inscrição da experiência". Essa abordagem cartográfica se aproxima da filosofia da diferença de Deleuze e Guattari (1995, p. 21), no qual afirmam que "se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real. O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói". Complementar a esse entendimento, para Suely Rolnik (2007, p. 23) essa cartografia “acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos”. Portanto, a cartografia é o registro sensível e provisório de uma situação real e atual.

No que tange o entendimento sobre controvérsia, se refere a um momento em que há mais de um ponto de vista. Latour (2000) ilustra isso com o mito romano de Jano Bifronte (*Janus*). *Janus* é uma divindade conhecida como o deus das portas, dos limiares, dos começos e dos fins. Possui uma face voltada para a frente, representando o presente e o porvir, que, para Latour (2000), simboliza a "ciência em construção" e em processo. A face oposta está voltada para trás, evocando o passado e simbolizando a ciência pronta, acabada, enclausurada em uma caixa-preta. Ao longo do livro, o autor demonstra que cada face possui um ponto de vista distinto sobre determinado assunto, resultando em controvérsias.

Além dos diferentes entendimentos, a controvérsia também se configura como uma discussão prolongada no espaço-tempo, uma troca argumentativa entre agentes que compõem a rede de inúmeras associações. A controvérsia é "o lugar e o tempo da observação, onde se elaboram as associações e o 'social' emerge antes de se solidificar ou estabilizar em caixas-pretas. A visibilidade da rede se

manifesta nas controvérsias" (Lemos, 2013, p. 55).

A controvérsia é a incerteza compartilhada entre agentes, uma situação momentânea de desacordo, mas que cessa quando os mesmos encontram um denominador comum e se estabilizam. “Escolhemos as controvérsias como porta de entrada, mas também precisamos acompanhar o modo como essas controvérsias se encerram” (Latour, 2000, p. 21).

Com o intuito de apresentar de maneira mais didática as propriedades das controvérsias, Venturini (2010) propôs uma analogia interessante comparando-a com o magma vulcânico. A dinâmica do estado magmático, situado entre o estado líquido e o sólido, simboliza o aspecto social dentro da controvérsia, exatamente nesse estado intermediário que não é nem um nem outro, mas ambos ao mesmo tempo. À medida que a lava vulcânica se afasta do centro mais quente e se aproxima das bordas mais frias, ela tende a se solidificar e cristalizar (caixas-pretas). Seguindo a mesma lógica, quando uma rocha sólida entra em contato com uma quantidade de lava muito quente, tende a derreter e tornar-se mais líquida. Correspondente a essa dinâmica, o aspecto social também se transforma, sendo construído, desconstruído e reconstruído ao longo do tempo. É neste momento "magmático" de convergência e mediação que se formam as controvérsias, sendo um ponto ideal para mapear a rede de associações entre os envolvidos, humanos e não-humanos (Venturini, 2010).

Portanto, a cartografia de controvérsias une os dois conceitos mencionados anteriormente. A cartografia atua como um método estratégico para acompanhar os processos, enquanto a controvérsia representa um flagrante no espaço-tempo de uma polêmica, a situação mais propícia para descrever a rede de negociações entre agentes e suas interações.

No tocante ao processo metodológico da Cartografia de Controvérsias, conforme salientado por Venturini (2010), não se encontra um protocolo ou uma sequência definida de como mapear as controvérsias. De maneira similar, não se dispõe de hipóteses, premissas ou procedimentos obrigatórios a seguir. Rosa Pedro e Mariana Moreira (2015) também ressaltam que o debate metodológico não deve se concentrar no "como fazer", mas sim na capacidade de questionar "como as coisas são realizadas".

A orientação do filósofo Bruno Latour para a Cartografia de Controvérsias é "apenas olhar as controvérsias e dizer o que se vê", um processo contínuo de

observação e descrição (Venturini, 2010, p. 2, tradução minha). No entanto, apesar dessa abordagem aparentemente simplista, os autores ressaltam que a Cartografia de Controvérsias é um processo complexo, desafiador e demorado. Portanto, por não exigir um procedimento específico, a Cartografia de Controvérsias acolhe todo e qualquer instrumento de observação, permitindo a combinação e associação de quantos forem necessários, bem como a incorporação de diferentes contribuições teóricas e metodológicas.

Contudo, as/os cartógrafas/os da Cartografia de Controvérsias devem estar cientes de que o mapa que produzem jamais será imparcial. “É, portanto, limitado, parcial, provisório. Implica, sobretudo, os desafios de uma escrita sobre realidades que se fazem ao mesmo tempo em que buscamos conhecê-las” (Pedro; Moreira, 2015, p. 1411). Mesmo fazendo parte da rede, Bruno Latour aconselha que as/os cartógrafas/os mantenham a simetria e evitem adotar polaridades. Em outras palavras, eles devem seguir as pistas de investigação e ouvir mais atentamente as vozes dos agentes do que suas próprias preconcepções.

A partir da publicação recente do livro *Controversy Mapping: A Field Guide*, de Venturini e Munk (2022), os autores decidiram, com base em suas experiências cartográficas, proporcionar auxílio a outras/os pesquisadoras/es por meio de um "guia de campo". Nesse guia, eles oferecem direcionamentos, ferramentas e alertas para tornar o processo cartográfico mais envolvente e eficaz.

Um dos aspectos inovadores dessa publicação aborda o avanço e as oportunidades proporcionados pelas tecnologias e métodos digitais no processo de mapeamento. Embora o método tradicional esteja vinculado à etnografia e à semiótica, os meios digitais agregam funcionalidades de rastreabilidade, flexibilidade e produtividade, sem diminuir os méritos e as práticas de outros enfoques. Esses recursos digitais desempenham um papel crucial tanto na coleta e pesquisa de dados quanto na representação e análise. Isso é evidenciado pelo projeto MACOSPOL (Mapeamento de Controvérsias em Ciência para Política), uma plataforma online que está constantemente aprimorando as técnicas de cartografia digital (Venturini; Munk, 2022).

Comum aos guias, Venturini e Munk (2022) identificaram sete "credos" como maneira de estabelecer princípios fundamentais para orientar as/os cartógrafas/os. Menos como imposição e mais como orientação e sugestão, os autores alertam que "o credo do cartógrafo é fácil de jurar, mas difícil de viver, e requer métodos de

pesquisa à altura da tarefa" (Venturini; Munk, 2022, p. 44, tradução minha). O Quadro 3 resume as instruções.

Quadro 3 – Os 07 credos para as/os cartógrafas/os

Credo das/os cartógrafas/os por Venturini (2022)	
1. eu seguirei os atores	- evitar supor um conhecimento superior ao das pessoas estudadas; - extrair dos atores o que é mais crucial e pertinente; - distinguir entre o que faz parte da controvérsia e o que não faz; - dar voz as opiniões divergentes, mesmo quando não concordo ou considero irrelevantes.
2. eu ponderarei	- equilibrar a visibilidade dos atores de forma proporcional à diferença que fazem no debate; - diferenciar o peso da representação dos pontos de vista; - diferenciar também o peso de cada tipo de influência e importância.
3. eu declararei a minha posição	- pretender interesse; - revelar minha opinião sobre o assunto que estou investigando; - evidenciar como minhas posições no debate afetam a maneira como represento e exploro o tema.
4. eu permanecerei com o problema	- enfrentar a complexidade das controvérsias sem recorrer a soluções teóricas e metodológicas simplistas; - abandonar meu quadro de referências e categorias conhecidas como uma maneira de evitar as inconsistências e as surpresas das situações sociais.
5. eu seguirei o meio	- aproveitar o fato de as controvérsias se tornarem públicas (online, jornais) e serem posteriormente registradas e mediadas por tecnologias digitais; - analisar as infraestruturas sociotécnicas responsáveis pela a criação dos registros digitais; - considerar as maneiras específicas pelas quais essas infraestruturas influenciam a situação que estão intermediando.
6. eu desenharei mapas legíveis	- produzir os mapas simplifiquem a representação dos territórios, tornando a navegação mais fácil; - criar mapas legíveis, essa é a justificativa válida para simplificar a complexidade da controvérsia; - simplificar exige cautela, transparência e respeito, permitindo que outros revertam o mapa, se necessário.
7. eu abrirei a minha investigação para outros	- disponibilizar os dados coletados publicamente, sempre que possível, incluindo os códigos criados, imagens e textos produzidos; - compartilhar minha pesquisa com aqueles interessados pelo tema e convidá-los a se envolver.

Fonte: Autora, com base em na obra de Venturini e Munk (2022), 2023.

Realmente, manter a atenção e a vigilância sobre todos esses pontos é uma tarefa desafiadora. No entanto, ter esse conhecimento prévio contribui para o desenvolvimento da cartografia. A escolha dos autores de expressar esses princípios como um juramento gera certo estranhamento, dado que a cartografia e a configuração da rede são um processo rizomático, aberto e conectável, e os

"credos" se assemelham mais a dogmas e restrições. No entanto, ao mesmo tempo, essa abordagem enfatiza a responsabilidade do cartógrafo, expressando compromissos como "eu seguirei, eu ponderarei, eu desenharei...". Isso ressalta a inseparabilidade entre o pesquisador e o objeto de estudo, bem como as nuances desse encontro. Não há protagonista, o uso do "eu" representa apenas um dos agentes na rede.

O avanço dos sistemas tecnocientíficos de fato contribui para tornar as controvérsias mais evidentes, como indicado no item 05 do Quadro 3. As redes sociais e a divulgação do debate público de forma instantânea propiciam o compartilhamento de informações e o envolvimento de mais atores. As redes sociais das prefeituras das cidades-gêmeas, por exemplo, divulgam diariamente as ações, os eventos e os debates em plenárias sobre as transformações na cidade, facilitando a investigação.

Entretanto, é necessário ter a consciência de que o alcance digital não abrange a representatividade de todos os atores, sendo parcial, visto que a desigualdade social e econômica na América do Sul é significativa. Segundo os dados divulgados no relatório TIC Domicílios (Tecnologia, Informação e Comunicação) de 2022[29], mais de 36 milhões de cidadãos brasileiros não foram conectados à internet no ano anterior. Um número realmente expressivo que difere das estatísticas europeias das publicações de Venturini e Munk. Por isso, a pesquisa de campo e o contato com outros agentes à margem das redes de tecnologia precisam ser incluídos de outra forma.

O método da Cartografia de Controvérsias é muito mais amplo e profundo do que foi apresentado até então. No entanto, no decorrer do processo, especialmente nos Capítulos 4 e 5, na prática e na aplicação nos estudos de caso, outras considerações e características sobre o método serão melhor detalhadas, tais como a escolha das controvérsias, os dispositivos, a forma de representação e os cuidados para o mapeamento, entre outras questões.

Apreender a paisagem de fronteira significa identificar os diversos agentes e suas formas de relação através de descrições e apontamentos sobre seus rastros. E, para isso, a controvérsia se apresenta como o momento ideal para tal investigação, instante em que a circulação e a articulação de forças entre atores estão mais

[29] Publicação completa do estudo disponível em: https://static.poder360.com.br/2023/05/tic-domicilios-2022.pdf. Acesso em 22 de junho de 2023.

evidentes. A Cartografia de Controvérsias fornece o instrumental necessário para propiciar o desenho dessa rede complexa a partir da experiência em campo.

2.2.3 Transformações da Morfologia

Quanto a terceira estratégia metodológica refere-se à transformação da morfologia, uma análise da forma, da estrutura urbana das cidades. De acordo com Vicente Del Rio (1990) o estudo morfológico captura tanto questões de produção como de modificação da forma urbana no decorrer do tempo. Como afirmou Milton Santos (2009, p. 54): “a paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos”. Dentro deste campo podemos criar uma multiplicidade de mapas com diferentes escalas (dimensão setorial, urbana ou territorial) e temáticas (organização funcional, aspectos qualitativos, aspectos quantitativos e aspectos figurativos) (Lamas, 2010).

Conforme os estudos do espanhol Horácio Capel (2002) e da brasileira Maria Sposito (2004), renomados pesquisadores no campo da geografia, a morfologia urbana vai além da mera descrição de formas físicas. Ela abrange também os processos e eventos que a redefinem de maneira constante. O acompanhamento do desenvolvimento da forma urbana é conhecido como "morfogênese". Dessa forma, o estudo da morfologia urbana visa compreender tanto os elementos que constituem o tecido urbano quanto os mecanismos de transformação que moldam sua estrutura ao longo do tempo, ambos agentes da rede.

Na tese de Inês Isidoro (2017), a autora apresenta, em um quadro comparativo, os métodos de análise da forma nas diferentes escolas ou grupos de morfologia urbana. A Escola Britânica, reconhecida pelos trabalhos de Michael Conzen, possui uma abordagem histórico-geográfica, enquanto que a Escola Italiana, de Severino Muratori e Aldo Rossi, e a Escola Francesa, de Philippe Panerai, possuem uma abordagem processual-tipológica. Todas elas relacionadas ao método cognitivo-qualitativo de análise. Há também as abordagens normativas-quantitativas, conhecidas pelos métodos de sintaxe espacial, gramática da forma, autómatos celulares e transecto. No caso de autoria brasileira, a principal abordagem é a sistêmica da paisagem, tanto na escala intraurbana como metropolitana, tendo como principais referências os trabalhos de Sílvio Macedo, Vera Tângari, Eugenio Queiroga, Jonathas Magalhães e o grupo de pesquisa QUAPA-SEL e SEL-RJ.

A distinção, ou seja, o que impulsiona a emergência destas distintas abordagens, reside no método de análise — na maneira como é realizado. Por conseguinte, o resultado da pesquisa urbana (a representação) de cada uma destas abordagens também difere, embora os desfechos possam convergir em ideias complementares. Este último ponto é corroborado na tese de Ana Monteiro (2020), na qual ela demonstrou a eficácia da interseção dos dados e análises obtidos a partir de diferentes pontos de vista teóricos e metodológicos.

Diante da grande diversidade de pesquisadores e métodos de análise da forma urbana, optei por utilizar como referências principais o geógrafo espanhol Horácio Capel (2002; 2005; 2013) e o arquiteto português José Lamas (2010). Ambos relacionam o conceito de morfologia urbana ao de paisagem. Segundo Lamas (2010, p. 37), "a morfologia urbana estudará essencialmente os aspectos exteriores do meio urbano e suas relações recíprocas, definindo e explicando a paisagem urbana e sua estrutura". Em um sentido complementar, para Capel (2002, p. 67, tradução minha):

> a descrição da morfologia das cidades permite-nos constatar, sem dúvida, aquela rica e enorme diversidade de paisagens urbanas. Porque refletem efetivamente, e ao mesmo tempo, a evolução histórica, a cultura, as funções econômicas e o bem-estar da população. Mas também é possível realizar classificações que enfatizem um determinado critério diferenciador.

Dessa forma, considerar a paisagem como dispositivo de análise nos estudos morfológicos permite a vinculação entre as inúmeras relações que coexistem nas cidades, nas quais a tradução do espaço físico é também permeada por questões empíricas, não cristalizando o estudo somente em sua materialidade espacial. Concordo que "a paisagem urbana constitui um patrimônio cultural de grande valor" (Capel, 2002, p. 20, tradução minha).

Entretanto, esses dois referenciais estão baseados em seus estudos de caso europeus, exatamente no território dos colonizadores destes estudos: Portugal no Brasil e Espanha no Uruguay. Embora seja válido observar as interferências e influências que o desenho urbano dos colonizadores impactou nas colônias, seria irresponsável não considerar os estudos urbanos dos pesquisadores da América do Sul. Em outras palavras, é crucial estar atento às pesquisas que emergem da realidade local, com singularidades muito diferentes das europeias.

Isto posto, é relevante ressaltar o trabalho dos grupos de pesquisa brasileiro QUAPA-SEL e SEL-RJ. Esses grupos empregam um método de análise que envolve

a exploração minuciosa do ambiente urbano, baseado na categorização de diferentes formas e configurações. Isso inclui a consideração da dimensão da paisagem como o produto da interação de uma sociedade, composta por diversos agentes, em um determinado espaço físico. A paisagem, moldada pelo transcorrer do tempo, reflete as influências do contexto cultural da sociedade que a envolve (Pegoraro; Macedo, 2015).

Para este estudo pontuo em escala territorial os fatores físicos e ambientais (hidrografia, relevo, vegetação); processos de expansão urbana; uso/ocupação do solo e os espaços livres. A produção desses mapas permite uma análise mais concisa das evoluções e transformações do território ao longo do tempo (no recorte temporal de 2018 a 2023). Os dados coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE e do Instituto Nacional de Estadística — INE[30] do Uruguay são fundamentais revelam questões de demografia, infraestrutura, coleta e destinação de resíduos, transporte, educação, saúde, equipamentos públicos dentre outros temas que inferem direta ou indiretamente na rede de transformações da paisagem de fronteira.

A estratégia de entender a transformação da morfologia consiste em verificar as modificações e permanências no território a partir de delimitações temporais e espaciais. De acordo com Capel (2002), as mudanças na morfologia estão relacionadas a processos de (1) periodização; (2) diacronismo entre forma e função; (3) expansões e estagnações; (4) limites e barreiras e (5) uso do solo.

Quanto ao primeiro ponto, Capel (2002) aponta que as cidades não se desenvolvem de maneira gradual e contínua, com fatores propulsores identificáveis facilmente. Em vez disso, há períodos de crescimento rápido e outros lentos, motivados por várias razões. Segundo o autor, não existe uma teoria específica capaz de avaliar com precisão os processos que desencadeiam as periodizações.

Em conjunto com essa noção de periodização, o tecido urbano deve ser analisado considerando o diacronismo entre forma e função — o segundo ponto. Isso significa que ao longo do tempo, novas funções surgem, demandando novas formas, enquanto formas já consolidadas podem ser adaptadas para acomodar

[30] O último censo do IBGE ocorreu em 2022, porém o lançamento dos resultados está sendo realizado ao longo deste ano de 2023. No caso do INE, o censo está sendo realizado neste ano de 2023, e os dados serão lançados somente em 2024. Dessa forma, será preciso aguardar os dados do INE para fazer o comparativo adequado com a proporcionalidade temporal.

funções diferentes. Como explicado por Lamas (2010, p. 111), "um edifício, mesmo após uma restauração cuidadosa, sempre será diferente de seu estado original, uma vez que a utilização mudou e se adaptou às exigências de conforto, entre outras coisas". Parte dessas mudanças decorre de fatores gerais, incluindo questões globais, e parte delas é resultado de mudanças internas, questões locais (Capel, 2002).

Essas proposições de Capel são discutidas no contexto europeu, incluindo intervenções em muralhas medievais, por exemplo. No entanto, ao observar a dinâmica das cidades-gêmeas na fronteira entre Brasil-Uruguay, percebo o potencial de rápida adaptação e flexibilidade. Isso ocorre porque essas cidades estão constantemente sujeitas a variações de clima, cambiais, decisões jurídicas internacionais (decisões externas) e acordos locais de cooperação (decisões internas). As transformações vão desde mudanças de menor impacto, como a ocupação temporária de espaços internacionais para eventos, até mudanças de grande impacto, como a integração de infraestrutura viária e mobilidade urbana e às emergenciais: cheias, vazantes de Rio e outras.

Quanto às expansões e estagnações, conforme nomeado por Capel (2002), ou transformações e permanências, conforme indicado por Lamas (2010), esses aspectos estão diretamente ligados ao crescimento ou declínio econômico, demográfico e social. Ou seja, as mudanças ou falta delas no ambiente urbano são uma consequência do contexto em que estão inseridas. Essa característica é universal e perceptível em qualquer território; o que varia é o contexto com suas particularidades e impacto na cidade. A valorização do solo é um dos fatores que flutua ao longo do tempo e têm um grande potencial para influenciar processos de expansão ou estagnação. Conforme Ermínia Maricato (2014, p. 23) observa:

> A cidade constitui um grande patrimônio construído histórica e socialmente, mas sua apropriação é desigual e o nome do negócio é renda imobiliária ou localização, pois ela tem um preço devido aos seus atributos. Isso tem a ver também com a disputa pelos fundos públicos e sua distribuição (localização) no espaço.

A morfologia urbana configura-se como o registro desses processos de transformação, não apenas indicando o que expandiu, mas também avaliando a localização dessa expansão, o tipo de construção e função, além de identificar os agentes responsáveis tanto pela execução quanto pela ocupação. Essa investigação dos traços de crescimento ajuda a explicar, em certa medida, as

desigualdades e oportunidades na formação da cidade, permitindo identificar as influências dos agentes públicos e privados, bem como suas implicações.

Quando se trata dos processos de permanência, Lamas (2010) e Capel (2002) observam que os limites geográficos e físicos, como o relevo e a hidrografia, são mais resistentes às mudanças ao longo do tempo, assim como o traçado viário e os monumentos arquitetônicos que são preservados devido aos valores históricos e culturais locais.

Contudo, é importante entender que todos esses elementos que tendem a permanecer também podem passar por transformações e/ou substituições e/ou controvérsias. Não existe nada, na dinâmica urbana, que seja imutável. Por exemplo, se antes, os monumentos e esculturas em praças públicas eram respeitados e conservados, com o tempo, vimos esses símbolos sendo questionados e, consequentemente, alvo de vandalismo ou remoção. Especialmente na América do Sul, estátuas de colonizadores, generais e traficantes de escravos estão sendo derrubadas, enquanto as bandeiras dos povos originários e da luta contra o racismo são erguidas[31]. De forma análoga, os cursos hídricos, que geralmente são mais resistentes a mudanças, podem ainda passar por um processo de canalização ou construção de pontes para travessia, resultando em outras metamorfoses, enchentes, desvios etc. Portanto, a análise das permanências precisa ser ponderada.

O quarto ponto apresentado por Capel (2002) trata dos elementos urbanos que servem como limites e barreiras para a expansão da cidade. O autor cita exemplos das características físicas como montanhas e cursos de rios, bem como elementos de decisão humana, como linhas de demarcação territorial (no caso das cidade-gêmeas a linha imaginária de fronteira), as leis que restringem a construção em certas áreas, no caso de preservação ambiental e a estrutura das linhas férreas. Ao examinar esses limites, podemos compreender a lógica de crescimento das cidades e as razões por trás das direções da expansão urbana.

Por fim, o último ponto ressalta a diversidade das atividades realizadas no território urbano, o uso e ocupação do solo. Cada tipo de uso urbano, residencial, industrial, comercial, de lazer, exigem determinadas infraestruturas que priorizam localidades no tecido urbano. No caso comercial a conexão viária tem grande

[31] Mais informações disponíveis em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57743744. Acesso em: 25 de junho e 2023.

importância visto a acessibilidade de produtos e consumidores. Na indústria a localização deve ser muito bem pensada, pois os impactos de abastecimento, destinação dos rejeitos, ruídos, poluição são intensificados. Já em caso de moradias o conforto, a acessibilidade e a segurança irão impactar na escolha da localização. Todas essas demandas influenciam a construção e espacialização do crescimento urbano.

Além de todos esses pontos é essencial enfatizar a relevância dos Sistemas de Espaços Livres de Edificação (SEL)[32] para este estudo de acompanhamento das transformações morfológicas. Segundo Miranda Magnoli (1982), os espaços livres referem-se a áreas desprovidas de edificações, sejam pavimentadas ou arborizadas, urbanas ou rurais, de natureza pública ou privada. Esses espaços livres constituem, predominantemente, uma parcela significativa do território de um município, visto que permeiam todo o tecido urbano com diversas funções, como conexão, deslocamento, lazer, permanência, contemplação, preservação, entre outras. Significa a leitura do que não é preenchido, dos fragmentos, dos hiatos e também dos vestígios. Na qualidade de sistema, o SEL pode ser interpretado como o componente e a interação que coordena, estrutura e delineia a totalidade das superfícies não edificadas dentro de um recorte específico, abrangendo desde a escala local até a regional (Queiroga, 2011).

A análise do SEL é apoiada nos estudos do grupo de pesquisa Sistema de Espaços Livres no Rio de Janeiro (SEL-RJ), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ-UFRJ) e da rede QUAPA-SEL (Quadro do Paisagismo no Brasil), vinculada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). A classificação dos sistemas de espaços livres pode ser estruturada de acordo com o Quadro 4.

A apreciação do SEL privado é realizada quadra a quadra; captada por imagem de satélite, sendo possível avaliar qual é o percentual de espaços livres nos lotes privativos, que recebem distintas atividades como pátios e quintais de residências, áreas de recreação, estacionamento, clubes esportivos, áreas de trabalho como carga e descarga, entre outros. De acordo com Queiroga (2011),

[32] O termo Sistema de Espaços Livres de Edificação foi introduzido por Magnoli (1982). Contudo, sua recorrente utilização na literatura e no discurso técnico levou à consolidação da forma abreviada Sistema de Espaços Livres (SEL). Ao longo deste trabalho, adoto a sigla SEL, compreendendo, entretanto, que ela se refere especificamente a espaços livres de edificação.

geralmente os SEL privados são fragmentados e descontínuos; contudo, são fundamentais na complementaridade ambiental e funcional para os SEL urbanos, principalmente os espaços que são vegetados e arborizados.

Quadro 4 – Classificação do Sistema de Espaços Livres

Sistema de Espaços Livres Privados	**Sistema de Espaços Livres Públicos**		
Maior densidade até 30%	Caráter ambiental		unidades de conservação corpos hídricos
	Caráter urbano	de circulação	canteiros viários estacionamentos passarela ruas, avenidas e calçadas
Média densidade de 30 - 50%		de permanência	campo de futebol parque praças
		de infraestrutura	uso dominial uso internacional
		de expansão	área vegetada
	Caráter rural	de circulação	canteiros viários estacionamentos passarela ruas, avenidas e calçadas
Baixa densidade acima de 50%		de permanência	campo de futebol parque praças
		de infraestrutura	uso dominial uso internacional
		de expansão	área vegetada

Fonte: Dados coletados conforme Tângari *et al*., 2012 e Pereira *et al*., 2023.

Quanto ao SEL público, há diferentes níveis de apropriação e acessibilidade, podendo ser considerados como bens de uso comum do povo (ruas, praças, parques, praias, etc.); bens de uso específico (áreas das instituições públicas como escolas, hospitais, museus, penitenciárias, etc.) e bens dominicais (terrenos de marinha, terras devolutas, prédios de renda, etc.) (Macedo et al., 2018).

O SEL público pode ser classificado de acordo com a abordagem normativa, o que significa que ele pode assumir um caráter ambiental quando é regido pelas leis de preservação ambiental, que têm como objetivo evitar a expansão urbana em determinadas áreas, como as de Preservação Permanente (APP), os parques de conservação ambiental e as matas ciliares, entre outros exemplos. Além disso, o SEL público também pode estar sujeito à legislação urbanística, que inclui o plano diretor e as leis de zoneamento. Essas leis definem as áreas destinadas à circulação (para veículos e pedestres como ruas, avenidas e calçadas), áreas de permanência

(praças, calçadões, campos de futebol), infraestrutura (saneamento básico, educação, serviços) e expansão urbana (áreas verdes reservadas para o crescimento da cidade). Por último, existem também os espaços livres de caráter rural, localizados fora dos limites urbanos e regulamentados por leis estaduais e federais. Esses espaços estão associados a atividades agrícolas ou, de extrativismo, e infraestrutura rural, e que também podem apresentar atividades de circulação, permanência, infraestrutura e expansão (Tângari *et al*., 2012a).

Entretanto, acrescento a essa categorização uma outra subclasse ao Sistema de Espaços Livres Públicos. No caso específico dos aglomerados urbanos de fronteira, existem também os espaços livres de edificação ou urbanização que são compartilhados pelo direito internacional. Por exemplo, os rios internacionais, os canteiros de avenidas que acompanham a linha imaginária e, em casos mais raros, mas presentes neste estudo de caso, as praças internacionais.

Quanto aos rios internacionais, Ian Brownlie (1997) explica que existem dois tipos: os sucessivos e os contíguos. O primeiro se refere aos rios que atravessam dois ou mais Estados nacionais, ou seja, nascem no território de um Estado e passam sucessivamente por outros territórios de soberanias diferentes. Um exemplo é o rio Amazonas, que atravessa o Peru, a Colômbia e o Brasil. Já os rios contíguos têm suas águas banhando simultaneamente os territórios de Estados diferentes. Muitas vezes, esses rios servem de limites internacionais de fronteira, conhecidos como "fronteiras naturais" ou "rios transfronteiriços". Isso é o caso dos rios Uruguay, Paraná e Jaguarão (estudo de caso desta tese). De acordo com o livro “Direito Internacional Público” (Silva; Kindermann, 2013, p. 34):

> A soberania nos rios contíguos deve ser compartilhada pelos Estados que margeiam o rio, respeitando uma linha divisória imaginária. Nos rios sucessivos, cada país tem o direito de exercer a soberania no limite do seu território, mas ele tem também o dever de utilizar o rio de forma adequada, sem causar danos aos demais países em que o rio passa. Referente à navegação internacional, a regra é que ela deve ser livre para navios civis (comerciais ou turísticos). Tal liberdade, no entanto, admite que o Estado ou os Estados exerçam soberania quanto à fiscalização, à permissão para pesca, passagem e desempenho de atividades.

Nos rios contíguos, a linha que define os limites da soberania de cada país corresponde à linha de talvegue. O termo "talvegue" se originou do alemão "*talweg*", que significa caminho do vale e representa o ponto mais profundo de um vale, a linha mediana do canal principal (Poleto, 2014). Nesses casos, os Estados que

compartilham o rio não podem realizar alterações no leito do rio que prejudiquem a margem oposta, exigindo um diálogo constante e tratados de cooperação. É importante lembrar que o limite não se refere às margens, mas sim às águas. Portanto, qualquer alteração natural do rio, como os desvios, acompanha também à definição da linha de talvegue.

O caso do Rio Jaguarão é ainda mais especial, uma vez que até 1909, a linha limítrofe estava na margem da cidade uruguaia. Ou seja, durante muitos anos, o Rio Jaguarão pertenceu integralmente ao Brasil. Todavia, esses e outros aspectos serão abordados em mais detalhe no Capítulo 4.

Outro espaço livre público internacional é a Praça Internacional em Santana do Livramento e Rivera, inaugurada em 1943. É considerada a primeira praça internacional do mundo e é gerida e fiscalizada por uma Comissão Binacional, composta por representantes de ambos os países, ligados aos Ministérios das Relações Exteriores. No Brasil, a Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (SCBDL) é responsável pela demarcação, inspeção e manutenção dos marcos de fronteira. No Uruguay, a correspondente é a *Comisión de Caracterización y Límites Frontera Uruguay-Brasil* (CLUB).

Essa praça possui uma característica distinta, uma vez que sua propriedade é internacional, ou seja, não pertence exclusivamente ao Brasil ou ao Uruguay, mas sim a ambos. Segundo Eduardo Palermo e Andrea Ilha (2020), as cidades-países dividem os custos de manutenção desde sua origem, enquanto o abastecimento de água é fornecido pela cidade uruguaia de Rivera, a energia elétrica é provida por Santana do Livramento, cidade brasileira.

Qualquer intervenção na praça deve ser aprovada pela Comissão Binacional. Um exemplo recente é a construção, em 2016, de um centro de informações turísticas com salas de apoio e banheiros na extremidade leste da praça. Essa iniciativa partiu do Uruguay, mas só foi aprovada após várias conversas e considerações, devido à preocupação dos órgãos de preservação do patrimônio, a fim de evitar a descaracterização da paisagem (Palermo; Ilha, 2020).

Tanto o rio quanto a praça são, por excelência, espaços livres públicos e bens comuns do povo. No entanto, sua gestão é internacional, o que difere dos outros espaços livres públicos geridos pelo município correspondente ou pela União, no caso dos espaços dominiais. Esses espaços internacionais, ou espaços compartilhados como prefiro denominar, não se enquadram em nenhuma dessas

classificações. Portanto, adiciono mais uma camada à estrutura do Quadro 4.

Esses exemplos, ancorados nos estudos de caso, apresentam características singulares da paisagem, reforçando a importância da abordagem da morfologia urbana e do SEL para a investigação.

2.3 As táticas

Para finalizar a compreensão do processo desta tese, é importante indicar o ferramental que será utilizado como auxílio das estratégias. As táticas podem ser divididas em coleta e análise de dados, ou também uma combinação das duas abordagens. Existem tipos de ferramentas que serão usadas para coletar os dados, incluindo a revisão de literatura e a pesquisa documental, que auxiliam a estratégia dos estudos de caso. Outras técnicas serão aplicadas para analisar esses dados, como no caso da leitura da paisagem (Silva; Manetti; Tângari, 2013), que apoia a estratégia das transformações da morfologia. Além disso, existem abordagens que não apenas coletam, mas também analisam os dados, como é o caso da caminhografia (Rocha; Santos, 2023) e da entrevista de manejo cartográfico (Passos; Kastrup; Tedesco, 2014) que colaboram com a composição da cartografia de controvérsias.

O Quadro 5 reúne o vínculo de cada vertente teórico-práticas as estratégias, táticas e escalas correspondentes.

Quadro 5 – Correspondência entre Vertentes, Táticas e Escalas

Vertentes teórico-práticas	Estratégias	Táticas	Escalas
Estudos Decoloniais	estudo de caso	revisão da literatura e pesquisa documental	sul-americana
Transformações da Morfologia	transformações da morfologia	leitura da paisagem	urbana das cidades-gêmeas
Teoria Ator-Rede	cartografia de controvérsias	caminhografia urbana e entrevista de manejo cartográfico	rua e edificações (esc. 1:1)

Fonte: Autora, 2023.

2.3.1 Revisão da literatura

A revisão de literatura permeia todo o trabalho, uma vez que diferentes autores em áreas diversificadas do conhecimento configuram agentes importantes na rede. Em um viés exploratório e investigativo a realização da revisão de literatura é fundamental para conhecer o que já foi discutido sobre o tema,

dessa forma o diálogo entre autores de opiniões distintas e/ou similares fornece um estudo mais aprofundado e enriquecedor sobre o assunto, costurando uma escrita argumentativa.

Esta revisão acontece na medida em que as controvérsias e os questionamentos são incitados. A pesquisa na maioria dos casos é realizada em sites de busca de artigos científicos, livros, teses e dissertações publicadas, poesias, letras de música, filmes, entre outros. Não há nesta tese um capítulo exclusivo para a revisão de literatura, uma vez que ela está presente em todas as etapas. Cada referência, autor/a, ideia consultada constitui um agente que interfere e compõe a rede.

Essa abordagem integrada da revisão de literatura se alinha com a dinâmica da pesquisa contemporânea. À medida que os questionamentos emergem durante o desenvolvimento da pesquisa, a revisão de literatura se transforma para abordar essas novas questões, incorporando novas fontes e abordagens. Isso garante que o estudo permaneça relevante e atualizado, evitando a obsolescência das informações.

Além disso, essa abordagem demonstra a importância de reconhecer a influência e a contribuição de uma ampla gama de fontes de conhecimento. Não apenas as obras acadêmicas, mas também elementos da cultura popular e de fontes heterogêneas podem fornecer elementos valiosos para a pesquisa.

2.3.2 Pesquisa documental

A pesquisa de levantamento documental, segunda etapa do processo, consiste em resgatar registros históricos de mapas, fotografias, descrições, legislações das cidades-gêmeas que ajudem na investigação das intervenções urbanas e arquitetônicas mais significativos na paisagem realizados nas cidades-gêmeas. De acordo com André Cellard (2008, p. 295) "o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social", ou seja, uma estratégia que oferece ao pesquisador rastros temporais de experiências urbanas e arquitetônicas que podem dialogar, explicar, contrapor vivências contemporâneas.

Entretanto, a análise documental exige muita prudência e responsabilidade, pois ao mesmo tempo que este processo tem a vantagem de não ter a influência direta do pesquisador quanto a refutação de uma comprovação documental, o

mesmo pesquisador pode cair em armadilhas conceituais dedutivas pelo fato do próprio documento permanecer intacto, fixo, sem voz para argumentações. Por isso, antes do processo de análise documental se faz necessário uma avaliação sobre a credibilidade e representatividade de cada elemento a ser apreciado (Cellard, 2008).

Parte dessa documentação pode ser acessada nos arquivos digitais das prefeituras/intendências das cidades-gêmeas, assim como nos livros, trabalhos de dissertação e tese com foco historiográfico e urbano, como: Villas Boas, 2019; Braga, 2013; Coelho, 2014; Moura Filho, 2010; Golin, 2004. Outros documentos são encontrados nos arquivos municipais dessas cidades, em museus e bibliotecas, além de arquivos pessoais de moradores que conheci e mantenho contato.

2.3.3 Leitura da paisagem

A Leitura da Paisagem é uma tática metodológica sensível e eficaz para compreender as transformações morfológicas do território ao longo do tempo. Por meio da comparação de imagens de satélite de diferentes anos, obtidas por plataformas como o Google Earth Pro, essa abordagem permite identificar, em escala de quadra, mudanças nas formas urbanas, na cobertura do solo, nas conexões viárias e nos usos do espaço. A partir dessas análises, é possível classificar as transformações em três categorias — adição, consolidação e sobreposição — conforme proposto por Pegoraro e Macedo (2015), revelando os ritmos e direções da urbanização.

Essas transformações se evidenciam nas imagens por meio de pistas visuais como o surgimento de sombras projetadas por novas edificações em altura, o destaque de telhados e coberturas recentes, a remoção de áreas arborizadas, a implantação de novos empreendimentos, entre outros indícios que revelam alterações na morfologia urbana. A sobreposição de mapas temáticos, como os de relevo e hidrografia, amplia essa leitura ao explicitar permanências e modificações no desenho urbano, revelando relações entre o suporte geo-biofísico e as formas construídas.

No trabalho de Silva, Manetti e Tângari (2013), essa metodologia é sistematizada e aplicada à análise da linha férrea na cidade do Rio de Janeiro. Os autores propõem a identificação de compartilhamentos — porções da paisagem com características homogêneas — e de unidades de paisagem, que representam

configurações morfológicas e funcionais distintas. A análise temporal dessas unidades permite reconhecer continuidades, rupturas e processos em curso, articulando aspectos físicos, sociais e históricos do território.

Assim, a Leitura da Paisagem, fundamentada em dados cartográficos e imagens aéreas, constitui uma ferramenta importante para o planejamento urbano, para a preservação de estruturas significativas e para a compreensão das dinâmicas territoriais em constante transformação. Em contextos urbanos complexos e sujeitos a mudanças aceleradas, essa metodologia se destaca por tornar visíveis os processos que moldam a paisagem, quadra a quadra.

2.3.4 Caminhografia urbana

A tática da caminhografia urbana refere-se a duas ações simultâneas: caminhar e cartografar. Essa caminhada dialoga com a deriva e a psicogeografia dos situacionistas (Debord, 1967), com o jogo errante de Paola Jacques (2012) e com as transurbâncias do grupo italiano Stalker (Careri, 2013). Enquanto a cartografia está em sintonia com a filosofia da diferença de Deleuze e Guattari (1995), a cartografia do desejo de Guattari e Rolnik (1996) e as pistas do método da cartografia de Passos, Kastrup e Tedesco (2014).

O entendimento da caminhografia surge do hibridismo entre as caminhadas urbanas, os projetos de pesquisa do grupo Cidade+Contemporaneidade e o estágio pós-doutoral na Itália do professor arquiteto Eduardo Rocha da UFPel. De acordo com Rocha e Santos (2023, s/p):

> Busca mapear, desenhar, fotografar, filmar, narrar e conversar com a cidade na cidade, pensando nos lugares como produtores de subjetividade — na relação espaço-corpo —, sempre em processo; caminhando, explorando a cidade com o corpo atento, a partir de um deslocamento da experiência; registrando qualquer afecto que peça passagem, que provoque o pensamento.

Assim, a caminhografia se configura como uma tática que inscreve as experiências corporais, sensíveis e psíquicas da/o cartógrafa/o no processo de deslocamento a pé pela cidade. É importante ressaltar que há uma grande diferença entre essa investigação feita pela velocidade da caminhada em comparação com a velocidade de algum outro veículo, seja carro, bicicleta, barco, etc.

A caminhografia é um estímulo para caminhar de forma lenta, atenta e aberta às interações constantes. Ela aguça todos os sentidos, permitindo sentir o

material da calçada que se pisa, a temperatura do toque das edificações ou dos bancos da praça; o cheiro das flores, do cozimento de legumes e da queima de CO2; além de ouvir o som dos automóveis, dos pássaros, da música e das conversas de rua. Também envolve observar a diversidade de cores, de pessoas e de edificações, assim como saborear algum alimento durante o trajeto e manter-se hidratado. Toda essa experiência ativa pensamentos, subjetividades e promove reflexões que podem ser registradas em desenhos, textos, fotografias, áudios e qualquer outra forma de expressão.

Essa tática também colabora com a cartografia de controvérsias ao incluir o/a pesquisador/a no processo de investigação, evitando cair nas armadilhas de uma falsa neutralidade. Inclusive, auxilia no encontro com outros agentes, inesperados, aqueles que, de longe ou de fora do contexto, não se podia prever ou antever, sejam humanos ou não-humanos. São justamente nesses encontros, desvios e surpresas que as engrenagens da rede se movimentam, promovendo diálogos mais próximos com a realidade e, quem sabe, abrindo outras caixas pretas.

A caminhografia urbana coleta informações inovadoras, porque parte de uma experiência única, momentânea, coletiva e contemporânea. Ao mesmo tempo, ela consegue instigar críticas, estabelecer pontes e agenciamentos diversos, colaborando ainda mais na investigação das transformações urbanas. Essa prática já foi utilizada no ano de 2018 e será novamente realizada em 2023. Embora o objetivo de cada uma dessas investigações tenha suas particularidades, será interessante revisitar esses deslocamentos, assim como explorar outras frestas para registrar o que ainda não foi dito, o que não se encontra nos livros, a fim de descobrir as associações que envolvem a paisagem de fronteira.

A seguir, o Quadro 6 sintetiza algumas diretrizes práticas para orientar as/os cartógrafas/os durante a experiência de campo. Decidi organizá-lo por palavras-chave, considerando que isso facilita a assimilação e configura um lembrete útil durante as travessias.

Quadro 6 – As 10 pistas provisórias da caminhografia urbana

	Pistas provisórias da caminhografia urbana	
1	deslocamento	a pé, caminhar, andar pela cidade
2	percurso	caminhos errantes, deambulações
3	experiência	sozinho ou em duplas ou em grupos
4	encontro	preferência pelo minorizado, indizível, resistente e silenciado
5	registro	inscrição de diversas formas, mapas, vídeos, fotos, sons, desenhos, etc.

6	corpo	vibrátil, aberto ao inesperado, sensível aos encontros
7	velocidade	andar, correr, parar
8	processo	reverberações no antes, durante e depois
9	jogo	provocações lúdicas com a cidade
10	agenciamento	pensar, divagar, produzir subjetividades

Fonte: Autora, baseado na obra de Rocha e Santos (2023), 2023.

É interessante notar como esse Quadro 6 se relaciona com o Quadro 3, que trata dos credos das/dos cartógrafas/os, conforme proposto por Venturini e Munk (2022), para a cartografia de controvérsias. Vejo isso como uma complementação, uma vez que tanto a Cartografia de Controvérsias quanto a caminhografia oferecem orientações para todas as etapas da pesquisa: o antes, que envolve a bagagem de conhecimento teórico e experiencial pela/o cartógrafa/o, bem como o planejamento que precede a visita de campo; o durante, que se concentra na ação de caminhar e cartografar, permanecendo envolvido com os problemas, registrando-os de múltiplas maneiras e mantendo-se atento ao inesperado e ao indizível; e o depois, na composição da rede, na criação de mapas legíveis, na divulgação e na incorporação das subjetividades e pensamentos na experiência da caminhada. Dessa forma, a caminhografia urbana se torna um poderoso recurso para preparar o/a pesquisador/a em todas as etapas de coleta e análise.

2.3.5 Entrevista de manejo cartográfico

Na produção da cartografia de controvérsias, utilizaremos outra tática chamada entrevista de manejo cartográfico, uma abordagem introduzida pelos autores Silvia Tedesco, Cristian Sade e Luciana Caliman (2014). Essa técnica se assemelha a uma conversa de natureza rizomática, um processo que envolve toda a experiência, indo além do conteúdo verbal. Durante esse encontro entre o pesquisador e a pessoa entrevistada, há uma dinâmica flexível permeada por palavras, gestos e expressões, que vão além do típico questionamento e resposta.

> Pensamos a entrevista como experiência compartilhada do dizer que em sua performatividade cria mundo. E é ao assumir esse caráter performativo da fala na entrevista que se torna fundamental pensar sobre que direção queremos seguir, que realidades queremos criar e potencializar em nossas pesquisas e como fazê-lo (Tedesco; Sade; Caliman, 2014, p. 122).

Antes de iniciar a abordagem, o pesquisador cria um guia de perguntas "estimulantes", formuladas com base em temas-chave, mas sem uma ordem ou expectativa estrita de que todas elas sejam respondidas. A entrevista de manejo

cartográfico não restringe rigidamente as perguntas, pois reconhece que questões desconhecidas pelo/a pesquisador/a podem emergir e redirecionar a conversa para novos campos. Portanto, as perguntas devem ser amplas, evitando formulações que limitem as respostas, como "o que é?" ou "concorda ou não?". Em vez disso, priorizam perguntas abertas que exploram a complexidade e possíveis desdobramentos, buscando compreender a experiência ao formular respostas com "como?". As vozes são elementos significativos que contribuem para a compreensão das transformações na paisagem de fronteira, a partir dos seus agentes.

Para conduzir uma entrevista de manejo cartográfico, Tedesco *et al.* (2014) recomendam três diretrizes principais: 1. Dar prioridade à expressão da experiência na fala, em vez de fazer o contrário; 2. Intervir ou orientar a conversa e a escuta para incentivar a abertura da experiência "encarnada"; e 3. Acolher a diversidade das vozes, seja de indivíduos ou grupos.

A escolha de usar a entrevista de manejo cartográfico tem como objetivo identificar os impactos da convivência com a linha política internacional de fronteira no planejamento territorial, na paisagem, nos conflitos socioambientais e, consequentemente, na vida cotidiana nas cidades-gêmeas do Brasil e do Uruguay.

Para uma melhor organização do material, as questões-guia foram divididas em três áreas temáticas:

(1) paisagem de fronteira: (a) Como você se sente com a presença tão próxima de outro país? e (b) como você descreveria a cidade-gêmea onde você mora/trabalha para uma pessoa que nunca conheceu a cidade? Que lugares ou pessoas ou coisas você destacaria?

(2) conflitos socioambientais: (a) Você presenciou ou já soube de algum desastre ambiental (natural ou provocado pelo humano) na sua cidade? Por exemplo: enchentes, alagamentos, desmatamento, contaminação dos rios, poluição do ar, excesso de pesticidas agrícolas, entre outros.

(3) morfologia urbana: (a) Como você avalia a qualidade dos espaços públicos da cidade, como as ruas, praças e também os edifícios públicos (escolas, postos de saúde, prefeitura, centro cultural, teatro)? (b) Com que frequência e com qual finalidade você utiliza as praças ou parques da sua cidade ou da cidade vizinha? Indicar o nome das praças/parques mais visitadas e as motivações pela preferência.

Vale lembrar que as perguntas do roteiro funcionam apenas como guia; o

direcionamento das entrevistas pode mudar conforme o andamento das conversas e as informações compartilhadas. Um exemplo disso foi a recorrente menção ao período da pandemia de Covid-19 durante os diálogos, que reverberou em distintas transformações.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CEP-CFCH) da UFRJ, por meio da Plataforma Brasil (ver ANEXO).

3. PAISAGERA: O CASO BRASIL-URUGUAY

As principais ideias e argumentações apresentadas nesta pesquisa são ancoradas em agenciamentos transdisciplinares, uma composição dialética que percorre diferentes campos do saber, para além da arquitetura e urbanismo em associação com a geografia, ecologia, história, filosofia, antropologia e literatura. Por se tratar de um tema complexo, a abertura para outras áreas do conhecimento é um caminho quase obrigatório, visto a densidade de camadas e outros pensamentos que acrescentam. A própria estratégia, apoiada nos estudos da CTS-TAR, reforça esse caráter mais abrangente e relacional de se fazer pesquisa, como descreve Annemarie Mol (2010, p. 265, tradução minha): "a força da ANT (TAR), então, não é ser sólida, mas sim adaptável. Reúne uma rica variedade de formas exploratórias e experimentais de sintonizar com o mundo".

Durante o processo de pesquisa, percebi uma lacuna no entendimento da paisagem de fronteira no contexto sul-americano. Por isso, propus acompanhar esse tópico com uma abordagem decolonial e sociotécnica, integrando também contribuições da arquitetura e urbanismo — que ainda são escassas nessa área. Este capítulo está dividido em três partes:

(1) *A composição:* proponho o termo "paisagera" em uma abordagem decolonial;
(2) *O território:* apresento a fisiografia das cidades-gêmeas do estudo de caso, indicando os processos que moldaram sua formação urbana;
(3) *A lente:* identifico as transformações morfológicas mais significativas nessas cidades-gêmeas ao longo de cinco anos.

Dessa forma, é possível observar como questões referentes à complexidade, hibridismo, fronteira, paisagem e as transformações da morfologia são apreendidas e experimentadas no cotidiano das cidades de fronteira. Cabe destacar que a leitura do item (1) a composição, apresenta uma abordagem mais teórica, centrada na elaboração paisagera. Já os itens (2) o território e (3) a lente assumem um tom mais prático e territorial, ancorados em estudos de caso e experiências concretas. Trata-se de uma mudança de intensidade na narrativa — do abstrato e sensível para o estrutural e vivido — revelando diferentes camadas da paisagem.

3.1 Por uma cartografia paisagera

Paisagera, paisagem de fronteira. Uma outra palavra para um outro cenário. Paisagem, *paisaje*, país, paisana, passagem, passageira, *pasajera*, paineira, parceira, fronteira, *frontera*. Será que a fronteira é uma invenção, assim como Anne Cauquelin (2007) propôs em "A invenção da paisagem?". Acredito que o termo fronteira nasce com o intuito de expressar algo que sempre existiu, o *entre*. A fronteira política entre países é uma invenção humana, mas na natureza continuamente são formadas fronteiras — ecótonos[33] como testemunho.

Por que insisto em nomear essa paisagem sul-americana que se aproxima, mas que não é, uma paisagem de fronteira derivada do conceito contemporâneo europeu *borderscapes*? Por que preciso de um novo nome, se já existem tantos? Será que essa sensação de incompatibilidade e falta é o que me impulsiona a esse outro hibridismo de letras? Tenho "licença" para criar um neologismo, mesmo sem ser filósofa ou poeta?

Arrisco. E, ao arriscar, compreendo que meu incômodo também é compartilhado por outros pesquisadores. Como afirma Jean-Marc Besse (2014, p. 25): "é difícil, na verdade, identificar as paisagens que estão aparecendo hoje. Talvez por ausência de distanciamento e pela falta de análise e, mais certamente, pela falta de palavras e de conceitos. Mas está claro que se faz necessária uma nova linguagem". Há uma ruptura na comunicação, decorrente da complexidade dos acontecimentos, que demanda uma outra combinação de palavras.

Entendo que, da mesma forma que as palavras "fronteira" e "paisagem" se originaram da necessidade de comunicação linguística, coube também à recém-chegada "paisagera" o papel de informar sobre uma outra paisagem, em um contexto situado e com características singulares. A paisagera dialoga com e sobre pessoas, animais, vegetações, lugares, habitações, monumentos, histórias, sentimentos, comportamentos, ou seja, um emaranhado de agentes terrestres em constante transformação.

Confesso que a escolha de seguir a pesquisa de doutorado com a mesma temática do mestrado provocou reações contraditórias. Por um lado, gerou uma sensação de conforto e segurança, uma vez que eu havia explorado várias leituras

[33] Ecótono é um termo da ecologia que se refere a áreas de transição entre dois ecossistemas distintos. Essas regiões são biologicamente diversas, pois combinam características de ambos os ambientes, criando um espaço de interação e alta biodiversidade. Um exemplo clássico são as faixas de transição entre biomas.

sobre o tema e adquirido alguma confiança no que escrevia. No entanto, por outro lado, também senti angústia e insegurança motivadas pelo receio da repetição, bem como pela dificuldade de capturar toda a intensidade vivenciada nas visitas de campo.

Entretanto, percebi que a ideia e a própria materialização da fronteira são assuntos fluidos, móveis e adaptáveis, ou seja, que se transformam ao longo do tempo. De fato, há uma infinidade de abordagens que podem ser aplicadas a esse tema. O que proponho neste momento é algo inédito, temporário e experimental — mesmo que verse sobre o território investigado anteriormente. Como o psicanalista Ronald Laing afirmou, "qualquer experiência da realidade é indescritível" (Laing *apud* Capra, 1991, p. 111), e a cada nova experimentação ela se torna única. Isso complementa o caráter provisório das minhas proposições.

As referências encontradas sobre a ideia de paisagem de fronteira (com a grafia no idioma português) é muito pouco explorada, em comparação com o termo *border landscape* ou *borderscapes* (em inglês), ambos vinculados ao campo da geografia política ou geografia cultural. Grande parte das referências revelou que os trabalhos em língua portuguesa são, muitas vezes, traduções de autores estrangeiros, ou não utilizam necessariamente esse termo. Em seu artigo, Reginaldo Souza, Raquel Fonseca e Bruno Prina (2022), abordam "a fronteira como paisagem". Foi a partir destas referências que percebi a lacuna no entendimento da paisagem de fronteira e vislumbrei a oportunidade de contribuir com seu estudo.

A seguir, sintetizo e discuto as diferentes abordagens de pesquisadores sobre o que entendem por paisagem de fronteira, ou melhor, *borderscapes*:

(1) É considerada tanto um espaço percebido quanto um espaço vivido (Hayrynen, 2009);
(2) Refere-se a uma política de devir desvinculada das rígidas espacialidades territoriais do Estado-nação, repensando a fronteira na relação entre política e estética (Brambillaa, 2014);
(3) É entendida como um constructo cultural central no processo de construção de uma nação (Sanguin, 2015);
(4) É uma área moldada e remodelada por fluxos transnacionais, indo além da ideia modernista de territórios nacionais bem definidos (Dell'Agese; Szary, 2015).

“O poder político do Estado sempre influenciou na paisagem" (Sanguin, 2015, p. 389). Essa afirmação se aplica a diversas situações, mas ela se torna mais evidente em paisagens que convivem com limites internacionais. O controle político exercido nesses territórios impõe condicionantes legais para o uso e ocupação do solo, moldando assim as paisagens. Isso é especialmente apoiado por discursos relacionados à segurança nacional, demarcação territorial e conservação da identificação cultural, resultando no desenho de paisagens de fronteira que formam regiões distintas e singulares, diferenciadas das áreas não fronteiriças.

De acordo com Sauer (1925), se o resultado da paisagem cultural nasce da interação entre a cultura (agente) e a área natural (meio), é possível aplicar uma lógica semelhante à compreensão da paisagem de fronteira. Nesse caso, quem configura a paisagem natural é a própria fronteira, ou seja, o hibridismo cultural, econômico, social e político que esculpe a paisagem de fronteira. Dessa forma, essa paisagem é influenciada por três poderes políticos: o de cada um dos Estados fronteiriços e do poder internacional. Ela também é configurada por três culturas: a de cada um dos países vizinhos e a cultura contaminada do hibridismo entre as duas primeiras. Um agente importante nesse processo é o humano que vive na região fronteiriça e lida diariamente com esse hibridismo cultural.

Reforçando esse argumento, Hayrynen (2009) compreende a paisagem de fronteira como um espaço percebido e vivido, correlacionando a dimensão físico-natural a fatores históricos, características socioeconômicas, imaginários, narrativas e representações culturais. O autor ainda considera a paisagem de fronteira como uma herança paisagística de valor estimável e, portanto, sujeita à patrimonialização.

Entretanto, é importante considerar o aspecto efêmero e transitório das paisagens de fronteira, bem como a necessidade de especificar suas distinções morfológicas. Por exemplo, a imagem de muros, cercas e grades frequentemente performa o imaginário da paisagem de fronteira, tanto devido à ênfase da mídia em situações conflituosas quanto ao histórico de guerras, disputas territoriais e conflitos migratórios. No entanto, embora real, esse imaginário, não é único. O caso da fronteira entre Brasil e Uruguay é um exemplo de paisagem de fronteira que simboliza a cooperação, como a Praça Internacional nas cidades de Santana do Livramento-Rivera (Resende, 2019). Portanto, a herança paisagística de fronteira sempre será única em cada situação que envolva um limite internacional.

Continuando a discussão sobre *borderscapes*, as autoras Dell'Agese e Szary (2015) traçam um percurso histórico do termo, que começa na arte performática e evolui para sua apropriação acadêmica na geografia política. Essas autoras consideram autores como Sauer, Hayrynen e Sanguin como representantes de uma visão clássica que associa fortemente a paisagem de fronteira ao poder político do Estado, ou seja, a paisagem como uma "região" que sofre os impactos de sua localização na fronteira internacional.

Agregando outra abordagem ao termo, Dell'Agese e Szary (2015) se aproximam da origem da palavra *borderscapes*, cunhada por Arjun Appadurai (1996), em que o sentido de "fuga" (*scapes*) serve como alicerce para uma nova imaginação transnacional. A paisagem de fronteira é vista como uma área constantemente moldada e remodelada por fluxos transnacionais, nunca estática ou precisa. "O novo conceito enfatiza que a paisagem é algo percebido, mas, ainda mais importante, algo que é percebido de forma diferente por cada indivíduo" (Dell'Agese; Szary, 2015, tradução minha, p. 04). Essa abordagem tira o protagonismo das imposições do Estado Internacional no conceito de paisagem de fronteira e o coloca nas mãos dos sujeitos que leem e performam/produzem/fabricam a fronteira. As autoras defendem uma abordagem estética da paisagem de fronteira, que abrange não apenas a legislação, mas também a arte visual, a literatura, a música e o mapa, como fontes e pistas do processo de ser e se tornar fronteira.

Para reforçar esse argumento, a pesquisadora italiana Chiara Brambilla (2014) destaca a variabilidade das fronteiras em seu constante processo de transformação, de fazer, desfazer e refazer. Ela faz uma analogia da fronteira com um "anel de desfoque" que se move e se desloca no tempo e no espaço. A fronteira não é fixa, assim como objetos e pessoas, ela também viaja e se projeta local e globalmente. A incorporação das características da globalização em grande escala, bem como os fatores locais em pequena escala, contribui para a compreensão do conceito de paisagem de fronteira na contemporaneidade. Isso significa uma análise de uma política do devir.

> [a fronteira] é um conjunto de relações que nunca foram dadas, mas que variam de acordo com o ponto de vista adotado ao interpretá-los, que muda com a flutuação de eventos históricos, sociais, culturais e políticos. Assim, o conceito de borderscapes possibilita uma compreensão produtiva do processo de natureza desterritorializada e dispersa das fronteiras e seus regimes e

> conjuntos de práticas (Brambillaa, 2014, p. 22, tradução minha).

A lente multi-localizada proposta por Brambilla (2014) possibilita uma leitura mais aprofundada do entendimento de *borderscapes*, pois inclui a subjetividade dos "sujeitos". Não por acaso, o prefixo suprimido *"land-"* enfatiza a separação do aspecto físico-espacial para dar destaque ao que "faz fugir" (*-scapes*), à essência da paisagem que vai além do simplesmente percebido.

Com esta síntese de argumentações e diferentes abordagens sobre *borderscapes*, percebo algumas potencialidades e fragilidades. Embora o termo estrangeiro instigue uma análise interessante desse tipo de paisagem, ele ainda está limitado ao campo da geografia e tem referências predominantemente europeias. Além disso, a primazia dessa abordagem se concentra na questão humana, nas apropriações culturais e nos conflitos sociais, relegando os agentes não-humanos a um segundo plano. Essa assimetria só reforça minha motivação para repensar outras proposições e complementações para o tema.

A questão que exploro nesta tese não é tanto discordar ou concordar com os autores estrangeiros, mas sim contribuir e incluir os ensinamentos e as experiências da fronteira sul-americana. O movimento é de descolar e descentralizar o pensamento europeu, em favor do pensamento sul-americano, que costuma ser inferiorizado e invisibilizado. Isso legitima uma atitude e um posicionamento decolonial.

Início esse processo questionando: Que outras formas possibilitam compreender as paisagens de fronteira em diferentes contextos? Será que sob a lente do ambiente construído, da arquitetura e urbanismo, ganharia outro significado? O que as paisagens de fronteira sul-americanas podem nos ensinar sobre o planejamento urbano ou a ausência de planejamento? Em que termos a configuração e a dinâmica desses territórios as tornam uma paisagem de fronteira?

Como as linhas de fronteira no território sul-americano foram impostas pelo colonizador, sem discussão ou consideração pela opinião e desejos dos colonizados, desde o início a paisagera emerge de um conflito de interesses, em que o poder e a força dominante oprimem, exploram e ignoram qualquer interferência do outro, do diferente.

Esta é mais uma questão que me motiva a reivindicar uma cartografia paisagera. Uma cartografia que escape à lógica colonial dominante, validada e reconhecida globalmente, em favor de uma cartografia das frestas, das margens,

do improviso, do inusitado, do local e do não legitimado. Uma cartografia que acolha e escute o que os povos originários, os subalternizados, os ativistas, as feministas, as minorias, as árvores, os rios, as praças, os maciços rochosos, as linhas de telecomunicação, os barcos, as pontes, as aduanas e os marcos de fronteira têm a dizer sobre a paisagem com a qual performam cotidianamente.

3.2 A composição

Paisagera = paisagem de fronteira.

A ideia de propor a palavra e o entendimento da paisagera não surgiu do nada. Como mencionei no início deste capítulo, minha postura é de entrar e sair pelo meio, o que significa que a minha bagagem anterior e cada interferência cotidiana influenciam a direção desta escrita. A seguir, exploro o processo de composição da paisagera e destaco quais agentes contaminam a formulação desse termo.

Etimologicamente, tanto a palavra paisagem (português) como *paisaje* (espanhol) tem origem do francês, *paysage*. O prefixo *pays- ou pais-* significa país, região, território, pátria, e o sufixo *-age ou -agem* significa estado, situação e ação (Sandeville Júnior, 2005). No caso da palavra fronteira (português) e *frontera* (espanhol), também são de origem francesa, *frontière*, no qual o prefixo latim *front-* quer dizer frente, fachada, parte exterior, aparência, com um sentido de expansão (Machado, 2000). Enquanto que o sufixo *-ère, -era* ou -eira possuiu uma ideia de relação, agente e local.

Com o intuito de propor uma outra palavra, optei por mesclar os idiomas português e espanhol, visto que na fronteira essa prática de mestiçagem linguística do portunhol/*portuñol* é comum e reconhecida. A partir dessa língua minoritária, a união de *paisag-* (português) com *-era* (espanhol) originou a paisagera. Optei por suprimir o prefixo *front-* uma vez que essa ideia de exterior, expansão e frente reforça o espectro de front militar e zona de combate, como apontado nos estudos de Gay (2004). Como essa paisagera sul-americana expressa contemporaneamente mais relações de cooperação e interdependência, não se alinha com esse vocábulo.

No poema do fronteiriço uruguaio Fabián Severo, escrito em portunhol, fica perceptível a mestiçagem da grafia:

Treis
Noum sei como será nas terra sivilisada
mas ein Artigas
viven los que tienen apeyido.
Los Se Ninguéim
como eu
semo da frontera
neim daquí neim dalí
no es noso u suelo que pisamo
neim a lingua que falemo (Severo, 2011, p. 21)[34].

Severo desestabiliza qualquer norma ortográfica; sua licença poética permite realizar um transbordamento enunciativo. É interessante notar que, ao ler este trecho em voz alta, consigo ouvir e rememorar, por instantes, os sons que reverberam na fronteira. O poema indica o desprendimento do ser fronteiriço, aquele que não está vinculado a apenas um território político, mas sim no entre, em algum lugar no meio. Por isso, essa "deslocalização" e desorientação no mapa político considerado "oficial" coloca em questão o reconhecimento dos seres fronteiriços no próprio solo que pisam e, também, da língua que falam. O título *Treis* parece fazer menção a uma "terceira via" ou ao "entre", ou seja, não é nem Brasil nem Uruguay, é uma terceira opção ou a opção do meio, no caso, a fronteira.

Dessa forma, o portunhol/*portuñol*, assim como as contribuições de autoras e autores que nascem na e da fronteira são agentes da rede e me auxiliam nessa ousadia neologística. A paisagera une os radicais que dialogam com o território físico e político, o país, combinando a ideia de relacionamento e agenciamento, abrangendo questões sociais, econômicas e culturais que envolvem tanto humanos quanto não-humanos.

Outros agentes nessa rede são os questionamentos e as demandas dos estudos decoloniais. Nomeio esse encontro como uma "caminhada decolonial", ou seja, uma aproximação (teórica) e associação (prática) dos principais referenciais no tema com os interesses desta pesquisa. É a partir do entendimento sobre o decolonial que ajusto minhas lentes de observação para os estudos de caso, explorando as frestas, ou seja, rastreando as controvérsias do percurso. A leitura decolonial instiga as/os pesquisadoras/es a furarem as "bolhas" e desmancharem as "caixinhas" do pensamento moderno colonizador, mergulhando em uma

[34] Tradução minha para o português: Três/ Não sei como é nas terras civilizadas/ mas em Artigas/ vivem os que tem sobrenome/ os sem ninguém/ como eu/ somos da fronteira/ nem daqui nem dali/ não é nosso o solo que pisamos/ nem a língua que falamos.

atmosfera mais próxima das raízes de nossa ancestralidade sul-americana.

Portanto, a paisagera nada mais é do que a mestiçagem entre paisagem e fronteira. Mas de qual entendimento ou conjunto de pensamentos sobre paisagem e fronteira me aproximo? Afinal, dependendo da linha de investigação adotada, a paisagem de fronteira pode assumir diferentes abordagens, assim como demonstrado no leque de possibilidades de *borderscapes*.

Paisagem e fronteira, enquanto conceitos, não possuem uma definição fixa no tempo; são temas de um debate inesgotável e em constante reformulação. No entanto, é essencial ressaltar que essas transformações representam uma atualização e complementação, pois os conceitos são demarcadores temporais e culturais. Assim, não se trata de uma evolução no sentido de progresso ou retrocesso, nem de uma distinção entre certo e errado.

Esse debate, por si só, já é interessante, pois revela as diferentes camadas que cada estudo acrescenta. No entanto, nesta tese, a questão não é enquadrar paisagem e fronteira como conceitos, ou acompanhar a cronologia desses termos ou ainda fazer comparações e julgamentos de valor, mas sim estabelecer uma aproximação e afinidade entre diferentes conhecimentos e entendimentos. Em outras palavras, trata-se de tornar transparente as colaborações, seguindo os passos da antropóloga Ana Tsing (2022, p. 31) para “aprender a pensar sobre uma situação junto *com* seus informantes”.

A seguir, identifico as autoras e os autores que contribuem para a construção coletiva da rede paisagera. Primeiro, exploro as reverberações da caminhada decolonial; em seguida, aprofundo-me nos saberes sobre paisagem e fronteira, para, então, chegar às pistas que delineiam a rede paisagera.

3.2.1 Caminhada decolonial

Para adentrar a crítica decolonial, é necessário compreender e distinguir algumas das principais ideias sobre o tema, garantindo clareza quanto à sua intencionalidade e alcance. O primeiro ponto é diferenciar colonialismo de colonialidade e, em seguida, os seus pares opostos: a descolonização e a decolonialidade.

De acordo com Anibal Quijano (2000), o colonialismo pode ser entendido como uma estrutura de poder, de dominação e de exploração de determinado povo/nação colonizador (metrópole) sobre outro povo/nação colonizado (colônia).

Por outro lado, a colonialidade refere-se a um fenômeno mais complexo, pois considera o colonialismo apenas como um evento, uma parte de uma estrutura que se mantém até os dias atuais. A colonialidade funciona como um padrão de poder que cria e naturaliza hierarquias nos campos territorial, cultural, étnico e racial, estipulando quais lugares, pessoas, corpos e identidades são superiores e dominantes, e quais são inferiores, subalternizados e dominados.

> Assim, embora o colonialismo preceda a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela permanece viva nos manuais de aprendizado, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em tantos outros aspectos de nossa experiência moderna. Em certo sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente (Maldonado-Torres, 2007, p. 131, tradução minha).

Através desta citação, é perceptível o quão cruéis e, ao mesmo tempo, sutis são os atravessamentos da colonialidade, que se configuram como um dos eixos estruturadores do sistema econômico capitalista. De acordo com Aníbal Quijano (2000), é a partir da invasão da América Latina pelos colonizadores, nos séculos XV e XVI, que o capitalismo se torna global, tendo a Europa como centralidade. E é também nesse momento que a modernidade/colonialidade inicia o processo de enraizamento e proliferação de um poder arrasador e violento. Este argumento confirma a tese de Enrique Dussel (1993) sobre a primeira e segunda modernidade.

Interessante observar que, para a corrente dos pesquisadores da inflexão decolonial, a relação modernidade/colonialidade (M/C) é interdependente, ou seja, uma não existe sem a outra. E o uso da "barra oblíqua '/' indica justamente essa relação de constituição mútua dos dois termos, bem como a hierarquia entre eles" (Restrepo; Rojas, 2010, p. 17, tradução minha). A colonialidade corresponde à face oculta da modernidade. Ao identificar, denominar e classificar algo como moderno, admitimos a existência de um não moderno, que se diferencia (diferença colonial) de tal forma que não se enquadra nesse padrão. Devido às relações de poder, esse "outro", esse elemento "deslocado" que não se encaixa, é invisibilizado, descartado, estigmatizado e inferiorizado para que o "nós-moderno" domine e tenha a "validação" para a exploração e atitudes de violência (Restrepo; Rojas, 2010).

Entendidas essas diferenças analíticas, fica mais fácil compreender as nuances entre descolonização e decolonialidade. Enquanto a descolonização é um processo histórico de superação do colonialismo, a decolonialidade é um processo

de transgressão da colonialidade: para cada um dos movimentos coloniais, há uma força contrária que deseja romper com essa lógica, seja por meio da independência política e territorial do colonizador (descolonização) ou da valorização e reconhecimento dos saberes, subjetividades e outras práticas, locais que rejeitam as influências do eurocentrismo (decolonialidade).

Simplificando, a descolonização está focada na questão política e jurídica, relacionada com lutas e embates anticoloniais em um território. No caso do Brasil, o processo de descolonização teve como marco os anos de 1821 a 1825, com a emancipação de Portugal. No entanto, mesmo após a independência, o país adotou a monarquia como forma de governo, um sistema ainda muito enraizado com o poder e controle do monarca, no caso, português. Já o Uruguay passou por grandes guerras e disputas, envolvendo espanhóis, portugueses, brasileiros e argentinos, principalmente interessados na lucratividade comercial propiciada pela navegação do Rio da Prata. Entre 1825 e 1828 ocorreu a independência do país, que adotou a República como forma de governo.

Na literatura sobre o tema, encontramos tanto a grafia "decolonial" como "descolonial", que são sinônimas. Destaco esse ponto para evitar confusões em leituras externas, mas também para justificar minha escolha, pois não se trata apenas de um erro de tradução linguística: há um motivo para desconsiderar o "s". Como estou me arriscando neste processo de composição de termos, considero válido acompanhar o movimento etimológico.

O início da construção da palavra surgiu por volta da década de 1990 pelo grupo M/C, no qual muitos dos intelectuais nascidos na América do Sul e no Caribe eram professores em universidades nos Estados Unidos e escreviam tanto em inglês, *decoloniality*, como em espanhol, *descolonial*. Durante o processo de tradução, entenderam que o prefixo "de" do inglês se equivale ao "des" do espanhol, o que também se aplica ao português. Enquanto Walter Mignolo, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel utilizam a grafia descolonial em seus escritos em espanhol.

A pedagoga peruana Catherine Walsh (2009) explora outros argumentos para utilizar a grafia decolonial:

> Remover o "s" e nomear "decolonial" não é promover um anglicismo. Pelo contrário, é para marcar uma distinção com o significado espanhol de "des". Não pretendemos simplesmente desarmar, desfazer ou reverter o colonialismo. Ou seja, passar de um momento

> colonial para um não-colonial, como se fosse possível que os seus padrões e vestígios deixassem de existir. A intenção, antes, é sinalizar e provocar um posicionamento — uma postura e atitude contínuas — de transgredir, intervir, emergir e influenciar. O decolonial denota, então, um caminho de luta contínua em que podemos identificar, tornar visíveis e incentivar "lugares" de exterioridade e construções alternativas (Walsh, 2009, p. 14 e 15, tradução minha).

Fica nítido que, para Walsh o prefixo "des" em espanhol tem uma conotação mais próxima de exclusão, reversão e apagamento do que de transformação, ressignificação e reparação do que existe. Por isso, a autora considera decolonial mais coerente com o movimento contrário ao colonialismo. Lembrando que não há uma grafia melhor ou mais correta do que a outra, e que se trata de uma questão de escolha. Nesta tese, tanto por concordar com as argumentações de Walsh (2009) quanto para facilitar a leitura, escolhi o termo decolonial (em português), uma vez que é mais provável que descolonial seja confundido com descolonização, que neste caso, se referem a questões distintas.

Após as devidas apresentações, abordo os pontos de maior interesse na crítica decolonial que servem de base para a composição da paisagera. Estes incluem o conceito de pensamento fronteiriço de Walter Mignolo (2003; 2015), a pedagogia decolonial de Catherine Walsh (2013), as teses sobre a colonialidade e a decolonialidade na arquitetura defendidas por Leo Name (2021) e ampliadas pelas contribuições da arquiteta Ana Paula Baltazar (2020) e do antropólogo Viveiros de Castro (2019), além da postura contracolonial de Nego Bispo (2023). Esta seleção abrange tanto a origem dos estudos do grupo M/C, passando pelos pesquisadores mais contemporâneos.

A partir dos estudos do crítico e romancista marroquino Abdelkébir Khatibi, Walter Mignolo desenvolve suas reflexões sobre a crítica decolonial. As noções de "dupla crítica" e "um outro pensamento", propostas por Khatibi, possibilitaram a formulação do pensamento fronteiriço. Como explica Mignolo (2003, p. 102): "Minha concepção de pensamento fronteiriço não emerge de uma genealogia conceitual universal [...], mas parte das histórias locais dos legados espanhóis na América".

Ou seja, a proposta do autor é oferecer uma abordagem para a reflexão sobre a colonialidade na América Latina. No entanto, ele não sugere que o pensamento fronteiriço se aplique a todos os contextos colonizados nem que seja a única abordagem decolonial possível. Afinal, caso assim fosse, ele próprio "estaria caindo numa visão moderna e universal do conhecimento e da epistemologia, onde os

conceitos não estão ligados às histórias locais mas a projetos globais" (Mignolo, 2003, p. 102).

O pensamento fronteiriço "é, por definição, pensar na exterioridade, nos espaços e tempos que a autonarrativa da modernidade inventou como seu exterior para legitimar sua própria lógica de colonialidade" (Mignolo, 2015, p. 189, tradução minha). Em outras palavras, o pensamento fronteiriço é a condição necessária para um pensamento decolonial, pois implica desprender-se da hegemonia do pensamento ocidental moderno e desobedecer a essa epistemologia.

A proposta desse giro epistêmico se afasta das contraposições dicotômicas, como interior-exterior, colonizador-colonizado, moderno-subalterno, e se aproxima de uma crítica dialógica: "pensar a partir de conceitos dicotômicos ao invés de organizar o mundo em dicotomias" (Mignolo, 2003, p. 126). Assim, o pensamento fronteiriço aborda a Modernidade, mas a partir de abordagens subalternas e holísticas. Ou seja, o projeto eurocêntrico deixa de ser a única referência de saber e passa a dialogar com as subjetividades e as experiências de fazer e sentir nos locais da América Latina. O pensamento fronteiriço é uma produção situada.

Por isso, a escolha do autor pelo termo "fronteiriço" — tanto em um sentido físico e territorial quanto metafórico — se alinha com esse entendimento, pois a fronteira é o lugar do entre, da diferença, da mestiçagem e da enunciação híbrida, sem hierarquizações ou exclusões. Logo, o pensamento fronteiriço não nega a Modernidade, mas configura uma crítica contundente a ela, refletindo sobre os traumas e as violências da subjugação.

"Portanto, o pensamento fronteiriço surge não do simples habitar do exterior, mas da exterioridade — ou seja, do exterior construído pelo interior" (Mignolo, 2015, p. 379, tradução minha). O autor ilustra essa afirmação com as categorias epistêmicas *humanitas* e *anthropos*, criadas pelo conhecimento ocidental. Nesse contexto, *humanitas* (humano) representa o saber científico, o sujeito do conhecimento, o europeu e ocidental; enquanto *anthropos* é o "outro", o objeto de um saber antropológico, considerado apenas "local" e estudado para ser assimilado ou superado.

O *anthropos* foi associado a outras categorias, como o bárbaro, o primitivo, o estrangeiro e o terrorista. No entanto, Mignolo (2015) adverte que não existem "bárbaros" ontologicamente; ou seja, essas categorias são construções dos agentes ocidentais. Como ele aponta: "aceitar ser chamado de bárbaro não significa aceitar-

se ontologicamente como bárbaro, mas reconhecer que as categorias éticas e políticas imperiais nos classificaram como tal" (*Ibidem*).

Nesse ponto, torna-se mais nítida a diferença entre o projeto decolonial e as teorias pós-coloniais. De acordo com Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel (2016), ambos os processos recorrem à metáfora da fronteira para romper com os binarismos e as ideias universalistas, concebendo-a como um espaço onde as diferenças são reinventadas.

No entanto, no projeto decolonial, as fronteiras não são apenas zonas de ruptura, mas também *loci* enunciativos[35] nos quais o conhecimento é formulado a partir de outras abordagens, cosmovisões e experiências dos sujeitos subalternizados. Como afirma Mignolo (2015, p. 385): "não se trata, é claro, de atravessar fronteiras, mas de habitar a fronteira indicada pela 'barra (/)' na expressão modernidade/colonialidade".

Entendo o pensamento fronteiriço como a porta de entrada para o pensamento decolonial. Ou seja, é a partir desse lugar do *entre* — do reconhecimento das diferenças e do rompimento com dicotomias e hierarquias — que se inicia um processo mais prático, orientado por um movimento de desprendimento, uma postura de resistência e luta, como propõe a pedagogia decolonial de Catherine Walsh (2013).

Walsh (2013, p. 28, tradução minha), naturalizada e militante no Equador, apresenta a pedagogia como metodologia: "[...] que incita possibilidades de estar, ser, sentir, existir, fazer, pensar, olhar, escutar e saber de outra maneira, pedagogias direcionadas e ancoradas em processos e projetos de caráter, horizonte e intenção decolonial". Em outras palavras, trata-se de uma práxis insurgente, produzida em contextos de luta, marginalização e resistência, fundamentada nas subjetividades.

A autora enfatiza que essa pedagogia não se restringe ao ensino-aprendizagem nos espaços escolares, mas se configura como uma prática intrinsecamente ligada às lutas sociais, políticas e epistemológicas. Inspirando-se nas contribuições de Paulo Freire sobre o papel pedagógico nas lutas de libertação e na análise de Frantz Fanon sobre o problema colonial e a descolonização, Walsh

[35] O *locus* de enunciação refere-se ao ponto de vista a partir do qual se produz conhecimento e discurso. Reconhecê-lo significa questionar a visão dominante de matriz eurocêntrica, que, mesmo originada em contextos específicos, se apresentou como neutra e universal. Esse conceito não se limita à posição geográfica no sistema mundial moderno/colonial, mas também leva em conta as diversas hierarquias sociais — como raça, classe, gênero e sexualidade — que influenciam a experiência e a percepção de cada indivíduo (Bernardino-Costa e Grosfoguel, 2016).

articula elementos fundamentais para a construção de uma educação intercultural crítica e decolonial. Complementa: “para mim, a decolonialidade não é uma teoria a ser seguida, mas um projeto a ser assumido” (Walsh, 2013, p. 67).

A pedagogia decolonial proposta por Walsh (2013) considera como pontos centrais: (1) o “desaprendizado” do conhecimento colonial, rompendo com a hegemonia do pensamento eurocêntrico; (2) o reconhecimento e a valorização de saberes historicamente silenciados, como os saberes ancestrais, afrodescendentes, indígenas e populares; (3) a educação como prática de libertação, influenciada pelas obras de Paulo Freire, na qual a pedagogia decolonial se expressa como um ato político ao reivindicar saberes situados; (4) a valorização do conhecimento experiencial e corporal, não apenas intelectual, explorando as sensações e emoções vivenciadas no território; e (5) os movimentos de resistência que, além de criticarem o colonialismo, reivindicam outras formas de existência baseadas na autonomia e autodeterminação.

Nesse sentido da “aplicabilidade” das teorias decoloniais, o arquiteto, urbanista e professor brasileiro Leo Name (2021) observa que, na literatura decolonial, a análise espacial e a arquitetura recebem pouca atenção. Diante disso, o autor estabelece um paralelo com a obra de Nelson Maldonado-Torres (2018) e Ana Paula Baltazar (2020) e propõe quatro teses fundamentadas no giro decolonial, direcionadas à arquitetura. Sua proposta busca responder como a colonialidade se manifesta no território e quais são as possibilidades alternativas para outros modos de criar e projetar.

O Quadro 7 apresenta a síntese das quatro teses de Leo Name (2021), destacando os pontos mais relevantes quanto aos efeitos da colonialidade rebatidos nos lugares e arquiteturas.

O contexto da escrita desse artigo impulsionou o autor a essas provocações e questionamentos. Em 2020, grande parte da América Latina e do Caribe estava sob governos ultraconservadores, "que, no Brasil, têm indisfarçáveis traços genocidas, etnocidas, ecocidas e memoricidas" (Name, 2021, p. 2).

Ao mesmo tempo, a pandemia da Covid-19 escancarou o racismo estrutural e a desigualdade social. Soma-se a isso o assassinato de George Floyd, homem negro, nos Estados Unidos, em maio do mesmo ano, que desencadeou milhares de protestos e manifestações ao redor do mundo no movimento *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam). Essas manifestações ocorreram em locais simbólicos das

cidades, reivindicando reparação histórica. Muitos monumentos e estátuas de figuras brancas consideradas heróis foram depredados, assim como houve pedidos para a substituição de nomes de ruas.

Quadro 7 – O giro decolonial na arquitetura proposto por Leo Name

Teses Leo Name (2021)	**Paralelo com outras obras**	**Pontos principais**
1. "Colonialismo e descolonização provocam ansiedade em relação a estátuas, topônimos e ao campo da arquitetura"	1. "Colonialismo, descolonização e conceitos relacionados provocam ansiedade" Maldonado-Torres (2018)	- **Remoção de estátuas e renomeação de ruas** contestam o mito do "descobrimento" e a negação da memória dos subalternizados. - Arquitetura e urbanismo latino-americanos ainda são dominados por **referências eurocêntricas**.
2. "Colonialidade da arquitetura é diferente de arquitetura colonial, mas ambas se relacionam ao branqueamento da arquitetura"	2. "Colonialidade é diferente de colonialismo e decolonialidade é diferente de descolonização" Maldonado-Torres (2018)	- Arquitetura colonial: construções erguidas pelo poder do colonizador nos territórios invadidos. - Colonialidade da arquitetura: **hegemonia de concepções eurocêntricas** sobre o território. - O patrimônio arquitetônico reflete **hierarquias raciais**, priorizando construções coloniais e **negligenciando matrizes africanas e indígenas.**
3. "A modernidade/ colonialidade é catástrofe metafísica que naturaliza a extração da natureza, a arquitetura como veículo de civilização e quais vidas não importam"	"3. Modernidade/ colonialidade é uma forma de catástrofe metafísica que naturaliza a guerra que está na raiz das formas moderno/ coloniais de raça, gênero e diferença sexual Maldonado-Torres (2018)	- A invasão das Américas redefiniu hierarquias raciais, instaurando um **sistema de dominação que marginaliza** populações indígenas e afrodescendentes até hoje. - A extração de pau-brasil, ouro, prata, monoculturas, levou à devastação ambiental e genocídio de indígenas e negros.
4. Não existe arquitetura decolonial porque não existe ensino de arquitetura decolonial porque não existe arquitetura decolonial	"Não existe arquitetura decolonial porque não existe ensino de arquitetura decolonial porque não existe arquitetura decolonial" Título de Ana Paula Baltazar (2020)	- O modelo tradicional de projetação em arquitetura, baseado em representações que estão desvinculadas do canteiro de obras, reforça hierarquias raciais e sociais. - A **desobediência projetiva e o bilinguajamento** podem ampliar as formas de representação arquitetônica, **valorizando experiências situadas** e modos de construir que não seguem padrões eurocêntricos. - A abordagem decolonial em arquitetura deve **questionar normas e processos estabelecidos**, evitando ser reduzida a um novo estilo de mercado

Fonte: Autora, baseada na obra de Leo Name (2021), 2024.

Por outro lado, há uma disputa de narrativas, na qual o pedido de reparação histórica vem acompanhado de tensão e, muitas vezes, de violência. Na cidade do Rio de Janeiro/RJ, por exemplo, o monumento a Zumbi dos Palmares foi pichado, e a placa com o nome da rua em homenagem à vereadora assassinada Marielle Franco foi quebrada, demonstrando como a memória dos grupos marginalizados é constantemente negada.

Quem foram os heróis da história? Qual memória deve ser lembrada e homenageada? O que fazer com os monumentos de escravocratas e colonizadores nos espaços públicos? Leo Name (2021, p. 5) recorre ao filósofo camaronês Achille Mbembe e defende uma micropolítica de antimonumentos: “há que reunir essas esculturas em um parque-museu que sirva de cemitério do colonialismo, estimulando não mais se erguer estátuas a ninguém”.

Embora complexo e sem uma resposta definitiva, esse embate precisa existir, pois é um agente da pedagogia decolonial. A discussão dessas controvérsias abre espaço para a escuta daqueles que, historicamente, foram silenciados — ainda que, infelizmente, em um cenário marcado por violência e intolerância. No entanto, é por meio da luta, do ativismo político, dos questionamentos e das intervenções artísticas que essas pautas saem da invisibilidade e atravessam inúmeras subjetividades. É disso que se trata uma postura decolonial.

No processo de projeto urbano e arquitetônico, Leo Name (2021) alerta para a necessidade de os profissionais se desprenderem de referências eurocêntricas, desobedecendo e questionando regras e normas impostas sem o devido rebatimento nas múltiplas realidades de um território mestiço.

A questão principal não é propor um estilo de "arquitetura decolonial" — até porque isso inexiste —, mas sim adotar uma abordagem decolonial na arquitetura. Isso significa repensar métodos e processos de projeto que naturalizam e universalizam um saber colonial, pensado para um homem branco, heterossexual e capitalista. É preciso abrir espaço para outros caminhos que contemplem a diversidade de modos de vida, incorporando práticas locais, situadas e híbridas. Essa abertura só será possível se alinhada à pedagogia decolonial, inserindo-se na rede de ensino, desde o ensino fundamental até as universidades, e incorporando a literatura latino-americana. De acordo com Ana Paula Baltazar (2020, p. 133, grifo meu):

> [...] é possível vislumbrar uma saída da armadilha colonial universalizante [...] Talvez, num movimento antropofágico, seja possível enfatizarmos a necessidade de **desescolarização da arquitetura**, voltá-la para a **autoaprendizagem pautada por exemplos socioespaciais trazidos pela literatura latino-americana e pelo cotidiano**, sem contudo ignorar o conhecimento acumulado do campo, principalmente a representação, que pode ser apropriada sem sua carga normativa paradigmática.

Essa citação da arquiteta revela uma atitude decolonial no processo de incorporação antropofágica do saber local, ao mesmo tempo em que o associa ao

conhecimento já acumulado por outras experiências. Mais uma vez, trata-se do relato da hibridização como metodologia/pedagogia. É possível aproveitar técnicas de representação já existentes, mas também ressignificá-las e reinventar novas formas de expressão. "No caso da arquitetura, questionar a representação como universal não significa o abandono de todos os procedimentos adotados, mas o desencantamento com a caixa preta normativa do *modo architectorum*[36]" (Baltazar, 2020, p. 125).

Essa discussão também é abordada pelo antropólogo brasileiro Viveiros de Castro (2019), que diferencia "modelos" — formas prescritivas e normativas — de "exemplos" — a incorporação da experiência e da sensibilidade. "Os exemplos são emprestados horizontalmente, eles se fundem, enquanto os modelos são impostos verticalmente, eles emanam. Modelos dão ordens e impõem ordem; exemplos dão pistas, invenções e subversões inspiradoras" (Viveiros de Castro, 2019, p. 17, tradução minha).

Logo, o modelo é um instrumento político vinculado ao Estado imperialista e colonialista, estabelecendo uma relação assimétrica de poder entre a "autoridade modeladora" e os agentes humanos e não-humanos que são "modelados". O pensamento baseado em modelos constitui o "pensamento do império, seja ocidental ou oriental" (Viveiros de Castro, 2019, p. 28, tradução minha).

Enquanto isso, o exemplo apresenta ideias que são transformadas na realização de algo "diferentemente parecido", ou seja, sempre em uma versão que passou por um processo de adaptação, incorporando novas texturas e cosmologias. Seguindo essa lógica, podemos considerar que a colonialidade opera por modelos, enquanto a decolonialidade se inspira em exemplos.

E, inspirando-nos em exemplos, no último encontro dessa caminhada decolonial, acrescentamos a contribuição de Antônio Bispo dos Santos (2023), conhecido popularmente como Nego Bispo, sobre a abordagem contracolonial.

Nego Bispo foi lavrador, quilombola, pensador, poeta, tradutor da sabedoria ancestral e mediador nas negociações com o Estado pelos direitos de seu povo. Por meio de suas experiências, percebeu que a luta decolonial diz respeito àqueles que

[36] Para o crítico de arquitetura inglês Reyner Banham (1999), o *modo Architectorum* consiste na reprodução hermética dos processos de projeto, sem espaço para discussão ou questionamento. O autor critica o ensino de arquitetura por prescrever uma espécie de "caixa-preta" fechada, com um "sistema de valor secreto" que, quando aplicado, determina que um projeto foi desenhado no estilo correto, resultando em "espaços extraordinários". O *modo Architectorum* funciona como uma cortina de fumaça que oculta o fato de que, na prática, a arquitetura ainda se resume à reprodução de modelos europeus, desconsiderando os impactos sociais e culturais mais amplos.

foram colonizados. No entanto, como quilombola, não se reconhece como colonizado. Por isso, defende não apenas a resistência, mas a contrariedade ao colonialismo, que ainda persiste e se manifesta de formas cada vez mais sofisticadas, complementa: "Trouxemos a palavra contracolonialismo para enfraquecer o colonialismo [...]. Criamos um antídoto: estamos tirando o veneno do colonialismo para transformá-lo em antídoto contra ele próprio" (Santos, 2023, p. 36-37).

Nego Bispo relata que foi a partir de sua experiência como adestrador de animais que percebeu a semelhança entre adestrar e colonizar. Uma das primeiras ações do adestrador é nomear, pois "quem nomina domina. A arte de nominar é a arte de dominar" (Santos, 2022, *apud* Abud, 2023, s/p).

Como já mencionado, o colonialista nomeia lugares, categoriza e adjetiva pessoas e comportamentos, impõe modos de vida e dita novos nomes, em uma tentativa evidente de apagar memórias. Diante disso, Bispo propõe uma "guerra das denominações: o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las" (Santos, 2023, p. 3), transformando a linguagem do opressor em instrumento de resistência.

> Para enfraquecer o desenvolvimento sustentável, nós trouxemos a **biointeração**; para a coincidência, trouxemos a **confluência**; para o saber sintético, o **saber orgânico**; para o transporte, a **transfluência**; para o dinheiro (ou a troca), o **compartilhamento**; para a colonização, a **contracolonização** (Santos, 2023, p. 3-4, grifo meu).

Estar contra o colonialismo é, ao mesmo tempo, estar a favor dos não-humanos, humanos e mais-que-humanos, resgatar os saberes ancestrais dos povos originários e recuperar a comunicação cósmica entre a Terra e os terrestres.

Nego Bispo, por exemplo, não se considera afro-brasileiro, mas sim "afro-pindorâmico", em referência a Pindorama, nome dado pelos povos originários a esta terra (Brasil), que significa "terra das palmeiras". Ele observa que, sutilmente, as minorias têm criado seus próprios dialetos como forma de resistência. Os indígenas, por exemplo, não falam em reforma agrária, mas em "retomada". Da mesma forma, as gírias das favelas formam uma linguagem que o colonizador não compreende (Santos, 2022, *apud* Abud, 2023).

Para o quilombola, o que caracteriza o mundo moderno é a cosmofobia — o medo e o terror do cosmo, da conexão com a terra e do sagrado —, resultando na desconexão com a natureza e na dissociação entre não-humanos e humanos.

Segundo Nego Bispo, a cosmofobia é a raiz do consumismo, da acumulação, da expropriação e do desperdício.

Ele alerta que a cosmofobia não tem cura, mas possui imunidade. “E qual é a imunização que nos protege da cosmofobia? A contracolonização” (Santos, 2023, p. 9). Essa resistência começa substituindo o monoteísmo pelo politeísmo, que acolhe diversos deuses e deusas sem disputas. Também envolve aprender a conviver com modos de vida heterogêneos, não sob um mundo globalizado que mascara a diversidade enquanto impõe um ideal unificador e universializante baseado no eurocentrismo, mas sim por meio de uma abordagem “diversal, como vários ecossistemas, vários idiomas, várias espécies e vários reinos” (Santos, 2023, p. 17).

O colonizador impôs as humanidades em uma terra onde os povos originários viviam integrados cosmologicamente, mas essa imposição não foi absoluta devido às resistências contracoloniais. No entanto, “a humanidade está aí, não vamos matar a humanidade. Mas como vamos nos relacionar com ela? Estabelecendo fronteiras” (*Ibidem*).

Nego Bispo rejeita o pensamento binário e dualista, defendendo, em vez disso, o pensamento fronteiriço, o diálogo, o respeito e a circularidade. Ele também utiliza a metáfora das fronteiras para representar esse espaço de confluência[37]: um território “movediço e elástico” que avança e recua, mas sem atingir um limite definitivo — ou seja, sem excluir ou exterminar o outro, mantendo-se sempre em processo de ressignificação.

O autor também discute o colonialismo na arquitetura, dialogando com a reflexão de Leo Name (2021). Para Nego Bispo (2023), no quilombo, a parte essencial da casa é o quintal, assim como, na favela, é a laje. No entanto, projetos de políticas públicas habitacionais, como o “Minha Casa, Minha Vida”, excluíram esses espaços fundamentais. Assim, trata-se de um projeto colonialista, que ignora a vivência, os sentimentos e os desejos dos futuros moradores.

Nego Bispo considera que a arquitetura colonialista é sintética, pois desvaloriza os modos de fazer tradicionais, desconsidera os materiais locais e

[37] Em uma palestra na USP, gravada em 2013, Nego Bispo caracteriza confluência: “A confluência é o encontro de vidas que se movimentam em direções parecidas [...] Não existe coincidência. Quando você discute a coincidência você está escondendo a origem dos acontecimentos [...]. E quando você discute a confluência, aí sim, você está apresentando a origem, a autoria e os motivos dos acontecimentos. [...] Eu costumo dizer que a confluência é a arte de transformar os conflitos, as divergências em diversidade”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dYNfVY1dk9Q. Acesso em 04/04/2024.

negligencia o processo artesanal. Além disso, desqualifica a arte e a composição de cada parede, que refletem as experiências, cosmologias e sonhos das famílias. “A casa tem que ser uma parte dos nossos corpos, temos que suar naquele material, temos que sentir nosso cheiro em nossa casa” (Santos, 2023, p. 38).

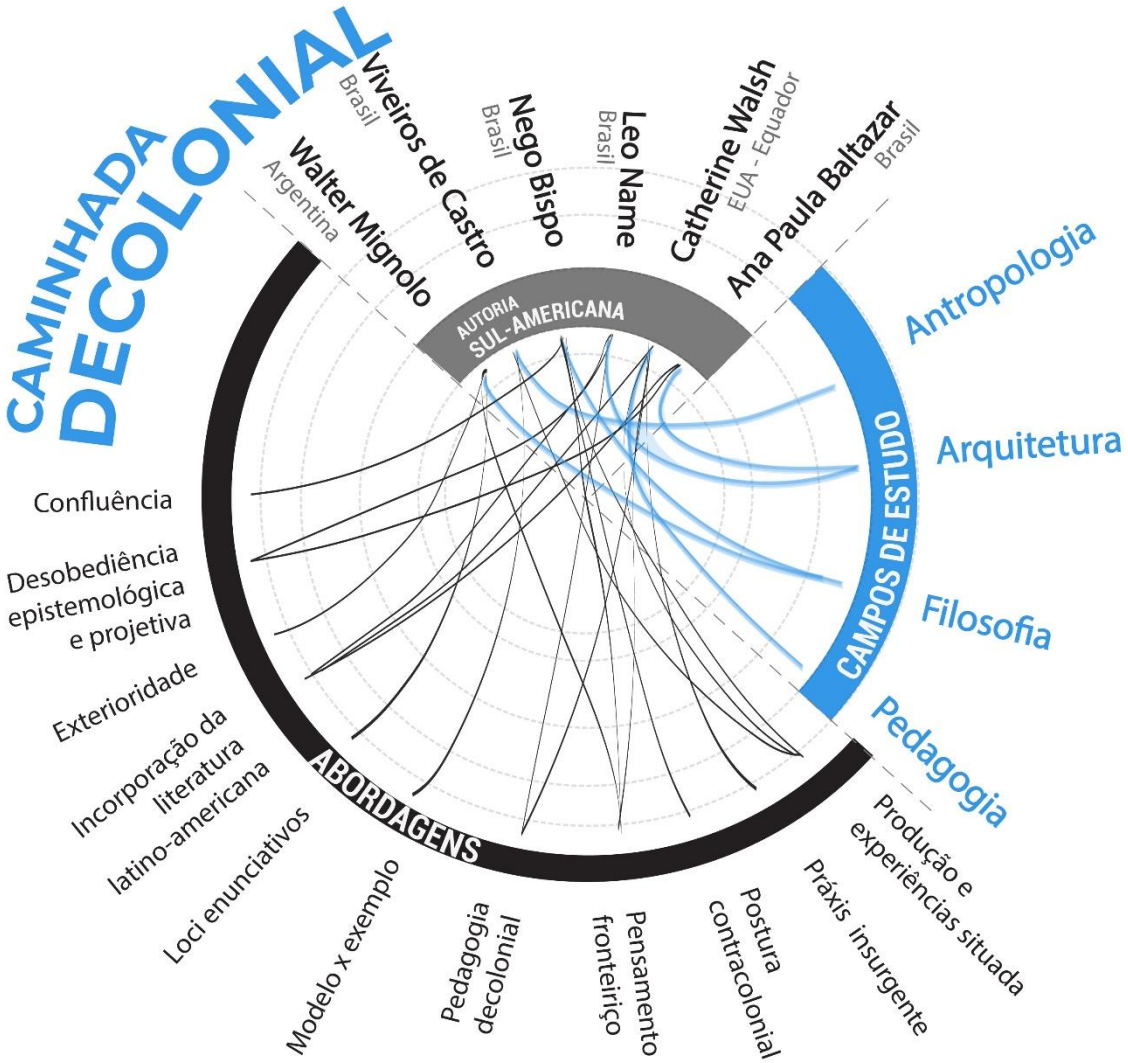
Após essa caminhada acompanhada por autoras e autores sul-americanos, percebo que a proposição da paisagera emerge de uma postura e crítica decolonial. Inicialmente, insere-se na “guerra das denominações” de Nego Bispo (2023), criando um termo desconhecido para o colonizador por meio de um hibridismo linguístico da exterioridade. Em seguida, sua composição se agencia no palco do pensamento fronteiriço de Walter Mignolo (2015), evitando as armadilhas do dualismo e das hierarquias, abrindo-se ao diálogo com a diferença e incorporando saberes situados e minorizados.

A partir desse lugar enunciativo, é possível escutarmos a diversidade subjetiva e o que ela tem a nos ensinar, convergindo para a pedagogia decolonial de Catherine Walsh (2013), que valoriza as cosmologias de outros modos de vida. Por sua vez, esses modos de vida demandam outras formas de pensar, projetar e interagir com a arquitetura, como propõem Leo Name (2021) e Ana Baltazar (2020).

Trata-se de uma arquitetura que, ao desobedecer às normativas impostas e reivindicar a reparação histórica das violências e explorações, amplia as possibilidades de interação entre não-humanos e humanos, criando lugares singulares e carregados de significado. Em outras palavras, uma arquitetura que rompe com modelos e se inspira em exemplos, seguindo o pensamento de Viveiros de Castro (2019).

É nesse contexto, expressado pelo diagrama da Figura 9, que a paisagera encontra o rizoma de possibilidades, expandindo-se em múltiplas direções e tecendo novas conexões entre territórios, memórias e saberes.

Figura 9 – Diagrama da Caminhada Decolonial



Fonte: Autora, 2024.

3.2.2 Paisagem

Leo Name (2010) apresenta uma revisão bibliográfica de paisagem na geografia com foco na relação que este conceito sempre manteve com o conceito de cultura. Para isso o autor mescla referências da geografia e da antropologia em uma linha do tempo tradicional dividida em três momentos: da geografia clássica (La Blache e Carl Sauer), das geografias modernas (David Lowenthal e Yves Lacoste); e das geografias pós-modernas (Augustin Berque e Denis Cosgrove). A ideia principal é que paisagem e cultura são conceitos interdependentes, pois a compreensão da paisagem só é possível a partir do conhecimento que o sujeito observador tem da cultura.

A revisão histórica de Leo Name (2010) explicita como a discussão em torno

da paisagem foi dominada por autores do sexo masculino, em contextos europeus e norte-americanos e, principalmente, com o ser humano no centro do debate.

Em contrapartida, o processo de revisão de Schlee *et al.* (2009) considera a paisagem como uma questão fundamental a ser revisitada para a compreensão do Sistema de Espaços Livres — objetivo principal do artigo. A partir de diferentes referências como Miranda Magnoli, Silvio Macedo, Aziz Ab´Saber, Maria Ângela, Donald Meinig e Yi Fu Tuan, as autoras e o autor concluem que a paisagem é o resultado dos processos biofísicos e das relações sociais nela refletidas.

Diferente do artigo de Leo Name (2010), Schlee *et al.* (2009) recorrem a autoras e autores brasileiras/os, incluindo a área da arquitetura e urbanismo, para o aprofundamento do estudo, pontuando, ainda que de forma tímida, a relevância dos não-humanos na apreensão da paisagem.

Uma outra ramificação teórica e multidisciplinar explorada é a contribuição de Jean-Marc Besse (2014) sobre as cinco portas que definem o que é paisagem na contemporaneidade. A primeira porta aborda a paisagem como uma representação mental humana (interpretação e discurso), enquanto a segunda a entende como um território produzido e praticado pelas sociedades humanas, incluindo questões culturais, sociais e econômicas. A terceira porta adota uma abordagem "realista", na qual a paisagem extrapola as questões subjetivas e sociais humanas e incorpora objetos não-humanos e suas dinâmicas. A quarta porta revela a paisagem como uma experiência, como um "modo de estar no mundo", em que a subjetividade é externalizada e a paisagem se torna um acontecimento singular. Por fim, a quinta porta se fundamenta na crítica da experiência, isto é, o encontro com a paisagem não de forma passiva, mas questionadora e propositiva, gerando novas intensidades.

As portas de Besse (2014) são um convite à reflexão sobre a variedade de entendimentos e posicionamentos em relação à paisagem. Em especial, a quarta e a quinta portas trazem o ato de caminhar pela cidade, os procedimentos de deriva e as deambulações como práticas de imersão que inserem o caminhante como agente produtor e questionador da paisagem. "Caminhar não é apenas estar no mundo, é estar nele de forma interrogativa [...] A caminhada, de fato, requalifica o espaço, no sentido próprio do termo: dando-lhe novas qualidades, novas intensidades" (Besse, 2014, p. 54-55). Essa proposição converge com as práticas desenvolvidas nesta tese.

O panorama de ideias apresentado por esses autores me aproximou das vertentes teóricas e práticas sobre a paisagem mais alinhadas com a proposta da paisagera. Escolho autoras e autores que vão além da percepção meramente visual e acrescentam:

(1) a acumulação do tempo e o simbolismo cultural, por Donald Meinig (1979; 2002), geógrafo norte-americano;
(2) um testemunho da integração do visível com o invisível dentro de um sistema territorial; por Joaquín Barrero (1995), geógrafo colombiano;
(3) a condição de ser simultaneamente produto e sistema, por Sílvio Macedo (1999), arquiteto e urbanista brasileiro;
(4) reflexo dos conflitos e contradições inerentes ao cotidiano social; por Maria Ângela Leite (2006; 2011), bióloga e professora da Faculdade de Arquitetura da USP (Universidade de São Paulo); e,
(5) uma geografia da memória, na qual cores, perfumes, gostos, texturas e sons das travessias internas e externas performam múltiplas realidades, por Eliane Marques (2023), poetisa brasileira e fronteiriça.

A apreensão da paisagem não é estática ou congelada por uma imagem. Ela, abraça o dinamismo, a construção e a transformação provocadas por agentes individuais e coletivos. A escolha dessas autoras e autores privilegia uma abordagem mais investigativa do que descritiva da paisagem. O interesse está em uma paisagem que explicite os processos de composição, as sociabilidades mais-que-humans imbricadas, as distintas formas de apropriações, os conflitos, as controvérsias, os afetos, as articulações entre espaço, tempo e sociedade e não uma narrativa que se restringe ao que existe.

Além disso, priorizei abordagens no contexto sul-americano que incluíssem saberes da arquitetura-urbanismo e da literatura, aliados às discussões da geografia, que historicamente ocupa a dianteira desse debate.

A contribuição de Donald Meinig (1979, 2002) é fundamental por dois aspectos: primeiro pela apreensão da paisagem "por aquilo que se esconde em nossas mentes" (2002, p. 35), ou seja, uma leitura que não é precipitada nem ingênua do que está diante de nossos olhos, mas sim uma construção consciente das lentes[38] por meio das quais a observamos; e o segundo pela importância dos

[38] Na obra "O olho que observa: dez versões da mesma cena", Meinig (2002) apresenta dez possibilidades de leitura da paisagem: natureza, habitat, artefato, sistema, problema, riqueza,

efeitos das paisagens “comuns” ou “ordinárias” do cotidiano para o reconhecimento, apropriação e familiaridade de um grupo de pessoas, isto é, a formação simbólica da paisagem que reforça as diferenças de forma, função e conteúdo associadas à cultura.

No contexto sul-americano, outro geógrafo colombiano, Joaquín Barrero (1995, p. 2, tradução minha), performa uma arqueologia da paisagem, na qual a paisagem é “testemunha dos tempos que se cristalizaram no espaço geográfico” e uma “manifestação externa de conteúdos subjacentes”. Ao realizar a estratificação do território, o geógrafo percebe que as formas espaciais são mais duradouras e permanentes do que os processos que as originaram. No caso das cidades, exemplifica essa permanência com a presença dos casarios antigos, que carregam as características e expressões sociais de seus criadores em outro tempo: “O tempo passa. Passa como tempo, mas permanece como espaço” (Barrero, 1995, p. 4, tradução minha).

Barrero (1995) também observa que a apropriação capitalista do espaço é seletiva, estabelecendo divisões e hierarquizações desiguais ao adicionar valor ao solo. Mas o que mais o preocupa é a desnaturalização do meio físico-biótico, que normaliza os processos de degradação ambiental em nome de um “desenvolvimento civilizatório”. Assim, a arqueologia da paisagem denuncia a crise socioambiental contemporânea, uma vez que toda paisagem atua sobre estruturas ecológicas originais, mas que, devido às intervenções humanas, tem transformado sobremaneira o solo, o clima e a diversidade ecossistêmica.

Ao tratar das paisagens, o autor ressalta o erro de referir-se aos humanos apenas como “homens” ou “populações” pois “a humanidade é múltipla e heterogênea. Possui nacionalidades, etnias, ideologias, culturas, religiões, etc., irreduzíveis a um quadro referencial único” (Barrero, 1995, p. 8, tradução minha). Por isso, é preciso aproximar-se do cotidiano, identificar as raízes culturais, a espiritualidade, a cosmovisão e a inter-relação com as múltiplas espécies.

Um dos fatores que têm acentuado os problemas ecológicos no planeta é exatamente a “erosão da sociabilidade”, ou seja, o sentido de desraizamento, desconexão, vazio e perda de vínculos coletivos. As tentativas da racionalidade formal e mercantil de homogeneizar a vida e apagar as diferenças contribuem para

ideologia, história e lugar. No entanto, essas categorias são apenas exemplificativas e não esgotam todas as possibilidades de interpretação.

a corrosão da memória coletiva das paisagens (Barrero, 1995).

Continuando em uma abordagem sul-americana, mas sob a ótica da arquitetura e do urbanismo, Silvio Macedo (1999, p. 11) adota "a ideia de paisagem como a expressão morfológica das diferentes formas de ocupação e, portanto, de transformação do ambiente em um determinado tempo". Dessa forma, ele entende a paisagem tanto como um produto, reflexo dos processos sociais de ocupação e gestão do território, quanto como um sistema, sujeito a movimentos de ação e reação que resultam em transformações morfológicas, sejam elas integrais ou parciais.

Silvio Macedo (1999) observa que as paisagens estão conectadas a uma ótica humana, dentro de uma estrutura e escala finita, quer dizer, que devido às limitações físicas e do contexto social do observador, a leitura das paisagens "sempre sucederá a uma outra e assim por diante". Paisagens como fragmentos perceptivos.

Seguindo o fio da meada da arquitetura-urbanismo, a professora Maria Ângela Leite (2006) entende a paisagem como substrato onde as relações cotidianas se manifestam:

> Se a paisagem urbana é suporte e resultado da vida social que a determina, é na própria estrutura de relações e processos sociais que deve ser buscado o entendimento da organização da vida cotidiana e das diferentes expectativas da sociedade em relação à cidade (Leite, 2006, p. 67).

E, nessa busca por esses processos sociais, a autora investiga a realidade brasileira por meio do "conjunto de narrativas dispersas na sociedade" (Leite, 2011, p. 74) e observa que essas paisagens frequentemente não superam as contradições; pelo contrário, convivem com elas e com as desigualdades dos "padrões de vida e de consumo conflitantes" (Leite, 2006, p. 67). Além disso, enfatiza que esse processo de escuta e leitura das narrativas também é essencial para valorizar o papel da memória (coletiva) e do esquecimento (individual). Afinal, enquanto projeto paisagístico, que tem a paisagem como principal objeto, o foco é a criação de "lugares informados".

Por fim, o campo das artes se mistura a essa colaboração com a presença da literatura. Recorrer à literatura para se aproximar dos fenômenos cotidianos não é novidade; longe disso, são inúmeros os trabalhos, mesmo dentro da academia, que fazem uso desse recurso, dada a potencialidade e sensibilidade que os romances,

ficções, poesias e fábulas apresentam. Como definiu Yi-Fu Tuan (1977, p. 162, tradução minha) “uma função da arte literária é dar visibilidade às experiências íntimas, incluindo aquelas relacionadas ao lugar [...] A arte literária chama a atenção para áreas da experiência que, de outra forma, poderíamos não perceber”.

Quanto à temática específica sobre espaço, lugar e paisagem, abre-se um vasto campo de poetisas e poetas que narram de forma sensível e minuciosa as singularidades de distintos territórios. No caso brasileiro, por exemplo, Vernaide Wanderley e Eugênia Menêzes (1999) percorrem as obras de Euclides da Cunha, Guimarães Rosa e Ariano Suassuna para explorar o espaço sertanejo. Mais especificamente, para apreensão da paisagem do pampa, autoras/es recorrem às obras literárias dos brasileiros Aldyr Schlee e João Simões Lopes Neto, dos uruguaios Julián Murguía e José Monega e do argentino Jorge Luis Borges, como no trabalho de Cândida Nunes (2016).

Na construção da paisagera, o que não falta é boa literatura sobre a paisagem e também sobre a paisagem singular dessa fronteira sul-americana. Como a minha prioridade foi conversar *com* a literatura que emerge da margem, fugir dos nomes consolidados e consagrados pela intelectualidade — que fazem jus pela qualidade excepcional das produções — e acolher obras contemporâneas que falam a partir de uma realidade minorizada. Por isso, optei por uma voz feminina, negra e fronteiriça, que descortina outras nuances de uma paisagem muitas vezes negada às personagens, refletindo a vivência da miséria, do medo e da injustiça de tantas famílias aprisionadas em um sistema de precariedade, racismo e violência. Conforme o relato de Cuandu no romance “Louças de Família”, da poetisa Eliane Marques (2023, p. 246),

> Isso de gostar de ir e vir a pé deveria ser bom para quem, como ela, morava nas cercanias do colégio. Eu morava longíssimo, tinha que caminhar mais de uma hora para ir e mais de uma hora para voltar, o que era especialmente difícil nos dias de chuva até porque não podia permanecer em casa sob pena de ser chamada de preguiçosa ou vagabunda por vocês-sabem-quem.

Cuandu é a personagem negra retinta, nascida na fronteira, que traz esse relato. A autora não fala explicitamente em paisagem, embora a trama seja permeada por inúmeros elementos das paisagens, revelando detalhes emocionantes em uma “cidadezinha do interior que não se decide entre o nome de santa, o nome de ana ou de liberdade” (Marques, 2023, p. 274). Nessa cidade ficcional, mas que se espelha na cidade natal da autora, Santana do Livramento/RS,

aparecem nomes de ruas, bairros, o desenho da topografia e dos rios, além do uso da sonoridade do portunhol e da menção às singularidades da linha de fronteira.

Cuandu narra a história de sua família e a influência da ancestralidade em um tom que não é doce ou aveludado, mas sim em um tom de fúria, raiva e aspereza, fazendo uso, em grande parte do tempo, do sarcasmo e da ironia. Essa linguagem me incomodou e deslocou, fazendo reverberar em meu íntimo emoções avassaladoras. Cuandu rompe com o silêncio milenar de tantas vozes negras que foram e ainda são caladas ou inferiorizadas, e seu grito ecoa como um manifesto.

A memória de se deslocar a pé da casa para a escola, uma atividade cotidiana de tantas crianças e ex-adultos-idosos, geralmente é lembrada com saudosismo, referenciando um passado nostálgico das paisagens de travessia urbana. Entretanto, Cuandu expõe a sua memória de dor, de um deslocamento desproporcional aos seus passos, do enfrentamento da chuva e do frio, nas quais as paisagens que atravessa se revelam cruéis aos seus pés. Explicitando outros matizes sobre a paisagem.

Cuandu não se reconhece em muitos dos simbolismos culturais, que geralmente são ditados por um "deserto de gente branca". A começar pelo hino Rio-Grandense: "Eu me sentia envergonhada na parte do povo que não tem virtude acaba por ser escravo. Então alguns de meus espinhos se viravam para dentro. Nas aulas de história eu aprendera que descendia de 'escravos'" (Marques, 2023, p. 240). E também expressa o incomodo das "várias ruas com nome de general" e, por ir descobrindo, ao longo do tempo a sobreposição das narrativas: "fiquei sabendo que o colégio onde estudei durante oito anos carregava nome de assassino [David Canabarro], o que parte da história nega e ele mesmo negou até o fim de seus dias de dono de gente" (*Ibidem*). O romance nos revela o que os simbolismos culturais "dominantes" escondem.

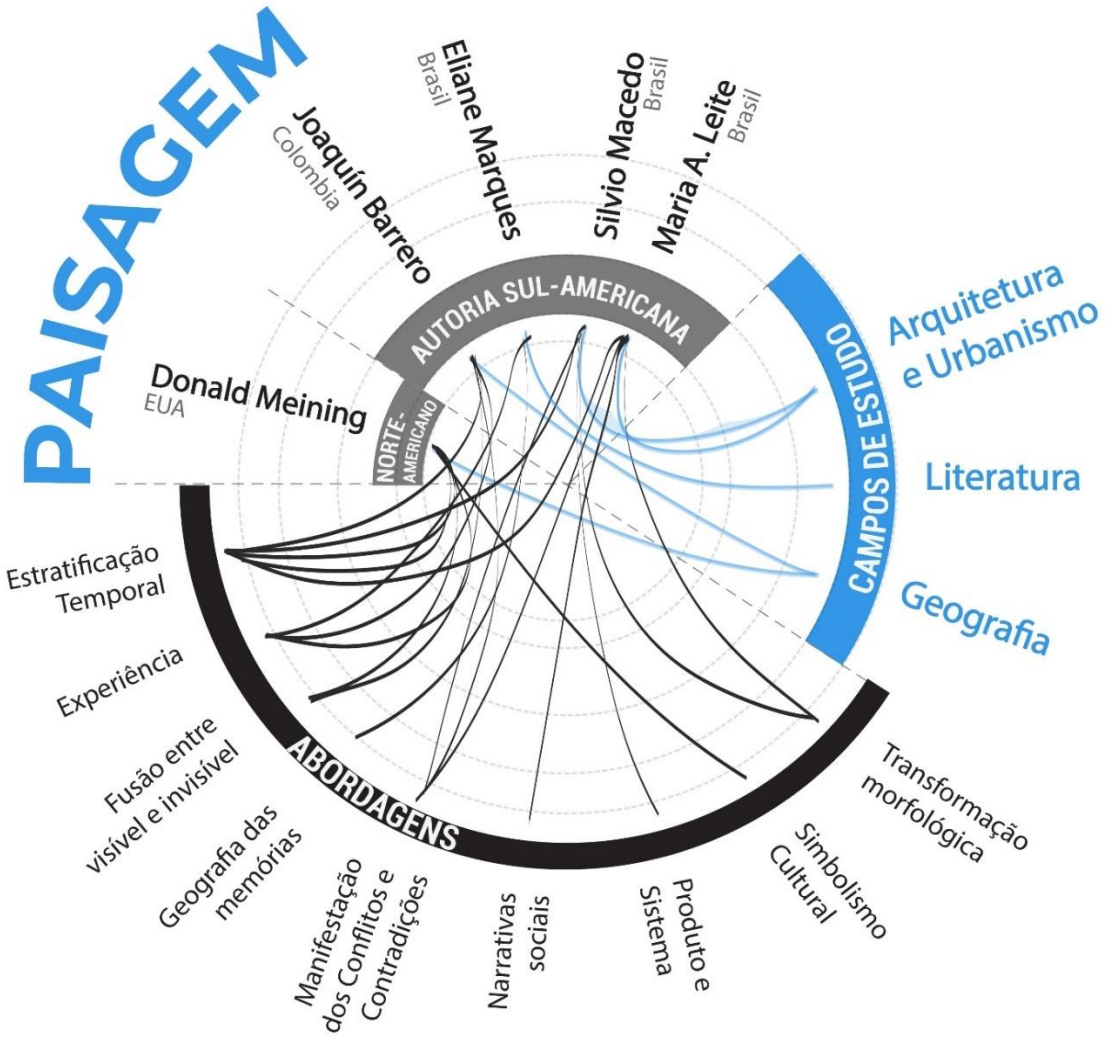
A paisagem presente nessa literatura aborda uma geografia da memória, ou seja, uma morfologia de cores, cheiros, sons e emoções acumuladas no tempo em uma cidade de fronteira. É o entendimento de quem vive nas bordas de uma paisagem borrada.

Assim, a paisagem que faz parte da paisagera é enunciada a partir da colaboração e entrelaçamento dos campos da arquitetura, urbanismo, literatura e geografia, através de autoras e autores, em sua maioria sul-americanos. Este

entrelaçamento nos revela que a paisagem é uma construção dinâmica, moldada por múltiplos agentes e marcada pela interação entre tempo, espaço e memória coletiva. Essa abordagem revela a complexidade sul-americana, onde as paisagens refletem disputas de narrativas, resistências e contínuas transformações.

O diagrama da Figura 10 sintetiza a composição do entendimento de paisagem e evidencia que a estratificação do tempo, a experiência e a manifestação dos conflitos e contradições são os elementos centrais para aproximação da paisagera.

Figura 10 – Diagrama da Paisagem



Fonte: Autora, 2024.

3.2.3 Fronteira

Na pesquisa de mestrado elaborei uma linha do tempo, baseada em uma revisão da literatura, desde a pré-história até a contemporaneidade, observando as

transformações de entendimento da fronteira juntamente com o desenvolvimento das organizações espaciais. A investigação revelou um arcabouço de diferentes versões sobre fronteira, partindo de um caráter mais místico e religioso, passando pela delimitação e organização política e alcançando os processos de integração (subordinada ou paritária) (Resende, 2019).

A própria essência aberta, difusa e heterogênea da fronteira inviabiliza qualquer tentativa de definição rígida. No entanto, é possível apreender algumas pistas por meio da experiência. Assim, apresento a rede de colaboradores com quem venho me aproximando desde 2015 na composição sobre a fronteira, recorrendo aos campos da geografia, história, filosofia e literatura.

Atualmente, em um processo de amadurecimento sobre o assunto, percebo a fronteira a partir de quatro aspectos principais: espessura, moldura, contrato e acontecimento.

Do ponto de vista formal, a fronteira se configura como uma borda (Fuão, 2019), ou seja, apresenta uma espessura borrada, sem precisão de início ou fim. Fronteira não é linha-margem, mas sim espessura-borda. Também se manifesta como uma zona de transição que acolhe as diferenças, não sendo nem um nem outro, mas um e outro. Na ecologia, por exemplo, corresponde a um ecótono; na arquitetura e urbanismo, assume diferentes formas, como zonas fronteiriças definidas por limites urbanos — grandes avenidas ou redes ferroviárias — ou limites naturais, como rios e serras. [A fronteira como espessura].

Segundo o geógrafo suíço Raffestin (1993, p. 167), a fronteira "é uma zona camuflada de linha". De maneira semelhante, a geógrafa brasileira Lia Machado (1998, p. 2) afirma que a fronteira "está orientada ‘para fora’ (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados ‘para dentro’ (forças centrípetas)".

Percebe-se, portanto, uma diferença significativa entre fronteira e limite, embora, no senso comum, sejam frequentemente consideradas sinônimas. Os marcos de fronteira simbolizam a delimitação física, separando unidades políticas. Já a fronteira, por sua vez, é uma zona porosa, de interpenetrações culturais, sociais, políticas e econômicas, sem um símbolo material ou físico que a caracterize.

Talvez, devido a esse caráter nebuloso, a fronteira receba as diferenças e multiplicidades de forma tão intensa. Vejamos: é o lugar que acolhe o prófugo e oculta os mártires; um espaço de proteção, fuga e exílio, mas também de desaparecimento e ocultação violenta. No território fronteiriço, há vigilância e

controle constantes — ainda que não declarados —, mas, ao mesmo tempo, é um espaço permeável, propício ao contrabando. A potência e a fragilidade da fronteira residem justamente nessa indeterminação e abertura para experimentações.

Na filosofia da diferença, Jacques Derrida e Gilles Deleuze contribuem para a compreensão dessa complexidade. Em Derrida (2001), "parergon" e "hostipitalidade" reforçam, respectivamente, a ideia de algo que está fora, mas ainda assim faz parte, e a coexistência interdependente das diferenças.

Parergon é um termo grego que significa ornamento e, na arquitetura, pode ser visualizado como um elemento anexado a uma obra. Derrida se apoia nos estudos de Kant ao exemplificar o caso de uma moldura de pintura: a moldura reveste a obra e está externa a ela, mas, ao mesmo tempo, faz parte de sua composição. Assim, para Derrida (2001), o parergon não tem a função de se destacar, mas de se dissolver.

Essa noção dialoga diretamente com a dinâmica da fronteira, que não está nem dentro nem fora, pertencendo simultaneamente a dois territórios. Sua delimitação é imprecisa, e suas bordas se dissolvem no conjunto, reforçando sua natureza fluida e mutável. [A fronteira como moldura].

Já a "hostipitalidade" de Jacques Derrida e Anne Dufourmantelle (2003), refere-se a uma hospitalidade hostil, na qual acolhimento e hostilidade coexistem. Derrida explora a relação entre hóspede e hospedeiro, que exercem suas funções e, ao mesmo tempo, se confundem. Não há hóspede sem hospedeiro e vice-versa, assim como não existe hospitalidade incondicional — toda acolhida implica condições e imposições.

No contexto da fronteira, essa ideia se aproxima da hospitalidade condicional, caracterizada por contratos, trocas de favores e negociações. O acesso às cidades fronteiriças, por exemplo, depende da comprovação de identidade, das restrições alfandegárias e das normas de vigilância nas aduanas. Muitas dessas medidas restritivas são justificadas pelo discurso de proteção e segurança nacional e integram uma ritualidade e um simbolismo próprios da fronteira.

A fronteira é um espaço onde se estabelecem relações dicotômicas entre o eu e o outro, o estrangeiro e o fronteiriço. Historicamente, é um território de disputa e controle. [A fronteira como contrato].

Quanto às contribuições de Deleuze (1997), sua abordagem é mais geográfica do que histórica. Para o autor, a fronteira expressa movimento,

produção, abertura e atualidade, sendo um espaço de ruptura e subversão, seja de forma pacífica ou conflituosa. O território fronteiriço é um território do devir, um espaço em constante mutação e criação.

Enquanto acontecimento, a fronteira se manifesta como um campo de forças, intensidades e transformações que operam no nível da virtualidade. Como afirma Deleuze: “Não há, pois, aventuras de Alice (referência ao livro de Lewis Carroll), mas uma aventura: sua ascensão à superfície, sua desmistificação da falsa profundidade, sua descoberta de que tudo se passa na fronteira” (Deleuze, 1997, p. 10). [A fronteira como acontecimento].

Espessura, moldura, contrato e acontecimento são características presentes em qualquer situação de fronteira. Embora coexistam em níveis e intensidades diferentes, essas características se manifestam de alguma forma. Seja em uma fronteira física ou abstrata, geralmente é possível identificar esses atributos.

No entanto, a paisagera, no contexto sul-americano, é singular e, por isso, exige o entrelaçamento de outros agentes que participam ativamente dessa construção — agentes que falam de dentro, da própria pele da fronteira.

Para o historiador uruguaio e fronteiriço Eduardo Palermo (2019), a fronteira é uma zona potencial de integração e transição: “essa tendência à integração não nega a característica de também serem zonas de conflito e enfrentamento. A potencialidade para um ou outro lado dependerá da força dos interesses comuns e da cultura de cooperação entre ambas as sociedades” (Palermo, 2019, p. 57, tradução minha).

Em conversa mais recente com o historiador, que pode ser lida na íntegra no Capítulo 5 desta tese, ele enfatiza que o termo "integração" muitas vezes desperta uma visão romantizada, pois se associa à ideia de união, incorporação, combinação e boa convivência. No entanto, integrar não implica necessariamente atitudes exclusivamente positivas; interações negativas também podem ocorrer. Por isso, Palermo ressalta que a fronteira é sempre um processo de integração, mas nunca uma perspectiva dualista. A fronteira não é apenas uma coisa ou outra — ela é um híbrido. Algumas características podem se sobressair em determinados períodos, mas jamais há uma única versão da fronteira.

Os processos de integração na fronteira dependem da força e compatibilidade dos interesses comuns. O contrabando e o descaminho, por exemplo, são formas de integração possibilitadas pela porosidade da paisagem de

fronteira. Há interesses em ambos os lados do limite, seja no contrabando, que pode ter reflexos mais negativos — como no caso de produtos ilícitos que fomentam a violência —, seja no descaminho, que, ao envolver a comercialização de alimentos a um custo mais baixo, pode beneficiar muitas famílias, especialmente as mais vulneráveis socialmente.

Para a arquiteta Andréa Ilha e o historiador Eduardo Palermo (2021, p. 1533), "a identidade fronteiriça está nas diferenças e no sentimento de pertencer a um território que é muito mais emocional do que físico". Assim, enquanto território emocional, a fronteira, é afetada pela presença do outro e pela forma como essa interação ocorre, extrapolando os limites da nacionalidade.

É justamente a presença do outro e suas diferenças que fortalecem os laços emocionais. No caso da fronteira Brasil-Uruguay, sentimentos de cooperação e afinidade costumam se destacar, mas também há episódios de conflito, competição, racismo, misoginia e outras formas de discriminação. Portanto, a fronteira é um território onde as emoções do coletivo múltiplo e heterogêneo influenciam fortemente os processos decisórios[39].

Seguindo essa ideia, a historiadora argentina Nidia Araces (1999) entende a fronteira como um espaço de encontro dentro de uma realidade dinâmica, onde as interações da vida cotidiana, "comuns" e "corriqueiras", coexistem com os diferentes interesses geopolíticos dos Estados vizinhos.

De acordo com Araces (1999, p. 26, tradução minha), "a permeabilidade é uma característica peculiar dos espaços de fronteira, e sua forte capilaridade social influencia as profundas transformações em seu tecido societário". Para ilustrar essa afirmação, a historiadora menciona a dificuldade de estabelecer uma linha de demarcação entre duas economias interligadas, como a agricultura mista e o pastoreio nômade, em que as áreas de exploração dessas atividades se interpenetram.

Outra contribuição de Nidia Araces (1999) diz respeito às múltiplas modalidades de intercâmbio em diferentes contextos históricos e sociais, que resultam em distintos "marcos culturais". O relacionamento entre comunidades distintas é influenciado por diversos fatores, como o meio em que estão inseridas, o acesso e a qualidade dos recursos naturais, as relações de trabalho e a distribuição

[39] Nos Capítulos 4 e 5, são apresentados exemplos cotidianos do impacto da opinião popular fronteiriça nas decisões sobre projetos urbanos e paisagísticos.

de poder, entre outros aspectos que imprimem “marcas específicas” e reconhecíveis nas formações socioculturais.

Os estudos de caso desta tese, ao explorar um caso de fronteira seca e outro de fronteira molhada, revelam algumas "marcas específicas", como o impacto dos marcos de fronteira no primeiro caso e do rio e da ponte no segundo.

Como exemplo, a autora cita as diferentes respostas das comunidades indígenas à colonização branca na América. Em algumas regiões, os indígenas conseguiram sobreviver com maior vitalidade do que em outras; contudo, em todos os casos, além da violência e da exploração, houve, em algum grau, degradação ecossistêmica, modificação do uso tradicional da terra e a imposição de códigos culturais. Dessa forma, em territórios de fronteira, “as relações entre diferentes grupos são determinadas pelas identidades que cada um atribui a si mesmo e aquelas que lhes são atribuídas pelos outros” (Araces, 1999, p. 27, tradução minha), sempre em um processo contínuo de contaminação e identificação recíproca.

No campo da literatura, uma obra representativa das fronteiras latino-americanas é autobiografia ficcionalizada “*Borderlands/La Frontera: The New Mestiza”*, da norte-americana e chicana[40] Gloria Anzaldúa. A partir da metáfora de uma “ferida aberta”[41], Anzaldúa (2016 [1987]) explora a consciência mestiça e aborda tanto a fronteira geográfica quanto a identitária.

> Sou uma mulher de fronteira. Cresci entre duas culturas: a mexicana (com uma grande influência indígena) e a anglo-americana (como membro de um povo colonizado em nosso próprio território). Passei toda a minha vida montada nessa fronteira texano-mexicana, e em outras também. Não é um território confortável para se viver, esse lugar de contradições. As características mais marcantes dessa paisagem são o ódio, a ira e a exploração (Anzaldúa, 2016, p. 35, tradução minha).

Primeiro a autora se reconhece como mulher, a seguir, como fronteiriça também incorpora sua ancestralidade afro-indígena. Mas sua relação com essa fronteira é marcada pela “contradição, ódio, ira e exploração”, justamente por pertencer a um grupo étnico marginalizado e excluído das narrativas fundacionais dos EUA. Além disso, sua família e toda a comunidade chicana sofreram diversas

[40] Nome usado para identificar os cidadãos norte-americanos de origem mexicana.
[41] A autora utiliza da expressão “ferida aberta” para fazer referência a guerra México-Estados Unidos que ocorreu de 1846 a 1848, conflito no qual o México perdeu aproximadamente 50% do seu território para os EUA, sendo por muitos anos colonizada pelos anglo-americanos.

formas de violência impostas pelos anglo-americanos, que, entre outras ações, proibiram o uso de qualquer idioma que não fosse o inglês.

Mas, adiante, Anzaldúa (2016, p. 36, tradução minha) percebe que "houve compensações para esta mestiça, e certas alegrias. Viver nas bordas e nas fronteiras, manter intacta a própria integridade e identidade mutável e múltipla é como tentar nadar em um novo elemento, em um elemento estranho". Ou seja, mesmo com um histórico de dor, ela sente alegria por ser esse corpo-mulher-lésbica de múltiplas possibilidades, como uma estranha familiar.

A obra em si simboliza uma mestiçagem. A autora adota uma escrita que combina trechos em espanhol, inglês e *náhuatl* (língua indígena), além de mesclar vários gêneros textuais, como poesia, autobiografia e ficção. Ela também cria um novo termo, "*amasamiento*", para que as/os leitoras/es possam compreender o hibridismo a que se refere: *"Soy un amasamiento*, sou um ato de juntar e unir que não apenas produz uma criatura tanto da luz como da escuridão, mas também uma criatura que questiona as definições de luz e de escuridão e lhes dá novos significados" (Anzaldúa, 2016, p. 102, tradução minha). Assim, com uma postura dissidente, a autora chicana reconhece seu próprio corpo como uma fronteira e rompe com qualquer relação dicotômica, direcionando-se para um processo de transculturação.

Para Anzaldúa (2016), a fronteira é o lugar propício para essa mistura e *amasamiento*, união dos fragmentos e criação de outra possibilidade de vida. É um lugar de resistência, ruptura e transgressão das imposições fixas de nacionalidade, gênero e sexualidade. "Como mestiça, não tenho país, minha terra me expulsou; no entanto, todos os países são meus porque sou irmã ou amante potencial de todas as mulheres" (Anzaldúa, 2016, p. 102, tradução minha).

E, para fechar as colaborações sobre a fronteira, recorro à poetisa, jornalista e ativista afro-uruguaia Virginia Brindis de Salas, considerada a primeira mulher negra a publicar um livro na América Latina. De acordo com Caroll Young (1993), a poetisa expressa em seus livros, frequentemente em tom militante, os desafios enfrentados pelos afro-uruguaios diante da hegemonia da cultura branca dominante. Ela reflete sobre o "mascaramento", o ato de estar ausente enquanto presença, como no poema "*La criada de amor*": "A risada aguçada sobre seus

dentes brancos / Guarda, no mais profundo, os castigos de outra raça"[42] (Brindis de Salas, 1949, p. 26).

Virginia descreve em seus poemas o cotidiano das mulheres negras latino-americanas, expondo as feridas da opressão racial e de gênero. Entretanto, devido a essa característica de contestação e manifesto de injustiças, sofreu várias tentativas de apagamento e descredibilidade da sua obra, inclusive sendo acusada de plágio pelo escritor Alberto Serrat[43]. O contexto econômico na época de suas publicações enfrentava uma grande crise inflacionária, o que, de certa forma, contribuiu para aumentar as dificuldades de divulgação. Mas "além das barreiras econômicas, sua raça, seu gênero e sua postura militante também atuaram como obstáculos para uma carreira literária bem-sucedida no Uruguai" Young (1993, p. 27, tradução minha).

Nos dois livros publicados de Virgínia, *"Pregón de Marimorena"* (1946) e *"Cien cárceles de amor"* (1949), a autora aborda várias temáticas, como a negritude, o feminismo e o colonialismo, mas sem necessariamente usar esses termos. De forma camuflada, ela usa a poética e a musicalidade para denunciar a precariedade do "povo de cor" marginalizado. Dentro desses poemas, encontrei resquícios sobre a mestiçagem de fronteira.

Virginia desmistifica, por exemplo, a origem do ritmo musical e da dança do tango, que não são exclusivas da América, pois receberam grande influência dos negros de herança africana, como apresentado no poema *"Tango Numero Dos":* "(Dança, que bailaram os escravos, tambor e ritmo em sua roda elemental de galo)"[44] (Birdis de Sala, 1946, p. 50, tradução minha).

Para o professor de história brasileiro, Alessander Kerber (2013), a origem do tango decorreu de um processo de miscigenação, em que a música popular na capital Buenos Aires foi protagonizada pelos negros em seus bailes marginais, enquanto, na mesma época, nos salões do centro da cidade, dançavam-se as músicas europeias, como a valsa. O autor complementa: "A aceitação do tango como representação nacional argentina foi resultado de um amplo processo de negociação, de lutas simbólicas e de afirmação de algumas das identidades em relação a outras" (Kerber, 2013, p. 7). Através de sua poesia, também marginal,

[42] Idioma original: *"La risa agudizada sobre sus dientes blancos, / Guarda en lo más profundo castigos de otra raza"*.
[43] SERRAT, Alberto Britos. Antología de poetas negros uruguayos, volume 1. *Ediciones Mundo Afro*, 1990. p. 12.
[44] Idioma original: *"(Danza, que bailaron los esclavos, parche y ritmo en su elemental rueda de gallo)"*.

Virginia reivindica o reconhecimento do afro na cultura, valorizando toda a potência e brilhantismo desse povo, que segue sendo excluído e minorizado.

O fragmento do poema "*A la Ribera Americana"*, ilustra de forma profunda a interconexão entre os povos e os não-humanos, que são fundamentais na construção da identificação mestiça da América Latina.

> A carne de meu corpo
> banhada em água irmã
> batismo desse rio
> que como o mar se alarga
> para buscar na margem
> da América, sua rota larga.
>
> [...]
>
> Vamos pela margem
> desta América indígena e mulata
> no sentido da vereda
> que a tudo mata (Birdis de Sala, 1946, p. 17, tradução minha)[45].

A poetisa utiliza a água, o rio e o mar não apenas como metáforas de fluidez e transformação, mas como agentes de integração e mestiçagem. Esses outros seres vivos funcionam como elo entre os povos indígenas, negros, brancos e imigrantes, que, unidos pela "água irmã", compartilham a mesma "margem" dessa América plural e multifacetada.

O uso do termo "margem" não é apenas geográfico, mas também simbólico, sugerindo uma posição de transição de fronteira entre diferentes identidades, culturas e histórias. A imagem da "margem" remete, assim, à ideia de uma América que é simultaneamente o centro e a periferia, o local onde as várias origens se encontram e se transformam mutuamente. A poetisa, com isso, reivindica uma reinterpretação das narrativas dominantes, propondo epistemologias que considerem as experiências e visões de mundo dos povos do Sul Global. Ao chamar atenção para a mestiçagem, Brindis de Salas convoca a valorização da diversidade e das múltiplas faces da América, em um movimento de afirmação e reconhecimento de suas complexas raízes.

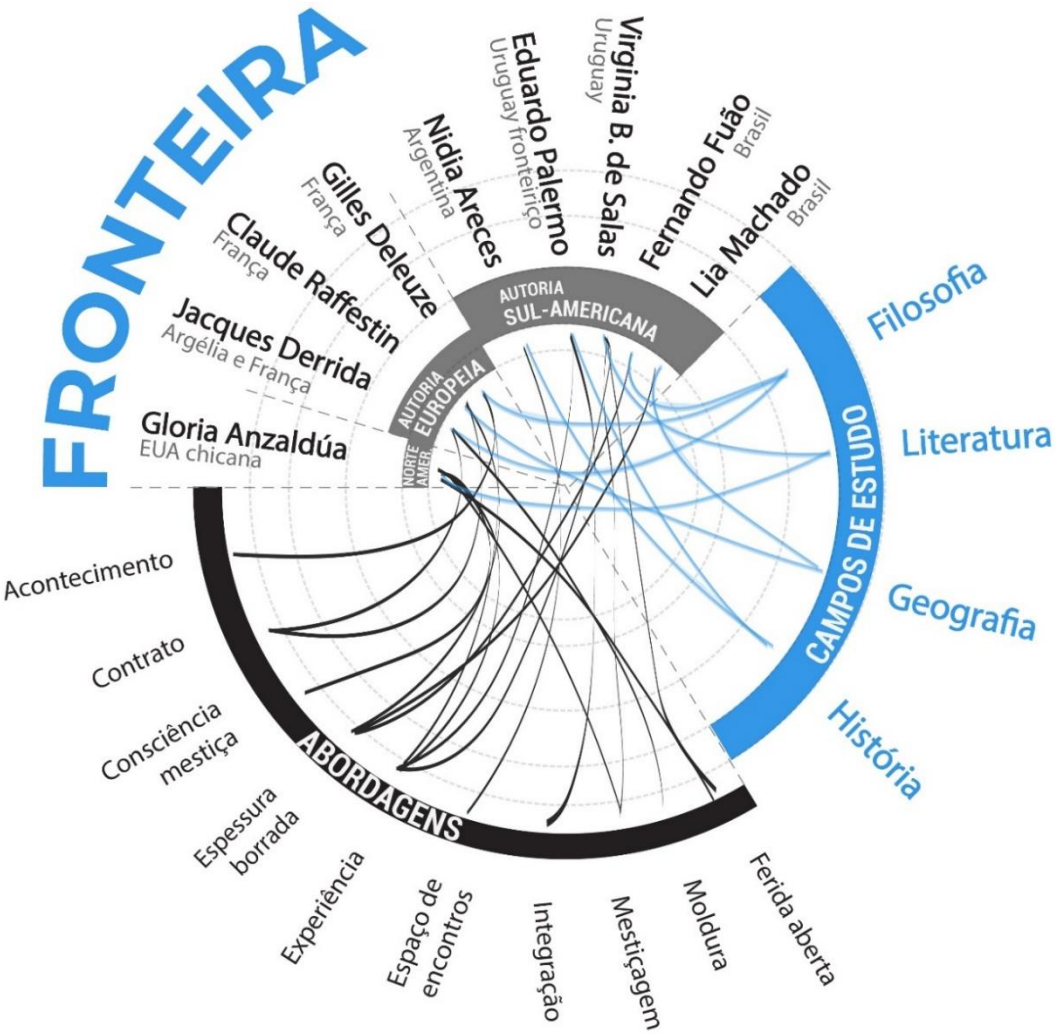
Diante do exposto, a fronteira, que faz parte da paisagera, pode ser assimilada como uma zona porosa, permeável, fluida e dinâmica, que não possui delimitações físicas rígidas, mas se configura dentro de uma espessura borrada e

[45] Idioma original: *"La carne de mi cuerpo / bañada en agua hermana, / bautismo de este río / que como mar se ensancha / para buscar en la ribera / de América, su senda ancha [...] Vamos por la ribera / de esta América indígena y mulata / en pos de la vereda / que todo lo mata"*.

nebulosa. A fronteira é o lugar que evidencia as diferenças e, a partir delas, a mestiçagem é favorecida pelos processos de integração geográfica, ecológica, cultural, social, política e econômica. Como uma zona de transição, moldura, é o lugar de resistência, transgressão e transformação, no qual os interesses comuns são constantemente negociados por meio de contratos, sempre temporários. **A fronteira é o lugar de reconhecimento do eu diante do outro e da performação contínua de um nós/*nosotros*.**

A Figura 11 apresenta a composição da fronteira, uma construção que priorizou abordagens sul-americanas, incluindo a visão de fronteiriços e mulheres negras. No entanto, também foram consideradas as contribuições de europeus e de uma norte-americana, uma vez que a mestiçagem carrega as feridas e cicatrizes deixadas pelo colonizador, cuja influência ainda persiste.

Figura 11 – Diagrama da Fronteira



Fonte: Autora, 2024.

A fronteira, tal como se apresenta na paisagera, é o resultado de processos marcados pela violência e pela dor. Ela se formou em meio a guerras por disputa territorial, sobre terras já habitadas por múltiplas espécies, mas desconsideradas e dizimadas pelo avanço colonizador. No entanto, mesmo nesse cenário de conflito e sangue, a fronteira também se revela como um espaço de possibilidades, acolhimento e cooperação. Isso ocorre porque a precariedade impõe a necessidade de alianças para a sobrevivência. Enquanto o colonizador enxerga o outro como inimigo, o fronteiriço o reconhece como parte de si — como uma extensão e complementaridade.

3.2.4 Paisagera

A paisagera se configura como um modo decolonial de apreender a paisagem da fronteira sul-americana, transcendendo noções eurocêntricas e propondo uma epistemologia sensível que articula dimensões materiais e simbólicas desses territórios. Mais do que uma estratégia de performação[46], configura-se como um dispositivo crítico que revela as camadas mestiças, controversas e resistentes inscritas nesses lugares. Embora diferentes tipos de paisagens coexistam nesse recorte territorial, algumas características as tornam singulares, como:

(1) A linha-limite controversa: A linha política internacional — agente exclusivo dos territórios fronteiriços — opera simultaneamente como barreira e zona de atração, possibilitando paisagens que expressam tensões entre soberanias nacionais e processos de hibridização socioespacial e cultural. Essa linha, imaginária, artificial e imposta, é um artefato colonial que se transforma em um campo de disputa e negociação material e simbólica. Na paisagera, essa linha não é um simples traço cartográfico, mas uma entidade viva, evidenciada por marcos de fronteira ou rios e cerros, capaz de simultaneamente distinguir Estados-nação e estimular zonas de fronteira.

(2) A espessura-fronteira contaminada: Se a linha-limite é o artefato colonial por definição, a fronteira é o lugar de contaminação. Não há fronteira sem limite, mas nem todo limite gera uma fronteira — justamente pela

[46] De acordo com o Glossário do Grupo Lugares e Paisagens, produzido por Rheingantz (2025 [2002]): Performação (*enactment*), refere-se à ideia, proposta por Annemarie Mol (2008), de que a realidade não é simplesmente observada, mas continuamente feita e refeita por meio de diferentes práticas e instrumentos. Nesse sentido, as realidades são múltiplas e emergem no próprio processo de produção e reprodução, sem existir de forma fixa ou independente dessas dinâmicas.

invisibilidade da sociabilidade "mais que humana"[47]. A fronteira que faz parte da paisagera se configura como uma espessura borrada, zona de indeterminação que se expande e contrai no tempo-espaço ao redor da linha política. É um território de fricção e contato multiespécies, onde a mestiçagem linguística, econômica, cultural e urbana se intensifica. Essa natureza fluida e contaminada da fronteira desafia a lógica binária imposta pelo colonizador.

(3) A precariedade como colaboração[48]: A paisagera revela como essas paisagens performam a partir das cicatrizes geopolíticas e da precariedade dos territórios marcados por múltiplas formas de violência — social, racial, de gênero, ambiental, econômica e institucional. A precariedade compartilhada impulsiona epistemologias fronteiriças — modos de saber-fazer, manejo fronteiriço, nos quais o "outro" é ressignificado como colaboração para a sobrevivência. Esse processo dá origem a sistemas adaptativos que vão desde redes de informalidade, como as práticas de contrabando, até formas de gestão compartilhada de espaços públicos.

(4) A pedagogia dos saberes situados: A paisagera se constrói como uma prática pedagógica decolonial, que recusa a universalidade do conhecimento ocidental e se alimenta dos saberes corporificados por aqueles historicamente silenciados: comunidades negras, povos indígenas, mulheres, moradores fronteiriços e outros grupos subalternizados, ou seja, um compromisso ético de escuta radical. A paisagera não estuda os saberes situados — aprende com eles, em confluência. Trata-se não de simplesmente "incluir" vozes marginalizadas, mas de: (a) valorizar saberes territorializados – conhecimentos corporificados em lugares específicos, marcados por resistências; (b) aprender com epistemologias mestiças —

[47] A sociabilidade "mais que humana" de Anna Tsing (2023) refere-se à maneira como humanos e não-humanos (como plantas, animais, microrganismos e até elementos do ambiente) interagem e co-produzem ecossistemas e formas de vida. "Tais colaborações podem tornar possível entender a socialidade humana não como conquista sobre outras espécies, nem como um paralelo a outras formas de ser — mas como um ingrediente em mundos sociais nos quais humanos e não humanos vivem juntos. A socialidade mais que humana é o nosso mundo e também o deles" (Tsing, 2023, p. 138).

[48] Título que correlaciona com a obra de Anna Tsing (2021), no qual a precariedade não é apenas uma condição socioeconômica, mas um estado fundamental da existência no Antropoceno. A precariedade não é a exceção ou o que "escapa" do sistema, mas atualmente se configura como a condição dominante, visto como a vida persiste em meio as ruínas ecológicas e sociais. "A precariedade é a condição de estarmos vulneráveis aos outros. Os encontros imprevisíveis nos transformam [...] Pensar a partir da precariedade evidencia que a indeterminação também torna a vida possível" (Tsing, 2021, p. 64).

formas fronteiriças de saber que transcendem categorias fixas; (c) romper com hierarquias — equiparando saberes populares (de contrabandistas, agricultores, artistas, comunidades negras e ciganas) ao conhecimento validado como "técnico-científico".

(5) Agência dos não-humanos: A paisagera reconhece que rios, pontes, cerros, marcos de fronteira, animais, vegetações e microrganismos não são apenas elementos de um cenário, mas atores políticos que moldam ativamente a vida na fronteira. Esses elementos não-humanos mediam conflitos, negociam identificações e codificam memórias coletivas, desafiando a noção antropocêntrica de que apenas humanos produzem lugares.

(6) Palimpsestos histórico-culturais: A paisagera é o resultado de uma leitura do território como um palimpsesto — um pergaminho onde diferentes camadas de tempo se sobrepõem, se apagam parcialmente e se reinscrevem. Nesse sentido, a paisagem se configura como um arquivo dinâmico que registra transformações políticas, econômicas e culturais, refletidas na morfologia urbana. Na fronteira Brasil-Uruguay, isso se evidencia em vestígios da antiga rede ferroviária binacional, nos debates sobre monumentos dedicados a generais, na proposta de ativação de um aeroporto binacional, na substituição de casarios ecléticos por edifícios em altura, na conversão de áreas alagáveis em parques públicos, entre outros exemplos. Esses processos revelam as múltiplas interações que compõe a paisagera ao longo do tempo.

(7) Arquiteturas e rituais de travessia: Atravessar[49] é uma ação fundamental na paisagera, indo além do deslocamento físico para se tornar uma experiência subjetiva. As arquiteturas que configuram essas passagens — pontes, aduanas, avenidas, canteiros centrais, caminhos informais — estruturam e orientam os fluxos, mas também são ressignificadas por quem atravessa. Os rituais associados a essas travessias, como a apresentação de documentos, a presença de símbolos nacionais (bandeiras, marcos de fronteira), e em alguns casos os registros fotográficos, evidenciam as

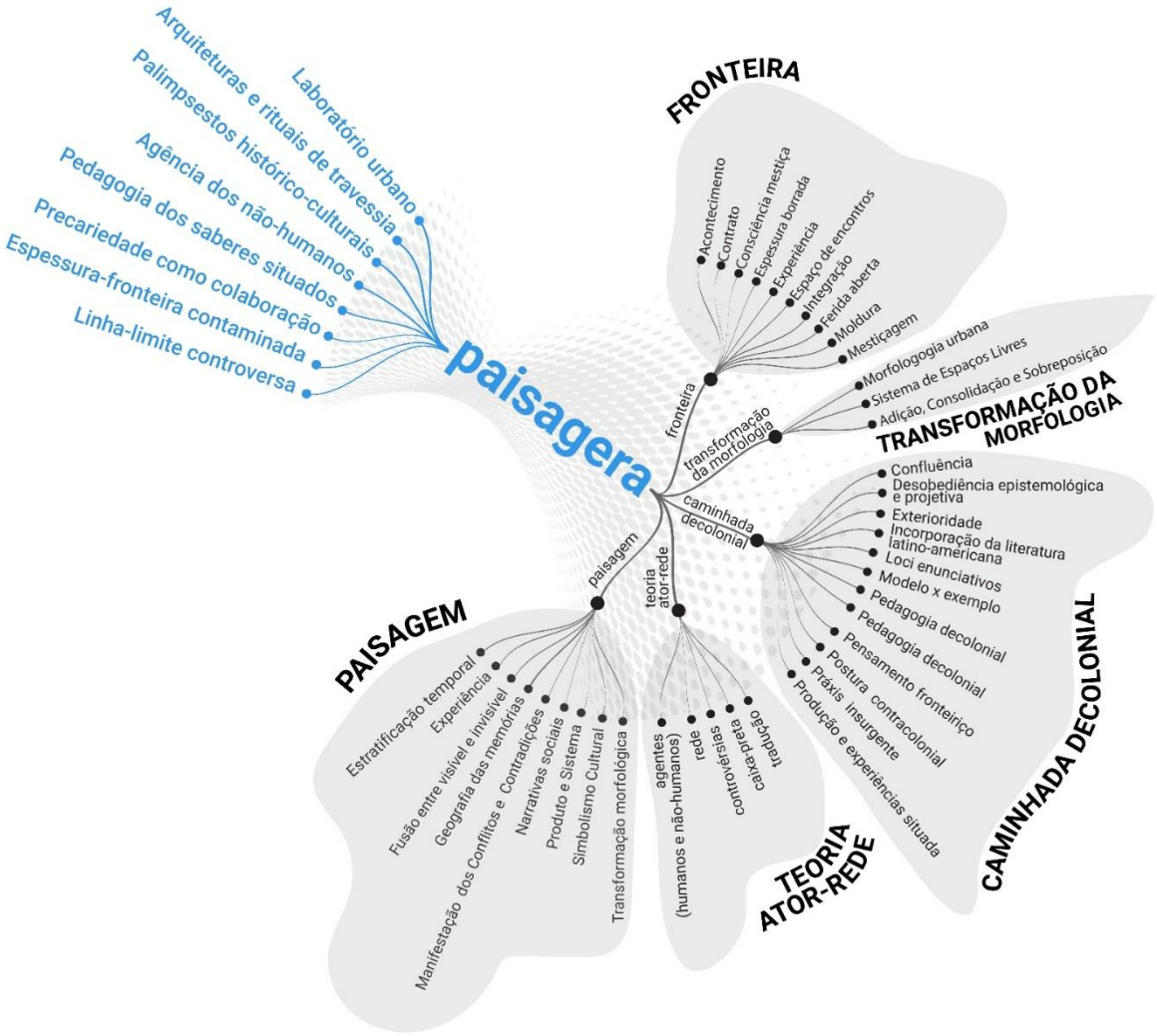
[49] No livro Verbolário da Caminhografia Urbana, organizado por Rocha e Santos (2024), explorei o vocábulo atravessar, cuja compreensão é essencial para o item 7. Destaco um trecho relevante: "atravessar é uma atitude transformadora que pode ser reversível ou não, confortável ou não, mas que provoca desvios e desperta inquietações. Atravessar é permanecer momentaneamente no entre, e para que se concretize, depende sempre de um coletivo, de algo, de algum lugar ou de alguém que atravesse ou que se deixe atravessar" (Resende, 2024, p. 66).

múltiplas camadas performáticas desse ato. Alguns transitam de maneira fluida, outros enfrentam barreiras, negociam ou resistem, tornando cada travessia um processo de subjetivação que redefine pertencimentos e dinâmicas territoriais.

(8) Laboratório urbano: A paisagera funciona como uma "prototipagem urbana", onde o planejamento tradicional — geralmente inspirados em referências eurocêntricas — é desafiado pela necessidade de flexibilidade, adaptação e diálogo contínuo com as dinâmicas transfronteiriças. Nesse contexto, projetos urbanísticos rígidos tendem ao fracasso, enquanto abordagens interativas, participativas e em constante revisão se mostram mais eficazes. Planos impostos de forma hierárquica são frequentemente subvertidos ou abandonados, como ocorreu com o Plano Diretor Conjunto de 1998 para Santana do Livramento-Rivera (detalhado no Capítulo 5), que falhou ao desconsiderar que a verdadeira integração acontece nas práticas cotidianas, e não em diretrizes burocráticas. Em contraste, o Projeto da Praça Internacional, impulsionado pelo desejo popular, tornou-se um exemplo bem-sucedido de planejamento enraizado nos saberes situados.

O intuito de elencar essas características não é restringir o assunto, mas, pelo contrário, ampliar o debate, iniciando com algumas considerações experienciadas em campo e atravessadas pela diversidade de autoras e autores já citados. Fica nítido que a paisagera não é um entendimento estático, mas um processo de desobediência epistêmica. Ela se origina da não aderência à universalidade dos *borderscapes* europeus, abrindo-se à contribuição da potência do Sul Global ao narrar suas próprias paisagens de fronteira, que são simultaneamente feridas coloniais e sementes situadas. O diagrama da Figura 12 apresenta a composição da paisagera.

Figura 12 – Diagrama Paisagera



Fonte: Autora, 2024.

3.3 O território

Depois de uma abordagem mais teórica sobre a paisagera, passamos agora a um enfoque mais prático, ilustrando o território que inspirou e motivou sua composição. Isso porque essas vertentes teórica e prática estão, o tempo todo, entrelaçadas e em diálogo.

Este item apresenta as principais características dos estudos de caso: as cidades-gêmeas Jaguarão (Brasil) e Rio Branco (Uruguay), localizadas na fronteira molhada, e Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguay), situadas na fronteira seca (Figura 6). A apreciação parte de uma escala mais ampla, observando de forma integrada a expansão urbana em relação ao relevo, à hidrografia e às questões políticas e culturais de cada soberania.

Nos capítulos subsequentes, essas cidades passam a ser exploradas na escala corporal (1:1), por meio da caminhografia urbana, revelando outras camadas sensoriais, como cores, cheiros, sabores, sons, pensamentos, conflitos e memórias.

A escala da conurbação urbana internacional permite uma visão mais abrangente de como as cidades — entendidas aqui como organismos vivos — se estruturam sobre o suporte geo-biofísico, e como as diferentes decisões projetuais e legislativas de cada país influenciam a ocupação do território, gerando uma diversidade de paisagens em um mesmo território fronteiriço.

O interesse dessa apresentação é menos histórico e mais geográfico, uma vez que já existe uma vasta bibliografia sobre o processo histórico de formação e consolidação dessas cidades[50]. No entanto, como indicam seus títulos, essas obras tendem a explorar apenas um dos lados da fronteira, ainda que mencionem a influência da cidade vizinha — como aponta Schaffer (1993, p. 40): "A evolução urbana de Santana do Livramento é indissociável da de Rivera". Em geral, esses estudos históricos elegem uma das cidades como eixo central da narrativa, com exceção de trabalhos que abordam a fronteira como um todo, como a obra "A Fronteira", de Tau Golin (2004), composta por três volumes que tratam da formação da região fronteiriça entre Brasil, Uruguay e Argentina.

Embora em menor número, as pesquisas que se dedicam ao estudo conjunto das cidades-gêmeas se concentram, sobretudo, na produção acadêmica da área de arquitetura e urbanismo, como nos trabalhos de Roberto Martins (2001), Andrea Braga (2013) e Flávio Baumbach (2020).

A história está, sem dúvida, presente na construção da paisagem, mas não será o foco central desta descrição. As observações aqui se concentram na conformação atual dessas cidades, buscando apresentar sua estrutura física e revelar, por meio dela, indícios dos processos que moldaram sua formação.

3.3.1 Jaguarão (Brasil) e Rio Branco (Uruguay)

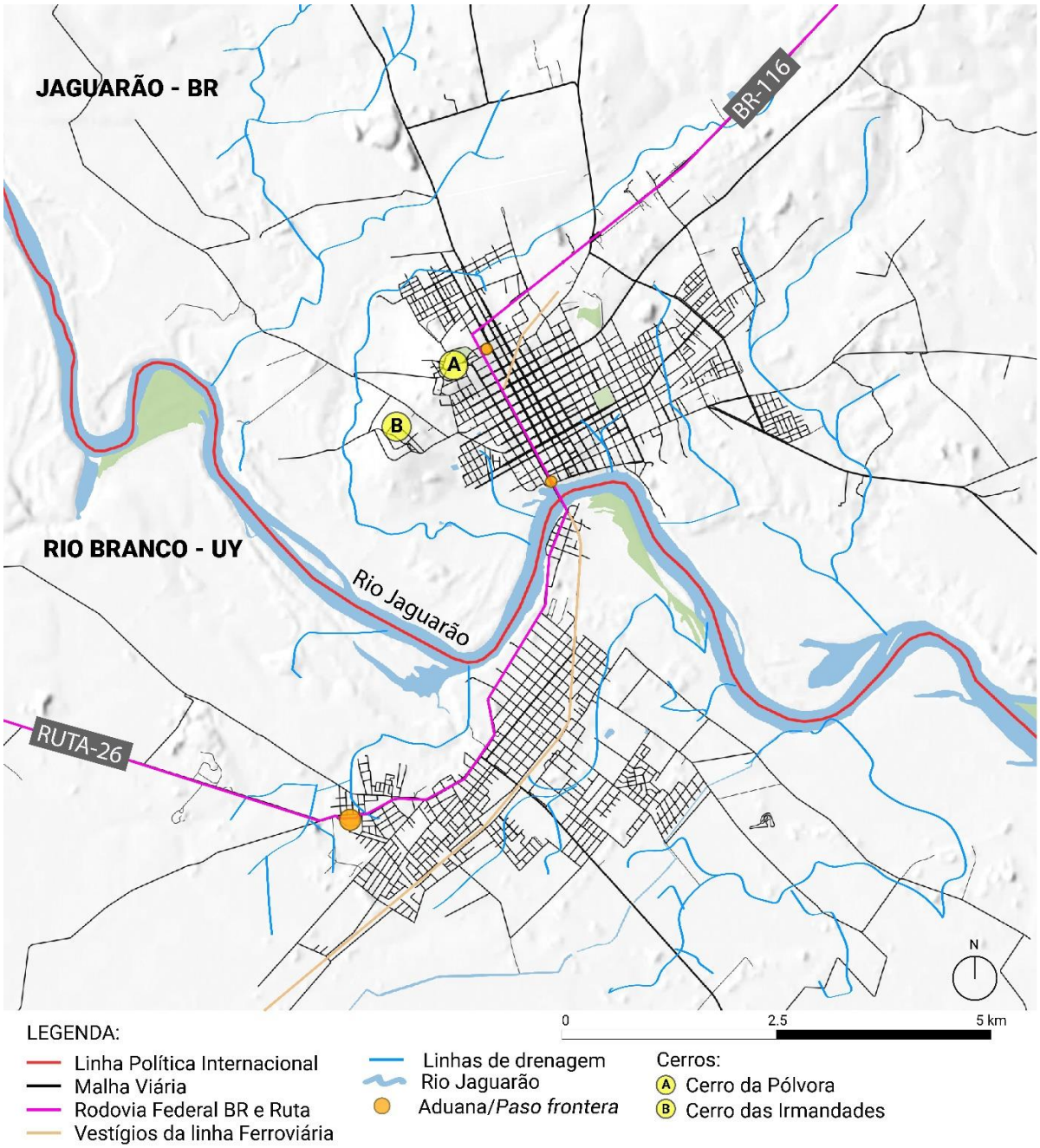
O município brasileiro de Jaguarão (Rio Grande do Sul) tem uma área total de 2.051,85 km², dos quais apenas 8,80 km² são urbanizados. Sua população é de 26.603 habitantes, segundo o IBGE (2022). Já o município uruguaio vizinho, Rio

[50] Como as obras: "Origens de Jaguarão (1790 -1833)" de Sérgio Franco (2007), "Río Branco, 1792-1992: Un enfoque histórico y su realidad actual de cara al año 2000" de Jorge Alejo (1992), "Urbanização na Fronteira: Expansão de Sant'Ana do Livramento/RS" de Neiva Schaffer (1993) e "Rivera: Los orígenes de um Pueblo de frontera" de Eduardo Palermo (2022), para citar os mais conhecidos dos estudos de caso.

Branco (Cerro Largo), possui 933,17 km² de área total, com cerca de 9,05 km² de área urbanizada e uma população de 17.379 habitantes, conforme dados do INE (2023). Comparativamente, Jaguarão tem uma população maior e uma extensão rural significativamente superior.

O mapa da Figura 13 apresenta a configuração urbana das cidades-gêmeas em articulação com as camadas de relevo e hidrografia, permitindo identificar algumas das principais características do território:

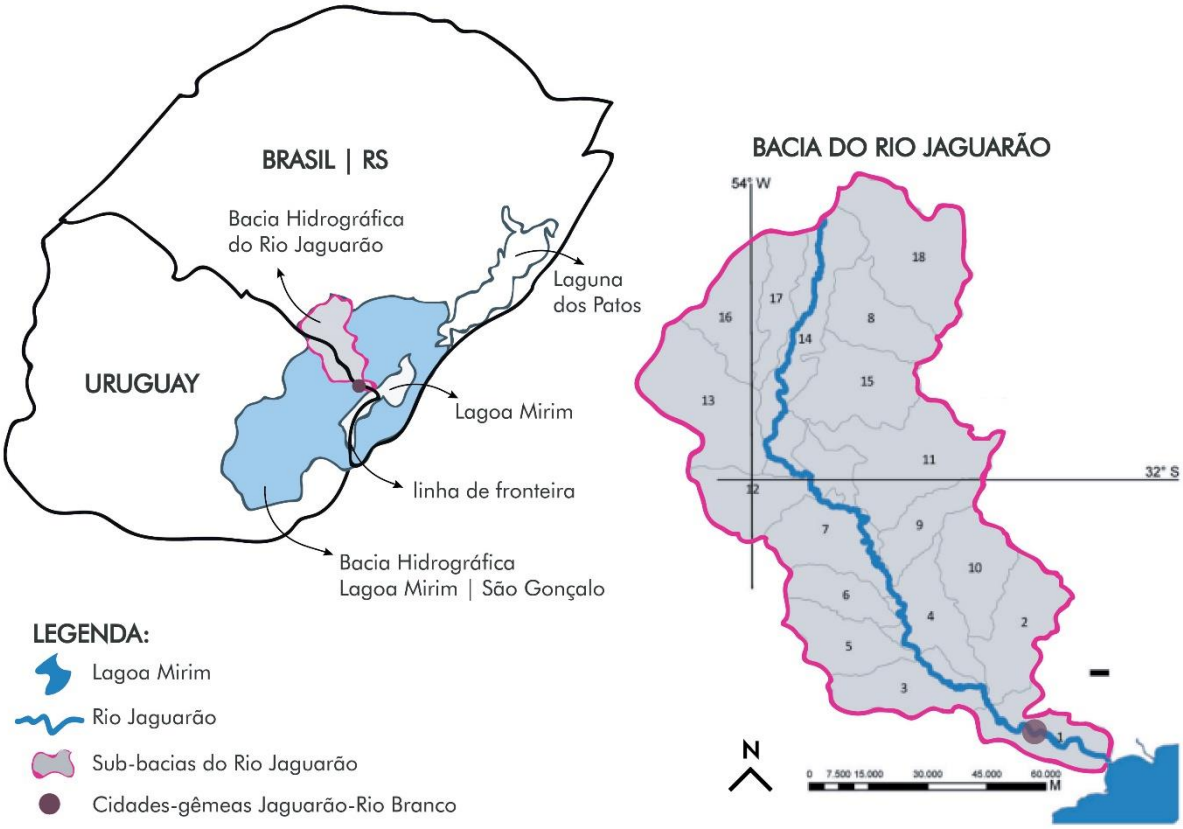
Figura 13 – Mapa geo-biofísico das cidades-gêmeas Jaguarão-Rio Branco



Fonte: Autora, 2024.

(1) O Rio Jaguarão, principal agente não-humano dessas cidades-gêmeas, nasce na Serra da Santa Tecla, próxima ao município de Hulha Negra/RS e deságua na Lagoa Mirim. É o principal rio da Bacia Hidrográfica de mesmo nome e é uma sub-bacia inserida no sistema hidrológico da Bacia Binacional da Lagoa Mirim. Segundo Steinke, Ferreira e Saito (2012), a Bacia do Rio Jaguarão abrange 7.408 km², com 74% em território brasileiro e 26% no uruguaio. Já a Bacia Binacional apresenta uma divisão mais equilibrada: 47% no Brasil e 53% no Uruguay, conforme demonstrado na Figura 14. Próximo às cidades-gêmeas, o rio possui cerca de 200 metros de largura, com profundidade entre 2,5 e 5 metros.

Figura 14 – Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão



Fonte: Desenho da autora, 2023 (à esquerda); Steinke; Ferreira; Saito, 2012 (à direita).

Desde 1963, a gestão compartilhada dos recursos hídricos é coordenada pela Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Lagoa Mirim (CLM), responsável por regulamentar usos e preservar o ecossistema. No Brasil, a gestão é apoiada pela Agência da Lagoa Mirim (ALM/UFPel), enquanto no Uruguay atua a *Dirección Nacional de Aguas* (DINAGUA). A CLM trata de temas cruciais como abastecimento de água, qualidade, controle da salinização, navegação e atividades

produtivas, reconhecendo que impactos em uma margem afetam diretamente a outra, enfatizando a importância de uma gestão binacional.

Apesar de avanços como barragens, ações educativas e melhorias na qualidade da água, desafios persistem. O despejo de esgoto e o uso de agrotóxicos seguem comprometendo o rio. Em Jaguarão, apenas 26,13% do esgoto é coletado, e nenhum volume é tratado — em 2022, mais de 923 mil m³ foram lançados diretamente no rio (SNIS, 2023). Já em Rio Branco, segundo o censo de 2011, 39,4% do esgoto vai para a rede geral, que conta com tratamento secundário, enquanto 58,6% é tratado em fossas individuais. Apesar das diferenças, o impacto ambiental compartilhado é significativo e gera tensões políticas.

O Rio Jaguarão também tem papel simbólico e afetivo: suas margens marcam o início da ocupação urbana e continuam sendo espaço de convivência, lazer e memórias compartilhadas, possuindo nas orlas parques públicos que estimulam e incentivam o contato com o rio. Nas conversas com os moradores, descritas no Capítulo 4, nota-se a presença constante do rio no imaginário local, com trocas e convivências que expressam tanto a tensão, pelos diferentes usos e apropriações, quanto a confluência entre os dois lados. É nesse jogo de forças, que ora se repelem, ora se atraem, que o rio se insere, como uma zona de amortecimento entre tensões.

Além de todas essas questões, o curso do rio também carrega o peso da linha política internacional, que, embora "imaginária", se materializa nas águas do Rio Jaguarão, marcando de forma contundente o limite entre as duas soberanias.

(2) Ainda no que diz respeito à hidrografia, é importante destacar **a influência das linhas de drenagem na conformação urbana.** Conforme indicado no mapa da Figura 13, observa-se que a cidade de Rio Branco se desenvolve predominantemente no sentido norte-sul, ocupando uma porção territorial situada entre duas grandes linhas de drenagem. A ocupação urbana se afasta da margem do Rio Jaguarão devido à presença de uma extensa planície de inundação, localizada em uma cota muito baixa, que integra o leito maior do rio e é periodicamente alagada.

A exceção a essa lógica de ocupação está no extremo norte da cidade, na área onde o rio forma um meandro mais acentuado. Nessa região, encontra-se a zona comercial com a concentração dos *free shops*, localizada estrategicamente no ponto mais próximo da conexão com a cidade vizinha de Jaguarão, onde está

situada a Ponte Internacional. Essa área corresponde a um dos primeiros núcleos de ocupação urbana de Rio Branco. No entanto, devido à baixa altitude e à proximidade com o rio, essa região sofre inundações duas a três vezes por ano. Apesar disso, a vocação comercial e a posição privilegiada em relação à fronteira justificam a permanência das atividades nesse local.

Em Jaguarão, a lógica é semelhante, embora o padrão de expansão urbana siga o eixo oeste-leste, favorecido por uma maior abertura entre as linhas de drenagem. A cidade se encontra em uma cota mais elevada em relação ao rio, o que restringe as inundações principalmente à faixa mais próxima da orla. Assim, a hidrografia exerce papel fundamental na definição dos vetores de crescimento urbano em ambas as cidades.

(3) Integrado à hidrografia, **o relevo também exerce um papel importante na estruturação urbana**, funcionando como um dos principais fatores de indução ou limitação do crescimento das cidades. Em Jaguarão, os maciços do Cerro da Pólvora e do Cerro da Irmandade (identificados como pontos A e B no mapa) constituem barreiras naturais a oeste, restringindo a expansão urbana nessa direção. Essa limitação topográfica favoreceu a orientação do crescimento da cidade para leste, mais adequado à ocupação urbana.

O Cerro da Pólvora, por sua vez, desempenhou um papel estratégico no início do processo de povoamento. Devido à sua elevação e ampla visibilidade sobre o território circundante, foi utilizado como ponto de observação e guarda militar, permitindo maior controle do espaço urbano e vigilância em caso de possíveis invasões estrangeiras — o que reflete a importância geopolítica do local nas dinâmicas de fronteira.

No final do século XIX, foi construído no mesmo Cerro um grande hospital militar, conhecido como Enfermaria Militar, que contava com farmácia, necrotério e alojamento para soldados. Com a transferência da unidade militar de Jaguarão em 1960, o prédio foi abandonado e entrou rapidamente em ruínas. Em 2011, o Iphan tombou a edificação e propôs, junto a Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e a Prefeitura Municipal, a sua restauração para abrigar o Centro de Interpretação do Pampa, com funções de museu, centro de pesquisa e espaço cultural sobre o bioma, incluindo anfiteatros. As obras começaram em 2011, mas seguem inacabadas até hoje.

No caso da cidade vizinha uruguaia, o delimitador principal está relacionado às cheias e inundações do Rio Jaguarão, devido a grande área de planície com a ausência de acidentes geográficos mais significativos, Rio Branco se desenvolveu principalmente no eixo sul e sudeste, afastando do rio. Mas, como já descrito no item anterior, a zona comercial ainda persiste nessa área, percebe-se com isso que a prioridade é dada à localização — atrativo comercial para os turistas — do que à qualidade do meio ambiente, na preservação e no respeito às transformações fluviais. A Figura 15 apresenta uma fotografia aérea que ilustra essa questão hidrográfica e do relevo.

Figura 15 – Fotografia aérea da conexão entre Jaguarão e Rio Branco

Fonte: Imagem feita por drone por Rubens Viterbo, 2017. Indicações pela autora, 2024.

(4) No que se refere ao traçado urbano, é possível observar diferenças marcantes entre as cidades-gêmeas, especialmente na organização das quadras e do sistema viário. Em Jaguarão, a área central da cidade foi implantada a partir de um traçado ortogonal, com ruas, quadras e lotes adaptados às irregularidades do relevo, ou seja, de tamanhos variados. Apesar da adoção dessa estrutura geométrica inicial, o crescimento urbano posterior não manteve essa regularidade. Nas áreas periféricas, predomina um traçado mais irregular, resultado de ocupações espontâneas, revelando uma perda de continuidade em relação à malha original.

Por outro lado, em Rio Branco, a malha urbana inicial se caracteriza por uma disposição mais simétrica e homogênea, com quadras bem alinhadas, ruas ortogonais e lotes de dimensões regulares — um traçado favorecido pela planície da região. Assim como ocorreu em Jaguarão, esse padrão organizado das áreas centrais não se manteve nas expansões da cidade. Nas bordas urbanas, cada bairro passou a apresentar uma configuração própria, muitas vezes fragmentada e afastada do núcleo original por extensos vazios urbanos. Essa dispersão compromete a continuidade da malha e dificulta o acesso às redes de infraestrutura urbana, especialmente aos serviços de saneamento básico, e a mobilidade urbana.

(5) As rodovias federais BR-116 e Ruta 26 possuem continuidade viária entre si, formando um eixo estruturador em ambas as cidades. É ao longo desse trajeto que se localizam as aduanas e o *paso de frontera*.

Em Rio Branco, a Ruta 26 funciona como limite da expansão urbana. Seu traçado, paralelo ao Rio Jaguarão e às linhas de drenagem a oeste, apresenta ocupação urbana significativa apenas no lado leste. A oeste, a presença de edificações é reduzida devido à fragilidade da planície inundável.

Já a BR-116 adentra Jaguarão alinhada à Ponte Internacional, configurando uma avenida ampla e de grande importância. Trata-se de uma via arterial que conecta diversos pontos da cidade.

A antiga linha ferroviária, ainda com alguns vestígios, também pode ser considerada um eixo estruturador, especialmente na cidade de Rio Branco. Os trilhos e dormentes ainda são visíveis a partir do canteiro central da Ponte Internacional, atravessando toda a cidade. Em muitos trechos, os fundos dos lotes voltados para a linha ferroviária geram áreas vazias ou subutilizadas.

Em Jaguarão, grande parte do antigo traçado foi coberto por asfalto ou calçamento, dificultando seu reconhecimento. Apenas nas proximidades da antiga estação ferroviária ainda é possível identificar alguns vestígios da linha.

Os cinco pontos de observação indicam que Jaguarão e Rio Branco formam um aglomerado urbano compacto, com duas centralidades distintas, separadas por condicionantes hidrológicos e topográficos. Apesar da interrupção viária provocada pelo rio, é mais adequado compreender essas cidades de forma integrada, dado seu histórico de interdependência econômica, social, cultural e política.

Por se tratar de uma fronteira molhada, os limites de soberania entre os territórios são mais facilmente perceptíveis. O próprio ato de atravessar, seja pela ponte ou pelo rio, reforça a sensação de transição entre cidades e países. Ainda que a continuidade viária se concentre exclusivamente na Ponte Internacional, esse estreitamento não impede as intensas trocas culturais e as relações cotidianas entre as populações dos dois lados.

O Rio Jaguarão e a Ponte Internacional são agentes não-humanos compartilhados, cuja ocupação e uso são constantemente negociados entre as duas cidades. Um aspecto relevante dessa proximidade é que intervenções arquitetônicas e urbanas realizadas de um lado frequentemente geram efeitos positivos para ambos. É o caso do Parque *El Remanso*, em Rio Branco, tradicionalmente frequentado por moradores das duas margens. Mais recentemente, a construção do parque da orla em Jaguarão também passou a atrair visitantes uruguaios. Ou seja, ainda que tais projetos sejam idealizados, financiados e executados por apenas um dos países, seu uso é coletivo — ampliando as opções de lazer e contribuindo para a qualidade de vida na fronteira.

Por outro lado, essa interdependência também significa que efeitos negativos sejam compartilhados. Exemplos disso são o descarte de esgoto, agrotóxicos e resíduos no Rio Jaguarão, que comprometem a qualidade da água e afetam diretamente ambas as cidades. No Capítulo 4 outros exemplos de interdependência serão detalhados.

No caso dessa fronteira molhada, as cidades-gêmeas se desenvolvem em resposta às condicionantes do suporte geo-biofísico, já que há diferenças significativas entre as margens do Rio Jaguarão. A presença do rio como limite natural torna a demarcação territorial mais evidente, o que permite que decisões projetuais e legislativas sejam tomadas de forma mais autônoma por cada lado — diferentemente das fronteiras secas, onde há mais pontos de conexão e, consequentemente, maior necessidade de negociação territorial.

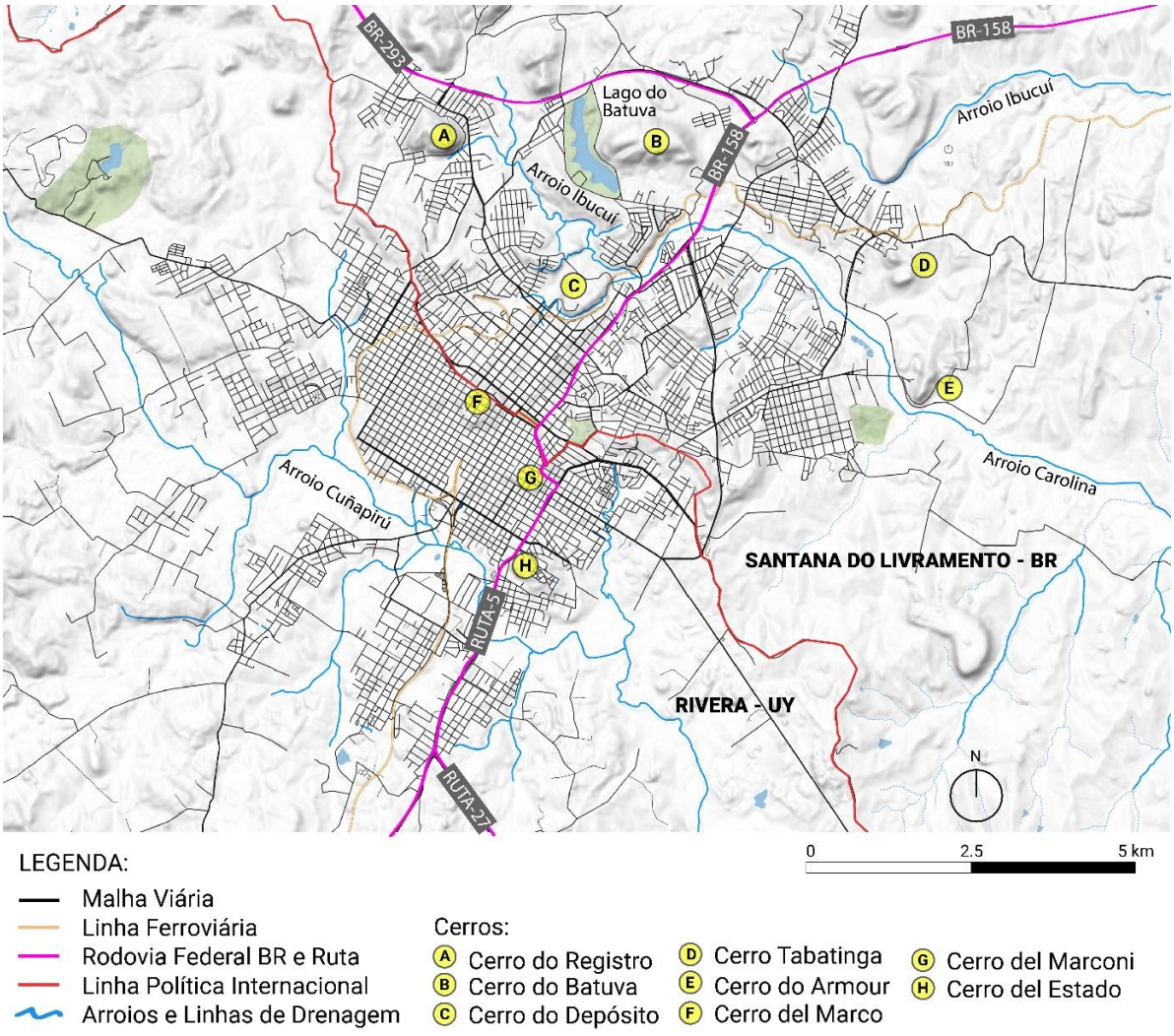
3.3.2 Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguay)

De acordo com o último censo do IBGE (2022), o município brasileiro de Santana do Livramento (Rio Grande do Sul) possui 6.946,407 km² de área territorial, dos quais apenas 24,31 km² correspondem à área urbanizada, e uma população de 84.421 habitantes. Já Rivera (Rivera), cidade vizinha no lado uruguaio, possui uma

área territorial de 235,23 km² (referente à microrregião de Rivera)[51], sendo aproximadamente 21,51 km² de área urbanizada, com uma população de 84.775 habitantes, conforme dados do INE (2023). É interessante observar como as duas cidades apresentam semelhanças em relação à área urbanizada e ao número de habitantes, diferenciando-se somente no quantitativo de área rural.

A partir da composição cartográfica (Figura 16) que sobrepõe a camada do relevo com as linhas de drenagem, a malha viária (com destaque para as rodovias federais e linhas férreas) e a linha política internacional é possível extrair algumas proposições relevantes para a compreensão da organização territorial da região:

Figura 16 – Mapa geo-biofísico das cidades-gêmeas S. do Livramento-Rivera



Fonte: Autora, 2024.

[51] No Quadro 12, apresentado no Capítulo 4 desta tese, explico as diferenças na definição jurídica do que se entende por "município" no Brasil e no Uruguay. Por essa razão, é arriscado estabelecer comparações diretas entre os dados territoriais dos dois países, já que partem de concepções administrativas distintas. Por isso me refiro a município no Brasil e a microrregião em Rivera.

(1) A definição da linha política internacional acompanha, em grande parte, o divisor de águas na linha de interflúvio do relevo, com exceção de pequenos desvios resultantes de acordos políticos e interesses binacionais — como o trecho que atravessa a Praça Internacional, situada na área central das cidades. Essa linha configura um eixo estruturante do sistema espacial conurbado, desempenhando um papel importante na integração urbana entre Santana do Livramento e Rivera, com maior intensidade na zona central e menor articulação nas bordas. Importante destacar que essa linha política não atua como uma barreira ou elemento de separação: as cidades não lhe voltam as costas. Pelo contrário, é a partir dessa linha que ambas se constituem, formando frentes urbanas voltadas uma para a outra.

(2) Ao se observar a malha viária como um todo, percebe-se um certo alinhamento entre as vias nas duas cidades, embora não haja um espelhamento entre os traçados. Em Santana do Livramento, o traçado de origem portuguesa adapta-se às irregularidades e declividades do terreno, resultando em quadras ortogonais, porém com dimensões variadas.

Em contrapartida, o traçado de Rivera, de origem espanhola e orientado pelas diretrizes da Lei das Índias, segue padrões rigorosos e padronizados, com definição precisa de vias, quadras, praças e equipamentos públicos. Nessa lógica, todas as quadras mantêm dimensões uniformes, independentemente dos desníveis do relevo. No entanto, esse alinhamento regular é observado apenas no núcleo original de ambas as cidades, uma vez que a expansão urbana ao longo do tempo, afastando-se das áreas centrais, passou a apresentar um traçado mais orgânico e diferenciado.

(3) As linhas de drenagem dos principais arroios — Cuñapirú e Curticeiras, em Rivera, e Ibicuí e Carolina, em Santana do Livramento — influenciam diretamente a conformação e a expansão urbana das cidades. Em Rivera, os cursos d'água separam os bairros periféricos de baixa densidade, formando ramificações que criam “braços” urbanos relativamente isolados, especialmente nas porções sul e sudoeste do município. O arroio Cuñapirú, em particular, atua como eixo delimitador da área urbana mais consolidada e, devido às características da planície de inundação, gera um grande bolsão alagadiço, o que inviabiliza a ocupação urbana em seu entorno. Assim, os arroios e as linhas de drenagem

contribuem para a formação de vazios urbanos e para a descontinuidade da malha viária, conforme Figura 17.

Figura 17 – Vista aérea de trecho do Arroio Cuñapiru

Fonte: Fotografia da Intendencia de Rivera, 2021. Indicações pela autora, 2024.

Por outro lado, essas áreas desempenham um papel ambiental essencial, pois garantem a preservação do ecossistema hídrico local. A legislação urbanística vigente também impõe restrições à ocupação dessas zonas de risco, impedindo a aproximação de edificações, apoiado pela Lei n° 18.308/2008 *de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible do Uruguay*.

Em Santana do Livramento, observa-se igualmente a influência das linhas de drenagem na conformação dos bairros, embora essas sejam menos dispersas. Essa característica favorece uma maior continuidade urbana e maior proximidade entre os bairros periféricos, quando comparado ao caso de Rivera.

(4) O relevo das cidades de Santana do Livramento e Rivera é marcado por diversos acidentes geográficos de pequena escala, com declividades suaves, e normalmente com o topo levemente plano, conhecidos localmente como cerros — embora, em outras regiões do Brasil, também sejam comumente denominados colinas ou morros. Esses pontos elevados se destacam na paisagem urbana e oferecem vistas panorâmicas privilegiadas (Figura 18). Historicamente, os topos dos cerros foram amplamente utilizados como locais estratégicos para a instalação de bases militares, devido à sua vantagem de visibilidade e controle territorial. Ainda hoje, uma base militar permanece ativa no Cerro do Depósito (item C no mapa).

Figura 18 – Vista aérea a partir do Lago do Batuva em Santana do Livramento

Fonte: Imagem feita por drone por Fabian Ribeiro, 2022. Indicações pela autora, 2024.

Contudo, a forma de ocupação urbana desses cerros difere significativamente entre as duas cidades. Em Santana do Livramento, com exceção do Cerro do Depósito — destinado ao uso militar —, os demais cerros permanecem preservados, sem ocupação urbana. Essa preservação está respaldada pela legislação ambiental brasileira, especificamente pela Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal), que estabelece em seu Artigo 4º que os topos de morros, montes, montanhas e serras com altura mínima de 100 metros e inclinação média superior a 25º são considerados Áreas de Preservação Permanente (APP), o que impede sua ocupação (Brasil, 2012).

Em contraste, em Rivera, todos os cerros localizados dentro da malha urbana estão ocupados. O *Cerro del Marconi* (item G), por exemplo, abriga uma escadaria, um mirante e um antigo conjunto habitacional. No *Cerro del Marco* (item F), foram recentemente construídos um teatro público em sua base e um parque com habitações residenciais no topo[52]. Ambos também recebem infraestrutura essencial, como grandes reservatórios de água que abastecem a cidade. Já o *Cerro del Estado* (item H) é utilizado como uma "*cantera municipal*", ou seja, uma área de extração de pedras para a construção civil, administrada pelo governo.

Portanto, no caso da cidade brasileira, a preservação legal dos cerros contribui significativamente para a descontinuidade viária, sobretudo nas áreas com maior concentração de acidentes geográficos — o que não se observa em Rivera. Por outro lado, essa restrição também atua como importante mecanismo de proteção ambiental, ao impedir usos potencialmente degradantes desses espaços, como a extração de pedras, que pode gerar impactos negativos ao ecossistema e conflitos ambientais.

(5) As rodovias federais de ambos os países atravessam a cidade de forma contínua, reforçando a integração do tecido urbano e facilitando os fluxos em direção ao interior dos respectivos estados. Essas vias, de maior largura e com infraestrutura mais qualificada, exercem forte influência na organização espacial local, funcionando como eixos estruturadores da mobilidade, do comércio transfronteiriço e da acessibilidade regional. Além disso, contribuem para a valorização das áreas adjacentes, concentrando atividades econômicas e serviços estratégicos, como as aduanas e alfândegas, localizadas ao longo de seu traçado.

De maneira semelhante, **a linha férrea também configura um eixo estruturante na malha urbana.** No caso de Rivera, ela contorna o tecido urbano mais consolidado, paralela ao arroio Cuñapirú, enquanto, em Santana do Livramento, adentra o território acompanhando os afluentes do arroio Ibicuí e adaptando-se à topografia local, circundando os cerros. Esse traçado ferroviário evidencia a relação entre infraestrutura de transporte, relevo e hidrografia, contribuindo para a configuração espacial das cidades.

A partir desses cinco pontos de investigação, em conjunto, as cidades-gêmeas de Santana do Livramento e Rivera podem ser consideradas um

[52] No Capítulo 5 será possível acompanhar mais detalhes desses projetos.

aglomerado urbano compacto, caracterizado por uma centralidade forte e bem definida, embora sua periferia se desenvolva de forma mais dispersa.

Por se tratar de uma fronteira seca, a integração e a conexão viária entre as cidades são facilitadas, uma vez que não há obstáculos naturais — como rios, característicos das fronteiras molhadas —, tampouco barreiras materiais, como muros ou cercas físicas. No entanto, essa continuidade espacial não implica homogeneidade na ocupação do território. As cidades não se refletem mutuamente: desenvolvem-se e expandem-se de maneira distinta, ainda que compartilhem o mesmo suporte geo-biofísico. Tal diferenciação evidencia o peso das legislações nacionais, das decisões políticas e das escolhas projetuais específicas de cada cidade-país, que se materializam de forma singular em seus respectivos territórios.

Entretanto, é importante destacar que, nas áreas de conexão onde atravessa a linha imaginária da fronteira, as intervenções exigem processos de negociação binacional, diante da sobreposição de interesses e responsabilidades entre os dois países. Essas tratativas são exploradas com mais detalhes no Capítulo 5.

3.4 A lente

Após a apresentação e o reconhecimento territorial das cidades-gêmeas, avanço para a identificação das principais transformações morfológicas observadas nos estudos de caso ao longo de cinco anos. Para essa investigação, adoto as contribuições dos laboratórios QUAPÁ-SEL e SEL-RJ, que classificam as transformações em três tipos: adição, consolidação e sobreposição — compreendidas aqui como movimentos na rede a partir da morfologia do tecido urbano (Pegoraro; Macedo, 2015).

As transformações por adição acontecem quando áreas não urbanas são transformadas em espaços urbanos por meio do parcelamento do solo em loteamentos, criando novos lotes ou parcelas. Por outro lado, as transformações por consolidação referem-se à ocupação de espaços previamente vazios na área urbana, frequentemente encontrados entre dois núcleos urbanos dispersos, consolidando o tecido urbano. Por fim, as transformações por sobreposição envolvem alterações na estrutura construída em áreas urbanas já ocupadas, o que pode incluir a preservação da estrutura existente enquanto a forma das edificações é modificada, como nos processos de verticalização (Pegoraro; Macedo, 2015).

De acordo com as análises de Pegoraro e Macedo (2015), nas áreas centrais, a transformação do tipo sobreposição é mais comum, por serem áreas mais densas, consolidadas e acessíveis quanto à rede viária e de infraestrutura, apresentando, por consequência, valores de solo mais elevados. Sua modificação fica restrita à volumetria na substituição de funções. Enquanto que nas áreas em processo de expansão urbana, as transformações por consolidação ocorrem, preenchendo os vazios com novos empreendimentos imobiliários, ou mesmo na criação de espaços públicos. Quanto aos processos de transformação por adição, eles são mais facilmente identificados nas bordas urbanas, na fronteira entre o urbano e o rural, áreas características pela falta de infraestrutura básica.

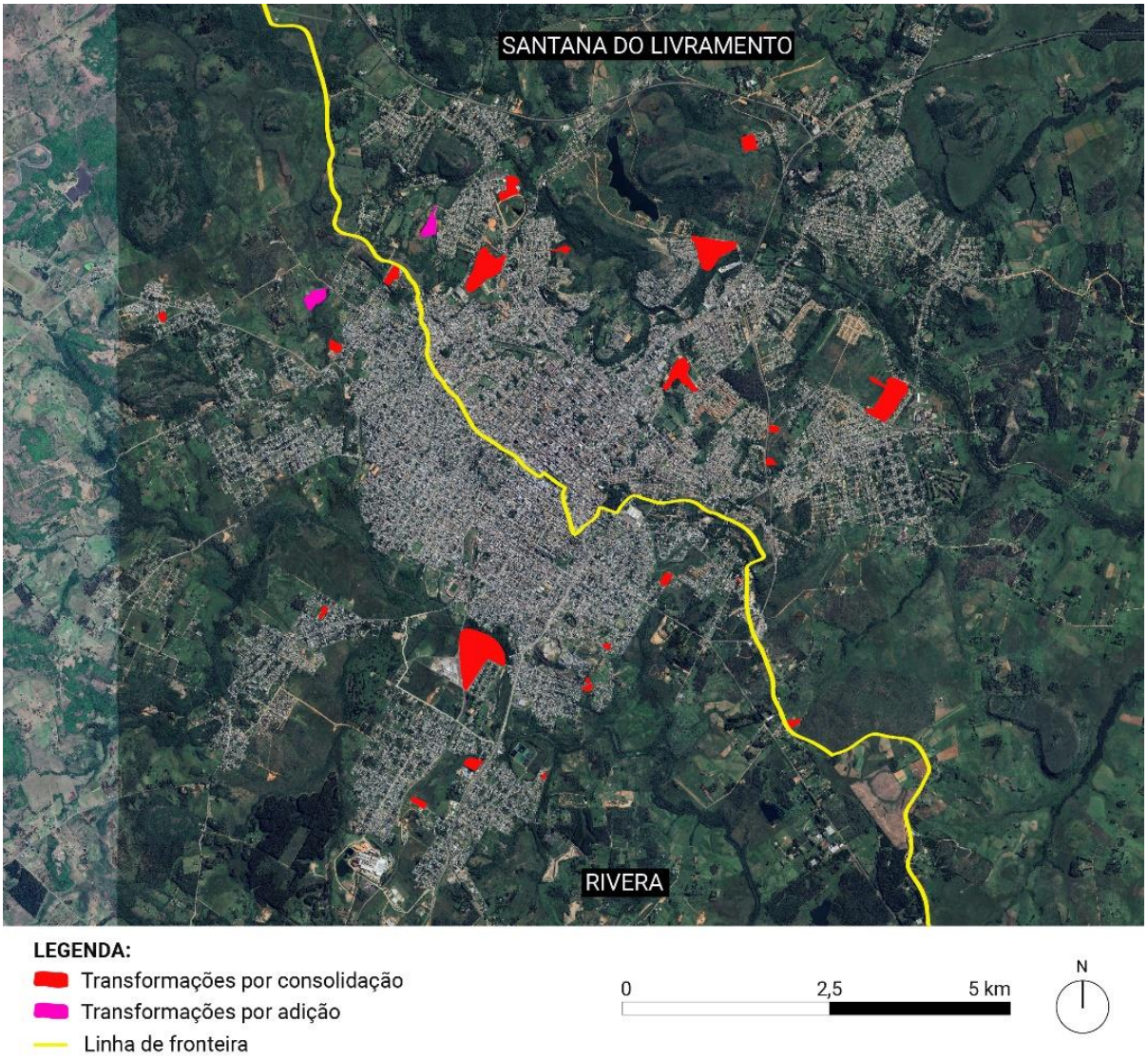
De forma sucinta, entendo o processo de adição como a distensão do crescimento urbano, a consolidação como a densificação da área urbana e, por conseguinte, a sobreposição como a verticalização do lote.

A partir da justaposição e da análise comparativa de fotografias de satélite das cidades-gêmeas Santana do Livramento e Rivera, referentes aos anos de 2018 e 2023, foi possível identificar as transformações mais significativas ocorridas no território. O mapa da Figura 19 evidencia essas mudanças, classificadas como adições e consolidações. Observa-se um predomínio dos processos de consolidação, com maior expressividade — tanto em quantidade quanto em extensão — na cidade brasileira de Santana do Livramento. Já em Rivera, a transformação em destaque concentra-se na construção do Parque Cuñapirú, que preenche um vazio urbano entre o núcleo consolidado e um dos eixos de expansão periférica.

Embora o intervalo de cinco anos possa parecer, à primeira vista, um período curto para a observação de transformações significativas nas cidades, ele revela um avanço notável no adensamento urbano. Em um curto espaço de tempo, a aceleração do crescimento já apresenta resultados visíveis.

De forma semelhante, as transformações por sobreposição, indicadas no mapa da Figura 20, revelam um processo de verticalização no núcleo central das cidades-gêmeas, com intensidade mais acentuada na cidade brasileira. Em Rivera, embora também haja alguns casos de verticalização, predominam pequenos adensamentos nos lotes, principalmente por meio da construção de edículas e benfeitorias nos quintais.

Figura 19 – Transformações por adição e consolidação em S. Livramento-Rivera



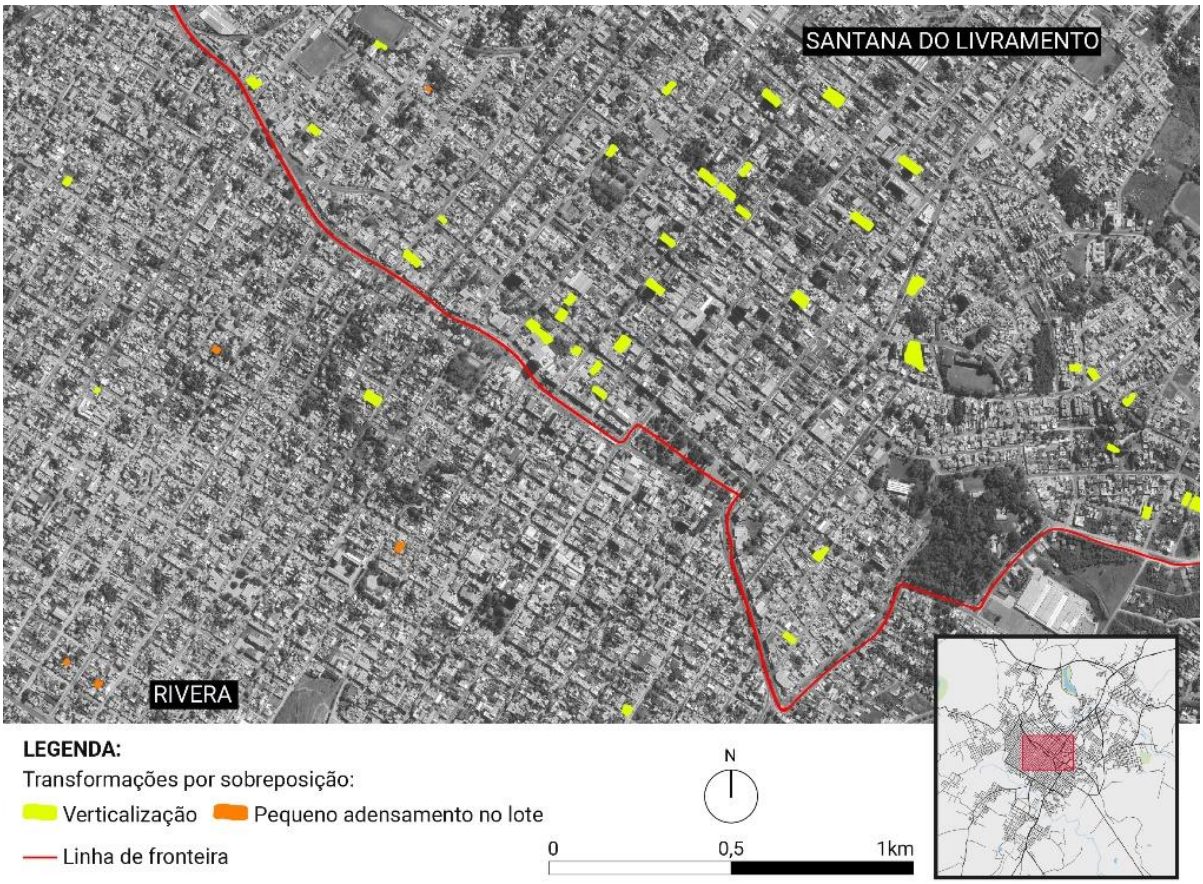
Fonte: Imagem do Google Earth Pro e edição pela autora, 2024.

O que mais impressiona, porém, é que, mesmo em um intervalo de apenas cinco anos — que inclui o período da pandemia de Covid-19 —, Santana do Livramento tem se destacado pelo avanço do processo de verticalização, especialmente por se tratar de uma cidade do interior do Estado, em comparação com Rivera, que é uma cidade capital do Departamento uruguaio.

Antes de aprofundar as pistas e indícios que tensionam essas transformações, é importante destacar suas características, que apresentam grande diversidade. Quanto ao processo de adição nesses anos foram bastante escassas. Essas transformações estão próximas ao limite urbano do município e acrescentam novas vias de acesso, em sua maioria conectadas a um eixo viário já existente. Essas adições configuram, na maioria dos casos, novos loteamentos,

principalmente para habitações unifamiliares ou multifamiliares (Figura 21).

Figura 20 – Transformação por sobreposição em de S. do Livramento-Rivera



Fonte: Imagens do Google Earth Pro e edição pela autora, 2024.

As transformações por consolidação em Santana do Livramento estão, em grande parte, associadas a empreendimentos imobiliários de residências multifamiliares, além da construção de alguns edifícios públicos, como instituições de ensino. Em Rivera, por sua vez, as consolidações são majoritariamente voltadas à criação de espaços livres públicos, com destaque para o Parque Linear Cuñapirú. Há também casos isolados de adensamento por meio da implantação de novas habitações unifamiliares em loteamentos já existentes (Figura 22).

Quanto às sobreposições, elas ocorrem pontualmente e de forma espaçada dentro das faixas de maior densidade das cidades, conforme previsto pelos autores mencionados anteriormente. É interessante observar que, em Santana do Livramento, as sobreposições consistem em grande parte na demolição de edificações antigas, com no máximo dois pavimentos, para a construção de prédios altos, com mais de 10 pavimentos. Em Rivera, observamos a construção de bens

públicos, como o anfiteatro na porção mais baixa do Cerro do Marco, um empreendimento de grande porte adjacente à linha de fronteira.

Figura 21 – Transformação por adição em S. do Livramento e Rivera

Fonte: Imagens do Google Earth Pro e edição pela autora, 2024.

Figura 22 – Transformação por consolidação em S. do Livramento e Rivera

Fonte: Imagens do Google Earth Pro e edição pela autora, 2024.

Inclusive, nos casos de sobreposição, é possível avaliar o nível de impacto no entorno mais próximo. Nos exemplos da Figura 23, notamos que em Santana do Livramento, a construção de um grande edifício residencial ocupou o lugar de um casario eclético de um pavimento em um bairro residencial com alguns comércios locais. Nesse caso, ao longo de toda a extensão da rua, este é o único prédio em altura, o que causa sombreamento nas residências vizinhas e ainda houve a remoção da vegetação da calçada. Em Rivera, o novo empreendimento público já respeita a altura da edificação para não interferir na vista privilegiada ao subir o Cerro do Marco. Seus materiais e recursos arquitetônicos dialogam com o contexto inserido. O impacto da sobreposição também influencia na qualidade de vida, bem-estar e composição da paisagem.

Por meio da análise das transformações morfológicas, é possível não apenas descrever o que mudou ou permaneceu, mas também acompanhar as características dessas transformações, sua localização na cidade, funcionalidade, usos, desenho arquitetônico e paisagístico, bem como identificar os principais agentes envolvidos no processo, observados em campo. A morfologia atua como um registro, uma inscrição dos rastros da dinâmica da paisagem e se configura como mais um instrumento para a composição da rede paisagera.

A seguir, pontuo algumas pistas que revelam as tensões presentes nas transformações das cidades-gêmeas situadas na fronteira seca. Como já foi reiterado, as causas e motivações dessas mudanças não podem ser analisadas de forma isolada, desconsiderando a relação com a cidade vizinha. O próprio fato de se tratar de um território de fronteira já fornece indícios importantes sobre a complexidade e a natureza desses processos.

Uma das possíveis razões para o adensamento urbano, tanto por consolidação quanto por sobreposição, está na atuação de diferentes agentes que influenciam o território: agentes legais e públicos; agentes privados, locais e externos; os próprios moradores, que exercem um papel ativo na conformação das periferias; além da dinâmica de interdependência transfronteiriça.

Figura 23 – Transformação por sobreposição em S. do Livramento e Rivera

Fonte: Imagens do Google Earth Pro e Google Street View e edição pela autora, 2024.

No caso dos agentes públicos, tanto brasileiros quanto uruguaios, a política de investimento urbano tem sido seletiva e, por vezes, reativa. Como apontado por Schaffer (1993), a expansão urbana em Santana do Livramento historicamente ocorreu sem um planejamento estruturado e com baixa capacidade de regulamentação por parte do poder público. Isso ainda hoje reflete em uma legislação urbanística fragilizada, que pouco regula os vetores de crescimento, resultando na ocupação de vazios urbanos e na verticalização desordenada, principalmente em áreas centrais. Por outro lado, obras públicas pontuais — como escolas, centros de saúde e parques — estimulam a ocupação e adensamento de determinadas regiões, sobretudo quando associadas a melhorias na infraestrutura urbana.

Já os agentes privados, especialmente o setor imobiliário, têm papel expressivo no processo de consolidação e sobreposição. A busca por terrenos com maior valorização imobiliária leva à substituição de edificações antigas por novas tipologias residenciais, geralmente verticais, como observado em Santana do Livramento. Em muitos casos, essa substituição ocorre sem critérios de preservação patrimonial, desconfigurando trechos da paisagem urbana e alterando a escala das edificações. A especulação imobiliária, somada à valorização de determinadas áreas após intervenções públicas, reforça esse processo.

Os moradores, por sua vez, têm participação direta, especialmente nas transformações por adição e consolidação nas bordas urbanas. Em áreas onde o governo atua de forma limitada, são os próprios residentes que impulsionam a abertura de ruas, a construção de moradias e a ocupação informal de terras. Essa ação, muitas vezes coletiva e motivada por vínculos familiares, de vizinhança e de pertencimento, contribui para a formação de novos bairros populares e a consolidação de periferias. Ainda segundo Schaffer (1993), há uma lógica de expansão que não se dá apenas por mercado, mas também por necessidades sociais e pela busca por acesso à cidade, ainda que precário.

A dinâmica transfronteiriça também interfere diretamente na configuração territorial. As relações entre Rivera e Santana do Livramento se intensificam não apenas pelo fluxo de pessoas e mercadorias, mas também pela troca de modelos urbanos, práticas construtivas e valores culturais. A diferenciação na legislação, nos incentivos fiscais e nos preços do solo entre os dois países influencia as decisões de moradia, consumo e investimento. Assim, a linha de fronteira não é apenas uma

linha divisória, mas um território híbrido, onde políticas e práticas se entrelaçam. O adensamento em uma das cidades pode refletir estratégias econômicas e sociais relacionadas à cidade vizinha — seja para aproveitar benefícios fiscais, ou para atender à demanda habitacional de trabalhadores que atuam do outro lado da linha.

O processo de verticalização observado em Santana do Livramento pode ser também atribuído às dinâmicas particulares do manejo fronteiriço. Como apontado pela arquiteta uruguaia Adriana Epifânio — a conversa completa encontra-se no Capítulo 5 —, os custos de construção no Brasil são significativamente mais baixos, assim como a carga tributária, o que torna o investimento imobiliário no lado brasileiro da fronteira mais atrativo e economicamente viável. Essa vantagem estimula o crescimento urbano em Livramento, mesmo com investimentos mais modestos em infraestrutura, quando comparados aos de Rivera.

Além disso, muitos uruguaios têm optado por residir em Livramento devido ao custo de vida mais acessível, o que tem impulsionado a verticalização como resposta à crescente demanda habitacional. Enquanto isso, em Rivera, os investimentos se concentram em espaços públicos livres, voltados ao lazer e à recreação. Nesse contexto, Livramento tende a assumir características de cidade-dormitório, enquanto Rivera se consolida como um centro de serviços e atividades urbanas que são aproveitadas pelos moradores de ambos lados.

Adriana Epifânio ainda destacou o papel fundamental desempenhado pelos técnicos da Intendência de Rivera na construção de um planejamento urbano contínuo e consistente ao longo dos anos. Segundo ela, a equipe técnica tem atuado como um corpo estável e comprometido com os objetivos de longo prazo da cidade, garantindo a execução de projetos mesmo diante das mudanças conjunturais. Essa continuidade, aliada ao conhecimento acumulado, tem sido essencial para consolidar políticas públicas voltadas à qualificação dos espaços públicos, à proteção ambiental e à contenção da expansão desordenada. A arquiteta ressaltou ainda que essa atuação só foi possível graças à valorização da formação técnica e ao reconhecimento institucional da importância do planejamento urbano como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento da cidade. Assim, mesmo em um contexto de limitações políticas e orçamentárias, a atuação dos agentes locais foi capaz de promover avanços importantes,

mantendo o foco na preservação das especificidades territoriais da fronteira.

Fato que distingue da política de Santana do Livramento que tem um histórico de predominância de governos de extrema direita, que, na prática, priorizam os investimentos privados em detrimento de melhorias nas periferias e nos espaços públicos, negligenciando as necessidades sociais e o acesso a serviços essenciais nas áreas mais periféricas da cidade. Isso contribui para um crescimento urbano desigual, favorecendo zonas centrais e mais economicamente dinâmicas, enquanto as áreas mais carentes ficam à margem de políticas públicas eficazes.

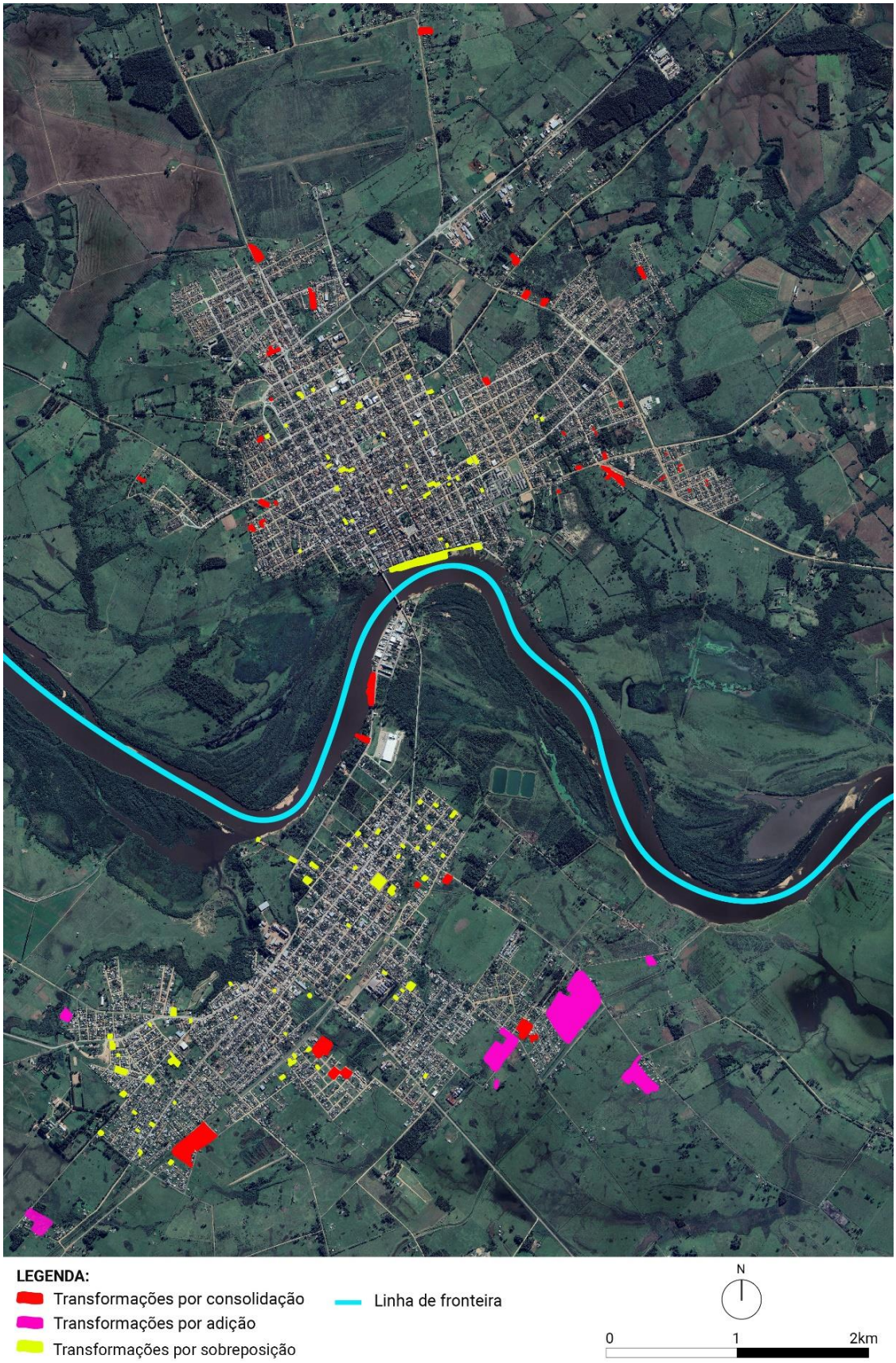
Portanto, o adensamento urbano nas cidades-gêmeas da fronteira seca não pode ser atribuído a um único fator. Ele resulta da sobreposição de interesses, ações e omissões de diferentes agentes, tensionados pelas particularidades de um território compartilhado, onde a composição urbana é continuamente negociada. Essa complexidade ressalta a importância de um planejamento integrado e sensível às dinâmicas próprias da fronteira.

Passamos agora a explorar as transformações que marcam as cidades-gêmeas localizadas em fronteira molhada. O Mapa da Figura 24 mostra os três tipos de transformações morfológicas em Jaguarão e Rio Branco, revelando que, assim como na fronteira seca, houve pequenas modificações ao longo de cinco anos, mas em quantidade relativamente expressiva.

As transformações por adição concentram-se na cidade uruguaia, especialmente na borda leste, onde há ampliação de vias e quadras, além da inserção de algumas habitações. A Figura 25 exemplifica três casos desse tipo de modificação, todos em uma área periférica da cidade, marcada por baixa infraestrutura, baixa densidade populacional e predominância de moradores de baixa renda. O processo geralmente inicia com a abertura de vias de saibro, sem a delimitação entre calçada e via carroçável. Em seguida, as edificações são construídas em lotes sem padrão definido de dimensionamento e sem demarcação prévia do parcelamento do solo — as construções, por si só, vão definindo os espaços. O adensamento nessas áreas ainda é baixo e disperso, contribuindo para um crescimento urbano desordenado.

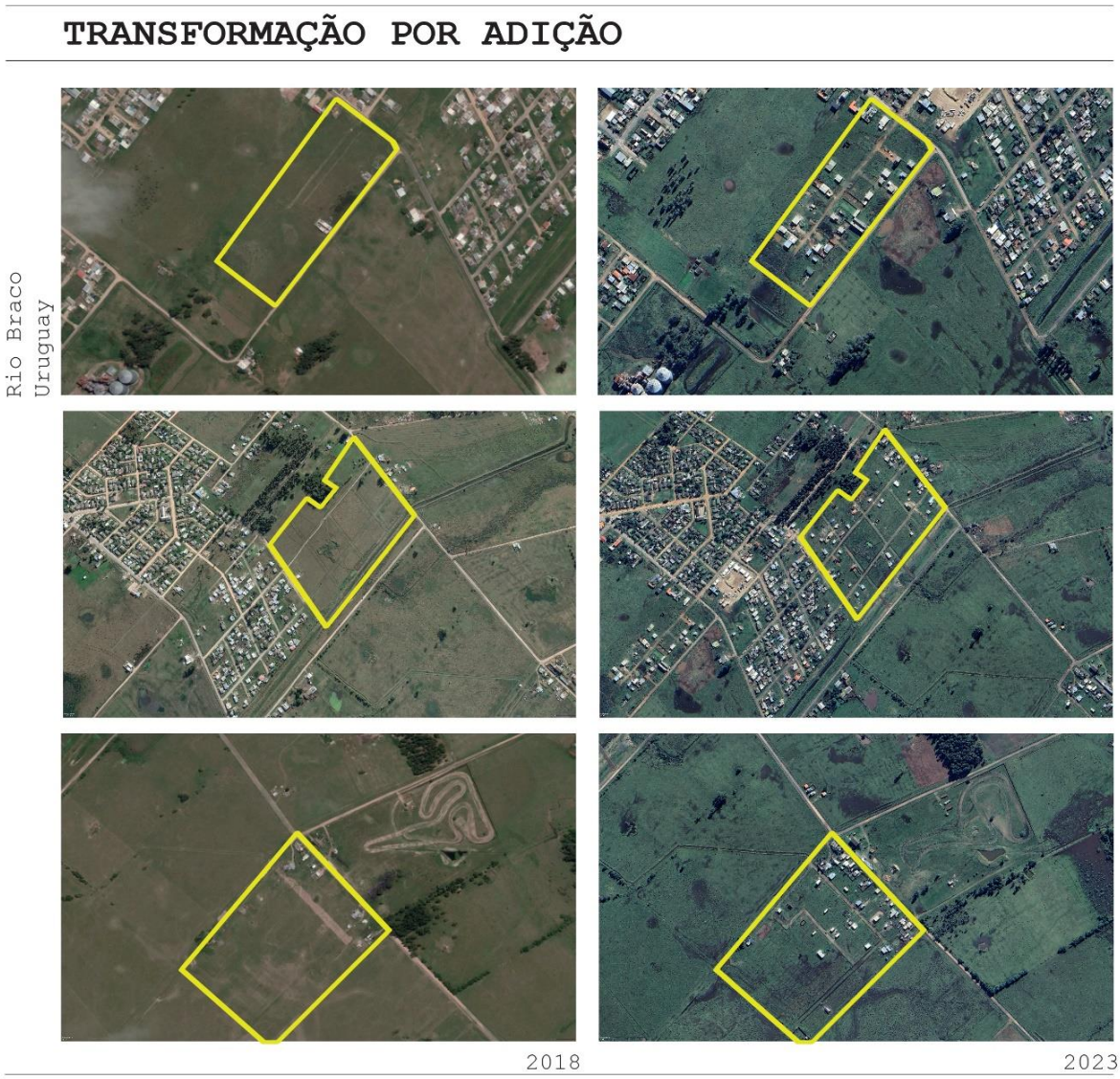
Na cidade brasileira, não foram identificados processos de adição, mesmo nas áreas mais afastadas do núcleo urbano. Os adensamentos ocorreram em núcleos preexistentes.

Figura 24 – As transformações morfológicas em Jaguarão-Rio Branco



Fonte: Imagens do Google Earth Pro e edição pela autora, 2024.

Figura 25 – Transformação por adição em Rio Branco



Fonte: Imagens do Google Earth Pro e edição pela autora, 2024.

Por outro lado, no caso das transformações por consolidação, observam-se vários pontos de destaque em toda a zona periférica de ambas as cidades. Em Jaguarão, tratam-se de pequenas modificações intra-quadra, com o preenchimento de vazios urbanos em áreas já atendidas por infraestrutura. A Figura 26 ilustra a construção de um condomínio de casas geminadas no centro de uma quadra com mais de 270 metros de largura, além da abertura de uma via central, que deverá futuramente possibilitar o desmembramento de lotes e facilitar o acesso a novas edificações.

Em Rio Branco, também são identificados pontos de transformação por consolidação, especialmente com a abertura de novas vias e construções em

bairros em expansão. A Figura 26 mostra a abertura de ruas seguindo o eixo de vias já existentes, mantendo uma malha ortogonal, embora com quadras de tamanhos variados. Além disso, observa-se o adensamento de edificações e a inclusão de infraestrutura de lazer, como a construção de um campo de futebol municipal — um novo atrativo para a região que de certa forma estimula seu crescimento.

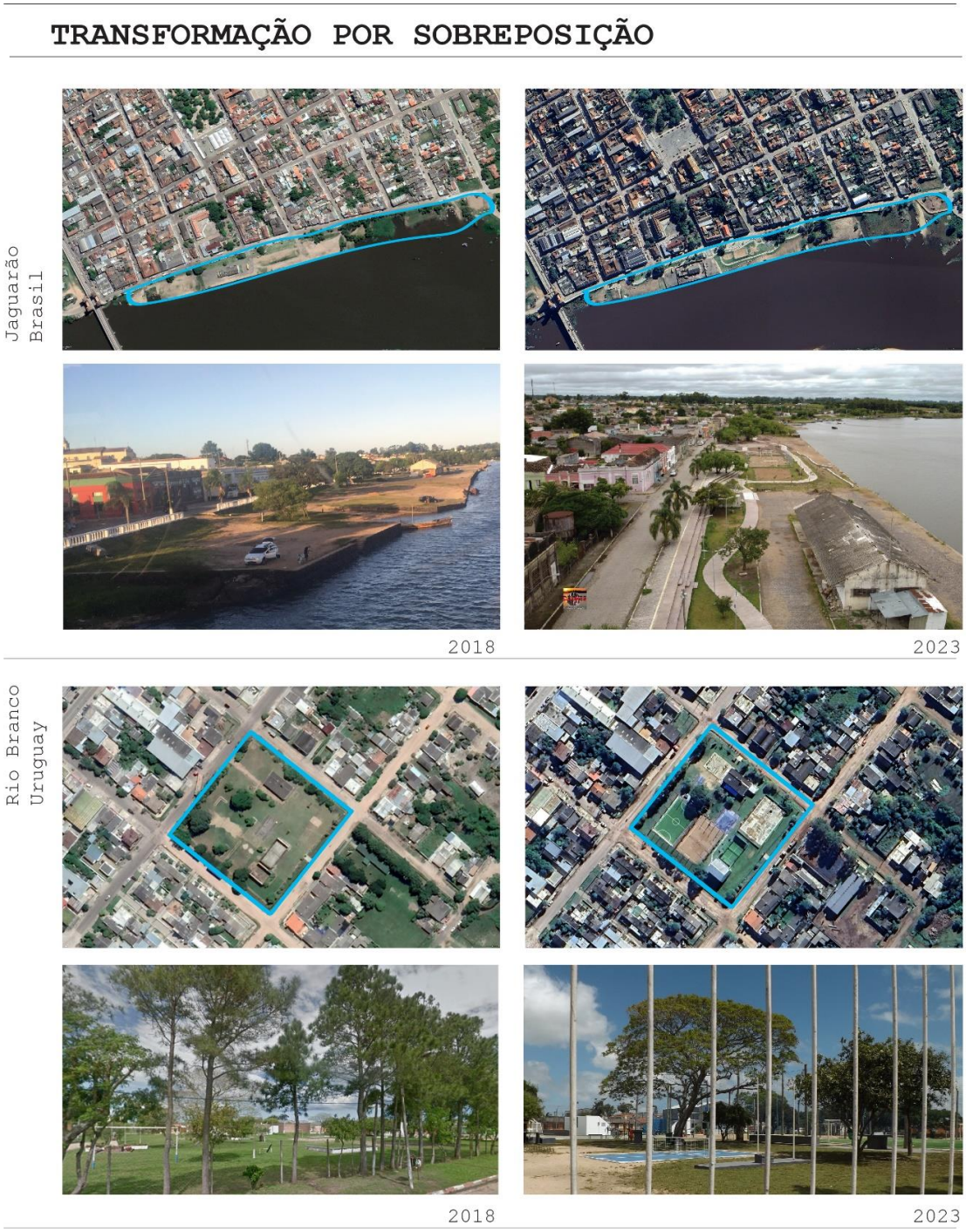
Figura 26 – Transformação por consolidação em Jaguarão-Rio Branco

Fonte: Imagens do Google Earth Pro e edição pela autora, 2024.

O processo de sobreposição ocorre de forma distinta nas cidades-gêmeas de fronteira molhada. Tanto em Jaguarão quanto em Rio Branco, são raros os casos de verticalização. As modificações por sobreposição se manifestam, principalmente, por meio de reformas e melhorias nas edificações: seja na substituição de construções sem valor histórico por residências com projetos mais contemporâneos — mantendo, no entanto, a altura volumétrica —, seja pela edificação em lotes anteriormente vazios.

Entretanto, o que mais se destaca nesse processo é a requalificação dos espaços públicos de lazer e recreação. Exemplos disso são a construção do parque na orla de Jaguarão e, em Rio Branco, o *polideportivo*, o Mirador *Boca del Tigre* e o Parque *El Remansito*. A Figura 27 ilustra alguns desses casos.

Figura 27 – Transformação por sobreposição em Jaguarão-Rio Branco



Fonte: Imagens do Google Earth Pro e edição pela autora, 2024.

As transformações morfológicas em Jaguarão e Rio Branco ocorrem de forma mais sutil e em menor escala, sobretudo quando comparadas às mudanças observadas em Santana do Livramento e Rivera. Essa diferença pode ser explicada por fatores como a menor extensão territorial, a densidade populacional reduzida e o volume mais limitado de investimentos repassados a essas cidades.

Ainda assim, ao longo dos últimos cinco anos, é possível perceber avanços pontuais na qualificação urbana das cidades de fronteira molhada. No caso de Rio Branco, a recente municipalização tem possibilitado novos investimentos e melhorias, ainda que em ritmo lento, mas constantes. A construção de novos parques e áreas esportivas surgiu a partir de iniciativas populares. Com o aumento da autonomia e do engajamento do governo local, essas obras passaram a ser viabilizadas e implementadas de forma mais efetiva.

Entretanto, a legislação urbanística ainda é frágil e insuficiente para conter o avanço dos processos de adição, que expandem a periferia para áreas sem infraestrutura urbana adequada. Fato que acarreta um aumento de custos públicos com a posterior implantação de serviços, além de intensificar a vulnerabilidade socioespacial e a desorganização do tecido urbano.

Em Jaguarão, a conservação do patrimônio histórico tem desempenhado papel central nesse processo. A presença de uma legislação urbana mais restritiva no núcleo central, aliada a políticas de preservação, tem contribuído para a manutenção dos casarios ecléticos. Esse conjunto de ações justifica a baixa incidência de transformações por sobreposição no centro histórico.

Além disso, os parâmetros legais referentes à volumetria — como a limitação da altura das edificações — ajudam a preservar a integridade visual da paisagem urbana, evitando a descaracterização do traçado original da cidade.

Contudo, Jaguarão enfrenta um desafio histórico relacionado à assistência, manutenção e ampliação das redes de infraestrutura urbana — especialmente no que diz respeito ao esgotamento sanitário, à destinação do lixo e à pavimentação. Em conversa com a arquiteta responsável Letícia Kwecko, apresentada no Capítulo 4, o foco atual está na implantação de uma estação de tratamento de esgoto e na ampliação da rede existente. Além disso, estão sendo feitos novos investimentos na coleta e separação dos resíduos sólidos, bem como na pavimentação de bairros periféricos. Trata-se de um trabalho custoso e de pouca visibilidade, mas essencial para a qualidade de vida da população e para a preservação ambiental.

Tramita ainda um novo processo de transformação urbana, ainda não executado: a construção de uma nova ponte internacional para interligar as cidades, com o objetivo de desafogar o trânsito de mercadorias e evitar que caminhões de carga pesada utilizem a Ponte Internacional — estrutura histórica, tombada como patrimônio, que não foi projetada para suportar tamanha

demanda. A nova ponte, planejada para ser externa e distante dos núcleos urbanos, já levanta preocupações entre os moradores, especialmente comerciantes, que temem uma possível redução no fluxo de turistas e consumidores, impactando diretamente a economia local.

Articulando os fatores que contribuem para o adensamento urbano nas cidades-gêmeas de fronteira molhada, percebe-se que o crescimento urbano se dá por múltiplas frentes, ainda que de maneira mais contida. Em Jaguarão, os investimentos se concentram principalmente em áreas já consolidadas, onde a infraestrutura básica está presente, permitindo que o adensamento ocorra por meio do preenchimento de vazios urbanos e do reaproveitamento de lotes, como evidenciado nas transformações por consolidação. A política de preservação do patrimônio também atua como fator moderador, restringindo intervenções mais agressivas no centro histórico e, por consequência, direcionando o crescimento para áreas periféricas.

Já em Rio Branco, o adensamento é mais disperso e desordenado, impulsionado pela expansão espontânea de bairros populares em zonas periféricas e pela abertura de novas vias sem um planejamento urbano estruturado. A recente municipalização, embora positiva no sentido de ampliar a autonomia local, ainda não foi acompanhada por uma legislação urbanística robusta capaz de orientar esse crescimento de forma sustentável. Por outro lado, a criação de espaços públicos e equipamentos de lazer, fruto da mobilização comunitária e do fortalecimento da gestão local, contribui para valorizar e dinamizar determinadas áreas da cidade, funcionando como polos de atração e gerando novos vetores de adensamento.

Nesse cenário, temos um processo urbano híbrido: enquanto Jaguarão adensa-se de forma mais ordenada, Rio Branco amplia seus limites urbanos com maior dispersão, refletindo as distintas capacidades institucionais e as prioridades locais de cada cidade.

Logo, as cidades de fronteira seca e molhada apresentam transformações urbanas singulares, que não seguem uma lógica linear ou diretamente associada à soberania nacional. Ao observarmos as cidades brasileiras, por exemplo, percebemos dinâmicas bastante distintas: enquanto Santana do Livramento passa por um processo de expansão urbana marcado pelo adensamento acelerado e pela verticalização, muitas vezes sem o devido planejamento e com infraestrutura

urbana deficiente, Jaguarão tem conseguido conter uma expansão precária, favorecida por políticas de preservação patrimonial, regulamentações urbanísticas mais restritivas e uma valorização do tecido urbano consolidado.

Por outro lado, também se evidenciam contrastes entre as cidades uruguaias: Rivera, beneficiada por investimentos públicos mais expressivos e por um planejamento urbano estratégico, tem promovido a qualificação de seus espaços públicos e o fortalecimento de sua função como polo comercial e de serviços — lembrando que Rivera é uma cidade capital e possui mais recursos financeiros; em contrapartida, Rio Branco tem enfrentado um crescimento mais desorganizado, com adensamentos periféricos e pouca regulamentação urbanística, apesar dos avanços proporcionados pela municipalização recente. Esses contrastes revelam que, mais do que o pertencimento nacional, são os contextos políticos locais, as capacidades institucionais e os modelos de gestão urbana que condicionam os caminhos da transformação morfológica nas cidades-gêmeas, não há generalizações.

O Capítulo 3, estrategicamente posicionado no meio (entre) desta tese, apresentou os alcances e reverberações da cartografia paisagera, oferecendo as bases necessárias para a compreensão das especificidades de uma paisagem de fronteira sul-americana, com foco na região Brasil-Uruguay. A partir da lente da morfologia urbana, foram identificadas as formas de ocupação e transformação do território, bem como os efeitos do suporte geo-biofísico sobre essas dinâmicas. Além disso, evidenciou-se como diferentes agentes, não-humanos e humanos, se entrelaçam e tensionam o espaço urbano, moldando realidades contrastantes, ainda que vizinhas. Trata-se, portanto, de um capítulo de transição, que articula os fundamentos teóricos e territoriais com as práticas concretas de produção do espaço, revelando a complexidade e a multiplicidade de camadas que constituem a paisagem fronteiriça.

Assim, a partir das bases estabelecidas pela cartografia paisagera, os capítulos seguintes se voltam à escala do encontro e da experiência direta com o território. É por meio da caminhografia urbana, metodologia desenvolvida na escala 1:1, que se revelam os agentes que operam transformações concretas e afetivas nas cidades de fronteira. Trata-se de um mergulho nos percursos urbanos e nas narrativas locais, em que a escuta atenta e o caminhar sensível permitem identificar outros efeitos e afetos que moldam a vida fronteiriça.

4. FRONTEIRA MOLHADA: Jaguarão | Rio Branco

Escrever ou descrever sobre a experiência, ou seja, dar nome às sensações do corpo e aos pensamentos nebulosos que atravessam a pesquisadora durante o processo de investigação, é uma tarefa que exige atenção, cuidado e sensibilidade. Recordo-me dos ensinamentos de Law (2006) sobre toda tradução também ser um processo de traição; e, de certa forma, essa constatação confirma que a minha experiencia é apenas uma entre as muitas possíveis formas de contato com as realidades. Escrever sobre a experiência é traduzir, é escolher palavras e o arranjo de frases para comunicar acontecimentos vivenciados e afetados pelo meu corpo-mulher-cartógrafa. E, por mais que me concentre em "apenas" descrever os fatos e fenômenos, nem sempre consigo escapar de pequenas interpretações, entendidas como traições e desvios. Dessa forma, antecipo as/os leitoras/es que farei o possível para que minha descrição seja fiel as realidades experienciadas e, ao identificar desvios ou controvérsias que convidam a abertura de caixas-pretas, esses pontos serão devidamente sinalizados[53].

Escolhi os últimos dias de novembro e os primeiros de dezembro, de 25 de novembro a 4 de dezembro de 2023, para minha viagem de campo, revisitando as cidades-gêmeas na fronteira entre Brasil e Uruguay. A escolha das datas foi mediada pela necessidade de cumprir o calendário acadêmico, e, também, pela preferência em relação ao clima. Por mais que possa parecer algo insignificante escolher entre as quatro estações do ano, vejo isso como algo essencial para quem já experimentou as variações climáticas da fronteira Brasil-Uruguay. As condições do clima, a sensação de frio ou calor, influenciam não só na disposição para a exploração urbana, mas também podem representar um obstáculo para a realização de atividades. Além disso, cada estação apresenta uma estética singular, conferindo paisagens com cores, texturas e cheiros distintos. Vale ressaltar que o clima, com todas as suas nuances, é considerado um agente dentro da rede investigativa, dada a influência que exerce sobre diversos outros agentes.

A primavera foi escolhida porque geralmente está associada a temperaturas amenas, chuvas esparsas e é o período de floração de algumas espécies, simbolizando um momento de transição entre os extremos do inverno e do verão.

[53] A sinalização é feita por meio da indicação dos apêndices, acionada sempre que um evento específico da experiência provoca um atravessamento. A técnica é inspirada no livro *After Method: Mess in Social Science Research* de John Law (2004).

Entendo a primavera e o outono como estações de fronteira, no sentido de estarem no entre, nessa faixa que tem propriedades das outras estações mais definidas. Devido às características da caminhada prolongada na caminhografia, o corpo tende a ter mais disposição e consegue percorrer maiores distâncias quando as condições climáticas são favoráveis.

Entretanto, até mesmo nesse aspecto que parecia ser definidor — ou seja, a expectativa de um clima em determinada forma durante esta época do ano — foi quebrado. Nos deparamos com um clima atípico, invertido e confuso, onde cada dia trazia uma surpresa, com temperaturas variando de 10 a 38 graus e chuvas intensas. É algo digno de nota, pois nunca havia visto o Rio Jaguarão tão cheio na primavera, transbordando de seu leito maior. Assim como em muitos momentos, especialmente em Santana do Livramento, senti um calor extremo que me obrigava a caminhar mais lentamente e com muitas pausas para hidratação. Fato que me remeteu ao livro "Onde aterrar?" de Bruno Latour (2020, p. 36): "agora, não se trata mais de pequenas flutuações climáticas, mas de uma perturbação que mobiliza o próprio sistema terrestre".

De fato, por mais organização e expectativas que se tenha em uma viagem, as situações inesperadas predominam e talvez essa seja uma das riquezas da experiência em campo: estar atento e saber acolher as imprevisibilidades. É a partir do desconhecido, do susto, do inimaginável, que outras camadas mais profundas e genuínas são reveladas. E são essas situações que colaboram no nosso desprendimento com ideias seguras e caminhos confortáveis.

A viagem para o sul do Brasil e norte do Uruguay ocorreu no período entre 22 de novembro e 09 de dezembro de 2023. Porém, o período de maior destaque da descrição da viagem se refere à estadia nas cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Uruguay, embora alguns eventos ocorridos nas cidades de trânsito e com menor permanência, como Porto Alegre e Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul no Brasil, e em Melo, no Departamento de Cerro Largo no Uruguay, também são pontuados. No Quadro 8 é possível acompanhar a relação das datas e períodos em cada cidade visitada, assim como o mapa que identifica a localização (Figura 28).

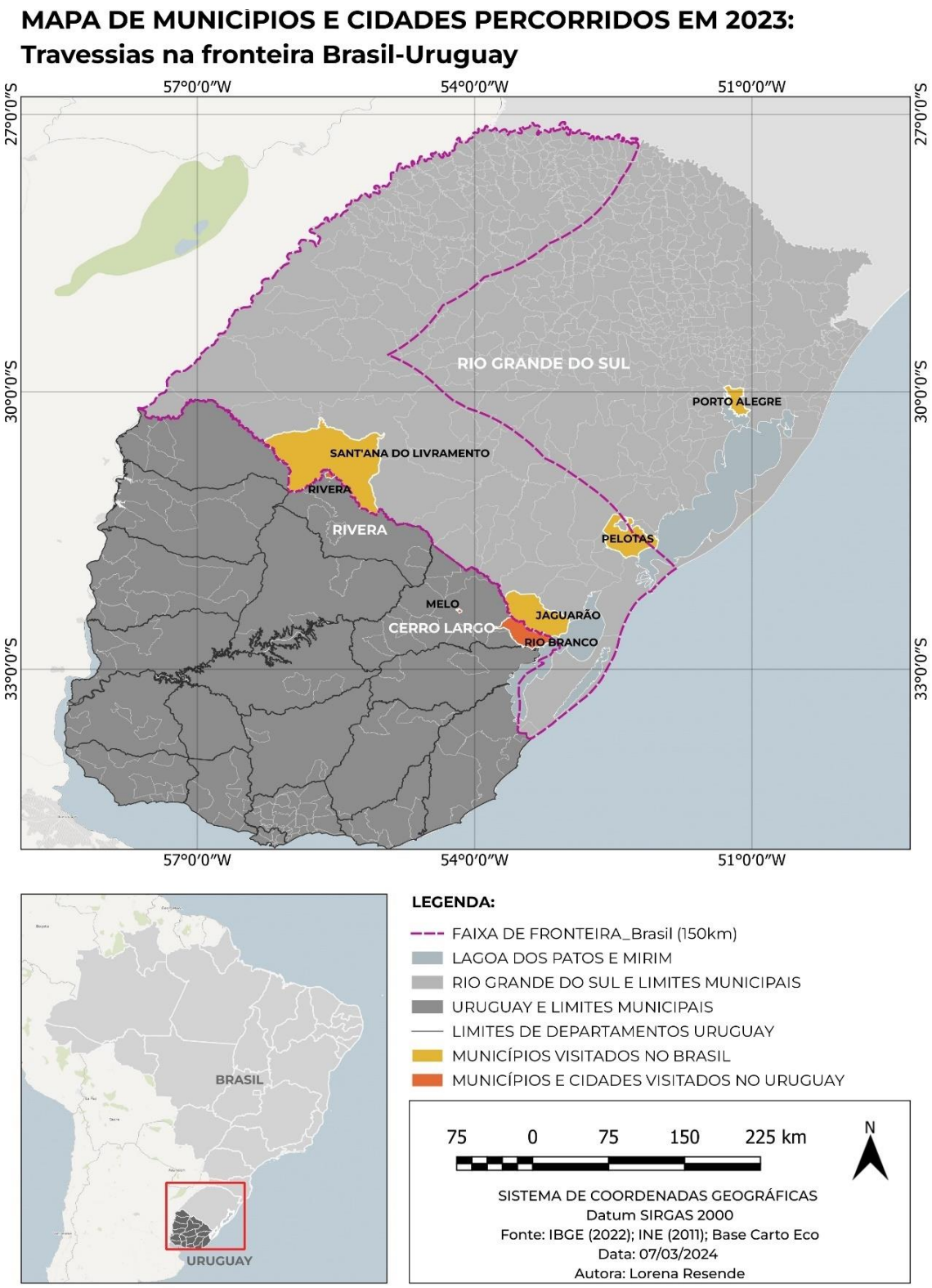
Quadro 8 – Relação das datas e períodos da viagem de campo

Cidades percorridas	**Datas**
Pelotas	22 a 25 de novembro e 04 a 07 de dezembro
Jaguarão/BR e Rio Branco/UY	25 a 29 de novembro
Melo/UY	29 de novembro

Santana do Livramento/BR e Rivera/UY	29 de novembro a 04 de dezembro
Porto Alegre	07 a 09 de dezembro

Fonte: Autora, 2024.

Figura 28 – Mapa dos municípios e cidades visitadas na pesquisa de campo



Fonte: Autora, 2024.

Diferente das viagens anteriores no período do mestrado, em que percorri as cidades acompanhada de um coletivo de pesquisadores, desta vez, realizei as travessias apenas com a companhia de Raul Dias, meu esposo. Esse fato é importante, pois a presença de outra pessoa possibilita maior sensação de segurança, adentrando em mais frestas, ao mesmo tempo em que acrescenta na troca de informações e percepções sobre as experiências, uma vez que era o primeiro contato de Raul com a fronteira, um estrangeiro de primeira viagem.

Cada dia da viagem foi intitulado de acordo com os acontecimentos mais marcantes. Fotografias e diagramas ilustram as travessias e encontros ao longo do texto. As conversas com as/os moradoras/es da fronteira são sintetizadas com destaque para algumas citações diretas, sinalizadas em azul claro — recurso gráfico que valoriza suas vozes e contribui para a construção da narrativa, preservando expressões locais, gírias e o portunhol. Nos diálogos em espanhol, optou-se por manter a fluidez em português no corpo do texto, com a transcrição original incluída em nota de rodapé. Ao final de cada subcapítulo sobre as cidades de fronteira, mapas localizam ruas e pontos mencionados, facilitando a leitura e a orientação espacial.

A caminhografia urbana busca aproximar leitoras e leitores da paisagera, revelando suas texturas, reflexões e encontros. Embora os capítulos sejam longos, devido à complexidade das experiências, a linguagem é fluida e acompanhada de imagens e mapas que tornam a leitura mais leve e envolvente.

4.1 Aplicativos e lagartos

22 de novembro de 2023 | quarta-feira

Início da viagem. Temperatura agradável, dia de céu com poucas nuvens. Primeiro deslocamento de carro da minha residência, na cidade de Belo Horizonte, às 07h00min, até o aeroporto Internacional de Confins. Às 09h35min o segundo veículo de transporte, o avião, decolou com a primeira conexão em São Paulo/SP e às 14h00min pousamos em Porto Alegre/RS, capital gaúcha. Chegamos com temperaturas amenas, céu bastante nublado, mas sem chuva.

Nosso primeiro destino foi a cidade de Pelotas, no sul do estado, que faz parte da faixa de fronteira[54]. Ao invés de buscarmos a rodoviária, recorremos ao aplicativo

[54] A faixa de fronteira no Brasil corresponde a um buffer de 150km da linha limítrofe.

“Blablacar”[55], que funciona como um sistema de caronas pagas, inclusive muito comum e difundido no estado. Escolhemos o aplicativo tanto pela economia de custo e tempo, quanto por propiciar um diálogo mais efetivo com o motorista e outros passageiros. Ao longo de outras viagens que experienciamos com esse recurso, percebemos que muitas pessoas trabalhavam exclusivamente como motoristas desse aplicativo, similar a plataforma Uber. Mesmo que a gênese do aplicativo fosse outra, por ser apenas um instrumento de busca de caronas esporádicas, entendemos (através da conversa com diferentes motoristas) que principalmente pós-pandemia, foi uma oportunidade de emprego informal.

Combinamos o encontro com o motorista do “Blablacar”, Fábio Leite, no Aeroporto Internacional de Porto Alegre, logo após nossa aterrisagem. Muito solícito nos ajudou a organizar as malas no bagageiro e nos apresentou os outros passageiros que fariam conosco no trajeto até Pelotas: um senhor de meia idade no banco da frente e no assento central uma caixa de papelão média com alguns furos e selos do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), onde se encontrava a iguana, a segunda passageira.

Inicialmente, ficamos um pouco apreensivos com a divisão do veículo com um animal silvestre, de pouco convívio no nosso cotidiano, porém no decorrer da viagem, sem nenhuma movimentação ou ruído, acostumamos com a sua presença. Inclusive, depois da nossa chegada, Fábio nos encaminhou a foto do réptil (Figura 29) no momento da abertura da caixa com o seu destinatário, ficamos curiosos quanto ao tamanho, formato e cor do nosso “companheiro” de viagem.

Fábio nos explicou que também realiza o transporte de objetos e animais, cobrando o mesmo preço de um passageiro. Assim, coincidiu naquele dia e horário a chegada da iguana no mesmo aeroporto em que estávamos. Penso que a iguana foi um sinal, um lembrete, para não esquecer ou dar menos atenção aos não-humanos, agentes importantes na composição das redes.

Chegamos no centro da cidade de Pelotas por volta das 19h00min com temperaturas amenas e céu bastante nublado. Reservamos um apartamento por duas diárias, tempo necessário para organizar o material da pesquisa para a viagem

[55] O aplicativo, criado em 2003 por Frédéric Mazzella, surgiu para conectar motoristas e passageiros que compartilhassem deslocamentos, reduzindo custos e tornando a viagem mais flexível. No entanto, no contexto neoliberal, tem sido usado como fonte de renda, com motoristas operando frequentemente para obter lucro. A prática impacta o transporte coletivo, reduzindo a demanda por ônibus e levando ao aumento dos preços das passagens. Em resposta, o aplicativo introduziu o “Blablabus”, integrando empresas de ônibus à plataforma.

nas cidades-gêmeas. Novamente não utilizamos um recurso convencional para a hospedagem, optamos pelo aplicativo Airbnb[56] ao invés do tradicional hotel ou pousada. Similar ao Blablacar, o Airbnb é uma tecnologia virtual, mediada pela internet, que conecta o interesse de hóspedes com os fornecedores de quartos ou imóveis por temporada.

Figura 29 – Registro da companheira de viagem

Fonte: Autora, 2023 (à esquerda); Fábio Leite, 2023 (à direita).

Nossa recepção no apartamento foi feita pelos proprietários Max e Juliana. Atenciosos e gentis, eles nos apresentaram o apartamento e explicaram algumas funcionalidades e restrições. Localizado no centro da cidade, próximo ao prédio do curso de Odontologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e à rede de comércio e serviços, a localização do apartamento proporcionou e facilitou a maioria dos deslocamentos a pé (Figura 30).

Encerramos o primeiro dia de viagem agraciados por uma garoa fina e um vento sutil. Do apartamento escutamos o barulho de música alta e conversas, uma vez que esta Rua Gonçalves Chaves é movimentada por bares e festas do público universitário. O corpo estava cansado pelas travessias e deslocamentos, mas ao mesmo tempo animado pela chegada, feliz pelo reencontro e ansioso pelo que estaria por vir.

[56] Criado em 2007 por Brian Chesky, Nathan Blecharczyk e Joe Gebbia, o Airbnb revolucionou o setor de hospedagem com seu modelo de consumo colaborativo, permitindo que estrangeiros obtivessem preços acessíveis e flexibilidade, enquanto anfitriões gerenciavam uma renda extra. O impacto no mercado hoteleiro é discutido por Rachel Branco (2019), que destaca tanto os benefícios para o turismo quanto os efeitos negativos, como a gentrificação. Em algumas cidades, como Nova York e Barcelona, a proibição do serviço busca proteger moradores, mas pode aumentar os custos para turistas, sugerindo que regulamentações equilibradas, como em Berlim, poderiam ser mais eficazes.

Figura 30 – Vista do apartamento em Pelotas/RS

Fonte: Autora, 2023.

4.2 Pelas ondas da rádio

23 de novembro de 2023 | quinta-feira

Diferentemente da véspera, o dia amanheceu ensolarado, banhado por um céu azul sem nuvens e com temperaturas amenas, muito agradável. O evento marcante deste dia foi o encontro, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb-UFPel), com o professor e amigo Eduardo Rocha (Edu). Entre novidades e atualizações, Edu nos contou sobre sua recente viagem à fronteira, nas cidades-gêmeas Chuí-Chuy, e sua percepção de algumas mudanças desde nossa última viagem em 2018.

O primeiro ponto ressaltado por Edu foi a questão climática, não só na fronteira, mas no estado como um todo. Chuvas intensas, "ventos virados", lagoas e rios muito cheios, inundações e alagamentos, temperaturas com grande variação durante o dia, como nunca havia presenciado anteriormente.

O segundo ponto foi sobre o "comércio invertido", ou seja, neste momento o lado uruguaio está com preços mais altos do que o lado brasileiro, ao contrário do que vivenciamos em 2018. Edu comentou que o preço, no geral, desde o aluguel até transportes e alimentos, está bem mais alto no Uruguay. Consequentemente, o comércio brasileiro fica mais aquecido, com as redes de supermercado cada vez maiores e com grandes demandas. Também observou algumas excursões vindas

da capital Montevidéu, que também se deslocam para fazer compras na fronteira brasileira, não restringindo os consumidores somente ao público fronteiriço.

Também percebi este segundo ponto no momento de escolher a hospedagem. Os hotéis das cidades uruguaias estavam próximos do dobro do preço das cidades brasileiras, assim como a diferença no valor do transporte público dentro das BRs e das *Rutas*. O jornalista Felipe Llambías, da *BBC News* realizou uma reportagem em junho de 2024 explicando esse fenômeno, inclusive com a exemplificação nas cidades de fronteira:

> Quando um morador de Rivera, cidade fronteiriça uruguaia, for ao mercado local esta semana, verá que o preço de um tubo de pasta de dente de 180 gramas é de 243 pesos (US$ 6,20 ou R$ 34,65). Mas se ele for a um mercado brasileiro próximo — algo para o qual basta atravessar a rua, porque a cidade continua sem barreiras com o nome de Sant'Ana do Livramento no Brasil —, essa mesma pasta de dente, produzida em São Paulo, custará R$ 6,99 (US$ 1,28). A pasta de dente é apenas um exemplo de que o Uruguai é um país caro, comparado aos seus vizinhos (Llambías, 2024, s/p).

A reportagem apresentou dados surpreendentes: em comparação com outros países da América do Sul, o Uruguay possui preços em média 27% mais altos. Os produtos de limpeza e higiene apresentam a maior discrepância, seguidos pelo setor de alimentos e eletrônicos. Uma das explicações para esse fenômeno é o elevado número de importações, devido à baixa produção nacional. Por ser um país pequeno e distante dos principais centros de importação, os custos de logística e transporte são muito altos, o que se reflete no preço final ao consumidor. Além disso, a rígida regulação do Estado, com licenças e registros obrigatórios para a entrada de produtos, contribui para o aumento dos preços (Llambías, 2024).

Eduardo ainda comentou fatos curiosos, típicos desse território de fronteira. Certo dia, ao escutar uma rádio uruguaia, *Coronilla FM*, ouviu uma história polêmica sobre o abastecimento dos botijões de gás, que também tem correlação com a questão de diferenças de preço nas cidades de fronteira (APÊNDICE A – Primeira caixa-preta: botijão de gás).

No restante deste dia, reencontrei com amigas e amigos queridos dos tempos que morei em Pelotas, envoltos na aura acolhedora da roda de mate, onde cada gole ressoava memórias afetivas. O vento gelado vindo do Sul, o aroma da erva mate, o sotaque e as expressões típicas gaúchas, a culinária característica e as paisagens das planícies compunham uma atmosfera única, muito diferente das cidades onde atualmente vivo e transito, Belo Horizonte/MG e Rio de Janeiro/RJ.

Essa distância física, de certa forma, me ajudou a redescobrir o encanto desses encontros, a perceber os detalhes mais sutis do cotidiano sem cair na monotonia dos acontecimentos comuns e talvez os omitir.

4.3 Pero no mucho

24 de novembro de 2023 | sexta-feira

No dia seguinte, o sol brilhava com poucas nuvens em Pelotas, mas as temperaturas estavam mais baixas em comparação com o dia anterior. A sexta-feira foi reservada para organizar todo o material da pesquisa: imprimir os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), carregar a bateria da câmera fotográfica, trocar as pilhas do gravador de voz, confirmar algumas entrevistas pré-agendadas, revisar o roteiro de viagem e cuidar de outros detalhes importantes.

Apenas no final do dia, nos encontramos com Pierre dos Santos, um pesquisador da fronteira, interessado pela linguagem, acompanhado pelo professor Eduardo Rocha. Pierre já havia participado de nossas viagens anteriores pela fronteira Brasil-Uruguay, onde investigou os dialetos, formas e expressões de comunicação dos habitantes da região fronteiriça, especialmente atento às nuances da língua híbrida conhecida como "portunhol". Nesse encontro, Pierre compartilhou conosco sobre sua visita às cidades-gêmeas Chuí-Chuy e as entrevistas que conduziu com o prefeito brasileiro e o alcalde uruguaio.

No curso de Especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da UFPel, Pierre investigou o desafio da gestão pública nos municípios de fronteira aberta, como ele denomina, referindo-se às cidades-gêmeas de fronteira seca, especificamente Chuí-Chuy. Através de entrevistas com os gestores municipais, Pierre destacou alguns pontos interessantes: (a) a incompatibilidade institucional entre os países dificulta o processo de gestão, uma vez que as atribuições e a autonomia dos governantes são diferentes; (b) a diferença entre as legislações de cada município também interfere nas intervenções, criando barreiras para projetos mais integrados; (c) não há planejamento urbano binacional, nem um planejamento estratégico para a região como um todo; (d) o planejamento urbano dessas cidades-gêmeas acontece de forma personalista entre os gestores, em um esforço mútuo para que alguns projetos e políticas integradas, ainda que pontuais e sem respaldo jurídico (políticas de "boa vizinhança" — informais), possam garantir pequenas melhorias e facilidades cotidianas.

Durante as entrevistas, Pierre percebeu que a responsabilidade e autonomia do prefeito brasileiro e do alcalde uruguaio se diferem, o que dificulta as tratativas, uma vez que essa cidade tem apenas uma *junta local* que trata exclusivamente de questões básicas de infraestrutura. As demais atribuições são respondidas pela sede departamental de Rocha. A discussão sobre essa temática é melhor explicada nos APÊNDICE B – Ciência política e Organização Institucional BR e UY e APÊNDICE C – A diferença de entendimento sobre Município.

Durante nossa conversa com Pierre, seus relatos indicavam a existência de um desejo de integração e cooperação entre as cidades-gêmeas, nem sempre plenamente alcançado.

Existe uma contaminação natural entre essas cidades, favorecida pela proximidade e pelo compartilhamento territorial, que estimulam entrelaçamentos culturais e ajudam na cooperação mútua. No entanto, embora as cidades brasileiras disponham de maior autonomia, inclusive financeira, os repasses e a arrecadação local não são suficientes para atender completamente às suas próprias demandas, o que torna difícil planejar projetos integrados, que exigiriam mais recursos e beneficiariam um número maior de pessoas. Mesmo assim, o senso de coletividade se manifesta de maneira eficaz nas micropolíticas, garantindo pequenos acordos e colaborações, como o empréstimo de equipamentos para obras, atendimento emergencial de saúde e acolhimento de crianças em escolas, entre outros exemplos.

No trabalho de Pierre dos Santos (2022), há um relato interessante de um gestor do Chuí/BR sobre o acordo firmado com a cidade vizinha de Chuy/UY para a criação de uma casa de acolhimento binacional para pessoas em situação de rua. O prefeito brasileiro explicou que, embora não houvesse uma edificação disponível no Chuí, a cidade poderia contribuir com funcionários, mobília e alimentação. O alcalde uruguaio, por sua vez, conseguiu a cessão de uma casa no Chuy, possibilitando a concretização da parceria. O espaço acolhe qualquer pessoa em situação de rua, independentemente da nacionalidade, exemplificando uma cooperação prática e humanitária entre as duas cidades.

Dessa forma, são as pequenas parcerias, cuidadosamente realizadas dentro dos limites da lei, que viabilizam ações conjuntas em prol das micropolíticas. Embora as legislações e a estrutura jurídica sejam rígidas, "*pero no mucho*", é possível flexibilizá-las para promover acordos integradores e colaborativos. As leis,

códigos sociais, construídos pela e para a sociedade, não são instrumentos imutáveis; elas também passam por atualizações, impulsionadas por uma vontade política capaz de enxergar e enfrentar os desafios do cotidiano.

Nos despedimos de Pierre e Edu após uma conversa descontraída, mas cheia de informações e curiosidades sobre a vida na fronteira, que já nos anteciparam algumas peculiaridades. De volta ao apartamento, nos preparamos para fechar as malas.

4.4 A casa de rio

25 de novembro de 2023 | sábado

Dia de prosseguir a viagem para a fronteira. Por sorte, as condições climáticas permaneceram favoráveis, com céu ensolarado, poucas nuvens e um vento sutilmente frio. Planejamos sair às 12h00min da rodoviária de Pelotas com destino às cidades-gêmeas de Jaguarão-Rio Branco. Novamente utilizamos o aplicativo "Blablacar" e combinamos a carona com Elbio, cujo verdadeiro nome é Enrique, confirmando nossa suspeita sobre a criação de múltiplos perfis para burlar o sistema de caronas.

Enrique, com um carro popular simples, nos ajudou a organizar as malas no bagageiro. Além de nós, o outro passageiro era novamente um não-humano: um filhote de cachorro da raça American Bully, cor de chocolate, de nome Popeye, que estava deitado no chão do banco do caroneiro. Assim como a iguana na viagem anterior, Popeye também era apenas um passageiro em trânsito, desconhecendo o motorista.

Enrique não era de muita conversa, e a viagem transcorreu quase inteiramente em silêncio. Algumas vezes, ele fazia comentários para o cachorrinho e o tranquilizava com afagos. As janelas do carro emolduravam o pampa, um trajeto rápido de cerca de uma hora e meia, agraciado por uma paleta de tons de azul e verde. Um céu vibrante acompanhava a vegetação rasteira, com alguns pontos dispersos de plantações de eucalipto e arroz (Figura 31).

A imensidão retilínea do horizonte dos pampas se estendia à nossa frente. A estrada de asfalto (BR-116), contínua e longínqua, lembra aqueles desenhos animados onde a imagem de fundo se repete, estonteante. Parecia que tudo estava aberto, claro, sem novidades ou surpresas. A reta convida as(os) viajantes a

seguirem em frente, a avançar e tentar alcançar aquele infinito que, quanto mais nos aproximávamos, mais dava a sensação de distância e inatingibilidade.

Figura 31 – Registro do percurso entre as cidades de Pelotas a Jaguarão

Fonte: Autora, 2023.

Por volta das 13h20min, chegamos em Jaguarão. À distância, avistamos a imponência do prédio da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), destacando-se em meio a um entorno predominantemente residencial, com edificações de um ou dois pavimentos. Virando à esquerda, chegamos à Rua Ernesto Corrêa, que, na segunda quadra, se transforma na Rua Uruguai. Esta rua nos conduz diretamente à ponte internacional Barão de Mauá, que permite a travessia entre os dois países, levando-nos à cidade de Rio Branco, no Uruguay.

Ao nos aproximarmos da ponte rumo a Rio Branco, Enrique perguntou sobre o local da nossa parada, e decidimos descer na rua dos *free shops*, já que nossa hospedagem ficava no lado uruguaio. O movimento na ponte era intenso, com fluxo agitado de pessoas, veículos e das águas do Rio Jaguarão. A ponte conta com calçadas laterais para pedestres, separadas das pistas por balaústres, além de duas vias carroçáveis divididas por um canteiro central que conserva vestígios da antiga ferrovia.

Ao nos aproximarmos do posto da aduana, Enrique iniciou uma conversa, talvez influenciado pela travessia da fronteira. Relatou o preconceito que enfrentava com frequência, sendo repetidamente parado por policiais que suspeitavam do porte de ilícitos, algo que ele atribuía ao seu estereótipo — um homem brasileiro, tatuado e com barba proeminente. Sentia que seu corpo precisava constantemente ser legitimado para atravessar. No entanto, dessa vez, os guardas apenas observaram nossa passagem.

Ao chegarmos em Rio Branco, o movimento de pessoas e veículos era ainda mais intenso. A rua principal, General Jose Artigas, também conhecida como rua dos *free shops* estava em efervescência. Era sábado, início da tarde, período preferido para os turistas irem às compras. Edifícios com grandes *outdoors* exibiam

propagandas de produtos importados e ofertas especiais. O barulho era constante: motoristas impacientes buscando vagas, pessoas conversando alto, e carros de som anunciando vendas no idioma espanhol.

Enrique percorreu a rua sem sucesso em encontrar uma vaga. Ao retornar, avistou uma, mas outro carro já manobrava. Mesmo assim, Enrique foi mais rápido e estacionou, iniciando um desentendimento. O outro motorista, exaltado, desceu e reivindicou a vaga com agressividade.

Ignorando as provocações, começamos a pegar nossas malas. O homem, alto e imponente, se aproximou ameaçadoramente, e o clima ficou tenso. Buzinas soavam ao redor. Enrique explicou que só havia parado para nos deixar, mas o homem insistia. Houve empurrões, e ele chegou a chutar o carro. Enrique partiu às pressas, e nós nos afastamos rapidamente.

Apesar da recepção conturbada, estávamos bem. Seguimos para nossa hospedagem: a Casa Azpíroz, ou carinhosamente chamada de Casa de Rio, localizada próxima à rua dos *free shops*, ao lado do Largo do Escritor, à direita da ponte.

Cerca de três minutos de caminhada e avistamos a ponte, cujos arcos emolduravam a Casa de Rio (Figura 32). Um pouco afastada do agito dos *free shops*, embora ainda se pudesse ouvir algum ruído, a casa estava situada em uma atmosfera diferente.

Figura 32 – Arco da ponte internacional emoldurando a casa de rio

Fonte: Casaazpiroz, 2022.

Para chegar lá, precisávamos passar por debaixo da ponte, como se atravessássemos um portal que delimitava dois lugares distintos: de um lado, o

asfalto, o *frenesi* das compras, as conversas altas, o som dos veículos, das buzinas e a presença dos edifícios chamativos; do outro, um cenário quase rural, com estrada de saibro, o som do rio mesclado com o dos pássaros, o sombreamento das árvores, o cheiro de mato molhado, o sossego de cachorros e cavalos se aquecendo ao sol próximos de pequenas e charmosas residências.

A casa de rio estava ali, serena e imóvel, mas ao mesmo tempo parecia atenta, com suas esquadrias abobadadas lembrando olhos vigilantes e curiosos. Exalava uma energia mística e um certo mistério, mas não transmitia medo. A sensação era mais próxima de encantamento e deslumbre. A casa se destaca por sua arquitetura diferenciada, uma bricolagem de tempos, estilos, materiais e formas. O hibridismo da textura chapiscada das paredes com elementos de pedras, cerâmicas, tons pastéis e pontos de vegetação, formava uma arte completa, uma casa-mural (Figura 33).

Figura 33 – Fachada principal da casa de rio

Fonte: Raul Dias, 2023.

Não encontramos a campainha, mas a cerca estava aberta. Nos aproximamos da porta, sem ouvir nenhum som vindo da casa. Liguei para Ana Júlia, a hospedeira, que logo surgiu com um sorriso caloroso e nos recebeu com um abraço no hall de entrada.

Ao entrar, fui tomada por três sensações: o cheiro forte de umidade misturado ao aroma nostálgico de casa de vó, aquele cheiro de tecidos guardados na gaveta com um toque de lavanda; a profusão de cores, objetos e símbolos; e uma brisa leve e fria vinda do interior da casa.

No pequeno hall salmão, à esquerda, havia um altar com uma grande escultura de São João Batista, vasos de Espadas de São Jorge e plaquinhas com os dizeres “Se for de paz, pode entrar” e “Axé” (ver APÊNDICE D – Segunda caixa-preta: territorialidade religiosa). No canto oposto, um antigo armário de madeira com espelho manchado. A porta, com vitrais verde e amarelo, projetava luz sobre o piso de ladrilhos em padrão de colmeia, em tons de bege e vinho. Próximo à entrada, uma chapeleira, fotos da ponte e uma pintura abstrata que me lembrou olhos de sapo (Figura 34).

Figura 34 – Fotografias do hall da casa de rio

Fonte: Autora, 2023.

Ana Júlia nos apresentou todos os cômodos da Casa de Rio e, em cada cômodo, relatava uma história sobre sua experiência de morar na fronteira, seu trabalho como arquiteta, artista e produtora cultural, sua rotina como mãe da Aurora, as atividades de hospedagem da Casa de Rio, entre outros. Entretanto, o que ficou mais intenso na fala de Ana Júlia foram dois conflitos específicos: o primeiro referente à recorrência anormal das cheias do Rio Jaguarão. No mês anterior à nossa visita, a casa ficou inundada e eles precisaram abandoná-la temporariamente. O segundo foi sobre o relacionamento difícil com o morador da

casa ao lado, seu vizinho uruguaio. Após muitas discussões e entraves judiciais, decidiram subir o muro de divisa como um paliativo, mas talvez fosse insustentável continuar naquela casa.

Esse relato descortinou um certo romantismo ou mesmo idealização que, a princípio, eu havia entendido em função do encantamento da casa e por sua história retratada no documentário "Casa de Rio"[57], dirigido por Luiz Alberto Cassol e realizado em 2019. Inclusive, o documentário foi a porta de entrada para uma investigação mais apurada que possibilitou o primeiro contato, ainda à distância e de modo remoto, com Ana Júlia. Relatos importantes que me auxiliam na investigação sobre as transformações da paisagem, que perpassam do micro à macro escala.

A Casa de Rio é uma casa grande, com cinco dormitórios, três banheiros, uma ampla sala de estar com lareira, outra de jantar, cozinha, edícula com churrasqueira e *parrilla*, garagem, além de um quintal generoso com jardim e horta. Uma casa colorida em tons pastéis de azul, amarelo e rosa, que compõem diferentes geometrias. A estratégia de mesclar diferentes cores nos cômodos torna a casa mais aconchegante, uma verdadeira obra de arte. É quase impossível andar apressado, pois a cada passo nos deparamos com uma arte diferente, seja nas pinturas das paredes e teto, esculturas, quadros, plantas ou móveis. Tanto Ana Júlia como seu companheiro Santiago são artistas, os autores das intervenções na casa, além de convidarem outros colegas para algumas obras específicas.

Após o pequeno *tour*, Ana Júlia nos apresentou o quarto onde dormiríamos, que estava logo na primeira porta à esquerda do hall principal. Este era o quarto do casal, que normalmente não destinavam aos hóspedes. Porém, devido à última inundação, os outros quartos ainda não tinham sido completamente organizados e limpos; o rastro de destruição das águas estava no piso e nas paredes. Por isso, nos cederam esse espaço. Na fachada frontal (Figura 33), corresponde à janela da esquerda, com vista privilegiada para a ponte internacional.

Ana Júlia, neste período, não estava recebendo hóspedes; inclusive, já tinha retirado do sistema da plataforma do Airbnb a possibilidade de reserva. Justificado pelas últimas inundações, ela não teve tempo de reorganizar toda a casa. A nossa estadia foi uma exceção que Ana gentilmente nos concedeu devido ao caráter da

[57] Disponível em: https://festivaltaguatinga.com.br/festivalTagua/16/assista/curta/filme/3485

pesquisa. Geralmente, os hóspedes da Casa de Rio eram estudantes, pesquisadores, artistas e viajantes curiosos.

Após acomodados, decidimos fazer algumas compras no supermercado para o café da manhã do dia seguinte e dar uma volta pela cidade. A tarde ensolarada estava muito agradável, apesar de um vento mais insistente. Saímos dali em direção à escada lateral que dá acesso à ponte internacional. Nosso objetivo era fazer compras do lado brasileiro, dada a já mencionada diferença de preços. Por isso a travessia pela ponte era obrigatória.

Ao subir os degraus, percebemos como o Rio Jaguarão estava cheio. O *Parque El Remanso*, bem pertinho da Casa de Rio estava com a primeira entrada bloqueada pela água, e uma parte do parque submersa, avistando apenas o encosto de alguns bancos de concreto, quase nenhum movimento nessa região. Ao subir a ponte o tráfico de carros continuava intenso. Passamos por alguns guardas de fronteira e caminhamos lentamente em direção à cidade de Jaguarão.

Decidimos parar por um instante no meio da ponte, tentando me localizar junto à linha imaginária que divide a ponte ao meio. Gosto dessa sensação transcendental de me projetar no lugar do "entre", no meio, no ponto de inflexão e incerteza. Ainda que a linha seja imaginária, a materialidade dos guardas de fronteira, das placas de sinalização, das bandeiras e de outros marcos reforça a presença material da linha política (Figura 35).

A linha foi criada pelos humanos, por uma questão de organização política territorial, mas a sua presença evoca dinâmicas de outras naturezas, relações, simbioses e cosmologias que fogem a qualquer tentativa de descrição. E cada indivíduo terá uma experiência única. Estar no entre é se desfazer momentaneamente de rótulos pré-estabelecidos, se desterritorializar.

Durante a travessia, cruzamos apenas com veículos. Ao descer pela lateral da ponte, notei a transformação da orla de Jaguarão: um parque linear, ainda em construção, ocupava o antigo vazio próximo ao rio. Raul e eu seguimos até a orla, passando por camelôs e vendedores. A água parecia nos atrair, com sua força imanente, e nos aproximamos para sentir sua presença e observar o novo projeto paisagístico.

As melhorias incluíam nova pavimentação com piso tátil, rampas de acesso, iluminação, pintura dos balaústres e faixa ciclável com tachas reflexivas. O espaço dos barqueiros foi mantido, com rampa melhorada e uma área livre para veículos,

ainda sem mobiliário, mas muito frequentada por moradores que estacionam para apreciar o rio, tomar chimarrão ou pescar — um costume preservado pelo projeto.

Figura 35 – Travessia pela ponte internacional Barão de Mauá

Fonte: Autora, 2023.

Mais adiante, avistamos o novo paisagismo com gramados e caminhos sinuosos de concreto. O desnível do terreno foi resolvido com escadas-arquibancada e rampas acessíveis. Essa área inclui uma academia ao ar livre e um

redário feito com material semelhante ao de redes de pesca, onde crianças brincavam e adultos descansavam (Figura 36).

Figura 36 – Registro das obras do Projeto orla de Jaguarão

Fonte: da autora, 2023.

Antes de continuar pelo fluxo linear do projeto da orla, minha atenção foi capturada por um grafite em um muro de esquina. Atravessei a rua para ver a obra mais de perto e fiquei impressionada com o tamanho do mural, que se estendia por cerca de 40 metros. O grafite retrata a caricatura do escritor e jornalista jaguarense Aldyr Schlee digitando em uma máquina de escrever. De um lado, há uma pilha de livros com os títulos mais conhecidos de suas obras de contos, e do outro, a Ponte Internacional, cujos arcos são formados por livros abertos (Figura 37).

Tal como livros abertos, a ponte é uma expressão da genialidade do artista, comunicada através da escrita urbana que marca visualmente o trajeto dos transeuntes, lembrando-os da força e da potência de viver em um território de fronteira. Os contos de Schlee nos fazem voar, viajar, e nos transportar para outros lugares. Além de ligar cidades, a ponte facilita o intercâmbio de culturas,

possibilitando diversos modos de travessia — travessias que atravessam e são atravessadas por saberes mestiços.

Figura 37 – Grafite da rua “Uma terra só”, homenagem ao escritor Schlee

Fonte: Autora, 2023.

No canto do muro, encontrei uma placa indicando que a rua se chama "Uma Terra Só", em homenagem a um dos livros do autor Aldyr Schlee. A placa também fornece informações sobre o artista do grafite, Guilherme Ges, e menciona que a iniciativa e a realização do mural da Unipampa, contaram com o apoio da Prefeitura Municipal e de outros parceiros. Curiosamente, o Google Maps ainda não identifica esta rua. Trata-se de um pequeno trecho, onde apenas duas edificações a separam da Rua XV de Novembro: a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação e uma Unidade de Saúde. Mais adiante, no fundo da quadra, encontra-se o Mercado Público Municipal, interligado à Praça do Desembarque.

A inclusão do nome "Uma Terra Só" nessa rua carrega um forte simbolismo. Essa quadra é cercada por vias com nomes de datas e figuras nacionalistas: Rua XV

de Novembro (Proclamação da República do Brasil), Rua 20 de Setembro (Revolução Farroupilha), Avenida 27 de Janeiro (Batalha de Jaguarão contra as tropas uruguaias em 1865), e Avenida General Marques. No entanto, a abertura dessa pequena rua recebe um nome que enfatiza a natureza fronteiriça do território, sugerindo que, apesar de estar cercada pela memória de batalhas e disputas territoriais, a integração cultural e os laços afetivos entre as distintas nacionalidades são uma realidade.

Fiquei alguns instantes contemplando a obra e pedi uma foto para registrar o momento. Escolhi posar próximo à mão de Schlee, como um gesto simbólico de pedir "a bênção", proteção e inspiração para os dias de viagem na fronteira. A obra de Schlee é um verdadeiro patrimônio cultural da cidade, servindo como uma valiosa fonte de pesquisa e registro sobre o cotidiano fronteiriço.

Após essa pausa, retornamos à calçada da orla e avistamos as obras no antigo galpão do DEPRC (Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais)[58], localizado no cais (Figura 38). Construído na década de 1920, o galpão servia de suporte às intensas atividades portuárias do Rio Jaguarão, quando o tráfego de embarcações carregadas de mercadorias, armamentos e passageiros era constante, conectando o rio à Lagoa Mirim e à Laguna dos Patos. Com o declínio da navegabilidade ao longo do tempo, o galpão passou a abrigar outras atividades, como cursos de dança, festivais e encontros de motociclistas.

O galpão estava cercado por tapumes metálicos, e próximo a ele encontramos uma placa indicando o nome do projeto: "Parque Linear Orla do Rio Jaguarão — Etapa 5". A placa informava que o valor total do projeto era de R$ 2.091.621,56, com 11% do montante repassado pelo Governo Federal e os restantes 89% financiados pela Prefeitura de Jaguarão. Também constavam as datas de início e término das obras, respectivamente julho de 2022 e maio de 2023, além dos nomes dos responsáveis técnicos. Na escada-arquibancada, de frente para o galpão em obras, encontramos duas adolescentes assistindo vídeos no celular.

Fiquei curiosa sobre o novo uso que seria dado ao galpão, especialmente considerando que essa área faz parte do patrimônio histórico tombado de Jaguarão e, aparentemente, está dentro da faixa de 15 metros dos terrenos

[58] Após a Lei Estadual nº 11.089, de 1998, a nomenclatura Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais - DEPRC foi substituída por Superintendência de Portos e Hidrovias-SPH, vigente até os dias de hoje. Contudo, os moradores ainda se referem ao edifício com o antigo nome.

marginais, que são de propriedade da União. Mas nos próximos dias iria esclarecer essas dúvidas em uma entrevista com uma das responsáveis técnicas pelo projeto.

Figura 38 – Fotografias da obra do antigo galpão da DEPRC

Fonte: Autora, 2023.

Ao seguir pela orla, chegamos a uma esplanada com níveis distintos para pedestres e veículos, cercada por vegetação nativa e espaços de lazer como uma quadra de areia, *playground* e escadarias que também funcionam como arquibancadas (Figura 39). Observei que as crianças e adultos que jogavam bola na quadra de areia conversavam em espanhol, enquanto as crianças e um idoso no playground falavam em português, revelando a convivência cotidiana entre brasileiros e uruguaios (ver APÊNDICE E – A orla como atrativo). Sentamos por alguns minutos, notamos o ambiente vivo e integrado da orla, animado por moradores com suas cadeiras de praia, chimarrão e conversas ao ar livre em um sábado ensolarado, embora ventoso.

Ao descer para a calçada mais próxima do Rio Jaguarão, percebi o nível elevado das águas — algumas lixeiras estavam parcialmente submersas, sinalizando que o terceiro nível da orla estava tomado. Apesar disso, o espaço

seguia ativo: idosos passeavam com cães, pessoas corriam, tiravam fotos, e um jovem cruzava o rio de *jet ski* (Figura 40).

Figura 39 – Mosaico da segunda parte do projeto da orla de Jaguarão

Fonte: Autora, 2023.

A calçada sinuosa de concreto é acompanhada, em ambos os lados, por uma linha de *spots* de iluminação. Fiquei me perguntando sobre os danos que a água causaria a toda essa estrutura elétrica se chegasse até ali, como ocorreu na enchente do mês passado. Projetos de orla fluvial enfrentam muitos desafios, dada a dinâmica fluida das cheias e secas, e a necessidade de adaptar os usos e infraestruturas a essas variações.

Do outro lado do rio, era possível ver o *Parque El Remanso*, também bastante movimentado, com muitos carros e motos estacionados. Pessoas se reuniam em volta das mesas de concreto na parte mais alta, que ainda estava acessível. Crianças brincavam no *playground*, e um grupo se reunia em torno de uma churrasqueira. Ambos os lados do Rio Jaguarão se encontravam no reflexo das águas, atraídos pelo movimento, pelos aromas e pelo encanto das margens.

Continuamos a caminhada pela pista de pedestres, bem próximos ao rio, e logo passamos por um amplo círculo pavimentado, onde havia um mobiliário colorido de academia ao ar livre. Essa área era mais arborizada, com árvores

preexistentes que foram preservadas no projeto. Em seguida, nos deparamos com três cachorros de grande porte brincando entre a pista, a faixa gramada e à beira da água — estavam encharcados. Mais adiante, avistamos uma área gramada com bancos e mesas de concreto espalhados.

Figura 40 – Projeto da orla de Jaguarão e vista do Parque *El Remanso*

Fonte: Autora, 2023.

Naquele momento, além dos cachorros que circulavam por ali, observei duas mulheres conversando em uma das mesas mais afastadas. As vozes das pessoas

que havíamos avistado antes estavam agora abafadas, quase imperceptíveis, enquanto o som da água, o sussurro do vento nas árvores, o canto de alguns pássaros, o cochicho dessas mulheres e os latidos dos cachorros formavam a melodia predominante (Figura 41).

Figura 41 – Registros do projeto da orla de Jaguarão

Fonte: Autora, 2023.

O vento frio voltou a se intensificar, então decidimos retornar pela orla até o supermercado Restelli, na Rua XV de Novembro. Ao chegarmos, o local estava movimentado, com muitas pessoas fazendo suas compras. Após selecionar determinados produtos, aguardamos alguns minutos na fila do caixa. Quando chegou nossa vez, a primeira pergunta da atendente foi: “Pesos ou reais?”. Para a atendente, a pergunta era tão rotineira quanto “débito ou crédito?” ou “deseja sacola?”, mas para mim, houve um momento de hesitação. A pergunta me tirou do automático e me fez refletir, exigindo uma resposta pensada, diferente do que estou habituada em cidades não-fronteiriças. E, finalmente, consegui responder, com certo atraso, que a forma de pagamento era em reais.

Subimos a Rua XV de Novembro e logo na esquina nos deparamos com os vestígios do rico patrimônio arquitetônico de Jaguarão. As construções, datadas da segunda metade do século XIX e início do século XX, apresentam uma diversidade de estilos, incluindo arquitetura colonial, imperial, várias fases do ecletismo historicista, neocolonial, proto-racionalismo e modernismo.

A Figura 42 retrata a beleza arquitetônica do sobrado de esquina, com o térreo contínuo, formado por grandes portas-janelas de madeira associadas as

bandeiras abobadadas de vidro, espaço geralmente utilizado para o comércio. O piso superior diferencia os usos residenciais na forma das platibandas. Essa edificação corresponde ao período Imperial (1822-1850), que na arquitetura se apresenta como uma fase de transição entre as características do período colonial (mantendo a mesma linha de implantação e o partido), mas também com traços do ecletismo (ao substituir o beiral pelas platibandas).

Figura 42 – O encontro com o sobrado rosa

Fonte: Raul Dias, 2023.

O entorno da edificação é emoldurado pela arborização existente no canteiro central, inclusive é o único trecho de rua, de todo o núcleo urbano original, datado de 1815, que possui maior largura e canteiro central. Apenas no processo da primeira expansão, iniciada em 1846, que apresenta o alargamento do sistema viário e inserção de canteiro central, distante a quatro quarteirões a norte. Esta quadra recebe tratamento diferenciado por acolher o Mercado Público Municipal e a Praça do Desembarque, edificações que atraem maior fluxo e movimento de pessoas.

Na Figura 42 também é possível observar os rastros das intervenções contemporâneas através dos postes e suas fiações por todo eixo central. Contudo,

a manutenção e conservação da edificação, seguindo as diretrizes e instruções do tombamento, permanece. Este casarão corresponde ao tipo de Conservação Rigorosa, quer dizer, que por se tratar de um imóvel de grande importância arquitetônica deve ser conservado integralmente. Mais informações no APÊNDICE F – O Patrimônio arquitetônico e paisagístico de Jaguarão/RS.

Retornamos à Casa de Rio e, assim que chegamos, preparamos um lanche. Ao entrar na cozinha, o que mais chamou atenção foi a geladeira elevada por paletes, um sinal claro da última inundação. Na porta da geladeira, vários recados de hóspedes anteriores, presos por ímãs, expressavam gratidão pela hospitalidade, deixando marcas que reforçavam a singularidade do lugar.

Ana Júlia nos contou que esta semana estava acontecendo 11ª Feira Binacional do Livro de Jaguarão, e que nesta noite a programação contava com shows no Largo das Bandeiras, no centro de Jaguarão, além da exposição dos livros. Então decidimos atravessar novamente a ponte e visitar a feira.

Por volta de 19h00 chegamos ao largo e encontramos estandes de livros, uma praça de alimentação e um palco para apresentações artísticas. A noite estava bem gelada, cerca de 15°, e neste horário o público e o movimento de veículos já eram expressivos.

A participação nesse evento, mesmo que breve, trouxe algumas pistas sobre as diversas narrativas e percepções da cidade pelos moradores. Um momento marcante ocorreu enquanto eu visitava os estandes de livros na tenda dedicada à história de Jaguarão. Nesse instante, uma senhora se aproximou e, com gentileza, começou a me explicar sobre a coleção que eu segurava. Ela detalhou que se tratava de uma das edições dos “Cadernos Jaguarenses”, publicadas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, e reforçava o orgulho da “Cidade Heroica".

Ao folhear a obra, percebi que se tratava de uma homenagem a militares, confrades e intelectuais desde a formação da vila de Jaguarão, em 1832. Continha discursos de autoridades que reafirmavam o papel do Instituto como guardião da história da cidade, um espaço público e acessível a investigadores e estudiosos. Segundo a publicação, o Instituto foi “o primeiro do Brasil a ser criado por lei municipal” (IHGJ, 2009, p. 12) e conta com um acervo de mais de três mil livros, além de arquivos fotográficos e documentais.

Ao nos afastarmos dos livros e nos aproximarmos da praça de alimentação, notamos a diversidade culinária que reflete a mistura cultural da região. Era

possível escolher entre opções mais brasileiras, como o cachorro-quente ou mais uruguaias, como o *pancho*.

Por volta das 20h15, teve início o show de uma banda de rock local de Jaguarão, Rato e Banda, que atraiu um grande público ao largo (Figura 43). A programação do evento dava destaque aos artistas locais de ambos os países. Na sexta-feira anterior, por exemplo, houve a participação das *Cuerdas de Tambores de Cerro Largo*. Da mesma forma, o lançamento de livros contou com autores brasileiros e uruguaios, reforçando o caráter verdadeiramente binacional da feira.

Figura 43 – Show na Feira Binacional do Livro em Jaguarão

Fonte: Autora, 2023.

Naquele momento de festividades, cercada pelos moradores de ambas as cidades, refleti sobre o paradoxo do título de “Cidade Heroica”. Ele reafirma um passado marcado por guerra e violência, em contraste com o cenário atual de solidariedade e integração. Será que a “verdadeira” história da cidade é contada apenas pelos militares, homens, brancos? Existem outras versões, outras vozes que narram esse passado? Pensamentos inquietantes que ecoaram enquanto observava a celebração (APÊNDICE G – As personalidades da cidade).

Por volta das 23h30, atravessamos novamente a ponte a pé, retornando à Casa de Rio para o devido descanso. A Figura 44 ilustra o percurso do dia destacando os pontos de travessia e parada.

Figura 44 – Mapa do percurso em Jaguarão/BR | 25.11.2023

Fonte: Autora, 2023.

4.5 *Cuidado trenes*

26 de novembro de 2023 | domingo

O dia começou com clima ameno. Saímos cedo e cruzamos a ponte por debaixo de seus arcos, seguindo pela Avenida General José Artigas até o Parque *El Remansito* em Rio Branco. Ainda tranquilo pela manhã, já que os *free shops* não estavam abertos, o parque logo começou a receber famílias com cadeiras de praia, varas de pescar e sacolas com alimentos. Apesar de simples, o desenho do parque, que na verdade possui configuração de uma pequena praça, moldada pelas ruas e pelo Rio Jaguarão, revela soluções adaptadas à margem fluvial, como o mobiliário de concreto resistente a inundações, embora pouco acolhedor para grandes grupos — o que leva ao uso frequente de cadeiras de praia, móveis e flexíveis.

Próximo à avenida, há uma área gramada com grandes árvores, criando uma barreira natural ao trânsito de veículos. No centro, um calçamento com a presença de *parrillas* de concreto e tijolos refratários, mesas e bancos e um *playground* com caixa de areia. Perto da orla, um calçadão com bancos de concreto e um guarda-corpo metálico que acompanha a margem do rio (Figura 45).

Figura 45 – Registro do Parque *El Remansito*

Fonte: Autora, 2023.

A escultura de dois cavalheiros em combate, com o título “vencedores”, chamou atenção (Figura 46). Fiquei um tempo refletindo sobre os possíveis significados: histórias de disputas territoriais? A divisão entre vencedores e

perdedores? Ou seria uma alusão às batalhas imaginárias, como em Dom Quixote, de Miguel de Cervantes (2004)?

Figura 46 – Escultura “vencedores” no Parque *El Remansito*

Fonte: Autora, 2023.

Ao seguir pelo parque, notei manchas rosas em troncos submersos que depois descobri serem ovos tóxicos de caramujo de água doce — resistentes, com poucos predadores e comuns em áreas alagadas (Figura 45). Saímos do parque pela Avenida General José Artigas, que nessa parte não possui calçada, obrigando pedestres a dividirem o acostamento estreito com veículos, cavalos e transeuntes. A falta de segurança nos levou a caminhar pelo gramado em alguns trechos.

À frente, avistamos o Shopping Rio Branco, que inclui *free shop*, cassino e o novo terminal rodoviário da cidade — uma das principais mudanças desde minha última visita. Seguimos até lá, mesmo com o comércio fechado. A entrada de pedestres, compartilhada com a de serviços, contrastava com a entrada dos veículos, bem pavimentada.

Chegamos ao estacionamento descoberto e logo avistamos as placas chamativas das lojas. O shopping, com planta térrea e linear, segue o padrão comum para esse tipo de construção (Figura 47). Aproveitei a oportunidade para verificar os horários de ônibus para nossa próxima viagem. O atendente da viação *Nuñez* foi muito atencioso, mesclando espanhol e português na conversa. Ele nos forneceu os horários e tarifas, além de nos alertar sobre a necessidade de preencher a "*tarjeta internacional de entrada*" (cartão de entrada) para controle migratório. Porém, o formulário só podia ser retirado na "*Oficina de Migraciones*", ao lado da bilheteria, que estava fechada e só reabriria à tarde.

Figura 47 – Shopping Rio Branco/UY

Fonte: Autora, 2023.

Depois de coletar as informações no terminal, seguimos pela outra saída do shopping e retornamos à Avenida General José Artigas. A paisagem contrastava nitidamente: de um lado, um campo aberto com vegetação rasteira e flores dispersas; do outro, uma mata mais densa, onde pequenas clareiras revelavam o Rio Jaguarão. Caminhamos por quatro quadras sob sol forte e vento constante, passando por ruínas (Figura 48), cercas de arame farpado e postes de madeira. A paisagem era marcada pela diversidade de plantas e pelas ruas de saibro. A Rua Felipe Ferreiro chamou minha atenção pelas cores vibrantes dos arbustos e flores amarelas e roxas, nos direcionado a explorá-la mais de perto.

Figura 48 – Edificações abandonadas

Fonte: Autora, 2023.

Nesse trajeto, não havia movimentação de veículos ou pessoas, apenas de animais. Encontramos a ave carão, cavalos e diversos pássaros (Figura 49). A paisagem dos campos floridos era extremamente atraente. Em um ponto da caminhada, passamos por um pequeno córrego, mas o destaque da paisagem eram as flores amarelas. Segundo Rubim Almeida e Sara Antunes (2019), essa flor, conhecida como "olhos-de-boi", "pampilho" ou "malmequer", é nativa de Portugal,

mas foi introduzida no Uruguay, norte da Argentina e sul do Brasil, onde se naturalizou.

Figura 49 – Paisagem rural em Rio Branco/UY

Fonte: Autora, 2023.

No caminho, avistamos uma pequena casa e um carro abandonados, sendo gradualmente engolidos pela vegetação densa. A sensação era uma mistura de encanto pela beleza natural e de estranhamento pela mudança repentina de uma paisagem urbana, representada pelos edifícios de *shopping*, *free shops*, por veículos e pessoas, para uma paisagem rural. Os vestígios de presença humana eram escassos, e a ausência prolongada de urbanização me fez sentir deslocada,

quase como uma intrusa no território dos animais e da vegetação, que pareciam nos observar a cada passo com atenção.

Cerca de 250 metros depois, chegamos a uma encruzilhada com ruas de saibro já delimitadas por meio-fio de concreto e com mais residências — algumas em construção, outras habitadas, como indicavam sacolas de lixo, roupas no varal e carros nas garagens, embora ainda sem movimento de pessoas.

Na quadra seguinte, a paisagem mudou novamente: ruas asfaltadas, calçadas pavimentadas e muitas edificações. Uma edificação de arquitetura contemporânea chamou atenção (Figura 50), assim como a escola pública na esquina oposta, fechada por ser domingo. Em poucos metros, a experiência de caminhar por Rio Branco revelou contrastes marcantes.

A edificação contemporânea se destacava tanto pela estética quanto pela volumetria, já que o entorno é majoritariamente térreo e construções com mais de dois pavimentos são raras em Rio Branco. Posteriormente, descobri que se tratava do Consulado do Brasil, inaugurado em 2015, localizado na quadra de transição entre a paisagem rural e a urbana.

Figura 50 – Sinais de urbanidade

Fonte: Autora, 2023.

Apenas uma quadra adiante, chegamos à Plaza Artigas, principal praça da cidade (Figura 51). O local estava silencioso e vazio — nenhum pedestre, bancos desocupados e o trailer de *pancho* fechado, com mesas e cadeiras inativas. Ocasionalmente, passava um ciclista ou um carro em baixa velocidade. Apesar do aparente abandono, a praça estava bem conservada, com jardins cuidados e infraestrutura em bom estado, sugerindo apenas uma ausência temporária de movimento humano.

Figura 51 – Plaza Artigas e a Junta Departamental

Fonte: Autora, 2023.

De frente para a praça, na Rua Virrey Arredondo, fotografei o prédio da Junta Departamental de Rio Branco e observei o detalhe da pintura do meio-fio nas cores branco e vermelho, indicando onde é proibido estacionar (Figura 51). São minúcias do desenho urbano que se diferenciam em cada lado do Rio Jaguarão. O entorno da praça é de uso misto, com algumas residências térreas, um edifício habitacional de três pavimentos, clube de dança, igreja evangélica, agência bancária, posto policial, além de alguns comércios e serviços.

Perto do meio-dia, encerramos a caminhada em busca de um restaurante, incertos sobre a possibilidade de encontrar algo aberto na cidade silenciosa. Seguimos pela Rua Virrey Arredondo, com fachadas fechadas de lojas e casas.

Durante este percurso um grafite chamou atenção em um muro de esquina, com uma mensagem sobre a castração de animais: "*Ellos no eligen nacer tampoco morir en la calle*" ("Eles não escolhem nascer nem morrer na rua"), acompanhada do desenho de uma cadela exausta com filhotes. Na outra extremidade, cachorros felizes ao lado de tutores e palavras como: adotar, educar, castrar, identificar e abrigar (Figura 52). Uma mensagem que dialogava diretamente com a realidade que estávamos vivenciando, marcada pela presença de muitos cães de rua.

Figura 52 – Grafite com alerta sobre a castração de animais domésticos

Fonte: Autora, 2023.

Na quadra seguinte ao grafite, avistamos um anúncio de almoço “self-service” no restaurante Famibar e decidimos entrar. Fomos bem recebidos pelos funcionários, que nos explicaram o funcionamento da casa em portunhol. Na hora do pagamento, perguntei se poderíamos usar reais. O atendente calculou a conversão e, curiosamente, o troco também foi dado em reais, revelando o uso cotidiano das duas moedas.

Saímos e viramos à esquerda na Rua Joaquín de Paz, de caráter predominantemente residencial, com pequenos mercados, bares e lanchonetes. As casas estavam com esquadrias fechadas e apenas alguns cães descansavam nas calçadas. As residências variavam bastante: algumas sem recuo, outras com quintais amplos ou varandas avançando sobre a calçada. As cores e materiais também eram diversos, com tons pastéis, tijolinhos à vista, lajotas variadas e ripas de madeira (Figura 53).

Figura 53 – Mosaico de casas em Rio Branco/UY

Fonte: Autora, 2023.

As calçadas, com 2,0 a 2,5 metros de largura, variavam entre ladrilhos hidráulicos e concreto simples. Muitas possuíam faixa de ajardinamento com

lixeiras, postes e vegetação, embora a arborização escassa dificultasse a caminhada sob o sol intenso. A rua, de mão dupla e com 15 a 17 metros de largura, permite estacionamento nos dois lados, o que amplia a sensação espacial. Mas a pouca movimentação e a amplitude do espaço comprometem a sensação de segurança, especialmente para quem caminha sozinho.

Na esquina com a Rua Ismael Velazquez, encontramos o Hospital de Rio Branco "Dr. Eduardo Guerra Méndez", recentemente reestruturado com um novo bloco cirúrgico. Pela rua dos fundos, avistamos um gramado com ciprestes no limite do lote e duas aves "maria-faceira" caminhando tranquilamente (Figura 54). O ambiente era silencioso, sem sinais de movimentação no hospital.

Figura 54 – Os fundos do hospital de Rio Branco/UY

Fonte: Autora, 2023.

Na esquina da quadra seguinte, uma placa listrada em 'X' alertava: "Cuidado trenes". A quadra, com cerca de 700 metros, era retilínea e coberta por vegetação rasteira e flores amarelas, com galpões metálicos enferrujados, cavalos e, ao fundo, silos de armazenamento de arroz.

Próxima à placa, havia um barracão de chapas metálicas em condições precárias, cercado por tela, com galinhas, cachorros, uma horta e árvores — uma delas com um balanço pendurado. Roupas secavam no varal e panelas estavam apoiadas sobre pedras, mas o lugar estava silencioso, não vimos ninguém (Figura 55).

Poucos passos adiante, avistamos os vestígios da linha de trem, com trilhos cruzando as calçadas e a rua. Decidi seguir pela linha, caminhando por um campo aberto. Alguns dormentes estavam parcialmente cobertos pela vegetação, e ao lado esquerdo, pilhas de manilhas e areia indicavam futuras obras (Figura 56). À

direita, apenas vegetação rasteira e, ao fundo, residências coloridas (Figura 57). O som do vento nas árvores e o canto de pássaros preenchiam a travessia.

Figura 55 – A placa e a casa

Fonte: Autora, 2023.

Figura 56 – O lado esquerdo do trilho do trem

Fonte: Autora, 2023.

Figura 57 – O lado direito do trilho do trem

Fonte: Autora, 2023.

Seguindo a linha, encontrei um cavalo amarrado, em boa forma e calmo, pastando entre as flores amarelas, os 'olhos-de-boi', formando um corredor florido ao longo dos trilhos.

Mais adiante, reconheci o canto de um quero-quero. A cada passo, o canto se intensificava, até que o pássaro pousou bem à minha frente, quase como se estivesse me confrontando, indicando que dali eu não deveria passar (Figura 58). Por um instante, temi um ataque, talvez para proteger ovos ou território, mas o pássaro voou e pude continuar, mais apressada e receosa.

Figura 58 – O quero-quero

Fonte: Autora, 2023.

Passamos por uma casinha branca abandonada, parte do complexo ferroviário, e grandes galpões metálicos. No meio da quadra, à esquerda, estavam os fundos das residências que fazem divisa com o campo aberto, e à direita, a rua Francisco Garcia, onde as casas se voltam para essa via (Figura 59). A variação entre os dois lados é evidente também em imagem de satélite, com as casas à esquerda invadindo o terreno e voltando para outra rua paralela.

Chegamos à "*Estación de Trenes*" de Rio Branco, situada em um platô elevado (Figura 60). A edificação de dois pavimentos, de estilo eclético historicista, está bastante degradada, com o telhado avarandado prestes a desabar, embora com três carros estacionados sob ele. A estação, que agora serve como

estacionamento temporário, preserva sua casca ao longo do tempo. Lembrei-me do conto de Aldyr Schlee, “Estação Rio Branco” (1984), que narra o encantamento inicial com o movimento dos trens e o subsequente declínio, e senti os efeitos do abandono naquele momento.

Figura 59 – As casas do lado direito e esquerdo do campo aberto

Fonte: Autora, 2023.

Figura 60 – A Estação férrea de Rio Branco/UY

Fonte: Autora, 2023.

A antiga estação de trem hoje acolhe automóveis estáticos. O sino que anunciava a chegada ou partida do trem já não toca mais; a bilheteria e o escritório do *“jefe”* estão trancados. Não há mais o movimento de pessoas com suas bagagens, apenas o som dos pássaros e o zunido do vento.

Contornei o prédio, impedida de acessar diretamente pelas portas por conta dos carros. Na entrada principal, uma folha informava: “protegido por SEGOR”, empresa de segurança de Montevidéu. Pelo vidro, vi sinais de permanência humana: mesa, cadeira, mala, cobertor e garrafa térmica. Bati na porta, na esperança de encontrar o ex-maquinista aposentado que, segundo Vanessa Forneck (2021), zela pela estação há mais de 35 anos, por conta própria, sem qualquer auxílio ou subsídio do Estado, apesar de ter solicitado. Durante o dia, ele permanece no local, fazendo pequenos reparos, enquanto à noite outro vigia circula pela área para evitar depredações. Contudo, neste dia, não tivemos a mesma sorte de encontrá-lo.

O sol estava intenso, então paramos para descansar em bancos improvisados em uma pequena área arborizada ao lado da estação. Ali, havia alguns lixos e pontas de cigarro, mas a sombra das árvores aliviava o calor e proporcionava um bom descanso. Pelos sinais, parecia um local de uso frequente, embora estivesse vazio no momento.

Retornamos ao trecho central dos trilhos e seguimos até a próxima transversal, a Rua Vapor Cebollati, que, alguns metros adiante a leste, transforma-se na Ruta 26, a qual leva ao distrito de Lago Merín, situado a 20 km do centro de Rio Branco. Ao longo do caminho, encontramos casas de alvenaria inacabadas, galpões e estruturas metálicas do antigo complexo ferroviário. Na encruzilhada, outra placa de *“Cuidado, trenes”* indicava a continuidade dos trilhos, agora parcialmente cobertos pelo asfalto (Figura 61).

Figura 61 – A encruzilhada do trilho do trem

Fonte: Autora, 2023.

Na encruzilhada, optamos por retornar e seguir pela Rua Francisco Garcia, paralela aos trilhos. Ao longe, avistamos um senhor com pulverizador nas costas aplicando produto em uma calçada gramada — uma das primeiras pessoas que vimos no espaço público após um longo percurso.

Dobramos na Rua Geronimo Paseyro, em frente à estação de trem, uma via de perfil residencial. Ao olhar para trás, vi um senhor com uma criança na sacada do piso superior da estação, observando a rua (Figura 62). Pensei em voltar para conversar, mas, lembrando da tentativa anterior sem resposta, preferi seguir.

Figura 62 – O zelador da estação

Fonte: Autora, 2023.

Na Rua Joaquín Gundín, chamou atenção a diversidade arquitetônica das casas, com elementos em comum: muretas baixas de tijolos vazados, gradis, uso frequente de revestimento em pedra e fachadas laterais que seguem a inclinação do telhado de uma água — traço típico no Uruguay, alguns professores e arquitetos chamam essa característica de "casa do cachorro sentado"[59]. Esse formato se destaca especialmente nas casas de esquina, como mostrado na segunda fileira da Figura 63.

Passamos por um muro com grafites de cunho político em suas extremidades (Figura 64). Em uma das pontas, estavam representados rostos humanos com máscaras, resquício da pandemia Covid-19, e mãos segurando instrumentos de trabalho, como lápis, martelo, pá e estetoscópio. A sigla "LUC"

[59] De acordo Ana Costa e Maurício Seibt (2005, p. 30) a característica tipológica "cachorro sentado" é uma "construção popular cuja característica principal consiste na cobertura em uma única água, cujo caimento é da frente do lote para os fundos. Por causa disso o pé-direito das peças vai diminuindo à medida que se chega aos fundos da casa".

aparecia sobre um símbolo de proibido, junto a frases como *"yo firmo"*, *"primero la vida — primero el trabajo"* e *"primero la vivienda"*. O mural era assinado pelo grupo *"Revolucionarte"*, com o endereço das redes sociais.

Figura 63 – Mosaico de casas da Rua Joaquín Gundín

Fonte: Autora, 2023.

Figura 64 – Mural político

Fonte: Autora, 2023.

Na outra ponta, o desenho de uma casa com porta e janela mostrava uma mulher e uma criança segurando a foto de uma terceira pessoa. As mensagens incluíam *"20 de mayo, 2022"*, *"nunca más"* e *"¿Dónde están? La verdad sigue secuestrada es responsabilidad del Estado"*, além do símbolo de uma flor com pétalas faltando.

Em pesquisa em mídias digitais, descobri que "LUC" refere-se à Lei de Urgente Consideração (Lei nº 19.889), aprovada em 2020 no governo do presidente Luis Lacalle Pou. Com 476 artigos, ela alterou políticas sobre habitação, educação,

segurança, direito à greve e outras áreas. Em 2022, um plebiscito fomentado por movimentos sociais, sindicatos, grupos feministas e de minoria buscou revogar 135 artigos, mas, com apenas 1% de diferença, a lei foi mantida.

A referência ao "20 de maio" alude à *"Marcha del Silencio"*, que ocorre anualmente desde 1995 em diversas cidades do Uruguay, principalmente em Montevidéu, exigindo justiça para os desaparecidos da ditadura militar (1973–1985). A data homenageia legisladores e militantes tupamaros assassinados em 1976 na Argentina. Durante a marcha, milhares caminham em silêncio, segurando fotos dos desaparecidos — como representado no mural.

É interessante perceber como a cidade, por si só, em sua materialidade, nos fornece pistas sobre a vivacidade de sua dinâmica cotidiana. Uma caminhada em silêncio, por ruas igualmente silenciosas, comunica, de forma sutil e ao mesmo tempo impactante, os rastros de sua história e memória vivas. Os muros também falam e nos contam suas experiências e emoções, sejam elas de momentos de alegria ou de dor.

Seguimos pela Rua Joaquín Gundín e, ao chegar à esquina com a Rua Gral. Omar Porciúncula, percebi uma mudança na pavimentação: o asfalto dava lugar ao blokret de concreto, presente apenas nos cruzamentos das quadras. Notei também uma alteração no desenho da drenagem urbana. No trecho anterior, a tradicional sarjeta de concreto — ou *cordón cuneta de hormigón*, como é chamada na cidade uruguaia — estava alinhada ao nível da rua, respeitando o caimento necessário para as galerias subterrâneas. Porém, na quadra seguinte da mesma rua, a sarjeta encontrava-se aberta, com pequenas rampas que permitiam o acesso às calçadas e edificações (Figura 65). Mais uma vez, os rastros — agora da infraestrutura urbana — revelam modificações e adaptações realizadas ao longo do tempo.

No quarteirão seguinte, nos deparamos com o *Polideportivo de Rio Branco*, um grande e bem conservado complexo esportivo (Figura 66). Ocupando uma quadra de aproximadamente 100 metros de lado, identificamos campos (*canchas*) de futebol, quadras de vôlei, basquete, handebol e pádel, em sua maioria ao ar livre. O complexo também conta com um ginásio coberto, academia, salas administrativas e vestiários.

Figura 65 – Diferentes infraestruturas de drenagem na Rua Joaquín Gundín

Fonte: Autora, 2023.

Figura 66 – *Polideportivo* de Rio Branco/UY

Fonte: Autora, 2023.

Contudo, todo esse complexo estava cercado por telas e grades, e o portão de acesso central encontrava-se fechado com cadeado. De acordo com o site de

notícias da Intendência de Cerro Largo[60], o complexo foi inaugurado em março de 2022, com financiamento do governo nacional, e é gerido conjuntamente pelo município de Rio Branco e pela *Secretaría Nacional del Deporte* (SND). Trata-se, portanto, de um equipamento esportivo público, pertencente ao município de Rio Branco e voltado à comunidade local, porém, com uso controlado. Seu horário de funcionamento é restrito durante o dia e, aos finais de semana, permanece fechado. Professores vinculados ao município organizam as turmas mediante inscrições da comunidade, priorizando os alunos das escolas municipais. Um espaço público de uso coletivo, mas com acesso regulado.

Na quadra seguinte, retornamos à praça principal, na esquina diagonal por onde havíamos entrado. No final da tarde, alguns trailers de alimentação já estavam abertos, atraindo um movimento moderado de pessoas, enquanto crianças brincavam no *playground*. Viramos na Rua Andres Pariente e, ao chegar à Rua Virrey Arredondo, seguimos por mais três quadras em direção à cidade de Jaguarão. Ao final desse percurso, avistamos os rastros do trilho do trem sobrepostos aos blocos de concreto, além do totem que sinaliza a Ponte Internacional Barão de Mauá como o Patrimônio Cultural do Mercosul.

Neste trecho, a ponte possui, do lado direito, uma faixa gramada com vestígios dos trilhos e dormentes do trem, e, do lado esquerdo, uma calçada de concreto com um guarda-corpo baixo feito de blocos de concreto. A via carroçável é de faixa simples e sentido duplo (Figura 67).

O percurso entre a extremidade da ponte em Rio Branco e o Rio Jaguarão, com cerca de 1,5 km, atravessa uma planície alagável e pouco urbanizada. Durante o trajeto, foram observadas casas inacabadas, o fundo do shopping local, com o pátio da rodoviária e uma área de vegetação preservada. Ao longo da ponte, o guarda-corpo muda de concreto para metal, aumentando a segurança. Ao caminhar pela faixa dos trilhos, foi possível contemplar o banhado alagado, com cercas e árvores parcialmente submersas, compondo uma paisagem natural marcante e habitada por seres não-humanos (Figura 68).

[60] Mais informações: https://www.gub.uy/presidencia/comunicacion/noticias/presidente-republica-inauguro-polideportivo-departamento-cerro-largo. Acesso 27 de jun 2024.

Figura 67 – Primeiro trecho da travessia pela ponte em Rio Branco/UY

Fonte: Autora, 2023.

Figura 68 – Segundo trecho da travessia pela ponte em Rio Branco/UY

Fonte: Autora, 2023.

Na travessia pela ponte, o vento forte e a ausência de guarda-corpo em um dos lados provocaram sensação de vertigem, levando à escolha pelo lado mais seguro. A paisagem incluía os fundos dos *free shops*, casas simples e abandonadas, ruas de saibro parcialmente alagadas e uma área de vegetação onde cavalos pastavam com tranquilidade (Figura 68).

Mais uma vez, o hibridismo entre o urbano e o rural se fazia presente, configurando uma faixa de transição entre essas duas categorias. De um lado, o extenso banhado; do outro, o conjunto de prédios dos *free shops* e os automóveis (Figura 69). Em um polo, a predominância da industrialização e da interferência

humana; no outro, a natureza em seu estado primário, quase intocada, coexistindo no mesmo território.

Figura 69 – A zona comercial de Rio Branco/UY

Fonte: Autora, 2023.

Ao nos aproximarmos do pórtico da ponte, notamos o intenso movimento de pessoas, veículos e sons. O ambiente comercial, especialmente em torno dos *free shops*, contrastava fortemente com o silêncio da manhã. Buscando alívio, seguimos para a orla do rio, onde as poucas casas se voltavam para a paisagem fluvial, em oposição aos fundos dos estabelecimentos comerciais (Figura 69).

Após alguns minutos contemplando o rio, decidimos voltar para casa. Seguimos pela mesma rua até o final, onde nos deparamos, no muro da esquina, com um grafite de autoria de Santiago. Em tons pastéis, na parte da mureta menor,

estava representada a água do rio, repleta de olhos vigilantes, enquanto na parede da casa, em um plano maior, destacava-se o desenho de uma espécie de garça ou 'carão' (Figura 70).

Figura 70 – Os olhos do rio

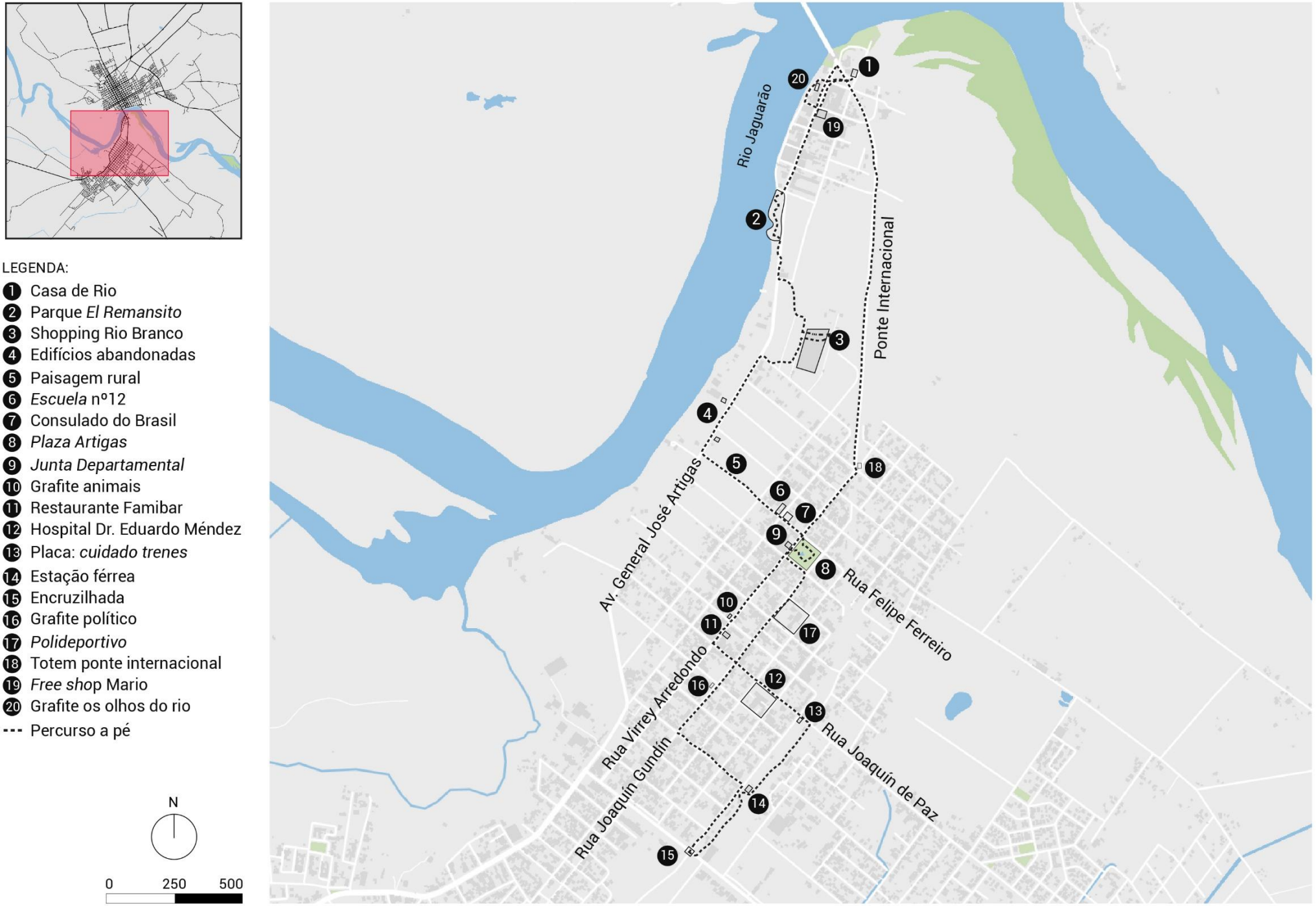
Fonte: Autora, 2023.

Esse desenho me fez refletir sobre como o rio é sempre uma presença marcante. Mesmo que, naquele trecho, ele pareça pouco relevante para os consumidores, seu curso contínuo exerce influência direta sobre o funcionamento dos *free shops*, que em períodos de inundação têm suas ruas e prédios ocupados pelas águas. O grafite dos olhos do rio me fez lembrar de sua força e potência (ver localização no mapa da Figura 71).

Caminhamos mais alguns metros e entramos na casa de rio, por volta das 18h30. Era o momento de pausa, tanto para o descanso do corpo quanto para organizar as ideias e pensamentos sobre os acontecimentos do dia. Não saímos mais da casa. Após um lanche e um banho, fomos dormir mais cedo. O dormitório estava completamente escuro, e os sons que consegui identificar eram o murmúrio dos insetos, o vento, as águas do rio e, ao longe, o ruído de veículos. Meus pensamentos, no entanto, permaneciam inquietos, e demorei a adormecer.

Naquela noite, tive um pesadelo em que a casa estava sendo invadida pelas águas do Rio Jaguarão. Desesperada, gritava por ajuda, mas estava sozinha, tomada por uma sensação de impotência. Talvez os relatos dos anfitriões sobre as enchentes frequentes e o desenho dos “olhos do rio” tenham despertado esse medo em mim. Foi apenas um sonho, mas a ameaça é real e, de tempos em tempos, se manifesta.

Figura 71 – Mapa do percurso em Rio Branco/UY | 26.11.2023



Fonte: Autora, 2023.

4.6 Entre monstros e sereias

27 de novembro de 2023 | segunda-feira

Na manhã de segunda-feira, tomamos café com os anfitriões, Ana Júlia e Santiago. Durante a conversa, eles compartilharam um pouco mais sobre a rotina deles e combinamos de encontrar na parte da tarde. Santiago nos alertou sobre a importância de sempre carregarmos o documento de identidade, pois, embora a fronteira fosse tranquila e aberta, os guardas na ponte poderiam solicitar identificação a qualquer momento.

Após o café, nos preparamos para realizar a caminhografia em Jaguarão. Mais uma vez atravessamos a Ponte Internacional, mas cada travessia tinha suas particularidades. Às vezes, a ponte estava cheia de pedestres e veículos, outras vezes, quase deserta, o que influenciava diretamente o nível de ruído. Em alguns momentos, observávamos a presença de guardas, enquanto em outros, ela parecia completamente sem vigilância.

Além disso, a sensação térmica variava ao longo do dia, acompanhando as mudanças entre frio e calor, o que transformava a experiência de atravessar a ponte. Contudo, o que mais marcava essas passagens era o cheiro. Esse sentido, tão difícil de traduzir em palavras, captava nuances que conferiam uma nova dimensão à caminhada. Como aponta a antropóloga Anna Tsing (2021, p. 95), “o cheiro, diferente do ar, é um sinal da presença de um outro”. Nesse caso, o outro era o rio.

O aroma da água do Rio Jaguarão mudava em cada travessia, não de forma abrupta, mas em sutis variações que denunciavam sua constante presença. Às vezes, o cheiro era mais forte de terra molhada; em outras, uma mistura de algas e matéria orgânica. Próximo às escadas laterais, predominava um odor de esgoto e chorume de lixo, embora não muito acentuado. Essas mudanças olfativas, por mais discretas que fossem, tornavam cada travessia uma experiência única.

Dessa vez, descemos pelo lado esquerdo da ponte. A primeira coisa que observamos, próximo à escada, foi um pequeno estacionamento privativo com um carro da Receita Federal. Este trecho da orla ainda não foi revitalizado, mas está incluído no projeto de requalificação.

Chegamos a uma área livre próxima ao rio e à Avenida 20 de Setembro, com calçada tomada pela vegetação, usada como ponto final da procissão de São Jorge,

realizada todo dia 23 de abril na cidade. O centro desse quarteirão abriga uma estrutura metálica, antes destinada ao comércio informal, que hoje é apropriada para práticas como skate, encontros e, mais recentemente, abrigo de ciganos. Neste dia, eles estavam acampados no local, como em 2018, mas em menor número (Figura 72).

Ao lado, um campo aberto com traves improvisadas e uma gruta com esculturas de santos e oferendas revelavam práticas religiosas afro-brasileiras. Uma plaquinha indicava: “Pai Eny de Oxum Epanda Iolomi” e “Pai Lú de Oxum Epanda Ybeje Luara” (Figura 73). No projeto de revitalização, o antigo centro comercial será transformado em quadra esportiva, e o campo ao lado em praça, com espaço reservado à escultura da santa, sem menção ao destino das famílias ciganas.

Figura 72 – Os ciganos e o antigo centro comercial

Fonte: Autora, 2023.

Figura 73 – A gruta de oxum

Fonte: Autora, 2023.

Ao subir a Rua Dr. João Azevedo, encontramos algumas residências e o Presídio Estadual de Jaguarão, uma edificação datada de 1852, construída no estilo arquitetônico luso-brasileiro (Figura 74). O prédio, tombado como parte do patrimônio histórico no Setor 3 — da Orla do Rio Jaguarão (IPHAN, 2010a), chama atenção por sua história e importância cultural.

Figura 74 – O Presídio Estadual de Jaguarão/BR

Fonte: Autora, 2023.

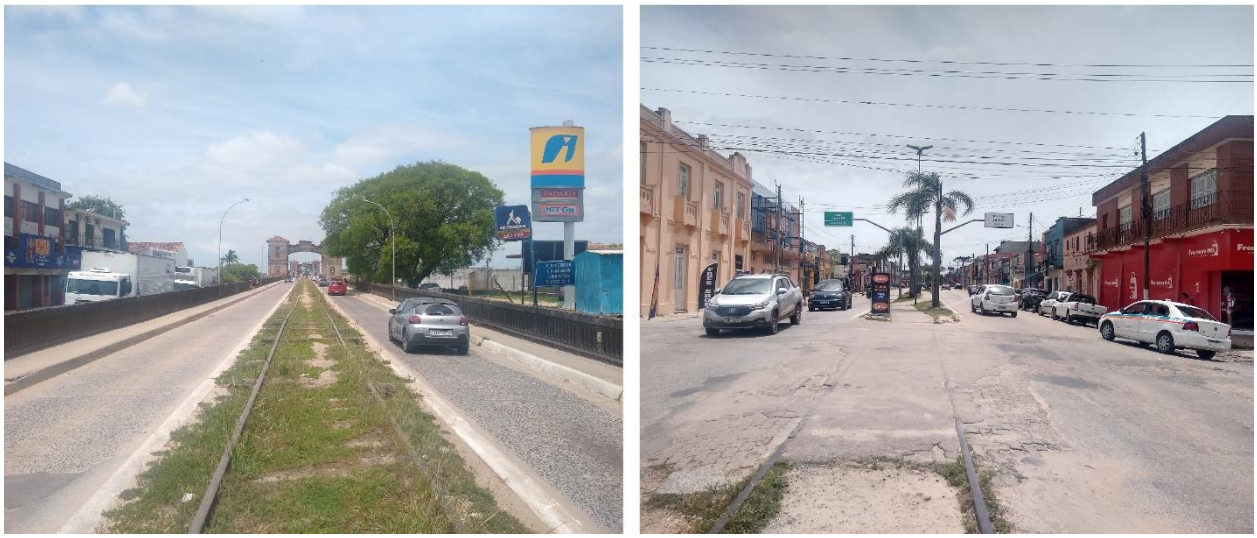
Notei que, desde minha última passagem pelo local, a edificação passou por reformas, ganhando nova pintura e mais sinalizações que indicam tanto o uso do prédio quanto a proibição de entrada sem autorização. Nesta manhã de segunda-feira, o lugar não tinha qualquer movimentação ou ruído. O APÊNDICE H – O presídio na fronteira, promove um debate sobre o papel dessa edificação no contexto fronteiriço e patrimonial.

Seguimos por esse caminho até a Rua Barão de Rio Branco, no extremo da Ponte Internacional, onde há um totem com o nome da ponte e uma pequena guarita de tijolos com ícone de informações. No canteiro central, registrei na Figura 75 ambos os lados da ponte, aproveitando o tráfego moderado. Ali, os trilhos do trem estavam visíveis, entrelaçados à vegetação; já na Rua Uruguai, haviam sido cobertos pelo asfalto, desaparecendo no canteiro central.

Após o registro, seguimos por um caminho sinuoso de blokrets que se alternava com faixas gramadas, ocupadas por Jerivás de tamanhos variados. No início do trajeto, encontramos uma placa publicitária do *Duty Free Shop Lisboa*, indicando um prédio à frente com portas fechadas e andaimes instalados para fixação da sinalização do empreendimento. A presença de *free shops* no lado

brasileiro representa uma transformação significativa, ainda considerada uma especulação em 2018.

Figura 75 – O extremo brasileiro da Ponte Internacional



Fonte: Autora, 2023.

A Rua Uruguai, parte da Zona Comercial I do Plano Diretor Participativo de Jaguarão (2006), é uma via arterial voltada ao comércio e serviços, com edificações térreas ou de até dois pavimentos. A área, densa e com alta taxa de ocupação (0,85), permite atividades como lojas, bares, restaurantes e hotéis, mas proíbe usos industriais. Apesar de estar no Setor 3 de proteção patrimonial, há poucos imóveis históricos.

O canteiro central da Rua Uruguai, estreito e pouco sombreado pelos Jerivás, servia como passagem que também era compartilhada com ciclistas. Sacolas de lixo penduradas nas palmeiras ou agrupadas no chão eram uma constante, enquanto lojas de vestuário expunham manequins na calçada.

Neste trajeto percorremos duas quadras de tamanhos distintos: a primeira com aproximadamente 120 metros e a segunda com 50 metros. Essa variação é característica de Jaguarão, onde os quarteirões refletem ocupações diferenciadas ao longo do tempo, em contraste com a grade uniforme da cidade uruguaia vizinha.

Ao dobrarmos na Rua Odilo Marques Gonçalves, que marca o limite entre os setores de tombamento 1 (núcleo original) e 2 (primeira expansão) segundo o IPHAN (2010a), encontramos um canteiro central não transitável devido ao matagal mais alto. As árvores nesse trecho, como Jacarandás-mimosos floridos, ofereciam

sombra e frescor, mas a falta de manutenção nos forçou a caminhar pelas calçadas laterais sob sol mais intenso.

Cada quarteirão apresentava usos variados para os canteiros centrais: alguns abrigavam apenas árvores e postes de iluminação, enquanto outros contavam com containers de lixo, estacionamentos de motos, trailers de lanchonetes ou pavimentação com pedra portuguesa e jardins floridos (Figura 76).

Figura 76 – A diversidade dos canteiros centrais de Jaguarão/BR

Fonte: Autora, 2023.

Durante a caminhografia, notei um padrão: nos quarteirões de predominância residencial, os canteiros eram mais bem cuidados, frequentemente "adotados" pelos moradores, que assumiam as tarefas de jardinagem, manutenção e pequenas intervenções. Esse cuidado contrastava com o abandono observado nas quadras de maior concentração de comércios e de serviços. A pesquisa de Luana Detoni (2018) sobre cidades pequenas reforça essa característica, destacando o zelo e cuidado de alguns moradores com os espaços livres públicos, especialmente aqueles próximos às suas residências.

Na esquina com a Avenida Vinte e Sete de Janeiro, o Teatro Esperança (Figura 77) logo se destacou. Inaugurado em 1897, reflete a linguagem eclética do final do século XIX e comporta cerca de mil pessoas. Sua estrutura está "dividida em dois grandes blocos: o foyer, com um pavimento, e o corpo do teatro, com altura equivalente a três pavimentos" (IPHAN, 2010b). Apesar da imponência, harmoniza com as construções vizinhas, todas bem conservadas e com cores variadas. Esse trecho de rua parecia nos transportar a outro tempo histórico, não fosse pelos elementos da modernidade, como a fiação elétrica e os automóveis.

Figura 77 – A fachada do Teatro Esperança

Fonte: Autora, 2023.

Curiosos, entramos no teatro e fomos recebidos por uma funcionária que nos conduziu por uma visita guiada. Ela contou que o Teatro Esperança é o terceiro mais antigo do Estado e já recebeu companhias que viajavam entre Rio de Janeiro, Montevidéu e Buenos Aires, incluindo peças de Shakespeare e José de Alencar.

Tombado em nível estadual em 1990 e, posteriormente, municipalizado em 1997, foi restaurado entre 2010 e 2015. O Teatro passou por diversas funções: teatro, cinema, circo e salão de baile. Suas cadeiras de madeira são móveis, permitindo múltiplos usos. Hoje, continua ativo, recebendo eventos e apresentações locais.

O interior do teatro impressiona pela sofisticação, com destaque para o uso de madeira, ferro e estuque. A pintura do forro central, em dourado e azul, acentua

o requinte do espaço (Figura 78). Subimos até as plateias elevadas, de onde foi possível admirar, de um ângulo privilegiado, os detalhes arquitetônicos do edifício. Agradecemos à funcionária pela recepção e saímos cativados com a experiência.

Figura 78 – O interior do Teatro Esperança

Fonte: Autora, 2023.

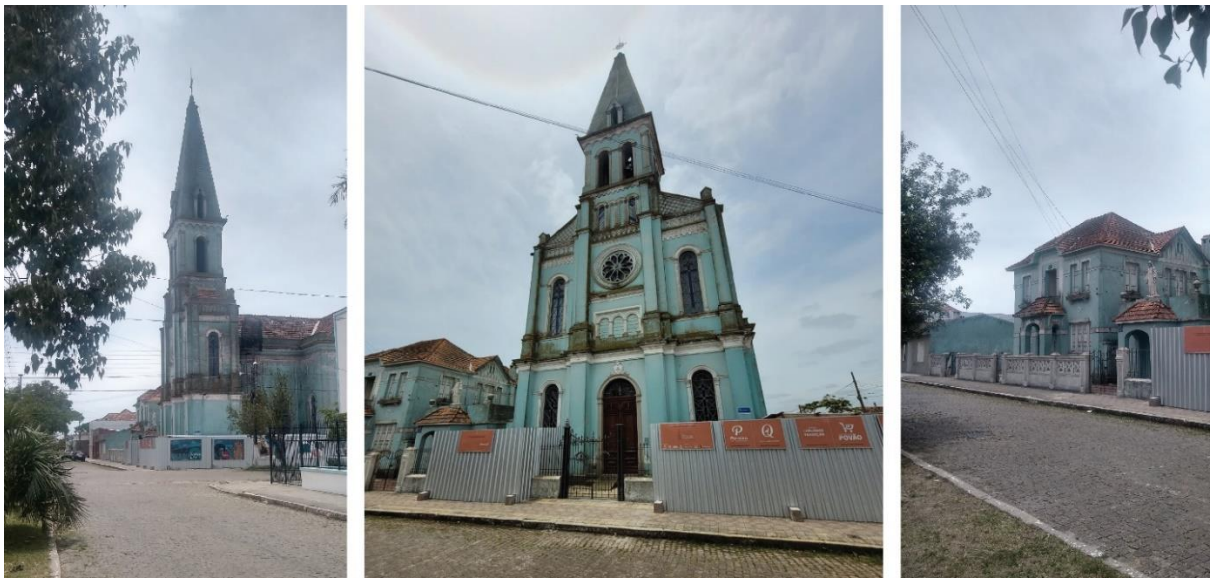
Na esquina com a Rua Barbosa Neto, encontramos o edifício dos Correios (Figura 79), cuja arquitetura remete ao protoracionalismo — uma transição entre o Art Nouveau e o Modernismo. Essa linguagem prioriza composições simples, volumes puros e implantação rente às divisas do lote, respeitando a lógica da "rua corredor" (Oliveira; Seibt, 2005). O acesso principal costuma ser elevado, com destaque para marquises ou sacadas, como ocorre neste edifício, onde a porta escalonada e os ornamentos em ferro e vidro refletem influências do Art Déco.

Seguimos pela Rua Coronel Deus Dias até a esquina com a General Osório, onde encontramos a Igreja Imaculada Conceição, conhecida como Igreja da Minervina, ao lado da casa paroquial com arquitetura similar (Figura 80). Construída em 1912, representa a terceira fase do estilo eclético historicista. Sua planta em cruz cristã e a torre única criam um marco vertical que contrasta com a horizontalidade predominante da cidade.

Figura 79 – O protoracionalismo dos correios

Fonte: Autora, 2023.

Figura 80 – A Igreja da Minervina



Fonte: Autora, 2023.

A fachada estava em restauração, cercada por tapumes metálicos com sinalização informando que a obra era viabilizada pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura (LIC). Em outro lado, quatro murais chamaram atenção: um com a Ponte Internacional e o título “cidade heroica”; outro homenageando Minervina; o terceiro com cartões postais e a igreja em construção; e o último explicando as obras na cobertura.

Desconhecia a história da fundadora da igreja e confesso que fiquei curiosa, especialmente por se tratar de uma mulher em um período historicamente

marcado pela exclusão feminina. No APÊNDICE I – A lenda de Minervina, apresento a investigação realizada, juntamente com curiosidades sobre o tema.

Por volta do meio-dia, iniciamos o retorno ao centro. Na esquina em frente à igreja, na Rua General Osório, observamos uma residência de estilo modernista (Figura 81), estilo difundido no Brasil a partir da década de 1940. A construção apresenta formas geométricas simples, uso de pilotis, estrutura independente das vedações e recuo em relação ao lote. Destaca-se a janela "Copacabana", com persiana projetada — um elemento característico desse estilo (Oliveira; Seibt, 2005).

Figura 81 – A casa modernista

Fonte: Autora, 2023.

Ainda pela Rua General Osório chegamos à praça principal, Dr. Alcides Marques. Essa praça é o núcleo formador da expansão da cidade e, desde 1815, mantém o desenho original proposto na época do acampamento militar. A praça possui passeios dispostos em eixos diagonais, ajardinado ao estilo francês.

Como extensão dessa praça, encontra-se o Largo da Bandeira, uma praça seca com funções cívico-militares, que já serviu como depósito de material bélico. O espaço conta com algumas esculturas e monumentos, sendo o mais alto o obelisco com a Estátua da Liberdade, erguido para celebrar a Lei Áurea. Próximo a ele, há o busto do General Artigas, um dos principais líderes da independência do Uruguay, além do busto do Dr. Alcides Marques, que dá nome à praça.

Nessa área, os passeios de ladrilhos hidráulicos são estreitos, e a arborização está concentrada na praça. Rodeada por muitos casarões ecléticos dos séculos XIX e XX, é composta por edificações importantes, como a Igreja Matriz, o Fórum, os Clubes Harmonia e Jaguarense, a Casa de Cultura, a Maçonaria, entre outros. Esta

é a região onde o metro quadrado é o mais caro da cidade, devido à sua centralidade e ao valor histórico (Figura 82).

Figura 82 – Detalhes do entorno da Praça Dr. Alcides Marques

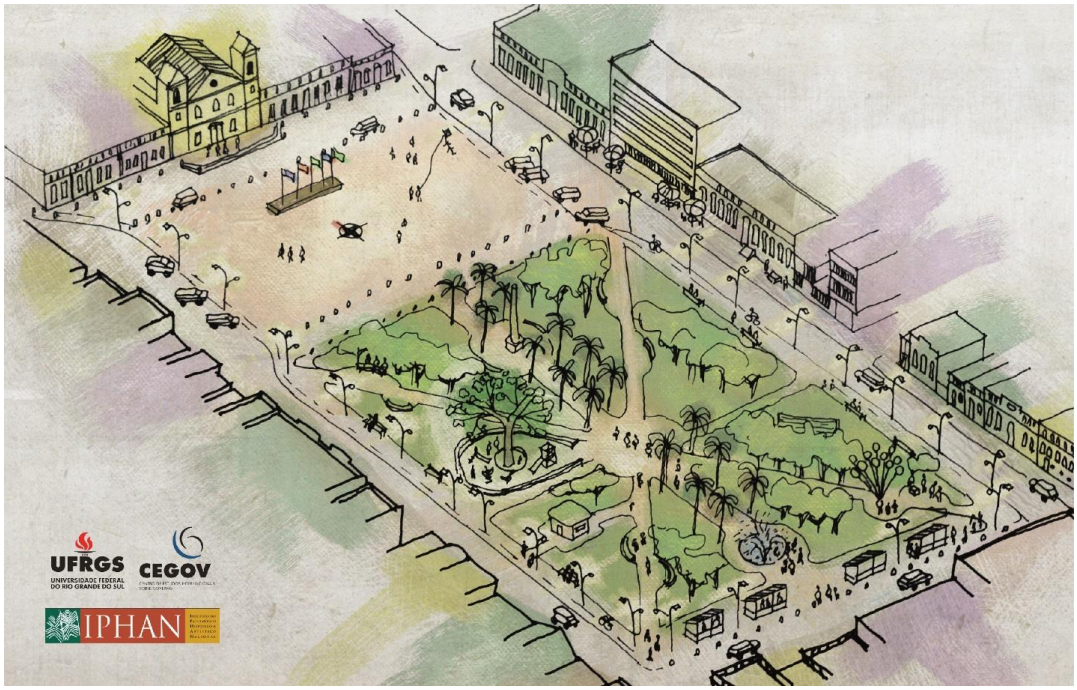
Fonte: Autora, 2023.

A predominância é de edificações térreas. Entretanto, “em função da presença de porões altos, pé-direito elevado e platibanda escondendo os telhados cerâmicos, dão a impressão de serem mais altos” (IPHAN, 2010b, p. 166). As edificações ecléticas, com seu excesso de ornamentação, chamam a atenção pelos detalhes, como as grandes portas de madeira almofadadas, as esculturas nas platibandas vazadas e a diversidade de frontões e frisos nas esquadrias.

Grande parte dos usos da área é institucional e de serviços, incluindo igrejas, clubes, bancos, restaurantes e hotéis. Quase todas as edificações são tombadas devido ao interesse em sua preservação histórica. Contudo, há algumas descaracterizações, como as do Banco do Brasil e do Hotel Sinuelo, que substituíram antigos casarões.

Em 2014, o professor Eber Pires Marzulo, integrante do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), coordenou, com financiamento do IPHAN/RS, o projeto de requalificação da praça. O trabalho resultou em um caderno projetual[61] com diretrizes detalhadas. Contudo, o projeto não saiu do papel. Na Figura 83, o croqui desse caderno é bastante didático e oferece uma melhor compreensão da praça e de seu entorno.

Figura 83 – Croqui de requalificação da Praça Dr. Alcides Marques



Fonte: Desenhista Luisa Duran, 2014.

De forma geral, as edificações estão bem conservadas, mas o mesmo não ocorre com a praça. Ao adentrarmos na praça, que naquele horário tinha algumas pessoas, em sua maioria idosos, sentadas nos bancos, percebemos a falta de manutenção dos passeios de ladrilhos hidráulicos e dos equipamentos urbanos, como os bancos de concreto, lixeiras metálicas, postes de iluminação e banheiro

[61] Acessar o caderno completo: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_57.pdf

público. Além disso, o chafariz também estava em condições ruins e sem funcionamento (Figura 84).

Figura 84 – Praça Dr. Alcides Marques

Fonte: Autora, 2023.

Em todas as ruas laterais, há trailers de alimentação fixos voltados para a praça, mas, naquele horário, todos estavam fechados. Era metade do dia de uma

segunda-feira, e o centro da cidade de Jaguarão apresentava pouca movimentação de pessoas, embora muitos veículos estivessem estacionados. Sentamos em um banco sombreado por uma grande árvore, que, em uma pesquisa recente, descobri ser a Anacauíta, também conhecida como Aroeira-Salsa. Essa árvore foi eleita como símbolo da cidade por meio da Lei Municipal n. 5.953/2014.

Durante esse intervalo, percebi que, mesmo com a ausência de muitas pessoas, as edificações históricas preenchiam meu olhar com inúmeras informações. Sem me dar conta, já me via contando portas e janelas, analisando simetrias. A praça, por sua vez, era um respiro, um refúgio, um ponto de descanso.

Recordei-me do conto de Aldyr Schlee (2009), intitulado “Ir a Jaguarão e descobrir o resto do mundo”, que contém uma passagem descrevendo o entorno da praça:

> Terá chegado até à Praça, ao largo da Matriz, quem sabe ao Hotel; e terá se admirado da beleza dos casarões de altas portas e tantas e tantas sacadas — que constituem ali o mais admirável bem conservado conjunto de arquitetura eclética do Rio Grande do Sul.
>
> O leitor contará dez sacadas na fachada do Clube Harmonia; doze, na do Jaguarense. Mas precisará encontrar um guia, quem sabe no Instituto Histórico e Geográfico, quem sabe na Casa de Cultura, para poder visitar a cidade, chegar ao museu Carlos Barbosa, à Igreja da Minervina (e saber coisas, que todos sabemos, os jaguarenses; e que contamos gostosamente, mas não escrevemos) (Schlee, 2009, s/p).

É interessante notar que o que mais chama a atenção na praça é o seu entorno, e não a praça em si — tanto no meu relato quanto no conto de Schlee. Ao mesmo tempo, é justamente a extensão da praça que permite o distanciamento necessário para apreciar os detalhes. Sem a praça, em ruas de calçadas estreitas, provavelmente a "beleza dos casarões de altas portas", observada em outra escala, não teria o mesmo impacto. De forma complementar, o abandono da manutenção da praça também contribui para que as descrições privilegiem mais o que está ao redor do que o que há em seu interior.

No fragmento deste conto, o autor faz um comentário, envolto em mistério, sobre a Igreja da Minervina. Essa história, carregada de curiosidades, pertence a um saber popular transmitido oralmente em rodas de conversa, mas raramente registrado por escrito. É uma narrativa que atravessa o tempo, ganhando profundidade por meio das palavras faladas e dos gestos, alcançando nuances que a escrita, por sua natureza, não consegue captar plenamente, como indica Schlee (2009).

Decidimos almoçar no Restaurante e Confeitaria São José, localizado na Rua Vinte e Sete de Janeiro, em frente à praça. Após o intervalo, seguimos pela mesma rua e notamos trabalhadores desmontando a estrutura da feira do livro no Largo da Bandeira.

Na quadra seguinte, encontramos a Biblioteca Pública Municipal Oscar Furtado de Azambuja, um exemplar da arquitetura modernista que contrasta com o entorno de edificações ecléticas. Com volumes geométricos bem definidos, pilotis e amplos planos de vidro, o estilo é facilmente identificável (Figura 85).

Figura 85 – Fachadas da Biblioteca Pública de Jaguarão

Fonte: Autora, 2023 (esquerda) e 2018 (direita).

Ao entrarmos, fomos recebidos no pequeno saguão de entrada, pela bibliotecária Taís Amorin que nos acolheu cordialmente e se prontificou a auxiliar na busca por livros. O salão principal, espaçoso e iluminado, apresentava vigas robustas alinhadas a pilares cilíndricos de concreto armado. À direita, estantes de madeira formavam corredores organizados; ao centro, duas mesas com cadeiras estofadas serviam à leitura e estudo. À esquerda, um cantinho infantil contava com pufes coloridos e, ao fundo, divisórias de gesso delimitavam salas fechadas (Figura 86).

Perguntei à Taís onde estavam localizadas as obras sobre a cidade de Jaguarão, e ela prontamente me conduziu até o último corredor, onde uma fileira inteira era dedicada exclusivamente a esse tema. Entre os livros que despertaram meu interesse, aproveitei para folhear e ler algumas histórias curiosas. Foi nesse momento que tive meu primeiro contato com o *Dicionário Pampeano*, de Aldyr Schlee, já mencionado anteriormente.

Figura 86 – Salão principal da Biblioteca Pública de Jaguarão

Fonte: Autora, 2023.

Entre os títulos, o livro “Lendas do Rio Jaguarão”, de Hélio Ramirez (2011), chamou minha atenção, especialmente o conto “O Jaguar Grande”, que narra uma lenda (mais uma) que explica a origem do nome da cidade:

> Naqueles tempos, os guaranis eram os donos deste chão. Não havia o homem branco, com seu jeito difícil de lidar com a Mãe Terra.
>
> Yaguaru, ou Yaguaron, era um bicho horripilante: meio jaquar, meio peixe, do tamanho de um cavalo pequeno; pêlo espesso como o da capivara; boca crivada de dentes como os da traíra e pontudos e afiados como os espinhos da coronilha.
>
> (...) Matava dois, três, quatro... só por prazer! Comia, de algum deles, apenas os pulmões. O bicho era o terror dos índios!
>
> (...) Talvez ele esteja, ainda, nalguma barranca, nas curvas do Rio Jaguarão, junto aos sarandizais, esperando por mais uma vítima (Ramirez, 2011, p. 5-7).

A cidade é envolta em mistérios e histórias fantásticas, um misto de encanto por seres imaginários e sofrimento pelas crueldades e tragédias vividas. Talvez esse imaginário seja alimentado por sua condição de paisagem de fronteira, marcada por uma linha imaginária que simboliza as constantes controvérsias binacionais, transitando entre um passado de guerras e um presente de cooperação, permeado por tensões.

Após algumas leituras e percebendo que a biblioteca estava vazia, aproveitei a oportunidade para conversar com a bibliotecária. Com simpatia, Taís compartilhou questões interessantes. Contou que morava na cidade desde 2019, uma mudança de sua cidade natal, São José do Norte, próxima a Rio Grande/RS.

Perguntei a ela como era viver em uma cidade de fronteira e como percebia a proximidade com outro país. Sua resposta veio de forma bem natural:

> Vejo a diferença das pessoas, de outro idioma e essa facilidade de dar uns passinhos e já estar em outro país ali (risos). Lá na minha cidade não tem isso, né? É bem interessante saber que tem essa relação da ponte (...) eu vejo aqui, nossa, é tão simples só atravessar.

Taís comentou que tem percebido um movimento maior de uruguaios atravessando a fronteira para fazer compras, especialmente nos supermercados. Explicou que, com o alto valor do dólar, já não compensa comprar nos *free shops*, nem mesmo eletrônicos, que antes eram mais baratos do que no Brasil.

Quando perguntei sobre a frequência com que visitava e utilizava os espaços públicos da cidade de Rio Branco, ela respondeu: "Não, nunca fui lá. Dizem que tem uma praça bem legal que eu quero conhecer, mas ainda não fui. Só conheço a área de *free shop*". Essa resposta me fez refletir: embora Taís tenha destacado a importância da ponte como meio de travessia, desde que chegou à cidade, há mais de quatro anos, ela ainda desconhece o centro de Rio Branco. Nesse caso, ter a ponte como uma possibilidade de travessia já é suficiente para um desejo ou necessidade futura, mesmo que, por enquanto, esse interesse se restrinja à área comercial.

Sobre o projeto da orla de Jaguarão, Taís comentou que gostou muito, mas "a única coisa que eu acho que faltou ali, foi um espacinho para os livros. Mas quando eu fui para falar com o secretário, eles já tinham feito todo o planejamento, eles diziam que não tinha mais como colocar. Perdemos essa". Perguntei a ela se o desenvolvimento do projeto foi um processo participativo, com a comunidade, e ela respondeu que não sabia. Caso tenha sido participativo, explicou que perdeu a divulgação e, mesmo depois, não foi ouvida.

Essa fala de Taís me fez pensar sobre a importância da comunicação dos gestores com a comunidade. A vitalidade dos espaços não é conferida pelo projeto, mas pelo uso que a comunidade faz deles. A sugestão da bibliotecária, embora tardia, poderia ser adaptada posteriormente, pois um projeto paisagístico não deve ser rígido e fixo no tempo, mas sim flexível para acolher mudanças e se adaptar às diversas apropriações que as pessoas fazem desses espaços.

Retornei o foco da conversa sobre o ser/estar na fronteira e instiguei mais a fundo sobre o que ela entendia por fronteira. Nesse ponto, Taís demorou um pouco mais para responder, achou a pergunta difícil, mas instigante. E afirmou: "eu acho

que essa junção mesmo, de dois lugares que são tão diferentes e ao mesmo tempo, são tão próximos. Acho que é meio irmãos mesmo, que são ali da mesma família, mas são pessoas diferentes".

Aproveitei o gancho da resposta para indagar qual era a relação dela com os uruguaios, já que pouco ela frequentava o outro lado do rio. E, neste momento a conversa explicitou o hibridismo e o contágio de forma mais enfática. Taís comentou que, às vezes, os moradores de Rio Branco frequentam a biblioteca, inclusive tem uma estante dedicada ao idioma em espanhol. Então, eu quis saber se existia alguma parceria com as escolas uruguaias, e ela respondeu:

> A gente não chega a firmar uma parceria porque acaba que é burocrático, para conseguir levar as crianças para lá, as crianças para cá. Mas no ano passado, teve uma professora, ela trouxe algumas turmas aqui para conhecer, porque ali eles não têm biblioteca pública. Então eles não conheciam a biblioteca, vieram conhecer aqui.

A burocracia para formalizar parcerias, no entanto, não impediu que algumas trocas ocorressem. Após essa primeira visita da escola de Rio Branco, a professora uruguaia solicitou a ajuda de Taís na elaboração de um projeto para construir uma biblioteca dentro da escola em Rio Branco. Embora ela não tenha detalhes sobre o andamento desse projeto, o contato estabelecido foi significativo, e outras visitas com dinâmicas lúdicas para as crianças ocorrem esporadicamente.

Agradecemos a atenção e a generosidade da bibliotecária e seguimos em direção à Praça do Desembarque (Figura 87), um local fundamental para compreender o núcleo formador da cidade. Situada no ponto mais baixo do núcleo urbano, o nome da praça revela sua antiga função: ligada ao porto, servia como atracadouro, recebendo o movimento de pessoas, o fluxo de mercadorias e, principalmente, impulsionando a atividade pesqueira.

Atualmente, a praça já não desempenha esse papel, sendo apenas um ponto de encontro e um local de permanência e descanso. Seu entorno é marcado por exemplares da arquitetura luso-brasileira, destacando-se o Mercado Público, prédio de maior interesse histórico e tombado em nível estadual.

A praça, de formato alongado, se desenvolve em platôs que acompanham os diferentes níveis da topografia. Na área mais próxima da biblioteca, grandes árvores de copas amplas oferecem abundante sombra. Bancos de concreto estão dispostos em alinhamento com os passeios, proporcionando locais de descanso. Já

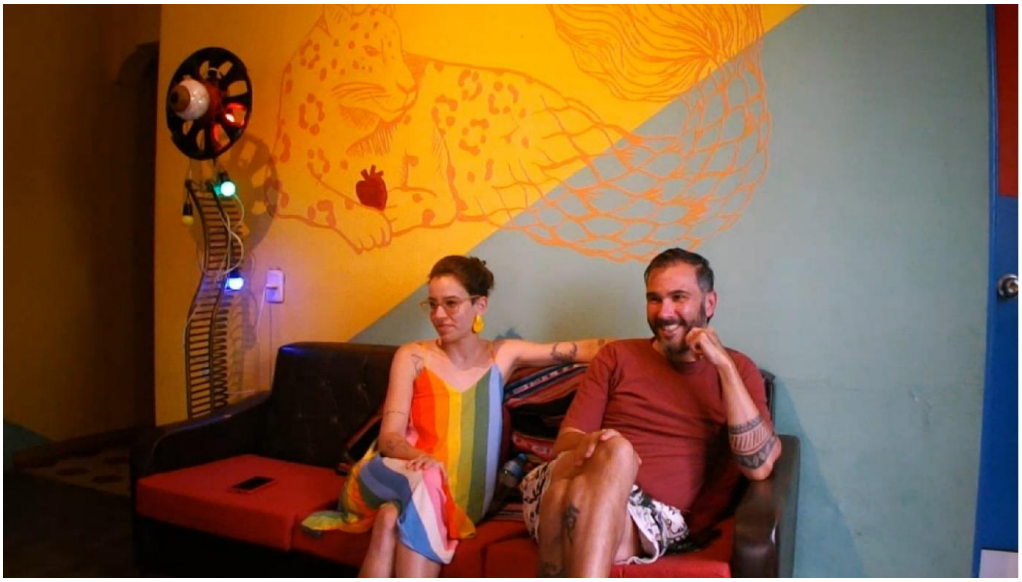
na parte mais próxima da orla, a vegetação é mais espaçada, permitindo maior incidência de sol, e o espaço é marcado pela presença de alguns monumentos.

Figura 87 – A praça do Desembarque e seu entorno

Fonte: Autora, 2023.

Por volta das 16h30min, retornamos à Casa de Rio e iniciamos uma conversa com Ana Júlia e Santiago na sala principal da Casa de Rio (Figura 88). Era um final de tarde agradável, com a vizinhança em silêncio. O casal estava sentado no sofá, posicionados atrás da arte do Jaguarão pintada na parede, enquanto eu sentei na frente deles em uma cadeira de balanço. Como estratégia de pesquisa, optei por perguntas mais amplas, permitindo que o diálogo fluísse naturalmente, de modo que eles pudessem expressar o que realmente consideravam importante.

Figura 88 – A conversa com Ana e Santiago



Fonte: Autora, 2023.

Iniciei indagando sobre a fronteira e a relação deles com esse território binacional. Ana Júlia começou dizendo: "Aqui... eu sinto uma exacerbação de tudo. **Tudo parece que é potencializado sabe, na fronteira**". Ana é natural de São Gabriel/RS, onde viveu por muitos anos. Apesar dessa cidade não estar localizada na linha de fronteira, ela integra a faixa de fronteira e sente os reflexos dessa proximidade. Por ser um ponto de trânsito para uruguaios e argentinos, Ana, desde a infância, conviveu com turistas, absorveu a música e a cultura latino-americana e aprendeu espanhol rapidamente. Assim, de certa forma, sempre esteve conectada a esse contexto fronteiriço.

Outra característica interessante que Ana pontuou sobre a semelhança entre essas cidades refere-se à ideia de serem "**terra dos marechais**, é um negócio também muito militarizado e com os **casarões assim, essa coisa do latifúndio**, do grande latifundiário, exatamente como tem aqui (Jaguarão e Rio Branco)".

Após esse comparativo entre as cidades, Ana fez um relato muito emocionada do que de fato é morar em Rio Branco, e mais especificamente na Casa de Rio:

> Desde que eu me mudei pra cá, a gente morou nessa casa. No início quando eu me mudei pra cá, eu brincava, que se a fronteira era um furacão o olho furacão é essa casa (risos). Mas depois da enchente que entrou na casa a água, eu me dei conta que não é um furacão, mas um ralo na verdade, da fronteira (risos). E esse ralo passa não nessa casa, mas próximo a minha casa, aqui do lado, entendeu?

> Então é como se tipo, tudo de bom e tudo de ruim ao mesmo tempo respinga na gente o tempo inteiro. Então, estar na fronteira é como se **tu tivesses o tempo inteiro em choque com esses extremos**, sabe? (Ana Júlia, 2023).

Furacão, ralo, enchente, choque, extremo. Essas foram as palavras escolhidas por Ana para descrever a sensação de morar a poucos metros da linha de fronteira molhada. Uma linha que é imaginária, no entanto, reverbera diretamente a vida das pessoas e influência nas transformações da cidade.

Por sua vez, Santiago nos contou que nasceu e cresceu em Jaguarão, e por isso sua relação com a fronteira é muito espontânea e corriqueira, embora a presença do rio o lembre constantemente de qual lado ou país ele está: "A gente percebe que está entrando no outro território quando eu atravesso a ponte". No entanto, apesar dessa espontaneidade, Santiago destaca que a relação com a fronteira não é algo completamente natural:

> Por mais que o rio seja natural a fronteira em si, país, estado, isso aí não é uma coisa tão natural. Então **a gente tem essa percepção forçada**, né? **Se sente parte de uma coisa só, mas ao mesmo tempo vem algo acima de ti que diz que tu não é**, que isso aqui é diferente (...)
>
> **Como a gente é fronteiriço, também tá acostumado de passar por isso, não ligar pra isso,** sentir que tá, também é só uma coisa fictícia ali que as vezes cai sobre ti, mas a maioria das vezes não, entendeu? Então, tu tens mais uma fluidez que conta tudo. Até quanto a própria percepção das leis, das regras, porque **é como tu tá num lugar que é fluido** (Santiago, 2023).

A fronteira como lugar fluido. Essa ideia apresentada por Santiago me faz associar a fronteira à capacidade de adaptação às transformações. O fato dele mencionar repetidamente estar "acostumado" a enfrentar algumas situações na fronteira demonstra como, ao longo do tempo, adquiriu ferramentas para se moldar às imprevisibilidades desse território.

A água é um elemento fluido, sem forma própria, sendo o recipiente que a contém o responsável por estabelecer seus limites temporários. De maneira semelhante, a fronteira compartilha essa característica da água: um elemento que se expande ou se comprime conforme as interações que ocorrem nos lugares (recipientes). **Assim, uma paisagem de fronteira, por excelência, não respeita os limites políticos imaginários traçados nos mapas geográficos, mas é continuamente conformada pelas trocas e pelos hibridismos culturais que extrapolam ou se contêm em nebulosas moventes.**

Aproveitando essa característica da fluidez, Ana Júlia fez uma associação com o idioma. Na região do bioma Pampa, o portunhol adquire uma singularidade própria, facilmente diferenciada por pessoas que vêm de outras partes mais internas dos estados. Assim, seja brasileiro ou uruguaio, o portunhol é familiar e amplamente utilizado nessa região fluida da fronteira.

Santiago concordou com a percepção de Ana, mas acrescentou um outro ponto: mesmo em uma região de fronteira, há uma "mente coletiva" que tende a reafirmar identidades distintas (o APÊNDICE J – Entre tradição e tradução aprofunda a discussão sobre o tema). Ele exemplificou essa ideia com o ensino nas escolas, explicando que no Brasil e no Uruguay a história é contada sob abordagens diferentes. Lugares, direitos, ícones e datas comemorativas, por exemplo, são apresentados de maneira que moldam um tipo de saber específico em cada lado da fronteira. Esse contraste de narrativas gera um choque cultural, pois, embora as pessoas compartilhem o mesmo espaço físico, as histórias contadas, inclusive sobre esse lugar são distintas.

> No Brasil, por mais que a gente esteja no extremo sul aqui, que tenha muitas características regionais com o lado do Uruguay, a gente também se identifica com o samba, **a gente também se identifica muito com a Bahia, a gente tem essa identificação da amplitude do Brasil** (...). Então, sempre quando eles (os uruguaios) atravessam, eles nos enxergam como os brasileiros alegres, os brasileiros que fazem festa, sabe? (Santiago, 2023).

Partindo dessas características identitárias, questionei a eles qual era o peso que essa linha imaginária tinha na vida cotidiana ou se ela era irrelevante. Ana ressaltou que, na verdade, a linha imaginária se materializa pelas águas do rio e, portanto, sua influência é direta. Por serem brasileiros vivendo em solo uruguaio, precisam atravessar o rio quase diariamente, já que suas contas bancárias e o CNPJ da empresa estão no Brasil, por exemplo.

Santiago, por sua vez, refletiu um pouco antes de responder e explicou que, para ele, a linha também tem um peso mais prático e cotidiano, relacionado às questões burocráticas. Porém, destacou que a facilidade de atravessar a ponte contribui para que essa linha política não seja percebida como algo tão marcante ou limitador. Ele lembrou que, desde a infância, atravessava a fronteira sem ser parado ou impedido, exceto durante a pandemia: “foi pra nós um choque”.

Ao comentar com eles sobre o Tratado das Águas de 1909, que o Barão do Rio Branco negociou para que a linha política, antes localizada na margem da

cidade de Rio Branco, fosse estendida até a linha do talvegue do rio, permitindo que ambas as cidades usufruíssem das águas, Santiago lamentou que episódios como esse recebam pouca atenção. Ele observou que, infelizmente, "a guerra aqui é sempre mais lembrada, tanto do lado do Brasil quanto do lado do Uruguai", enquanto medidas de cooperação, como o tratado, não possuem o mesmo destaque.

Ana complementou trazendo uma crítica: lembrou do novo monumento sobre as batalhas (registrado na caminhografia, Figura 46, no *Parque El Remansito*) e como se incomoda com a persistência de um discurso heroico e idealizado sobre a guerra. Para ela, não se trata de apagar ou esquecer esses eventos, mas de questionar essa narrativa, destacou: "Relembrando os heróis, que não são heróis, né? Foi carnificina". E, ao aprofundar, pontuou que as batalhas não eram motivadas pelo bem-estar das pessoas, mas sim pela disputa pela terra.

Durante nossa conversa, voltei ao tema da pandemia, lembrando o "choque" mencionado por Santiago. O casal trocou olhares e expressões de aflição, revelando o quanto aquele período foi desafiador, especialmente na fronteira, onde a situação adquiriu camadas adicionais de complexidade.

"A gente se mudou pra cá no dia que fecharam a ponte", contou Ana. Logo no início da mudança de Pelotas para Rio Branco, surgiram os primeiros obstáculos. Com a ponte fechada para não residentes das cidades-gêmeas, o caminhão só foi liberado após negociações e mediante a entrega de uma lista detalhada dos itens transportados, já que a documentação da nova casa ainda não estava regularizada. O segundo impasse ocorreu quando Santiago, ao retornar de compras no lado brasileiro, foi impedido de cruzar a fronteira por não conseguir comprovar residência em Rio Branco, apesar de ter vivido toda a vida em Jaguarão. A liberação só ocorreu após a intervenção de vizinhos que atestaram sua moradia.

Com o tempo, conseguiram regularizar a documentação, mas receber visitas continuava complicado. "A gente tinha que fazer um esquema. Toda vez que cruzávamos a ponte era um 'Deus nos acuda'", explicou Ana.

Santiago ponderou que, se a cidade não fosse de fronteira, a ponte seria apenas um elemento no meio urbano. "Aqui é um meio da cidade, isso que é tão difícil, porque ao mesmo tempo, a gente tá numa margem do país, mas no meio de um território que tem duas cidades, mas é um território só". Ele argumentou

que seria mais sensato fechar as saídas das duas cidades, e não o centro, onde a ponte é o principal meio de travessia.

O exemplo da pandemia destaca o peso da linha imaginária. Embora os moradores vivam a interdependência entre as cidades e percebam o território como uno, em momentos de conflito, a linha política prevalece, evidenciando como a fronteira, mesmo invisível, impõe barreiras significativas. Nesse contexto, a sensação de Ana, ao descrever a vivência na fronteira como estar entre extremos, tornava-se ainda mais evidente.

Dentro desse tema sobre travessias e pontes, introduzi sobre a construção da segunda ponte internacional, que está em processo de aprovação e execução. A Ponte Internacional Barão de Mauá é a única ligação rodoviária entre as cidades-países desde 1930, mas, com o crescente fluxo de veículos e pessoas, ela não está mais suportando a demanda. Além disso, por ser um bem tombado, possui várias limitações que impedem obras de maior impacto estrutural.

Com a construção da nova ponte, o tráfego de veículos pesados será desviado para essa nova via, aliviando a sobrecarga da ponte histórica e, consequentemente, dos centros urbanos. A Figura 89 apresenta a localização da nova estrada e ponte.

A nova ponte terá aproximadamente 419 metros de extensão, e o trecho de acesso e abertura de estradas contabilizará 19,5 km de rodovia. De acordo com uma reportagem, de agosto de 2024, da revista *A Hora do Sul*[62]. Pelo mapa, ainda é possível perceber que a localização das aduanas, ou *paso de frontera* (em espanhol), precisará ser deslocada para as proximidades da nova estrada, a fim de permitir o controle imigratório. Até o momento, porém, não foram divulgadas mais informações sobre essas mudanças.

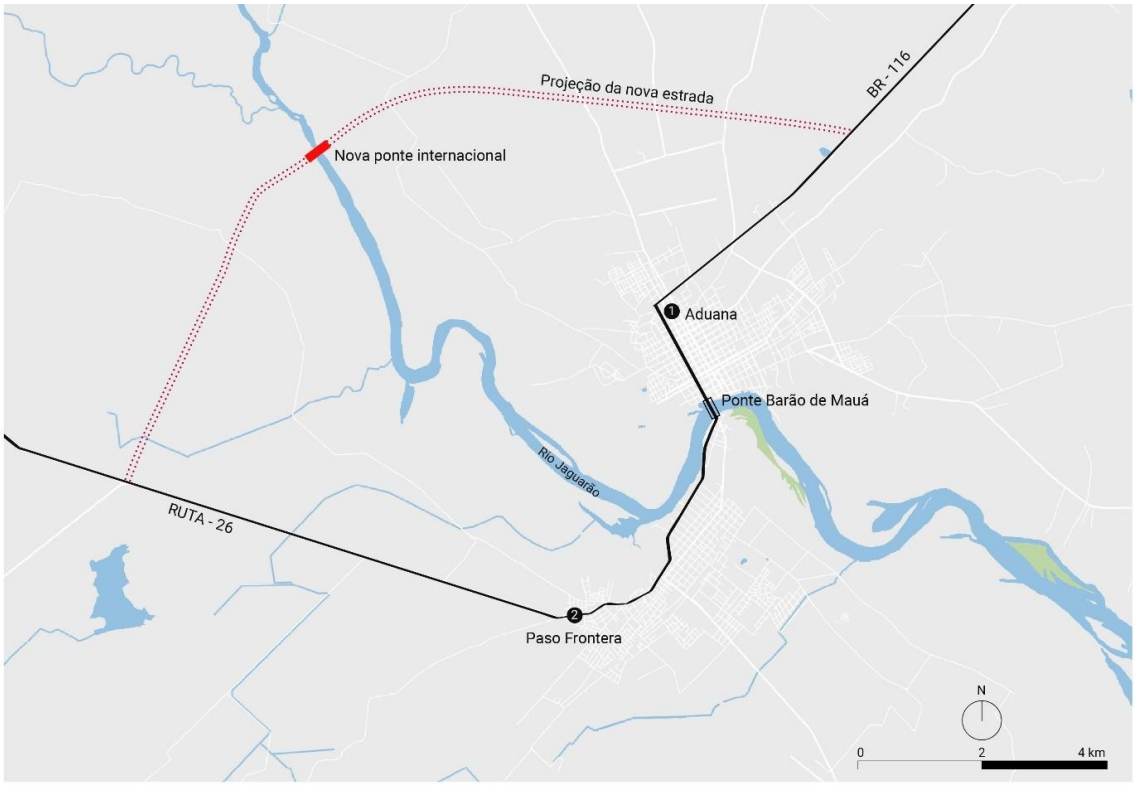
Tanto Santiago quanto Ana concordaram que a nova ponte traz mais benefícios do que problemas, ainda que a lógica de priorização do sistema rodoviário seja uma questão histórica-política e pouco sustentável. "É uma solução para um problema de patrimônio e de logística", completou Ana.

O assunto sobre a segunda ponte despertou em Santiago outra discussão: "o desenho das cidades não é estimulado para as pessoas caminharem. Todos os trajetos são feitos para os carros, apesar de ser uma cidade pequena". Ele

[62] Reportagem completa: https://ahoradosul.com.br/conteudos/2024/08/13/obra-da-nova-ponte-de-jaguarao-deve-comecar-neste-mes/#:~:text=A%20ponte,19%2C5%20quil%C3%B4metros%20de%20rodovia.

exemplificou com o caso da cidade de Rio Branco, que possui três parques na orla, mas cujo acesso a pé é muito inseguro devido à falta de calçamento adequado e ao fluxo acelerado de automóveis. "A *rambla* (grande avenida) toda do Uruguay aqui é pra carro só, não tem um lugar pra pedestre caminhar".

Figura 89 – Mapa de localização do projeto da nova Ponte Internacional



Fonte: Autora, 2024.

Santiago questiona a ideia de que, em cidades pequenas, as pessoas têm mais senso de coletividade por conhecerem boa parte da comunidade. Segundo ele, a lógica individualista das grandes metrópoles também se reflete nesses lugares: o carro é visto como símbolo de status, a relação com a natureza é distante, e a orla é apreciada de dentro do veículo, limitada pelo espaço e número de passageiros. "Então, o caminhar também já não é visto de uma maneira tão boa, a não ser que tu estejas praticando um esporte". Para ele, a falta de infraestrutura segura e acessível para caminhadas até os parques evidencia para qual público esses espaços foram planejados — e, consequentemente, quem é excluído deles.

Ainda sobre infraestrutura urbana, o casal comentou a precariedade do transporte coletivo em ambas as cidades, que contam com poucas linhas e sem integração entre elas. Além disso, mencionaram a falta de destinação adequada para o lixo e o esgoto sanitário. Mesmo em Rio Branco, onde há uma estação de

tratamento, Ana relatou: "Tu andas pela orla aqui no Rio Branco, tu vês o esgoto dos *free shops* caindo direto no rio, os restaurantes todos, caindo direto."

Santiago alertou que o problema mais grave, em sua opinião, é o uso inadequado e excessivo de agrotóxicos nas plantações do entorno, que escoam diretamente para o rio, agravando sua poluição. Ele destacou que a aplicação dos produtos, muitas vezes feita por pequenos aviões, acaba respingando em áreas urbanas e causando problemas de saúde na população. Enquanto no Uruguay predomina o cultivo de arroz, no Brasil a soja tem ganhado mais espaço.

Na tentativa de captar a essência dessas cidades-gêmeas, perguntei aos entrevistados qual característica mais marcante destacariam ao apresentar a paisagem a um visitante que desconhece a região. A resposta foi unânime: "O rio que nos atravessa" (Santiago) e "Eu contaria sobre o rio" (Ana).

Eles argumentaram que o rio é vida. Caminhar por sua orla é sentir a vida pulsante: encontrar animais, árvores, ter o céu à disposição, nadar em suas águas, atravessá-lo pela ponte e perceber seu cheiro e vibração. Para Santiago, o rio também é o principal ponto de referência da cidade. Embora ambas tenham sido planejadas por engenheiros portugueses e espanhóis, seguindo uma organização quadriculada, é a posição do rio que define a orientação espacial. As pessoas costumam se guiar pelo número de quadras em relação à margem do rio. Como ele explica: "Tu meio que sabendo onde fica o rio, tu consegues te localizar o tempo inteiro (...). Vou em direção ao rio que vou saber onde estou".

Esse é o mesmo rio que, em períodos de cheia, invade a casa do casal, obrigando-os a saírem temporariamente. "Aqui é uma zona que a gente sempre soube que se alagava. Desde o primeiro ano em que os avós dele (Santiago) se mudaram, já entrou água na casa. Então, tipo, é o leito do rio, sabe?", explicou Ana. Os moradores reconhecem que ocuparam o leito maior do rio, mas o que espanta é o aumento da frequência e da rapidez das inundações provocadas pelas cheias.

> Mas cresceu muito, muito rápido assim, eu nunca tinha visto essa velocidade. Cresceu 30 cm por hora, que é uma coisa rápida pra gente aqui, que o máximo era 17 ou 20. Então, em menos de 10 horas, 12 horas, a água saiu do leito do rio e entrou dentro de casa [...] vários vizinhos foram pegos de surpresa, aqueles com casas mais baixas (Santiago, 2023).

Se, na época da construção da casa (1959), as grandes enchentes eram comuns a cada 10 anos, apenas em 2023 o casal já havia presenciado quatro

inundações. Uma realidade completamente diferente, que pode ser explicada pelos alertas e previsões dos cientistas sobre as mudanças climáticas.

Para minimizar os danos, ao perceberem a cheia do rio, eles se organizam para elevar os móveis. "A gente levanta em vários tijolos, sobe móvel em cima de móvel, faz uma torre e reza pra não crescer acima daquilo que a gente botou. Porque a gente estava preparado para 20 cm, que era o tamanho dos tijolos", explicou Santiago.

Ana e Santiago criticaram duramente a forma como os governos locais de ambas as cidades lidam com as enchentes. Apontaram a falta de comunicação e orientação para esses eventos, como alertas para que as famílias se organizem e deixem suas casas com antecedência. Além disso, questionaram como, em uma época de tantas tecnologias e inovações, ainda não há um sistema de monitoramento mais eficaz do nível do rio. Atualmente, existe apenas uma régua, que não antecipa as cheias como fariam equipamentos modernos e drones mais avançados.

Na opinião de Santiago, a aparente falta de preocupação e irresponsabilidade dos governantes em relação às medidas de proteção e contenção das enchentes se justifica pela promoção eleitoral e midiática. Pequenas ações emergenciais, como a reconstrução de casas ou o alojamento de famílias atingidas, costumam gerar mais votos do que um planejamento estratégico de risco.

Além disso, as cheias do rio acabam se tornando uma atração turística. "O rio é potente, tu olhas e é uma potência. Por mais que seja trágico, também é romântico quando a gente vê o rio aumentando. Todo mundo fica encantado com esse momento. Só que tem pessoas ali, tem coisas ali", explicou Santiago.

Ana retomou sua fala sobre vivenciar os extremos. Nessas situações de tensão causadas pelas inundações, enquanto as autoridades realizam apenas medidas paliativas e superficiais, é a comunidade, por meio da rede de apoio construída entre vizinhos, que garante a sobrevivência e a resiliência dos atingidos. A paisagem de fronteira é palco de diversos conflitos sociais, revelando diferentes agentes e seus respectivos interesses.

Para finalizar nossa conversa, quis ouvir mais sobre a Casa do Rio. A partir disso, diversos assuntos emergiram, como: (1) o processo de gravação do longa-metragem Fronteiriz@s na casa; (2) a construção da identidade visual e da

divulgação da Casa Aspíroz; (3) as pinturas e artes da casa, tanto projetos autorais quanto de artistas convidados; (4) a dinâmica da casa na plataforma Airbnb; (5) a polêmica dos ruídos com os vizinhos; (6) a casa como um laboratório experimental; entre outras histórias.

Contudo, de todos esses temas, um em particular me atravessou de forma mais impactante: a confluência entre poesia, literatura e arte no modo de vida fronteiriço. Ana Júlia e Santiago comentaram que a Casa do Rio — e, mais amplamente, a fronteira — **é um lugar que desperta inspiração**. Ao perceberem isso em suas práticas artísticas, fizeram diversos convites a amigos e conhecidos para também vivenciarem esse processo. Em uma fala bastante interessante e comovente, Santiago explicou como foi o processo de pintura do Jaguarão na parede da sala (Figura 90):

> Essa obra que é o Jaguarão, que tem um pouco a ver da lenda do Jaguarão, que é esse bicho grande que é metade peixe e metade Jaguar, só que a gente tentou fazer ele uma pegada mais sereia. Não tão monstruosa, o bicho que come as entranhas. **A gente quis mais essa pegada do jaguar que conquista o coração, ele vai comer o seu coração, sabe?** Uma onda mais sereia, meio baseado também num conto que eu tenho certeza que é do Aldyr Schlee. O conto do Jaguar que comia o coração, depois a pessoa ia embora e sentia que o coração tinha ficado no rio, sabe? Então o próprio tu cruzar o rio, por mais que seja por cima da ponte, tu deixaste um pouco de ti aqui, entendeu? Tu passaste pelo rio, o rio passou por ti (Santiago, 2023).

Figura 90 – O Jaguarão na Casa de Rio

Fonte: Autora, 2023.

O conto de Schlee ao qual Santiago se refere é "As grandes onças brabas" (2000, p. 9), que traz a seguinte passagem: "aqueles jaguarões deslumbravam e enfeitiçavam as pessoas apenas para comer-lhes os corações; só os corações", e mais adiante: "cada vez que venho aqui, sei que perco um pouco o coração; e que, no entanto, saio revivido" (idem, p. 11). Essa interpretação difere do livro de Hélio Ramirez (2011), comentado anteriormente, no qual a lenda é construída com base na monstruosidade do Jaguarão, sendo o pulmão — e não o coração — o órgão devorado.

A forma como Santiago apreende e desconstrói a lenda do Jaguarão, inspirado pelo conto de Schlee, é expressa criativamente em sua pintura. Ao dar corpo e textura a uma figura imaginária, ele revela seu sentimento de pertencimento ao lugar. Para Santiago, o Jaguarão não é um monstro, mas uma sereia com o poder do encantamento. Uma sereia que habita as águas do rio e devora simbolicamente o coração, contagiando mais pessoas a apreciarem a vivacidade dessas águas.

Nesse contexto, Santiago explicou que mudar-se para essa casa foi um ponto de conexão com sua ancestralidade, por ser a residência construída por seus avós, onde viveram por muitos anos. Um lugar de ligação com seu próprio eu. No entanto, deixou claro que essa relação não é de apego ou enraizamento, mas mais próxima de uma fluidez: "Quando a gente veio para cá, nunca foi para se prender, a gente nunca quis ficar aqui para sempre. Na verdade, era só uma transição mesmo, sabe?", afirmou Santiago. Na mesma linha, Ana completou: "É o nosso perfil, de pessoas que gostam de estar conectadas com o mundo, sabe? (...) A casa serviu para nos fortalecer".

Esse fluxo constante da vida — marcado pela **impermanência, transitoriedade e convivência com o inesperado** — reflete a própria dinâmica da natureza: o trajeto dos rios, os períodos de seca e cheia, e a adaptação aos desvios e curvas. Também podemos estabelecer uma analogia com **o ser fronteiriço, que é aberto às transformações e aos encontros com as diferenças**[63].

Após quase duas horas de conversa, que pareceram passar em poucos minutos devido à leveza e à diversidade dos assuntos, agradeci o tempo e a disponibilidade do casal, e logo em seguida fomos lanchar coletivamente.

[63] O aprofundamento dessas questões foi abordado no artigo "A Casa de Rio: práticas do Bem Viver na paisagem de fronteira" de nossa autoria, apresentado no IV Colóquio *Internacional El Porvenir del Paisaje*, no ano de 2024.

Por volta das 18h30, chegou à Casa de Rio o senhor Jorge Passos, pai de Santiago. Ana Júlia havia comentado sobre a minha estadia na casa e a pesquisa, e o convidou para uma conversa, prometendo um jantar em seguida.

Jorge é uma pessoa de presença, muito alegre e divertido, e logo quis me conhecer. Expliquei a ele sobre a pesquisa, perguntei se tinha interesse em participar e se poderia gravar nossa conversa. De imediato, ele consentiu, e iniciamos o diálogo no mesmo local e formato em que eu havia conversado com o casal (Figura 91).

Figura 91 – A conversa com Jorge Passos

Fonte: Raul Dias, 2023.

Antes de qualquer pergunta ou apresentação, Jorge me falou sobre seu canal no YouTube, onde publica conteúdos relacionados à fronteira, incluindo histórias suas e de amigos, reflexões filosóficas e muita literatura. Ele contou que, antes da minha estadia na casa, um grande amigo seu, Sérgio Christino, também passou alguns dias ali e fez um relato sobre esse período.

Jorge, então, criou um vídeo utilizando o áudio de Sérgio, adicionando músicas e fotografias. O nome do vídeo é "Do Tropicalismo aos Deuses Lares"[64] , e ele retrata sobre as cores “tropicalistas” do interior da casa uruguaia, apreendendo como um resgate do colorido de Rio Branco, dos plátanos e da natureza, que foram

[64] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QZ0vG7Wysw8&t=267s. Acesso em 10 de jan. 2024.

um pouco ofuscados pela artificialidade e o cinza trazido pelos *free shops*. Também comentou sobre a presença dos Deuses Lares, sentindo-se protegido pelos antepassados dessa família.

Quando questionei sobre seu local de moradia atual, Jorge respondeu: "a fronteira". Sua casa fica em Rio Branco, na zona comercial, mas ele trabalha em Jaguarão. Por isso, sua resposta estaria incompleta se mencionasse apenas uma das cidades. Ele relatou que viveu até os 23 anos na Casa de Rio, depois se mudou para Jaguarão e, somente recentemente, retornou a residir em Rio Branco.

Ao abordar o tema da fronteira, Jorge frequentemente fazia pausas em suas colocações e retornava ao passado, à sua infância. Durante o diálogo, ele percebeu que sua primeira experiência com o "outro", o estrangeiro, ocorreu aos seis anos de idade, quando começou a frequentar a escola em Jaguarão, mesmo morando em Rio Branco. Para ele, enquanto criança, o estrangeiro não era o uruguaio, mas sim o brasileiro, o jaguarense. "Porque não era uma questão de nacionalidade ou não. Era uma questão de tu viver em um lugar e ir para outro", completou Jorge.

Jorge destacou a generosidade do povo uruguaio com dois exemplos emblemáticos: o nome da cidade de Rio Branco, uma homenagem ao Barão do Rio Branco, brasileiro, e o nome da estação férrea local, batizada de "Presidente Getúlio Vargas", também em homenagem a um brasileiro. Em contraste, mencionou que Jaguarão é conhecida como a "cidade heroica" por ter resistido aos castelhanos. Lembrou ainda que a praça principal da cidade já se chamou "13 de maio", em referência à abolição da escravatura, e que a estátua da liberdade permanece ali até hoje. No entanto, essa memória foi apagada, e a praça agora leva o nome da família Marques.

Quando questionei Jorge sobre o impacto da linha imaginária da fronteira em seu cotidiano, ele respondeu prontamente: "Não tem muito impacto em mim, porque eu sempre transitei e atravessei a ponte". Porém, após uma breve pausa, acrescentou: "Já teve na questão política, por exemplo. Teve um fato que foi traumático pra mim. Foi bem na época da repressão, eu devia ter uns 14, 15 anos".

Jorge relembrou um episódio da ditadura no Brasil, quando fecharam a ponte e passaram a exigir documentação para a travessia. Naquela época, como adolescente, ele não costumava carregar documentos. Por isso, teve que passar três dias hospedado na casa de sua irmã, em Jaguarão, até conseguir recuperar seus documentos.

O tema da ponte e da travessia levou Jorge a um lugar afetivo, resgatando outras memórias: "Tem um poeta aqui, uruguaio, que até a gente musicou esse poema: ***'Hay un río que nos une, y un puente que nos separa'***[65] . E a gente cantava essa música. É bem bonita, sobre a ponte Mauá, a ponte de *Los Quileiros*". A ponte, para ele, é um elemento contraditório: embora possa conectar dois pontos, também pode ser controlada e impedir essa ligação. **Já o rio, sempre em movimento, aberto e disponível, não é visto como separação, mas como o organismo que conecta os dois lugares**. Com suas margens extensas, ele permite travessias a nado ou em pequenas embarcações. O rio, portanto, é também o símbolo da liberdade, a linha de fuga.

Dando continuidade ao assunto, Jorge lamentou: "Tchê, o maior crime que tem aqui é terem tirado o trem. Bom, mas isso aconteceu em todos os países da América, né?". Ele relembrou histórias emocionantes sobre o funcionamento do trem binacional, compartilhando também seu trabalho de pesquisa, registro e publicação sobre essa época em seu canal do YouTube. Jorge destacou que a estrutura da ponte internacional foi projetada para o transporte ferroviário, e não para os caminhões que a utilizam atualmente, o que ameaça sua integridade. Em seguida, comentou com entusiasmo sobre a construção da nova ponte, ressaltando que, como trabalha no porto seco nos serviços de exportação e importação, vê apenas benefícios nesse empreendimento.

Assim como perguntei a Ana e Santiago sobre a característica mais marcante das cidades-gêmeas, Jorge teve a mesma resposta: "**Essa região aqui, tchê, não existiria sem o rio.** Então eu diria, tem um rio maravilhoso. E além desse rio, tem uma bacia de águas doces ao redor das duas cidades, com pequenos rios". Um ciclista, caminhante e nadador ativo, Jorge contou sobre seu apreço e prazer pela beleza natural desse território. Para ele o patrimônio arquitetônico também é uma característica marcante, mas nada supera a potência do rio.

Para Jorge, a água também possui esse poder de encantamento. Ele acredita que o Balneário da Lagoa Mirim, a 20 km de Rio Branco, é um exemplo de "território livre de qualquer nacionalidade". Segundo ele, mais de 60% das casas de veraneio pertencem a jaguarenses, e há uma grande rotatividade de pessoas que passam as férias e feriados ali, possibilitando uma convivência fronteiriça.

[65] Versos da poesia "Puente Mauá", do compositor uruguaio de Rio Branco, Duca Marins, musicada pelo Jaguarense Hélio Ramirez.

Ao abordar a infraestrutura urbana das cidades-gêmeas, Jorge expressou sua preocupação com a coleta e destinação do lixo. Em Rio Branco, ele mencionou que recentemente houve uma reestruturação que melhorou o serviço, com a instalação de novos contêineres pela cidade. Em contraste, em Jaguarão, as pessoas ainda continuam colocando pregos nas árvores e pendurando o lixo — algo que presenciamos durante a caminhografia. Quanto à destinação, em Rio Branco, há um "vertedouro ao ar livre, mas muito próximo do rio, a no máximo 1 km de distância". Já em Jaguarão, o lixo é levado diariamente por caminhões para outra cidade. Jorge enfatizou a necessidade de uma campanha mais efetiva de educação ambiental, para que as pessoas se conscientizem e respeitem mais o rio, tanto no que diz respeito ao lixo quanto ao esgoto.

Relacionado aos espaços públicos, Jorge comentou sobre as praças e parques na orla, que possuem uma boa infraestrutura, mas destacou que o comportamento das pessoas é o que prejudica esses locais. Nos finais de semana, a aglomeração de carros e a disputa de sons são os maiores problemas. "Tchê, o nosso maior problema ambiental é o ruído. O ruído provocado pelo som eletrônico, pelas caixas de som, pelos carros e pelas lojas", relatou.

Quanto ao comportamento das pessoas, Jorge lembrou do recente conflito que seu filho e sua nora estão enfrentando com o vizinho. Se demonstrou muito chateado, porque em toda sua trajetória morando na casa a relação com os vizinhos era muito prazerosa. Inclusive se lembrou de uma passagem interessante em 1970:

> Porque a gente sempre teve uma convivência aqui com todos os vizinhos, né? Nós íamos ver, na casa de dona Mercedes, quando nós não tínhamos TV, aquela Copa de 70. Eu e a minha irmã chegávamos lá e ela diz assim: '*usted pueden mirar, pero no pueden hablar*' (risos). O jogo era Brasil e Uruguay, aquele jogo emblemático, da Copa de 70. Foi muito legal, essa interação, né? (Jorge Passos, 2023).

Esse relato revela o saudosismo de Jorge por um tempo e interações pessoais que, hoje, se transformaram. A Casa de Rio, a fronteira, o rio e a casa do vizinho permanecem em sua materialidade, mas os moradores são outros, carregando consigo outras subjetividades e experiências, que moldam maneiras distintas de lidar com conflitos e interesses. Essas diferenças resultaram em transformações materiais, como o aumento do muro de divisa entre as casas — um símbolo concreto de uma desavença interpessoal. Da mesma forma, a linha

imaginária da fronteira e a dinâmica do rio continuam a impor mudanças em suas adjacências.

Jorge observou que a construção arquitetônica da Casa de Rio foi projetada com um muro que servia mais como adorno do que como proteção: "Era um tempo em que se acreditava na civilização, entendeu? Não precisava ser um muro de contenção, era um muro de adorno. Mas qualquer um pode pular o muro, porque não era para impedir que as pessoas entrassem". Da mesma forma, a estrutura original da casa não possuía grades nas janelas, mas, com o passar do tempo, outras gerações de moradores sentiram a necessidade de instalá-las.

Essas pequenas transformações arquitetônicas refletem, de certa forma, os contextos históricos, políticos e sociais de cada época. Mesmo que as cidades-gêmeas sejam consideradas seguras, com baixos índices de criminalidade, a sensação de segurança ou mesmo a busca por privacidade expressa nessas intervenções arquitetônicas surge como resposta a conflitos e percepções individuais e coletivas.

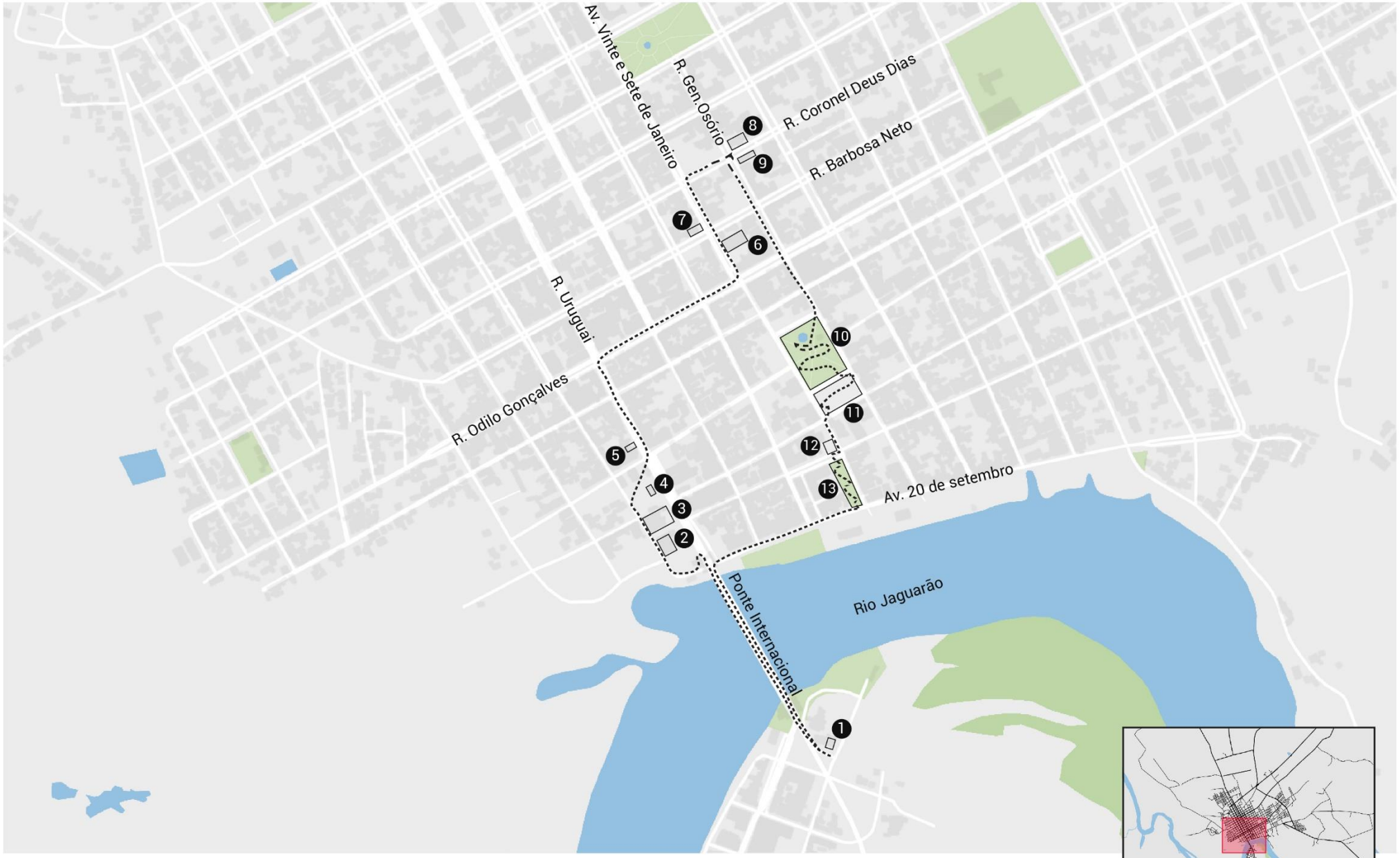
Ao encerrar nosso diálogo, agradeci a Jorge pela generosidade em compartilhar tantos fatos interessantes sobre sua vivência e percepções da fronteira. Depois de desligar o gravador e guardar o material, Jorge contou mais uma história, comovente e cheia de significado. Provavelmente, sem o gravador ligado, ele tenha se sentido mais à vontade para revelar sentimentos mais íntimos e profundos. O relato se encontra no APÊNDICE K – A travessia das galinhas.

Após essas conversas, percebi que a **dinâmica do Rio Jaguarão é o principal agente mobilizador da paisagem.** Essa não é uma afirmação precipitada ou meramente "óbvia", considerando sua dimensão e impacto. É uma conclusão validada pelos seres fronteiriços, humanos e não-humanos. As histórias, relatos e registros revelam essa **relação dicotômica com o rio**: um rio que inspira encantamento e pulsão de vida, mas que também carrega em si as lendas de monstruosidade e o perigo iminente das inundações.

O dia terminou com um convite de Ana Júlia para o jantar na edícula. Ela e Santiago prepararam pizzas e abriram um vinho para celebrarmos junto a Jorge e a um casal de amigos que chegou mais tarde. Foi um dia intenso, repleto de emoções e descobertas valiosas.

O percurso completo deste dia, com os respectivos pontos de parada, está indicado no mapa da Figura 92.

Figura 92 – Mapa do percurso em Jaguarão/BR | 27.11.2023



Fonte: Autora, 2023.

4.7 Arquitetos de fronteira

28 de novembro de 2023 | terça-feira

Na manhã nublada e ventosa de terça-feira, partimos cedo da Casa de Rio em direção a Jaguarão para uma entrevista agendada com uma arquiteta da prefeitura. Ao atravessar novamente a Ponte Internacional — agora já familiar e menos intimidante — percebi como a repetição da travessia trazia conforto. Se, na primeira vez, a preocupação eram os olhares atentos dos guardas, agora o pensamento flutuava, distante, sem se prender a tantos detalhes ou inquietações. Mas, como sabiamente nos alertou José Saramago: "É necessário voltar pelo caminho que já se fez, para repeti-lo, e para traçar ao lado dele novos caminhos" (Saramago, 1981, p. 57).

Caminhamos até a sede histórica da prefeitura, um edifício eclético bem preservado, onde fomos informados que a arquiteta nos aguardava na Secretaria de Planejamento. Seguindo a orientação da funcionária: "É bem próximo, três quadras no sentido do rio e vocês chegam". A fala dela reforçou o comentário de Santiago sobre o rio ser uma referência central para a orientação na cidade.

No meio da quadra, encontramos a edificação da secretaria, instalada em uma construção residencial adaptada, com características modernas, distinta do conjunto tombado da cidade (Figura 93); e fomos ao encontro de Letícia Kwecko.

Figura 93 – Secretaria de Planejamento e Urbanismo em Jaguarão/BR

Fonte: Autora, 2023.

Em uma ampla sala com mesas, arquivos e um grande mapa de Jaguarão na parede, Letícia nos recebeu com gentileza. Acomodamo-nos em cadeiras e logo iniciamos a conversa. Notei que era um dia movimentado de trabalho e procurei não tomar muito do seu tempo.

Natural de Rio Grande/RS, Letícia já viveu e atuou profissionalmente em Pelotas e Porto Alegre. Após se casar com um jaguarense, mudou-se para a cidade e passou a trabalhar na prefeitura em 2005, inicialmente em um cargo comissionado, sendo posteriormente efetivada por concurso público.

Ela foi responsável por implantar o setor de planejamento urbano na cidade, que até então não existia. Letícia destacou que, em cidades pequenas, as secretarias costumam ser mais abrangentes e nem sempre conseguem priorizar o planejamento urbano. Além disso, mencionou que essas cidades não são obrigadas a contar com arquitetos no corpo técnico, algo que, para ela, faz toda a diferença.

Perguntei a Letícia se ela possuía dupla cidadania. Ela explicou: "Meu marido é filho de uruguaio, então ele tem. Nosso filho também possui dupla cidadania. E eu pedi residência recentemente, está em processo". Atualmente, Letícia mora em Jaguarão, mas tem negócios em Rio Branco, o que faz com que esteja em contato quase diário com a cidade vizinha.

Ela contou que, ao se mudar para Jaguarão, ficou encantada com a proximidade do Uruguay. Destacou que o Rio Grande do Sul, de forma geral, tem uma conexão forte com o país vizinho, quase uma idealização. Nos primeiros meses, ela fazia tudo no Uruguay: "só comprava o pão de lá (risos). Então, tua vida gira em torno dessa ligação que a gente tem com a ponte. Eu acho que é interessante conviver aqui".

Ao refletir sobre a experiência de viver na fronteira, afirmou: "Na fronteira, a gente é duas coisas, 100%. **A gente é brasileiro e uruguaio o tempo todo**. Na alimentação, no idioma, na fala. Meu marido, que é brasileiro, aprendeu espanhol antes do português, por exemplo".

Letícia destacou que, embora a linha de fronteira seja imaginária, em certos momentos ela se torna uma barreira real, afetando diretamente a fluidez do cotidiano. Um exemplo marcante foi durante a pandemia da Covid-19, quando as abordagens sanitárias adotadas pelos dois países criaram obstáculos burocráticos para a travessia. O fluxo, antes natural e corriqueiro, passou a exigir mais do que

apenas a identidade jaguarense, sendo necessário comprovar residência no Uruguay para atravessar.

> Isso foi horrível. Porque tu tinhas aquele dia a dia que tu passavas a ponte toda hora, a hora que tu quisesses, livremente. E aí tinha aquele marinheiro que estava fazendo o trabalho dele, mas tu tinhas que apresentar. Então, eu acho que foi impactante com os moradores das duas cidades. E aí, para dentro do Uruguay, por exemplo, eu passei um tempo sem poder ir, porque eles não me deixavam, porque o brasileiro não podia entrar no Uruguay. O meu filho entrava, o meu marido entrava e eu fiquei de fora. Nesse momento, a linha imaginária se materializou pra mim (Letícia Kwecko, 2023).

Esse relato reforça, mais uma vez, que **a ponte entre as cidades propicia maior controle e influência da linha político-internacional.** Diferente das cidades-gêmeas de fronteira seca, como Livramento-Rivera, onde tal controle seria praticamente inviável.

Aproveitei o tema para questionar sobre a construção da segunda ponte internacional. Embora tenha enfatizado, assim como Ana, Santiago e Jorge, a importância de aliviar a sobrecarga de veículos na ponte histórica, ela também levantou pontos cruciais. O primeiro diz respeito à localização da nova ponte, que está muito distante das aduanas, o que demandará outras obras de remanejo e infraestrutura. O segundo ponto é o possível impacto no fluxo turístico. Segundo ela, a nova rota poderá ser utilizada principalmente por turistas que desejam chegar diretamente a Montevidéu ou Porto Alegre, sem passar pelas cidades. Esse desvio pode reduzir significativamente o comércio turístico local, já que, atualmente, o caminho obrigatório atravessa o centro urbano. "Eu não sei até onde isso vai refletir na economia do município", destacou Letícia.

Ao ser questionada sobre a gestão dos recursos naturais, rios, fauna e flora na cidade, destacou que, atualmente, a administração apresenta avanços significativos, principalmente devido à incorporação de mais técnicos especializados. Ela explicou que as questões ambientais estão presentes em praticamente todas as etapas do planejamento urbano.

Entre as principais preocupações estão o assoreamento dos rios e a ocupação irregular em áreas de risco, especialmente nas regiões alagadiças, como as sangas. Letícia comentou que o crescimento da cidade enfrentou limitações naturais, como os cerros, e acabou seguindo algumas linhas de drenagem, resultando em um tecido urbano consolidado com diversos pontos alagadiços.

Apesar dos desafios persistirem, reconhece melhorias na fiscalização, manutenção e preservação ambiental, embora ressalte que ainda há um longo caminho a ser percorrido para solucionar todas essas questões. E antes que eu abordasse sobre o tratamento do esgoto, ela já antecipou como sendo um dos grandes desafios atualmente:

> A rede de esgotamento sanitário é antiga e coletava apenas o centro da cidade e levava tudo para essa ETE (estação de tratamento de esgoto) antiga. Com o crescimento da cidade essa ETE não dá conta. Mas, ainda hoje, todo o esgoto segue indo para essa ETE antiga, mas ele não é tratado e vai direto para o rio. A CORSAN (Companhia Riograndense de Saneamento) fez um projeto de uma nova ETE lá em 2000, começou as obras, aí parou, aí não sei o quê (...). Dizem que vão acabar esse final do ano, mas não sei se de fato vai (Letícia Kwecko, 2023).

Letícia explicou que a nova proposta da CORSAN prevê que o esgoto atualmente destinado à estação de tratamento antiga seja bombeado para uma nova estação, equipada com recursos adequados para realizar o tratamento correto antes do lançamento no rio. Para isso, será necessária a construção de uma estação elevatória, já que o emissário da futura estação está pronto — durante o projeto da orla, a tubulação foi preparada antes do calçamento.

No entanto, a arquiteta destacou um problema recorrente: as obras realizadas pela CORSAN continuam conectadas à antiga rede, apenas prolongando suas estruturas. Em sua opinião, essa abordagem acaba ampliando os problemas existentes, ao invés de solucioná-los de forma definitiva.

No Uruguay, o tratamento de esgoto é mais eficiente, de acordo com Letícia, embora também não atenda a toda a cidade, o que resulta no lançamento de rejeitos diretamente no rio. No entanto, ela observou uma diferença crucial entre os dois países: a consciência e o modo de lidar com os recursos hídricos. "Os uruguaios têm uma ligação muito forte com os recursos hídricos, muito forte, que o Brasil não tem (...). No Uruguay as crianças são obrigadas a aprender a nadar. Você sabia disso? O incentivo é muito maior do que no Brasil, entende?"

Quanto à questão legislativa, quis entender se a legislação atual da cidade aborda a mitigação desses conflitos socioambientais: **"O nosso Plano Diretor está defasado, mas estamos atualizando algumas leis".** Ela exemplificou com o projeto "Adote uma área verde", de 2022, uma parceria público-privada bem-sucedida, no qual empresas prestaram manutenção e realizam melhorias em espaços livres públicos que estavam abandonados, uma vez que o município não

tinha recursos para essas obras e para garantir o uso e a ocupação adequada para a população. “A gente vai vendo a necessidade e vai criando, só que tudo demora, né? E o tempo do município não é o tempo da iniciativa privada” — completou Letícia.

Referente à coleta e destinação do lixo, a arquiteta relatou que recentemente foi criada uma nova área de transbordo, que é uma área de manejo específica, com galpão e infraestrutura ao redor, onde o lixo recolhido pelos contêineres da cidade é armazenado e levado diariamente por caminhões para a cidade de Candiota/RS. Os técnicos até pensaram na possibilidade de criar um aterro sanitário na cidade; entretanto, os custos de manutenção de um aterro para uma cidade de pequeno porte são muito elevados. Para que essa ideia fosse viável, a prefeitura teria que construir uma grande estrutura e estar disposta a receber o lixo de outros municípios, mas a localização de Jaguarão não é estratégica, pois está na ponta do país.

O lixo que vai para o transbordo é o lixo doméstico, enquanto o lixo reciclável é recolhido por uma cooperativa que realiza a coleta semanalmente, dividida por regiões da cidade, e conta com um galpão específico. A proposta atual da prefeitura é que essa área de transbordo também abrigue uma área para a triagem do lixo reciclável e um pátio de compostagem, concentrando assim todas as atividades no mesmo local. “Foi a solução encontrada, pois existe o ideal e o real, então trabalhamos com as ferramentas que conseguimos” — explicou Letícia.

Retomando o assunto sobre a gestão, e agora mais especificamente sobre o planejamento urbano das cidades-gêmeas, questionei se há algum diálogo nas tomadas de decisão quanto às questões urbanas, e Letícia afirmou que "neste caso, não. Aqui, o planejamento urbanístico é um, e lá é outro". Ela explicou que, devido ao fato de Rio Branco ter apenas uma Junta Local, as decisões são feitas pela cidade de Melo, que fica a 90 km de distância. Isso acaba impactando a cidade, pois há muita burocracia e demora para as reformas e melhorias urbanas. Diferente de Jaguarão, que tem mais autonomia e consegue resolver questões emergenciais com mais rapidez.

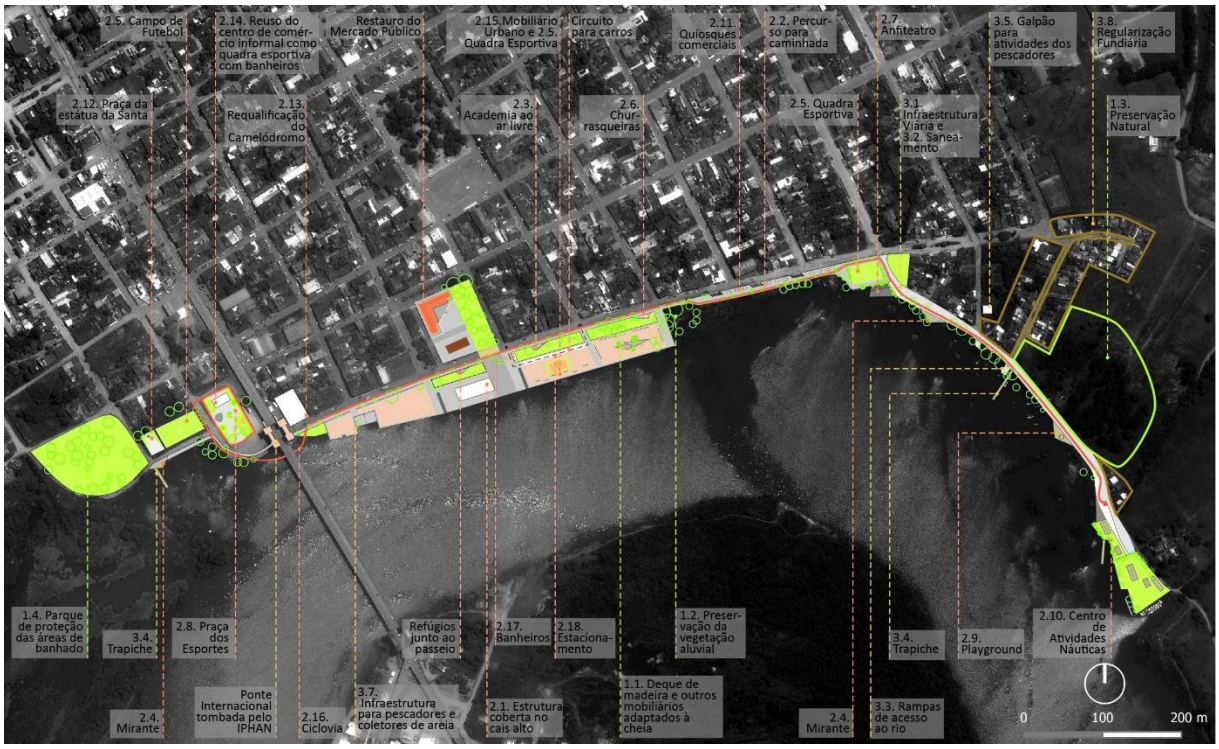
Aproveitando o gancho sobre o planejamento, introduzi o tema do projeto da orla de Jaguarão, já que a arquiteta integrou a equipe executiva. No início, ela disse que as pessoas sempre tiveram contato com a orla e gostavam de se aproximar dela, mais no verão do que no inverno. Se aproximavam mesmo com

uma infraestrutura muito precária, havia apenas uma quadra de areia, alguns quiosques e a limpeza. Ainda que o processo histórico de ocupação urbana tenha dado "as costas" para o rio, com a ocupação ocorrendo em uma cota mais elevada, o rio sempre foi importante, com atividades de transporte, pesca e lazer.

Com o passar do tempo, a cidade de Rio Branco construiu o parque *El Remanso* de forma simples, inserindo alguns bancos, churrasqueiras e pavimentação. Mesmo com esse desenho mais básico, os jaguarenses atravessavam a ponte para aproveitar o espaço, pois o objetivo era estar perto do rio. Observando esse movimento, os técnicos da prefeitura de Jaguarão perceberam o grande potencial da orla para se tornar uma área mais atrativa para os moradores.

Foi a partir desse desejo que foi aberta uma licitação e uma empresa de Porto Alegre iniciou todo o levantamento. Foram realizadas algumas oficinas para ouvir a comunidade local, caminhadas na orla, um mapa colaborativo, além de um estudo histórico, geográfico e cultural. A Figura 94 mostra o plano de qualificação da orla, proposto pela empresa 3C Arquitetura e Urbanismo a partir dos levantamentos realizados.

Figura 94 – Desenho do plano de qualificação da orla de Jaguarão/BR



Fonte: 3c arquitetura e urbanismo, 2016.

Depois de aprovado o plano, a Prefeitura buscou recursos, que chegaram em 2017 por meio de um deputado estadual. No entanto, a quantia era muito pequena, apenas 260 mil reais, o que obrigou a gestão a dividir o projeto da orla em etapas e ir construindo conforme o orçamento permitia. Assim, ficou decidido que a primeira fase seria a implementação da área de esportes, com a construção das quadras e de uma academia ao ar livre.

O plano de qualificação foi realizado por uma empresa de Porto Alegre, mas o projeto arquitetônico e paisagístico foi elaborado por Letícia em parceria com Adriana Ança, outra arquiteta da Prefeitura. Letícia contou que o primeiro ponto considerado no projeto foi a questão das cheias do rio. Assim, utilizaram o desenho das curvas de nível como base para lançar as passarelas com material resistente à dinâmica das águas, optando pelo uso do concreto armado. Dessa forma, o projeto foi pensado tanto para os períodos de seca quanto para os de cheia, adaptando os usos da orla conforme a variação do nível do rio.

O segundo ponto foi garantir que os usos já existentes fossem preservados, como o trabalho dos areeiros no cais. Em relação às espécies arbóreas, não foi possível plantar muitas árvores devido ao processo contínuo de cheias. No entanto, mantiveram as árvores existentes e plantaram apenas alguns Jerivás, uma palmeira nativa.

A arquiteta lembrou que, antigamente, por volta de 1920, a orla de Jaguarão servia como apoio para o intenso transporte fluvial, dada a navegabilidade do Rio Jaguarão em conexão com o Lago Mirim e a Laguna dos Patos. Com o passar do tempo, o rio foi perdendo essa função e, consequentemente, a orla passou a ganhar outros usos e apropriações.

O antigo galpão tinha como função principal receber mercadorias e pessoas que chegavam pelo rio, mas com o tempo passou a abrigar outros usos, como salão de festas e ponto de encontro de motoqueiros. No projeto atual, o galpão será transformado em um espaço de gastronomia, com restaurantes, quiosques, banheiros e um terraço voltado para o rio, destinado à contemplação.

Questionei se, durante o processo do projeto, eles entraram em contato com a União, uma vez que parte do projeto estava inserida dentro da faixa dos terrenos marginais (APÊNDICE L – A investigação sobre a LMEO), ou seja, áreas de domínio federal por se tratar da orla de um rio internacional. “A gente não fez nada nos 15 metros”, respondeu Letícia. Ao entrar em contato com a SPU (Secretaria do

Patrimônio da União), ela relatou que a resposta quanto à localização exata da faixa dos terrenos marginais foi pouco precisa, indicando apenas a necessidade de preservar 15 metros de distância da margem atual. Foi exatamente isso que fizeram: nessa faixa há apenas o gramado existente e algumas passarelas de concreto.

Para finalizar o assunto do projeto da orla, questionei se houve também contribuição de uruguaios no processo participativo, no estudo de viabilidade e mesmo nas decisões projetuais, e se foi levado em conta o uso não apenas pelos jaguarenses, mas também pelos moradores da cidade de Rio Branco. Letícia respondeu que, entre aspas, sim, mas não oficialmente, até porque os recursos foram inteiramente brasileiros. "Nós somos *doble chapa*. Então, todo jaguarense é um pouco uruguaio. Então, eu acho que não tem como separar", completou.

A resposta de Letícia foi interessante e válida, reforçando mais uma vez como o habitante fronteiriço negocia e adapta seu cotidiano e seu trabalho de forma integrada. Foi natural para Letícia projetar esse espaço pensando nos costumes e gostos de ambas as nacionalidades, levando em consideração que o público não se restringia apenas ao morador jaguarense, mas também estava disponível para acolher uruguaios e turistas de diferentes regiões. Por uma questão legal e orçamentária, os dados são direcionados à cidade de Jaguarão, mas são apenas dados, que não refletem a vivacidade e a prática cotidiana dos lugares.

Contudo, ficam evidentes as características e o modo de fazer construtivo brasileiro. Os materiais e a mão de obra influenciam esse processo, resultando em uma materialidade mais conectada ao local. Enquanto em Rio Branco todos os parques possuem estruturas para churrasco e *parrilla*, no lado de Jaguarão é mais comum a presença de quadras e espaços para atividades esportivas ao ar livre. Isso garante uma maior diversidade e opções de uso, sem homogeneizar os espaços públicos, mas mantendo-os abertos para receber diferentes públicos (como foi presenciado durante caminhadas).

No final da conversa, Letícia concluiu que as transformações mais significativas que notou na cidade de Jaguarão, nesses últimos cinco anos, foram mais pontuais. Além do destaque do projeto da orla, comentou sobre a pavimentação de vias nas periferias, que garantiu melhor qualidade de vida para as populações dos bairros e, inclusive, serviu como estímulo para melhorias nas calçadas e nas fachadas das residências. Lembrou também que uma importante obra de infraestrutura foi a construção do transbordo para o recolhimento do lixo.

Outro ponto mencionado foi o fortalecimento do comércio de alimentos e serviços no Brasil, embora esse seja um fator cíclico que varia muito conforme o ano e as cotações da moeda. Letícia ressaltou que, dentro desse intervalo temporal, a pandemia acabou adiando muitas obras e mudanças planejadas.

Após aproximadamente uma hora de conversa, agradeci a Letícia pela atenção e disponibilidade, e registramos o momento (Figura 95). A cada novo encontro, percebia como era importante o processo de escuta, de compreender a lógica com que **os agentes de transformação articulavam suas ações, quais foram os desafios e as oportunidades enfrentados, como e por quem as decisões foram tomadas**. Dar visibilidade a esses agentes é fundamental para a leitura da paisagem, sejam eles moradores ou funcionários técnicos que estão na linha de frente das transformações.

Figura 95 – O encontro com a arquiteta Letícia

Fonte: Raul Dias, 2023.

Seguimos para o Instituto Histórico e Geográfico, na Rua Marechal Deodoro, mas, por volta das 11h00min, o casarão estava fechado. Continuamos até a esquina e chegamos à Praça Comendador Azevedo. Segundo o Dossiê de Tombamento (IPHAN, 2010a), essa área integra a área de entorno da primeira expansão urbana, localizada entre o Rio Jaguarão e os cerros da Pólvora e das Irmandades. As ruas são largas, com canteiros arborizados, e as calçadas, em sua maioria, de ladrilho hidráulico.

Diferente da Praça da Matriz, a Praça Comendador é quase duas vezes maior e tem uma aparência mais árida, devido à presença escassa e dispersa de

vegetação arbustiva. Uma placa turística a classificava como uma “praça de inverno”, ideal por garantir maior insolação. Conforme a pesquisa de Débora Termesano (2018), antes de se tornar praça pública, o local foi usado como acampamento militar e campo de futebol.

A praça apresenta um desenho e infraestrutura simples. O calçamento se restringe à calçada que contorna a praça, enquanto os demais caminhos são de saibro. Sua configuração é claramente dividida em duas áreas: à direita, um amplo areal abriga equipamentos de recreação infantil e o banheiro público; à esquerda, um chafariz circular marca a centralidade, irradiando caminhos diagonais e perpendiculares que organizam os canteiros gramados que acolhem placas turísticas e esculturas. A área central circular é emoldurada por Jerivás, que acompanham o traçado, reforçando a composição. No eixo central que separa as duas porções, destaca-se o arco do triunfo, um imponente portal revestido em pedra (Figura 96).

Se Jaguarão é conhecida como a “cidade heroica”, a Praça do Comendador poderia ser chamada de “praça heroica”, já que seus monumentos predominantes homenageiam tenentes, coronéis e oficiais do exército. No arco do triunfo, a placa informativa destaca: “Ao coronel Manoel Pereira Vargas. Herói de 27 de janeiro de 1865. Homenagem do povo de Jaguarão”. Contudo, essa mesma placa estava pichada com algumas letras, enquanto as pedras ao redor exibiam nomes de pessoas, datas e até declarações, revelando uma sobreposição de narrativas em disputa.

No entorno da praça, predominam edificações modernistas, como o antigo Cinema Regente (atualmente sede da rodoviária municipal) e o Colégio Estadual Joaquim Caetano da Silva. Enquanto registrávamos essas construções, fomos abordados por um casal sentado na calçada, cercado por mochilas e malas, próximo à entrada da rodoviária. A mulher, que se apresentou como colombiana, contou que vendia bijuterias e perguntou se tínhamos interesse em comprar, explicando que precisava completar o valor da passagem para seguir viagem até Porto Alegre. Contribuímos com um valor simbólico e, após uma breve conversa, nos despedimos.

Aquele breve encontro despertou em mim uma reflexão sobre o constante trânsito de imigrantes latino-americanos e sobre como a fronteira se impõe como

ponto inevitável para as travessias — não apenas geográficas, mas também pessoais e sociais.

Figura 96 – A Praça Comendador Azevedo em Jaguarão/BR

Fonte: Autora, 2023.

Ao seguir pela Rua Carlos Alberto Riba em direção ao rio, observamos uma diversidade construtiva que evidencia diferentes épocas e estilos. Destacam-se a Casa Sede do Rotary Club, com linguagem proto-racionalista, uma residência contemporânea com volumetrias marcantes e o Museu Carlos Barbosa[66], exemplar do ecletismo historicista em ótimo estado de conservação. Duas quadras adiante, uma edificação eclética da terceira fase abriga uma sapataria, com fachada descaracterizada por cores vibrantes e grafite, em contraste com a arquitetura original (Figura 97).

Figura 97 – A diversidade da Rua XV de Novembro em Jaguarão/BR

Fonte: Autora, 2023.

É interessante notar como essas intervenções variam, do cuidado com a integridade dos prédios históricos até casos de descaracterização mais evidente. Nesse contexto, as construções antigas dialogam com obras contemporâneas, revelando uma paisagem urbana em constante transformação e carregada de múltiplas camadas de significados.

Durante o percurso, foi possível observar o acúmulo de lixo nos contêineres e o uso inadequado das árvores como suporte para sacolas, indicando a insuficiência desses equipamentos e sua má distribuição. Essa situação confirma

[66] O museu, que preserva a memória da família do médico e ex-governador do Rio Grande do Sul (1908-1913), Dr. Carlos Barbosa, funciona como uma casa-museu. Seu acervo inclui louças, obras de arte e mobiliário, predominando os estilos neoclássico e art nouveau.

os relatos de Jorge e Letícia sobre a precariedade da coleta e descarte de resíduos na cidade (Figura 98).

Figura 98 – O lixo nas ruas de Jaguarão/BR

Fonte: Autora, 2023.

Almoçamos no tradicional restaurante Red, conhecido pela grande capacidade e cardápio variado. O local estava movimentado, com presença de brasileiros e uruguaios, evidenciada pelo idioma e pelo uso de duas moedas no caixa. Após a refeição, seguimos até a orla e visitamos o *free shop* brasileiro "Caraballat Garcia", que, assim como os comércios locais, ocupa as calçadas com mercadorias e publicidade, dificultando a circulação em um trecho de calçadas estreitas e ocupação histórica (Figura 99).

Figura 99 – O avanço na calçada do *free shop* brasileiro

Fonte: Autora, 2023.

Decidimos voltar a Rio Branco para visitar o Parque *El Remanso*, localizado próximo à Casa de Rio. O acesso ao parque pode ser feito pelas proximidades da escadaria da Ponte Internacional, mas, devido às cheias do rio, essa área estava completamente alagada, o que nos obrigou a contornar a quadra.

Quando chegamos, havia apenas uma senhora sentada em um dos bancos, tomando chimarrão e admirando o rio. O céu estava menos nublado, e alguns raios de sol alcançavam a superfície. Registrei à primeira vista do parque (Figura 100) e percebi que sua simplicidade e rusticidade estavam em harmonia com o ambiente natural. A cidade de Jaguarão, ao fundo, era o cenário para o qual os bancos estavam voltados. O rio, a ponte e a cidade de Jaguarão formavam o palco, enquanto o parque *El Remanso* era a plateia que contemplava as diferentes texturas, cores, sons e aromas.

Figura 100 – Visada do Parque El Remanso

Fonte: Autora, 2023.

Na área próxima ao rio, o Parque *El Remanso* conta com bancos de concreto azul, mesas de tijolos, pergolados com trepadeiras, postes de iluminação e árvores arbustivas. Na parte mais elevada, há churrasqueiras cobertas, pia, balcão, deck, salão de festas, banheiro e um palco de concreto para eventos (Figura 101).

Enquanto apreciávamos a paisagem e o som de diferentes pássaros, como o bem-te-vi e o sabiá, conseguimos registrar, da orla uruguaia, as obras do antigo galpão em Jaguarão — cujo projeto, segundo a arquiteta Letícia, inclui amplas janelas voltadas para o rio e um terraço com vista panorâmica para Rio Branco.

Conforme a Figura 102 essa vista revela diferentes camadas da paisagem: (1) a igreja, alta e imponente, mas voltada “de costas” para o rio; (2) a mistura entre o casario eclético e construções contemporâneas; (3) a estátua da liberdade na praça principal, destacando o histórico de luta e resistência da população escravizada; e (4) a vegetação da Praça do Desembarque, que se destaca no entorno.

Figura 101 – Mosaico de fotografias do Parque El Remanso

Fonte: Autora, 2023.

Figura 102 – Vista da orla de Jaguarão/BR

Fonte: Autora, 2023.

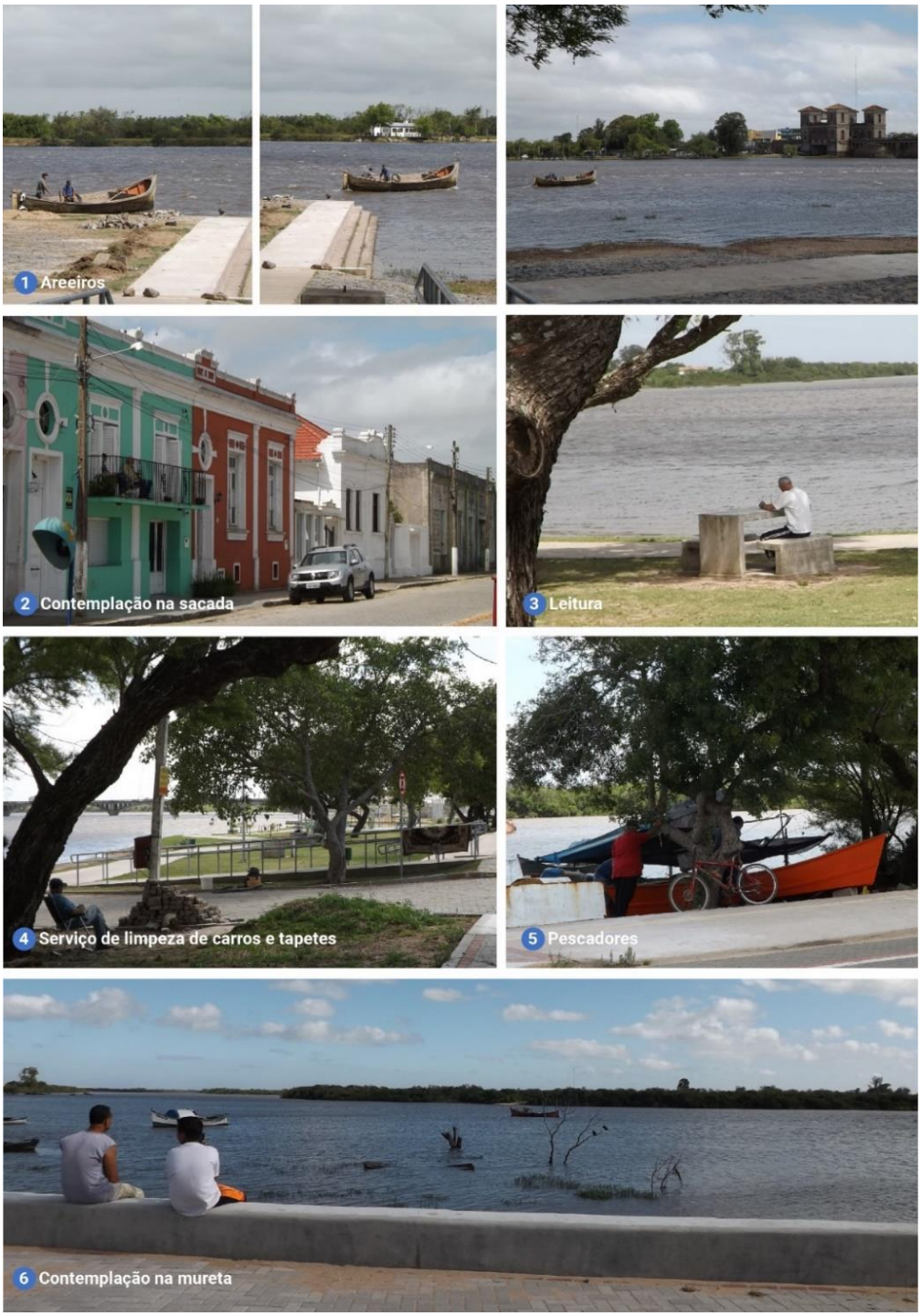
Cada vez mais eu me convencia de que **o rio é, de fato, o elemento que une as duas cidades. Ele oferece a distância necessária para perceber o outro com mais nitidez.** Estávamos em Rio Branco, mas a todo momento nossa atenção se voltava para Jaguarão. E o inverso também ocorre, não por acaso que as transformações da orla de Jaguarão se voltam para o rio e para a cidade vizinha.

Novamente atravessamos a ponte, pois tínhamos uma entrevista marcada no Clube 24 de Agosto. Durante a travessia, em cima da ponte, ao observar mais atentamente as infraestruturas na orla, não pude deixar de pensar nas inundações recorrentes. Embora os gestores e técnicos de ambas as cidades estejam cientes dessa dinâmica e tenham sido cuidadosos quanto à materialidade dos projetos, percebi que os danos em Jaguarão, com a nova obra, podem ser ainda mais graves, especialmente em relação ao novo galpão. No APÊNDICE M – A paisagem de inundação, faço um desvio na cronologia e avanço para o ano de 2024, mostrando como as enchentes foram ainda mais prejudiciais.

De volta à orla de Jaguarão, observei diversas atividades realizadas pelos moradores: (1) areeiros trabalhando no cais; (2) um senhor sentado na sacada de sua casa, contemplando o rio; (3) outro senhor lendo em um dos bancos da orla; (4) próximo à placa "lava-se carros e tapetes", um homem prestava esse serviço, no

momento estava sentado em uma cadeira de praia, enquanto um grande tapete secava no corrimão da rampa; (5) o trabalho de pescadores; (6) um homem adulto e uma criança conversando e contemplando o Rio Jaguarão pela mureta de concreto. Registro de atividades cotidianas em uma tarde de terça-feira (Figura 103).

Figura 103 – Atividades na orla de Jaguarão/BR



Fonte: Autora, 2023.

No cruzamento da avenida da orla com a Rua Augusto Leivas, na curva formada pela inflexão do rio, encontramos funcionários da prefeitura trabalhando no assentamento do pavimento de blokrets ao redor da quadra de futebol de areia. Era mais uma etapa do projeto de requalificação da orla.

Subimos a Rua Augusto Leivas, caracterizada predominantemente por residências térreas, sem recuos frontais ou laterais, com as casas alinhadas lado a lado, seguindo a elevação da topografia. Na esquina seguinte, encontramos o casarão verde-escuro do Clube 24 de Agosto, primeiro clube social negro de Jaguarão, reconhecido em 2012 como Patrimônio Histórico do Rio Grande do Sul, e nossa próxima parada.

A porta principal do casarão estava aberta. Entramos no hall e aguardamos o senhor Madruga, presidente do clube. Observamos o movimento de várias pessoas circulando pelo local. Muitas crianças estavam em um salão grande, sentadas em círculo, enquanto uma senhora, no centro, contava uma história. Também sentimos o aroma de comida sendo preparada em uma área mais interna. Não demorou muito para que Madruga chegasse. Ele se apresentou e nos conduziu ao andar de cima.

Em uma sala ampla, próxima à sacada, Madruga puxou algumas cadeiras de madeira, que estavam empilhadas em um canto, e as posicionou frente a frente para iniciarmos a conversa (Figura 104). A todo momento, mostrou-se muito gentil e solícito. Comecei explicando quem eu era, de onde vinha e o objetivo da pesquisa que estava realizando na cidade. Em seguida, perguntei sobre ele. No início, ele demonstrou surpresa ao saber que eu vinha de tão longe, mas demonstrava estar à vontade.

O senhor Neir Madruga, mais conhecido como Madruga, é um homem preto (como se autodeclara), natural da cidade de Piratini/RS, mas desde 1975 reside em Jaguarão. Foi bombeiro e hoje é aposentado e está como presidente do Clube 24 de Agosto. Para ele o que mais diferencia a cidade de Jaguarão para as outras cidades não fronteiriças é a possibilidade das compras e trocas comerciais com o país vizinho. “Essa parte da balança comercial pesa bastante”, completou Madruga. Nos disse ainda que fica sempre observando a variação do câmbio das moedas para saber em qual lugar está mais favorável realizar suas compras: “por exemplo, tem época que a carne tá mais barata lá, do que aqui. Já os produtos que eles têm no

free shop são diferentes dos nossos produtos, às vezes, né? É uma novidade, então tudo isso também é uma atração pra nós".

Figura 104 – O Clube 24 de Agosto e o encontro com Madruga

Fonte: Autora, 2023 (superior), 2023 e Raul Dias, 2023 (inferior).

Madruga relatou que frequentemente as pessoas fazem a travessia, que muitos residem em um lado, mas trabalham em outro. Exemplificou o caso de médicos e enfermeiros uruguaios que trabalham no posto de Jaguarão, e uruguaios que frequentam as festas e bailes no próprio clube e vice-versa. Mas para além da cidade de Rio Branco a travessia é muito comum para o Lago Mirim, conhece muitos jaguarense que não só passam feriados e férias no balneário, mas também decidiram tornar a residência como moradia principal.

Ao questionar sobre a linha imaginária, Madruga respondeu:

> Eu acho (...) realmente, ela é uma linha imaginária, né? **Porque, na verdade, nós só somos divididos pela ponte, né? E unidos pelo rio.** Os pescadores meus amigos, de ambos os lados, eles usam o mesmo rio. Às vezes há umas confusões. Porque às vezes as pessoas invadem muito lá ou aqui também. Mas é praticamente uma coisa só. Ela é imaginária, né? Uma terra só, quase (Madruga, 2023).

Mais uma vez, a relação entre ponte-dividir e rio-unir foi mencionada para refletir sobre o impacto da linha imaginária no território. Madruga comentou algumas questões relacionadas ao Rio Jaguarão, destacando a necessidade de uma fiscalização ambiental mais efetiva. Ele mencionou que, após as últimas inundações, ficou evidente a grande quantidade de lixo despejado no rio. Também relembrou o período em que navios a vapor navegavam por essas águas, contrastando com a realidade atual, em que até pequenas embarcações enfrentam dificuldades para atravessar e relatam problemas nas condições do rio.

Apesar disso, Madruga destacou que a sociedade civil, gradativamente, tem se conscientizado sobre os benefícios do rio. Para ele, o novo projeto da orla em Jaguarão tem desempenhado um papel importante ao atrair mais pessoas para se aproximarem do rio. Ele observou que a movimentação pós-reforma aumentou significativamente, com moradores indo ao local para assistir ao pôr do sol, tomar chimarrão e usar o espaço como ponto de encontro. Segundo Madruga, essa ocupação fomenta o cuidado com as águas e suas margens.

Nossa conversa foi interrompida em alguns momentos por barulhos vindos, ora do salão onde estavam as crianças, ora da cozinha. O movimento e a agitação da casa estavam intensos naquele horário.

Mudando um pouco o rumo da conversa, perguntei sobre a edificação e a história do Clube 24 de Agosto. Madruga, neste momento, deu um sorriso largo e ficou animado com a pergunta. Segundo ele, o Clube é centenário, foi fundado em 24 de agosto de 1918, data que ficou marcada no nome do Clube.

Malaquias Oliveira e Theodoro Rodrigues foram os homens que lideraram o projeto do Clube, que, inicialmente, funcionava na orla do rio, no mesmo edifício da Sociedade Operária Jaguarense, posteriormente chamada de Círculo Operário Jaguarense. O Círculo Operário tinha uma forte ligação com a Igreja Católica e promovia diversas atividades de caridade e assistência social, tinha como objetivo disciplinar a classe trabalhadora de acordo com os preceitos da moral cristã.

O Clube Social, por sua vez, surgiu devido à falta de espaços de sociabilidade para as famílias negras, já que, conforme explicou Madruga, "**naquela época, os**

negros não podiam participar dos espaços e eventos dos brancos. Por isso, reivindicavam um espaço próprio". Inicialmente, sem um local fixo, o Clube dividiu a sede com o Círculo Operário por alguns anos. Posteriormente, conseguiram alugar outro espaço, até que, em 1970, construíram a sede atual.

Com o tempo, o Clube passou a incorporar outras atividades, como letramento, aprendizado de profissões, biblioteca, conferências e reuniões políticas, além das festividades como o carnaval e os cordões carnavalescos. "Um clube voltado para as famílias e pessoas menos favorecidas, com o propósito de alfabetizar, ensinar a ler jornais, politizar as pessoas. Esse sempre foi um dos grandes objetivos do 24", destacou Madruga.

Na verdade, os cordões de carnaval do Clube 24 desempenharam um papel fundamental na articulação política, tanto na mediação com o poder institucional quanto no reconhecimento de uma sociedade negra na cidade. O espaço do carnaval nas ruas das cidades-gêmeas foi inaugurado pelos cordões, e, até hoje, o carnaval na cidade é muito prestigiado (Al-Alam; Oliveira, 2021).

O desfile do Cordão Carnavalesco União da Classe, vinculado ao Clube 24 de Agosto, era aclamado pela elite branca como uma manifestação alegre e bem organizada. Além disso, a escola de samba do Clube 24, denominada "Bataclan", também participava do carnaval na cidade de Rio Branco, promovendo esse trânsito cultural na fronteira. Esse intercâmbio influenciava os próprios ritmos do carnaval, incorporando danças e rituais semelhantes ao candombe uruguaio (Al-Alam; Oliveira, 2021).

Atualmente, a sede do Clube realiza eventos de conscientização contra o racismo estrutural. Às quintas-feiras, são oferecidas aulas de capoeira; às sextas, um grupo de mulheres prepara um sopão para distribuir a pessoas em situação de vulnerabilidade social; e, aos domingos, ocorre o tradicional baile dançante, cuja entrada paga contribui para a manutenção do espaço. "Aqui, para o baile, vem todo mundo. O clube foi fundado para atender às necessidades do povo negro, mas é um espaço aberto à integração de todas as pessoas", completou Madruga. Na semana do Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, organiza diversos debates e atividades.

Comentei com Madruga sobre a dificuldade de encontrar mais registros e histórias do povo negro nas cidades-gêmeas, ressaltando a invisibilidade desses corpos que foram os responsáveis pela fundação e edificação da região. Questionei,

então, como ele enxerga esse movimento de apagamento e o racismo nos dias de hoje.

> **Eu acho que o racismo é uma coisa que jamais vai ser superada.** Acho que enquanto as pessoas não conseguirem se respeitar, é difícil. A gente está vendo aí, né? Na grande mídia. Às vezes, dizem que é só porque a pessoa é pobre, mas não, os que têm poder aquisitivo também estão sendo atacados (...). A nossa história não pode ser apagada, e o Clube 24 está aqui como resistência (Madruga, 2023).

Para manter viva essa história, o Clube tem articulado diversos projetos voltados à proteção e preservação de seu legado. Recentemente, foi contemplado com uma verba destinada a melhorias físicas no prédio, visando preservar o acervo fotográfico e documental do Clube, por meio do edital da Política Nacional Aldir Blanc (Pnab).

O barulho no local havia ficado ainda mais intenso, com pipoca estourando e crianças cantando antigas cantigas de roda. Madruga nos convidou a conhecer a nova sala de acervos, agora mais organizada (Figura 105). Ele explicou que professores do IFSul, do Campus de Jaguarão, auxiliaram no processo de catalogação dos documentos, incluindo o registro digital de todo o material. Esses registros podem ser acessados por meio de computadores adquiridos com recursos dos projetos. Na Figura 105, no canto superior direito, estão expostas as fotografias de todos os presidentes do Clube 24. Na parte inferior, aparecem as fotografias das rainhas do carnaval, destacadas com seus figurinos.

Figura 105 – Acervo do Clube 24 de Agosto

Fonte: Autora, 2023.

Madruga fez questão de mostrar duas fotografias que ilustram a nossa conversa. Na Figura 106, à esquerda, há uma imagem da orla de Jaguarão, próxima à Praça do Desembarque, época em que o rio ainda era navegável por grandes embarcações. À direita, encontra-se uma fotografia da escola de samba do Clube 24 de Agosto, a “Bataclan”, composta predominantemente por homens negros.

Figura 106 – A navegabilidade do Rio Jaguarão e o grupo Bataclan

Fonte: Acervo Clube 24 de Agosto, s/d.

Madruga demonstrou muito orgulho e felicidade ao ver a sala de acervos tão bem organizada. Ele comentou sobre sua preocupação com as condições anteriores do material, que ficava armazenado em um depósito pequeno e úmido, comprometendo a integridade dos documentos.

Agradeci a contribuição de Madruga, nos despedimos e caminhamos mais uma quadra pela Rua Augusto Leivas até a Praça Hermes Pinto Afonso (Figura 107), situada em frente à Santa Casa de Caridade de Jaguarão. A praça é organizada em três níveis: o inferior abriga o parquinho e os sanitários públicos; o intermediário tem vegetação densa, bancos e monumentos; e o superior, próximo ao hospital, conta com academia ao ar livre, estacionamento e trailers de alimentação ao redor.

Ao pesquisar sobre a Santa Casa, encontrei a seguinte descrição em suas redes sociais: "Há mais de 100 anos cuidando de Jaguarão. Referência local, atendendo mais de 20 municípios do RS e Uruguay. Atendimento 24h". Essa descrição destaca seu papel como um polo regional importante no atendimento à saúde, acolhendo inclusive os moradores da cidade vizinha.

Passamos algum tempo na praça e depois caminhamos até o Largo das Bandeiras, seguindo pela Rua Carlos Barbosa. Após atravessar a Praça da Matriz,

fizemos uma pausa na cafeteria Pane Mio para o lanche da tarde. Cerca de 30 minutos depois, encontramos Adriana Ança, arquiteta da prefeitura de Jaguarão, com quem iríamos a Rio Branco para conversar com o técnico de construção Daniel Pereira.

Figura 107 – A Praça Hermes Pinto Afonso em Jaguarão/BR

Fonte: Autora, 2023.

Já conhecia Adriana de quando fomos colegas de mestrado na UFPel, e pedi a ela o contato de um profissional uruguaio para entender melhor a dinâmica da fronteira. Assim, agendei a conversa com ambos.

O encontro seria no escritório de Daniel, localizado na periferia de Rio Branco. Adriana nos deu carona até lá. Conforme o mapa da Figura 108, seguimos pela Rua Uruguai, atravessamos a ponte e seguimos até a Rua Joaquin de Paz, onde, após cerca de 2 km, chegamos ao escritório. Durante o trajeto, observei a diferença no desenho urbano entre o centro e a periferia, com mais lotes vagos, vegetação densa, ruas de saibro e casas simples, mas com um padrão semelhante. A cidade

estava mais movimentada que no fim de semana, mas ainda com um fluxo moderado de pessoas e veículos.

Figura 108 – Mapa da travessia de carro até Rio Branco/UY

Fonte: Autora, 2023.

O escritório de Daniel fica no mesmo lote que a sua residência, em um container na lateral do lote. Gentilmente nos recebeu ali, é um espaço aconchegante, conta com uma pequena recepção, uma mesa de trabalho com computadores e armários e equipamentos de obra (Figura 109). Nos convidou para sentar e iniciamos a conversa.

Antes de começar a gravar nossa conversa, Daniel explicou que não tem fluência em português, apenas espanhol e portunhol, e perguntou se isso seria um problema. Informei que não havia problema algum e que ele poderia se comunicar

no idioma em que se sentisse mais confortável. Por essa razão, deixei nas notas de rodapé a versão original de suas citações.

Figura 109 – A conversa no escritório de Daniel em Rio Branco/UY

Fonte: Raul Dias, 2023.

Daniel é natural da cidade de Rio Branco e atualmente, sua residência, se localiza em frente ao bairro Mevir, que é "uma área de habitações coletivas"[67]. Se apresentou como construtor, "estudei na Universidade do Trabalho do Uruguai, que tem um perfil de construtor com desenho, técnico em construção e um pouco de arquitetura"[68]. Informou ainda que é uruguaio e não viu necessidade, até o momento, de solicitar a segunda cidadania, brasileira.

Já Adriana é natural de Jaguarão, é arquiteta e urbanista, formada pela UFPel. Trabalha há 15 anos na Prefeitura de Jaguarão e reside na área central. Também não tem dupla cidadania.

Neste ponto, Daniel ressaltou que há muito mais uruguaios que solicitam a dupla cidadania do que brasileiros, e isso por uma razão econômica: "por exemplo, comprar um carro no Brasil é muito mais barato. Esse fator é motivador para que

[67] Idioma original: *"una zona que son viviendas colectivas"*.
[68] Idioma original: *"Vengo de estudiar en la Universidad del Trabajo del Uruguay, que tiene un perfil de constructor con dibujo, técnico en construcción y un poco de arquitectura"*.

as pessoas obtenham documentos brasileiros"[69], explicou Daniel. Adriana complementou: "E o custo de vida no Uruguay é bem mais elevado que no Brasil, então se vê muitos uruguaios morando no Brasil. Trabalham aqui (Uruguay) e moram no Brasil".

Ambos entrevistados falaram sobre a influência dos agentes imobiliários nas cidades. Daniel acredita que com a explosão dos *free shops* na década de 2000, a pequena zona comercial teve um aumento muito expressivo no valor dos lotes. Que, segundo ele, são valores acima de 500 mil dólares em um lote, que não estão de acordo com a realidade, devido à pouca infraestrutura urbana.

Adriana comentou que em Jaguarão o valor do lote também é altíssimo, no caso de Arroio Grande, cidade vizinha a 60km, a discrepância é muito alta. E esse fato pode ser explicado pela proximidade com a fronteira, atratividade dos *free shops* e também pelo número de uruguaios, alguns donos de fazendas no Uruguay, cultivadores de arroz e gado, que residem em Jaguarão.

De acordo com Daniel, os uruguaios fazem construções importantes em Jaguarão, compram prédios e o valor do metro quadrado se eleva em Jaguarão. "Se compararmos urbanisticamente Jaguarão e Rio Branco, Jaguarão é uma cidade muito mais linda que Rio Branco. No que diz respeito ao crescimento urbano, tem ruas de mão dupla no centro que existem há mais de 100 anos, e isso lhe dá mais valor"[70], opinou Daniel.

Questionei a ambos como era conviver tão próximo de outro país, como era morar em uma cidade de fronteira. Eles responderam retornando ao período em que moraram em cidades fora da zona fronteiriça. "Eu sentia falta de andar nas calçadas na rua e escutar o espanhol. Só de escutar o espanhol, me sentia em casa. Tu não escutar o castelhano parece que fica faltando alguma coisa", respondeu Adriana. Já Daniel, disse o seguinte: "os brasileiros se percebem de longe, há algo diferente na forma de se vestir. Então, morando em Montevidéu, quando via um brasileiro, isso me dava uma alegria"[71].

Ainda sobre essa temática, Daniel relembrou sua infância e como era crescer em uma cidade de fronteira. Ele contou que, na época, assistia exclusivamente aos

---

[69] Idioma original: *Por ejemplo, comprar un auto en Brasil es mucho más barato. Ese factor es motivacional para que la gente saque documentos brasileños".*
[70] Idioma original: *"Si comparamos urbanísticamente Jaguarão y Río Branco, Jaguarão es una ciudad mucho más linda que Río Branco. En lo que respecta al crecimiento urbano, tiene calles de doble vía en el centro que existen desde hace más de 100 años, y eso le da más valor".*
[71] Idioma original: *"Os brasileños se nota de lejos, tienen algo diferente en la forma de vestir. Entonces, viviendo en Montevideo, cuando veía a un brasileño, me daba una alegría".*

canais de televisão brasileiros e sabia, por exemplo, que o presidente do Brasil era João Figueiredo, mas não fazia ideia de quem era o presidente uruguaio. Os desenhos animados brasileiros também marcaram sua infância a ponto de, ao brincar sozinho com seus bonecos, os diálogos que inventava serem em português. Essa situação preocupou sua mãe, que decidiu restringir o acesso aos canais de televisão brasileiros e às revistinhas da Turma da Mônica, temendo que Daniel tivesse dificuldades para aprender espanhol e enfrentasse preconceitos no Uruguay. No entanto, mesmo com essas limitações, a influência cultural brasileira chegava à sua casa, moldando significativamente sua vivência.

Daniel acredita que, em cidades como Jaguarão e Rio Branco, devido à separação geográfica pelo rio, é mais fácil manter um certo distanciamento e controle sobre essa mescla cultural. Ele lembrou que, quando estudava em um colégio em Rio Branco, todos os professores falavam espanhol corretamente e corrigiam os alunos quando misturavam palavras em português. No entanto, ao conversar atualmente com os professores de sua filha em Rivera, uma cidade de fronteira seca, Daniel ficou confuso ao perceber o nível de hibridismo linguístico, pois não conseguia identificar claramente se eles falavam em português ou espanhol.

Apesar dessas diferenças e intensidades, Daniel considera inevitável a fusão entre os idiomas e só percebe o quanto ela é marcante ao visitar cidades mais no interior do Uruguay. Ele deu o seguinte exemplo: a expressão "*yo acho*" não existe em espanhol. O correto seria "*a mí me parece*". Em espanhol, "acho" tem apenas o sentido de encontrar algo e não de opinar ou pensar, como é usado em português[72]. Daniel confessou que só percebeu essa diferença porque costuma dizer "*yo acho*" e notou que, em Montevidéu, as pessoas não compreendem a expressão. Nesse momento, rimos bastante dessa comparação, e Adriana confirmou o quanto utiliza palavras em espanhol sem sequer perceber.

Em se tratando de diferenças e semelhanças no processo de convivência nas cidades-gêmeas, Adriana introduziu sobre a questão das normas de trânsito que são bem diferentes, e geram algumas confusões. Ela reclamou que muitos uruguaios que transitam de carro em Jaguarão, não respeitam a sinalização e

[72] Idioma original: *"La expresión "Yo acho" no existe en español. Lo correcto sería "a mí me parece". En español, "acho" solo tiene el significado de encontrar algo y no de opinar o pensar, como se utiliza en português"*.

acabam tornando o trânsito mais caótico, parando em local proibido, dirigindo em uma velocidade muito abaixo da permitida, etc.

Mas, ao mesmo tempo, Adriana destacou que, no Uruguay, "as regras são simples e funcionam. Em qualquer cidade que você vai no Uruguay preste atenção sempre no meio fio. Porque no meio fio está desenhado se a flecha vai para a direita ou para a esquerda". Ela comparou essa prática à sinalização no Brasil, que depende de placas que frequentemente requerem manutenção; em muitos casos, as placas estão ausentes ou encobertas pela vegetação, gerando dúvidas aos motoristas. Daniel concordou, acrescentando que o trânsito urbano no Uruguay é mais organizado, resultado de investimentos recentes em campanhas de conscientização, educação no trânsito e no aumento das penalidades.

Abro aqui um pequeno parêntese para destacar, na citação anterior de Adriana sobre o trânsito, como ela utilizou uma palavra em espanhol de forma tão natural que nem percebeu. Usou o termo “flecha”, em espanhol que significa “seta” em português. Com um pouco mais de atenção, podemos identificar diversas outras ocorrências semelhantes nas falas dos entrevistados, evidenciando essa mescla linguística.

Avançamos na conversa sobre as diferenças políticas e legislativas das cidades no campo do urbanismo. Daniel explicou como funciona a divisão de poderes no Uruguay, as funções da Intendência e Junta Local e comentou algumas peculiaridades:

> Rio Branco, em particular, não tem um plano diretor, não tem um escritório de arquitetura e não tem fiscalização de edificações. O que acontece? Após a ditadura militar, Rio Branco cresceu de forma muito desordenada, sem planejamento nem assessoria. Aqui em Rio Branco, se você começar a percorrer os bairros, vai encontrar muitas casas em que, ao olhar, percebe que estão abaixo do nível da rua. Quem é responsável por isso? Quem constrói a casa, mas também quem é responsável por supervisionar, porque não supervisiona nem orienta as pessoas[73] (Daniel, 2023).

Daniel comentou que o escritório de arquitetura mais perto de Rio Branco está na cidade de Melo, distante a 90 km, e que todos os projetos precisam de

[73] Idioma original: *“Río Branco, en particular, no cuenta con un plan director, una oficina de arquitectura ni con una policía edificatoria ¿Qué pasa? Después de la dictadura militar, Río Branco creció de forma muy desordenada, sin planificación ni asesoramiento. Aquí en Río Branco, si comienzas a recorrer los barrios, encontrarás muchas casas donde, al mirarlas, notarás que están por debajo del nivel de la calle. ¿Quién es responsable de eso? Quién construye la casa, pero también quién es responsable de supervisar. Porque no supervisa ni orienta a las personas”.*

aprovação e dependem desses escritórios privados. No entanto, na realidade, a cidade de Rio Branco, de acordo com Daniel, tem aproximadamente apenas 30% das casas regularizadas e aprovadas nas condições ideais de habitabilidade, ventilação, iluminação, etc. "Isso faz com que não tenhamos uma arquitetura, uma cidade harmônica, não é? Porque aqui predomina a autoconstrução. E não é só na periferia, é em todos os lugares"[74], completou Daniel.

Em comparação com Jaguarão, Daniel apontou, e Adriana concordou, que as construções sem regularização estão concentradas na periferia, enquanto ainda prevalece a cidade planejada, ordenada e, inclusive, grande parte tombada e protegida.

No caso das obras públicas, nos espaços livres, o cenário é diferente: o peso político é muito maior, e os projetos são criados pela cidade, que envia o pedido e aguarda a autorização da intendência de Melo. Daniel comentou que o atual alcalde tem realizado muitas obras na cidade e gerado bons resultados, principalmente com as praças nos bairros, que se tornaram novos pontos de encontro. Daniel aprecia os projetos e o pensamento do arquiteto e urbanista brasileiro Jaime Lerner, como um bom exemplo desses projetos integrativos, que estão sendo executados de forma similar em Rio Branco. No entanto, o alcalde desconhece o trabalho de Lerner e não possui qualificação profissional na área da construção, apenas demonstram o desejo das melhorias e revitalizações nas praças.

Adriana acrescentou que em Rio Branco ela percebe também a qualidade construtiva das obras públicas, além da variedade das praças, aquelas mais contemplativas, outras específicas para esporte e que recentemente estão muito bem cuidadas.

Avançando um pouco mais no campo da construção civil, perguntei a eles se, de fato, existe também um hibridismo de mão de obra e até mesmo de materiais entre as cidades. Ambos responderam que não, que na verdade essa troca é muito pequena, pois não compensa em questões tributárias e nem de regularizações trabalhistas. O que é mais recorrente, no entanto, é o contrato de arquitetos e engenheiros brasileiros para realizarem projetos privados, como grandes lojas e empresas, em Rio Branco. Isso ocorre porque o serviço fica mais

[74] Idioma original: *"Esto hace que no tengamos una arquitectura, una ciudad armónica, ¿no? Porque aquí predomina la autoconstrucción. Y no es solo en la periferia, es en todos los lugares"*.

econômico do que se contratassem um arquiteto uruguaio. Contudo, por uma questão legal, é necessário que o projeto feito por brasileiros seja "traduzido" e assinado por arquitetos uruguaios, para que as obras possam ser iniciadas. Trata-se, basicamente, de uma questão de redução de custos.

Daniel me explicou que sua empresa de construção é pequena, com foco em edificações comerciais e industriais, realizando obras em *free shops*, restaurantes, supermercados e também em laudos técnicos de reformas e alterações. Já Adriana, que trabalha na prefeitura, realiza mais fiscalizações de obras públicas, projetos de restauro e, recentemente, fez o projeto de revitalização do galpão da orla de Jaguarão.

Questionei a eles quais transformações urbanas e morfológicas eles têm observado nos últimos anos nas cidades. Daniel respondeu que, com certeza, a mudança na estrutura administrativa do governo, que concedeu mais liberdade à junta local, foi o principal fator: "Sem dúvida, nos últimos 5 anos, a intervenção do governo local fez mais do que nos outros 30 anos: as praças, a pavimentação, a iluminação, a colocação dos contêineres de resíduos, as praças esportivas"[75], ainda que a cidade tenha muitas sequelas por não ter um planejamento urbano adequado nem mesmo um plano diretor.

Adriana nota que, em Jaguarão, a transformação mais evidente é a da orla e a pavimentação de algumas ruas nos bairros. Porém, sente que falta na cidade uma manutenção mais efetiva: "Eu acho que a cidade está um pouco desleixada, sabe? Eu não vejo um cuidado com as ruas, de nivelar os paralelepípedos, por exemplo". Nesse momento, Daniel questionou Adriana se esse problema era uma questão orçamentária, falta de verba para realizar essas manutenções, ao que Adriana respondeu que não, que, na verdade, há muita verba e que sempre estão sendo contemplados em editais federais, mas que a questão maior é a falta de uma gestão mais comprometida e estruturada.

Encerrando nossa conversa, e não mais falando das particularidades de cada cidade-país, mas retomando os processos de integração e interdependência, Daniel comentou que **"nós precisamos de Jaguarão e Jaguarão precisa de nós"**[76]. Lembrou de alguns fatos, como, há 40 anos, não existia maternidade em Rio

[75] Idioma original: *"Sin duda, en los últimos 5 años, la intervención del gobierno local ha hecho más que en los otros 30 años: las plazas, el pavimento, la iluminación, la colocación de los contenedores de residuos, las plazas deportivas"*.
[76] Idioma original: "*Nosotros necesitamos Yaguarón y Yaguarón necesita de nosotros*".

Branco, e muitos bebês nasciam em Jaguarão, um serviço de solidariedade prestado. Adriana recordou uma antiga usina hidrelétrica, que ficava em Jaguarão, próxima à praça do desembarque, e que atendia as duas cidades em momentos pontuais. Inclusive fiações que atravessavam o rio, mas não sabia mais detalhes da história.

Depois de uma longa conversa, agradeci a Daniel e Adriana por tudo o que tinham compartilhado. Após isso, Daniel nos convidou para conhecer sua casa, sua esposa e filhos. Foi um final de tarde muito agradável e edificante.

Voltamos com Adriana, de carro, pelo mesmo trajeto. Pedimos a ela para nos deixar no Shopping Rio Branco, próximo à estação rodoviária de Rio Branco, para que pudéssemos buscar a carta de entrada/saída para controle migratório, uma vez que iríamos no dia seguinte para Melo, pelas estradas uruguaias. A “Oficina de Migraciones control integrado Uruguay-Brasil” estava aberta, pedimos a atendente os papéis e voltamos para a Casa de Rio para preencher e organizar as malas.

A carta de entrada/saída é um papel simples, em tamanho A5, escrito em três idiomas: espanhol, português e inglês. Solicita as seguintes informações: (1) nome e sobrenome; (2) tipo, número e país emissor do documento de identificação; (3) lugar e data de nascimento; (4) marcar se é do sexo feminino ou masculino; (5) indicar a nacionalidade e o país de residência (com opções para marcar os países: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile, ou a opção de escrever outro país); (6) motivo da viagem (opções: turismo, negócios, conferência, saúde ou a descrição de outra motivação); (7) escrever a cidade de destino; e (8) assinatura.

No dia da viagem, é necessário entregar a carta de entrada/saída na alfândega. Ao sair da rodoviária, deve-se avisar ao motorista para que ele pare e possibilite o carimbo e a entrega da carta.

À noite, organizamos nossas bagagens e nos despedimos calorosamente dos anfitriões da Casa de Rio, já que nosso ônibus sairia cedo, às 07h00, e eles ainda estariam dormindo. Agradecemos pela hospitalidade e pelos intensos quatro dias compartilhados, com sorrisos e palavras amorosas.

Antes de dormir, fui até a sala de jantar e, na quietude da noite, capturei a imagem da janela de um dos quartos. Na parede, encontrei um pedido simples e profundo: "fronterize-se" (Figura 110). Era um convite silencioso, como uma voz que emergia das águas do Rio Jaguarão, talvez ecoando do peixe-sereia, chamando-me a viver, nem que por um momento, a experiência de ser fronteiriço.

Figura 110 – Fronterize-se

Fonte: Autora, 2023.

Tomada pelo sentimento de despedida, decidi escrever naquele momento sobre os dias que passei imersa na fronteira, minhas impressões e como a paisagera se revela. A seguir, apresento a reprodução desse texto, escrito no último dia da travessia pela fronteira molhada, que intitulei como "Ecos da despedida". Em seguida, o mapa do percurso (Figura 111) ilustra o relato e marca o encerramento deste capítulo.

Confesso que a experiência de imersão na Casa de Rio foi peça fundamental para a pesquisa, influenciando não só na escrita e compartilhamento de informações, mas também na minha subjetividade, nos afectos e perceptos proporcionados pelo cotidiano fronteiriço. De deitar ouvindo o barulho das águas do Rio Jaguarão e acordar abraçada pelos arcos da Ponte Internacional. De escutar frases entrelaçadas de português, espanhol e portunhol ao saborear a pizza mestiça de queijo uruguaio com tomate brasileiro.

Curioso que esse hibridismo constante estava mais nítido nos primeiros dias. Conseguia identificar, pelo estranhamento, quando características uruguaias se sobrepunham às brasileiras, ou vice-versa. Porém, com o tempo, essa percepção foi se diluindo gradativamente; já não me parecia tão incomum essas mesclas e foi ficando mais desafiador identificá-las ou separá-las com exatidão: isso é influência brasileira e isso é uruguaia. Foi nesse ponto que começou a fazer sentido o uso do termo “fronteiriço” para se referir a características dessa paisagem como algo

único, específico, sem ser uma equação matemática exata da contribuição percentual de cada país. Ressalto que esse exercício de identificação de influências origina-se de um ser estrangeiro, que inconscientemente tenta achar explicações, origens, para o que lhe é estranho. Mas, para os moradores da região, essa diluição, hibridismo, mescla é a regra, seu cotidiano familiar, ressignificando a paisagem de fronteira com muita naturalidade.

Dessa forma, apenas ouvir das pessoas sobre essa paisagem parece não alcançar toda a complexidade, porque essas pessoas são parte constituinte da paisagem. Elas falam de dentro, de assuntos que para elas são banais, corriqueiros, que não veem muita importância e, às vezes, ocultam fragmentos essenciais. Por isso, é preciso não apenas ouvir, mas conviver com os fronteiriços, respirar o mesmo ar, beber da mesma água, imergir no mesmo lugar, para, a partir do estranhamento, questionar a eles sobre essas questões "banais" e se surpreender com as respostas, sentir, de fato, esse compartilhamento. E, ao final, concordar com eles sobre a impossibilidade e até mesmo a inutilidade de querer categorizar, classificar, agrupar as características de cada país.

A minha questão de pesquisa se debruça sobre as transformações da paisagem, atravessando várias escalas, desde uma abordagem mais ampla, do território internacional formado pelos dois municípios fronteiriços, até uma abordagem menor, do lote, da residência, do cantinho do quarto de dormir. É a partir dessa multiescalaridade que consigo alcançar a essência dessas transformações e seus efeitos ao longo do tempo para os diferentes agentes. O cotidiano da família de Ana Júlia me fornece pistas dos conflitos contemporâneos e das estratégias que acolhem para mitigá-los. De forma análoga, as mudanças nas legislações urbanísticas também são fruto das novas demandas da comunidade.

Todas essas histórias que ouvi são importantes pois são exatamente a composição desta paisagem. Como falar sobre a paisagera sem adentrar as suas nuances? A paisagera não é somente referente aquela visível aos olhos, da região pampeana. Mas sim a paisagem composta por questões tecnológicas, do movimento dos animais, dos entraves legislativos, das práticas de descaminho e contrabando, da relação dos fronteiriços com as legislações e crimes, das trocas culturais pelas ondas da rádio, do sincretismo religioso, das lendas do Jaguarão, tudo isso é paisagem.

Figura 111 – Mapa do percurso em Jaguarão 28.11.2023

LEGENDA:

1. Casa de Rio
2. Prefeitura Municipal
3. Secretaria de Planejamento
4. Instituto Histórico e Geog.
5. Praça Comendador Azevedo
6. Escola Estadual
7. Rodoviária
8. Edifício em altura
9. Rotary Club
10. Museu Carlos Barbosa
11. Red Restaurante
12. Free Shop Caraballat
13. Parque *El Remanso*
14. Obras campo de futebol
15. Clube 24 de agosto
16. Praça Hermes Pinto Afonso
17. Pane Mio Café

--- Percurso a pé

Fonte: Autora, 2023.

5. FRONTEIRA SECA: Santana do Livramento | Rivera

Em continuidade ao processo de descrição da experiência da viagem pela fronteira Brasil-Uruguay, neste capítulo exploro à fronteira seca, atravessando as cidades-gêmeas de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguay), em companhia de Raul Dias, no período de 29 de novembro a 4 de dezembro de 2023.

O dia 29 de novembro foi marcado pelo deslocamento, desde a saída da cidade de Rio Branco, passando por Melo/Cerro Largo, até a chegada em Rivera/Rivera. A escolha incluiu percorrer o território uruguaio, assim como realizado em Pelotas/RS, no Brasil. Essas experiências possibilitaram entender o alcance da influência da fronteira nas paisagens mais-que-humanas, indo além de uma delimitação legal da faixa de fronteira.

5.1 A Melo de Juana e Karen

29 de novembro de 2023 | quarta-feira

O dia amanheceu nublado, com garoa fina, vento forte e temperatura amena. Caminhamos cerca de quinze minutos da Casa de Rio até a rodoviária de Rio Branco, onde embarcamos, pontualmente às 07h00min, no ônibus da companhia *Nuñez* rumo a Melo. Avisei ao motorista que precisaríamos parar na alfândega para entregar a carta de imigração, e ele consentiu. Após cerca de 4 km, descemos na alfândega enquanto os poucos passageiros do ônibus, nos observavam curiosos pelas janelas.

Na alfândega, um funcionário com semblante cansado, de forma mecânica, solicitou a carta de imigração, copiou nossos documentos e perguntou sobre a duração da estadia em Rivera e o motivo da viagem, e registrou tudo no sistema. Depois de carimbar nossas cartas, devolveu os documentos sem dizer mais nada.

O ônibus seguiu pela Ruta 26, uma estrada de pista simples, mão dupla, asfaltada e com poucos acostamentos. A paisagem era dominada por uma planície com vegetação esparsa, presença de gado e construções distantes. A viagem transcorreu tranquilamente.

Durante as paradas em locais com pouca infraestrutura o ônibus recebia, principalmente, crianças de 9 a 12 anos, algumas delas desacompanhadas. Elas vestiam o uniforme escolar típico do Uruguay: um jaleco branco adornado com um grande laço azul-escuro no pescoço. A cada nova parada, mais crianças subiam, enchendo o ônibus com risadas e conversas animadas.

A primeira escola rural no trajeto foi a "Escuela N° 127 Arrozal Rosales", uma construção simples cercada por arame farpado e vegetação rasteira na entrada (Figura 112). Após 10 minutos, outras crianças desembarcaram na "Escuela 49 Sarandí de Barcelo"; mais adiante, mais crianças embarcaram e seguiram até a "Escuela Rural N° 59 de Rincón de Moreira", a última do percurso.

Figura 112 – Escola Rural na Ruta 26 no Uruguay

Fonte: Autora, 2023.

Todas são escolas públicas que compartilham características em comum: construções térreas, centralizadas no lote, sem pavimentação ou calçamento, arborização escassa e desprovidas de equipamentos de recreação infantil na parte externa. Essas escolas atendem crianças que moram em povoados mais distantes dos centros urbanos, geralmente filhas e filhos de agricultores e fazendeiros[77].

Após uma hora e meia de viagem, chegamos à Melo, capital de Cerro Largo, uma cidade compacta com traçado ortogonal característico do planejamento espanhol em cujo centro histórico predominam edificações térreas. A cidade é uma

[77] De acordo com o censo do Uruguay (2023) os povoados rurais, no departamento de Cerro Largo, somam 4.653 habitantes, enquanto que as cidades de Rio Branco (17.379 hab.) e Melo (56.013 hab.) juntas, somam mais de 80% do total da população do departamento (INE, 2033). Centralidade que se repete em grande parte dos outros 19 departamentos.

importante conexão viária entre as rutas 26, que leva à fronteira oeste com a Argentina, e a 8, que segue para o sul, rumo a Montevidéu.

Como não há transporte coletivo que realize o trajeto direto de Rio Branco a Rivera — assim como para ir de Jaguarão para Santana do Livramento é necessário passar por Pelotas — aproveitei a parada em Melo para agendar uma conversa com a artista plástica Karen Antúnez. Assim que chegamos a Melo, ela estava nos aguardando na *Plaza de las Carretas*, em frente ao terminal rodoviário.

Karen nos levou a uma cafeteria próxima e iniciamos a conversa. A artista plástica é uma mulher negra de 42 anos, natural da cidade de Melo, sua família materna é de Aceguá/RS, outra cidade-gêmea da fronteira Brasil-Uruguay. Karen, bacharel em *Ayudante Técnico en la Construcción* e em *Auxiliar Educadora*, atualmente, trabalha como empreendedora e artista. Ela possui um ateliê e loja de quadros e pinturas chamada "*Dreams*", onde desenha retratos e pinta telas e murais em paredes pela cidade, prática que ela chamou de "muralismo".

Quando perguntei sobre sua relação com a fronteira, ela respondeu: "Eu que vivi toda a minha vida aqui, é algo natural. As pessoas que vêm de fora me dizem que linda que é a fronteira, isso de conviver tão perto do outro, e que podemos atravessar sem problemas (...). Crescemos vendo novelas brasileiras, como a da Rede Globo"[78].

Perguntada sobre em quais situações ela atravessa a linha de fronteira para o lado brasileiro, respondeu que não costuma viajar muito, mas que às vezes vai para Jaguarão ou Aceguá, para fazer alguma visita, passeio ou compras. Lembrou que recentemente tem ido a Jaguarão para os encontros do coletivo "Ubuntu", formado por mulheres "afroempreendedoras". Em conjunto com professoras e alunas da Unipampa em Jaguarão, esse grupo tem desenvolvido trabalhos sobre os territórios negros.

Como a cidade de Melo está mais distante da linha de fronteira, perguntei se ela sentia alguma influência da fronteira em seu cotidiano ou se a distância geográfica impedia esse contato mais efetivo. Ela respondeu:

> Não, não. Somos uma coisa só, porque também somos uma cidade pequena e não há fontes de trabalho. Muita gente aqui trabalha com o contrabando. Então, é o comum daqui da fronteira. Essa é a realidade de muitas famílias, e cresce cada vez mais. Claro que tem

[78] Idioma original: *"Yo, que viví toda mi vida aquí, lo veo como algo natural. Las personas que vienen de afuera me dicen qué linda es la frontera, eso de convivir tan cerca del otro y poder cruzar sin problemas (...). Crecimos viendo telenovelas brasileñas, como las de Rede Globo".*

> o controle das aduanas, mas o pessoal que trabalha com isso se comunica entre eles e tem caminhos alternativos. Eles chegam"[79] (Karen Antúnez, 2023).

Neste momento, Karen lembrou de uma pintura realizada em 2022 junto com o coletivo *"Contra la pared"*, em homenagem ao aniversário da cidade de Melo. A pintura é um mural nos fundos do hospital, que expressa alguns monumentos, edifícios e a paisagem da cidade e indica os quileiros que, a pé, a cavalo ou de moto, representam o fluxo comercial que comentou.

Seu trabalho mais recente, realizado em 2023 junto com o coletivo "Ubuntu", foi a ilustração do livro *Culinaria Casera Ancestral: Mujeres Afrodescendientes* de Cerro Largo — que me presenteou com um exemplar (Figura 113). O livro, de autoria de quatorze mulheres afrodescendentes, é uma compilação de várias receitas culinárias e de "relatos sentidos de vivências, sabores, histórias, aromas, afetos e famílias indissoluvelmente associados à preparação das comidas e às experiências de vida das quatorze mulheres participantes deste"[80] (Sosa *et al.*, 2023, p. 7).

Figura 113 – Karen Antúnez e a ilustração do livro

Fonte: À esquerda – Raul Dias, 2023; à direita – autora, 2023.

[79] Idioma original: *"No, no. Somos una sola cosa, porque también somos una ciudad pequeña y no hay fuentes de trabajo, mucha gente aquí trabaja en el contrabando. Entonces, es lo común de aquí de la frontera. Esa es la realidad de muchas familias y crece cada vez más. Claro que está el control de las aduanas, pero la gente que trabaja en eso se comunica entre ellos y tiene caminos alternativos. Ellos llegan"*.

[80] Idioma original: *"relatos sentidos de vivencias, sabores, historias, aromas, afectos y familias indisolublemente asociadas a la preparación de las comidas y a las contianidades vitales de las catorce mujeres participantes de este"*.

O livro começa com uma pequena biografia da autora, seguida da história afetiva de cada receita, seguida da relação dos ingredientes e do modo de preparo.

Destaco a história do *Queso de Cerdo* (queijo de porco), na qual Ebelin Moreira conta que viveu a infância na *campaña* (zona rural) e que sua família vivia em condições precárias. Como os alimentos eram escassos, aproveitavam ao máximo tudo o que produziam. Nessa época, seus pais criavam porcos e, quando os abatiam, aproveitavam tudo: faziam chouriço[81] e o queijo de porco. Quando seu pai morreu repentinamente, sua mãe ficou com cinco crianças ainda pequenas. Para sustentar a família, começou a *kilear*: "viajava a cavalo até a cidade fronteiriça de Aceguá, de onde trazia produtos que depois revendia em Melo"[82] (Sosa *et al*., 2023, p. 42). História que dá vida ao relato anterior de Karen.

A ilustração do livro foi inspirada nas memórias de infância de Karen, vividas na cozinha de sua avó materna. Ao ouvir as histórias das outras autoras, ela notou uma conexão profunda entre as narrativas: "meninas com suas avós, porque as mães estavam trabalhando, fazendo outras coisas, criando os outros irmãos, e a figura das avós era muito presente"[83].

No coletivo de mulheres, Karen refletiu sobre sua ancestralidade e sobre a vida de seus avós, percebendo o quanto sabia pouco a respeito: "Eu sei que o sobrenome Antúnez vem do escravizador para quem eles trabalhavam, os pais dos meus avós. Quando conseguiram a liberdade, adotaram o sobrenome Antúnez"[84]. Contudo, Karen não sabia se seus avós haviam atravessado a fronteira já livres ou ainda em condição de escravizados, já que primeiro moraram e trabalharam no Brasil (ver APÊNDICE N – O quilombo Vila da Lata).

Essa conexão com o passado reforça o sentimento de Karen como uma mulher fronteiriça, não apenas entre Brasil e Uruguay, mas também em relação à herança e aos saberes africanos que ainda influenciam seu cotidiano. Para Karen, o livro representa uma contribuição política e educativa, voltada a combater os efeitos do racismo e da discriminação racial, que ainda são cruéis e persistentes.

---

[81] O chouriço ou *chorizo* é uma linguiça fresca feita geralmente com carne suína ou bovina, gordura, sal e temperos simples — às vezes com alho ou pimentão, mas sem pimenta picante.

[82] Idioma original: *"Viajaba a caballo hasta la ciudad fronteriza de Aceguá, desde donde traía produtos que luego revendía em Melo"*.

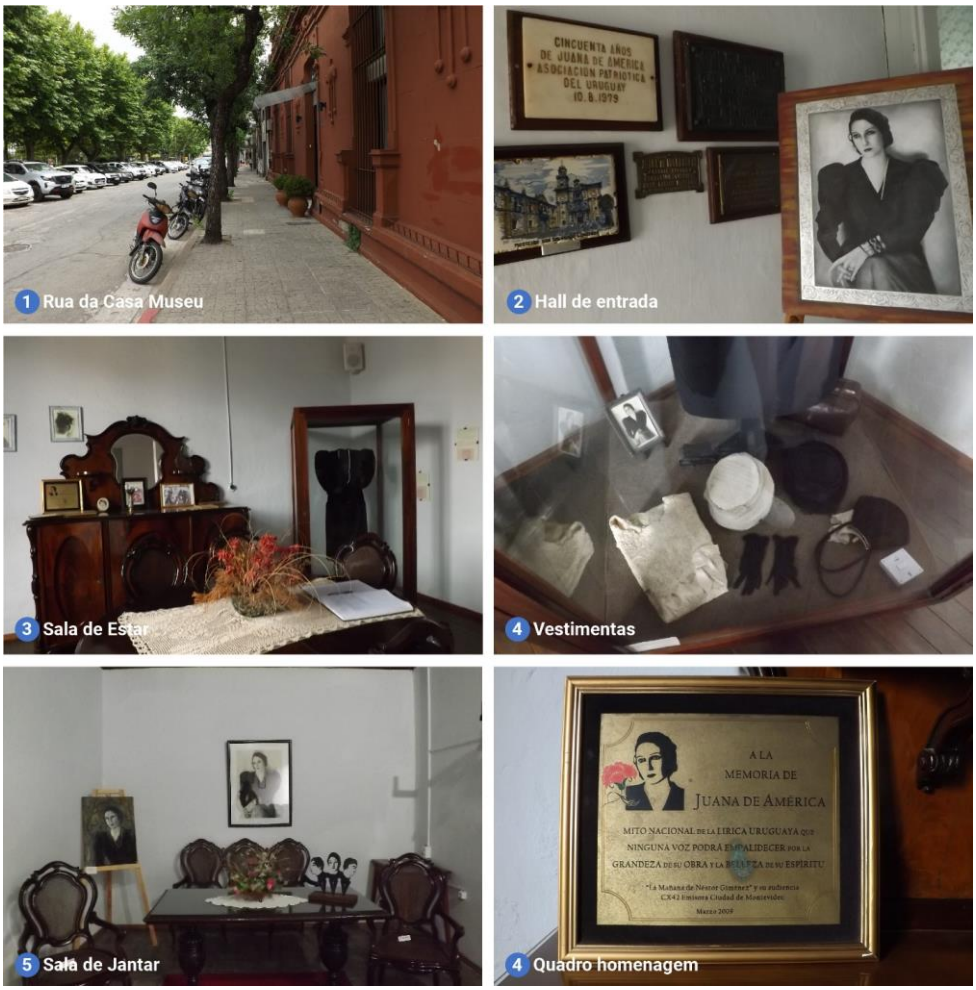
[83] Idioma original: *"Niñas con sus abuelas, porque las madres estaban trabajando, haciendo otras cosas, criando a sus otros hermanos, y la figura de las abuelas era muy presente"*.

[84] Idioma original: "*Yo sé que el apellido Antúnez proviene del esclavizador para quien trabajaban, los padres de mis abuelos. Cuando obtuvieron la libertad, adoptaron el apellido Antúnez*".

Ao final da conversa, Karen nos guiou em um passeio por Melo, passando por praças, museus, teatros e murais de sua autoria. O local que mais me interessou foi a Casa Museu de Juana de Ibarbourou, destacada por Karen como essencial para se conhecer verdadeiramente a cidade.

Situada em uma rua residencial com casarios ecléticos, a casa-museu abriga objetos pessoais da poetisa (Figura 114). Juana de Ibarbourou (1892–1979)[85] viveu grande parte da vida em Melo e foi uma das principais vozes do modernismo uruguaio. Sua poesia simples e vibrante celebra a natureza, a maternidade, a beleza e o erotismo.

Figura 114 – Casa Museu de Juana das Américas



Fonte: Autora, 2023.

[85] Em 1953, Juana viajou a Nova York para receber o título de "Mulher das Américas", sendo reconhecida como uma das vozes femininas de destaque no continente, ao lado da poetisa brasileira Cecília Meireles. Em sua conferência de 1959, Cecília expressou grande estima por Juana: “Não tem amarguras nem ironias. É, principalmente, uma voz feliz. Uma voz agreste, de jovem deusa que passa pelos bosques, morde frutos vermelhos, brinca entre abelhas e águas...” (Meireles, 1959, p. 76, apud Silva, 2009, p. 150).

O quintal da Casa Museu estava bem cuidado, com jardins floridos, parreiras e árvores frutíferas em destaque, como uma figueira e uma pitangueira (Figura 115). O cenário evocava as descrições de Cecília Meireles e refletia a forte conexão de Juana com a natureza, fonte constante de sua inspiração.

Figura 115 – O quintal de Juana

Fonte: Autora, 2023.

Em seguida, visitamos o mural do hospital mencionado por Karen, pintado em homenagem ao aniversário da cidade. Com cerca de 70 metros de comprimento, a obra impressiona pelo tamanho e pelo conteúdo. O desenho apresenta além da área urbana a zona rural e sua conexão com outras cidades. Ao respeitar a escala local, revela que Melo vai além de sua centralidade urbana. A pintura mostra a transição da paisagem, atividades como pecuária e agricultura, escolas rurais e os característicos quileiros com suas motos carregadas de botijões de gás (Figura 116).

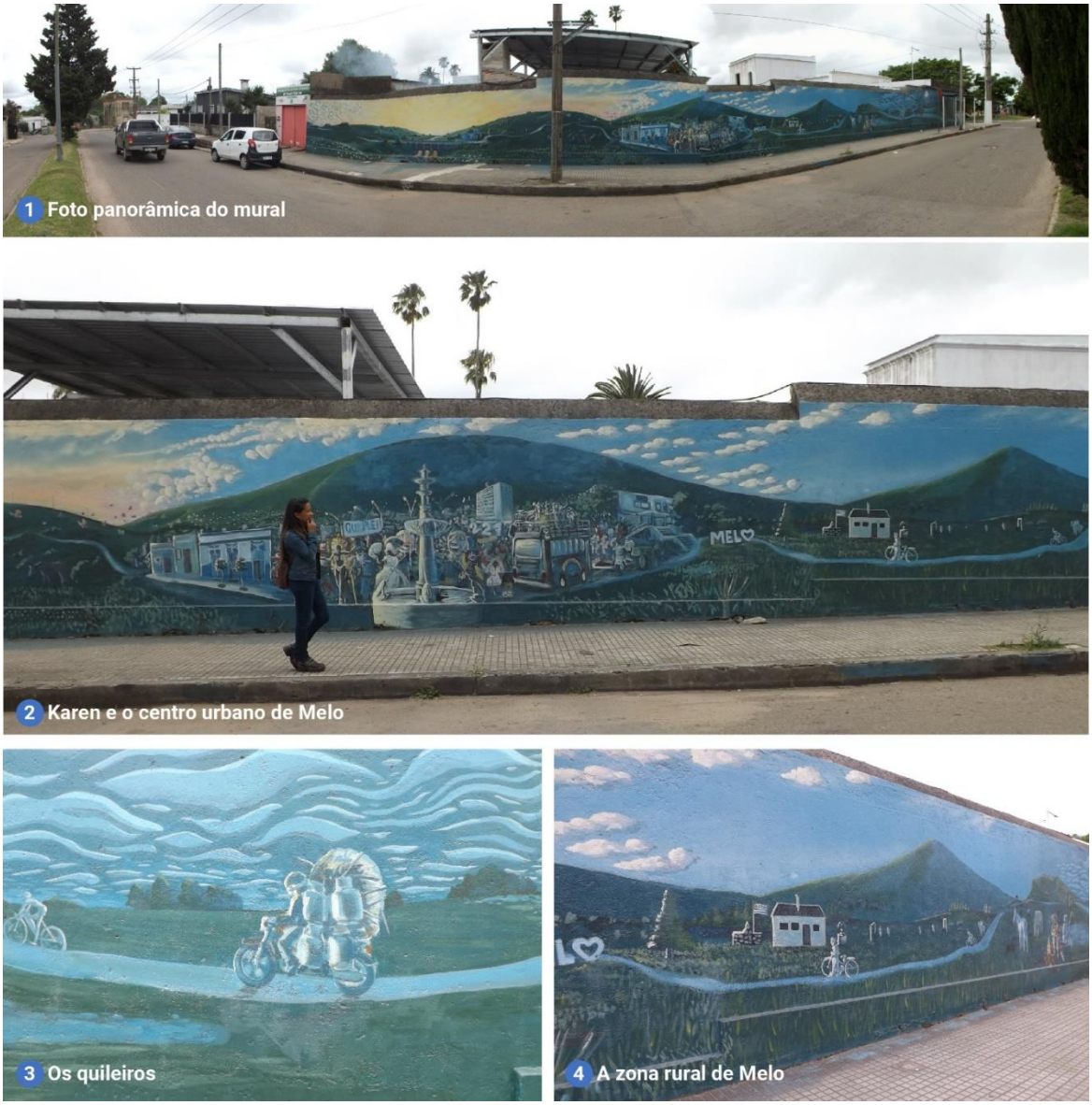
Após uma manhã inteira ao lado de Karen, nos despedimos com gratidão por sua generosidade. Encontramos um restaurante próximo ao terminal de ônibus e decidimos almoçar ali. Provamos o tradicional *chivito*[86] uruguaio ao som de música sertaneja brasileira — curiosamente cantada em espanhol por artistas uruguaios, numa mestiçagem inusitada e divertida transmitida pela TV. Mais uma pista da presença do país vizinho em Melo.

Às 13h45, pegamos um ônibus da empresa *Posada* com destino à cidade-gêmea de Rivera, distante 243 km. A viagem durou cerca de cinco horas, pois o ônibus fez paradas nos povoados de Caraguatá e Ansina, além do município de

[86] Sanduíche feito com carne, ovo, queijo, presunto, bacon, tomate e alface, e coberto com maionese. Geralmente acompanhado de batatas fritas.

Tacuarembó. Seguimos pela Ruta 26 até Tacuarembó e depois a Ruta 5 até o restante do trajeto. A estrada manteve as mesmas características até a Ruta 5, quando a paisagem começou a mudar, com a presença de cerros e plantações de eucalipto.

Figura 116 – A pintura-mural de Karen em Melo/UY



Fonte: Autora, 2023.

Chegamos ao terminal de ônibus de Rivera por volta das 18h30, com o céu ainda claro. A rodoviária estava muito agitada; desembarcavam, naquele horário, vários outros passageiros. Era perceptível que havíamos chegado a uma capital regional. Pegamos nossas bagagens e nos dirigimos a um posto de informações em busca de um transporte até nossa hospedagem, na cidade vizinha, Santana do

Livramento. Mas descobrimos que não havia carros de aplicativo, apenas serviço de táxi, que cobrava uma taxa maior para atravessar a fronteira.

Como eu já conhecia bem a região e sabia que nossa hospedagem ficava próxima à linha de fronteira, sugeri ao Raul que fôssemos a pé. O trajeto era curto, cerca de 1,5 km, e assim economizaríamos no transporte. Seguimos pela Rua Monseñor Jacinto Vera, passamos pela lateral da Praça General José Gervasio Artigas (a principal da cidade) e, duas quadras depois, dobramos na Avenida Sarandí, principal via comercial de Rivera. As calçadas largas facilitaram o deslocamento com as malas. Naquele horário, as ruas estavam mais calmas e as lojas começavam a fechar.

Depois de cinco quadras, chegamos à Rua dos Andradas, onde avistamos a Praça Internacional — um cruzamento movimentado, com muitos carros, vendedores ambulantes e ruído intenso. Atravessamos a praça e, já no Brasil, andamos mais uma quadra pela Rua dos Andradas até dobrar à direita na Rua Uruguai. No meio da quadra, encontramos o endereço do nosso Airbnb.

No momento da travessia da linha de fronteira, localizada no centro da Praça Internacional, não comentei com Raul que já estávamos do lado brasileiro. Ainda perdido com tantas informações, ele só se deu conta disso ao chegarmos à próxima quadra, onde as lojas e anúncios estavam em português. Uma experiência bem diferente de atravessar uma ponte, como no caso de Jaguarão e Rio Branco.

Embora o simbolismo da travessia estivesse presente, com os marcos de fronteira e as bandeiras, as ruas coincidem e garantem continuidade viária. Assim como o uso predominantemente comercial, que ocorre em ambos os lados. Logo, **o processo de travessia não apresenta nenhum tipo de bloqueio ou ruptura; é como atravessar mais uma rua na cidade.** Contudo, ao prestarmos atenção aos detalhes, percebemos pequenas diferenças, como letreiros escritos em português de um lado e em espanhol do outro, ou o tipo de calçada — mais larga em um lado e mais estreita no outro. São pequenos sinais, mas que não representam um bloqueio na travessia.

Por mensagem, informamos nossa chegada à proprietária do apartamento — algo possível após cruzarmos para o lado brasileiro, já que com nosso chip do Brasil, o celular não tinha sinal em Rivera. Ela nos orientou a retirar as chaves na loja “Casa China”, localizada no térreo do edifício (Figura 117).

Figura 117 – A loja "Casa China" e a fachada da hospedagem em S. Livramento

Fonte: Google Street View, 2023.

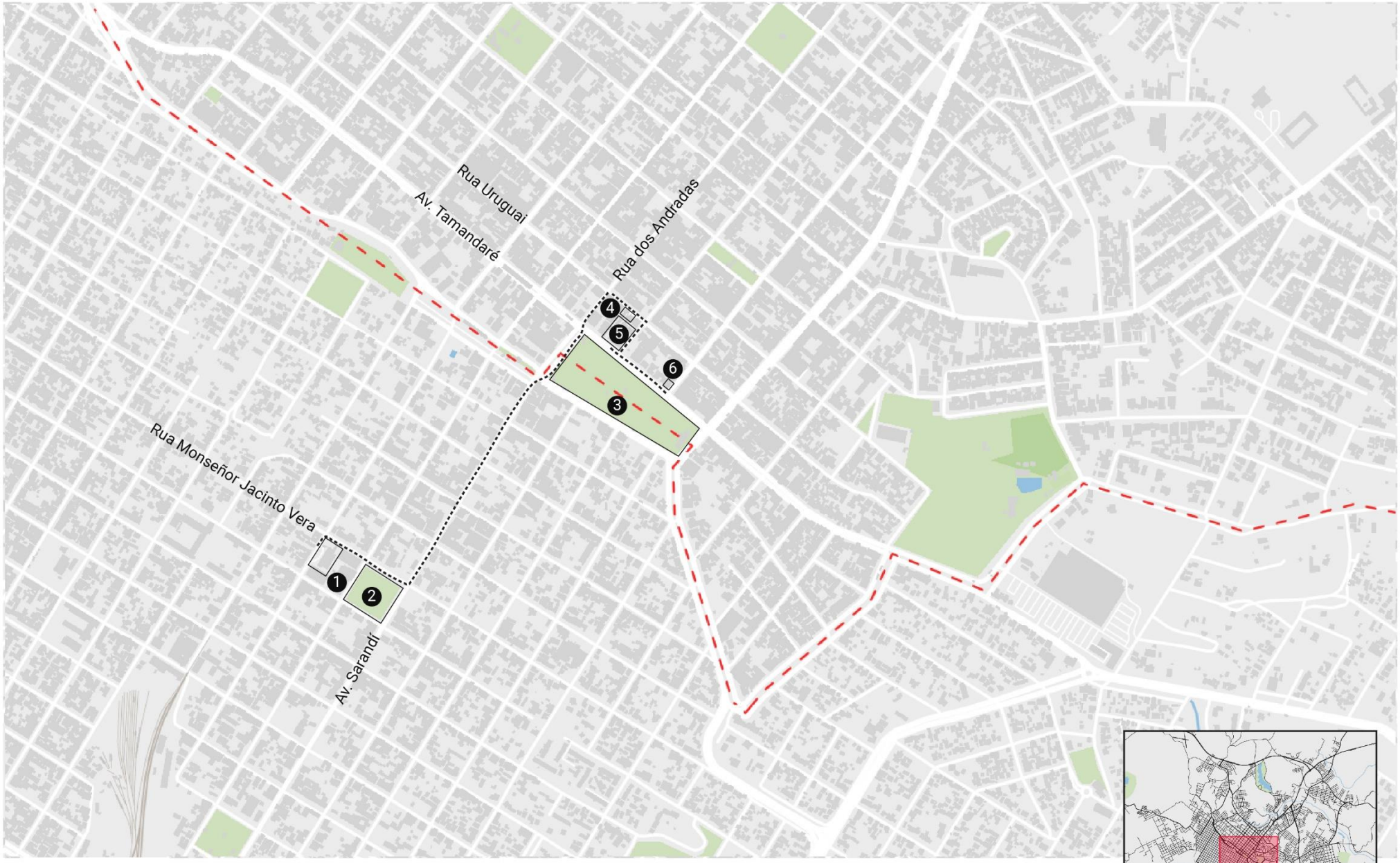
De posse das chaves do apartamento, agradecemos as orientações e subimos de elevador até o terceiro andar. O apartamento, do tipo *loft*, era pequeno, mas funcional. Não havia vista para a rua, apenas para um pátio interno. A escolha da hospedagem foi estratégica: buscávamos vivenciar a experiência mais de perto da linha de fronteira, como já havíamos feito nas cidades com fronteira molhada.

Após nos instalarmos e descansarmos um pouco, saímos para fazer compras no supermercado. O mais próximo, o "Super 300", situado na Avenida Tamandaré, paralela à Praça Internacional, ocupa quase metade da quadra e possui três pavimentos. Assim como em Jaguarão, havia muitos uruguaios fazendo compras. No caixa veio a pergunta habitual: pagamento em pesos ou reais?

Em seguida, jantamos em um restaurante na mesma avenida. A noite estava quente e abafada. Mais uma vez, notamos a presença de uruguaios tanto entre os clientes quanto entre os funcionários — uma cena já comum nesse território fronteiriço compartilhado. Depois do jantar, retornamos ao apartamento.

A Figura 118, apresenta o percurso da primeira travessia de Rivera para Santana do Livramento.

Figura 118 – Mapa da travessia Rivera-S. do Livramento | 29.11.2023



Fonte: Autora, 2023.

5.2 *Soy doble-chapa*

30 de novembro de 2023 | quinta-feira

Último dia de novembro e primeiro amanhecer em uma fronteira seca, não apenas pela ausência de barreiras naturais, como rios, que reforçam os limites políticos, mas também pelo clima quente e árido que marcava o dia.

O professor Eduardo Rocha havia nos informado sobre uma exposição de arte contemporânea sobre a fronteira, em exibição no Consulado do Brasil em Rivera. Como 30 de novembro era o último dia da mostra, decidimos visitá-la pela manhã e aproveitar para conversar com a curadora e artista visual Bárbara Larruscahim.

Por volta das 9h, subimos a Rua Uruguai, dobramos na Rua dos Andradas e, em poucos metros, já estávamos na Praça Internacional. O movimento era intenso: lojas abertas, vendedores anunciando ofertas em microfones, pessoas caminhando apressadas ou carregando sacolas. Na praça, trailers começavam a abrir para venda de alimentos, enquanto ambulantes circulavam oferecendo de tudo — roupas, acessórios, bombons e pipoca.

Decidimos cruzar a praça e vimos pessoas sentadas nos bancos, garis trabalhando, crianças brincando e outras apenas atravessando a praça. Um cenário dinâmico e multifuncional.

Na outra extremidade da praça, atravessamos a Boulevard 33 Orientales e descemos a Rua Ituzaingó. Ao final da primeira quadra, viramos à esquerda na Rua Don Pedro de Ceballos. E, no meio da quadra, avistamos o Consulado do Brasil, que ocupa uma edificação discreta de dois pavimentos, pintada de amarelo-claro, originalmente uma residência, que foi adaptada para a nova função. Isso fica evidente tanto na fachada, com esquadrias assimétricas e uma sacada no andar superior, quanto na disposição dos ambientes internos (Figura 119).

Ao chegarmos à porta de vidro, tocamos o interfone. Fomos recebidos por uma funcionária, que nos conduziu à sala de espera: um espaço amplo, com cadeiras plásticas enfileiradas e balcões de atendimento separados por vidro. Naquele momento, apenas nós e a funcionária ocupávamos o local.

Pouco depois, a funcionária nos chamou. Expliquei que estávamos ali para visitar a exposição. Ela pediu que aguardássemos, pois Bárbara, a curadora, chegaria em breve para abrir o salão e nos acompanhar. Enquanto esperávamos,

observamos a sala e o mosaico de quadros pendurados na parede, com anúncios de eventos artísticos e educacionais da cidade.

Figura 119 – O Consulado do Brasil em Rivera

Fonte: Consulado-Geral do Brasil em Rivera, 2021.

Minutos depois, uma senhora entrou e se dirigiu diretamente ao guichê da funcionária. A conversa, em português e em tom elevado, era inevitável de se ouvir, já que o ambiente estava silencioso. A senhora explicava que morava em Rivera há mais de dez anos e, agora, sentia a necessidade de solicitar a cidadania uruguaia.

Ela queria saber se o "Documento Especial de Fronteiriço" (ver APÊNDICE O – A controvérsia sobre o Documento Especial de Fronteiriço), uma identidade específica para moradores de localidades vinculadas à fronteira, concedia os mesmos direitos de um cidadão uruguaio ou se havia restrições.

Em um tom emocionado e cativante, compartilhou sua história com a atendente. Contou que, na juventude, se apaixonou por um uruguaio, com quem se casou e teve filhos. No início, viveram em Santana do Livramento, mas logo se estabeleceram em Rivera. Nunca viu necessidade de solicitar a cidadania uruguaia formalmente, explicando: "Porque eu me considero fronteiriça desde que nasci, não preciso de um papel. *Soy doble-chapa*". Mesclando expressões em português e espanhol.

Agora, aos 63 anos, precisa passar por uma cirurgia delicada na vesícula. No Brasil, pelo SUS (Sistema Único de Saúde), o processo é mais demorado, enquanto no Uruguay, pelo SNIS (*Sistema Nacional Integrado de Salud*), soube que poderia

realizar o procedimento mais rapidamente. Mas para isso, precisa obter a documentação que lhe garanta atendimento no sistema uruguaio, justificando sua ida ao consulado.

Enquanto ouvia a história da senhora, Bárbara chegou ao consulado, pedindo desculpas pelo atraso. Nos conduziu até a sala de exposições, um espaço amplo com pé-direito duplo, paredes na cor branca e cinza e piso de madeira.

A sala estava repleta de arte, com esculturas no centro e obras nas paredes, todas acompanhadas de títulos e autores. A exposição, chamada "Em Que Onde: Cartografias para partir do Sul", foi organizada pelo Grupo de Pesquisa Deslocamentos, Observâncias e Cartografias Contemporâneas — Deslocc/CNPq da UFPel.

Bárbara nos guiou por cada obra, explicando suas proposições. Selecionei para descrição aquelas que mais me chamaram a atenção, seja pela abordagem da caminhografia ou pela temática da fronteira. Começamos por "(des)orientação" (2023), de Fernando Rocha. A obra reúne duas folhas A3 amarelas, no formato retrato, penduradas na parede, apresentando um exercício interativo com duas possibilidades de participação: por meio de cartões com setas indicativas, disponíveis para retirada no local, ou pelo celular, acessando um QR-code para baixar um aplicativo (Figura 120).

Figura 120 – (des)orientação por Fernando Rocha

Fonte: Autora, 2023.

A proposta é um instrumento desorientador para derivas urbanas. As instruções são: (1) embaralhar as cartas e guardá-las em local acessível; (2) escolher um ponto de partida e retirar uma carta para definir a direção; (3) a cada parada, retirar uma nova carta e continuar até o fim das cartas ou quando desejar parar; (4) colar os adesivos ao longo do percurso e compartilhar nas redes sociais, se quiser. A atividade também pode ser feita pelo aplicativo, que indica direções aleatórias.

O convite de Fernando remete à deriva situacionista, onde se perde intencionalmente, explorando cantos desconhecidos da cidade. Seguir o aleatório é arriscado, sem um trajeto seguro, e o caminho se constrói no caminhar. Fiquei imaginando que tipos de mapas surgiriam nesse jogo de acaso.

A obra "Marco de Vista" (2022), de Bárbara Larruscahim, consiste em um suporte de acrílico na parede com cartões pretos do tamanho de cartões de visita (Figura 121). Um segundo suporte exibe um único cartão verticalmente, com um recorte que molda a silhueta de um marco de fronteira. Bárbara explicou: "a ausência do marco sobre o papel denota sua presença. Uma faca de corte específico: a colonialidade sobre um território. Cartão postal". O cartão funciona como um dispositivo, permitindo diferentes abordagens da cidade ao olhar através do marco de fronteira.

Figura 121 – Marco de Vista por Bárbara Larruscahim

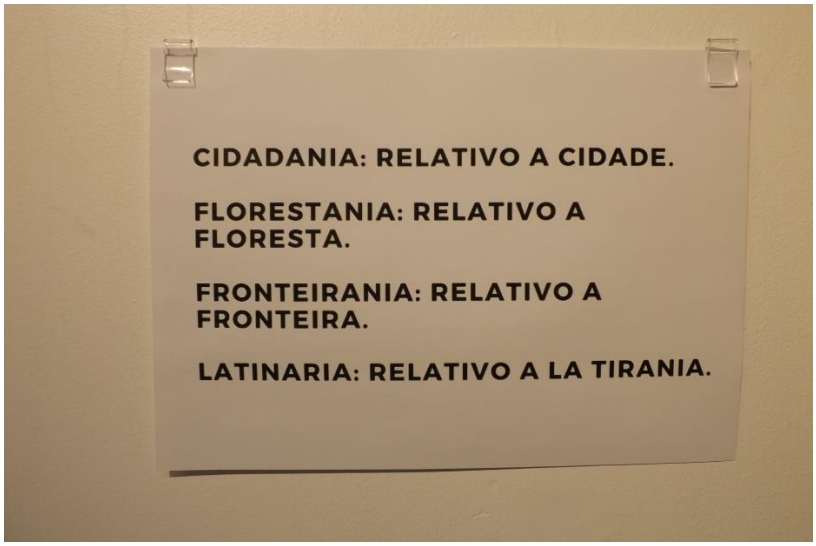
Fonte: Autora, 2023.

A obra de Bárbara e sua fala continuaram ecoando em meus pensamentos. **Na fronteira, o "ponto de vista" pode ser substituído pelo "marco de vista", pois é a materialidade do marco que demarca, determina e lembra a existência de uma delimitação territorial de soberanias.** Além disso, a ideia de que a ausência do marco expressa sua presença dialoga com o conceito de linha imaginária — uma fronteira invisível aos olhos, mas perceptível nas micropolíticas do cotidiano,

por todos os sentidos do corpo. Por fim, o comentário de Bárbara sobre a colonialidade, comparando-a a uma faca que perfura, contorna e molda nosso ser (biopolítico) e nosso saber (conhecimento), reforça a simbologia do corte. **A faca colonialista que separa e funde povos e culturas, ao mesmo tempo em que reafirma privilégios e estruturas de poder.**

Mais adiante, outra obra da artista se destacava pela simplicidade: uma folha sulfite na horizontal, com o texto em caixa alta: "CIDADANIA: RELATIVO À CIDADE. FLORESTANIA: RELATIVO À FLORESTA. FRONTEIRANIA: RELATIVO À FRONTEIRA. LATINARIA: RELATIVO A LA TIRANIA" (Figura 122). O jogo de palavras e o impacto de “tirania” revelam um manifesto potente, que denuncia abusos e autoritarismos persistentes na história da América Latina.

Figura 122 – Fronteirania por Bárbara Larruscahim



Fonte: Autora, 2023.

O termo florestania surgiu dos movimentos de luta dos povos que vivem nas florestas. Como explica Ailton Krenak (2022, p. 39): “Quando Chico Mendes, seringueiros e indígenas começaram a se articular, perceberam que o que almejavam não se confundia com cidadania — seria um novo campo de reivindicação de direitos”. Diferente da lógica das cidades, esses povos rejeitavam as demarcações urbanas: “não queriam estacas nem lotes, queriam a fluidez do rio, o contínuo da mata” (Krenak, 2022, p. 40). A florestania, portanto, é a luta pela garantia dos direitos da floresta.

Seguindo essa linha, a artista Bárbara propõe a fronteirania como a reivindicação dos direitos dos habitantes da fronteira, um território compartilhado

que não se enquadra nas normas rígidas dos contextos urbanos ou rurais. **A fronteirania reflete a necessidade de novas formas de diálogo e adaptação para uma região marcada por interações fluidas e contágios culturais.**

Por fim, a latinaria rompe com a estrutura das palavras anteriores. Em vez de remeter à identificação latina, o termo incorpora um jogo linguístico entre espanhol (*a la*) e português (tirania), revelando o hibridismo característico dos territórios latino-americanos. Ao mesmo tempo, denuncia as violências históricas e contemporâneas de governos autoritários que perpetuam a lógica da colonialidade.

No centro do salão, a obra "Marco-Fadas", também de autoria de Bárbara, ocupava grande parte da exposição (Figura 123). A instalação é composta por cinco objetos artísticos, uma espécie de pufe em formato de marco de fronteira. Com aproximadamente 1,20 metros de altura, os objetos são feitos de tecido macio na cor cinza e preenchidos com esponja. No centro de cada marco-fada, um QR-code direciona a uma plataforma digital com relatos sobre a fronteira de Santana do Livramento e Rivera.

Figura 123 – A experiência com as Marco-Fadas de Bárbara Larruscahim

Fonte: Autora e Raul Dias, 2023.

Bárbara explicou que sua proposição é poética, lúdica, itinerante e educativa, explorando a territorialidade da fronteira. As almofadas de marcos móveis permitem a criação de outros territórios imaginados, ampliando o olhar sobre os limites e conexões na região.

> "Sendo os marcos uma intervenção humana sob a localidade, e uma concepção de mapa enquanto desenho do espaço, propomos marcos ficcionais como modo pedagógico que oportunizará o ensino e a aprendizagem do que é nossa singular cartografia" (Bárbara Larruscahim, 2023).

A autora nos convidou a tocar, segurar e brincar com as marco-fadas, obras feitas para interação lúdica com os marcos de fronteira. Ao contrário dos marcos fixos e rígidos das divisas, elas são macias, móveis e acessíveis, promovendo uma experiência sensível e reflexiva. Já expostas em diversos espaços públicos e educativos, as marco-fadas ampliam o debate sobre a fronteira para além das galerias.

A experiência de abraçar um marco fofo e leve desconstruiu, para mim, a ideia de limite impositivo. Embora carreguem traços das disputas territoriais, as marco-fadas propõem territorialidades poéticas e criativas, móveis e acolhedoras.

Após explorar a exposição, conversei com Bárbara (Figura 124), artista visual, arte-educadora, professora e pesquisadora. Nascida em Santana do Livramento, mudou-se na adolescência para Porto Alegre, cursou faculdade em Pelotas e retornou à cidade natal em 2018. Casada com um uruguaio, com quem tem um filho, Bárbara nos contou que ainda não possui dupla cidadania, apesar de ter direito a ela.

Questionei Bárbara sobre como se sente com a presença tão próxima de outro país em seu cotidiano, e ela respondeu que sua visão é bastante particular e, às vezes, foge do que grande parte das pessoas acredita: "Esse lugar muito poético de tudo junto e misturado, eu não acho que seja assim, sabe? (...) Eu vejo que existe essa fronteira de fato, sabe?".

A artista explicou que sua vivência com familiares uruguaios, seu deslocamento fluido e contínuo pelas cidades (atualmente reside no centro de Santana do Livramento) e a existência de uma troca cultural constante coexistem com a percepção das diferenças: "Eu falo isso porque sou uma menina nascida na periferia de Santana do Livramento. Minhas irmãs, por exemplo, que não têm a mesma vivência que eu, às vezes, têm dificuldade para entender o espanhol,

sabe?”. Bárbara afirma que há uma diluição dessa mestiçagem cultural nas periferias das cidades. Apesar de ser uma fronteira seca e de tudo acontecer de forma muito integrada, essa integração se dá principalmente em áreas centrais.

Figura 124 – Marco-conversa

Fonte: Raul Dias, 2023.

Ao mesmo tempo, a artista percebe que a cultura brasileira tem um peso maior nos bairros de Rivera. Talvez, devido à dimensão do país, os riverenses tenham mais acesso e interesse pela televisão aberta e pelas novelas brasileiras, além de escutarem e terem mais contato com a música brasileira do que os bairros brasileiros consomem a música uruguaia.

Quis saber qual é o peso da linha imaginária para a artista, que respondeu:

> Eu não sei metrificar qual é o lugar que ela ocupa como diferença, sabe? (pausa). Às vezes, penso que esse lugar imaginário também é muito poetizado, sabe? É muito poético, e é lindo, e é verdade que existe essa singularidade. Mas, ainda assim, existe o câmbio, a língua que você troca, sabe? E são esses símbolos da cidade que vão dando essa diferença brutal de que ela existe, de fato. Embora seja uma imaginação, uma imposição, né? É uma construção (Bárbara Larruscahim, 2023).

A dificuldade de mensurar, mencionada por Bárbara, é uma característica do imaginário. O imaginário envolve poesia, beleza e a projeção de expectativas e sonhos. No entanto, essas poesias, belezas e projeções partem de seres vivos e elementos inanimados, cada um com suas diferenças. Talvez, por isso, a indefinição sobre a linha imaginária seja o único ponto em comum: uma linha imaginada, mas

que foi imposta. Um sonho, mas controlado. Ou seja, **uma linha que reafirma singularidades, mas, ao mesmo tempo, é porosa e não consegue impedir as trocas, os encontros e o contágio que geram outros significados.**

De forma mais específica, procurei entender com a artista quais elementos dessa cidade-gêmea ela considera como mais representativos. Sem hesitar, Bárbara apontou o Parque Internacional[87] como o principal diferencial dessa fronteira em relação a outras. "Atravesso a rua e estou em outro país, é um fato, mas não só. Não só, porque o parque configura esse lugar como uma conjunção dos dois países. Acho que entender o parque e a excepcionalidade desse território ajuda a explicar o que é esse lugar".

Bárbara ainda acrescentou que o Parque Internacional é um espaço amalgamado: "Eu tenho um bolo, tem lá os ingredientes: a farinha, o ovo (...) Depois que tu fazes o bolo, não dá para tirar o ovo, sabe? Então, acho que essa amalgama do Parque Internacional talvez seja o jeito de explicar o que é esse lugar".

Depois dessa comparação de Bárbara, fiquei refletindo sobre a minha dificuldade até reconhecer a impossibilidade de classificar ou agrupar os elementos da paisagem com o intuito de compreendê-los, expressá-los e divulgá-los. **A fusão e a mistura das cidades-gêmeas são tão emaranhadas que a única forma que encontrei para apresentá-las é por meio da descrição do sentir, do perceber, no processo de imersão com o outro.** Os elementos animados e inanimados de ambas as nacionalidades já estão fundidos; seria um exercício em vão tentar identificá-los separadamente (como querer resgatar o ovo do bolo pronto). **A cada conversa, fica mais nítido que são essas realidades múltiplas e amalgamadas que conformam a paisagera.**

Por ser uma fronteira seca, Bárbara percebe que o processo de disputa territorial fica muito mais nítido. Ou seja, as cidades foram projetadas e idealizadas com o intuito de frear a expansão territorial do vizinho, visto pela lente política como inimigo. Mas já existiam outras pessoas e famílias convivendo nessa região, e

[87] Parque ou Praça Internacional? Nas cidades-gêmeas de Santana do Livramento e Rivera, é comum ouvirmos tanto "praça" quanto "parque" para se referir ao mesmo lugar. No entanto, do ponto de vista urbanístico, ele se configura como uma praça, devido à sua conformação e integração com o sistema urbano das duas cidades. Andrea Ilha e Eduardo Palermo (2023, p. 121, tradução minha) explicam: "Os documentos oficiais mencionam a construção de uma praça, a 'Praça Internacional', como é chamada pelos riverenses. No entanto, os santanenses, assim como a maioria da população, chamamos de Parque Internacional". E, mais a frente: "A denominação 'Parque' pode ter se originado do uso inicial do local, onde eram montados circos e parques de diversões, além da própria descrição do projeto, que, em seu terceiro nível, previa características de um parque, com grande vegetação ao longo de todo o perímetro, criando um espaço interno de lazer" (*Ibidem,* p. 122, tradução minha).

isso foi suprimido e escondido da história. A artista comparou com as cidades de fronteira que têm o rio como divisa, o que facilita definir qual território pertence a qual soberania. Porém, no caso da fronteira seca, isso gera muitos conflitos, pois a linha foi imposta sem levar em conta propriedades que já estavam ocupadas.

Além disso, Bárbara comentou que tem se aproximado da leitura de Ailton Krenak e concorda com o autor quando ele afirma que o desenvolvimento da humanidade se deu a partir da localização dos rios. No caso dessas cidades-gêmeas, os rios também são muito importantes, como os afluentes do Arroio *Cuñapirú*, em Rivera, e do Rio Ibicuí, em Livramento. Entretanto, esses rios estão nas bordas; a fundação das cidades teve como ponto de partida a linha imaginária: "Aqui é um lugar ficcional, é uma construção totalmente impositiva", completou.

Aproveitando o tema da relação socioambiental, Bárbara comentou sua preocupação com o crescimento das plantações de eucalipto na região de Rivera, que empobrecem o solo e alteram a paisagem. Já em Santana do Livramento, tem observado o potencial para o uso de energia eólica, evidenciado pelo aumento de aerogeradores. No entanto, o que mais se destaca no município é a estrutura fundiária marcada pelo predomínio de grandes propriedades. "A gente também tem um número elevado de assentamentos do MST em virtude dessas concentrações de terra", afirmou Bárbara. No APÊNDICE P – A reforma agrária dos pampas realizei um panorama sobre a questão fundiária da região.

Em outra escala de análise, Bárbara destaca a grande diferença na qualidade da infraestrutura urbana entre essas cidades-gêmeas. Enquanto Rivera, fortalecida pelos *free shops*, é a capital do departamento e "uma potência econômica dentro do Uruguay (...) Livramento é uma periferia ao sul do Brasil, na pontinha. Então, é óbvio que a infraestrutura vai estar de uma maneira completamente diferente, pelos recursos e tudo mais", completou.

Ao usar o termo "pontinha", Bárbara ressaltou a grande distância de Santana do Livramento em relação aos centros políticos de poder, como a capital do estado, a 500 km, e a capital do país, a mais de 2.300 km. Além disso, é uma cidade cujo único acesso é rodoviário, ao contrário de Rivera, que desde 1979 conta com um aeroporto, facilitando deslocamentos de longa distância.

Sobre a acessibilidade às cidades, a artista comentou a recente aprovação do Aeroporto de Rivera como aeroporto binacional. Com isso, voos brasileiros com destino a Rivera serão equiparados a voos nacionais, evitando acréscimos

internacionais nas tarifas de embarque, conexão e pouso. A redução desses custos torna-se um atrativo para potenciais turistas.

Bárbara percebe que a demanda do turismo comercial de Rivera aquece os serviços e o comércio de Santana do Livramento, beneficiando setores como hotelaria, restaurantes e supermercados. No entanto, não há uma política que fortaleça outros atrativos históricos e culturais na cidade brasileira. E, quando há tentativas nesse sentido, como no caso das vinícolas ou da ativação de uma linha de trem, o processo acaba sendo mercantilizado e caro, com pouca conexão com a comunidade local. "Esse novo trem privatizou uma área que era cultural, sabe? Que tinha um cinema, que tinha um museu. Então, é um processo em que o capitalismo vai se apropriando e a cidade vai perdendo", afirmou (mais adiante na caminhografia, voltarei ao assunto do Trem do Pampa).

Nos últimos anos, Bárbara tem percebido uma transformação dicotômica entre as cidades. Enquanto Santana do Livramento tem destruído diversos casarões históricos, substituindo-os por prédios ou estacionamentos (destaque para a Rua Silveira Martins), e privatizando áreas culturais — como na reativação da estação de trem —, Rivera tem investido em grandes obras culturais e públicas, como o *Teatro de Verano*, localizado próximo à linha de fronteira, no centro da cidade, e o *Parque Cuñapirú*, na periferia de Rivera.

A artista acredita que essa diferença pode ser explicada, em parte, pelo viés político e ideológico dos governantes:

> Em Rivera, há muito tempo, são governos de direita, mas uma direita voltada para o desenvolvimento e a infraestrutura da cidade. Em Livramento, hoje, temos alguém extremamente de direita, com viés bolsonarista. Houve, no Brasil, um processo de demonização da arte e da cultura nos últimos anos. Perdemos a Secretaria de Cultura, que foi vinculada à Secretaria de Educação (...). Os espaços culturais de produção foram sendo totalmente sucateados e depredados (Bárbara Larruscahim, 2023).

As políticas públicas e decisões urbanas dos governos impactam diretamente na transformação das cidades. Algumas mudanças são irreversíveis, como a destruição de casarões históricos, enquanto outras podem ser revertidas com a alternância de governo. Um exemplo disso é o novo Programa Federal do Ministério da Cultura, que, em 2024, convidou Bárbara Larruscahim para atuar como Agente Territorial de Cultura, atendendo a região de Santana do Livramento, Rosário do Sul e Quaraí-RS, desempenhando um papel de grande relevância e

articulando propostas de preservação patrimonial e incentivo de atividades culturais.

Ao final da conversa, Bárbara ressaltou a importância de considerar o recorte socioeconômico ao abordar a fronteira seca. Citou a música “Santera”, de sua amiga Carolina Cáceres, que une os nomes Santana e Rivera e inclui o verso: "a minha identidade fronteiriça de verdade nunca esqueço e reconheço minha terceira nacionalidade". No entanto, Bárbara discorda, argumentando que essa "terceira nacionalidade" não é uma realidade para todos os moradores: "Dou aula em escola pública, e meus alunos da periferia de Livramento não entendem espanhol (...). Ir a Rivera não é para todo mundo, sabe?"

Para ela, a implementação de um transporte público binacional, integrando as duas cidades, seria um passo essencial para uma aproximação democrática. "De carro, tu passas tranquilo. Mas, de ônibus, a pessoa precisa pagar a condução do bairro até o centro e, depois, outra até o bairro em Rivera (...). Ah, é fácil atravessar essa fronteira... Pra quem? Pra quem tem carro", opinou Bárbara.

Quem tem poder de compra consegue desfrutar de ambas as cidades de forma fluida, enquanto quem não tem acaba ficando à margem, perdendo a oportunidade de acessar espaços públicos mais atrativos devido à desigualdade espacial e econômica. Essa fala de Bárbara me remeteu a uma experiência que tive na favela da Rocinha[88], no Rio de Janeiro/RJ, onde crianças me relataram nunca terem ido à praia ou aos pontos turísticos mais famosos da cidade. Quer dizer, a questão socioespacial se torna um agente importante que influencia não apenas na questão urbana e territorial, mas também nos fluxos e processos de integração, ocorrendo em diferentes contextos, e não apenas nas cidades fronteiriças.

Por fim, Bárbara nos convidou para um evento na noite daquela quinta-feira: a apresentação da cantora brasileira Sandra Duailibe, de São Luís/MA, acompanhada do músico uruguaio Diego Arias no auditório do "*Rivera Cassino Resort*", próximo da linha de fronteira. O show, gratuito, foi promovido pelo Consulado Brasileiro para marcar o encerramento da exposição. Agradecemos o convite, a visita guiada na exposição e a conversa, e nos despedimos.

Por volta das 11h00min, saímos do Consulado e seguimos para a Avenida Sarandí, onde se concentra a maior parte dos *free shops*. Também encontramos

[88] Mais informações sobre o Projeto “Mapeamento Afetivo 2019 da Cidade do Rio de Janeiro/RJ” disponível em: https://participacao-infantil-pcrj.hub.arcgis.com/pages/mapeamento-afetivo. Acesso em: 4 de fevereiro de 2023.

estabelecimentos em ruas paralelas, como na Rua Agraciada e Ituzingó, totalizando cerca de vinte lojas distribuídas em quatro quadras (ver o mapa da Figura 126).

As ruas estavam movimentadas, com pedestres e vendedores ambulantes ocupando as calçadas largas. Mercadorias eram expostas em estruturas provisórias diretamente na rua. Entramos em algumas lojas, mas não ficamos muito devido à grande circulação de consumidores — reflexo do intenso comércio natalino. Por isso, optei por não fotografar os *free shops*, tanto por respeito às pessoas quanto por questões de segurança, já que minha câmera poderia chamar atenção.

Planejávamos realizar a caminhografia em Rivera, mas uma forte chuva à tarde nos fez reajustar o cronograma. Aproveitei para organizar os materiais da viagem, transferindo e agrupando arquivos do gravador e da câmera no computador.

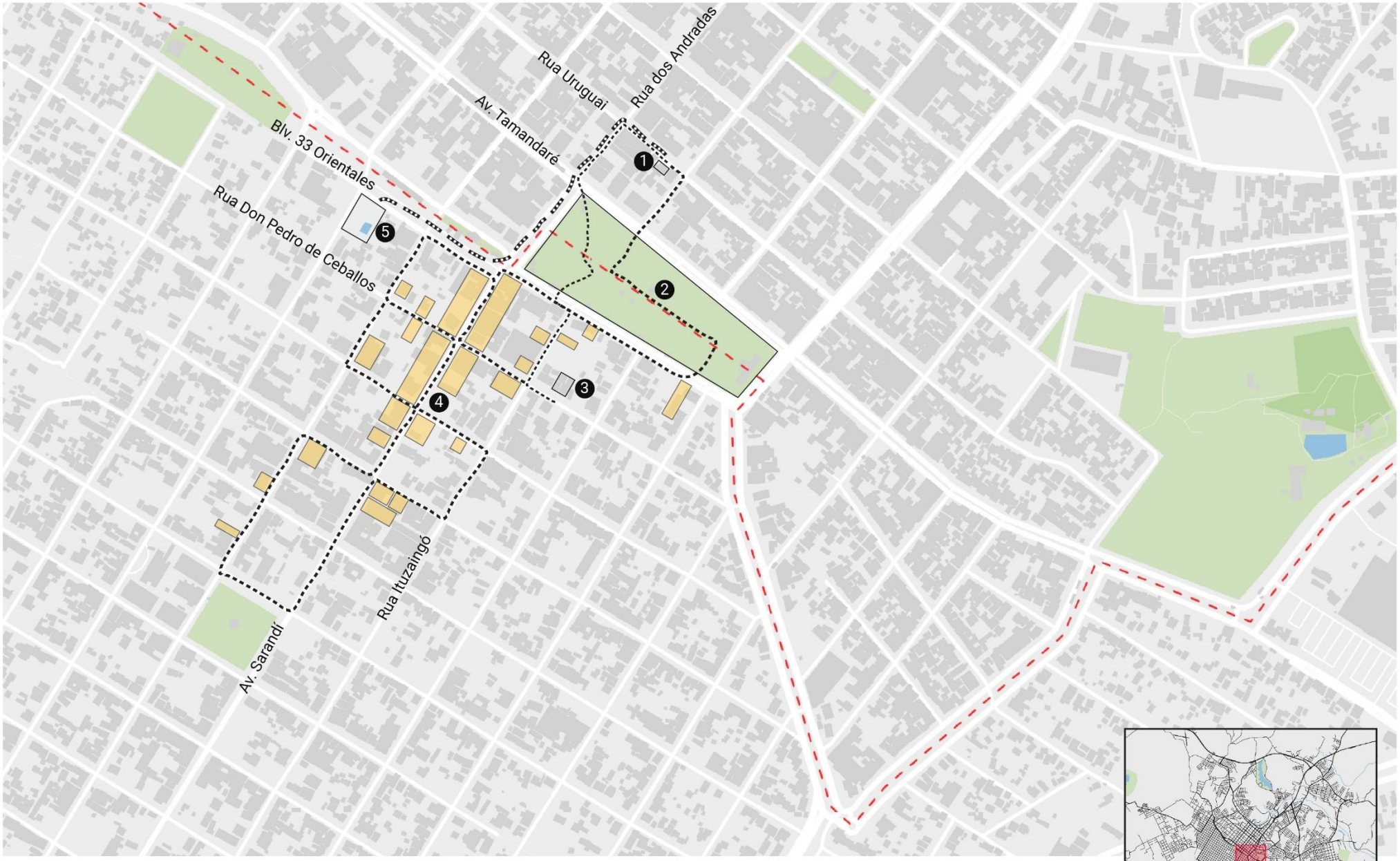
À noite, saímos para o show no hotel, a convite de Bárbara. A cidade brilhava com a decoração natalina, destacando os letreiros "Rivera Brilla". Desde 2016, a Secretaria de Turismo, com apoio do Departamento de Rivera, organiza essa que é considerada a maior festa de Natal do Uruguay, com iluminação especial, enfeites e apresentações artísticas gratuitas ao longo de dezembro (Figura 125).

Figura 125 – *Rivera Brilla*

Fonte: Autora, 2023.

Após o show, retornamos ao apartamento para descansar e nos preparar para o dia seguinte. O mapa da Figura 126 ilustra o trajeto percorrido e indica a localização dos *free shops*.

Figura 126 – Mapa do percurso em Rivera-S. do Livramento | 30.11.2023



Fonte: Autora, 2023.

5.3 Entre marcos e mortes

01 de dezembro de 2023 | sexta-feira

No primeiro dia de dezembro, sob o céu claro e calor, eu e Raul seguimos para Rivera após o café. Decidi percorrer toda a Avenida Sarandí, observando seus usos. Às 10h, marquei um encontro na Casa de la Cultura com o arquiteto e Diretor de Cultura da Intendência de Rivera, Leonidas Tati Bayo, conhecido como Tati.

Subimos pela Rua Uruguai até a movimentada Rua dos Andradas, via de mão única com calçadas largas, bancos e iluminação, onde vendedores ambulantes ocupam a faixa de serviço. Entre as ruas Uruguai e Tamandaré, surpreende o número de farmácias — mais de oito em uma quadra —, além de lojas de roupas e cosméticos.

Dessa vez, não atravessamos a Praça Internacional, seguimos pela rua paralela, onde há mais lojas, lanchonetes e restaurantes no térreo, enquanto os andares superiores de alguns edifícios abrigam escritórios administrativos. No prédio de esquina com a Rua Tamandaré, funciona o *Consulado de La República Oriental Del Uruguay*. Apesar da calçada ter quase cinco metros, ela parecia estreita diante de tantos usos — mesas, manequins, caixas de som e o intenso fluxo de pedestres tornavam o percurso caótico.

Ao atravessar a Avenida João Pessoa, entramos no Uruguay, seguindo pela Boulevard 33 Orientales até a Avenida Sarandí, continuação da Rua Andradas. Sem barreiras ou sinalização indicando a travessia internacional, bastou cruzar a rua. O lugar mantinha o comércio intenso, mas com a presença marcante de *free shops* e letreiros em espanhol. A decoração natalina enfeitava a cidade com grandes bolas de luz.

Nas cinco quadras até a Praça General Artigas, predominavam edificações térreas ou de até três andares, com exceção de dois prédios altos. Além do comércio, havia salões de beleza, bancos, lanchonetes e o *Club Uruguay*, prédio neoclássico ainda ativo culturalmente. Na esquina da praça, destacava-se uma grande árvore de Natal e o letreiro "*Rivera Brilla*" (Figura 127).

Seguindo pela Sarandí, o Banco da República se impunha com suas colunas jônicas. A presença de ambulantes e trailers de comida se intensificava. Mais adiante, uma fila se formava em frente à *ANDA Sucursal de Rivera*, instituição financeira muito buscada, especialmente por aposentados no início do mês.

Figura 127 – Entorno da Praça General Artigas em Rivera/UY

Fonte: Autora, 2023.

Após a praça, a dinâmica da avenida mudava: menos comércio e mais serviços, igrejas, residências e mercadinhos. Calçadas mais arborizadas, construções baixas e menor movimento de pedestres contrastavam com o contínuo fluxo de veículos e carros estacionados (Figura 128).

Figura 128 – Diferentes tipologias e estilos arquitetônicos da Av. Sarandí

Fonte: Autora, 2023.

Após percorrer outras cinco quadras chegamos à Praça Flores, de mesmo tamanho da Praça Artigas, porém com outro desenho e usos (simetria, organização e quadras do mesmo tamanho — seguindo o estilo do traçado espanhol). A principal diferença é a topografia. A Praça Flores (Figura 129) possui uma declividade um pouco mais acentuada, mas que foi muito bem aproveitada, criando um pequeno anfiteatro, com arquibancadas de concreto e no centro um tratamento de piso diferenciado, marcando o que seria o palco. O corredor para o centro da praça é marcado pelo alinhamento de grandes Palmeiras-das-canárias, formando uma composição interessante e harmônica.

Um setor da praça é dedicado à recreação infantil, com brinquedos tradicionais, como escorregador e balanço, porém adaptados para crianças cadeirantes. Uma placa próxima indicava: “Praça integradora. Neste espaço, todos

brincamos juntos”[89]. Vimos algumas crianças brincando no parquinho, acompanhadas de adultos, e um senhor com bagagens e sacolas sentado em um dos bancos, aparentemente fazendo uma pausa ou aguardando alguém.

Figura 129 – A Praça Flores em Rivera/UY

Fonte: Autora, 2023.

[89] Idioma original: “*Plaza integradora. En este espacio jugamos todos juntos*”.

Em um dos postes, havia poesias com fotos e nomes dos autores, fruto de uma oficina literária local. Todas tratavam do amor, da esperança ao luto: “Sorrir com o rosto úmido pelas lágrimas, reviver o momento de um amor de outrora, sobre as folhas secas de um tardio outono. Não é fácil, mas sim, é possível”[90] (Estella Ballesteros, 2023). Mais uma vez as escritas urbanas contribuindo com a leitura da paisagem.

Seguimos por duas quadras até a Avenida Presidente Feliciano Alberto Vieira, de pista dupla e tráfego intenso. Do outro lado, o Parque Oriental, separado por rua de blokrets. À direita, área arborizada com a Casa de Cultura ao centro; à esquerda, pista de skate, estacionamento e acesso ao Hospital Departamental de Rivera.

Próximo do horário marcado com o diretor, fomos à Casa de Cultura. O edifício térreo, de tijolo aparente e esquadrias de vidro, tem canteiros em meia-lua na fachada frontal (Figura 130).

Figura 130 – Fachada principal da Casa da Cultura em Rivera/UY

Fonte: Autora, 2023.

Entramos por um corredor amplo com várias salas, cujas paredes exibiam obras de arte, ao final dele havia um balcão de informações. Mencionamos entrevista agendada com Tati e a funcionária pediu que aguardássemos sua chegada nas cadeiras próximas.

Enquanto esperávamos, observei a exposição no corredor e folheei revistas, livros e panfletos disponíveis na mesa de centro. A mostra era composta por

[90] Idioma original: “*Sonreír con el rostro húmedo por las lágrimas, revivir el momento de un amor de antaño, sobre las hojas secas de un tardío otoño. No es fácil, pero sí, se puede*”.

pinturas em acrílico e desenhos em grafite de Enzo Nahuel Medina, vencedor do Concurso Nacional de Pintura *"Sembrando Arte"* de 2023. As obras retratavam belos retratos de diversas pessoas (Figura 131).

Figura 131 – A exposição de desenhos na Casa da Cultura em Rivera/UY

Fonte: Autora, 2023.

Na mesa, encontrei exemplares da Revista "*La Pupila*", livros sobre arte, patrimônio, biografias, além de panfletos com anúncios de trabalhos artísticos (Figura 132). Enquanto aguardava, resolvi folhear uma das revistas, e o título de uma matéria chamou minha atenção: "A Paisagem Urbana Habitada"[91], de Néstor Casanova Berna[92].

Figura 132 – Obras da Casa da Cultura e a Revista La Pupila

Fonte: Autora, 2023.

[91] Idioma original: *"El paisaje urbano habitado"*.
[92] Arquiteto e professor da *Facultad de Arquitectura*, UDELAR, residente em Montevidéu, Uruguay.

Na reportagem, o autor recorre à obra de Jean-Marc Besse (2013) para estruturar sua ideia sobre paisagem urbana. Concorda com as três proposições de Besse: (1) a paisagem deve ser assumida como uma teoria em si mesma: "é uma estrutura conjectural sobre o ser, a forma e o desempenho dos constituintes da cena, incluindo, é claro, o próprio sujeito"; (2) a paisagem deve ser entendida como produto: "resulta de uma sedimentação de fenômenos naturais e antrópicos"; e (3) em cada paisagem deve ser apreciada uma inscrição ou escritura: "é o documento incontestável e definitivo para verificar a condição genuína de nossa própria presença ali"[93] (Berna, 2023, p. 9).

Logo depois, Berna (2023) faz a diferenciação entre lugar urbano e paisagem urbana. O primeiro se ocupa dos ambientes essencialmente habitados, formados pela vida social na cidade, enquanto o segundo é a expressão desses lugares, registrando identidades e a coexistência de diferentes grupos sociais. A paisagem, que não é homogênea nem exclusivamente hegemônica, se constitui por múltiplas presenças, incluindo as camadas populares que reivindicam seu espaço na cena urbana.

Ao final do artigo, o autor observa que a paisagem urbana vai além do aspecto estético, sendo uma construção social que reflete identidade, presença e pertencimento. Destaca a pluralidade na formação dos lugares e das paisagens urbanas, superando visões cenográficas hegemônicas. Por fim, relaciona a paisagem ao direito à cidade, ressaltando que todas as camadas sociais devem ter espaço para expressar sua presença na dinâmica urbana, tornando a cidade um reflexo autêntico de sua diversidade. "Em qualquer caso, as paisagens urbanas devem ser aquarelas vibrantes, cheias de fervor populacional e expressões genuínas de complexidade situada"[94] (Berna, 2023, p. 11).

Essa leitura chegou como um presente naquele momento de espera, como se eu estivesse conversando com o autor em um processo colaborativo. Em cada argumento lido, eu projetava o que estava fazendo no processo da caminhografia urbana. As paisagens como "aquarelas vibrantes"; apenas naquele trajeto pela manhã, já havia recorrido a diferentes cores, texturas e traços na descrição de tudo

[93] Idioma original: *"Es una estructura conjetural sobre el ser, la forma y el desempeño de los constituyentes de la escena, incluido, claro está, el propio sujeto"; "resulta de una sedimentación de fenómenos naturales y antrópicos"; "es el documento incontestable y último para verificar la condición genuina de nuestra propria presencia allí"*.

[94] Idioma original: *"En todo caso, los paisajes urbanos deben constituir acuarelas vibrantes, pletóricas de fervor poblador y expresiones genuinas de la complejidad situada"*.

o que havia experienciado. **A conversa com as múltiplas camadas dessa paisagem fica mais compreensível à medida que nos incorporamos a ela, deixando o corpo à prova. Os fragmentos dessas aproximações vão compondo a paisagem, dia a dia.**

Alguns minutos depois, Tati chegou à Casa de Cultura. Após uma breve conversa na recepção, nos convidou até sua sala, que era pequena, dividida por paredes de gesso e com janela voltada para um espaço maior. Havia uma mesa grande, três cadeiras, um armário e um quadro com pintura abstrata (Figura 133).

Figura 133 – A conversa com Tati Bayo

Fonte: Raul Dias, 2023.

Antes de prosseguir, gostaria de ressalvar que Tati é um excelente "conversante/*parlante*", daqueles que misturam histórias com reflexões filosóficas e linguísticas. **A conversa foi marcada por perguntas que surgiam da escuta, conduzindo a caminhos inesperados e cheios de potencial.** Por isso, alerto os leitores para a diversidade de temas que virão.

Outro ponto: embora uruguaio, Tati falou em português, às vezes misturando palavras em espanhol, e nos pediu para interrompê-lo caso algo não ficasse claro.

Ao falar sobre fotografia, lembrou-se de um trabalho muito interessante de seu amigo, Andrés Álvaro Rodríguez, que percorreu de bicicleta toda a linha de fronteira entre Brasil e Uruguay, nos limites do departamento de Rivera. Partindo do povoado de Masoller até o povoado de San Luis (Figura 134), percorreu cerca de 200 km de fronteira seca, registrando todos os marcos fronteiriços. Tati então questiona e responde: "E o que ele descobriu?":

> Uma coisa que ninguém tomou conhecimento em lugar nenhum aqui da região: que tem muitas tumbas na linha fronteira. Túmulos, muitos. Mas o mais engraçado de tudo é que o pessoal mandou fazer o **túmulo colado no marco**. Colado assim, apoiado no marco (Tati Bayo, 2023).

Figura 134 – Percurso de bicicleta de Andrés Rodríguez em 2006

Fonte: Autora, 2023.

Tati ficou muito interessado nessa descoberta de Andrés, pois tem um interesse particular pelo tema dos cemitérios. Não pelos cemitérios centrais da cidade, mas pelos cemitérios das margens, aqueles situados em locais não legalizados e desconhecidos pela Intendência, formando uma paisagem esteticamente interessante.

Para o arquiteto, há muitos motivos antropológicos na construção dos cemitérios. "Mas há um aspecto desses motivos que, nesses lugares, se torna central: a estética. Porque é a estética possível para as pessoas mais pobres. E, então, para elas, a estética se torna um instrumento para valorizar o amor" — explicou.

No caso dos túmulos localizados na linha de fronteira, próximos aos marcos, Tati acredita que pertencem a pessoas "nacionalistas de região", em termos políticos. A partir de sua percepção, ele defende a seguinte teoria:

> O cara que ama se sentir fronteiriço. O cara não gosta de se sentir brasileiro ou uruguaio. Eu sou daqui. Eu sou da fronteira. Eu me criei aqui. E eu quero, quando eu morrer, que me botem aqui. Onde? No marco. **O marco é a coisa mais fronteiriça que existe** (pausa).
>
> O cara marcou a paisagem utilizando um fator que já existia. Ele aproveitou uma coisa [...] **Ele queria ter seu cemitério identitário**.

> Seu cemitério diferente. Eu vou aproveitar uma marca que já existe, **que não tem como evitar essa marca** (Tati Bayo, 2023).

Diferentemente da fronteira molhada, em que o rio é o protagonista, na fronteira seca o marco ganha destaque. São elementos da paisagem que carregam o peso da linha imaginária. De um lado, um ser vivo: o rio. Do outro, a materialidade dos diferentes marcos de concreto que desenham o percurso da linha política.

Para Bárbara, a artista, e agora também para Tati, **o marco é o principal símbolo da fronteira seca.** E, não por acaso, ocorrem essas aproximações, como na localização dos túmulos. Diferente de um muro ou de outros elementos materiais que também demarcam a linha, os marcos são pontuais na paisagem: não representam obstáculo, não restringem a passagem, são apenas marcos — isto é, sinalizações de fronteira que compõem a paisagem.

Segundo Tati, o marco também representa identidade, reconhecimento e pertencimento. Os moradores da região rural da fronteira desejam ser enterrados próximos ao marco, pois ali serão lembrados como fronteiriços. Seus corpos são atravessados e eternizados simbolicamente pela linha de fronteira.

Pedi o contato de Andrés Rodríguez e, no dia 23 de dezembro de 2023, tive uma rápida conversa com ele pelo aplicativo WhatsApp sobre seu percurso de bicicleta pela linha de fronteira e o acervo de fotografias. Andrés comentou: "Faz anos que percorro esses lugares, porque praticamente nasci e me criei nessa região. Há muitas tumbas e cemitérios particulares ao longo do percurso. São 1.200 fotografias" [95].

Andrés contou que fez essa viagem em 2006, aos 48 anos, mas ainda hoje realiza travessias. Em 2023, enquanto conversávamos, registrava estações ferroviárias abandonadas no deserto do Chile. Ele percorre esses caminhos por prazer, como forma de reviver a infância, mas ressalta que não é fotógrafo profissional — trabalha como Tradutor Público Juramentado.

Em entrevista à revista *((o))eco*, em 2011, explicou que prefere a bicicleta por permitir maior contato com a natureza e acesso a áreas inóspitas, onde veículos não passam. Disse que, quando criança, ao viajar com seus pais da cidade de Rivera até a casa dos avós, na zona rural, encantava-se com os marcos na fronteira. Para o

[95] Idioma original: *"Hace años que recorro esos parajes, porque prácticamente nací me crié en esa zona. Hay muchas tumbas y cementerios particulares a lo largo del recorrido. Son 1200 fotografias"*.

Andrés criança, os marcos eram "soldados, vigilantes de um exército imaginário; ou pareciam magos [...] o Papai Noel. Variava a cada situação" (Andrés, 2011 *apud* Brito, 2011). Já para o Andrés adulto, os marcos são como "árvores de pedra", cada uma cercada por uma paisagem única — o que o motivou a fotografá-los.

Durante suas viagens, foi acolhido por pessoas generosas, mas também enfrentou desafios, como picada de lacraia e encontros com cobras (Brito, 2011). Andrés compartilhou gentilmente algumas fotos do percurso (Figura 135), destacando aquelas com túmulos.

Figura 135 – Entre marcos e mortes

Fonte: Acervo de Andréz Rodríguez, 2006.

Perguntei a ele qual era a sua opinião sobre esse fato, o que levava essas pessoas a escolherem essa localização para os túmulos, e ele respondeu: "Em todas as zonas rurais, seja no Rio Grande ou no Uruguay, há muitos cemitérios. Às vezes, foram construídos nessas áreas por serem as mais povoadas. E coincidiu que havia um marco ou moirão por perto"[96].

Percebi que Tati e Andrés têm visões distintas. Tati adota uma abordagem mais filosófica e simbólica, enquanto Andrés enxerga os fatos como mera causalidade. A motivação real permanece incerta, exigindo uma investigação mais profunda, talvez um diálogo com familiares, para se aproximar de sua intencionalidade. Ainda assim, é inegável que essa prática ocorre e integra uma das camadas da paisagera.

Tati comentou que os primeiros marcos na fronteira, ainda sob domínio de Portugal e Espanha, eram poucos — um no Chuí-Chuy e outro em Santana do Livramento-Rivera, ambas fronteiras secas. Esses marcos iniciais eram maiores e distintos dos demais. Posteriormente, instalaram-se outros menores, chamados de *mojones* pelos uruguaios. Tati então explicou o significado da inserção desses marcos:

> **Não é uma distância fixa, é uma distância visual. Tu tens que enxergar o próximo e o anterior.** Mas tem momentos que as cidades vão mudando um pouco e de repente tu te perdes, então tem que botar algum a mais. Mas botam sem número. Tu tens o 338, o 339 e aqui neste canto não se enxerga, então tu botas dois por aqui, pequenininho e sem número.
>
> Isso tem ali no *Cerro del Marco*, tu podes ver pelo lado brasileiro. Aí quando tu chegas naquela favelinha que tem ali, em algum momento, tu vais enxergar dois desse tamanho (gesto com as mãos indicando aproximadamente 1 metro). Um que está na porta da casa — na porta. E o outro mais perto do meio fio. Tu vais encontrar. Eu tenho fotos. Esses foram os últimos.

Posteriormente, Tati me enviou por mensagem uma publicação de suas redes sociais com as fotos desses últimos *mojones* aos quais ele se referia, localizados no *Cerro del Marco* (Figura 136). Além disso, escreveu na publicação:

> Essas modestas marcas separam, dividem ou unem o Uruguay e o Brasil de forma simples, **sem ostentação policial, militar ou geopolítica** e, sobretudo, sem problemas que não sejam

[96] Idioma original: *"En todas las zonas rurales, ya sea en Río Grande o Uruguay, hay muchos cementerios. A veces se construyeron en esas zonas por ser las más obladas. Y dió la casualidad de que había un marco o mojón cerca".*

> trivialidades. Apesar da ausência de um tratamento estético chamativo, **somos exemplo para milhões** (Tati Bayo, 2023)[97].

Figura 136 – Os últimos mojones

Fonte: Tati Bayo, 2023.

Esses relatos contribuem para a ideia de que os marcos são elementos ativos, vivos, em constante transformação, contrapondo-se à rígida fixidez. São inseridos contemporaneamente para acompanhar as mudanças urbanas e rurais. Se a construção de uma nova edificação impede que um marco aviste o outro, surge a necessidade de novos marcos.

Para que a linha imaginária da fronteira não fique apenas no plano da imaginação, ela está materializada nos inúmeros marcos que foram instalados ao longo do seu traçado. Os *mojones* não possuem um tratamento estético chamativo como a imponência dos marcos mais antigos, como indicou Tati. Entretanto, carregam o mesmo peso da linha imaginária e convivem com os diferentes agentes do entorno.

A "favelinha" mencionada por Tati é composta por casas simples de madeira, erguidas de forma irregular na encosta do cerro. Famílias em situação de vulnerabilidade ocuparam esse espaço central da cidade, convivendo diariamente com o marco da fronteira — são habitantes da linha imaginária.

Sobre a fronteira, Tati falou sobre seu glossário pessoal com termos de diferentes áreas que dialogam com a ideia de fronteira, como os ecótonos (geografia), o efeito de borda (ecologia) e o paspatur (estética). Ele defende que **a transdisciplinaridade amplia a compreensão das fronteiras**.

[97] Idioma original: *"Estás modestas marcas separan, dividen o unen a Uruguay con Brasil de forma modesta, sin ostentación policial, militar, geopolítica y sobretodo, sin problemas que no sean pavadas. Apesar de la ausencia de un tratamiento estético demostrativo, somos ejemplo para millones"*.

Nesse sentido, ele nos contou sobre a planta embira ou *envira* (em espanhol), da espécie *Daphnopsis racemosa*. Uma arvoreta que geralmente nasce no perímetro de uma mata nativa. Trata-se de uma planta brasileira que não é protegida pela legislação ambiental e, por vezes, é retirada nos processos de manejo. No entanto, possui uma casca extremamente resistente, sendo uma das poucas que o gado não consome. "É uma planta muito funcional, porque gerações passadas, que faziam coisas com materiais vegetais, usavam a *envira* para amarrar [...] se tu não tinhas corda, tu tinhas que amarrar com vegetais" — explicou Tati.

Devido à sua resistência, a embira acaba formando, no perímetro da mata nativa, uma faixa de proteção que impede o avanço do gado sobre outras vegetações. Além disso, é considerada um indicador de mata nativa, pois sua presença sinaliza a proximidade de um ambiente preservado. Tati chamou essa espécie de "palimpsesto vegetal", pois, onde ela cresce, é possível ler as camadas da paisagem e sua história.

Para ele, todas essas conexões são "uma prova da necessidade das fronteiras e dos lugares que têm um lado e outro. **Sempre que tu tens um lado e outro, o lugar da fronteira é fundamental. Não é uma linha, nunca é uma linha**". A embira, o ecótono, o efeito de borda e o paspatur são alguns dos elementos que trazem essa reflexão sobre a importância das fronteiras, algo que também reverbera na fronteira territorial entre nacionalidades.

À primeira vista, tratar a fronteira como uma necessidade pode parecer paradoxal, especialmente diante do movimento predominante de sua negação, impulsionado pelos inúmeros conflitos e violências em territórios fronteiriços — como nas atuais guerras entre Rússia e Ucrânia, Palestina e Israel, e nas tensões entre México e Estados Unidos. Esses exemplos reforçam o imaginário da fronteira como mera demarcação de limites entre soberanias.

No entanto, as fronteiras precisam ser atravessadas para se chegar ao outro lado — paisagens de passagem obrigatória, ainda que, na maioria dos casos, temporária. **Mas essa espessura, que "nunca é uma linha", torna-se essencial para acomodar as diferenças entre ambos os lados**, assim como ocorre nos ecótonos, em uma faixa de espécies híbridas, ou no paspatur, no qual a presença da borda é a responsável por realçar uma obra de arte, destacar seus contornos. Ou ainda a convivência na fronteira Brasil-Uruguay, que é "exemplo para milhões" — segundo Tati.

Após esse relato, perguntei sobre as mudanças nas cidades nos últimos cinco anos. Tati afirmou que "a contemporaneidade é um fato instalado" nas cidades de Rivera e Sant'Ana do Livramento, não existe uma tradição: "Digamos que, ao jogar com os elementos para conformar uma identidade, aqui sempre se **aposta no novo**. Não temos valores antigos construídos ou não construídos" — explicou Tati.

Para ilustrar, citou o fechamento de todos os museus em Livramento em 2023 — "filme de terror". A família de Ivo Caggiani, principal historiador local, doou seu acervo ao Museu de Rivera, já que o poder público brasileiro não demonstrou interesse em preservá-lo. "A cultura não é uma aposta no futuro" em Santana do Livramento, opinou Tati, convergindo com a visão da artista Bárbara. Em Rivera, apesar da falta de diálogo entre a Intendência e a Secretaria de Cultura, há incentivo a eventos culturais. Tati mencionou exposições futuras, da poetisa Juana de Ibarbourou, sobre bandas de rock e sobre o uso da madeira na arquitetura.

Aproveitando o tema da cultura, perguntei a Tati sobre o novo projeto *do Teatro de Verano* e se ele teve alguma participação no processo. Ele explicou que o projeto é antigo e estava guardado, à espera da oportunidade certa para ser executado — **o que só foi possível quando diferentes atores políticos, financeiros e culturais conseguiram se alinhar**.

O projeto foi realizado por um arquiteto de Montevidéu, professor de uma faculdade de arquitetura, que possui "uma cultura arquitetônica geral muito ampla" — opinou Tati. Ele respeitou aspectos fundamentais, como a escala, a materialidade e a visada. Tati também destacou que o projeto não se limita ao Teatro, mas inclui uma conexão com a praça situada logo acima do cerro, com planos para futuras ampliações.

Mudando de assunto, quis saber de Tati como havia sido o período da pandemia nesse território de fronteira seca, já que, em Jaguarão-Rio Branco, o bloqueio da ponte teve um grande impacto no cotidiano das cidades. "Minha experiência foi tranquila. Enquanto eu não precisava trabalhar, fiquei em casa e pronto. Mas não houve muitas restrições" — respondeu.

Ele lembrou que, em alguns momentos, as prefeituras tentaram adotar medidas como a lavagem das ruas com caminhões-pipa. No entanto, com o avanço das pesquisas científicas, percebeu-se que essa ação não era eficaz, e a prática foi interrompida.

Para Tati, o maior diferencial da pandemia na cidade de fronteira foi o processo de vacinação. “No Uruguay, começou primeiro, e quem tinha dupla cidadania se beneficiou. Ah, mas teve um monte de brasileiro se vacinando aqui, até mesmo sem cidadania. Sem muito controle, o importante era a vacina”, explicou. Ele citou o caso de amigos uruguaios que moram em Florianópolis e que foram a Rivera para garantir a imunização mais rapidamente. No entanto, não houve nenhum tipo de bloqueio entre as cidades, o que, segundo ele, seria inviável.

Fomos interrompidos por uma funcionária da Casa de Cultura que chamou Tati para uma reunião. Então, precisamos encerrar a nossa conversa. Agradeci ao diretor por nos receber e pelas trocas tão frutíferas. Nos despedimos e saímos pela porta principal.

Na Avenida Presidente Feliciano, avistei, do lado esquerdo, a sinalização ferroviária e a interrupção do asfalto pelos trilhos do trem. Então, nos dirigimos até lá, na quadra seguinte. Já era quase meio-dia, e o calor estava intenso.

Ao nos aproximarmos da esquina, uma senhora saiu apressada da Casa da Cultura e correu em nossa direção. A princípio, pensei que eu tivesse esquecido algum material, mas, na verdade, ela queria saber o que estávamos pesquisando. Sua pergunta, no entanto, soou um tanto confusa, pois não havia sido muito clara — falava em espanhol de maneira acelerada e misturava diversos assuntos.

Expliquei, de forma abrangente, sobre minha pesquisa e, de repente, ela me interrompeu, começando a falar sobre o trem. Contou que, desde 2019, a linha havia sido reativada tanto para cargas quanto para passageiros (APÊNDICE Q – O sistema ferroviário das cidades-gêmeas). Quando mencionei que pretendíamos caminhar um pouco ao longo dos trilhos, ela nos alertou sobre os riscos, dizendo que não era uma área para pedestres. Depois disso, se despediu e saiu apressada.

Aquela abordagem inusitada ficou sem explicação. A senhora não mencionou se era funcionária da Casa da Cultura ou se fazia parte da equipe do coral que naquele dia ensaia no local. Talvez tenha apenas ficado curiosa com a nossa presença e decidido nos questionar.

De toda forma, decidimos caminhar com cautela próximo aos trilhos do trem, no trecho que atravessa o Parque Oriental. O lugar é descampado, com vegetação rasteira, enquanto as árvores se concentram mais à direita do parque. Ao lado dos trilhos e dormentes do trem, um pequeno canal aberto exibia um filete de água, sugerindo uma área de drenagem do solo (Figura 137).

Figura 137 – Linha férrea em Rivera/UY

Fonte: Raul Dias e Autora, 2023.

Avistamos um vagão de trem desativado, com lataria enferrujada e marcas de pichação. Do outro lado, uma rua de saibro ladeava os fundos de casas simples, com muros grafitados — em um deles, a bandeira do Uruguay.

Ao fundo, o Estádio Atilio Paiva Olivera. No cruzamento com a Rua Rincón, um senhor passava de charrete carregando móveis. Algumas pessoas circulavam pelo parque, sob forte calor — cerca de 38 °C — o que nos levou a buscar sombra sob as árvores centrais.

Passamos pelos fundos da Casa de Cultura, cruzamos a Rua Sarandí e chegamos à parte mais arborizada do Parque Oriental, com mais equipamentos. Esse trecho possui um canal de concreto por onde corre um filete d'água. Há bancos, lixeiras, brinquedos, postes e decks de madeira conectados em platôs. A materialidade do parque se define por três elementos: pedra, madeira e metal.

Sentamos em um dos bancos, à sombra, para nos hidratar e descansar um pouco. Naquele horário, vimos ao longe a movimentação no estacionamento do hospital e alguns pedestres de passagem.

Às 14h, agendamos uma conversa com o historiador Eduardo Palermo no *Museo del Patrimonio Regional*, próximo à Praça General Artigas. Antes, retornamos a Santana do Livramento para almoçar, caminhando pela arborizada Rua Agraciada, paralela à Sarandí.

Na movimentada Praça General Artigas, muitas crianças brincando e se refrescando no chafariz. No entorno, destacam-se o prédio modernista da Intendência Departamental, com concreto aparente e pilotis, e a igreja *Parroquia Inmaculada Concepción* (1891), com torre central e volumetria tripartida entre capela, sacristia e casa paroquial (Figura 138).

Almoçamos na Rua Uruguai, no restaurante "Pampa Grill", onde novamente observamos a mistura de idiomas e moedas entre frequentadores brasileiros e uruguaios. E, após breve pausa no apartamento, voltamos à Praça Artigas e seguimos pela Rua Gral. José Gervasio Artigas até o museu. Uma funcionária simpática nos guiou pela exposição, que apresenta a história de Rivera por meio de fotografias, mapas, esculturas e objetos.

O museu, referência em educação patrimonial, também abriga laboratórios de preservação e digitalização, com acervos que incluem documentos coloniais, militares, sociais e registros audiovisuais.

Destaque para a maquete da linha imaginária, o mapa da fundação de Livramento (1866) e o projeto original da Praça Internacional (Figura 139). Em seguida, Palermo nos recebeu calorosamente e nos conduziu a uma sala reservada para a conversa (Figura 140).

Figura 138 – A Praça Gen. Artigas e as edificações do entorno

Fonte: Autora, 2023.

Figura 139 – Acervo do museu de Rivera

Fonte: Autora, 2023.

Figura 140 – A conversa com Palermo no museu de Rivera/UY

Fonte: Raul Dias, 2023.

O historiador é uruguaio, mas desde 2018 reside no centro de Santana do Livramento. Durante a conversa, assim como Tati, ele se comunicou em português, embora com um sotaque mais marcado, frequentemente mesclando palavras em espanhol.

Inicialmente Palermo quis entender o foco da minha pesquisa e como poderia contribuir. Expliquei de forma simples meu interesse pelas transformações da paisagem de fronteira. Ele se surpreendeu com a abordagem e comentou que, para ele, a paisagem é "sempre antrópica, sabe? Por exemplo, o bioma Pampa é uma paisagem. Porque ele tem tido muita intervenção humana, a tal ponto de que é o bioma mais destruído, o mais ameaçado dentro dos biomas do Brasil e da região[98]". Embora compreenda a abordagem do historiador, minha abordagem da paisagem é simétrica, considerando tanto os humanos quanto os não-humanos, conforme já exposto no Capítulo 3.

A seguir, perguntou que tipo de paisagem eu estudava — geográfica, cultural, patrimonial ou arquitetônica. Esclareci que meu objetivo era justamente

[98] Em entrevista ao jornal Brasil de Fato em maio de 2024, o professor de Ecologia da UFRGS, Valério Pillar, destacou dados preocupantes sobre a destruição do bioma Pampa: (1) apenas 40% do Pampa mantém cobertura original; (2) as unidades de conservação cobrem apenas 3% de sua área; (3) a monocultura de soja, voltada ao mercado internacional, e o crescimento das plantações de eucalipto são as principais responsáveis pela destruição; (4) enquanto a floresta é vista como prioridade para preservação, o campo nativo é negligenciado; (5) a pecuária causa menos danos à biodiversidade do que o agronegócio; (6) apesar de existirem leis de proteção, a fiscalização é fraca e a legislação não é cumprida; (7) o campo está sendo progressivamente despovoado, com escolas rurais fechando e estradas sem manutenção, resultando na redução da valorização e preservação dessa área.

compreender e entrelaçar todas essas camadas, buscando explorar a essência das múltiplas dinâmicas da rede da paisagem fronteiriça, distinta das não-fronteiriças.

Nesse ponto, Palermo destacou que **a principal diferença entre cidades de fronteira e não-fronteiriças está no aspecto social**. Os elementos físicos, como aduanas, marcos de fronteira ou arquiteturas com influências portuguesas ou hispânicas, não alcançam a profundidade dessa diferença — que se revela, sobretudo, nas relações sociais:

> Porque a fronteira, e eu acho que nisso não tem discussão nas ciências sociais, a fronteira é uma construção social produto da interação de duas populações, que estão a um lado e a outro de um limite. Então, o que constrói a fronteira não é o limite. **O que constrói a fronteira é a necessidade de complementação cultural, social, emocional**. Eu sempre digo que a fronteira, além da economia, tem que a ver com o **amor e o desejo, a família, o trabalho, o contrabando**. Não tem fronteira sem contrabando. Então, aí é mais fácil de explicar (Eduardo Palermo, 2023).

Continuando sua argumentação, Palermo exemplificou o caso de Rivera e Santana do Livramento como uma fronteira seca singular, onde **o limite formal praticamente desaparece, dando lugar a uma integração que é visível na continuidade viária, nas construções, na urbanidade e, principalmente, no relacionamento com o outro**. Ele ressaltou que essa configuração é única, pois, ao contrário de algumas cidades de fronteira ao redor do mundo, onde o que se destaca é a presença do limite, ali o que se evidencia é a convivência fluida entre os dois lados: "Aqui na nossa fronteira seca, se tu não tiveres um conceito real, se tu não estás avisado de que os marcos são o limite entre dois países, eles parecem mais uma estrutura decorativa urbana, que é um limite formal" — completou Palermo.

Ainda dentro dessa explicação, Palermo comparou o limite a uma porta, que se pode abrir, fechar e ter a certeza de estar atravessando de um lado a outro. Porém, no caso de Rivera e Santana do Livramento, trata-se de uma fronteira onde essa porta é invisível, **diluindo a percepção da travessia**, "cuja integração urbanística faz desaparecer o limite, em termos formais, não em termos reais. O limite está ali, mas formalmente tu não consegues olhar para ele, tu olhas como se fosse um bairro e outro bairro de uma mesma cidade".

A partir do processo de escuta realizado até então, surgiram algumas considerações importantes: **(1)** as fronteiras são construções sociais; **(2)** não há fronteira sem limite, mas há limites sem fronteira; **(3)** o limite é sempre real, embora

possa estar em maior ou menor evidência formalmente; **(4)** a intensidade da integração social na fronteira está relacionada à nitidez e percepção desse limite; **(5)** no caso de fronteiras secas, a integração urbanística, como a continuidade viária, favorece a diluição dos limites; **(6)** no caso de fronteiras molhadas, o rio-ponte é um limite real e formal.

Comentei com Palermo sobre a minha percepção da diferença da linha imaginária no centro das cidades-gêmeas, na Praça Internacional, e nas periferias e zonas rurais. Quanto mais distante do centro, mais a linha se torna diluída e invisível, restando apenas a presença dos marcos. Entretanto, para Palermo, essa linha, mesmo na periferia, sempre acompanha uma rua, que na zona rural é conhecida como "caminho internacional". Nesses lugares a margem dos centros urbanos, a fronteira é a estrada.

Achei curioso Palermo indicar a estrada como fronteira, e então o indaguei sobre a abrangência: até que ponto é considerada uma zona de fronteira ou não? Palermo respondeu: "A fronteira, vamos dizer, **a abrangência da fronteira não se dá em um sentido geográfico, ela se dá em um sentido conceituado**".

Explicou que, no caso do Brasil, a faixa de fronteira corresponde a 150 km da linha de fronteira, porém o Uruguay não adota esse entendimento e definição, por dois motivos: "O primeiro motivo é que todo Uruguay é uma grande faixa de fronteira entre Brasil e Argentina [...] Uma região de permanente trânsito". Nesse ponto, Palermo, apoiado na história, afirma que o Uruguay é dividido em duas grandes regiões, ao norte e ao sul do Rio Negro[99]. Ao norte, há um maior fluxo com o Brasil e o litoral da Argentina; ao sul, o trânsito geral de Buenos Aires, Montevidéu e Colônia do Sacramento. "São como duas grandes regiões de trânsito, também regiões fronteiriças, no amplo sentido do conceito" — completou Palermo.

O segundo motivo seria a própria distribuição geográfica e político-administrativa do Uruguay, que é dividida em departamentos. Seria o limite da faixa de fronteira o limite geográfico de cada departamento? Quer dizer, se você sai do limite do departamento, já não estaria mais na faixa fronteiriça? Mas essa delimitação também é frágil e pode variar conforme o entendimento legal de cada juiz.

[99] O Rio Negro é o maior afluente do Rio Uruguai. Nasce no município de Bagé/RS, atravessa todo o Uruguay e desagua no Rio Uruguai, próximo ao Rio da Prata. O Rio Negro é um Rio Internacional do tipo sucessivo, quer dizer, rios que atravessam de modo transversal uma ou mais nações.

Palermo afirma que, no lado uruguaio, existe maior flexibilização dos acordos internos e que "não há uma faixa de fronteira propriamente dita", como existe no Brasil. E esse fato não é visto pelo historiador como um problema, pelo contrário:

> **Tem coisas que não necessitam ser escritas**. Porque se tu colocas isso no papel, depois isso gera certas questões que **entram em conflito com a realidade da vida cotidiana. Talvez se tu colocares no papel, é mais problemático que tu deixares a coisa fluir** [...] não está escrito em nenhum lugar, **mas tem uma prática sistemática ao longo do tempo** [...] isso é fronteira (Eduardo Palermo, 2023).

Para sustentar sua opinião, citou o exemplo das plantações de *sandías* (melancias) em Rivera, consideradas "potencialmente contrabando" desde os anos 2000. Isso ocorre porque produtores uruguaios cultivam em solo brasileiro, mas a quantidade declarada de melancias não condiz com o tamanho das propriedades registradas em Rivera. Quando há denúncias, a carga pode ser apreendida. Em 2022, segundo o jornal *El Observador*[100], 30 toneladas de melancia foram confiscadas a caminho de Rivera. Como produzir no Brasil é mais barato, alguns recorrem ao contrabando, e os produtores locais consideram uma concorrência desleal, visto as grandes exigências, o controle do cultivo e o custo no Uruguay.

A paisagem de fronteira lida cotidianamente com práticas que não são formalizadas nem legalizadas, mas que, ao longo do tempo, se consolidaram pela sua prática e resistência. Esses acordos internos são muito característicos das regiões de fronteira, algo que não é comum em outros lugares. Palermo aproveitou essa observação para seguir seu raciocínio:

> E por que não é comum em outros lugares? Porque a lógica política dos estados é o limite, não a fronteira. **A fronteira é, em certo sentido, a negação do estado central**. Por quê? **Porque é uma periferia que tem vida própria.** Então, quando tu colocas a fronteira em termos de relação centro hegemônico e periferia tu descobres que **a fronteira tem um poder de transformação e uma dinâmica que em certo sentido ameaça o poder central**.
>
> O principal problema é que **a fronteira é a vida. É a sociedade real.** E o poder hegemônico só pode ser aplicado com estruturas, com os limites, que (nesse caso) não são reais, são fictícios, certo? Mas tem o poder jurídico que vai validar toda a força do estado dentro desse limite (Eduardo Palermo, 2023).

A proposição do historiador acrescenta novas camadas à performação da paisagera. Há uma controvérsia em relação às forças de poder que atuam nesses

[100] Disponível em: https://www.elobservador.com.uy/nota/destruiran-30-toneladas-de-sandia-que-ingresaron-de-contrabando-20221213183831. Acesso em 17/04/2023.

territórios. De fato, o poder da soberania é exercido dentro dos limites político-administrativos; é esse limite que consolida sua força. Vale lembrar que o limite é uma linha exata, que demarca geograficamente os lugares de controle. Entretanto, quando, **a partir desse limite, surge uma zona fronteiriça com "vida própria", essa zona nega, desvia, transgride e ameaça o poder central.** Isso ocorre porque **a dinâmica da fronteira contesta o próprio limite**, que nesse lugar é lido como fictício e imaginário.

A controvérsia está nesse ponto: **a fronteira, para existir, precisa de um limite. Porém, a vida, o desejo e as relações sociais no entorno desse limite o mantêm em um estado latente e nebuloso, diluindo sua rigidez e criando barreiras à aplicação do poder.** As micropolíticas do cotidiano, as atividades de contrabando, a fluidez do idioma e das trocas culturais extravasam o limite — algo que o poder central não consegue controlar. E, não ter um controle é sinal de risco, principalmente pelo receio de perder territórios.

Por isso, o limite, nessas regiões periféricas de fronteira, é um agente produtor de controvérsias, gerando impasses e polêmicas dentro da própria estrutura jurídica. O poder central — aqui me refiro às soberanias envolvidas —, para fortalecer o controle, apoia-se no poder jurídico para organizar e manter seus territórios. No entanto, esse poder é constantemente questionado e não consegue abarcar a complexidade e a vivacidade da fronteira. Assim, diante dos impasses e acontecimentos extraordinários, que surgem da singularidade dessa vida fronteiriça, recorre-se ao que "não está escrito". As normas, legislações e diretrizes existem, são consultadas e executadas, mas constantemente desviadas.

A maioria das tentativas de formalizar essa pulsão da fronteira fracassou. Um exemplo é o Plano Diretor Integrado (APÊNDICE R – Plano de Desenvolvimento Urbano Conjunto de 1998) entre essas cidades-gêmeas, que chegou a ser escrito, mas nunca saiu da gaveta, pois a dinamicidade da fronteira extrapola o tempo da escrita. O bom relacionamento de hoje pode ser interrompido amanhã. Assim, a comunidade local, como os governantes e técnicos de ambas cidades concluíram que pensar em uma integração formalizada seria inviável e ineficaz, dada sua curta validade.

A defesa de Palermo da fronteira como integração é questionada por outros pesquisadores, que a consideram uma visão romantizada do território. Em resposta, Palermo argumenta: "Fronteira é o resumo da vida social. Vida social é

desde violência até amor e desejo, são as duas pontas". Ele explica que não podemos ter uma visão dualista — a fronteira não é apenas violenta ou apenas cooperação, mas ambas as coisas ao mesmo tempo.

Para Palermo, é impossível imaginar uma fronteira sem violência, pois essa violência é facilitada pela própria dinâmica porosa e interconectada do território: "Eu sei o que tem de um lado e eu sei o que tem do outro. Então eu vou manejando a fronteira conforme o meu interesse" — explicou. O tráfico de drogas e os assassinatos são uma realidade nessas cidades, onde as portas para o tráfico são facilitadas, assim como a fuga e o esconderijo em outro país.

Da mesma forma, essa porosidade permite trocas culturais, compartilhamento e ajuda mútua em questões sociais e econômicas. Ter o poder de escolher comprar um alimento mais barato em outro país é também uma característica desse **manejo da fronteira**. Assim como a senhora no Consulado que irá conseguir o tratamento médico de forma mais rápida. Por isso, Palermo afirma que, sim, a fronteira é integração: há tempos em que é mais pacífica e harmônica e tempos em que é mais hostil e violenta: "Hoje a gente é uma fronteira de paz. E eu não sei, amanhã, se a gente não vai começar a se matar. As sociedades evoluem. Se transformam. Então nós alcançamos uma convivência. E essa convivência não é 100% todos os dias" — descreveu Palermo.

Existem outras fronteiras pelo mundo que, historicamente, são mais violentas, mas que também vivenciam momentos de compartilhamento e hospitalidade. Comentei sobre o conflito entre Israel e Palestina, e Palermo opinou que a sociedade em geral — palestinos e judeus — não quer a guerra. "Eu acredito que ninguém quer a guerra. Mas são sociedades que estão acostumadas [...] estão permanentemente em estado de guerra" — complementou Palermo.

Ele acrescentou que, antes do conflito, milhões de palestinos cruzavam diariamente para Israel para trabalhar, sustentando parte da economia israelense. No entanto, com a eclosão do conflito, essa dinâmica foi interrompida por um período indeterminado. Assim, **o argumento sobre a fronteira é que não se pode determinar que ela é apenas pacífica ou apenas conflitiva — é sempre dinâmica.** Logo, reitera a tese de que a fronteira é uma zona de integração e de convivência.

> **O limite é uma imposição da violência institucional.** Porque tu tens a obrigação de defender os limites da tua estrutura política. **Enquanto a fronteira ela é a convivência entre dois regimes, entre dois territórios, entre elementos diferentes.** E ela consegue criar

> um terceiro elemento. Não é um, não é dois, é três. E esse três ele se movimenta flexivelmente entre um e dois (Eduardo Palermo, 2023).

O princípio do limite, ao impor rigidamente um território, é violento por desconsiderar as nuances e trocas que já acontecem. A fronteira, por sua vez, nasce dessa violência, indo na contramão da rigidez e se expandindo — como a própria etimologia indica.

Palermo fez um comparativo, relembrando o trabalho do filósofo Bourdieu sobre o preto e o branco: enquanto o limite remete à determinação do que é preto e do que é branco, a fronteira "**é todas as tonalidades de *gris*** (cinza) [...] Eu gosto de dizer que a fronteira é todas as tonalidades de cores possíveis".

E um dos termômetros da dinâmica de fronteira é a confiança. Para que a fronteira seja um espaço de convivência e tolerância, é essencial confiar no outro. "Para você confiar no outro, eu acho que você tem que construir certos parâmetros ou uma **cultura comum**. Então, a gente está falando o mesmo idioma" — opinou o historiador.

Argumentando sobre confiança, Palermo nos disse que criou o termo **"território emocional"** para se aproximar do entendimento sobre o território de fronteira. Ele mencionou que o historiador brasileiro Tau Golin utiliza a palavra **"fronteiridade"**, mas a ideia de ambos é a mesma. De acordo com Golin (2020, apud Ribeiro, 2020, p. 109), "a fronteiridade é uma vivência elevada da alteridade, a importância do outro na formação do eu humano [...] uma escolha moral, ética, ideologicamente humanista, é escolha estética, ideia comum além da nacionalidade".

Assim, Palermo e Tau Golin estão convencidos de que "o futuro do mundo é a fronteira como conceito". Para os historiadores, estamos próximos de testemunhar "o início do fim do modelo de Estados Nacionais", dando lugar a um mundo em que a sociedade constrói a partir dos conceitos políticos e sociais de interesse. Palermo ilustrou esse pensamento ao afirmar que as cidades como Montevidéu, Brasília e São Paulo, embora sejam cidades, se assemelham a países, dada sua diversidade e complexidade. Territórios que não são mais nacionais, mas bi ou trinacionais, constituem uma extraterritorialidade formal. Assim, no futuro próximo, "talvez daqui 200 anos", o foco se concentrará na potencialidade do território, sem se preocupar com os limites estatais. A fronteira digital é uma realidade que contribui para questionar esses limites físicos.

A fronteira como conceito viaja. Ou seja, "nem todo mundo que mora na fronteira é fronteiriço", e existem *fronteiristas* que vivem em várias partes do mundo. Para Palermo, ser fronteiriço "é tu assumir uma série de valores próprios da cultura de fronteira, como a **tolerância, a convivência, a adaptabilidade e o respeito**". O ser fronteiriço se reconhece no outro; é o seu alter ego, marcado pela confiança mútua. Mesmo com uma educação nacionalista (assim como Santiago citou em Rio Branco), o *fronteirista* consegue se desvencilhar dessa abordagem.

Essa ideia se aproxima do "pensamento fronteiriço", de Walter Mignolo (2013), que dialoga com a modernidade/colonialidade, mas a partir de abordagens subalternas. Assim, mesmo dentro de uma educação nacionalista, do discurso do outro como inimigo e ameaçador, o *fronteirista* ou o fronteiriço percebe o outro como seu espelho e adota atitudes de cooperação e compartilhamento — uma postura que pode ocorrer dentro e fora das zonas fronteiriças.

Concordo com os historiadores quanto à ampliação do termo fronteira, mas evito denominá-lo como um conceito. De certa forma, o conceito também é um campo rígido, engessado; talvez o termo "conhecimento" se aplique de forma mais flexível[101]. Repetindo a frase anterior, eu a substituiria por**: "o futuro do mundo é a fronteira como conhecimento"**. **A fronteira como um instrumento de saber, que nos ensina outras formas de lidar com as experiências conflitivas.** A paisagem é conflito, a fronteira é conflito, a paisagera é conflito. Mas, a partir dessa zona polêmica, como agir? Palermo já nos antecipou as características da fronteira: tolerância, convivência, adaptabilidade e respeito.

Perto do final da nossa conversa, quis saber de Palermo sobre as transformações urbanas que ele percebeu nos últimos anos. Ele respondeu que, em Rivera, está acontecendo um grande movimento de melhoria das infraestruturas, construção de equipamentos públicos e aperfeiçoamento dos serviços de abastecimento. Em contrapartida, em Livramento, ocorre o oposto: um processo de declínio, abandono e degradação da cidade. Entretanto, Palermo alertou que:

> **Não se pode comparar Rivera com o Livramento**. Todo mundo compara, mas é um erro. Porque nós (Rivera) somos a capital, nosso equivalente territorial é o Rio Grande do Sul e não Livramento. Somos capital de uma província. Então, a questão do dinheiro, do manejo do dinheiro, como é a estrutura administrativa, burocrática,

[101] A escolha pelo uso do termo "conhecimento" em vez de "conceito" foi sendo construída ao longo dos debates do Grupo de Pesquisa SEL-RJ, como resultado de um pensamento coletivo.

> jurídica para você usar o dinheiro é completamente diferente de Livramento. Segunda coisa, **Livramento vem de 30 anos de péssimos prefeitos**. Mas todos os prefeitos querem se perpetuar (Eduardo Palermo, 2023).

Assim como Bárbara e Tati, Palermo também pontuou essa questão política e econômica de ambas as cidades. Exemplificou que, em Livramento, existem instituições de educação e de saúde municipais, ou seja, que dependem e são administradas pela prefeitura. Porém, em Rivera, não existem instituições municipais; é o Ministério Público que tem a responsabilidade administrativa, fato que colabora para que a Intendência se concentre nas questões de infraestrutura da cidade.

Só de caminhar pelas cidades é visível que, em Livramento, as ruas precisam de manutenção: há muitos buracos, falta iluminação e entupimento das bocas de lobo. Enquanto isso, em Rivera, a cidade *brilla* — e não só em referência às festividades de Natal, mas de fato, as ruas são preservadas, com iluminação e drenagem eficientes. Isso acontece tanto por uma questão de conduta da gestão quanto de orçamento e prioridades.

Comentei com Palermo que a integração das cidades-gêmeas é visível no âmbito social e cultural, mas inexpressiva no âmbito urbano e ambiental. O historiador concordou e explicou com o caso do saneamento básico integrado. Desde 1978, há uma proposta de executar essa conexão, criando uma rede única e eficiente, pensando em uma só cidade, porém, nunca aconteceu na prática: "Porque você tem um lugar onde tem, sei lá, um milhão de dólares para fazer, e outro lugar tem 10 reais. Então não dá" — explica Palermo.

Outro exemplo é a manutenção da Praça Internacional, que, pelo princípio da simetria, precisa da cooperação de ambas as cidades. Então, não basta Rivera ter todo o dinheiro para investir na reforma da praça sem a contribuição de Livramento, ainda que seja de mão de obra: "Você pode colocar mais dinheiro que eles, mas você não pode fazer a obra sem eles. Isso tem que entrar em consenso, senão você vai ter um problema com os ministérios" — complementou o historiador. Entretanto, quando em Livramento falta dinheiro e, também, vontade política, acabam surgindo conflitos. Rivera não vai reformar apenas metade do obelisco, metade da fonte ou metade da pavimentação; é preciso esperar até que haja acordo de ambos os lados. E, às vezes, quando muda o governo ou a ideologia política, o diálogo pode ser facilitado.

Por fim, perguntei a Palermo como foi a época da pandemia nessas cidades-gêmeas de fronteira seca, e ele destacou algumas questões importantes do período. A primeira foi que, assim como eventualmente acontece com outros assuntos e temáticas, houve uma diferença de posicionamento entre os governos brasileiro e uruguaio quanto às vacinas. No Brasil, o então presidente Jair Bolsonaro negava a eficácia da vacina e demorou para iniciar o processo de vacinação. No Uruguay, Lacalle Pou priorizou as medidas sanitárias e, com transparência e comunicação, obteve ótimos resultados, tanto que o processo de vacinação no Uruguay aconteceu de forma mais rápida.

A segunda questão é que, em situações extraordinárias, como no caso da crise sanitária, as fronteiras são as primeiras a sentir as medidas de contenção, isso porque são **"a porta de entrada"** — citou Palermo. E, pela primeira vez na história, em outubro de 2020, o exército uruguaio criou uma barreira militar na Rua Sarandí[102], controlando o acesso das pessoas.

Palermo achou a atitude totalmente ineficaz, porque estavam barrando apenas uma rua, enquanto a fronteira seca é toda aberta. Mas o simbolismo desse acontecimento deixou uma imagem muito negativa para os moradores da fronteira. "Tem muita gente que mora aqui que trabalha do lado de lá", e ter um tanque militar e barreiras só tornou o relacionamento mais difícil.

Assim, para entrarem em consenso, o presidente do Uruguay firmou um acordo binacional com o Brasil e definiram algumas medidas de prevenção e também a vacinação completa das duas cidades, pelo Uruguay. De certa forma, era um risco para Rivera e para todo o Uruguay se as cidades brasileiras da fronteira não estivessem imunizadas, dado esse fluxo constante das pessoas nas duas cidades. "O primeiro lugar do país onde se cobriu a vacinação, quase 100% da população, foi em Rivera. Paralelo a isso, Livramento foi onde morreu menos gente no Rio Grande do Sul".

Palermo comparou a fronteira à linha de fuga, abordagem Deleuze-Guattariana, uma vez que é um território incontrolável e em processo. Por isso, é geralmente associada a um lugar violento e negativo, onde não se tem o controle e o poder está ameaçado. A linha de fuga tem três características principais: **(1) é uma traição**: está em desacordo com os agenciamentos, condições, lógicas e

[102] Informações disponível em: https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/10/26/exercito-do-uruguai-monta-barreiras-sanitarias-na-fronteira-com-santana-do-livramento.ghtml. Acesso em 17/04/2023.

estruturas fixas vigentes; **(2) é o encontro com o desconhecido:** um constante processo de desterritorialização; **(3) é a descentralização do sujeito:** não se constitui a formação de si, mas sim a sua deformação, permitir a desconstrução e consequentemente a abertura para o outro (Deleuze e Guattari, 1995). Todos esses princípios conectam com a fronteira, colaborando para a associação de Palermo.

A questão principal para o historiador é: "Como a gente tem que olhar a fronteira? Tem que olhar de fora para dentro ou de dentro para fora? **A visão de fora para dentro é hegemônica, e a de dentro para fora é contra-hegemônica**". O mais potente da fronteira é a diversidade, a possibilidade de ter dois ou mais idiomas, duas ou mais moedas circulando e modos de ser e fazer compartilhados. As cidades-gêmeas não desejam a independência, não querem a homogeneização, pois é a diversidade, o conflito de interesses e os choques de cultura que as tornam singulares. "A fronteira é um território emocional [...] Eu nasci em Montevidéu, mas não sou uruguaio, eu sou fronteiriço" — afirmou Palermo.

Essa observação do historiador sobre a possibilidade utópica de a fronteira se tornar um país "independente" me fez refletir que **a potencialidade está na existência da diferença, e a tentativa de "unificação" diluiria essa qualidade.** Se, hipoteticamente, essas duas cidades se tornassem uma, teria apenas um governo central, uma moeda, instituiriam um idioma padrão e todo esse "manejo da fronteira" que Palermo citou se perderia, pois as diferenças e vantagens de cada lado seriam equiparadas. Logo, os fronteiriços se sentem parte de "uma terra só" (referência a obra de Aldyr Schlee), mas uma terra que acolhe e enaltece a diferença. **Uma terra só, mas sempre diversa, manejante e confluente.**

Cogitação próxima ao ensinamento de Nego Bispo (2023, p. 4, grifo meu) sobre a confluência: "um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, **ele passa a ser ele mesmo e outros rios**, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, **a gente passa a ser a gente e outra gente — a gente rende**".

Palermo se considera fronteiriço porque, além de residir em um lugar de convivência e compartilhamento com o outro, com a diferença, também carrega as características de tolerância e adaptabilidade.

Seu relato ainda me fez lembrar a frase de Annemarie Mol (2002, p. 105) de que "pode haver diferenças sem conflito. E pode haver conflitos que nunca chegam a uma conclusão". A autora ainda cita o modelo holandês de "*pillarization*", no qual

diferentes grupos sociais coexistem sem se sobrepor, evitando confrontos diretos, enquanto as controvérsias podem permanecer abertas indefinidamente. De certa forma, os fronteiriços convivem com diferenças que, no cotidiano, não geram conflitos e com outras diferenças que são temporariamente negociadas para evitar maiores tensões.

Outro aprendizado é que a integração urbana, em termos de infraestrutura, mobilidade, proteção ambiental e plano único, que na teoria parece ser a melhor e mais sustentável alternativa, na prática, na vida cotidiana, precisa ser testada. Até que ponto essa integração urbana não colabora para apagar as diferenças, seja na simples escolha do pavimento ou na forma de tratamento da rede hidrossanitária?

Talvez aqui, tenha sido a primeira vez que a minha experiência profissional em arquitetura e urbanismo tenha sido colocada à prova, no sentido de que o conhecimento técnico é sobreposto às realidades cotidianas e emocionais e entra em conflito. **Aquilo que parecia ser a "melhor solução técnica" pode se esvaziar diante da complexidade dos terrestres. No fim, a "melhor solução" é aquela que atende a diversidade, de "dentro para fora".** Se o projeto integrado, idealizado por profissionais, de "fora para dentro", não consegue sair do papel, é porque talvez deva permanecer apenas ali. **Se a comunidade não abraça a causa, é porque, talvez, ela simplesmente não caiba em seus sonhos**.

Agradeci a Palermo pela conversa e, mais uma vez, confirmei que a escuta atenta, foi o caminho que abriu novas portas de saber, questionando o que antes parecia "consenso" e revelando outras caixas-pretas.

Nesse momento, lembrei que precisaríamos ir à imigração para devolver a carta e finalizar o processo de trânsito migratório. Palermo nos contou que, desde 2016, o posto migratório/*paso de frontera* foi transferido da Aduana, na saída da cidade, para dentro do shopping Siñeriz, para facilitar o deslocamento dos estrangeiros.

Saímos juntos do museu, caminhamos pela Rua Sarandí, atravessamos a praça e, na Avenida Tamandaré, nos despedimos de Palermo. Ele nos orientou a seguir pela Tamandaré até o primeiro marco de fronteira, em uma rotatória. Depois, era só seguir mais uma quadra, passar por mais dois marcos e chegaríamos ao shopping. Agradecemos as instruções e seguimos caminho.

Nesse momento fiz a associação de que enquanto **em Jaguarão-Rio Branco o rio é o ponto de referência para localização, em Santana do Livramento-Rivera os marcos de fronteira são um dos elementos que tem esse papel.**

A Avenida Tamandaré é uma via coletora com canteiro central estreito, árvores espaçadas e postes de iluminação, dividindo os dois sentidos da via. O uso comercial e de serviços é predominante próximo à praça, enquanto a área se torna mais residencial ao caminhar para leste. Após sete quadras, chegamos à rotatória com o marco número VIII (Figura 141), que demarca a fronteira entre os países. Através do marco, é possível identificar a fronteira, pois, sem ele, a semelhança nas tipologias e no desenho viário dificulta essa distinção.

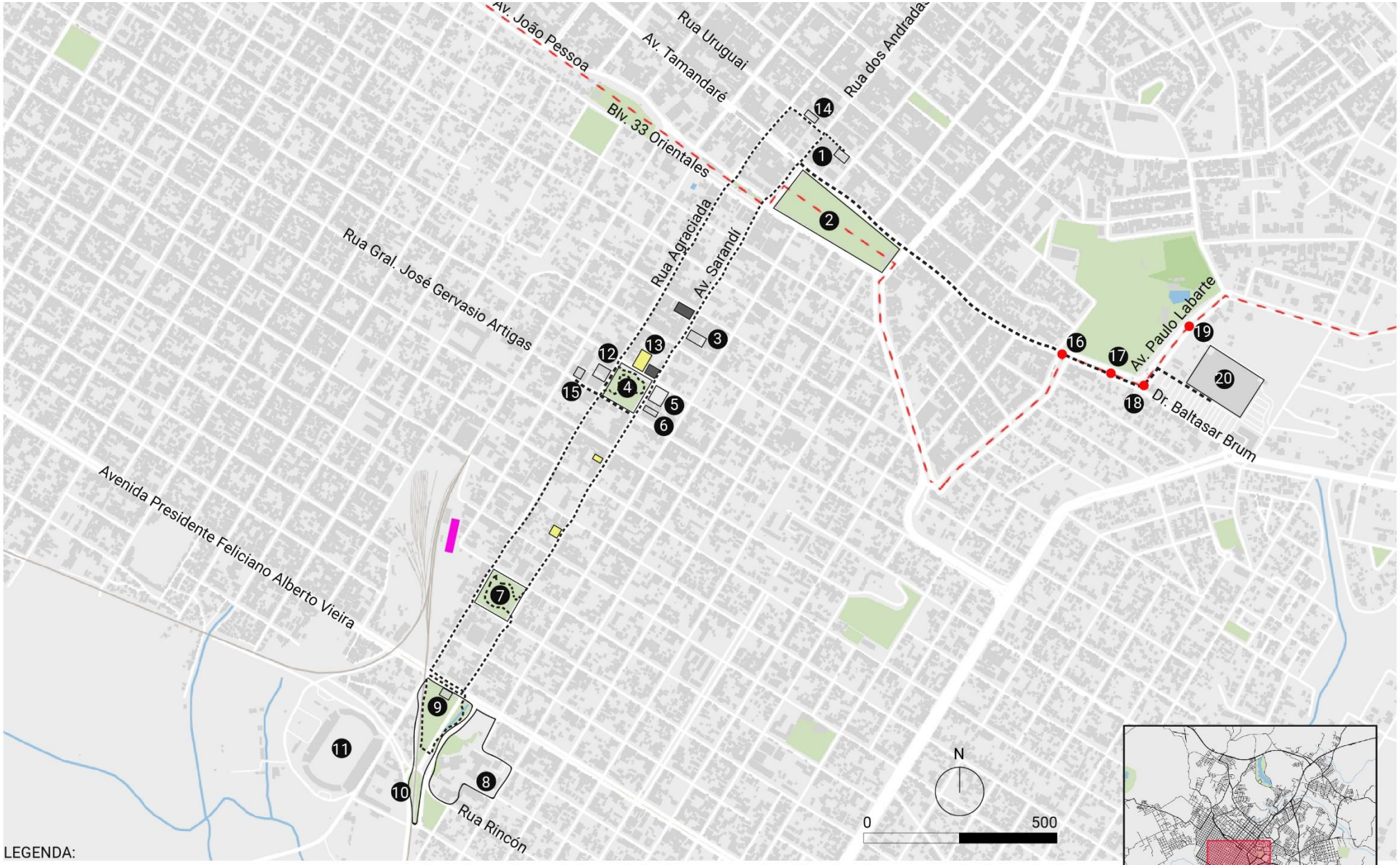
Após a rotatória, a avenida se divide entre a Av. Tamandaré (Brasil) e a Rua Dr. Baltasar Brum (Uruguay). O canteiro central se alarga, com calçadas e mobiliário urbano. A topografia também muda, sendo a rua uruguaia levemente mais alta. Do lado brasileiro, os bancos são de concreto simples, enquanto no lado uruguaio, os bancos têm design mais sofisticado, com ripas de madeira e pisos diferenciados.

No shopping, fomos atendidos rapidamente no posto de imigração e concluímos a caminhografia do dia, conforme registrado na Figura 142.

Figura 141 – O marco VIII e o canteiro central

Fonte: Autora, 2023.

Figura 142 – Mapa do percurso em Rivera/UY | 01.12.2023



Fonte: Autora, 2023.

5.4 A surpresa Canabarro

02 de dezembro de 2023 | sábado

O sábado amanheceu acinzentado, com uma garoa fina, e a temperatura caiu consideravelmente, embora ainda estivesse calor. Saímos por volta das 9h30min, após a chuva cessar, e o dia foi dedicado a Santana do Livramento.

Subimos pela Rua Uruguai e seguimos à direita na Rua dos Andradas, no sentido oposto à fronteira. Com calçadas de cerca de 1,50 m, estacionamento lateral e faixa central de tráfego, a rua é predominantemente mista, com comércio e serviços no térreo e hotelaria ou moradias acima. Há edifícios de 10 a 15 andares, espaçados entre construções mais baixas, com estilos variados, do ecletismo ao modernismo.

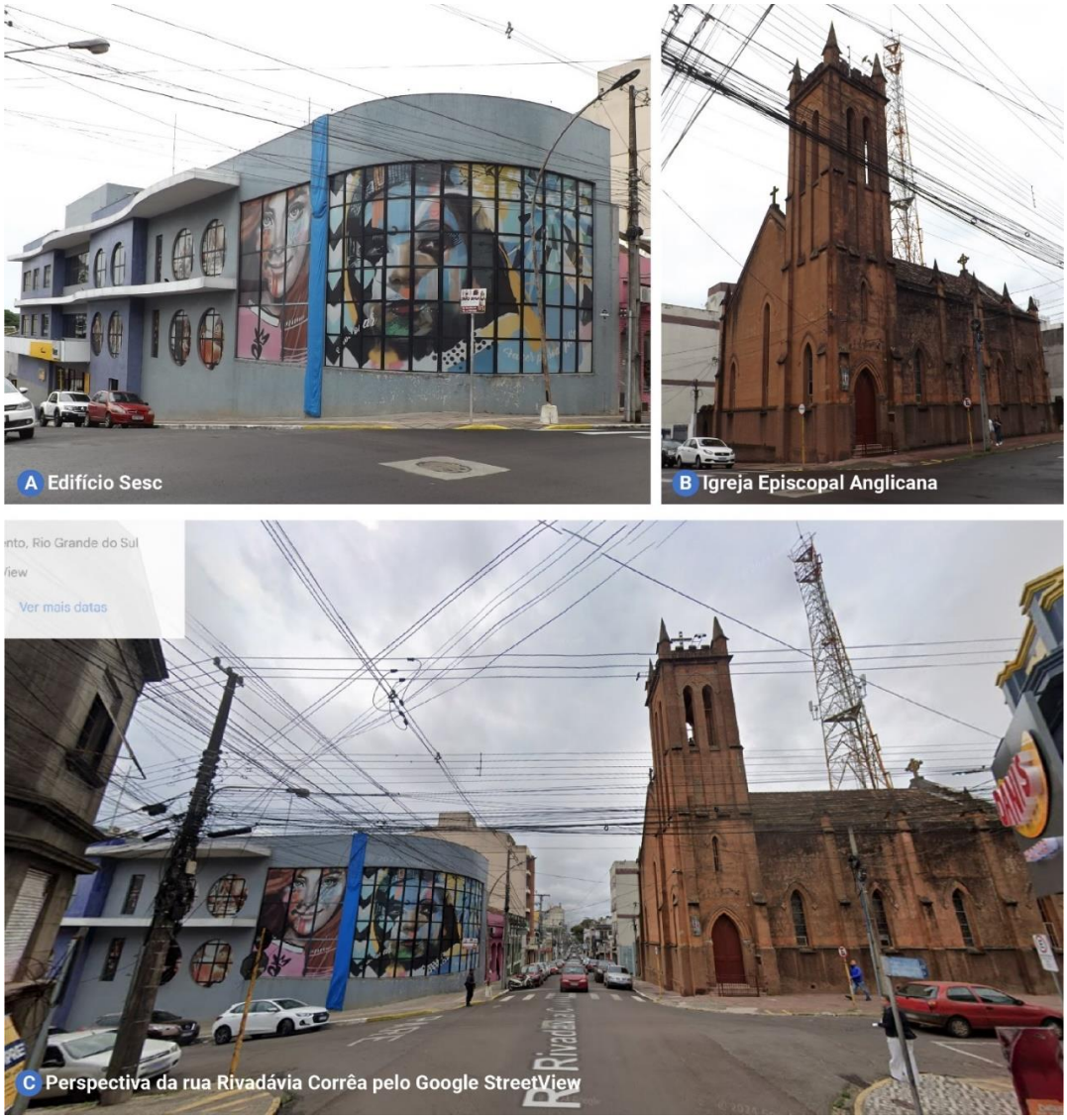
Até a Praça General Osório, a Rua dos Andradas transmite sensação de sufocamento: fachadas sem recuo, outdoors, publicidade excessiva, prédios altos e ausência de árvores acentuam essa percepção.

Após percorrermos três quadras, dobramos na Rua Brigadeiro David Canabarro, onde registrei a Igreja Episcopal Anglicana — Matriz do Nazareno (1910), de estilo gótico, com abóbadas ogivais, torre vertical, vitrais e tons sóbrios. Ao fundo, destaca-se uma torre de telefonia.

Na esquina oposta, um prédio modernista do Sesc contrasta com a igreja. Em Santana do Livramento, esses contrastes temporais e a diversidade de usos urbanos são recorrentes. Outro aspecto marcante é o excesso de fiação nos postes, especialmente nas ruas estreitas. Em Rivera, a transmissão de energia, que também é aérea, é melhor organizada, com menor impacto visual (Figura 143).

Seguimos pela Rua Rivadávia Corrêa até a Praça General Osório. Na esquina com a Rua Duque de Caxias, registrei as edificações da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) — Unidade Santana do Livramento. A instituição ocupa tanto uma construção térrea quanto um prédio de esquina de 1915, antigo Banco do Estado do Rio Grande do Sul, conforme o Inventário Municipal (Figura 144). Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (Iphae) em 2019, o edifício está bem conservado.

Figura 143 – A mistura de tempos e estilos em S. do Livramento/BR



Fonte: (A e B) autora, 2023 e (C) Google StreetView, 2024.

Figura 144 – Unidade da UERGS em S. do Livramento/BR

Fonte: Autora, 2023.

Nesta manhã cinzenta e úmida, as ruas estavam silenciosas, com poucos pedestres. Atravessamos até a Praça General Osório, principal da cidade, marcada por densa arborização e traçado radial, com caminhos de pedra portuguesa (ou *petit pavê*, como dizem os uruguaios), formando desenhos geométricos. A falta de manutenção nos calçamentos e canteiros era evidente, com poças causadas pela chuva da madrugada.

Os canteiros gramados são delimitados por meio-fios de concreto pintados de branco e, além das árvores, abrigam alguns monumentos. Em um dos canteiros, registrei duas placas de madeira indicando: “Canteiro adotado. Plante amor por onde passar. Escolas Crescer, 2023” e “conectados no amor e no saber. Escolas Crescer”. Nesse canteiro específico, ainda não havia nenhuma intervenção paisagística.

À direita, há uma área infantil com brinquedos sobre solo de terra encharcada. Mais adiante, encontra-se um espaço com equipamentos de academia ao ar livre. Bancos de concreto, banheiros desativados e cabines químicas também compõem o mobiliário.

No centro, um pequeno coreto é rodeado por flores e iluminado por uma clareira entre as árvores. Estávamos sozinhos, exceto por pombos e pássaros, cujo canto suavizava o silêncio. Na Figura 145, o mosaico de fotos ilustra a descrição da praça.

Um caminho simétrico, ladeado por palmeiras, levou-nos à Igreja Matriz de Livramento (1925), de estilo barroco, com fachada ornamentada, vitrais coloridos e uma torre central com rosácea (Figura 146). Embora lembre a igreja de Rivera, diferem na materialidade, nos ornamentos e principalmente na inserção urbana: a matriz de Livramento é cercada por ruas estreitas, sendo a principal construção da quadra. Já em Rivera, a Igreja Matriz não possui recuos laterais, situando-se no centro de uma ampla quadra.

As edificações no entorno da praça apresentam uma diversidade de estilos arquitetônicos e usos (Figura 147). O prédio da atual prefeitura, construído em 1910, conforme mencionado por Ivo Caggiani (1983), teve tanto seu construtor quanto os materiais importados da capital uruguaia. De estilo eclético, destaca-se pelo sótão, pelo campanário destinado ao relógio e pelo telhado de mansarda em ardósia.

Figura 145 – Praça General Osório em S. do Livramento/BR

Fonte: Autora, 2023.

Figura 146 – Igreja Matriz Santana do Livramento/BR

Fonte: Autora, 2023.

Figura 147 – Edificações do entorno da Praça General Osório

Fonte: Autora, 2023.

Outro exemplo de arquitetura histórica é a Sala Cultural "Professor Francisco Pereira Alves" (1940), com amplo salão e auditório. Próximo a ela está o antigo fórum (1945), com fachada de grandes colunas gregas. No mesmo local, existia o “Theatro 7 de Setembro”, demolido após um incêndio. O prédio também abrigou a Casa de Cultura de Ivo Caggiani e hoje sedia a Comdecon (Coordenadoria de Defesa do Consumidor) e o Museu Municipal David Canabarro, antes localizado na Estação Ferroviária.

No entorno da praça, destacam-se construções neoclássicas, como a escola Rivadávia Corrêa, e residências. A arquitetura dos correios remete ao proto-racionalismo, semelhante à de Jaguarão. Já o antigo Clube de Livramento, que sediou o Consulado Espanhol, apresenta elementos do estilo mourisco, contudo, encontra-se atualmente em estado de abandono.

A praça também é cercada por edifícios contemporâneos, compondo um conjunto arquitetônico diverso e representativo da evolução urbana da cidade.

Descemos pela Rua Sete de Setembro (Figura 148), predominantemente residencial e caracterizada pela diversidade de estilos arquitetônicos, com algumas edificações abandonadas, invadidas por vegetação. À direita, está a Biblioteca Municipal Rui Barbosa, em funcionamento desde 1942.

Figura 148 – Rua Sete de Setembro em S. do Livramento/BR

Fonte: Autora, 2023.

Na quadra seguinte, a declividade da rua se acentua, e surgem edifícios residenciais de três a quatro pavimentos, além do Clube Farroupilha, um Centro de

Tradições Gaúchas (CTG) dos negros (similar ao Clube 24 de Agosto de Jaguarão), da Secretaria de Saúde e Assistência Social e de pequenos mercados de bairro. Por volta das 11h, as ruas estavam desertas, apenas cães nas janelas rompiam o silêncio.

Ao alcançar a Avenida Vinte e Quatro de Maio, mais larga e arborizada, dobramos à direita. Nessa quadra, há estabelecimentos de saúde como a Unimed — Região de Fronteira/RS e clínicas, além de residências e escritórios.

Durante o registro fotográfico, observei na esquina com a Rua Barão do Triunfo um grande lote arborizado, com um pequeno caminho de terra em aclive. Como não havia placa ou indicação, movida pela curiosidade, entrei, segui pelo caminho e avistei um belo parque arborizado e, ao fundo, uma casa histórica.

Sem ter ideia do simbolismo e da história daquele lugar, e temerosa de estar invadindo uma propriedade privada, explorei um pouco mais esse lugar, que parecia desconectado do contexto urbano que estávamos percorrendo.

Logo na entrada do parque, à direita, um monumento vertical de concreto se destacava, com uma placa informativa onde se lia:

> Gen. David Canabarro. Nasceu em 1796 em Taquari-RS e morreu em 1867 em Santana do Livramento. Os restos mortais do grande general farroupilha David Canabarro foram translados do Panteon dos Heróis do cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre para este local que em vida fora por ele escolhido como sua querência. O herói retorna ao abrigo desta casa para repousar sob o aconchego e guarda dos gaúchos santanenses, como lídimos presta honra e glória, agradecida por sua vida dedicada a defesa de ideias, crenças e valores farroupilhas e da pátria. Sant'Ana do Livramento, 13 de setembro de 2008.

Seguimos pelo terreno por um caminho de terra estreito e cercado por grandes árvores que nos conduzia até a única edificação. O mato alto indicava a falta de manutenção.

A construção térrea, de estilo colonial português, com porta central, duas porta-janelas com gradil metálico de cada lado e telhado de duas águas, de telhas cerâmicas coloniais. Na lateral, havia outras janelas e uma porta com telhado simples, voltada ao pátio interno. Os marcos brancos das esquadrias contrastavam com o tom rose desgastado da casa. Manchas de umidade, descascamento da pintura, vidros quebrados, madeira apodrecida e gradil oxidado — sinais claros de abandono (Figura 149).

Figura 149 – A surpresa de Canabarro

Fonte: (A) Google StreetView, 2024 e (B a G) Autora, 2023.

Explorando mais o entorno, encontramos um mosaico triangular feito de cacos de azulejo em um muro lateral, representando um sol, uma bandeira preta, vermelha e amarela (possivelmente da Alemanha), um homem branco de chapéu, um indígena e uma máscara negra que sugeria a figura de um escravizado, ilustrada na Figura 149. Fiquei um tempo admirando a composição e tentando compreender seu significado naquele contexto.

Mas meus pensamentos foram interrompidos pelo canto de pássaros — alguns pica-paus de cabeça vermelha, tanto nas árvores quanto no chão. O APÊNDICE S – Entre herói e traidor: A Casa de David Canabarro aprofunda a história controversa da preservação desse patrimônio, explicando, de certa forma, seu estado atual.

Ao sair do parque, avistei do outro lado da rua uma discreta placa com o nome “Centro Cultural Casa David Canabarro”, que passou despercebida devido à sua baixa visibilidade. Reflexo tanto do abandono quanto das controvérsias em torno do bem (abordadas no APÊNDICE S – Entre herói e traidor: A Casa de David

Canabarro) e do descaso com a cultura, recorrente nas conversas com Bárbara, Tati e Palermo.

Seguimos pela Avenida Vinte e Quatro de Maio até a quadra seguinte, que abriga o quartel da 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea. Construído em 1911 (Potoko, 2023).

Nas esquinas, a edificação lembra torres medievais com ameias, reforçando sua imponência. O portal de entrada, em arco, é marcado por duas torres cilíndricas, e as janelas simétricas completam a fachada. Na calçada, um conjunto de palmeiras acompanha o edifício (Figura 150).

Figura 150 – Edifício da 2ª Bateria de Artilharia Antiaérea

Fonte: Autora, 2023.

Por ser um ponto elevado da cidade, o local oferece uma vista privilegiada da paisagem urbana, com destaque para a chaminé e o edifício industrial do antigo Lanifício do Rio Grande do Sul Thomaz Albornoz Ltda. [103], situados no cruzamento com a Rua Thomaz Albornoz (Figura 151).

Na Rua Tenente Aníbal Benévolo, avistamos uma placa indicativa do "Museu Ivo Caggiani e Estação Cultura", e seguimos até a estação, que conforme nos alertou Palermo, não abrigava mais o museu. A rua, de pedras irregulares, era ladeada por galpões antigos, muitos com placas de venda ou aluguel e estava deserta. Próximo à estação, vimos um galpão da associação de catadores Novo Horizonte, com os portões abertos e alguns cães no terreno.

[103] Cf. Pokoto (2023, p. 194), "Inaugurada em 1962, tinha como atividade principal a preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão até 2008. Quando encerrou suas atividades deixou saudades de um tempo muito prospero da cidade".

No cruzamento com a Rua João Dual, uma pequena praça triangular, a Praça Rio Branco, se formava entre as vias. Com árvores altas e copas largas, bancos e uma fonte central desativada, o local parecia abandonado. O mato alto dificultava a circulação, e apenas os rastros de animais mostravam sinais de vida (Figura 152).

Figura 151 – Vista da Rua Thomaz Albornoz e identificação do antigo lanifício

Fonte: Autora, 2023.

Figura 152 – A Praça Rio Branco em frente à Estação Férrea

Fonte: Autora, 2023.

O edifício da estação ferroviária estava aberto e, em contraste com o entorno de caráter industrial, era o único bem conservado (Figura 153). De acordo com a publicação “Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul: Inventário das Estações 1874-1959”, do IPHAE (2002), a estação ferroviária de Santana do Livramento, inaugurada em 1910 e desativada em 1996, está incluída no grupo de “Estações com características próprias”, não se enquadrando em um único estilo arquitetônico reconhecido.

Figura 153 – A Estação Férrea de Santana do Livramento/BR

Fonte: Autora, 2023.

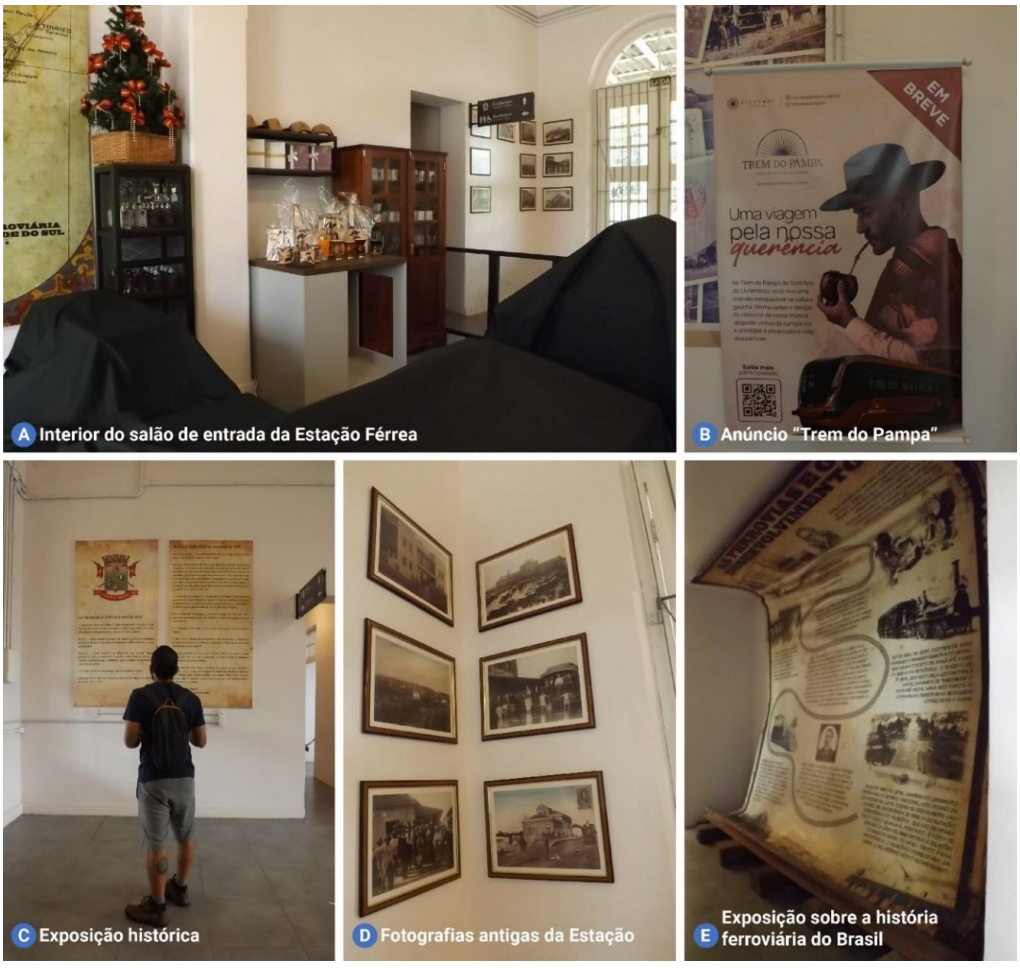
Enquanto o telhado da estação, com múltiplas águas e telhas francesas, a cobertura sobre a plataforma é de telha de fibrocimento. As esquadrias no térreo são em arco pleno, e as do piso superior, de verga reta, enquanto a porta principal apresenta verga em arco abatido. O pórtico frontal, que marca o acesso principal, é coroado por um frontão curvo e, nas laterais, há dois terraços, sendo que um deles possui acesso por uma escada externa (IPHAE, 2002). A assimetria volumétrica, com

o lado esquerdo mais elevado e recuado, reforça seu caráter singular. Entretanto a edificação não é tombada por nenhum órgão de proteção, apenas inventariada pelo município.

Fiquei feliz ao ver a estação em bom estado de conservação, pois, em minha última visita, em 2018, o cenário era completamente diferente. A edificação havia passado por uma grande reforma em 2013, quando passou a abrigar o Museu David Canabarro e uma sala de cinema. Mas em 2018, a estação estava deteriorada por falta de manutenção, e o museu e o cinema foram desativados.

No interior, painéis informativos contam a história da estação e anunciam o projeto "Trem do Pampa" (Figura 154). A funcionária que nos recebeu explicou que o espaço ainda estava sendo preparado para inauguração em 2024, com exposições, loja de suvenires e a indicação do percurso, pontos de paradas e os atrativos do passeio. Os trilhos estavam sendo reformados e o trem a ser utilizado no passeio estava em fase de testes na plataforma ao lado.

Figura 154 – O interior da Estação Férrea de S. do Livramento



Fonte: Autora, 2023.

A nosso pedido, ela nos guiou na visita da plataforma de embarque/desembarque, mostrando detalhes que seriam aprimorados. De lá, observamos as obras em trechos dos trilhos, além de elementos como o antigo relógio restaurado e o cuidado na instalação de placas de orientação — arquitetura *wayfinding*. Ao sair pela lateral, avistamos a placa do "Porto Seco Ferroviário Sant'Ana do Livramento" e subimos ao terraço para fotografar a praça e o anexo onde estava o trem moderno que será usado no projeto (Figura 155).

Figura 155 – Plataforma de Embarque/desembarque e o novo trem

Fonte: Autora, 2023.

Se, por um lado, fiquei feliz pelo processo de reativação da linha de trem, por outro lado, percebi a injustiça social decorrente dessa ativação ocorrer por meio de um empreendimento privado e excludente que visa retorno econômico de um grande investimento também privado. O custo do ingresso para o passeio inviabiliza o acesso para grande parte da população de baixa renda local.

E o comentário da artista Bárbara ecoa: "Esse novo trem privatizou uma área que era cultural, sabe?". O museu e o cinema não existem mais e, embora o acesso à pequena exposição dentro da estação seja gratuito, trata-se de uma iniciativa muito reduzida em comparação à proposta anterior.

Até que ponto a privatização de um bem que faz parte da história e da cultura de uma população realmente contribui para sua preservação e fortalece o sentimento de pertencimento local? Nos processos de "revitalização", o que tem mais valor: o olhar externo e o bolso do turista ou o acesso democrático e a salvaguarda da memória do lugar pelos moradores? Ao que tudo indica essa "renovação" do edifício e da linha do trem está mais próxima de uma fetichização da paisagem do que da democratização do patrimônio.

Nos arredores da estação, identifiquei casas simples de alvenaria pertencentes a antigos ferroviários, conforme a investigação de Forneck (2020), além de habitações de madeira próximas à linha do trem, possivelmente ocupações informais, e galpões industriais abandonados (Figura 156). Esses elementos, ausentes nas propagandas do "Trem do Pampa", podem estar sujeitos à pressão imobiliária, com risco de gentrificação.

Retomando a caminhografia, contornamos a Praça Rio Branco e subimos a Rua Barão do Triunfo, margeada de um lado pela mata densa da Casa David Canabarro e, de outro, pelo quartel militar. O trajeto gerava sensação de insegurança e silêncio, rompido apenas por pássaros e sons distantes de veículos.

No retorno à linha de fronteira, percorremos outras ruas, observando a diversidade de usos, declividades e tipologias arquitetônicas. Em geral, as vias de Santana do Livramento são largas, com circulação dupla e calçadas generosas com visíveis variações no grau de arborização e no processo de verticalização das edificações em pontos específicos.

Em nosso retorno, o que mais chamou atenção foi a substituição de casarios antigos por edifícios em altura. Apenas na Rua Silveira Martins, contamos seis novos empreendimentos. O adensamento da área central impacta diretamente a

mobilidade urbana e sobrecarrega a infraestrutura, além de elevar o valor dos terrenos e modificar a dinâmica social local.

Figura 156 – O entorno da Estação Ferroviária de S. do Livramento/BR

Fonte: Autora, 2023.

Na Figura 157, selecionei três exemplos na Rua Silveira Martins que ilustram essa situação. Além da substituição dos casarios por edifícios em altura, a retirada das árvores nas calçadas é preocupante. Em todos os casos, a supressão da vegetação, a redução de áreas de sombreamento e a maior incidência de superfícies de concreto e vidro, afeta o microclima urbano e a sensação de conforto dos habitantes e frequentadores humanos e não-humanos.

Depois de almoçarmos, seguimos para a Praça Internacional. Como era sábado, a praça estava movimentada, com pessoas circulando, outras sentadas nos bancos e conversando, enquanto a maioria se concentrava ao redor dos trailers de alimentação, posicionados em ambos os lados. Mas a movimentação não era homogênea nos três diferentes níveis da praça. Enquanto na parte central e na parte mais alta, próxima à Rua Sarandí (a rua dos *free shops*), a aglomeração era evidente, na parte mais baixa, a leste, poucas pessoas circulavam.

Figura 157 – Transformações da Rua Silveira Martins em S. do Livramento/BR

Fonte: Fotos do Google StreetView de 2011 e 2024. Organização pela autora, 2024.

Primeiro, dirigimo-nos ao Centro de Visitantes, uma construção inaugurada em 2016, localizada na extremidade leste da praça (Figura 158).

De acordo com Palermo e Ilha (2020), o processo de construção do Centro de Visitantes foi polêmico. Como a praça é um Patrimônio Cultural, parte da população local entendia que não deveria sofrer alterações em seu projeto original. Após muitos debates, chegou-se a um consenso, dentro da Comissão Binacional, para a realização da obra. Segundo os autores, "o centro de informações acabou

por organizar o espaço e trazer maior segurança com uma atividade permanente. Propiciou uso mais intensivo com eventos públicos, na sua maioria de caráter binacional, lazer, feiras" (Palermo e Ilha, 2020, p. 239).

Figura 158 – Centro de visitantes na Praça Internacional

Fonte: Autora, 2023.

Sob a cobertura, observamos várias bicicletas elétricas para aluguel, presas com corrente e cadeado. O suporte indicava que a iniciativa era do *Ministerio de Industria, Energía e Minería do Uruguay*. Também observamos cartazes promovendo passeios turísticos guiados, a pé ou de bicicleta.

No bloco de informações, um funcionário nos ofereceu folders e panfletos com sugestões de passeios pelos pontos turísticos da cidade e dicas de hotéis e restaurantes em ambos os lados da fronteira. Também apresentou o projeto "Destino Binacional", que promove diversas modalidades de turismo na região, incluindo o rural, urbano, termal, mineiro e o enoturismo.

Entre os materiais recebidos, um chamou a minha atenção: o *"Mapa de Rivera: Arte Cartográfico | Región Norte"*, criado por María Florencia Rodríguez, um mapa conceitual e artístico que expressa a diversidade cultural da cidade,

sobrepondo diferentes narrativas. A artista destacou elementos emblemáticos, como os marcos de fronteira, a Praça Internacional e a Igreja Matriz, além de atividades do cotidiano, como a feirinha de rua e o ponto de encontro para os ensaios da *"Comparsa Biricunyamba"*, grupo carnavalesco (Figura 159).

Figura 159 – Mapa artístico e cultural de Rivera

Fonte: María Florencia Rodríguez, 2022.

Agradecemos as informações e continuamos nosso percurso pelo eixo central da praça. Naquele dia, havia uma pequena estrutura de palanque próxima ao centro de visitantes. Aproveitei a estrutura e subi para fotografar (Figura 160).

O piso interno da Praça Internacional é revestido de pedra portuguesa/*petit pavé*, com padrões geométricos em branco e cinza-escuro, e correntes simbólicas nas extremidades. A calçada externa, com ladrilho hidráulico amarelo e vermelho, também exibe correntes, representando integração e união (Palermo; Ilha, 2023).

O desenho da praça segue princípios de simetria, tanto na disposição dos canteiros quanto no padrão uniforme dos pisos e no posicionamento do mobiliário urbano. Luminárias, lixeiras e bancos são idênticos em toda a praça, sem

diferenciação entre os dois lados, como ocorre no canteiro central da Av. Tamandaré com a Rua Dr. Baltasar Brum.

Figura 160 – Terceiro nível da Praça Internacional

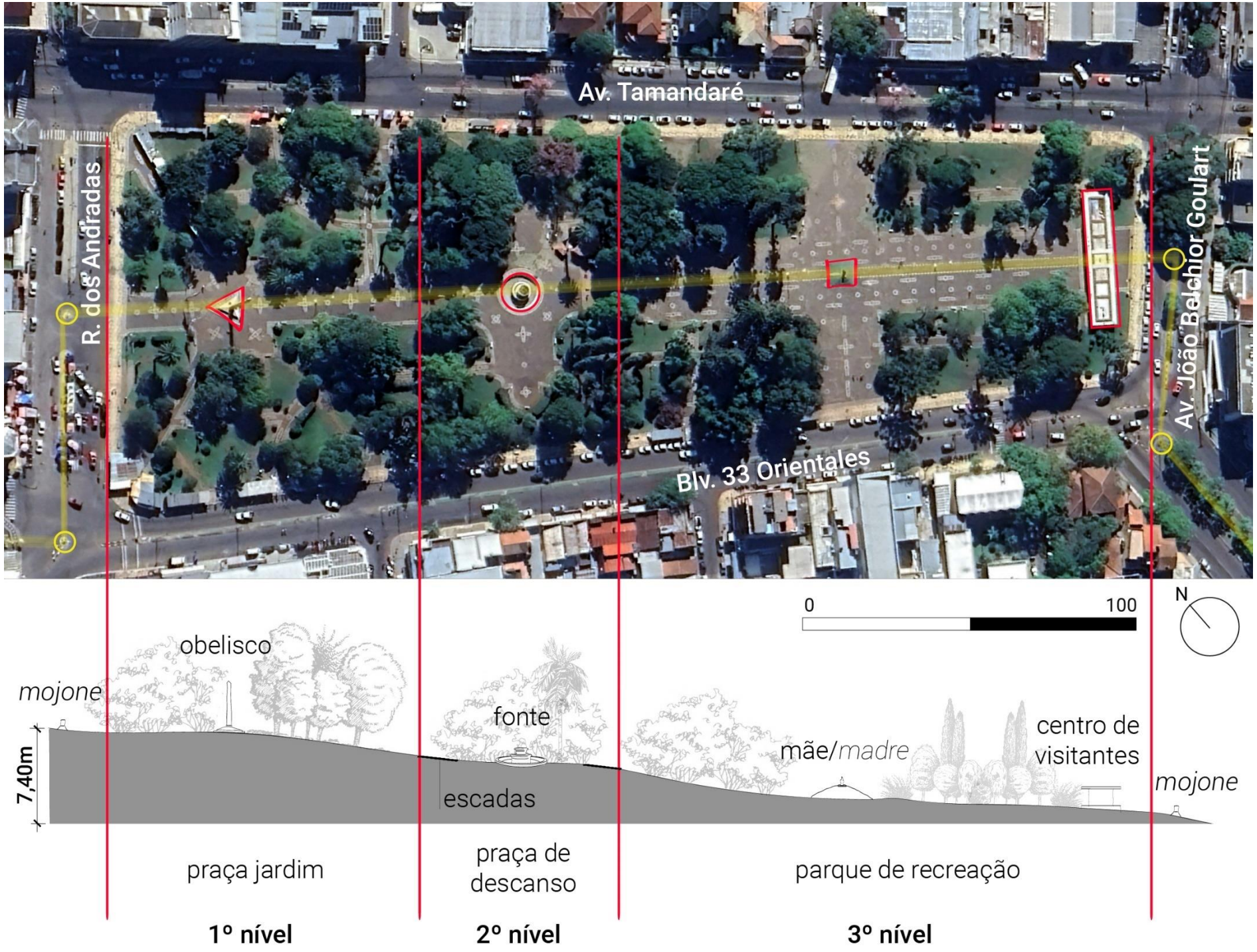
Fonte: (A) Autora, 2023; (B) Raul Dias, 2023.

Do ponto mais baixo ao mais alto da praça, há um desnível de 7,40 metros, resolvido pela divisão em três níveis, acessados por dois blocos de escadas com patamares largos. Na parte central de cada nível, há um monumento de destaque, todos perfeitamente alinhados com a linha imaginária. A fotografia de satélite e o perfil apresentados na Figura 161 ilustram a divisão dos níveis e a disposição dos monumentos, além de indicar a linha imaginária, representada pela linha amarela, e os *mojones* em cada inflexão da linha, marcados por círculos amarelos.

A parte mais baixa da praça, projetada como "parque de recreação", é a área mais espaçosa, ideal para eventos e grandes estruturas. As árvores mais altas e densas estão nas extremidades, enquanto, no centro, predominam arbustos menores. O acesso a esse nível é feito por caminhos perpendiculares, formando uma cruz.

O monumento em destaque na parte baixa é a escultura Mãe/Madre “simbolizando também a fraternidade entre os países, obra do escultor uruguaio José Belloni. Inaugurado em 24 de abril de 1960” (Palermo e Ilha, 2020, p. 238). Essa escultura não fazia parte do projeto original, mas, assim como outras alterações, foi acordada entre as duas cidades para integrar a trilogia simbólica.

Figura 161 – Planta e perfil da Praça Internacional



Fonte: Autora, 2024.

O monumento Mãe/*Madre* (Figura 162) representa, em tamanho real, uma mulher sentada em uma mureta, com um longo vestido e manto, segurando uma criança à esquerda e uma pomba à direita. A mureta contém palavras em português e espanhol que expressam ternura, amor, abnegação, sacrifício e renúncia. Apesar do mural estar incompleto, a correspondência entre os idiomas permite reconstruir seu significado. A obra, doada pelo *Rotary Club* das duas cidades, simboliza a família, união, amor incondicional e paz, representando as cidades fronteiriças conhecidas como "fronteira da paz".

Figura 162 – Monumento Mãe/Madre

Fonte: (A) Autora, 2023; (B) Raul Dias, 2023.

Subimos as escadas para o segundo nível, projetado como uma "praça de descanso", único sem conexão direta com a calçada externa, com acesso pelas escadas centrais e pelos caminhos laterais. Fechado em si mesmo, sua vegetação mais densa contribui para torná-lo um espaço mais intimista e reservado com bancos localizados nas extremidades.

No centro, uma fonte circular de 12 metros de diâmetro (Figura 163) "representa o elemento gerador da vida, da regeneração em todos os sentidos, de purificação, desde o útero até o batismo com água, também é um símbolo de igualdade" (Palermo e Ilha, 2023, p. 110, tradução minha). Com 46 elos de corrente, o desenho do piso contorna toda a fonte e representa o círculo da vida, acompanhado de outros 8 ornamentos circunscritos no piso – o número 8 simboliza estabilidade e equilíbrio (Palermo e Ilha, 2023).

Figura 163 – Monumento Fonte

Fonte: Autora, 2023.

O primeiro anel circular da fonte é de cor avermelhada, enquanto os cilindros centrais são brancos. A fonte foi inaugurada em 25 de agosto de 1953 e, originalmente, contava com 18 luzes diferentes e jatos de água, mas foi desativada há alguns anos (Palermo e Ilha, 2020). O segundo nível, também abriga os sanitários, construídos com tijolos à vista.

Neste mesmo nível, observamos dois homens a sós, sentados nos bancos da praça de descanso, que se diferenciavam pelas vestimentas: enquanto um senhor usava botas e bombacha[104], o outro vestia alpargatas uruguaias.

Subindo mais um lance de escadas, seguimos para o primeiro nível e avistamos em destaque o grande obelisco (Figura 164), um prisma de três lados, com 15 metros de altura, sustentado por uma base piramidal. As faces voltadas para cada país exibem os respectivos escudos nacionais, enquanto a terceira face contém uma placa nos dois idiomas, indicando o nome da praça, o ano de inauguração (1943), os nomes dos presidentes e dos ministros das Relações Exteriores de cada país na época. Na parte superior do prisma, dois relógios indicam a hora de cada país. No piso, contornando a base triangular do obelisco, há o desenho de 33 elos de correntes.

[104] "Calça comprida, de tecido variado, ajustada na cintura e cadeiras, muito folgada nas pernas e abotoada no tornozelo, cujo uso é corrente na campanha" (Schlee, 2019, p. 160-161).

Figura 164 – Monumento Obelisco

Fonte: Autora, 2023.

O significado do obelisco "é trazer a luz da sabedoria para criar unidade entre as populações nos níveis material e espiritual e, como monumento, é um marco que indica paz e fraternidade exemplar para um mundo em guerra"[105] (Palermo e Ilha, 2023, p. 110, tradução minha). Esse monumento esbelto está localizado no ponto mais alto da praça e sua presença imponente é visível de diferentes pontos da praça. Além de indicar a linha imaginária da fronteira, o obelisco simboliza a fraternidade e a união dos povos.

Desde o projeto original, esse primeiro nível foi concebido como uma praça jardim, um refúgio para pedestres, já que se encontra no cruzamento de importantes avenidas. Em cada esquina desse nível, dois caminhos diagonais levam ao obelisco — um vindo da Av. Tamandaré/BR e outro do Boulevard 33 Orientales/UY —, direcionando para o ponto central. Além deles, alinhado com o pequeno *mojone* na rotatória da Rua dos Andradas, o caminho central abriga os mastros onde estão hasteadas as bandeiras de cada país (Figura 165).

[105] Idioma original: *"es aportar la luz de la sabiduria para crear la unidad entre las poblaciones en el plano material y espiritual, y como monumento, es un hito que indica paz y fraternidad ejemplarizante para un mundo en guerra"*.

Figura 165 – O *mojone* da Rua dos Andradas e o alinhamento com o obelisco

Fonte: (A) GoogleStreetView, 2019; (B) Autora, 2023.

Pela proximidade com o comércio, o primeiro nível é o mais movimentado ponto de passagem e, também, de descanso dos consumidores. Muitas pessoas seguravam sacolas de compras com marcas de *free shops* e lojas locais. Por ser o ponto mais movimentado da praça, também concentra os trailers e quiosque de alimentação, que possuem algumas diferenças entre os lados.

No caminho diagonal para a Av. Tamandaré, uma linha de bancas com estrutura de madeira e cobertura de fibrocimento, que estão fixas em um dos canteiros da praça e comercializam artesanatos diversos, como vestuários, materiais de couro, bijuterias e, principalmente, produtos da cultura gaúcha, como a venda de cuias e acessórios para o chimarrão e roupas tradicionalistas.

Na calçada externa, voltada para a Av. Tamandaré, o mesmo padrão de bancas forma um "V". Logo depois, o comércio alimentício. No lado brasileiro, esse comércio se realiza por meio de vans e pequenas caminhonetes que estacionam na Av. Tamandaré, até a altura da Rua Conde de Porto Alegre, e espalham mesas e cadeiras de plástico na calçada da praça. A maioria vende cachorro-quente e sanduíches, mas também há vendedores ambulantes com pequenos carrinhos oferecendo picolés, pipocas e amendoins.

Já na diagonal que leva à Blv. 33 Orientales, o caminho está livre. Mas ao chegar à calçada externa, há um aglomerado de trailers com conjuntos de mesas e cadeiras de plástico. Diferentemente do lado brasileiro, no Uruguay os trailers são estruturas fixas nas calçadas, reduzindo o espaço para a passagem de pedestres, pois, além dos trailers, há mesas e cadeiras dispostas ao lado, tornando a faixa de

circulação mais estreita. Entre os alimentos vendidos estão o *pancho, chivito*, *harburguesa* e *helado*.

Outra diferença entre as avenidas paralelas à praça é que, na Blv. 33 Orientales, até o limite do primeiro nível da praça, há uma faixa de estacionamento exclusiva para motos, impedindo a parada de vans e caminhonetes. Na Figura 166 é possível notar as diferenças entre esses comércios na Praça Internacional.

Figura 166 – O comércio no primeiro nível da Praça Internacional

Fonte: Autora, 2023.

Desde a Lei Complementar nº 19, de 1996, do município de Santana do Livramento, o artigo 116 estabelece que é proibida a instalação de trailers em determinados locais públicos, incluindo "no recinto do Parque Internacional e adjacências". Além disso, o uso do estacionamento por vans e caminhonetes exige autorização e pagamento de taxas de licenciamento à Prefeitura.

No caso da cidade vizinha, não encontrei decretos da Intendência de Rivera que regulamentem essa atividade comercial nos arredores da Praça Internacional. As legislações dessa região se aplicam apenas ao *Paseo 33 Orientales*, referente a uma estrutura própria para o comércio informal, localizada entre a Av. Sarandí e a Rua Agraciada.

Ao finalizar o percurso na Praça Internacional, cabe mencionar que a publicação de Palermo e Ilha (2023) sobre a praça também discute a conexão entre o projeto arquitetônico e paisagístico e os fundamentos filosóficos da maçonaria. A numerologia presente nos elementos — a tríade dos níveis, os três monumentos, os 33 elos das correntes no desenho do piso — e o simbolismo relacionado aos valores de família, igualdade, fraternidade e tolerância se correlacionam com os princípios fundamentais da maçonaria. Como reforço desse entendimento, tanto o arquiteto Páez Seré e quanto a maioria dos integrantes da Comissão dos Limites eram maçons.

Segundo Palermo e Ilha (2023, p. 117), "interpretamos a praça como a reprodução de um templo maçônico ao ar livre, cujo teto é o céu e as estrelas, devido aos elementos ali presentes"[106]. No entanto, os autores reconhecem que essa é apenas uma das possíveis interpretações, uma vez que a praça pode ser notada não apenas pelo viés material, mas também sob um entendimento cultural e subjetivo. Além disso, o projeto do arquiteto sofreu inúmeras alterações ao longo do tempo, não sendo um modelo fechado.

No processo da caminhografia, em contato com o cotidiano fronteiriço, a influência maçônica nas decisões projetuais é perceptível, considerando quem estava no centro do poder e das decisões na época. Mas na contemporaneidade penso que esse simbolismo se encontra diluído. **Embora a essência filosófica, filantrópica e progressista da maçonaria possa ter um papel social importante, ela também carrega polêmicas e mistérios que se afastam da multiplicidade e diversidade que coexistem na Praça Internacional.**

O caráter elitista e masculino da maçonaria é reforçado pelos encontros e reuniões a portas fechadas, com rituais secretos, além de contrariar o próprio ideal de igualdade e fraternidade.

Hoje, mais do que um marco institucional ou ideológico, a praça é um espaço de convivência, trocas culturais e dinâmicas urbanas que refletem a diversidade e a complexidade da vida fronteiriça. Ela também é palco de disputas e conflitos, acolhendo tanto festividades, como o Festival Binacional de Enogastronomia, quanto manifestações, como o protesto do 8 de março, em que

[106] Idioma original: *"nosotros interpretamos a la plaza como la reproducción de un templo masónico al aire libre, cuyo techo es el cielo y las estrellas, dados los elementos allí contenidos"*.

um grupo de mulheres denuncia as diversas violências que enfrentam na chamada "fronteira da paz" [107].

O que ocorre na Praça Internacional é que a linha de fronteira encontra-se em um estado de suspensão e pausa. Por ser uma gestão binacional, os conflitos devem ser resolvidos por meio de acordos conjuntos, sem qualquer intervenção unilateral — como explicou Palermo. Esse é um fato singular, pois, em qualquer outro ponto da fronteira, a linha está ativa e delimita as soberanias nacionais.

Um exemplo claro disso é o canteiro central ou as ruas, onde cada lado adota um tratamento paisagístico distinto e segue diretrizes próprias, ainda que possam firmar acordos esporádicos.

A Praça Internacional é o único espaço público livre em que, desde sua origem, a linha de fronteira permanece pausada e interrompida. No entanto, ela não é eliminada, pois sempre existe a possibilidade de sua reativação.

Ao atravessar o canteiro central da Rua dos Andradas, observei que, do lado direito do *mojone*, no lado brasileiro, havia apenas um busto de um médico reconhecido em Santana do Livramento e um contêiner de lixo (Figura 167). Já do lado esquerdo, onde passa a linha imaginária, o canteiro estava completamente tomado por tendas coloridas e um intenso movimento de carros, que paravam por alguns minutos e logo partiam.

O mais curioso era que nessas tendas não havia qualquer tipo de propaganda publicitária ou mercadorias expostas. Cada barraca apresentava apenas um nome próprio, como Jorge, Vera e Jonny. No interior, uma mesa simples com bloquinhos de papel, caneta, calculadora e duas ou três pessoas (Figura 168). Fiquei ali, um pouco afastada, observando o movimento para tentar entender do que se tratava.

Logo percebi que os carros se aproximavam das tendas, geralmente um homem ia até o veículo, conversavam, o vendedor usava a calculadora, continuavam a negociação por um tempo e, então, acontecia a troca do dinheiro: reais por pesos, pesos por reais, reais por dólares, pesos por dólares. Essas foram as

[107] A obra "Se é fronteira da paz, não é para elas: Violência contra mulheres e meninas em Santana do Livramento/BR e Rivera/UY", de Cassiane da Costa (2020), relata o alarmante número de mulheres e meninas que sofrem diversos tipos de violência nessas cidades, incluindo feminicídio, violência doméstica e estupro.

três moedas que consegui identificar. Aquele era um ponto de cambistas para compra e venda de moeda estrangeira.

Figura 167 – O lado brasileiro do canteiro central da Rua dos Andradas

Fonte: Autora, 2023.

Figura 168 – As tendas dos cambistas no canteiro da Rua dos Andradas

Fonte: Autora, 2023.

De acordo com a nova Lei de Câmbio e Capitais Internacionais (Lei nº 14.286/2021), a compra e venda de moeda estrangeira entre pessoas físicas é permitida, desde que o valor não ultrapasse 500 dólares ou o equivalente em outras moedas, além da necessidade de declaração à Receita Federal. Caso a negociação ocorra com valores acima do permitido ou sem a devida regularização, configura-se crime cambial de evasão de divisas, sujeito a prisão e multas.

Pela dinâmica ágil, a discrição, os olhares atentos e o fluxo constante de dinheiro, é provável que essa atividade não seja regularizada. Ainda assim, naquele contexto, exatamente sobre a linha imaginária, performa mais uma prática comum na fronteira, um tipo de contrabando cotidiano.

A propósito, a maioria dessas trocas não envolve turistas, até porque, na fronteira, é possível comprar com qualquer moeda. O câmbio interessa, sobretudo, aos moradores locais, que costumam carregar tanto reais quanto pesos na carteira, aproveitando a melhor cotação do dia para obter vantagens.

Adriana Dorfman (2007) aponta que também existem cambistas que não atuam de forma autônoma, mas como agentes de casas de câmbio uruguaias regularizadas. Eles circulam pelo comércio, intermediando trocas entre pesos, reais e dólares, prática considerada criminosa por não declarar a saída da moeda estrangeira.

Mais uma vez, **o contrabando emerge como uma resposta às demandas locais. Não por acaso, essas tendas de cambistas se estabeleceram justamente no canteiro central, sobre a linha imaginária. O cotidiano local cria sua própria legitimidade.**

Continuamos a caminhada pela linha imaginária, em direção ao Cerro do Marco, passamos pela Praça Gen. Flores da Cunha, popularmente conhecida como Praça dos Cachorros (Figura 169). Uma praça linear e pequena, com quatro esbeltos ciprestes compondo sua vegetação. Logo na entrada, o busto de Pedro Irigoyen, uruguaio e grande charqueador de Santana do Livramento. Mais adiante, uma sequência de esculturas de cachorros do tipo galgo e de crianças.

Segundo Liane Aseff (2006), essa praça que antecede a Praça Internacional, foi concebida em 1930 como uma “praça familiar”, nos moldes sofisticados das praças argentinas. O engenheiro responsável, vindo de Buenos Aires, trouxe algumas novidades, como a pérgola, ajardinamentos nas extremidades e

esculturas de figuras importantes no imaginário da família, como crianças e cães — considerados os melhores amigos do homem.

Figura 169 – A Praça dos cachorros

Fonte: Autora, 2023.

Antes de conhecer sua história, relacionava o nome com a quantidade de cachorros que circulam por ali, já que, durante a caminhografia, registrei a presença de vários cães no local.

A partir da década de 1980, a praça foi gradativamente ocupada por camelôs, o que impedia que moradores e turistas usufruíssem plenamente da área. Em 2014, a Prefeitura de Santana do Livramento firmou um acordo com esses comerciantes, remanejando-os para um centro comercial localizado em frente à Praça Internacional, garantindo que não fossem prejudicados em suas vendas. No

mesmo ano, foi concluída a obra de revitalização da praça, resultando no espaço que encontramos hoje.

Paralelamente a essa praça, já em território uruguaio, registrei o *Paseo 33 Orientales* (Figura 170), uma estrutura planejada para o comércio de rua, composta por cabines individualizadas que funcionam como depósitos noturnos com chaves, permitindo que os comerciantes armazenem suas mercadorias sem necessidade de transporte diário. Antes desse projeto, o local também abrigava diversas barracas de camelôs, semelhantes às do lado brasileiro. No entanto, a Intendência optou por mantê-los no mesmo espaço, mas oferecendo melhores condições de infraestrutura.

Figura 170 – Paseo 33 Orientales

Fonte: Autora, 2023.

No prolongamento dessa praça linear, há uma grande subida que leva ao topo do Cerro do Marco. O percurso é marcado por dois canteiros centrais com vegetação rasteira, rodeados por calçadas de pedra portuguesa (Figura 171). Entre os canteiros centrais, do lado brasileiro e uruguaio, a rua é destinada ao estacionamento oblíquo em ambos os lados. Assim, esse trecho funciona apenas como um caminho de passagem, sem bancos ou mobiliários que estimulem pausas, nem vegetação que proporcione sombreamento.

Ao chegar à base do Cerro do Marco, encontramos o já mencionado *Teatro de Verano*. Essa é uma das transformações urbanas ocorridas ao longo dos cinco anos de investigação *in loco*. A linha imaginária corta o cerro, mas não de forma simétrica; toda a construção do *Teatro de Verano* está em território uruguaio. Sua face lateral direita coincide com a linha imaginária, que segue até o marco de número “42-I” — uma numeração distinta daquela dos marcos em algarismos

romanos, possivelmente por ser um marco mais antigo. Sua forma também difere das demais, sugerindo uma lógica de numeração diferente.

Figura 171 – Canteiros centrais entre a Blv. 33 Orientales e a Av. João Pessoa

Fonte: Autora, 2023.

Na Figura 172, é possível observar essa nova construção, que, em termos de volumetria, manteve alturas e alinhamentos que ainda permitem a visão do topo do cerro. Na foto de 2015 (A), a base do cerro era ocupada por comerciantes camelôs, que utilizavam barracas padronizadas de material metálico. O local ao lado também servia como estacionamento para ambulâncias do serviço privado de saúde móvel Semeco, que atende às cidades-gêmeas. Nos níveis superiores (C), acessíveis por vários lances de escadas, havia um espaço livre com poucas infraestruturas. Ainda assim, algumas pessoas utilizavam esse local como praça, área de descanso e mirante.

O *Teatro de Verano* foi inaugurado em fevereiro de 2022, sendo uma obra realizada pela Intendência Departamental de Rivera, com um custo total de 22 milhões de pesos uruguaios, cerca de 3 milhões de reais. No primeiro nível, um bloco retangular de concreto armado aparente abriga sanitários femininos, masculinos e acessíveis, além de salas administrativas e multiuso. A cobertura verde conta com um pequeno jardim. Já no segundo nível, há um grande anfiteatro a céu aberto, aproveitando a declividade do cerro para a construção das arquibancadas. No lado esquerdo, grandes blocos funcionam como 'camarotes', proporcionando uma visão privilegiada. O espaço destinado às atrações tem 30x22 metros e é revestido com concreto semitérmico, adequado à exposição constante ao sol. O projeto também foi concebido para a prática de esportes radicais, como

skate e escalada. Algumas curiosidades e detalhes sobre a origem do projeto já foram mencionados na conversa com o arquiteto Tati.

Figura 172 – A transformação da base do Cerro do Marco

Fonte: (A) Google StreetView, 2015; (C) Laburb, 2018; (B e D) Autora, 2023.

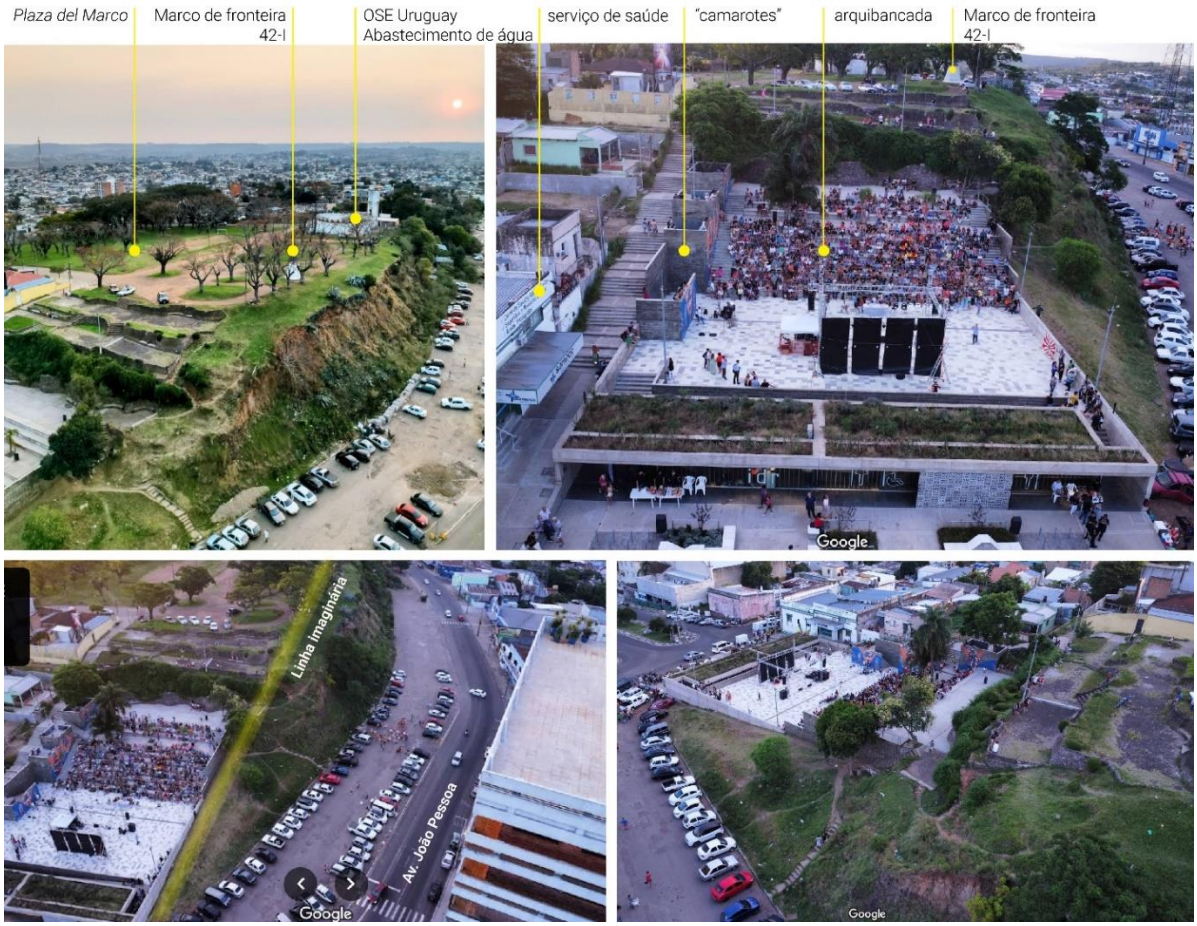
A Figura 173 apresenta fotografias aéreas do Cerro do Marco, destacando sua elevação topográfica e o Teatro de Verano, que é uma obra pública cultural cujo projeto de intervenção está em harmonia com o entorno. A maior parte da área de espaço livre e toda a vegetação existente foram mantidas e a infraestrutura do lugar foi melhorada para a promoção de eventos e festividades.

O arquiteto Tati nos informou que a segunda etapa do projeto ainda será executada para revitalizar o topo do Cerro do Marco e a *Plaza del Marco*, integrando-os em uma mesma linguagem arquitetônica. Nessa fase, está previsto um campo de futebol, além de mais áreas para descanso e contemplação.

Os detalhes construtivos dessa obra são admiráveis, e o cuidado com cada mobiliário, assentamento de pisos e revestimentos é visível. Logo na calçada, há um desenho paisagístico interessante, com pequenos jardins intercalados por bancos de concreto de diferentes formatos. Na entrada, destaca-se uma parede de cobogós de concreto, com composições variadas, e, atrás dela, um plano de vidro contendo informações sobre o acesso ao anfiteatro e aos sanitários.

O anfiteatro pode ser acessado pelas escadas da lateral direita ou pela rampa na lateral esquerda. No segundo nível, chega-se ao grande palco voltado para as arquibancadas, que são divididas por um patamar com algumas árvores, incluindo um butiazeiro que, naquele momento, coloria o chão de amarelo com seus frutos, junto às flores lilases do jacarandá-mimoso logo à frente.

Figura 173 – Vista aérea do Cerro do Marco



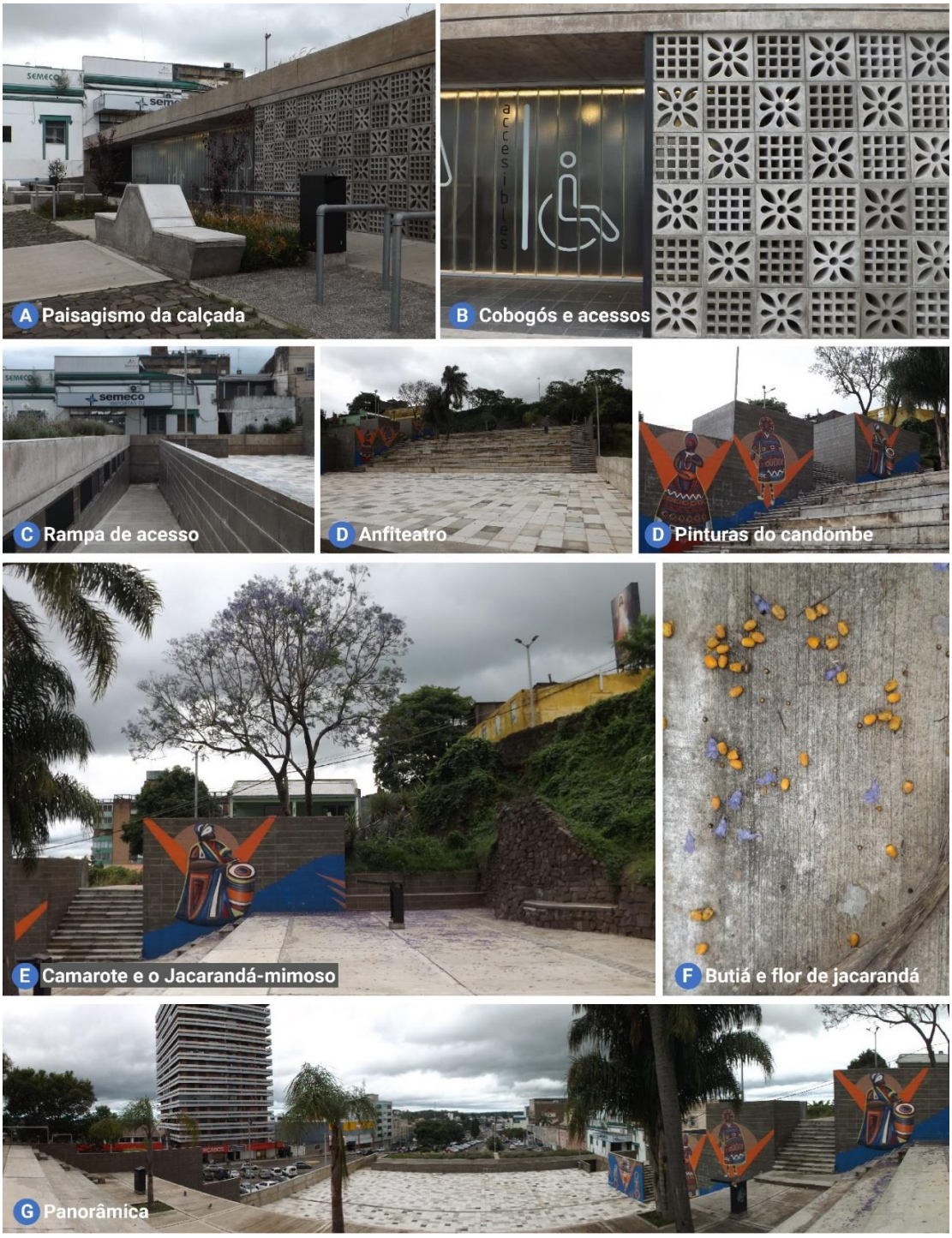
Fonte: Google Maps, 2023 e intervenções da autora, 2024.

Nas paredes de tijolos de concreto dos “camarotes”, pinturas vibrantes retratam o candombe afro-uruguaio, uma manifestação cultural da música afro-latino-americana. As imagens representam homens e mulheres negros/as tocando grandes tambores dos tipos *piano*, *chico* e *repique*. A Figura 174 apresenta mais detalhes do *Teatro Verano*.

Por volta das 17h, o céu anunciava chuva. No Teatro, encontramos um adolescente contemplando a vista, um gato preto passeando pelas arquibancadas, um casal de adolescentes namorando em um dos degraus e uma senhora

conversando com uma criança, ambas sentadas, observando o entorno. O ambiente era tranquilo e silencioso.

Figura 174 – Detalhes do projeto Teatro de Verano

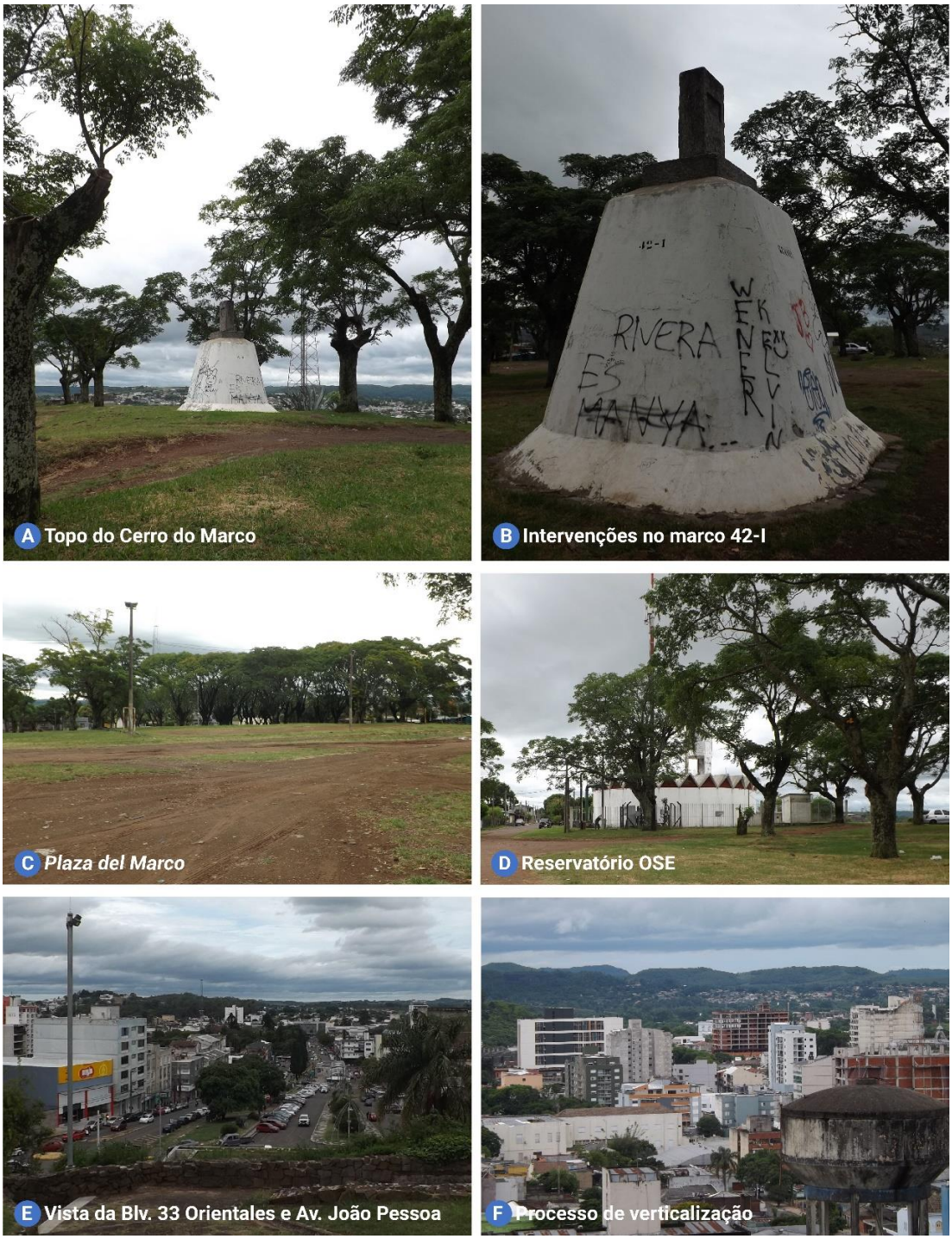


Fonte: Autora, 2023.

Subimos até o topo e nos deparamos com um amplo espaço livre, rodeado por muitas árvores, com chão de terra e a presença de mais um marco de fronteira.

O marco estava coberto de pichações, incluindo nomes de pessoas, assinaturas, desenhos de corações e a frase *"Rivera es manya"*, sendo que a palavra *"manya"* estava riscada (Figura 175). Em reportagens esportivas, descobri que *"manya"* é um apelido para os torcedores do clube de futebol *Peñarol*, indicando que a inscrição fazia parte de provocações entre torcidas adversárias.

Figura 175 – O topo do Cerro do Marco



Fonte: Autora, 2023.

No segundo plano, avistamos a *Plaza del Marco*, uma área verde densa, sem delimitações de piso ou mobiliário urbano, exceto por um pequeno campo de futebol improvisado, demarcado por pneus no chão e por uma única trave. Ao lado, encontramos o reservatório de água da concessionária OSE (*Obras Sanitarias del Estado*), do Uruguay. Do alto, foi possível avistar a Praça Internacional, a Praça dos Cachorros e a verticalização de Santana do Livramento (Figura 175).

Descemos pela Rua Julio Herrera y Obes, uma via asfaltada com casas térreas simples. Observei alguns moradores nas varandas ouvindo a rádio uruguaia e, ao tirar uma foto de um grupo de filhotes de gato, uma senhora se aproximou oferecendo-os para adoção. Agradeci, mas expliquei que estava em viagem.

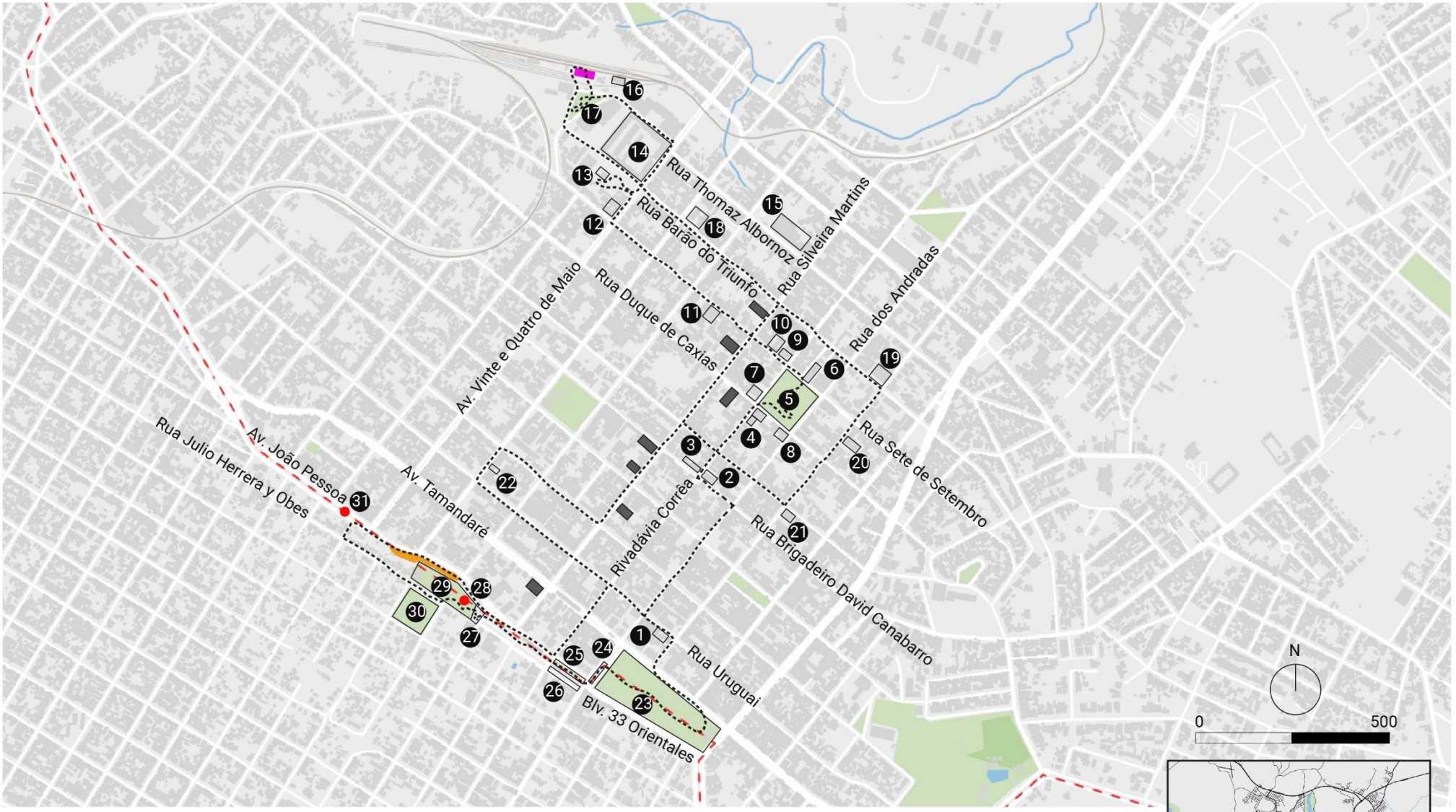
Seguimos por um caminho estreito até a Avenida João Pessoa. Ao sair desse trajeto, vi o marco de número XX no canteiro central. Contornando o Cerro do Marco pela rua inferior, encontramos um conjunto de residências que o arquiteto Tati chamou de "favelinha", composta por casas de madeira e materiais improvisados. Não consegui conversar com os moradores, mas percebi a presença de animais, como cachorro, gato e galinhas, e o ambiente cercado por lixo e entulhos. Um dos *mojones* estava com um pneu de bicicleta pendurado, conforme ilustrado na Figura 176.

Figura 176 – Conjunto de casas e animais na base do Cerro do Marco

Fonte: Autora, 2023.

Finalizada a caminhografia do dia, registrei o percurso e os pontos de destaque em um mapa Figura 177.

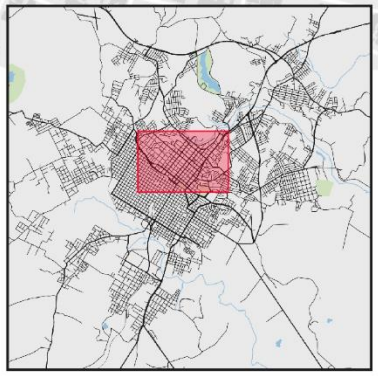
Figura 177 – Mapa do percurso em Santana do Livramento/BR | 02.12.2023



LEGENDA:

1. Apto Airbnb
2. Igreja Anglicana
3. Sesc
4. UERGS
5. Praça General Osório
6. Igreja Matriz de Livram.
7. Prefeitura de Livramento
8. Sala Cultural
9. Prédio dos Correios
10. Biblioteca Municipal
11. CTG Farroupilha
12. Unimed-Fronteira
13. Casa de David Canabarro
14. Quartel Militar
15. Lanifício
16. Galpão de reciclagem
17. Praça Rio Branco
18. Fórum
19. Unipampa
20. Anhanguera
21. Rádio comunitária
22. Restaurante
23. Praça Internacional
24. Cambistas
25. Praça dos Cachorros
26. *Paseo 33 Orientales*
27. *Teatro de Verano*
28. Marco 42-I
29. Cerro do Marco
30. *Plaza del Marco*
31. Marco XX

- Percurso a pé
- Linha de fronteira
- Estação ferroviária de Santana do Livramento
- Novos edifícios em altura
- Conjunto de casas



Fonte: Autora, 2023.

5.5 Rumo ao *Cuñapirú*

03 de dezembro de 2023 | domingo

Como a viagem pelas cidades-gêmeas estava chegando ao fim, optamos por seguir até as obras do Parque *Cuñapirú*, na borda de Rivera, para registrar o processo de transformação urbana e paisagística. Também procurei me aproximar da estética e funcionalidade das áreas periféricas e observar a interligação urbana com os cursos d'água e a vegetação nativa mais densa.

O tempo estava nublado, com previsão de chuva forte à tarde e temperaturas mais amenas. Por volta das 9h, saímos pela Rua Uruguai e alcançamos a Rua dos Andradas. Poucos pontos comerciais estavam abertos, sendo o ponto dos cambistas o mais movimentado, com a passagem constante de carros e trocas de dinheiro.

Atravessamos a Boulevard 33 Orientales e, pela calçada, observamos as primeiras lojas e restaurantes abrindo suas portas. No trajeto, passamos por um casal que dormia na rua, abrigado no recuo da garagem de um sobrado onde funciona uma escola de línguas. Deitados sobre um papelão improvisado, tinham ao lado algumas sacolas (Figura 178). Perto dali funcionários de um dos *free shops* posicionavam mercadorias na calçada. Um contraste evidente, que reforça a desigualdade social e as mazelas do neoliberalismo.

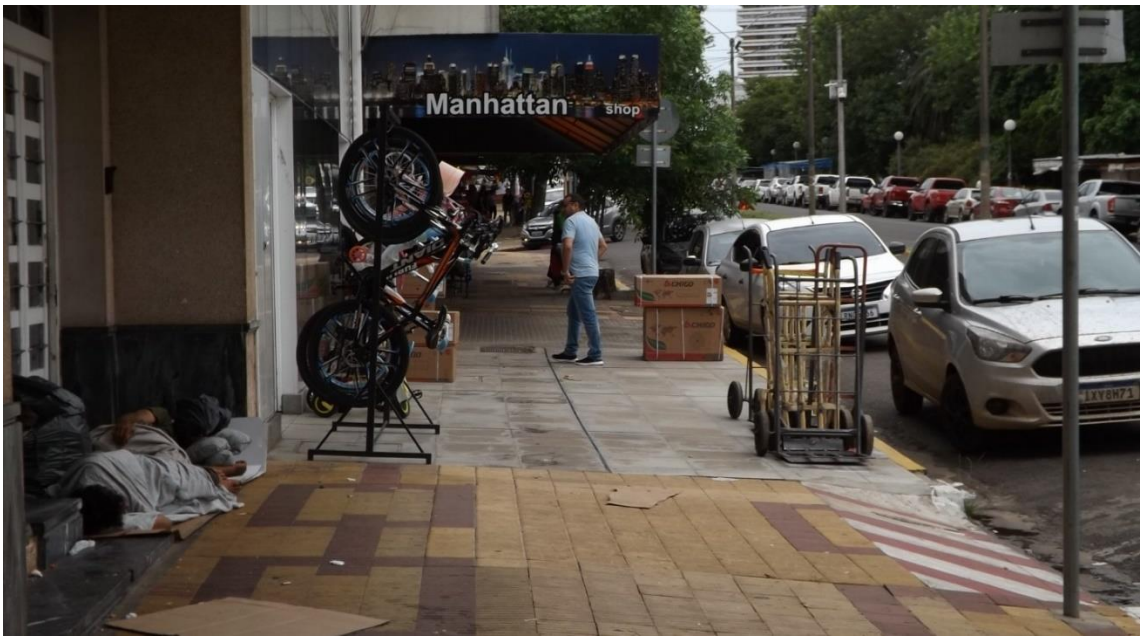
Encontrar pessoas em situação de rua gera uma sensação de angústia e tristeza diante das evidências das diferentes agências na composição da paisagem cotidiana, ainda que frequentemente invisibilizada e apagada, seja pelo poder público ou pelos pedestres que desviam o olhar — uma atitude que reforça a indiferença estrutural que os mantém à margem. **No contraste entre vitrines iluminadas e colchões de papelão, entre o luxo do consumo e a precariedade da sobrevivência, a cidade expõe suas contradições mais profundas.**

Seguimos a caminhada pela Avenida Paul Harris, uma via arterial de grande importância pela conexão entre a BR-158 e a Ruta 5, que atravessa as cidades-gêmeas (conforme visto no Capítulo 3). Essa é a principal via de entrada e saída dos municípios, conectando a rede rodoviária do Estado e do Departamento correspondente.

Além disso, é por esse trecho que a linha imaginária da fronteira passa, situada no canteiro central que divide a avenida, de sentido duplo e pista simples

em ambos os lados — um deles em território uruguaio e o outro, brasileiro. O canteiro central é circundado por calçadas de pedra portuguesa e conta com áreas ajardinadas e árvores de médio e grande porte, como ipês, jacarandás e paineiras. Até a rotatória com a Rua Dr. Baltasar Brum, onde está localizado o marco de número IX, há quatro *mojones* posicionados nos pontos de inflexão dos canteiros centrais (Figura 179).

Figura 178 – A distância entre o consumo e a sobrevivência



Fonte: Autora, 2023.

Figura 179 – Avenida Paul Harris e o canteiro central

Fonte: Autora, 2023.

O uso do solo ao longo da avenida é misto, com residências intercaladas por uma rede de serviços que inclui postos de gasolina, supermercados, escritórios e

uma universidade. No canteiro central, há presença de comércio informal. Neste dia, na parte mais próxima à Praça Internacional estavam expostos redes, tapetes, mesas e cadeiras de madeira. Já nos canteiros próximos à rotatória, um senhor vendia melancias/*sandías*, organizando montes de três unidades espalhados pela calçada para chamar a atenção dos pedestres (Figura 180). O maior fluxo de veículos e pessoas concentrava-se no supermercado e no hortifrúti.

Figura 180 – O comércio informal na linha de fronteira

Fonte: Autora, 2023.

Mais uma vez, **o comércio informal escolhe como ponto de venda o exato local da linha imaginária da fronteira. Um espaço estratégico, não apenas por sua posição central e alta visibilidade, mas justamente por ser uma zona de indeterminação e intenso fluxo de ambas as nacionalidades.**

Outras duas situações desse percurso reforçam características típicas das cidades de fronteira. A primeira é a fachada do hortifrúti, que exibe opções de contato tanto para números brasileiros quanto uruguaios, sinalizando que seu atendimento abrange ambas as cidades. A segunda é a faixa afixada na fachada do prédio do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul), campus Santana do Livramento, anunciando as inscrições para os cursos binacionais, destinados a

"brasileiras/os e uruguaias/os" (Figura 181). **Detalhes que reafirmam os processos de integração.**

Figura 181 – Vestígios da integração entre cidades-gêmeas

Fonte: Autora, 2023.

Na rotatória, registrei o marco de número IX e, logo adiante, o marco de número X que, devido à declividade das Ruas Gen. Miguel Luis da Cunha (Brasil) e Dr. Baltasar Brum (Uruguay), está localizado em um ponto mais alto. Diferente dos demais, o marco X apresenta algumas intervenções. No Cerro do Marco, vimos o de número 42-I com pichações; já este possui uma pintura na face voltada para o lado brasileiro, representando as bandeiras de ambos os países, um obelisco central e a inscrição “Força Rafa”. Na face onde está indicado o numeral, há um mosaico de caquinhos de azulejo com desenhos de uma pomba, um sol e flores. A face uruguaia, por sua vez, permanece sem intervenções (Figura 182).

O entorno do marco apresenta certo cuidado paisagístico, com a presença de plantas e flores, embora também haja lixo e entulho próximos. As ruas são separadas por outro canteiro central, mas este não possui calçamento, apenas gramado e árvores. Alguns automóveis estavam estacionados dentro do canteiro. De ambos os lados, há residências unifamiliares de diferentes estilos e formas, mas

com pouca distinção entre si. Se não fosse a presença dos marcos, seria difícil identificar em qual lado da fronteira estávamos caminhando (Figura 183).

Figura 182 – Marco X e entorno

Fonte: Autora, 2023.

Voltando para a rotatória, seguimos pela Rua República Argentina, depois pela Rua Faustino Carámbula e, por fim, pela Rua Atílio Paiva Oliveira, até chegarmos ao *Mirador del Cerro Marconi*, popularmente conhecido como *Escalera*. Nesse curto trajeto pelas quadras uruguaias, observamos a diversidade de estilos, volumetria e materialidade construtiva das edificações. As ruas são asfaltadas, e as calçadas, largas e arborizadas, são revestidas com ladrilho

hidráulico. Nesta manhã de domingo, cruzamos apenas com duas idosas caminhando e poucos carros. A presença mais marcante era a de cachorros e gatos, que, das casas, observavam nossa passagem.

Figura 183 – Canteiro central do marco X

Fonte: Autora, 2023.

A *Escalera* é um trecho da Rua Gen. José Gervasio Artigas que faz a conexão entre as Ruas Dr. Gabriel Anollés e Atílio Paiva de Oliveira — paralelas e situadas em um nível mais baixo — com a José Batlle y Ordóñez, situada mais no alto. Trata-se de um recurso utilizado para vencer o desnível do cerro, que é de aproximadamente 14 metros até a Rua Atílio Paiva e mais 7 metros até alcançar a Rua Dr. Gabriel. No topo, o conjunto habitacional COVRI, de 1978, um reservatório de água da concessionária OSE e torres de telefonia.

Por oferecer um mirante atrativo com vista panorâmica das cidades-gêmeas, mais do que uma grande escadaria que conecta dois pontos, a *Escalera* é um lugar de encontro e permanência, especialmente de jovens.

A foto aérea da Figura 184 apresenta a integralidade deste projeto. No momento do registro, a *Escalera* estava sendo amplamente utilizada por diversas pessoas. Diferentemente do cenário que encontrei na manhã de domingo, quando o lugar estava praticamente vazio, exceto pela presença de alguns animais em trânsito, especialmente pássaros, como o bem-te-vi.

O desenho urbano e arquitetônico é simples, mas se diferencia ao incluir elementos que estimulam a permanência. A Rua Atílio Paiva divide a *Escalera* em dois blocos. O primeiro, com menos desnível e mais largura, possui escadas laterais

e, ao centro, uma grande fonte de concreto com diferentes platôs e quedas d'água. Na base da fonte, uma pintura inspirada no estilo cubista, representa casas, famílias, rios, arborização e animais.

Figura 184 – A perspectiva completa da Escalera em Rivera/UY

Fonte: Imagem de Alexandre Sousa Santos, 2024; Legenda da autora, 2024.

O segundo bloco, maior desnível, é segmentado por duas canaletas verticais de drenagem e quatro patamares horizontais. Até o primeiro patamar, há escadas laterais em ambos os lados das canaletas, além da escadaria central, que conta com oito pilares de concreto — quatro de cada lado — que diminuem de altura conforme os degraus sobem. Originalmente, esses pilares sustentavam um pergolado metálico para a plantação de trepadeiras, mas essa estrutura foi removida há alguns anos.

No segundo e terceiro patamares, as escadas laterais dão lugar a platôs de concreto em diferentes alturas, que funcionam como grandes bancos, proporcionando um local mais confortável para apreciar a vista. Já no quarto nível,

há um escorregador de estrutura de concreto com base metálica na lateral direita e, na lateral esquerda, um espaço destinado a uma árvore.

Os espelhos dos degraus da escada central são revestidos com lajotas coloridas, formando um mosaico orgânico e abstrato quando vistos em conjunto. Além disso, a escada conta com corrimãos metálicos em ambos os lados.

Ainda assim, havia indícios claros do uso cotidiano daquele espaço público. As diversas pichações nos pilares e no piso evidenciavam sua apropriação, sendo a maioria composta por assinaturas de nomes, mas também por frases em ambos os idiomas, como “Fogo nos racistas” e “*Los juguetes no tienen género*” (brinquedos não têm gênero). Além disso, garrafas e latinhas de bebida, vidros quebrados e inúmeras bitucas de cigarro reforçavam os rastros das atividades ali realizadas. O mosaico da Figura 185 ilustra a descrição da *Escalera*.

Figura 185 – O percurso pela Escalera em Rivera/UY

Fonte: Autora, 2023.

Do alto, foi possível avistar no horizonte os “moinhos de vento” — as grandes pás eólicas em Santana do Livramento e em Rivera — e perceber a dinâmica topográfica, com os cerros em destaque. Nos diálogos que tive com moradoras e moradores fronteiriços ao longo da pesquisa, muitos mencionaram que o horário preferido para estar na *Escalera* é o do pôr do sol. Nesse momento, grupos de amigos e familiares se reúnem para assistir ao espetáculo natural. E a linha imaginária da fronteira se dissolve no horizonte, reforçando a leitura de uma única cidade.

Saímos dali em direção ao Arroio *Cuñapirú*, percorrendo diferentes ruas e observando a diversidade construtiva e de usos: residências, escolas, corpo de bombeiros e comércio de bairro. O número expressivo de casas com placas de venda ou aluguel, algo que não percebi no percurso por Santana do Livramento, chamou minha atenção. Em conversas anteriores, esse cenário foi atribuído ao momento econômico do Uruguay, onde os valores da habitação estão mais altos em comparação ao Brasil.

Chegamos à *Plaza Insausti*, próxima ao Parque Oriental, uma transformação urbana iniciada em 2018. A praça conta com uma quadra de areia, pista de caminhada, bancos, aparelhos de ginástica, uma estrutura diferenciada de balanço para crianças e grandes esculturas de ferro representando dragões (Figura 186).

Figura 186 – *Plaza Insausti* em Rivera/UY

Fonte: Autora, 2023.

Atravessamos a linha férrea e seguimos pela Avenida Sarandí, cuja calçada acompanha os trilhos. Nesse trecho, a avenida se assemelhava mais a uma estrada, com planícies de vegetação rasteira em ambos os lados e, ao longe, o Shopping Melancia. Após cerca de 300 metros, chegamos à ponte sobre o Arroio *Cuñapirú*,

um curso d'água de aproximadamente 15 a 18 metros de largura e águas turvas. Do outro lado, já era possível avistar as estruturas e a obra do futuro parque (Figura 187). Não encontramos nenhum outro pedestre nesse trecho da Av. Sarandí, apenas veículos em trânsito. A ausência de urbanidade reforçava a sensação de insegurança. O local não era convidativo para o pedestre.

Figura 187 – Percurso pela Av. Sarandí e o encontro com o Arroio *Cuñapirú*

Fonte: Autora, 2023.

Depois de mais 500 metros de caminhada, chegamos ao Shopping Melancia, inaugurado em 2015, mas fechado em 2020 e levado a leilão judicial em 2021. A estrutura, imponente, conta com um estacionamento para mais de 1.200 carros, mas permanece de portas fechadas, completamente abandonado[108].

Atravessando a linha do trem chegamos ao canteiro de obras do Parque *Cuñapirú*. Placas sinalizavam a "zona de obra", e observamos o processo de abertura de vias — em sua maioria sem calçamento —, a instalação de postes de

[108] Segundo reportagem do jornal A Plateia a expectativa dos investidores não se concretizou. No primeiro ano, o shopping teve um impacto positivo, atraindo lojas e *free shops*, mas, com o tempo, o fluxo de visitantes caiu, afetando as vendas e levando ao fechamento de vários estabelecimentos. A pandemia de 2020 agravou ainda mais a crise, impedindo a recuperação do empreendimento. A Reportagem disponível em: https://www.aplateia.com.br/2020/01/25/negociaciones-en-busca-de-humo-blanco-para-la-continuidad-del-shopping-melancia-en-rivera/. Acesso em 9 de abril de 2024.

iluminação solar, os pilares de concreto para uma passarela, alguns bancos e a execução de um piso de concreto ao redor de um jardim circular (Figura 188).

Figura 188 – Obras do Parque *Cuñapirú*

Fonte: Autora, 2023.

No lado leste do parque, duas quadras eram ocupadas por residências térreas mais simples e pequenos comércios e serviços, como uma oficina mecânica e um salão de beleza. Enquanto caminhávamos, observamos quero-queros próximos e, um pouco mais afastados, alguns cavalos (Figura 189).

A localização deste parque preenche um grande vazio urbano, conectando a área histórica e consolidada da cidade à sua expansão periférica dos últimos anos. Devido à proximidade com o arroio *Cuñapirú* e às características do terreno — predominantemente composto por áreas de banhado e alagadiças —, o projeto parece integrar esses espaços de maneira a minimizar impactos ambientais, ao mesmo tempo em que oferece infraestrutura para lazer e contemplação à população.

Figura 189 – O entorno do Parque *Cuñapirú*

Fonte: Autora, 2023.

Paramos por alguns minutos para descansar nos bancos recém-instalados, mas a chuva nos fez buscar abrigo em um comércio na esquina com a Ruta 5, onde aguardamos um táxi nos levar de volta à hospedagem. Como a chuva persistiu até o fim do dia, encerramos a caminhografia e retornamos a Pelotas/RS no dia seguinte.

Devido a um imprevisto, a conversa agendada com a arquiteta Adriana Epifanio, Diretora da Unidade de Ordenamento Territorial da Intendencia de Rivera, neste domingo, foi reagendada e realizada online, uma semana depois de termos deixado as cidades-gêmeas.

Adriana Epifanio, natural de Rivera, passou 13 anos fora da cidade para concluir sua formação. É arquiteta pela *Universidad de la República Uruguay* (UDELAR), em Montevidéu, e possui mestrado em Gestão da Cidade pela *Universitat Oberta de Catalunya* (UOC), em Barcelona, além de um mestrado em Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Urbano pela UDELAR. Aos 28 anos, retornou a Rivera, onde construiu sua carreira como urbanista: "então, desenvolvi

minha profissão de urbanista inteiramente aqui em Rivera, e dentro da intendência"[109], explicou.

Durante nossa conversa, comentei sobre meu percurso pelas cidades-gêmeas em 2018 e 2023, destacando as transformações urbanas mais marcantes nesse período. Adriana afirmou que o processo de mudança em Rivera é lento e que olhando para um intervalo de vinte anos, talvez seja possível perceber as transformações mais significativas. Segundo ela: "Rivera é uma cidade do interior. Embora seja a capital departamental, continua sendo uma cidade do interior do Uruguay e, na escala do país, está muito longe da capital. Com o índice de desenvolvimento humano mais baixo do Uruguay [...] enfrenta muitas dificuldades"[110].

No entanto, Adriana concordou com minhas observações sobre as mudanças na cidade e destacou que Rivera possui uma dinâmica econômica mais acelerada em comparação a outras cidades do interior do Uruguay, "nem sempre formal, mas as vezes informal"[111]. E que isso é reflexo das características próprias da fronteira: "essas mudanças bruscas que podem ocorrer na economia, de desaceleração ou de aceleração, se refletem na cidade; ao longo de todos esses anos, tem se refletido"[112].

A arquiteta comentou que viver em Rivera implica enfrentar dificuldades devido ao afastamento do centro de decisão política, mas que, nos últimos anos, é possível notar uma evolução urbana. No entanto, com pesar, ela afirmou que, por diversos motivos, ainda não conseguiram desenvolver um plano de desenvolvimento urbano para as duas cidades em conjunto. "Sabemos que existem diferentes escalas burocráticas, políticas e institucionais, mas, do ponto de vista das populações, elas funcionam em conjunto. No entanto, institucionalmente, foi praticamente impossível, exceto no último ano, trabalhar de forma colaborativa"[113] — completou Adriana.

---

[109] Idioma original: *"Entonces, desarrollé mi profesión de urbanista íntegramente acá en Rivera y dentro de la intendência"*.
[110] Idioma original: *"Rivera es una ciudad del interior. Aunque es la capital departamental, sigue siendo una ciudad del interior de Uruguay y, en la escala del país, está muy lejos de la capital. Con el índice de desarrollo humano más bajo de Uruguay, enfrenta muchas dificultades"*.
[111] Idioma original: *"No siempre formal, pero a veces informal"*.
[112] Idioma original: *"Esos cambios bruscos que pueden llegar a darse en la economía, de ralentización de la economía o de aceleración, se ve reflejado en la ciudad; a lo largo de todos estos años, se ha visto reflejado"*.
[113] Idioma original: *"Sabemos que existen diferentes escalas burocráticas, políticas e institucionales, pero, desde el punto de vista de las poblaciones, funcionan en conjunto. Sin embargo,*

Adriana estava se referindo ao "Plano de Ação 2030: Agenda Urbana da Fronteira da Paz", uma iniciativa da Prefeitura de Santana do Livramento, que começou em 2017, com a colaboração da *Fundación Iberoamericana para el Desarrollo Sostenible* (Fiades). A Fiades elaborou um projeto para a candidatura de financiamento da União Europeia, que foi aprovado no final de 2019. Em 2020, foi assinado o Acordo de Cooperação com os parceiros do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, uma instituição galego-portuguesa pioneira na integração europeia, além da Prefeitura de Santana do Livramento.

De acordo com a plataforma de comunicação[114], o projeto tem como objetivo adotar uma estratégia de cidade integrada em Santana do Livramento e Rivera, envolvendo todos os setores da população e abrangendo todo o território urbano, visando um crescimento harmonioso e equilibrado. O plano é dividido em cinco eixos de atuação: política urbana, desenvolvimento econômico e emprego, ambiente sustentável, inclusão social e eficiência administrativa.

Desde 2022, a equipe responsável tem realizado grupos de trabalho em conjunto com técnicos da cidade de Rivera e promovido consultas públicas online para a elaboração do Plano de Ação, que foi divulgado em outubro de 2023 com o título "Plano de Ação da Fronteira da Paz: Uma Ambição para 2030 - 50 Iniciativas para uma Cidade de Dois Países". Dentre as 50 iniciativas apresentadas, destaco o Plano Diretor da Fronteira da Paz, a Transição Digital, a Mobilidade da Fronteira da Paz e o Plano de Gestão Integrada das Águas e dos Parques Naturais.

Para Adriana, esse projeto é muito positivo, pois representa um começo importante de diálogo para o planejamento das grandes linhas de ação, incluindo a previsão de fundos e recursos econômicos para alcançar esses objetivos. No entanto, ela destacou sua preocupação e o que considera essencial a ser feito:

> A minha única preocupação em relação a isso é que, ao longo do tempo, **o plano possa perder força**. O que me pareceria ser muito interessante seria **formalizar**, do ponto de vista jurídico, o que está sendo planejado nas duas cidades. Atualmente, temos um plano de desenvolvimento que está bem estruturado, com ampla participação, interinstitucional e de alcance nacional, mas ele não tem legitimidade, não está legislado. Isso significa que, no futuro, mesmo com o comprometimento das prefeituras, não sabemos o que pode acontecer. É importante que, no final das contas, isso seja

institucionalmente, fue prácticamente imposible, excepto en el último año, trabajar de forma colaborativa".

[114] Site disponível em: https://www.fronteiradapazsustentavel.com.br/projeto/. Acesso em: 10 de maio de 2024

levado para **uma fase mais institucionalizada, com um respaldo legal**[115] (Adriana Epifanio, 2023).

Retomando o tema polêmico sobre a legalização dos processos de integração, fica evidente que as opiniões de Palermo e Adriana são distintas, embora o foco de suas abordagens não seja necessariamente o mesmo. A preocupação de Palermo está na ideia de que tentar "formalizar" ou legalizar os fenômenos que ocorrem no território de fronteira pode resultar em uma certa homogeneização, o que poderia prejudicar a dinâmica fluida e o manejo que a diferença proporciona. Em outras palavras, ele teme que se perca a singularidade desse território ao tentar aplicar as regras de limite em uma fronteira. Vale destacar que o historiador se refere principalmente às questões sociais, culturais, econômicas e políticas.

Por outro lado, Adriana, sob uma perspectiva urbana, acredita que esses projetos de integração só terão sucesso se houver uma base legal que valide e garanta a execução das decisões conjuntas evitando, por exemplo, que todo o esforço se perca durante transições de governo.

Entendo que há questões nas quais a formalização da integração é de fato importante, como no caso da preservação ambiental, com a criação da Comissão Transfronteiriça do Aquífero Guaraní e das reservas ambientais. Porém, há outras áreas onde isso pode comprometer a diversidade urbana. Um exemplo disso é quando o Plano de Ação da Fronteira da Paz (2023) propõe a articulação para definir as dimensões viárias e a compatibilização dos passeios públicos. Ou seja, eles pretendem padronizar o desenho urbano, que atualmente possui um estilo construtivo próprio em cada lado. Essa compatibilização colocaria em risco a diversidade.

Acredito que a melhor alternativa, neste caso, seja a tentativa gradual. A paisagera é um território dinâmico e de constante experimentação, onde as ações e práticas devem ser primeiramente testadas e debatidas com a comunidade antes de serem efetivamente implementadas. Medidas arbitrárias não têm êxito nesse contexto, pois correm o risco de ser desviadas ou descontinuadas, dada a

[115] Idioma original: *"Mi única preocupación al respecto es que, con el tiempo, el plan pueda perder fuerza. Lo que me parecería muy interesante sería formalizar, desde el punto de vista jurídico, lo que se está planeando en las dos ciudades. Actualmente, tenemos un plan de desarrollo bien estructurado, con amplia participación, interinstitucional y de alcance nacional, pero no tiene legitimidad, no está legislado. Esto significa que, en el futuro, incluso con el compromiso de los gobiernos municipales, no sabemos qué podría pasar. Es importante que, al final, esto se lleve a una fase más institucionalizada, con respaldo legal".*

complexidade e a fluidez das relações e interesses presentes na fronteira. Como aconteceu com o Plano Diretor Conjunto de 1998.

Perguntei à arquiteta como funciona atualmente a rede de infraestrutura hidrossanitária e as políticas ambientais em Rivera. Adriana explicou que o último Plano de Ordenamento Territorial foi aprovado em 2010 e já incorporava a legislação ambiental. Explicou que "aqui, temos dois grandes recursos a proteger: as águas subterrâneas do Aquífero Guarani e as águas superficiais do Arroio *Cuñapirú* e sua bacia, que, por sua vez, é separada da bacia do Arroio Carolina, em Santana do Livramento"[116].

Adriana destacou que, do ponto de vista ambiental, as cidades-gêmeas compartilham apenas as águas subterrâneas do Aquífero Guaraní. As bacias hidrográficas, no entanto, são separadas pela *cuchilha*, que é a linha de interflúvio ou divisor de águas, funcionando como o limite entre as bacias hidrográficas e coincidente com a linha imaginária que divide os dois países.

Quanto ao tema da rede de saneamento, a arquiteta comentou que "no Uruguay, está sob a responsabilidade do governo nacional, e não do governo local"[117]. Exemplificou que, no caso de loteamentos com mais de 10 lotes ou outro tipo de fracionamento urbano, em que se exige a conexão com a rede de água potável, é necessária a aprovação da OSE (*Obras Sanitarias del Estado*), órgão público responsável pelo saneamento.

Em Rivera, o sistema de saneamento é separado: as águas pluviais escoam pelo *cordón de la vereda* (meio-fio/sarjeta), enquanto o esgoto é conduzido pelas ruas. Atualmente, entre 35% e 38% da zona urbana conta com cobertura de saneamento, mas um dos problemas recorrentes é que, mesmo quando há rede disponível na rua, algumas residências não realizam a conexão.

A cidade possui uma estação de tratamento de esgoto e, nas áreas onde a rede coletora não chega, o serviço é feito por *camiones barométricos* (caminhões auto vácuo), que recolhem os resíduos dos *pozos negros* (fossas sépticas). No entanto, Adriana lamentou que ainda existam pontos onde o esgoto é despejado diretamente no Arroio *Cuñapirú*. Apesar dos pedidos da Intendência para que a OSE solucione esses casos, nem sempre há resposta ou ação efetiva.

---

[116] Idioma original: *"Aquí tenemos dos grandes recursos a proteger: las aguas subterráneas del Acuífero Guaraní y las aguas superficiales del Arroyo Cuñapirú y su cuenca, que, a su vez, está separada de la cuenca del Arroyo Carolina, en Santana do Livramento"*.
[117] Idioma original: *"En Uruguay está regido por el gobierno nacional, no por el gobierno local"*.

Adriana ressaltou que a Intendência de Rivera é responsável apenas pela higiene, iluminação e trânsito, enquanto temas como saúde, educação e segurança são geridos pelo governo nacional. Apesar de ser a capital do departamento de Rivera, a cidade tem pouca autonomia política para a gestão desses serviços.

Por isso, destacou que comparar Rivera com Santana do Livramento é um erro, pois a cidade brasileira, além de contar com um orçamento mais enxuto, precisa administrar diretamente áreas como educação, saúde, segurança e infraestrutura urbana. Já em Rivera, o orçamento é maior e destinado exclusivamente à gestão urbanística.

Nesse momento expus a minha percepção positiva durante a caminhografia urbana, quanto a qualidade do desenho urbano e o cuidado na manutenção dos espaços públicos de Rivera. Adriana comentou que além da questão de gestão e economia tem a questão política, tanto partidária, quanto as políticas públicas.

> Rivera tem, há mais de 20 anos, o mesmo partido político, a mesma equipe política e também a mesma equipe técnica. Assim, **acumulamos um *know-how* de anos de experiência**, o que torna os processos mais fáceis do que em uma gestão que muda a cada quatro anos. O que tem ocorrido é **um crescimento por acumulação**, não é?[118] (Adriana Epifanio, 2023).

Para exemplificar o argumento da vantagem da continuidade política e da equipe técnica, citou o projeto do Parque *Cuñapirú*, que é uma obra de planejamento a longo prazo: "o parque é um projeto que está no plano de 2010, que, na verdade, vem de 2004, antes de eu entrar aqui, e foi um plano de requalificação do Parque *Cuñapirú* devido às inundações"[119].

Quando o projeto foi retomado em 2010, houve uma inversão privada do shopping Melancia, "que agora está fundido". No entanto, a Intendência conseguiu canalizar, por meio do planejamento urbano e com o financiamento nacional, a requalificação do entorno, adicionando calçadas, reconstruindo a ponte, implementando iluminação e transformando todo aquele vazio urbano no centro da cidade. "Por isso, eu digo que é como amalgamar um processo de longo prazo

[118] Idioma original: *"Rivera tiene, desde hace más de 20 años, el mismo partido político, el mismo equipo político y también el mismo equipo técnico. Así, hemos acumulado un know-how de años de experiencia, lo que hace que los procesos sean más fáciles que en una gestión que cambia cada cuatro años. Lo que ha ocurrido es un crecimiento por acumulación, ¿no?"*.
[119] Idioma original: *"El parque es un proyecto que está en el plan de 2010, que, en realidad, proviene de 2004, antes de que yo entrara aquí, y fue un plan de rectificación del Parque Cunha Piru debido a las inundaciones"*.

com projetos pontuais. Assim, quando você observa esse conjunto, claramente vê a evolução"[120] — completou Adriana.

Compartilhei a minha satisfação ao ver a construção do Parque em um local de grande relevância e conexão para a cidade. Também mencionei minha preocupação com a pressão imobiliária, temendo que a área fosse tomada por grandes condomínios e torres, o que poderia impactar negativamente a paisagem, especialmente por ser tão próxima ao rio, em uma área alagável. Realidade comum em muitas cidades brasileiras.

A partir desse meu comentário, Adriana tocou em um outro fator que se diferencia nas cidades de fronteira. Concordou que a área do parque é de grande interesse para diferentes atores, e que os técnicos, como de costume, já possuem um ferramental argumentativo para defender o projeto, pontuando os retornos positivos da valorização do lugar para ser um espaço livre público.

Porém, não foi necessário usar esses argumentos, porque não houve pressão imobiliária e por um motivo simples: "Porque a dinâmica dessa fronteira também faz com que o mercado imobiliário esteja mais voltado para Santana do Livramento do que para Rivera"[121]. Adriana revelou que os custos de material, mão de obra e impostos são bem menores em Santana do Livramento, "os custos por metro quadrado de construção são drasticamente diferentes"[122]. Logo, um atrativo para essa pressão imobiliária que fica sobrecarregada no lado brasileiro.

Adriana está ciente de que ambas as cidades sofrem com mudanças políticas e econômicas de forma radical. A cidade de Rivera possui um planejamento urbano consolidado e restritivo, que tenta conter a pressão imobiliária, mas o que realmente limita esse processo são as vantagens oferecidas do outro lado da linha imaginária. Por isso, essa questão é intrinsecamente ligada à dinâmica da fronteira, dada a proximidade e as diferenças com o outro país.

A arquiteta ainda afirmou que o Uruguay é um país caro, até mesmo em comparação com a Argentina. Embora a economia seja cíclica, há questões de tarifas e impostos que tornam o Brasil sempre mais barato. Isso afeta diversos fenômenos nas cidades de fronteira. Ela percebe um aumento no número de

[120] Idioma original: *"Por eso digo que es como amalgamar un proceso de largo plazo con proyectos puntuales. Entonces, cuando ves este conjunto, claramente ves la evolución"*.
[121] Idioma original: "*Porque la dinámica de esta frontera también hace que el mercado inmobiliario esté más orientado hacia Santana do Livramento que hacia Rivera"*.
[122] Idioma original: *"Los costos por metro cuadrado de construcción son abrumadoramente diferentes"*.

riverenses morando em Santana do Livramento, principalmente devido ao custo mais baixo do aluguel e da venda de imóveis. Além disso, a compra de automóveis é quase 50% mais barata no Brasil do que no Uruguay.

> As pessoas preferem viver em Santana do Livramento devido aos custos mais baixos de serviços, como energia, abastecimento e impostos, embora isso signifique níveis de infraestrutura urbana mais baixos. Em Rivera, há um nível superior de serviços e infraestrutura, como você viu, **mas muitas pessoas optam por viver gastando menos, do que ter esses serviços** (Adriana Epifanio, 2023).

Nessa fala em específico, acrescento que, na verdade, as pessoas optam por gastar menos, mas não perdem completamente o acesso aos serviços, pois continuam usufruindo do espaço público de Rivera. Muitas passam mais tempo na cidade uruguaia, seja trabalhando ou estudando, enquanto utilizam Santana do Livramento como uma "cidade dormitório".

Abro um pequeno parêntese para trazer o relato de Laienifer Vieira, moradora de Santana do Livramento, formada em Gestão Pública pela Unipampa e integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) da mesma universidade. Nosso encontro, junto com outras integrantes do grupo, também aconteceu de forma online, após minha viagem, mas algumas de suas falas reforçam esse argumento. Laienifer compartilhou que "quando a gente fala com os amigos para tomar um chimarrão na praça, ninguém está se referindo à praça de Livramento (risos), todo mundo está se referindo a alguma praça do Uruguay, como ver o pôr do sol da *Escalera*".

Ainda sobre esse assunto, Adriana mencionou outro exemplo relacionado com a saúde, tanto pública quanto privada. Muitos médicos riverenses atendem em Rivera, mas firmam contratos com serviços de exames de imagem – tais como ressonâncias e radiografias – em Santana do Livramento, por ser a opção mais próxima e facilitar o atendimento.

Esses são outros exemplos do que o historiador Palermo destacou sobre o manejo da fronteira: a possibilidade de morar em um local economicamente mais viável, sem abrir mão de usufruir dos espaços públicos de melhor qualidade do outro lado ou de acessar uma maior variedade de serviços, como na área da saúde. Afinal, a cidade do outro lado não é vista como um território estrangeiro, mas sim como uma extensão da própria cidade, quase como um bairro vizinho.

Já no final da conversa com a arquiteta, me interessei em saber sobre o que ela tem observado, nesses anos na Intendência de Rivera, sobre a expansão urbana e sobre a dinâmica de crescimento da cidade. Adriana respondeu com convicção: "Desde 2010, a área urbana de Rivera não cresceu, apenas se adensou e se densificou"[123].

Ela relatou que, quando começou a atuar na Intendência, muitas zonas periféricas já estavam fracionadas, vazias e sem qualquer infraestrutura ou serviços. Como solução, foi adotada uma política rigorosa de delimitação territorial, proibindo tanto a expansão dessas áreas quanto a subdivisão de novas chácaras, garantindo um crescimento mais controlado. A única exceção foi a zona da instalação do shopping Melancia, mas que é um crescimento específico de equipamento.

O fato de Rivera não ter expandido, mas se densificado é "resultado da política de ordenamento territorial de Rivera, algo que não acontece em outras cidades, nem mesmo em Livramento. Em Livramento, a mancha urbana se expandiu incrivelmente"[124], explicou Adriana. Ao conseguir controlar a expansão urbana, a Intedencia pode dar mais atenção a essas áreas periféricas e dotá-la dos serviços que eram inexistentes, por isso é possível perceber uma evolução mais sustentável da cidade.

O desafio do planejamento das duas cidades, de acordo com a arquiteta, é lidar com os grandes vazios urbanos causados pelo curso dos arroios e pela presença dos cerros. Em ambos os casos, há uma concentração urbana central, seguida pela dispersão de alguns "braços", resultado das restrições impostas pelo relevo e pela hidrologia.

Uma diferença na ocupação urbana é que, em Rivera, os cerros são amplamente ocupados. No Cerro Marconi, por exemplo, foi implantado um grande conjunto habitacional e construída a *Escalera*, enquanto no Cerro do Marco encontram-se a *Plaza del Marco* e o *Teatro de Verano*.

Já em Livramento, a maioria dos cerros permanece como espaços livres, com exceção do Cerro do Depósito, que desde a fundação da cidade já abrigava um

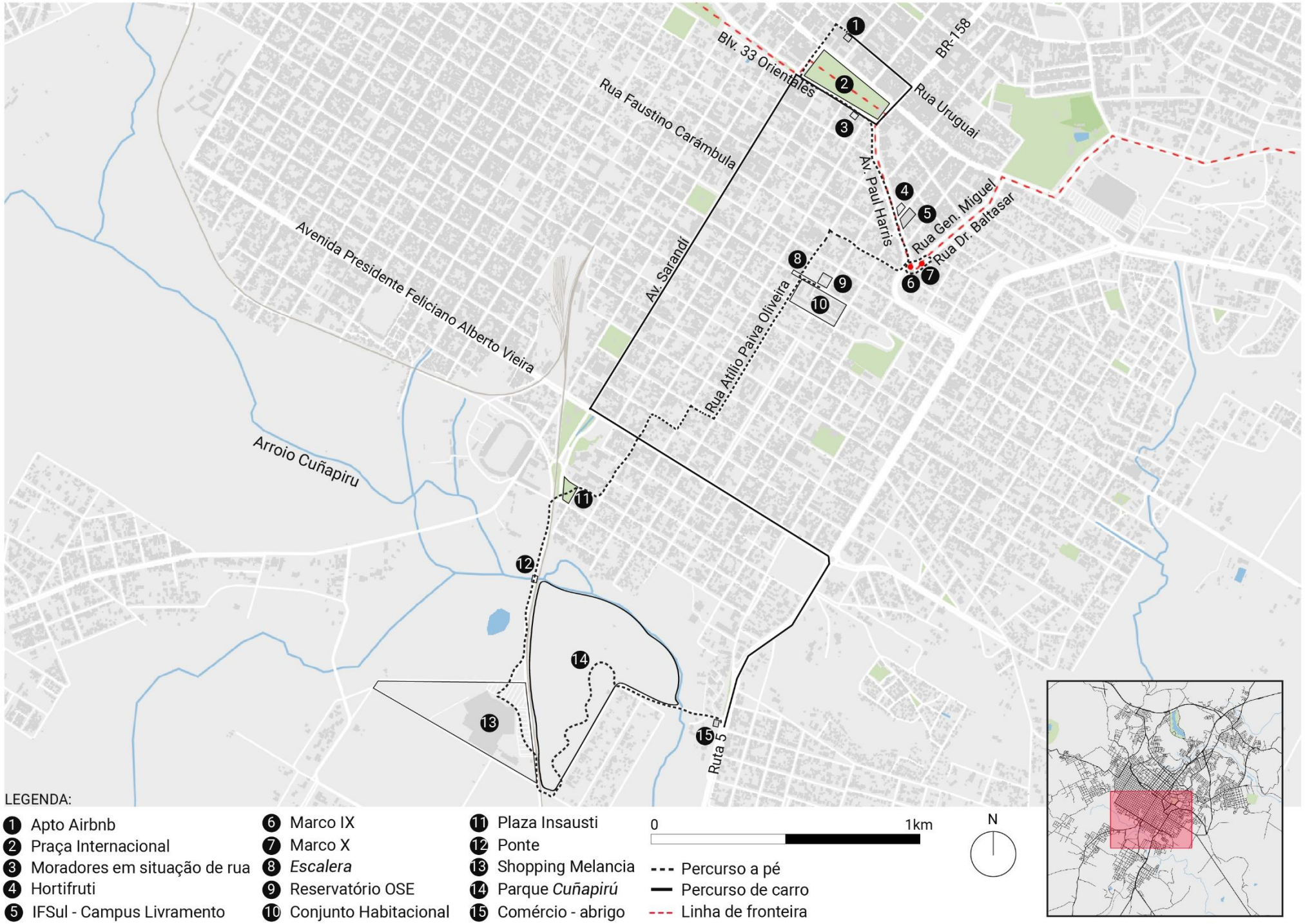
[123] Idioma original: *"Desde 2010, el área urbana de Rivera no ha crecido, solo se ha adensado y densificado"*.
[124] Idioma original: *"de la política de ordenamiento territorial de Rivera, algo que no ocurre en otras* ciudades, ni siquiera en Livramento. En Livramento, la mancha urbana se expandió increíblemente".

acampamento militar e hoje continua com essa função, sendo sede do 7º Regimento de Cavalaria.

Após conversarmos sobre diversos assuntos, agradeci a Adriana pela generosidade do diálogo e nos despedimos. Foi uma conversa muito enriquecedora, pois, como arquiteta diretamente envolvida nas transformações de Rivera, ela trouxe uma visão prática e objetiva sobre as dinâmicas da fronteira e seu impacto nas decisões projetuais, acompanhando de perto toda a fluidez fronteiriça.

No mapa da Figura 190, é possível acompanhar o trajeto desta caminhografia de domingo, tanto o percurso a pé quanto o retorno forçado pela chuva, de carro. No mapa de localização ao lado, observamos as cidades em formato de tentáculos, rodeadas e delimitadas pelos cursos hídricos e pelo relevo.

Figura 190 – Mapa do percurso em Rivera/UY | 03.12.2023



Fonte: Autora, 2023.

5.6 Efeitos da despedida

04 de dezembro de 2023 | segunda-feira

Como no último dia nas cidades-gêmeas, o tempo amanheceu chuvoso e com vento frio, organizamos as malas e fomos de táxi até a rodoviária de Santana do Livramento. O ônibus da empresa São João, com destino a Pelotas, partiu às 10h30, com previsão de duração da viagem entre 7 e 8 horas. O trajeto foi tranquilo, com paradas em algumas cidades gaúchas.

Um dos momentos mais marcantes da viagem foi a vistoria da Polícia Rodoviária Federal (PRF), que ocorreu cerca de uma hora após o início do trajeto. O ônibus foi parado no acostamento da BR-293, no meio da vastidão da planície do pampa. Três policiais subiram no ônibus e começaram a fazer perguntas aos passageiros (Figura 191). Quando chegaram até o nosso assento, o policial pediu nossas identidades e questionou de onde estávamos vindo e para onde iríamos. Ao constatar que somos de Minas Gerais, ele fez mais perguntas.

Figura 191 – A abordagem da Polícia Rodoviária Federal

Fonte: Autora, 2023.

O que me chamou a atenção nesse interrogatório foi que o policial olhava diretamente para mim, mas direcionava as perguntas apenas ao Raul. Só quando Raul explicou que eu estava fazendo uma pesquisa nas cidades-gêmeas, o policial se dirigiu a mim e quis saber mais detalhes. Ele parecia achar estranho que alguém fosse tão longe para fazer uma pesquisa de campo, então expliquei que havia morado por 11 anos em Pelotas, onde estudei e trabalhei, o que justificava o vínculo.

Depois de devolver nossas identidades, o policial questionou sobre as sacolas que havíamos guardado no bagageiro superior do ônibus. Confirmamos que eram nossas compras — queijos e *alfajores*. O policial abriu a sacola, conferiu os itens e retornou ao seu lugar. Agradeceu pelas respostas e passou a interrogar outros passageiros.

Enquanto isso, uma policial mulher conversava com um passageiro idoso que estava sentado mais à frente. Ela ficou algum tempo interrogando-o, até que os outros policiais se aproximaram dele. Pediram para que o senhor pegasse sua bagagem no bagageiro inferior para conferência. Ficamos apreensivos, esperando dentro do ônibus. Alguns minutos depois, o senhor voltou, os policiais se despediram e liberaram a continuidade da viagem.

Esse tipo de abordagem é comum nas regiões de fronteira, justamente por ser a porta de entrada e saída do país. No entanto, confesso que fiquei nervosa com tantas perguntas, mesmo sem ter nada a esconder. A forma de tratamento, o tom de voz, os olhares, e a exposição das armas na cintura criam um clima de tensão, algo difícil de ignorar. Porém, essa foi a única experiência mais intensa quanto a presença e controle policial e militar na fronteira.

Assim como registrei minhas reflexões sobre as cidades-gêmeas de fronteira molhada, aproveitei a viagem para escrever sobre o que mais me impactou nesse percurso pelas cidades-gêmeas de fronteira seca, concluindo assim o capítulo com as pistas da partida.

A escolha de qual cidade-gêmea visitar primeiro, a molhada ou a seca, ocorreu de forma quase automática, baseada na que era mais rápida de se alcançar. Assim, seguimos diretamente para Jaguarão e Rio Branco, sem considerar que essa ordem pudesse influenciar a pesquisa. Mas hoje, voltando para casa, percebo que sim: ao sair de uma fronteira molhada para uma seca, minha bagagem chegou ao segundo destino com um peso diferente.

O que quero dizer é que, em Santana do Livramento e Rivera, algumas características comuns a toda essa região fronteiriça já estavam, de certa forma, naturalizadas para mim. Tanto que, neste capítulo, a mescla linguística do portunhol, os pequenos contrabandos cotidianos e a presença dos *free shops* não foram tão mencionados. Como se eu já estivesse sido contaminada por essas práticas e fenômenos e, agora, minha atenção se voltasse a outras camadas.

O primeiro impacto foi o processo de travessia, que, na verdade, parecia inexistente, principalmente se comparado à experiência diária de cruzar a ponte sobre o Rio Jaguarão. Na fronteira seca, a travessia pode passar despercebida até mesmo para turistas, pois seu simbolismo está apenas em pequenos detalhes, como os *mojones*.

Ainda assim, insisti em atravessar a linha imaginária. Caminhei mais devagar, colecionei os marcos, passei mais tempo na Praça Internacional e prestei atenção aos pequenos detalhes de ambos os lados, tentando compreender a sensação de estar nesse espaço limítrofe. Mas apesar desse esforço, cheguei à mesma conclusão de muitos fronteiriços: cruzar essa fronteira seca é como atravessar uma rua qualquer.

O encanto comum aos visitantes de primeira viagem, que costumam tirar fotos com um pé em cada país, não acontece em Santana do Livramento e Rivera. Isso se deve à forte integração entre as duas cidades e ao fato de que os marcos e rituais de passagem são quase imperceptíveis. Por exemplo, não há elementos tradicionais de controle, como guardas, guaritas ou conferência de documentos. E, a escala urbana também contribui para essa sensação — no centro, os prédios altos, a intensa movimentação comercial e a grande praça diluem os poucos signos de fronteira como os marcos e bandeiras; na periferia, a vastidão do pampa só reforça a continuidade da paisagem.

Claro que, ao sair do centro em direção às bordas, as diferenças construtivas e culturais se tornam mais evidentes. No entanto, ao longo da linha imaginária, o hibridismo — ou "amálgama", como definiu a artista — resulta em uma paisagem comum. O espaço por onde passa essa linha é, na verdade, um espaço livre público, que abriga ruas, canteiros, praças e cerros utilizados para diferentes fins: permanência, passagem, comércio informal e contrabando. Assim, percebo que a sensação de travessia não ocorre exatamente na linha imaginária, mas um pouco além dela, quando, ao avançar algumas quadras para dentro de cada cidade, se percebe, de fato, que se está em outro país. Na fronteira seca, a travessia se revela para além da linha política internacional, embora seja preciso cruzá-la para absorver suas nuances.

Esta experiência caminhográfica e as conversas com os moradores revelaram que, no cotidiano, toda a complexidade dessas cidades se manifesta de forma mais simples. Para os moradores, a maior vantagem da vida na fronteira é a

flexibilidade que ela proporciona: poder usar duas moedas no dia a dia, aproveitar melhores preços nas compras, mudar de lado conforme o custo do aluguel, ter o dobro de oportunidades de emprego, assistência médica e educação, além de desfrutar dos espaços e eventos públicos de ambos os países.

No entanto, essa realidade não alcança a todos. A desigualdade econômica e social é marcante dos dois lados, e, como em qualquer cidade latino-americana, a inclusão dessa população depende de políticas públicas eficazes. A fronteira, por sua própria natureza, oferece possibilidades para isso, mas exige vontade política e engajamento para que essas oportunidades se concretizem.

Através da multiescalaridade, ficou evidente que a faixa de fronteira não possui limites fixos — é uma mancha fluida e indefinida. Sua influência se estende a outras cidades do interior, como Melo e Pelotas, seja por meio da mescla linguística, seja pelo impacto do trabalho informal. Já na zona rural dessas cidades-gêmeas, encontramos contrastes surpreendentes, como túmulos junto aos marcos da fronteira e vila feita de lata.

A transformação urbana dessas cidades é impulsionada por diversos agentes, humanos e não-humanos, que continuamente abrem e fecham "caixas-pretas" — ou seja, resolvem alguns conflitos e estabilizam certas decisões, como no caso da Praça Internacional, enquanto outros impasses, como a criação de um Plano Diretor conjunto, permanecem sem consenso por anos. Nesse cenário, a vida na fronteira se constrói e se reconstrói diariamente, contornando legislações, firmando acordos locais e, acima de tudo, reconhecendo e valorizando as diferenças, uma vez que são elas que garantem esse manejo fronteiriço.

6. SAÍDA PELO MEIO: RELATO SITUADO

O capítulo de saída desta tese foi o último a ser escrito — e, sem dúvida, o mais adiado. Não por uma exigência de sequência entre início, meio e fim, pois, desde o princípio, sinalizei que esta tese pode ser lida a partir de qualquer ponto, sempre no meio das coisas. Foi o último porque colocar um ponto final, encerrar, sempre me trouxe certo desconforto nos processos de pesquisa. Ainda que eu saiba que o ponto final não represente necessariamente um término, um fim definitivo ou um fechamento absoluto — é, antes, uma entrega, talvez até uma abertura para novas aventuras.

Mesmo consciente disso, o ponto final carrega, para mim, um peso simbólico, despertando uma tentativa quase incontrolável de escapar de seus efeitos. Por isso, desejo que a "Saída pelo meio", como nomeio o capítulo, seja um apanhado, uma síntese deste processo de imersão na paisagera. Um relato situado e datado do que, até aqui, me atravessou, contaminou e capturou pela potência e pulsão dos encontros com humanos, não-humanos e mais-que-humanos.

Neste relato, retomo os questionamentos e objetivos iniciais, apresentando tanto o que foi alcançado quanto o que continuou em suspenso. Compartilho as surpresas das descobertas, as reflexões controversas e o desapontamento diante do que não pôde ser incluído — seja pelo que precisou ser abandonado, seja pelo que se mostrou inacessível. Descrevo o percurso imaginado, os desvios, as afirmações e as dúvidas que ainda permanecem latentes. Falo sobre a conquista de abrir algumas caixas-pretas e também da frustração diante daquelas que permaneceram fechadas no momento da pesquisa.

A inquietação que moveu esta tese desdobra-se na seguinte questão: Como as transformações da paisagem nas cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Uruguay, juntamente com as narrativas dos diferentes agentes, evidenciam e testemunham os conflitos e controvérsias, e quais são os seus efeitos na gestão, no planejamento e nas dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais desses territórios binacionais? A partir dessa pergunta, o foco da pesquisa voltou-se para a cartografia dos efeitos, afetos e narrativas dessas transformações, considerando a complexidade das decisões projetuais, arquitetônicas, urbanísticas, políticas e das práticas cotidianas experienciadas ao longo do tempo por ambos os países.

O interesse pela transformação da paisagem surgiu tanto do meu distanciamento, enquanto pesquisadora, em relação ao território de fronteira, após

a imersão na pesquisa de mestrado, em 2018, quanto da aproximação com as discussões do Grupo de Pesquisa ProLUGAR+SEL RJ, em 2021. Esse interesse foi ainda intensificado pelos impactos da pandemia de Covid-19, especialmente entre os anos de 2020 a 2022, e pelas enchentes no Rio Grande do Sul, recorrentes desde 2020 e particularmente severas em 2024.

Dessa forma, nasceu a curiosidade de compreender como as cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Uruguay estavam reagindo e lidando com esses e outros fenômenos contemporâneos, e de que forma a morfologia das transformações — mesmo em um período curto de cinco anos — poderia oferecer pistas sobre os processos geradores e modificadores das formas, além de revelar os conflitos e controvérsias inerentes a essa paisagem tão complexa e diversificada.

O distanciamento e, posteriormente, o reencontro com essas cidades-gêmeas em 2023 foram processos muito interessantes. Não apenas percebi o que mudou ou permaneceu durante esse período, contudo, mais importante, consegui me aproximar das motivações e interesses por trás dessas alterações, revelando outras camadas e processos reflexivos.

Durante meu percurso de doutoramento, seja nas disciplinas, na participação em eventos e congressos, ou nos encontros semanais do Ciclo de Debates do Grupo ProLUGAR+SEL RJ, diversas provocações e questionamentos começaram a surgir. A contaminação tríade das leituras e discussões sobre os Estudos Decoloniais, a Teoria Ator-Rede e a Morfologia das Transformações da Paisagem em um processo de mestiçagem orientaram a formulação da paisagera, termo que carrega a importância de romper com a hegemonia dos estudos eurocêntricos na apreensão das paisagens de fronteira. A partir disso, surgiram questionamentos mais específicos, a saber: (1) Quais são as características e singularidades que compõem a paisagera, a partir de uma abordagem decolonial? (2) Quais são as principais transformações ocorridas na morfologia da paisagem de fronteira Brasil-Uruguay nos últimos cinco anos? e (3) Quem são os atores-redes envolvidos nesses processos de transformação e como participam das controvérsias e conflitos na paisagera?

A seguir, apresento a síntese do envolvimento dessas discussões em cada um desses pontos, articuladas aos objetivos específicos:

(a) entender a paisagera a partir de uma abordagem decolonial, em diálogo com o campo da arquitetura e do urbanismo;

Esse objetivo foi alcançado de forma consistente. A abordagem paisagera, desenvolvida nesta pesquisa, consolidou-se como um modo decolonial de apreender a paisagem de fronteira sul-americana, rompendo com perspectivas eurocêntricas e valorizando uma epistemologia sensível, que integra dimensões materiais e simbólicas dos territórios. Como dispositivo crítico, a paisagera evidencia as camadas mestiças, controversas e resistentes inscritas nas fronteiras.

Seu surgimento preenche uma lacuna importante: o entendimento das paisagens fronteiriças sul-americanas, ainda pouco explorado nos estudos de *borderscapes*, tradicionalmente voltados a contextos europeus e norte-americanos. Nesse sentido, o aporte dos estudos decoloniais foi fundamental para a compreensão da linha de fronteira como um artefato colonial e da zona fronteiriça como um espaço vivo, mestiço, borrado e atravessado por disputas e negociações.

O processo de construção da paisagera, além de seguir um caminho decolonial, articulou uma rede de colaborações entre diversos campos do saber sobre paisagem e fronteira, reunindo autoras e autores predominantemente sul-americanos. A paisagem, no âmbito da paisagera, refere-se a uma construção dinâmica, moldada por múltiplos agentes humanos, não-humanos e mais-que-humanos, marcada pela interação entre tempo, espaço e memória coletiva, refletindo disputas de narrativas, resistências e contínuas transformações. Na paisagera, a fronteira é o resultado de processos atravessados pela violência e pela dor, mas que também se revela como um espaço de possibilidades, acolhimento e cooperação. Isso se dá porque a precariedade impõe a necessidade de alianças para a sobrevivência: se, na visão do colonizador, o outro é um inimigo, para o fronteiriço ele é parte de si.

Ainda articulada com temas centrais da arquitetura e do urbanismo — como morfologia, planejamento urbano, gestão de espaços públicos e dinâmicas territoriais —, a paisagera reafirma a importância de abordagens que considerem a complexidade e a singularidade dos territórios de fronteira. Ao integrar práticas cotidianas, saberes situados e a agência de múltiplos agentes, ela se consolida como uma potente ferramenta teórico-metodológica para a leitura e intervenção nesses lugares. Assim, a construção da paisagera não apenas cumpriu o objetivo

de possibilitar um entendimento decolonial da paisagem de fronteira, como também abriu caminhos para outras formas de pensar e agir no campo da arquitetura e do urbanismo, enraizadas na potência crítica do Sul Global.

As principais características da paisagera identificadas nessa pesquisa incluem: (1) Linha-limite controversa: a linha de fronteira é simultaneamente barreira e zona de atração, um artefato colonial transformado em campo de disputa simbólica e material; (2) Espessura-fronteira contaminada: trata-se de uma zona fluida, híbrida e borrada marcada por sociabilidades e mestiçagens culturais que desafiam binarismos coloniais; (3) Precariedade como colaboração: as violências estruturais geram modos adaptativos de sobrevivência e redes colaborativas no território fronteiriço; (4) Pedagogia dos saberes situados: rompe com a hierarquia do conhecimento, valorizando epistemologias populares, mestiças e corporificadas nos territórios; (5) Agência dos não-humanos: reconhece rios, pontes, animais, vegetações e objetos como agentes que moldam o território junto aos humanos; (6) Paisagem conformada por palimpsestos histórico-culturais: a paisagem é um arquivo dinâmico, que acumula, apaga e reinscreve camadas históricas; (7) Arquiteturas e rituais de travessia: atravessar é uma experiência subjetiva, marcada por práticas e símbolos que reforçam ou desafiam limites; e (8) Laboratório urbano: o espaço fronteiriço desafia planejamentos rígidos, favorecendo práticas flexíveis, participativas e situadas.

Portanto, a paisagera é processual, aberta e em constante movimento, exprimindo um ato de desobediência epistêmica frente às categorias tradicionais de apreensão de fronteiras.

Sua principal limitação reside no fato de que ainda carece de experimentações e verificações em outros contextos fronteiriços sul-americanos, permanecendo como uma proposição inaugural e aberta a desdobramentos futuros.

(b) cartografar as transformações da paisagera nos últimos cinco anos (2018-2023) através da leitura morfológica e das experiências de campo na fronteira Brasil-Uruguay;

Esse objetivo foi em grande parte alcançado, especialmente no que tange à identificação de padrões de transformação — adição, consolidação e sobreposição — nas cidades-gêmeas de Jaguarão-Rio Branco e Santana do Livramento-Rivera. A

leitura morfológica revelou como decisões políticas, dinâmicas sociais e práticas cotidianas se materializam nas formas urbanas, e como o "manejo fronteiriço" influencia sobremaneira nesses processos.

As transformações morfológicas urbanas em Santana do Livramento e Rivera resultam da atuação entrelaçada de agentes — humanos e não-humanos — públicos, privados e comunitários, em um território atravessado pela dinâmica transfronteiriça. Em Santana Livramento (Brasil), a ausência de um planejamento urbano consistente, combinada com a dinâmica imobiliária e com a fragilidade da legislação urbanística, favoreceu tanto a verticalização desordenada, sobretudo nas áreas centrais, como as expansões periféricas marcada por ocupações informais. Por sua vez, Rivera (Uruguay) consolidou uma trajetória distinta, impulsionada pela atuação contínua de técnicos comprometidos com a gestão pública e pelo investimento em espaços públicos de lazer e proteção ambiental. A dinâmica econômica e social entre as duas cidades, mediada por diferenças de custos, taxações e legislações nacionais, contribui para a morfologia híbrida da fronteira: enquanto Livramento se verticaliza para atender a uma demanda habitacional crescente, Rivera se fortalece como polo de serviços urbanos públicos. Essa configuração evidencia que o adensamento e a conformação urbana nas cidades-gêmeas não podem ser compreendidos de maneira isolada, mas como resultado de uma complexa rede de interesses, estratégias e carências compartilhadas, exigindo abordagens de planejamento que reconheçam a singularidade e as tensões próprias da condição fronteiriça.

As transformações morfológicas urbanas em Jaguarão (Brasil) e Rio Branco (Uruguay) também revelam dinâmicas urbanas distintas, moldadas pelas capacidades institucionais e prioridades locais. Em Jaguarão, o adensamento ocorre de forma mais ordenada, concentrado no preenchimento de vazios urbanos em áreas já infraestruturadas e orientado por políticas de preservação do patrimônio histórico, que limitam intervenções mais impactantes no centro. Já em Rio Branco, predomina um crescimento periférico desordenado, impulsionado pela expansão espontânea de bairros populares e pela abertura de novas vias sem planejamento consolidado, reflexo da recente municipalização ainda sem respaldo de uma legislação urbanística robusta. Apesar disso, ambos os lados demonstram avanços pontuais na qualificação dos espaços livres públicos.

As transformações urbanas nas cidades-gêmeas de fronteira seca e molhada revelam dinâmicas singulares moldadas pelas capacidades institucionais, contextos políticos e sócio culturais e por modelos de gestão locais — e não pela soberania nacional. A cartografia paisagera e a análise morfológica urbana reforçam a compreensão de que a paisagera é resultado de processos complexos e multiescalares, tensionados por diferentes agentes humanos e não-humanos, e aponta a impossibilidade de generalizações em um território de realidades contrastantes, ainda que vizinhas.

No entanto, alguns aspectos — como os efeitos das mudanças no uso do solo em áreas rurais, a implantação dos *free shops* no lado brasileiro e as possíveis dinâmicas de gentrificação após a revitalização dos espaços públicos centrais — puderam apenas ser tangenciados, em razão das limitações do recorte da pesquisa. Optou-se por realizar um panorama das principais transformações, conectando os agentes de influência, sem se deter em quantificar ou mapear sistematicamente todas as mudanças ocorridas. Assim, foi possível captar os elementos geradores das transformações, articulando-os também às condições geo-biofísicas, de forte impacto no território, embora sem aprofundar a análise em cada um desses pontos. Essa escolha permitiu uma visão geral do processo de transformação urbana, ainda que, por outro lado, tenha implicado em menor consistência na abordagem de questões mais específicas, mas que dão margem para estudos futuros.

(c) registrar os agentes (atores-redes) envolvidos no processo de transformação da paisagem, experienciados pelas cidades-gêmeas Brasil-Uruguay.

Este objetivo foi alcançado dentro de suas limitações. Com base na abordagem da Teoria Ator-Rede e seu desdobramento prático, a Cartografia de Controvérsias, tanto Bruno Latour quanto Tommaso Venturini destacam a impossibilidade de abarcar a totalidade dos agentes que compõem a rede, dada a performatividade dos fenômenos. No entanto, defendem a viabilidade de seguir os rastros desses agentes à medida que se tornam relevantes — o que justifica a abertura das caixas-pretas e dos apontamentos nos quadros azuis dos Apêndices A a S, sempre que determinado tema ganhava destaque, seja durante as caminhadas pelas cidades, seja nas conversas com as/os moradoras/es da fronteira.

Ou seja, boas cartografias não precisam ser completas, mas devem ser úteis, visíveis, instigantes e eticamente comprometidas com a complexidade, sem a pretensão de esgotar o assunto.

A proposta desses autores e o compromisso assumido nesta pesquisa, foi acompanhar e registrar/cartografar as controvérsias paisageiras dentro do recorte espacial e temporal em que se desenvolveram, mantendo uma postura de escuta ativa e atenção às conexões e mediações reveladas pelos próprios agentes.

Assim foi possível rastrear e dar visibilidade a uma diversidade de agentes — públicos, privados, comunitários, humanos e não-humanos — que operam na transformação da paisagem, como por exemplo: a atuação dos governos locais, comerciantes fronteiriços, rios e linhas de drenagem, cerros, quileiros, espaços livres, artistas, arquitetas e arquitetos, movimentos culturais e as próprias condições ambientais como forças de mudança.

No decorrer da pesquisa, especialmente após a experiência *in loco*, foram identificadas sete controvérsias principais, que revelam a complexidade, as tensões e as potencialidades do território fronteiriço entre Brasil e Uruguay. Essas controvérsias evidenciam disputas simbólicas, jurídicas e cotidianas que constituem a própria materialidade e subjetividade da fronteira. São elas:

1ª controvérsia — memória coletiva e disputas simbólicas: envolve disputas em torno da memória e dos símbolos públicos. A presença de monumentos, a nomeação de ruas e praças e a temática de casas de cultura — como o exemplo da Casa de Davi Canabarro em Santana do Livramento — que homenageiam figuras militares, escravocratas ou vinculadas à colonização eurocêntrica, suscita debates sobre os critérios de representatividade no espaço urbano. Tais disputas evidenciam a urgência de uma pedagogia decolonial, capaz de questionar as referências hegemônicas e promover a valorização de vozes historicamente silenciadas. Em Jaguarão, iniciativas como as atividades do Clube Social Negro 24 de Agosto e a divulgação de narrativas minorizadas — como no minidocumentário "Teresa das Galinhas" — ilustram essa reconfiguração simbólica, demonstrando como ações nascidas da margem estão vivas e reivindicam legitimamente seu lugar. Nesse sentido, os projetos urbanos e arquitetônicos são convocados a incorporar práticas híbridas e situadas, capazes de refletir as múltiplas camadas de pertencimento e memória da população local.

2ª controvérsia — segregação e cooperação na dinâmica fronteiriça: diz respeito à coexistência de dinâmicas antagônicas de segregação e cooperação. Embora a região seja marcada por práticas de exclusão, estigmatização e políticas de controle, também se constitui como espaço de trocas culturais, solidariedade e convivência. A apreensão das experiências cotidianas com os agentes humanos e não-humanos evidencia a emergência de relações de complementaridade, afetividade e interdependência, revelando a necessidade de abordagens que partam das narrativas locais e dos arranjos sociais vivenciados na fronteira.

3ª controvérsia — A fronteira como espaço de diversidade e negociação contínua: por fim, a sétima controvérsia propõe um deslocamento epistemológico no modo de apreender a paisagera. Trata-se de abandonar o olhar hegemônico e adotar uma perspectiva situada, "de dentro para fora" — como indicou o historiador Palermo. A singularidade da fronteira reside justamente na convivência de múltiplas línguas, moedas, culturas e modos de vida. A tentativa de homogeneização não é uma opção desejada. Conforme argumenta Nego Bispo, a confluência entre diferentes não elimina as diversidades, mas as fortalece. Na fronteira, os conflitos não são necessariamente resolvidos, mas manejados no cotidiano. É nesse manejo que se constrói uma territorialidade afetiva, adaptável e profundamente diversa.

4ª controvérsia — documento fronteiriço e identificações híbridas: questiona a efetividade do Documento de Fronteiriço, especialmente diante da pluralidade identitária dos moradores que frequentemente possuem direitos civis em ambos os países. Em vez de ampliar a noção de pertencimento, o documento muitas vezes atua como um mecanismo de limitação, na medida em que tenta institucionalizar uma identificação que escapa aos parâmetros estatais convencionais. As práticas culturais fronteiriças revelam-se, assim, como formas de resistência à normatividade e de afirmação de uma territorialidade multidentitária.

5ª controvérsia — o paradoxo do limite de fronteira: aborda a fragilidade do poder jurídico e normativo frente à complexidade da vida fronteiriça. A imposição de limites político-administrativos não é capaz de conter a dinamicidade do território, marcada por negociações constantes, transgressões e reinvenções cotidianas. A não efetivação do Plano Diretor Integrado em Santana do Livramento é um exemplo emblemático da dificuldade do poder central em operacionalizar políticas que respeitem as especificidades locais. Nesse contexto, o que escapa à

norma muitas vezes se converte em regra prática, demonstrando que a fronteira resiste a tentativas de encaixe e controle institucional rígidos.

6ª controvérsia — controle estatal, contrabando e naturalização de ilegalidades: refere-se à tensão entre o controle estatal e as práticas informais, exemplificada de forma mais detalhada pela comercialização do gás de cozinha, mas que também foi comentada nas plantações de melancias/*sandías*, nos cambistas que trocam as moedas na linha de fronteira, entre outros. A fronteira, mesmo diante de mecanismos institucionais de fiscalização, mantém-se porosa e fluida, abrigando tanto práticas culturais de intercâmbio quanto dinâmicas consideradas ilegais, como o contrabando e o descaminho. Essa ambiguidade é frequentemente utilizada como justificativa para o fortalecimento de políticas de segurança pública, em detrimento de políticas sociais mais efetivas e sensíveis às especificidades territoriais.

7ª controvérsia — burocracias e práticas subversivas na fronteira: referem-se aos entraves burocráticos que dificultam a implementação de projetos integradores entre as cidades-gêmeas. A rigidez das legislações nacionais e internacionais, aliada à ausência de articulação entre os planejamentos urbanos, resulta em intervenções isoladas e de caráter emergencial. Paradoxalmente, essa rigidez normativa impulsiona práticas criativas e subversivas no cotidiano, nas quais agentes locais reinventam os usos do espaço urbano por meio de soluções que desobedecem às normas formais. Trata-se de uma potência decolonial que emerge da própria limitação institucional.

Em síntese, as controvérsias aqui apresentadas não são compreendidas como obstáculos a serem resolvidos, ou encerrados em "caixas-pretas", mas como expressões vivas da complexidade fronteiriça, rastros que desafiam os discursos hegemônicos e convocam a construção de políticas públicas mais sensíveis, plurais e situadas.

Agentes não-humanos, como rios, cerros, pontes, vegetação (tanto a nativa do pampa quanto a exótica, como o eucalipto), animais (especialmente pássaros, cachorros e cavalos), a legislação (local, nacional e internacional), os acordos (formais e informais), a variação climática (secas e inundações), as edificações (com destaque para a Casa do Rio, a verticalização em Santana do Livramento e o patrimônio histórico de Jaguarão) e os espaços livres públicos (ruas, praças e

parques) figuram entre os principais atores-rede envolvidos nas controvérsias que compõem os processos de transformação da paisagera.

Já os agentes humanos rastreados incluem tanto aqueles com os quais interagi diretamente, quanto os observados ou mencionados por sua atuação profissional, política ou cultural. A rede de conversas, construída a partir das entrevistas de manejo cartográfico, reúne as narrativas do professor Eduardo Rocha e do pesquisador Pierre dos Santos, em Pelotas; em Jaguarão–Rio Branco, da bibliotecária Taís Amorin; da família Passos (Jorge, Ana Júlia, Santiago e Aurora) que me acolheu na Casa do Rio; das arquitetas Letícia Kwecko e Adriana Braga; do construtor Daniel Pereira e de Neir Madruga, o presidente do Clube 24 de Agosto. Em Melo, a escuta incluiu a muralista Karen Antunez; e, em Santana do Livramento e Rivera, a artista e agente territorial de cultura Bárbara Larruscahim; o arquiteto e diretor de cultura Tati Bayo; o historiador Eduardo Palermo; a arquiteta Adriana Epifânio; e as estudantes e pesquisadoras do grupo NEABI da Unipampa.

Foram mencionados os gestores municipais de cada cidade, assim como presidentes e outros ocupantes de cargos políticos de ambas as soberanias, além de técnicos e funcionários públicos, lideranças comunitárias, empresários proprietários de *free shops*, agentes do mercado imobiliário, grandes fazendeiros, lideranças e comunidades dos assentamentos rurais, guardas aduaneiros, policiais federais, militares, moradores das periferias, imigrantes, turistas, comerciantes formais e informais, ciganos, entre outros.

Mesmo com a aproximação e o rastreamento de todos esses agentes, reconheço que algumas redes mais complexas — como os circuitos econômicos transnacionais e as articulações diplomáticas em escala mais ampla — permaneceram como caixas-pretas apenas parcialmente abertas, exigindo investigações mais aprofundadas. Além disso, não foi possível realizar entrevistas com um número maior de lideranças comunitárias, militantes, moradores das periferias e outras minorias, como os povos indígenas. Ainda que componham de forma indiscutível a rede de agentes transformadores, esses não puderam ser contemplados com a devida integralidade, em razão das limitações da pesquisa em função de dispositivos materiais, humanos e mais-que-humanos, tempo, recortes e articulação local.

Contudo, a travessia realizada nesta pesquisa revela que, na fronteira Brasil-Uruguay, a paisagera não é apenas um pano de fundo das relações sociais, mas um

campo ativo de disputas, invenções e resistências. A construção da paisagera como uma lente decolonial inaugura possibilidades para outras leituras urbanas.

As transformações morfológicas observadas nas cidades-gêmeas permitem afirmar que, mesmo em tempos recentes, a paisagem fronteiriça continua a se reconfigurar, ora reforçando desigualdades, ora tensionando limites políticos e simbólicos, enquanto o rastreamento dos atores-rede evidenciou práticas locais e revelou a densidade das redes que operam na produção territorial da fronteira.

Nesse processo, os agentes não-humanos — muitas vezes esquecidos ou inviabilizados nas discussões urbanas — reafirmaram seu protagonismo. Elementos como os rios, cerros, animais e vegetação não apenas compõem a paisagem, mas interferem diretamente nas formas de viver, ocupar e transformar a paisagem. A própria ideia de que "o rio une e a ponte separa" (mencionada por alguns moradores fronteiriços), que à primeira vista pode soar paradoxal, revela a afetividade dos fronteiriços com os elementos naturais, e como esses vínculos simbólicos e materiais influenciam as relações de pertencimento. A ponte, enquanto marco da engenharia e da conexão física, muitas vezes carrega também o peso do controle, da vigilância e da separação, enquanto o rio, com sua fluidez e indeterminação, é percebido como elo vivo entre margens, culturas e modos de vida.

Assim, a escrita desta tese oferece um meio de partida: reconhece a incompletude de suas respostas, ao mesmo tempo em que abre trilhas para investigações futuras sobre paisagens mestiças, redes de conflitos e práticas de reexistência. Em meio às incertezas e às descobertas, permanece o convite para habitar, com curiosidade e cuidado, as dobras e as travessias da paisagera. A exemplo do que acontece conosco, a paisagera permanece em constante reinvenção — aberta às brechas, às surpresas e às múltiplas formas de coexistir no meio.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil** – Potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ABUD, Marcelo (ed.). **O que é contracolonial e qual a diferença em relação ao pensamento decolonial?** Disponível em: https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/podcasts/o-que-e-contra-colonial-e-qual-a-diferenca-em-relacao-ao-pensamento-decolonial/. Acesso em: 26 jul. 2024.

ADOTEY, Edem. An imaginary line? Decolonisation, bordering and borderscapes on the Ghana–Togo border, **Third World Quarterly**, v. 42, n. 5, p. 1069-1086, 2021.

AGUIAR, Julia Saldanha. **Uso da terra, técnica e territorialidade**: os assentamentos de Santana do Livramento, RS. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

AGUIAR, Julia Saldanha; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Reforma Agrária em Santana do Livramento/RS: Uma abordagem através dos Sistemas Agrários. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 5, n. 10, p. 226-258, ago. 2010.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso; OLIVEIRA, Fernanda. A comunidade negra na fronteira entre Brasil e Uruguai: uma análise sobre o pós-abolição por meio dos clubes negros de Jaguarão e Melo em meados do século XX. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 25, n. 3, p. 503-517, 2021.

ALEJO, Jorge Aicardi. **Río Branco, 1792-1992**: un enfoque histórico y su realidad actual de cara al año 2000. Río Branco: Junta Local Autónoma Electiva de Rio Branco, 1992.

ALMEIDA, Rubim; ANTUNES, Sara C. Diversidade Vegetal do Polo 3 da UPorto: Herbáceas, **Rev. Ciência Elem**., v. 7, n. 1, 2019.

AMERIKANER, M., SCHAUBLE, P., & ZILLER, R. C. Images: The use of photographs in personal counseling. **Personnel and Guidance Journal**, v. 59, p. 68-73, 1980.

ANA-AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. **Água e Desenvolvimento Sustentável Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços do Brasil**. Brasília, 2013. Disponível em: http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2013/pjc/imagens/noticias/publicacao_agua_sae.pdf. Acesso em: 12 de set. de 2021.

ANGOTTI, Fabíola Belinger. **Porto Maravilha em ação:** qualidade do lugar na Zona Portuária do Rio de Janeiro. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ANTÚNEZ, Karen Margareth Rodríguez. **Cocina casera ancestral**. Mujeres afrodescendientes de Cerro Largo, Intendencia Departamental de Cerro Largo, Fondo de Población de las Naciones Unidas, Melo, 2023.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera**: La nueva mestiza. Trad. de Carmen Valle Simón, Madrid: Capitán Swing, 2016.

ARECES, Nidia R. Regiones y fronteras apuntes desde la historia. **Andes. Antropologia e Historia**, nº 10, CEPIHA, Salta, p. 19-31, 1999.

AROCENA, Felipe. Desde América Latina hacia Sudamérica. In: MALLMANN, Maria Izabel; MARQUES, Teresa Cristina Schneider (orgs). **Fronteiras e relações Brasil-Uruguai.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

ASEFF, Liane Chipollino. **Memórias Boêmias**: Histórias de uma cidade de fronteira. 2006. 198f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BALTAZAR, Ana Paula. Não existe arquitetura decolonial porque não existe ensino de arquitetura decolonial porque não existe arquitetura decolonial. **Redobra**, v. 6, n. 15, p. 121-136, 2020.

BANHAM, R. A black box: the secret profession of architecture. In: BANHAM, R. **A critic writes:** essays by Reyner Banham. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1999. p. 292–299.

BARRERO, Joaquín Molano. Arqueología del paisaje. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, Bogotá, v. 5, n. 2, p. 1-10, 1995. Disponível em: https://revistas.unal.edu.co/index.php/rcg/article/view/70762. Acesso em: 19 mar. 2024.

BAUMBACH, Flávio Almansa. **Simulações de crescimento urbano em planícies de inundação nas cidades de fronteira entre Brasil e Uruguai**. 2020. 158f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

BENTO, Fábio Régio. **Cidades de fronteira e integração sul-americana**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

BERNA, Néstor Casanova. El paisaje urbano habitado. **Revista La Pupila**. Ano 15, nº 67. Montevideo: Mosca, 2023.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo:** exercícios de paisagem. Tradução de Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BESSE, Jean-Marc. **La sombra de las casas**: sobre paisaje y geografia. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2013.

BOGDAN, Robert C. & BIRTEN, S. K. **Qualitative research for education**: an introduction for to theory and methods. Boston: Allyn and Bacon, 1982.

BOM, Matheus Batalha. **Entre o ideal e o real:** a cadeia civil de Jaguarão (1845-1870). Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História-Licenciatura da Universidade Federal do Pampa. Jaguarão: UNIPAMPA, 2015.

BRAGA, Andrea da Costa. **A espacialização de trocas multiculturais em conturbações internacionais da fronteira Brasil-Uruguay**. 2013. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BRAMBILLA Chiara. Exploring the Critical Potential of the Borderscapes Concept. **Geopolitics**, v. 20, n. 1, p. 14-34, 2015.

BRANCO, Rachel de Paula Canedo. O Futuro da Hospitalidade: Impactos dos Modelos Disruptivos de Hospedagem no Mercado Tradicional. **Rosa dos Ventos**, v. 11, n. 4, p. 1-15, 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei no 9.760, de 05 de setembro de 1946**. Dispõe sobre os bens imóveis da União, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União (DOU), 1946

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 maio 2012. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. **Instrução Normativa nº RFB Nº 1799, de 16 de março de 2018**. Estabelece nor-mas complementares à Portaria MF nº 307, de 17 de julho de 2014, que dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre. Seção 01, pág. 41. Disponível em: http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=90852. Acesso em: 07 de novembro de 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.723, de 9 de outubro de 2012.** Dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências, para autorizar a instalação de lojas francas em Municípios da faixa de fronteira cujas sedes se caracterizam como cidades gêmeas de cidades estrangeiras e para aplicar penalidade aos responsáveis dos órgãos da administração direta ou indireta que dolosamente realizarem importação ao desamparo de guia de importação. 2012b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12723.htm. Acesso em: 07 de novembro de 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.008, de 26 de junho de 2014**. Dá nova redação ao art. 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e acrescenta-lhe o

art. 334-A. Brasília: Presidência da República [2014]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato201-2014/2014/lei/l13008.htm. Acesso em: 09 abr. 2024.

BRASIL. MMA - Ministério do Meio Ambiente; IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Plano de gestão da Área de Proteção Ambiental de Ibirapuitã/RS**. Brasília: ICMBio, 1999. Disponível em:https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/1609_20140821_161611.pdf. Acesso em: 03/02/2024.

BRASIL/MMA (org.). Manual Projeto Orla. Ministério da Economia. Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União — Brasília: Ministério da Economia, 2022. BRANCO, Rachel de Paula Canedo. O Futuro da Hospitalidade: Impactos dos Modelos Disruptivos de Hospedagem no Mercado Tradicional. **Rosa dos Ventos**, vol. 11, núm. 4, pp. 773-818, 2019.

BRINDIS DE SALA, Virgínia. **Pregón de Marimorena**. Montevidéu: Talleres Gráficos Barreiro y Ramos, 1946.

BRINDIS DE SALA, Virgínia. **Cien cárceles de amor**. Montevidéu: Imprenta Latina, 1949.

BRITO, Gisele. De bicicleta pela linha imaginária. **Revista ((o))eco**: Jornalismo ambiental. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://oeco.org.br/reportagens/25042-de-bicicleta-pela-linha-imaginaria/. Acesso em: 11/02/203.

BROWNLIE, Ian. **Princípios de Direito Internacional Público**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

CAETANO, Gerardo. Laicidad, ciudadanía y política en el Uruguay contemporáneo: matrices y revisiones de una cultura laicista. **Revista Religión y Cultura**, v. VII, n.1, p. 116-139, 2013.

CAGGIANI, Ivo. **Sant'Ana do Livramento** – 150 Anos de História. Santana do livramento: Edição da Associação Santanense Pró-Ensino Superior — ASPES, 1983.

CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. In: LAW, John (ed.). **Power, action and belief:** A new sociology of knowledge? London: Routledge & Kegan Paul, p. 196-223, 1986a.

CALLON, Michel. The Sociology of an Actor-Network: The Case of the Electric Vehicle. In: CALLON, Michel; LAW, John; RIP, Arie. (ed.). **Mapping the dynamics of science and technology**. London: The Macmillan Press, p. 19-34, 1986b.

CAPEL, Horacio. **La morfologia de las ciudades**. V. I: Sociedad, cultura y paisage urbano. Espanha, Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

CAPEL, Horacio. **La morfologia de las ciudades.** Vol. II: Aedes facere: técnica, cultura y clase social em la construccíon de edifícios. Espanha: Ediciones del Serbal, 2005.

CAPEL, Horacio. **La morfologia de las ciudades.** V. III: Agentes urbanos y mercado inmobiliario. Espanha, Barcelona: Ediciones del Serbal, 2013.

CAPRA, F.; LUISI, P. L. **The Systems View of Life**: A Unifying Vision. Cambridge University Press, 2014.

CARDARELLO, Antonio et al. Mucho ruído... y algunas nueces. Los vaivenes de la descentralización en la administración Vázquez (2005-2010) In: MANCEBO, Maria Ester; NARBONDO, Pedro (Coord.). **Reforma del Estado y políticas públicas de la administración Vázquez**: acumulaciones, conflictos y desafíos. Montevideo: Fin de Siglo; Clacso; Instituto de Ciencia Política, p. 54-74, 2010.

CARDARELLO, Antonio; NIETO, Ernesto. Encuentros cercanos del tercer nivel: peculiaridades del comportamiento electoral y legitimidad de los municípios. In: CARDARELLO, Antonio (org.). **Descentralización**: la agenda pendiente en Uruguay. Montevideo: Konrad Adenauer Stiftung, 2023.

CARERI, Francesco. **Walkscapes:** o caminhar como prática estética. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2013.

CARNEIRO, Camilo Pereira. **Fronteiras irmãs:** transfronteirizações na Bacia do Prata. Porto Alegre: Editora Ideograf, 2016.

CARVALHO, Janete Magalhães. A visão de ciência e de metodologia de pesquisa em diferentes perspectivas e/ou escolas filosóficas. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, PPGE/UFES, Vitória, v. 16, n. 32, p. 8-28, jul./ dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/4403>. Acesso em: 19 abr. 2022.

CASTELLO, Lineu. O lugar Geneticamente Modificado. **Arqtexto** (UFRGS), v. 9, p. 76-91, 2006.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERBONE, David R. **Fenomenologia**. Trad. Caesar Souza. Petrópolis: Vozes, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERVANTES Saavedra, Miguel de. **Don Quijote de la Mancha**. São Paulo: Real Academia Española: Asociación de Academias de la Lengua Española, 2004.

COELHO, Karla Nunes de Barros. **Travessias e passagens em espaços urbanos fronteiriços:** Brasil, Uruguay e Argentina. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2014.

CORREA, Nelson L. **Experiências e sensações**: um estudo de caso em um terreiro de Candomblé Angola na cidade de Jaguarão. Monografia (Licenciatura em História) — Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2017.

COSGROVE, Denis E. Introduction to social formation and symbolic landscape In: DELUE, Rachael Ziady; ELKINS, James. **Landscape Theory**. New York: Routledge, 2008.

COSIPLAN — Conselho de Infraestrutura e Planejamento. **Detalhe do Projeto Individual**: Recuperação do Trecho Ferroviário Rivera – Santana Do Livramento – Cacequi. UNASUR, 2011. Disponível em: https://iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=1222. Acesso em: 13/02/2024.

CRL. SINIMBÚ. João Lins Vieira Cansansão. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul,** João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial de 6 de outubro de 1853. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1853.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 2006.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEL CAMPO, José; LORENZO, Nelson; SALENGUE, Laís Guimarães (Coord.) **Plano de Desenvolvimento Urbano Conjunto** — Rivera Santana do Livramento, Volume I, 1998.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs.** Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. Vol.1.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e Clinica.** Tradução de Peter PálPelbart. São Paulo: editora. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: 34, 1995. v.1 e 2.

DELL'AGNESE, Elena; SZARY, Anne-Laure Amilhat. Borderscapes: From BorderLandscapes to Border Aesthetics. **Geopolitics**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 1–10, 2015.

DETONI, Luana Pavan. **Cidades pequenas**: território de um devir menor na contemporaneidade. 2018. 324p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cascas.** Tradução de André Telles. São Paulo: Editora 34, 2017.

DORFMAN, Adriana. **Contrabandistas na fronteira gaúcha**: escalas geográficas e representações textuais. Tese de doutorado, Florianópolis, 2009.

DORFMAN, Adriana. Fronteira e Contrabando em Santana Do Livramento (Br)-Rivera (Uy). **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 32, Porto Alegre/RS, 2007.

DORFMAN, Adriana. Nacionalidade Doble-Chapa: Novas Identidades na Fronteira Brasil-Uruguai. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luísa Zeferino; UEDA, Vanda (Orgs.). **A Emergência da Multiterritorialidade**: A ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

DORFMAN, Adriana; CAGLIARI, Bruna Bianchi; FROEHLICH, Cátia; MAZER, Dulce; CAYE, Luisa Amato; ROCHA, Rafael Port da; LEOBETH, Thaís e PRESTES, Vithor Amaral. Periódicos relevantes para os Estudos Fronteiriços Brasileiros: a elaboração, a aplicação e os resultados do Questionário Unbral Fronteiras. In: **Anuário Unbral das fronteiras brasileiras.** Porto Alegre: Editora Letra; Instituto de Geociências-UFRGS, Vol 5, 2018.

DORFMAN, Adriana; FRANÇA, Arthur Luna Borba Colen. **Agenda descolonial para os estudos fronteiriços no Brasil.** L'Espace Politique, 31, 2017. Disponível em: https://journals.openedition.org/espacepolitique/4200. Acesso em: 05 de jun. de 2022.

DUSSEL, Enrique. **O encobrimento do outro**. A origem do mito da modernidade. Tradução Jaime A. Clasen – Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FÁVERO, Marcos. **Qualidade do Lugar e Desenho do Ambiente**: O caso da General Glicério. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, 2000.

FLATLAND, Erika. **A fronteira:** uma viagem ao redor da Rússia. Tradução de Leonardo Pinto silva. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2023.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Origens de Jaguarão (1790-1833)**. Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda., 2007.

FUÃO, Fernando Freitas. As formas do acolhimento na arquitetura. In: SOLIS, Dirce Eleonara; FUÃO, Fernando Freitas (Org.). **Derrida e arquitetura.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

GAY, Jean-Christophe. **Les Discontinuités Spatiales**. Paris: Economia, 2004.

GEHL, Jan. **Cidades Para Pessoas**. Tradução Anita Di Marco. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013 [1936].

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GOLIN, Tau. **A Fronteira:** Os tratados de limites Brasil – Uruguai - Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata. Porto Alegre, RS, Brasil: L&PM, 2004, v. 2.

GONÇALVES, Margarete Leniza Lopez. **O Processo de Assentamento de Reforma Agrária no Território do Pampa**: Uma abordagem Institucional sobre a Dinâmica de Santana Do Livramento (RS). 2024. 147f. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

GROAT, L & WANG, D. **Architectural research methods**. New York: John Wiley & Sons, Inc., 2013.

GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1995.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica:** cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUIGOU, Nicolás. **A narração laica:** religião civil e mito-praxis no Uruguai, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Um novo mundo é possível**. São Leopoldo: Ed. Sinodal, 2004.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Peter Geoffrey; TEWDWR-JONES, Mark. **Urban and regional planning**. 5th ed, New York: Routledge, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. 11ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARAWAY, Donna J. Situated Knowledges: the Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective, **Feminist Studies**, v.14, n. 3, 575-599. Autumn, 1988.

HARAWAY, Donna. **Seguir con el problema.** Generar parentesco en el Chthuluceno Trad. de Helen Torres. Bilbao: Edición Consonni, 2019.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HÄYRYNEN, Maun. The Transboundary Landscape of the EU-Schengen Border. **Journal of Borderlands Studies**. v. 24, n. 2, p. 56-61, 2009.

IBÁÑEZ, Mario Rodriguez. Ressignificando a cidade colonial e extrativista. Bem viver a partir de contextos urbanos. In: LANG, M.; DILGER, G.; PEREIRA FILHO, J. (org.). **Descolonizar o imaginário:** debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2016.

ILHA, Andréa L. Hamilton; PALERMO, Eduardo R. O Parque – Plaza Internacional: A Fronteira Urbana e Emocional. In: **Anais do 27° Congresso Mundial de Arquitetos UIA2021RIO**, Vol. III, 2021.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 01 fev. 2019

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA Uruguay (INE). **Censo 2023**. Resultados preliminares. 2023. Disponível em: https://www5.ine.gub.uy/documents/VisualizadorCenso2023.ht ml. Acesso em: 23 de dezembro de 2024.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SPU/SEDDM/ME Nº 28, DE 26 DE ABRIL DE 2022. Estabelece os critérios e procedimentos para a demarcação de terrenos de marinha, terrenos marginais e seus respectivos acrescidos, bem como orienta a identificação das áreas de domínio da União dispostas nos incisos III, IV, VI e VII do Artigo 20 da Constituição Federal de 1988.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão - RS:** Dossiê de Tombamento: Diretrizes para Gestão. Porto Alegre: IPHAN, 2010b.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Mapeamento das casas de religião de matriz africana no Rio Grande do Sul**: Módulo 2 – Jaguarão, Pelotas e Rio Grande/RS. Porto Alegre: IPHAN, 2024. 665 p.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O Avanço da Fronteira Meridional:** Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão - RS: Dossiê de Tombamento. Porto Alegre: IPHAN, 2010a.

ISIDORO, I. A. **O papel do sistema ferroviário na estruturação e configuração do território e da paisagem:** Abordagens comparativas nas áreas metropolitana do Rio de Janeiro e Lisboa. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PROARQ-FAU/UFRJ, 2017.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** Coleção a, São Paulo, WMF Martins Fontes, 2000.

JACQUES, Paola. **Elogio aos Errantes**. Salvador: editora UFBA, 2012. Janeiro: Ed. 34, 1995. Vol.1.

JOSEPH, Francine Pinto da Silva. **Territorialidade e Direito Étnico na Comunidade Negra Rural Vila da Lata - Aceguá, Fronteira Brasil/Uruguai**. 2010. 119f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia:** A experiência da pesquisa e o plano comum. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2014.

KERBER, Alessander. O tango e a identidade nacional argentina: possibilidades de pesquisa a partir da obra musical e fílmica de Libertad Lamarque. In: **Anais**... XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Natal, 2013.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar. In: **O espaço da cidade** — contribuição à análise urbana. São Paulo: Projeto, 1985.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** Pesquisa e organização Rita Carelli. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e desenho da cidade.** 5 ed. Porto: Fundação Gulbenkian, 2010.

LAMB, Vanessa. "Where is the border?" Villagers, environmental consultants and the 'work' of the Thai–Burma border, **Political Geography**. Vol. 40, 2014.

LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidade del saber: eurocentrismo y ciências sociales**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 2013.

LATOUR, B. **Reassembling the social:** an introduction to actor-network- theory. New York: Oxford University Press, 2005.

LATOUR, Bruno. **Aramis, or the love of technology**. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação:** como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LATOUR, Bruno. On recalling ANT. In **Actor network theory and after**, eds. John Law, John Hassard. Oxford: Blackwell and the Sociological Review, 1999.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2020.

LATOUR, Bruno. **The pasteurization of France.** Cambridge: Harvard University Press, 1993.

LAW, John. **After Method:** mess in social science research. London, New York: Taylor & Francis e-Library, 2004.

LAW, John. **Aircraft Stories:** Decentering the Object in Technoscience. Durham: Duke University Press, 2002.

LAW, John. Traduction/Trahison: notes on ANT. **Convergencia**, Revista de Ciencias Sociales. n. 42, UAEM: México, 2006.

LAW, Jonh. STS as Method. In: FELT, Ulrike; FOUCHÉ,Rayvon; MILLER, Clark A.; SMITH-DOERR, Laurel (eds). **The handbook of science and technology studies.** Edited by Cambridge MA: MIT, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro, 2008.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. Em favor da paisagem. **Paisagem e Ambiente: Ensaios**, n. 21, p. 65-72, 2006.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. Uma narrativa da paisagem. **Paisagem e Ambiente: Ensaios**, n. 28, p. 59-78, 2011.

LEMOS, André. **A comunicação das coisas:** teoria ator-rede e cibercultura. São Paulo: Annablume, 2013.

LLAMBÍAS, Felipe. Por que Uruguai é um dos países mais caros do mundo. BBC News Brasil, cidade de publicação, 30, junho de 2024. BBC News Mundo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cjrr4y0r197o>. Acesso em: 4, julho de 2024.

LUCARELLI, Vera Lucia M. A. Cristianismo e Religiões Afro-Brasileiras: Sincretismo e intolerância no campo religioso brasileiro. **Revista Unitas**, v. 9, n. 2, p. 46-61, 2021.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MACEDO, Silvio. **Paisagem, urbanização e litoral do éden à cidade.** Tese de livre docência, São Paulo: FAUUSP, 1993.

MACEDO, Silvio. S.; QUEIROGA, Eugenio F., CAMPOS, Ana Cecília A., CUSTÓDIO, Vanderli; GALENDER, Fany. **Os Sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

MACEDO. Silvio S. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: Quapa, 1999.

MACHADO, Lia Osório. **Limites e Fronteiras**: da Alta Diplomacia aos Circuitos da Ilegalidade. In: Território nº 8, Jan/Jun. LAGET/UFERJ, 2000.

MACULAN, L. S. **Morfologia da transformação:** estudo das bordas urbanas do Município de Passo Fundo/RS. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PROARQ-FAU/UFRJ, 2020.

MAGNOLI, Mirana M. E. M. **Espaços livres e urbanização:** Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. Tese (Livre-docência) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. In: Santiago CASTRO -GÓMEZ; Ramón GROSFOGUEL (orgs.). **El giro Decolonial.** Reflexiones para uma diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana–Siglo del Hombre, 2007, pp.127-67.

MARCUSE, Peter. From critical urban theory to the right to the city. **City**, vol. 13, nº. 2–3, 2009.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001. 204p.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MARQUES, Eliane. **Louças de família**. Belo Horizonte: Autêntica Contemporânea, 2023.

MARTINS, J. de S. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay**: a construção da cidade de Jaguarão. Tese. (Doutorado em Histórias Especializadas). Escola Técnica Superior de Arquitetura. Universidade Politécnica da Catalunha. 2001.

MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana.** Organização e tradução: Cristina Magro; Víctor Paredes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MEINIG, D. W. (Org.) **The interpretation of ordinary landscapes** — Geographical essays. Oxford: University Press, 1979.

MEINIG, Donald W. O olho que observa: dez versões da mesma cena. **Espaço e Cultura**, n. 13, p. 35-46, 2002 [1976].

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção.** Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter D. **Habitar la frontera:** sentir y pensar la descolonialidad (Antologia, 1999-2014). Espanha: Edicions Bellaterra, 2015.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA. **Mapeamento das políticas públicas federais na faixa de fronteira:** interfaces com o plano estratégico de fronteiras e a estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras. NEVES, Alex Jorge das; SILVA, José Camilo da; MONTEIRO, Lício Caetano do Rego (Org.) – Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

MOL, Annemarie. Actor-Network Theory: sensitive terms and enduring tensions. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**. Sonderheft, 50, 253-269, 2010.

MOL, Annemarie. Política Ontológica. Algumas ideias e várias perguntas. In: NUNES, João Arriscado; ROQUE, Ricardo (org.) **Objectos impuros**. Experiências em estudos sociais da ciência. Tradução de Gonçalo Praça. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

MOL, Annemarie. **The Body Multiple: Ontology in Medical Practice**. Durham; London: Duke University Press, 2002.

MONTEIRO, Ana Cláudia P. **Morfologia urbana na prática de planeamento:** para uma metodologia integrada de análise e proposta de cidade. 2020. (Tese de Doutorado em Planeamento do Território) — Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2020.

MOREIRA, Charles Fruguli. **Contrabando e Descaminho**. 2018. Monografia (Graduação em Direito) — Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1734/1/CharlesFruguliMoreira.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

MOURA FILHO, José Luiz de. **Multiterritorial idade em regiões transfronteiriças:** estudo de duas cidades gêmeas na fronteira Brasil/Uruguai. (Tese de Doutorado). Santa Cruz do Sul: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/UNISC, 2010.

MURGUÍA, Julián. **Contos do país dos gaúchos**. 2. ed. (tradução de Sérgio Farraco). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

NAME, Leo. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. **GeoTextos**, vol. 6, n. 2, p. 163-186, 2010.

NAME, Leo. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões espaciais básicas e em arquitetura. **PosFAUUSP**, [S. l.], v. 28, n. 52, 2021.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo, J. Decolonising Borders, Decriminalising Migration and Rethinking Citizenship. In: **Crisis, Identity and Migration in Post-Colonial Southern Africa**, edited by H. H. Magidimisha, 23–37. New York: Springer, 2018.

NEIVA-SILVA, Lucas; KOLLER, Sílvia Helena. O uso da fotografia na pesquisa em Psicologia. In: **Estud. psicol.** (Natal) [online]. 2002, vol.7, n.2, pp.237-250, p. 241.

NETTO, Vinícius M.; VARGAS Júlio C.; SABOYA, Renato T. de. (Buscando) Os efeitos sociais da morfologia arquitetônica. **Urbe, Rev Bras Gest Urbana** [Internet], v. 4, n. 2, 261–282, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.7213/urbe.7400. Acesso em: 16 de junho de 2021.

NEUTZLING, Simone R.; ROSSELLI, Gabriela Brum; ALMEIDA, Guilherme Pinto de. Arquitetura de uma trajetória: o Templo de Minervina Carolina Corrêa. Aedos – Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS, Porto Alegre, v. 11, n. 25, p.223-240, 2019.NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Pólen, 2020, 160pp. (Coleção Feminismos Plurais).

NEVES, Márcia Pereira. **Casa de David Canabarro em Santana do Livramento, RS**: diferentes apropriações do patrimônio histórico cultural. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci** — Towards a phenomenology of architecture. London: Academy Editions, 1980.

NUNES, Cândida R. R. Fronteira: Caminhos do Contrabandista. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade,** [S. l.], v. 2, n. 1, p. 243–267, 2016.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de; SEIBT, Maurício Borges. **Revitalização Integrada de Jaguarão**. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 2005.

ORTIZ, Roxana Rodríguez. **O que são Estudos Críticos de Fronteira?** Blog disponível em: https://roxanarodriguezortiz.com/2021/04/30/que-son-los-critical-border-studies/, publicado em 30 de abril de 2021. Acesso em 12 de abril de 2023.

PALERMO, Eduardo R. **Terra Basiliensis.** La región histórica del norte uruguayo em la segunda mitad del siglo XIX. 1850-1900. Brasil: FCM, 2019.

PALERMO, Eduardo R.; ILHA, Andréa L. Hamilton. A Praça Internacional: a fronteira urbana como território compartilhado. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Vol. 47 n° 1, p. 225 – 244, 2020.

PALERMO, Eduardo R.; ILHA, Andréa L. Hamilton. A praça internacional: a fronteira urbana como território compartilhado. **Boletim Gaúchode Geografia**, Vol. 47, n° 1, 2020.

PALERMO, Eduardo. **Rivera:** los orígenes de un pueblo de frontera. Rivera: TerraAdentro Ediciones, 2022.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Tradução de Francisco Leitão; Revisão técnica de Sylvia Ficher. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2006.

PARKER, Noel; VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. Critical Border Studies: Broadening and Deepening the 'Lines in the Sand' Agenda. **Geopolitics**, vol. 17, 2012.

PARKER, Noel; VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. Lines in the Sand? Towards an Agenda for Critical Border Studies. **Geopolitics**, vol. 14, 2009.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia:** Pesquisa-intervenção e Produção de Subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PEDRO, R. M. L. R.; MOREIRA, M. de C. Do mal-entendido promissor à multiplicação de vozes: considerações acerca das estratégias metodológicas para a elaboração de uma cartografia de organizações da sociedade civil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia** (Online), v.15, p. 1398-1412, 2015.

PEDRO, R. Sobre redes e controvérsias: ferramentas para compor cartografias psicossociais. In: Ferreira, A.; Freire, L. Moraes, M. & Arend, R. (orgs). **Teoria Ator-Rede e Psicologia.** Rio de Janeiro: NAU, p. 78-96, 2010.

PEGORARO, R. L.; MACEDO, S. S. **Transformação urbana no Brasil:** estudo de cinco centros urbanos. São Paulo: Quapa-Sel Fauusp, 2015.

PEREIRA, R. C. D.; DA SILVA COUTO, M. J.; TÂNGARI, V. R. Processos de transformação da paisagem e formas socioespaciais no Leste Metropolitano do Rio de Janeiro. **Revista de Morfologia Urbana**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2023.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

POLETO, Cristiano. **Bacias Hidrográficas e Recursos Hídricos**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

POTOKO, Carlos Alberto. **Sant'Ana do Livramento 1823**: Retentiva a Ivo Caggiani. Fundação Biblioteca Nacional, 2023.

PRANDI, Reginaldo. Raça e religião. **Novos estudos CEBRAP**. v. 42, p. 113-129, 1995.

PROJETO MAPBIOMAS **– Coleção [9.0] da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**, acessado em [03/02/2024] através do link: [https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/].

QUEIROGA, Eugênio F. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. **Resgate**, vol. XIX, n° 21, jan./jun. 2011, p. 25-35, 2011.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y casificacion social. **Journal of world-systems research**, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.

QUIROGA, Horacio (1878-1937). **Contos de amor de loucura e de morte** / Horacio Quiroga. Tradução de Renato Roschel e Adriana Zoudine. São Paulo: Instituto Mojo, 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. Ubicación y espacio. In: RATTEMBACH, Augusto Benjamin (Comp.). **Antologia geopolítica**. Buenos Aires: Pleamar, 1985.

RENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

RESENDE, Lorena Maia. **Cartografia urbana na linha de Fronteira:** Travessias nas cidades-gêmeas Brasil-Uruguay. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

RESENDE, Lorena Maia; RHEINGANTZ, Paulo Afonso; TÂNGARI, Vera Regina. O que pode uma escrita? Cartografia de controvérsias em teses de arquitetura e urbanismo. In: **Anais** do VII Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: refazer restaurar revisar. Miguel Antonio Buzzar... [et al.] (org.). Rio de Janeiro: ANPARQ, 2022.

RESENDE, Lorena Maia. Atravessar. In: ROCHA, Eduardo; SANTOS, Taís Beltrame dos. (orgs.). **Verbolário da caminhografia urbana**. Pelotas/RS: Editora Caseira, 2024.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial:** Fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

RHEINGANTZ, P.A. et al. **Observando a Qualidade do Lugar:** Procedimentos para a Avaliação Pós-Ocupação. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2010. Disponível em www.gae.fau.ufrj.br.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso. **Narrativas ou traduções de urbanidade.** In: NETTO, Vinicius M.; AGUIAR, Douglas (org.). Urbanidades. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso. **Glossário do Grupo Lugares e Paisagens (ProLUGAR)**: Termos e Procedimentos de Pesquisa em Ação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2025 [2002]. Disponível em: https://prolugar.fau.ufrj.br/wp-content/uploads/2025/03/Glossario-ProLUGAR-Termos-e-Procedimentos-de-Pesquisa-em-Acao-06mar2025.pdf. Acesso em: 20/03/2025.

RHODEN, Luiz Fernando. A fronteira sulina do Brasil na primeira metade do século XIX e seus traçados urbanos. **Cadernos PPGAU/UFBA**, Vol. 6, Nº 1, 2007. Salvador: UFBA, p. 63-74. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/viewFile /1440 /938. Acesso em: 15 de março de 2018.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A Formação do Pesquisador: da curiosidade à criação. In: **Revista Tamoios,** v.1, n.1, 2005, p. 117-123.

RIBEIRO, Gadiego Cararo. **Sonoridades fronteiriças contemporâneas:** conexões, diálogo e reconhecimento identitário em gêneros musicais platinos. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2020.

RIBEIRO, Gustavo Lins (2011). Why (post)colonialism and (de)coloniality are not enough: a post-imperialist perspective. **Postcolonial Studies**, v. 14, n. 3, p. 285-297.

ROCHA, Eduardo; SANTOS, Tais Beltrame dos. Como é a caminhografia urbana? Registrar, jogar e criar na cidade. **Arquitextos**, São Paulo, ano 24, n. 281.05, Vitruvius, 2023.

ROCHA, Eduardo; SANTOS, Taís Beltrame dos. (orgs.). **Verbolário da caminhografia urbana**. Pelotas/RS: Editora Caseira, 2024.

ROCHA, Eduardo; PAESE, Celma. Chamada para a décima primeira edição da revista Pixo. Pelotas: **PIXO- Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, 2019.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 11, p. 31, 2009.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental** – transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2007.

ROSSANO, Frédéric. Por que paisagens projetadas para inundar são consideradas ecológicas? [Why Landscapes Designed to Flood Are Environmentally Sound] 20 Jan 2021. **ArchDaily Brasil**. (Trad. Bisineli, Rafaella) Acessado em: 20 agosto 2021. <https://www.archdaily.com.br/br/955120/por-que-paisagens-projetadas-para-inundar-sao-consideradas-ecologicas> ISSN 0719-8906.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANDEVILLE JÚNIOR, E. Paisagem. Paisagem e Ambiente, [S. l.], n. 20, p. 47-59, 2005.

SANGUIN, André-Louis. Paisagens de Fronteira: Variações em um importante tema da geografia política. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 42, p. 24, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora / Piseagrama, 2023.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado:** fundamentos teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo, 1988.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem.** 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SARAMAGO, José. **Viagem a Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1981.

SAUER, Carl O. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (org.) **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998, p.12-74.

SBARRA, Marcelo. **Os ícones do Porto Maravilha numa abordagem da Teoria Ator-Rede**. Tese (Doutorado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SCHAFFER, Neiva Otero. **Urbanização na fronteira:** expansão de Sant'Ana do Livramento/RS. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de San'Ana do Livramento, 1993.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Contos de Verdades**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Dicionário da Cultura Pampeana Sul-Rio-Grandense.** Pelotas: Fructos do Paiz, 2019. 2v. (992 p).

SCHLEE, Aldyr Garcia. Ir a Jaguarão e descobrir o resto do mundo. Blog do Jaguar, 2009. Disponível in: www.secult.blogspot.com. Acesso em 29/09/2020.

SCHLEE, Mônica Bahia. **A Ocupação das Encostas no Rio de Janeiro:** Morfologia, Legislação e Processos Socioambientais. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PROARQ-FAU/UFRJ, 2012.

SCHLEE, Mônica. B., NUNES, M. J., REGO, Andrea. Q., RHEINGANTZ, Paulo., DIAS, Maria Ângela, & TÂNGARI, Vera. R. Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – Um Debate conceitual. **Paisagem e Ambiente**, (26), 225-247, 2009.

SERRES, Michel. **Filosofia mestiça.** Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

SEVERO, Fabián. **Noite Nu Norte/Noche En El Norte**, Poesía de la Frontera. Montevideo: Rumbo Editorial, 2011.

SILVA, J. M. P., MANETTI, C., & TÂNGARI, V. Compartilhamentos e Unidades de Paisagem: Método de Leitura da Paisagem Aplicado à Linha Férrea. **Paisagem e Ambiente,** (31), 61-80, 2013. https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i31p61-80

SILVA, João Batista da; KINDERMANN, Milene Pacheco (org.). **Direito internacional público**. Palhoça: UnisulVirtual, 2013.

SILVA, Juremir Machado da. **História regional da infâmia**: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários). Porto Alegre: L&PM, 2010.

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Diagnóstico Temático Serviços de Água e Esgoto**. Brasília: Ministério das Cidades, 2023.

SOSA, Mariela; GODIÑO, Catalina; MARTINS Gladys; MÁRQUEZ, René; MOREIRA, Ebelin; CARDOZO, Sandra; SILVERA, Yudí; MENA, Berónica; SILVERA, Glení; PEREIRA, Rosario; SAMPAYO, Mónica; LUCAS, Mariela; FERNÁNDEZ, Laura; VEGA, Vanesa; SILVA, Jacicarla Souza da. **Vozes femininas da poesia latino-americana**: Cecília e as poetisas uruguaias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SOUZA, Reginaldo José de; FONSECA, Raquel Agnes Santos e PRINA, Bruno Zucuni. A FRONTEIRA COMO PAISAGEM: Geografias da Raia Internacional Brasil-Argentina no Noroeste Gaúcho. **Espaço em Revista**. v. 24, n. 1, jan./jun. 2022, p. 14-39.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços:** urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. Tese (Livre Docência) — Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n], 2004.

STAKE. R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 2000. p. 435-454.

STEINKE, Valdir Adilson; FERREIRA, Lucas de Melo; SAITO, Carlos Hiroo. Modelagem de exportação de carga poluidora na bacia hidrográfica do rio Jaguarão (fronteira Brasil-Uruguai): um refinamento em nível hierárquico inferior na modelagem desenvolvida para a bacia da lagoa Mirim. **Geografia**, Rio Claro, v. 37, n. 1, p. 127-146, jan./abr. 2012.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 442-464, 2018.

STERLING, S. et al. **The Handbook of Sustainability Literacy:** Skills for a Changing World. Green Books, 2009.

STRUMINSKI, Edson. **Brasil e Uruguai, fronteiras e limites.** Ilhéus, BA: Editus, 2015.

STRUMINSKI, Edson. Fronteiras e confrontos, Brasil-Uruguai. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v.9, n.1, p. 24-53, 2015.

TÂNGARI, Vera R. et al. Morfologia urbana, suporte geobiofísico e o sistema de espaços livres no Rio de Janeiro-RJ. In: CAMPOS, A. C. A. et al. (Eds.). **Quadro dos sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras**. São Paulo: Fauusp, 2012. p. 368.

TÂNGARI, Vera R. **Um outro lado do Rio.** (Tese de doutorado). São Paulo: FAUUSP, 1999.

TÂNGARI, Vera R.; DIAS, M. A.; REGO, A. Q.; et al. O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação. In: V. R. Tângari; A. Q. Rego; R. de C. M. Montezuma (Eds.); **O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro:** integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ,2012.

TAVARES, Iris E. T. N. de Pinho. Município Brasileiro: sua evolução histórico-constitucional. **Revista Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, 209, p. 169-187, 1997.

TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Cristian; CALIMAN, Luciana Vieira. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In.: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia**: A experiência da pesquisa e o plano comum. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 92-127.

TERMESANO, Débora Nunes. **Educação para o turismo:** uma cartilha de educação patrimonial da Praça Comendador Azevedo, Jaguarão/RS. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo) - Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão, Jaguarão, 2018.

TREVISAN, Rosaldo; CLEMENTI, Thathyana Weinfurter Assad. Aplicação do princípio da insignificância ao crime de descaminho. **Revista do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília**, Brasília, v. 11, nº 2, p. 377-408, 2017. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rvmd/article/view/9465. Acesso em: 09 abr. 2024.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Cogumelos no fim do mundo**: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas**: Paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: Editora Mil Folhas, 2023.

TUAN, Yi-Fu. **Space and Place**: The Perspective of Experience. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.

ULTRAMARI, Clovis. **Como não fazer uma tese**. 1. ed. Curitiba: PUCPRess, 2016.

URUGUAY. **Constitución de la República Oriental del Uruguay**. Montevidéu: Parlamento del Uruguay, 1967. Disponível em: https://www.parlamento.gub.uy. Acesso em: 28 jan. 2024.

VENEZIANO, Alicia. La Ley de gobiernos municipales y participación ciudadana: desafíos e incertidumbres. **III Congreso Uruguayo de Ciencia Política**. Montevideo: AUCIP, 2010.

VENTURINI, Tommaso. Building on faults: How to represent controversies with digital methods. **Public understanding of science**. Bristol: England, 21. 796-812, 2012.

VENTURINI, Tommaso. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understand. Sci**., v. 19, n. 3, p. 258-273, 2010.

VENTURINI, Tommaso; MUNK, Anders Kristian. **Controversy Mapping:** A field guide. Wiley, 2022.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (org.) **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: EdUSP, 2010. p. 169-243.

VILLAS BOAS, Alexandre dos Santos. **Formação e consolidação do patrimônio cultural da cidade de Jaguarão (RS)**: políticas patrimoniais e desenvolvimento urbano. 276p. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Revista Mana** 2(2). Rio de Janeiro, 1996. pp. 115-144.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. On Models and Examples: Engineers and Bricoleurs in the Anthropocene. **Current Anthropology**, v. 60, supl. 20, p. S296-S308, ago. 2019.

VOKS, Douglas Josiel; SANTO, Anderson Luis do. A pandemia Covid-19 e os desafios da saúde pública na fronteira Brasil-Bolívia: a urgência e a necessidade da governança em saúde. In: 20 Congresso brasileiro de Sociologia, 2021, Belém. **Anais** do 20° Congresso brasileiro de Sociologia, 2021. p. 1-29.

WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad**: Luchas (de)coloniales de nuestra época. Universidad Andina Simón Bolivar, Ediciones Abya-Yala. Quito, 2009.

WANDERLEY, Vernaide; MENÊZES, Eugênia. Do espaço ao lugar: Uma viagem ao sertão brasileiro. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Lívia de. **Percepção ambiental:** a experiência brasileira (orgs.). 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.

YOUNG, Caroll Mills. Virginia Brindis de Salas vs. Julio Guadalupe: A Question of Autorship. **Afro-Hispanic Review**, vol. 12, no. 2, p. 26-30, Fall 1993.

ZANIN, Maurício Junqueira (coord.); RASCH, Zulmir; HERMANY, Ricardo; QUINTANA, Glênio. **Localidades fronteiriças vinculadas do Mercosul e estados associados**: informações para os cidadãos fronteiriços. Edição atualizada. Brasília: CNM, 2023.

ZILLER, R. C.; RORER, B. A. Shyness-environment interaction: A view from the shy side through auto-photography. Journal of Personality, 53, 1985.

APÊNDICE A – Primeira caixa-preta: botijão de gás

A fronteira Brasil-Uruguay é uma região permeada por tensões econômicas, culturais e legais, evidenciadas por práticas cotidianas como o comércio de gás de cozinha e o contrabando. Uma das questões centrais envolve o benefício concedido pelo *Ministerio de Desarrollo Social do Uruguay* (MIDES) que subsidia o gás de cozinha para famílias vulneráveis. No entanto, nas cidades-gêmeas de fronteira, algumas distribuidoras recusam recarregar botijões (*garrafas* em espanhol) de gás de origem brasileira, uma vez que esses botijões não atendem às especificações de segurança exigidas pelo Uruguay. Esse embate envolve a complexa realidade fronteiriça, onde as famílias, especialmente as mais pobres, recorrem aos botijões brasileiros, mais baratos, para suprir uma necessidade básica.

A situação se agrava quando, em setembro de 2023, a Alfândega do Uruguay apreendeu 250 botijões de gás de origem brasileira na cidade de Rivera[125], gerando debates no Parlamento uruguaio. Deputados locais argumentam que a legislação fronteiriça precisa ser ajustada, pois os moradores da região são penalizados por um problema histórico não resolvido pelos governos. Em um contexto onde as diferenças legais entre Brasil e Uruguay afetam diretamente as vidas das pessoas, surge a necessidade de uma regulamentação mais adaptada à realidade das cidades-gêmeas e, consequentemente, o movimento de diferentes agentes tenciona a abertura da "caixa-preta" na busca por resoluções, mesmo que temporárias, para os novos desafios.

Além disso, a prática do contrabando de gás, uma atividade comum na região, está intimamente ligada aos "quileiros"[126], contrabandistas locais que transportam mercadorias, incluindo botijões de gás, de um país para o outro. A literatura e o cinema também abordam essas dinâmicas. No livro Contos do País dos Gaúchos, o escritor uruguaio Julián Murguía (1993) ilustra a realidade dos quileiros, que não são vistos como criminosos, mas como pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, que recorrem ao contrabando como uma forma de sobrevivência. Apesar de o contrabando ser ilegal, a prática é naturalizada nas cidades fronteiriças, onde as fronteiras entre o legal e o ilegal muitas vezes se confundem.

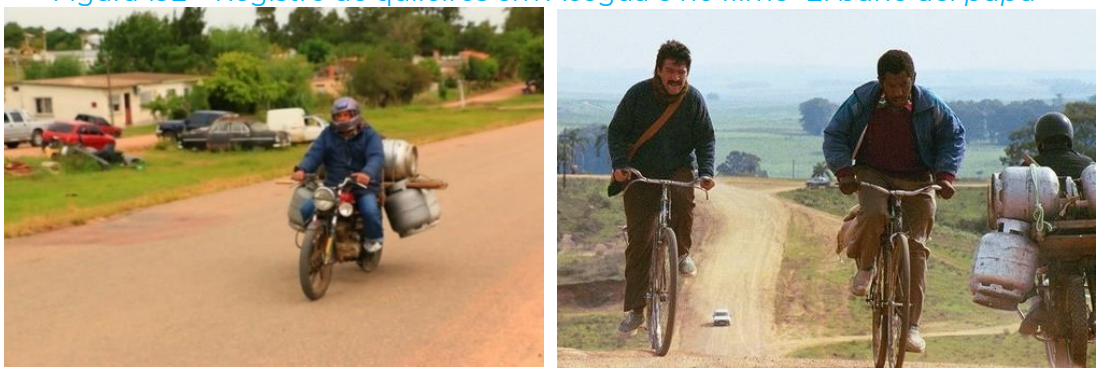
> - Mas são contrabandistas?
> - Sim, de quilo a quilo. Um quilo de açúcar, outro de erva ou de feijão... Por isso são chamados quileiros. Vão a pé, com bolsa nos ombros.
> - Se o comissário os pega eles vão presos?
> - Acho que vão... e perdem o que levam.
> - Então são bandidos.
> [...]
> - É difícil explicar. Quando fores maiorzinho vais compreender. O que o homem faz pra defender os seus está bem feito. É a lei natural.
> - Então não são bandidos?
> - Não, filhinho. Não são bandidos. São gente boa, mas infortunada (Murguía, 1993, p. 94-95).

Um dos produtos mais comuns transportados pelos quileiros é o botijão de gás. Uma motocicleta adaptada pode levar até 10 botijões em suportes metálicos ou de madeira, prática comum na região de fronteira. Durante minhas viagens, testemunhei esse transporte, como também é retratado em filmes como *El baño del Papa* (2007), que narra o contrabando nas cidades-gêmeas de Aceguá (Brasil) e Acegua (Uruguay) (Figura 192).

[125] Reportagem disponível em: https://www.elobservador.com.uy/nota/rivera-el-problema-con-las-garrafas-brasilenas-y-una-propuesta-de-solucion-2023920131050. Acesso em 21/01/2023.

[126] O termo "quileiros" vem da unidade de medida "quilo" (kg), pois originalmente as pessoas transportavam alimentos a pé ou de bicicleta. Hoje, o transporte é feito principalmente por motocicletas adaptadas, usando rotas alternativas para evitar a fiscalização policial.

Figura 192 – Registro de quileiros em Aceguá e no filme *"El baño del papa"*



Fonte: Sara Dorneles, 2016 (à esquerda) e Revista Cinética, 2007 (à direita).

As legislações brasileira e uruguaia tratam o contrabando e o descaminho de maneira distinta, mas nas cidades fronteiriças esses conceitos se entrelaçam. O contrabando, caracterizado pela importação ou exportação de mercadorias proibidas, é um crime mais grave, enquanto o descaminho, relacionado à evasão fiscal, tem uma conotação mais leve e é praticado frequentemente pelos "quileiros", que transportam produtos legais, como gás e alimentos, sem pagar os impostos devidos. No entanto, as mercadorias transportadas por esses contrabandistas, embora legais, muitas vezes são revendidas em mercados informais, e o descaminho é visto como uma alternativa legítima devido à escassez de opções de trabalho formal na região.

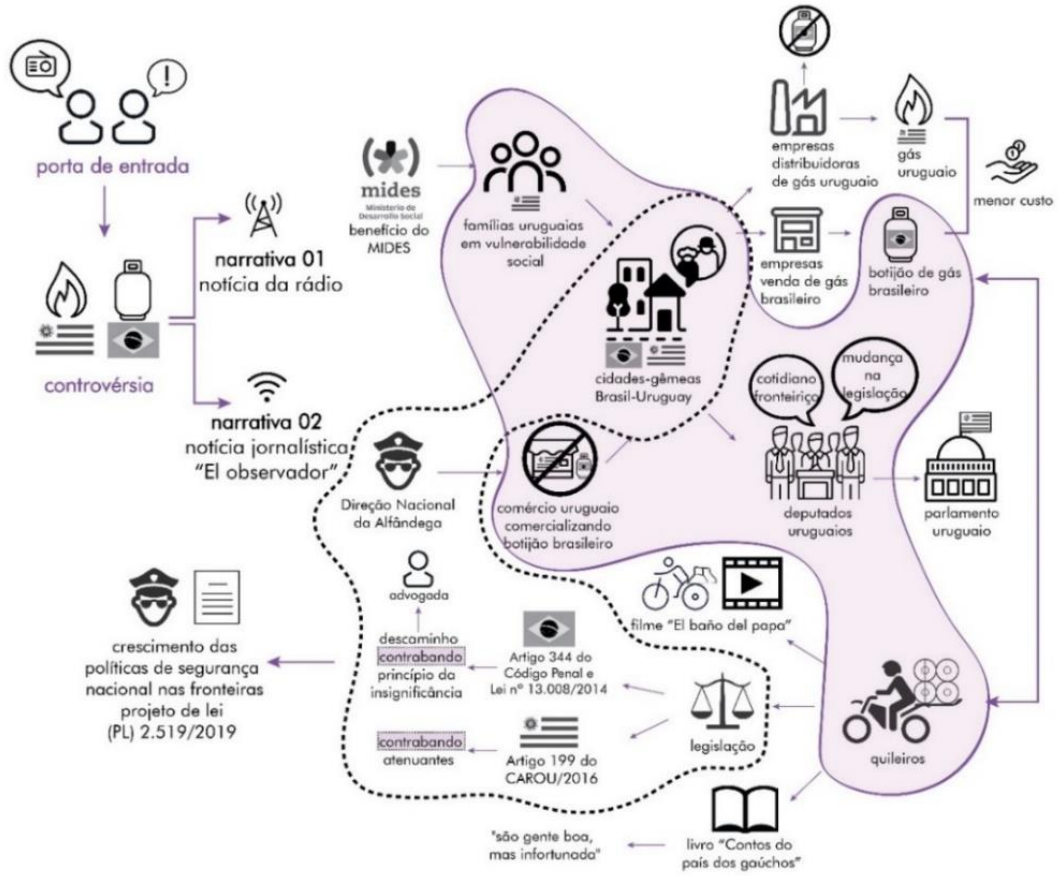
A diferença entre o contrabando e o descaminho reflete as particularidades da legislação de fronteira. No Brasil, a Lei nº 13.008/2014 separou esses crimes, enquanto o Código Aduaneiro do Uruguay (CAROU) não faz essa distinção explícita. No contexto brasileiro, os "quileiros" geralmente se enquadram no descaminho, visto que transportam produtos legais, mas sem pagar os tributos devidos. A legislação uruguaia, ao tratar o contrabando como uma infração aduaneira, penaliza tanto a sonegação fiscal quanto a importação e exportação de mercadorias ilícitas, com penas que variam de três meses a seis anos de prisão, dependendo da gravidade do caso.

Em ambos os países, a falta de políticas públicas eficientes nas regiões de fronteira contribui para a naturalização dessas práticas. A escassez de empregos formais e o alto custo de vida forçam a população a recorrer a atividades informais e ilegais. A falta de uma regulamentação específica para a população fronteiriça, que frequentemente possui dupla nacionalidade e transita entre os dois países, também gera incertezas legais. As atividades de contrabando e descaminho, por mais que sejam consideradas ilegais, refletem as condições precárias dessas comunidades, onde as necessidades básicas de sobrevivência se sobrepõem à aplicação rígida da lei.

Além disso, a troca cultural entre as cidades-gêmeas é notável. Rádios uruguaias e brasileiras se sintonizam mutuamente, e as influências culturais transpassam as linhas imaginárias que separam os países — apesar de morar em Pelotas/RS, cerca de 140 km da fronteira, o professor Eduardo cultiva o hábito de ouvir rádios uruguaias. Essa convivência fluida e a constante interação entre os dois países criam uma dinâmica única, onde as leis, embora aplicáveis de maneira distinta em cada território, nem sempre são eficazes para lidar com as complexidades da vida cotidiana na fronteira.

O diagrama (Figura 193) ilustra essa abertura, proporcionando uma visão geral da controvérsia e criando mapas legíveis, transparentes e disponíveis para intervenções. A simplificação do tema visa difundir e adicionar informações à rede, não encerrar o debate. O arranjo visual sintetiza o debate, conforme sugerido por Venturini (2012), que defende que os mapas sociais devem tornar legível a complexidade das controvérsias. O diagrama destaca a controvérsia centrada nas cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Uruguay e a interação entre dois grandes grupos: os agentes fronteiriços e as legislações. Esses grupos são dinâmicos, interagindo e revelando pontos de vista, com a controvérsia intensificada pela polêmica da comercialização do gás de cozinha.

Figura 193 – Diagrama da caixa-preta sobre os botijões de gás na fronteira



A partir de toda essa polêmica, entendo que a fronteira é uma região porosa e sem controle seletivo (embora exista o desejo e tentativas de controle), o que significa que ela beneficia tanto as trocas culturais significativas quanto as atividades criminosas, como o contrabando de mercadorias ilícitas. Este último ponto contribui sobremaneira para a justificativa do Estado em priorizar as políticas de segurança nacional sobre as políticas sociais na região de fronteira (haja vista a recente aprovação do projeto de lei (PL) 2.519/2019, que amplia os investimentos para a segurança das fronteiras). E, talvez aqui, esse ponto ajuda a explicar tanto o caráter histórico quanto a permanência contemporânea da naturalização do descaminho e do contrabando como uma prática "aceitável" e "comum" nas regiões de fronteira. A falta de políticas sociais para uma população cada vez mais desassistida, desigual e vulnerável, pode provocar/induzir as pessoas a recorrerem a desvios e atividades ilegais em busca de subsistência.

A abertura dessa "caixa-preta" revela a complexidade da rede formada por uma "simples" notícia de rádio. A proposta da Cartografia de Controvérsias é garantir um espaço para os agentes se expressarem, mas não no sentido de "dar voz", pois eles já a possuem. O que falta, muitas vezes, é o espaço e a atenção para o que eles têm a dizer. Neste caso, os agentes se expressaram através da experiência de campo, rádio, reportagens, literatura, cinema e legislações.

APÊNDICE B – Ciência política e Organização Institucional BR e UY

A estrutura e a organização política de um país são resultado de um processo histórico e cultural que define sua governança. Em relação à Forma de Estado, o Brasil adota o modelo Federal, enquanto o Uruguay segue o modelo Unitário. A principal diferença entre essas formas está na descentralização: no Estado Federal, há uma descentralização tanto política quanto administrativa, conferindo maior autonomia aos estados-membros. No Estado Unitário, a descentralização é apenas administrativa. A distinção essencial está no nível de autonomia financeira, orçamentária e política que as unidades subnacionais possuem. A escolha por um modelo geralmente está relacionada à dimensão territorial, sendo a descentralização mais vantajosa em países de grande extensão e maior complexidade administrativa.

Quanto ao Sistema e à Forma de Governo, ambos os países adotam a República e o Presidencialismo, respectivamente, e têm a Democracia como regime político vigente.

A organização institucional de cada país é dividida pelos três poderes e pelos três níveis de governo e administração. A intenção do Quadro 9 é informativa, não comparativa, focando no entendimento e na nomenclatura dos processos de gestão. Embora Brasil e Uruguay compartilhem algumas semelhanças em suas formas de governo, as diferenças em seus sistemas políticos tornam inviável qualquer associação direta.

Quadro 9 – Organização institucional do Brasil e do Uruguay

ORGANIZACIÓN INSTITUCIONAL DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY*			
NIVEL DE GOBIERNO	**EJECUTIVO**	**LEGISLATIVO**	**JUDICIAL**
NACIONAL	Presidente	Asamblea Geral Câmara de Senadores 30 membros + vice-presidente Câmara de Representantes 99 diputados	Suprema Corte de Justicia
DEPARTAMENTAL 19 departamentos	Intendente	Junta Departamental 31 edis	-
MUNICIPAL 125 municipios	Alcalde	Junta Local 4 Concejales	-

* Descrição em espanhol para preservar e identificar a nomenclatura dos cargos.

ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
ESFERAS	**EXECUTIVO**	**LEGISLATIVO**	**JUDICIÁRIO**
UNIÃO	Presidente	Congresso Nacional Senado Federal 81 senadores Câmara dos deputados 513 deputados	Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais de Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, Eleitoral e Militar Federal
ESTADOS 26 estados + DF	Governador	Assembleia Legislativa Deputados estaduais (proporcional ao número de habitantes do Estado)	Tribunal de Justiça, Juizados Especiais, Justiça Estadual Militar
MUNICIPÍOS 5.570 municípios	Prefeito	Câmara Municipal Vereadores (proporcional ao número de habitantes)	-

APÊNDICE C – A diferença de entendimento sobre Município

O conceito de município no Brasil e no Uruguay apresenta diferenças significativas, especialmente nas funções e atribuições dos cargos. No Brasil, os municípios são a menor unidade administrativa, com autonomia política, administrativa e financeira garantida pela Constituição Federal. A criação de municípios passou por diversas transformações, incluindo a Emenda Constitucional nº 15 de 1996, que exigiu um Estudo de Viabilidade Municipal devido ao crescimento desordenado de municípios com baixa população e receita insuficiente para sua sustentabilidade. A primeira referência constitucional ao município no Brasil é citada por Tavares (1997), que destaca a importância das aglomerações urbanas como centros de desenvolvimento da nação.

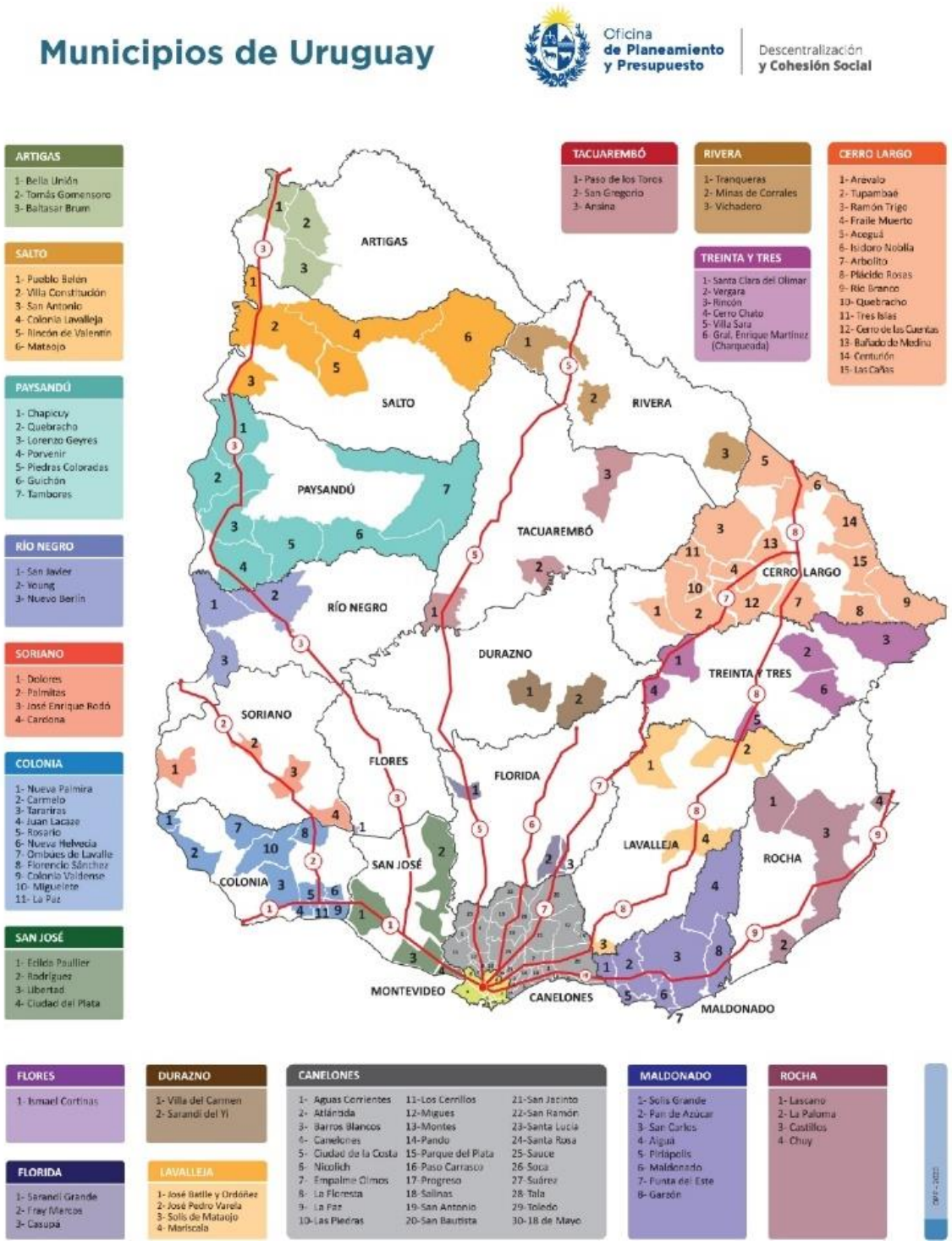
No Uruguay, os municípios foram instituídos como o terceiro nível de governo apenas em 2009, com a "Lei de Descentralização Política e Participação Cidadã". Nos anos de 2010 (Lei 18.567), 2015 (Lei 19.272) até 2020, foram criados 125 municípios, com regras de municipalização que podem ser voluntárias ou obrigatórias, dependendo da população e da solicitação do Intendente. Uma das críticas, conforme Álvaro Barreto (2016), é que as delimitações territoriais foram baseadas em zonas eleitorais, o que não reflete a realidade social e cultural das populações, além de não acompanhar a expansão urbana e rural. Barreto também aponta que a criação voluntária de municípios gerou uma desproporção entre os departamentos, como o caso de Cerro Largo, que viu uma proliferação de pequenos municípios sem capacidade de gestão, ou no caso de Rivera, que tem apenas 3 municípios, e a capital departamental, a cidade de Rivera, não foi incluída como município[127] (ver Figura 194).

Segundo estudiosos como Veneziano (2010) e Antonio Cardarello *et al.* (2010), o processo de descentralização no Uruguay não foi impulsionado por demandas locais, mas por uma iniciativa centralizada, o que resultou em uma autonomia limitada, com pouca substância real. Isso reflete uma cultura política que desconfia da concessão de poder às localidades, temendo práticas clientelistas. A descentralização também intensificou a concentração de poder em Montevidéu, exacerbando desigualdades regionais.

Nos municípios mais populosos, como Montevidéu, há pouco interesse pelo terceiro nível de governo, enquanto nas localidades menores a municipalização é vista como uma forma de melhorar a representatividade e a eficiência administrativa. No entanto, os municípios no Uruguay ainda enfrentam fragilidades, como a imprecisão das funções do alcalde e a falta de autonomia fiscal, já que dependem financeiramente dos departamentos (Cardarello e Nieto, 2023).

[127] Nesse caso em que a cidade capital não é um município, o Intendente acumula a dupla função de administrar tanto o departamento quanto a cidade, desempenhando um papel similar tanto ao de governador como o de prefeito.

Figura 194 – Mapa dos municípios do Uruguay



Fonte: Oficina de Planeamiento y Presupuesto, 2020.

APÊNDICE D – Segunda caixa-preta: territorialidade religiosa

A casa de rio, localizada a menos de 200 metros da linha imaginária da fronteira entre Brasil e Uruguay, é um símbolo da mistura de culturas e religiões presentes na região. A presença de São João Batista ao lado da palavra "axé" ilustra o sincretismo religioso, combinando o catolicismo com crenças de matriz africana, como o candomblé e a umbanda. João Batista, associado ao orixá Xangô, representa a relação entre as águas e os rituais de batismo, presentes agora nas margens do Rio Jaguarão. A fronteira é um espaço que não apenas reflete o sincretismo, mas também a resistência cultural e religiosa.

A religiosidade na fronteira é marcada por uma diversidade de manifestações, sendo as ruas espaços tanto para procissões católicas quanto para oferendas nos rituais da umbanda e candomblé. Porém, ainda existe uma grande intolerância religiosa. Marcelo Guimarães (2004, p. 28) afirma que “a intolerância está na raiz das grandes tragédias mundiais. Foi ela que destruiu as culturas pré-colombianas e promoveu a inquisição e a caça às bruxas”. No Brasil, esse fenômeno remonta ao período colonial, quando o cristianismo foi imposto como a religião dominante, apagando e demonizando as crenças indígenas e africanas. O sincretismo religioso foi uma forma de resistência dos povos escravizados, como apontam Vera Lucarelli (2021) e Prandi (2005, p. 116), que explicam a adaptação das divindades africanas aos santos católicos: “qualquer tentativa de superação da condição escrava, como realidade ou como herança histórica, implicava primeiro a necessária inclusão no mundo branco (...) Nunca puderam ser brasileiros sem ser católicos”.

As religiões de matriz africana, como a umbanda e o candomblé, continuam a ser estigmatizadas e perseguidas. Muitas dessas práticas religiosas permanecem nas periferias das cidades, em locais menores e discretos, para evitar perseguições. O mapeamento das casas de religião, realizado pelo IPHAN (2024) no livro "Mapeamento das Casas de Religião de Matriz Africana no Rio Grande do Sul: Jaguarão, Pelotas e Rio Grande/RS", reflete essa realidade, revelando a tentativa de preservar a identidade religiosa contra a visibilidade imposta pelo poder público e as dificuldades associadas à exposição. Embora o mapeamento tenha a intenção de registrar e preservar essas práticas, muitos líderes religiosos se opõem à localização precisa de seus templos por temerem ataques violentos.

Em contraste, as igrejas cristãs, como a católica e algumas vertentes evangélicas, têm uma presença mais visível e acessível nas cidades. Elas constroem templos maiores, muitas vezes localizados em áreas centrais, e utilizam a mídia para aumentar sua influência política. A Frente Parlamentar Evangélica, por exemplo, teve um crescimento significativo nos últimos anos, com 228 integrantes em 2024 (Buss e Julião, 2024). Isso evidencia o poder crescente das religiões cristãs na esfera política.

A diferença entre a influência religiosa no Brasil e no Uruguay é notável. O Uruguay tem uma tradição secularista mais forte, resultado de um processo histórico de laicização que começou no período colonial e se consolidou no século XX. A Constituição de 1919 estabeleceu a separação entre igreja e Estado, o que consolidou a neutralidade religiosa nas questões políticas. Ao contrário do Brasil, onde a laicidade é frequentemente desrespeitada, o Uruguay avançou para uma verdadeira secularização do Estado, como destaca Gerardo Caetano (2013), substituindo a sacralidade religiosa pela sacralidade democrática.

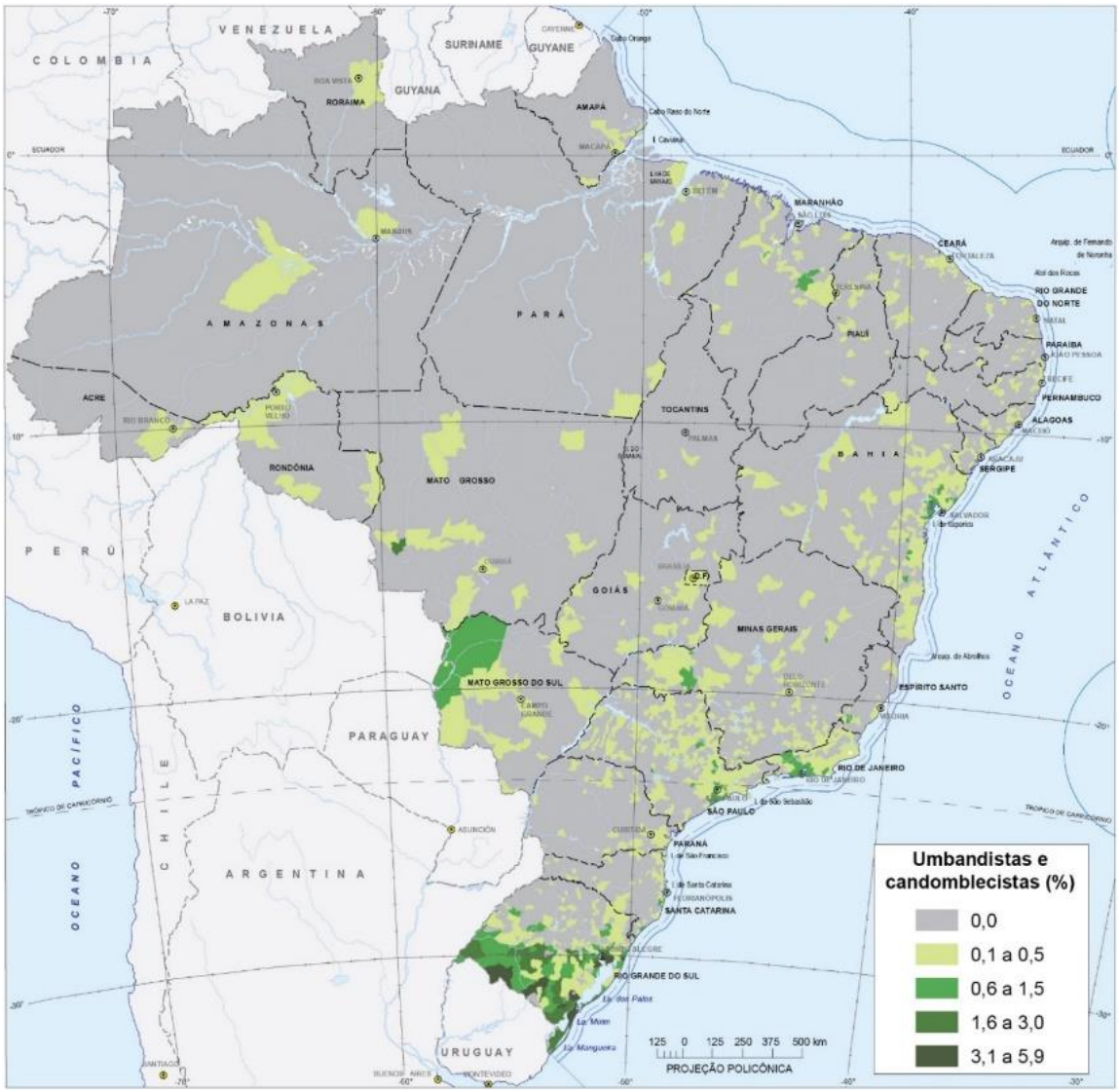
O Brasil, embora tenha sido declarado um Estado laico desde 1890, enfrenta desafios em manter essa laicidade, como ilustrado pela presença de símbolos religiosos em espaços públicos e pela influência da Igreja Católica e de algumas vertentes evangélicas no governo. Nogueira (2020, p. 17) observa que “é quase impensável uma repartição pública sem uma bíblia e um crucifixo”, o que demonstra a falta de uma verdadeira separação entre religião e Estado.

A diversidade religiosa no Brasil é um fenômeno complexo e ainda pouco mapeado, especialmente no que diz respeito às religiões afro-brasileiras. A pesquisa do

IPHAN (2024) revela que, em Jaguarão, o número de casas de religião afro-brasileira identificadas é muito maior do que o censo do IBGE (2010) indica. Isso sugere que muitas pessoas ainda não se sentem seguras para se identificar com essas religiões devido ao medo da intolerância.

Em escala nacional, o Estado do Rio Grande do Sul concentra o maior número de adeptos das religiões afro-brasileiras, especialmente no sul do estado, incluindo toda a região de fronteira com o Uruguay (IBGE, 2010), como demonstrado na Figura 195. A questão religiosa é um fator importante na rede paisagera, que se distingue do restante do país e revela outras singularidades. Embora o percentual dessas religiões de matriz africana seja pequeno em comparação ao total, a maior concentração de adeptos encontra-se nesta região de fronteira. Isso não é por acaso e reforça o entendimento de que as zonas de fronteira tendem a acolher melhor a diversidade, ainda que dentro da estrutura de intolerância e preconceito.

Figura 195 – Percentual de umbandistas e candomblecistas no Brasil



Fonte: IBGE, 2010.

APÊNDICE E – A orla como atrativo

Em minha pesquisa de mestrado, ao visitar as cidades-gêmeas de Jaguarão e Rio Branco em 2018, antes da revitalização da orla, moradores de ambas as cidades relataram que seu lugar de lazer preferido era o *Parque El Remanso*, em Rio Branco. A preferência se justificava tanto pelo atrativo paisagístico do parque como pela falta de espaços públicos de qualidade para lazer e permanência em Jaguarão. De fato, presenciei brasileiros cruzando a ponte para utilizar as praças e parques de Rio Branco.

Agora, com a revitalização da orla, percebo um novo fluxo de moradores uruguaios atravessando a fronteira para desfrutar os benefícios do novo empreendimento em Jaguarão. Em 2018, quando perguntei a alguns moradores de Rio Branco o que os motivava a visitar Jaguarão, a maioria mencionou as compras, especialmente em supermercados. Já em 2023, com as transformações urbanas e paisagísticas, testemunhei um aumento nesse fluxo, agora também para a apropriação dos espaços públicos e de lazer.

Esse intercâmbio de experiências reforça o título do conto de Schlee, “Uma Terra Só”, pois as melhorias públicas e privadas em um dos lados acabam beneficiando o outro, visto que compartilham o mesmo território. A questão que coloco, em meus momentos de devaneios, é sobre o planejamento desses espaços: será que ele é pensado para a soma das populações das duas cidades, ou as decisões se baseiam apenas nos dados censitários de cada lado por questões administrativas e orçamentárias?

APÊNDICE F – O Patrimônio arquitetônico e paisagístico de Jaguarão/RS

Em 2010, o conjunto histórico e paisagístico da cidade de Jaguarão foi tombado pelo IPHAN, abrangendo 627 imóveis, agrupados em setores conforme o estilo arquitetônico e a cronologia de ocupação (IPHAN, 2010a).

Conforme o mapa da Figura 196, o núcleo original, iniciado em 1815, representado pela cor rosa, é marcado por ruas estreitas e calçadas de ladrilhos hidráulicos, com predominância de edificações térreas alinhadas ao solo. A arborização se concentra nas praças, enquanto a topografia define o formato irregular dos quarteirões.

O setor da Primeira Expansão (1846), na cor alaranjado claro, se distingue pelo alargamento das vias e a incorporação de canteiros arborizados, além de edificações ecléticas do século XX, com formas mais simples e geométricas.

Figura 196 – Mapa do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão

Fonte: Prefeitura de Jaguarão, 2010.

O Setor 3, representado em azul claro, ocupa a margem do Rio Jaguarão, com uma diversidade de estilos arquitetônicos, como luso-brasileiro e vernacular, refletindo sua antiga função pesqueira e comercial, e sua atual utilização para lazer e esportes.

O Setor 4, o mais pequeno, corresponde à Enfermaria Militar, localizada no ponto mais alto da cidade, o Cerro da Pólvora, com o prédio em ruínas tombado a nível estadual. Os outros setores que correspondem as áreas de entorno, como os Setores 5 (verde claro), 6 (branco com contorno preto), 7 (roxo claro) e 9 (alaranjado escuro), apresentam

características urbanas semelhantes às das áreas centrais, mas com uma mistura de tipologias e funções.

O Setor 8, marcado pela cor alaranjada mais clara e circunscrito pelo setor 9, é um patrimônio natural de grande importância para a cidade. O traçado urbano é irregular, devido aos desníveis da topografia. A área é predominantemente ocupada por assentamentos irregulares, com famílias em situação de vulnerabilidade social, além de antenas de telecomunicações.

O Setor 10, representado pela poligonal amarelo claro ao norte, na área da Antiga Estação Férrea, conserva vestígios dos trilhos de trem e é habitado por uma população de baixa renda.

As edificações tombadas são também diferenciadas por cores no mapa, indicando os níveis de conservação: vermelho para conservação rigorosa, laranja para intermediária e amarelo para volumétrica, o que define as restrições de intervenção conforme a importância histórica e arquitetônica dos imóveis.

Jaguarão é referência em gestão do patrimônio, com destaque para o Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão (2005), uma obra da professora Ana Lúcia Costa e Maurício Seibt, que detalha o Inventário do Patrimônio Arquitetônico da cidade, oferecendo um guia para preservação e entendimento da história da cidade. Este livro apresenta, inclusive, croquis ilustrativos de edificações, como a do sobrado rosa que me despertou atenção (Figura 197).

Figura 197 – Croqui do sobrado com térreo comercial

Fonte: Costa e Seibt (2005, p. 50).

APÊNDICE G – As personalidades da cidade

Durante a pesquisa sobre as cidades, observei a diversidade de movimentos e grupos com diferentes visões sobre o reconhecimento das pessoas importantes para a história e identidade local.

O Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, fundado em 1966, desempenha um papel central na preservação e pesquisa histórica da cidade. Composto majoritariamente por intelectuais, professores e historiadores da elite jaguarense, o instituto foca na história da formação e consolidação da cidade, especialmente durante disputas territoriais e guerras. Seu acervo, rico e abrangente, reflete essa abordagem oficial e tradicional.

Entretanto, surgem outros grupos que promovem um resgate histórico a partir de abordagens temporais e sociais diferentes. Formados por ativistas, artistas e representantes de minorias, esses grupos buscam contar a história de pessoas comuns e frequentemente marginalizadas. Suas narrativas, que valorizam a sabedoria popular e regional, oferecem uma visão complementar à história oficial. Exemplos notáveis incluem o blog da "Confraria dos Poetas"[128] e o minidocumentário "Teresa das Galinhas"[129], que ampliam o entendimento sobre a identidade local.

O blog da Confraria dos Poetas, mantido por um grupo de amigos de Jaguarão, é um espaço colaborativo que compartilha poesias, entrevistas com artistas locais, textos críticos, curiosidades sobre a fronteira e eventos culturais. Ele reflete a diversidade artística e cultural da cidade, especialmente ao promover atividades como a Semana do Patrimônio.

Por outro lado, o minidocumentário "Teresa das Galinhas", idealizado por Lorena Fonseca em 2023, com apoio da Lei Paulo Gustavo, resgata a história de Teresa, uma figura popular em Jaguarão. Conhecida por sua postura ereta, poucas palavras e voz firme, Teresa percorreu as ruas da cidade vendendo galinhas, flores e ervas. Embora amplamente conhecida, sua figura foi frequentemente distorcida, sendo chamada de "louca das ervas" e usada como personagem para amedrontar crianças. Após sua morte, o movimento cultural local busca reparar essa injustiça, reconhecendo sua importância para o patrimônio imaterial de Jaguarão e a construção da identidade cultural da cidade.

Essa observação não visa criar disputas narrativas, mas sim ressaltar a pluralidade de abordagens resultantes dos fatos históricos e contemporâneos de uma cidade. Reconhecer todas as contribuições, independentemente de status social, intelectual, gênero ou raça, é essencial para entender a construção da identidade local sem omissões ou hierarquias.

[128] Endereço do Blog: https://confrariadospoetasdejaguarao.blogspot.com/
[129] Minidocumentário completo: https://www.youtube.com/watch?v=9I3uP42UVgI

APÊNDICE H – O presídio na fronteira

De acordo com informações da Polícia Penal do Rio Grande do Sul[130], o Presídio Estadual de Jaguarão tem capacidade projetada para abrigar 38 detentos. No entanto, o último levantamento, realizado em junho de 2024, apontou a presença de 90 presos. Essa superlotação é um dos fatores que motivaram o Estado a anunciar a desativação do presídio, conforme comunicado em 15 de outubro de 2024. De acordo com a reportagem do Jornal Tradição:

> A decisão de desativação, segundo o governo estadual, é motivada pelas limitações estruturais e de segurança do prédio, situado a apenas 10 metros de residências e próximo à fronteira. O presídio, tombado como patrimônio histórico, enfrenta restrições para reformas e, apesar de ser cercado apenas por telas, não dispõe de estrutura adequada para garantir a segurança interna e externa (Jornal Tradição. Reportagem de Juliana Lima, 2024, s/p)[131].

A partir dessa citação, a edificação do presídio suscita dois debates centrais. O primeiro sobre a escolha da localização, tão próxima da linha de fronteira. O segundo refere-se às limitações impostas para intervenções em edifícios tombados como patrimônio histórico.

O prédio foi projetado em 1852 para abrigar a Cadeia Civil de Jaguarão, atendendo à exigência do então vice-presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, que determinou que "a prisão seria construída em uma praça junto ao rio" (Bom, 2015, p. 33).

A construção foi impulsionada pela insegurança vivida pela população local, em um período marcado pela intensificação do comércio ilegal na fronteira. O fluxo de indivíduos de diferentes nacionalidades, incluindo uruguaios e outros países platinos, associado ao aumento de roubos de gado na região rural, fomentou o desejo por medidas de segurança, como a construção de uma cadeia (IPHAN, 2010a). Esse contexto é sintetizado no discurso do Presidente da Província, João de Sinimbú (1853, s/p): "Se quereis diminuir o crime, tratai de construir prisões seguras, mas quais o criminoso, entrando, perca a esperança de evadir-se".

A construção, iniciada em 1852, foi concluída apenas em 1862, em razão de limitações orçamentárias, descumprimento contratual por parte de construtores e a necessidade de retrabalho, como a substituição de celas metálicas maciças por grades mais permeáveis. Antes disso, os presos eram mantidos em casas alugadas e inadequadas para esse uso (Bom, 2015).

Registros históricos indicam que alguns detentos, especialmente escravizados, escapavam da cadeia, atravessando a fronteira para o Uruguay, onde encontravam a promessa de liberdade, já que a escravidão havia sido abolida no país em 1842.

Dessa forma, a localização da cadeia próxima à fronteira apresenta contradições. Por um lado, a proximidade com a Câmara Municipal, que centralizava funções administrativas e judiciais, era estratégica, além da cadeia estar em local de destaque na fronteira, simbolizando as ações punitivas e de controle para os criminosos. Por outro lado, sua posição favorecia fugas para o país vizinho, que com outras regras e legislações era mais propícia para refúgio.

Adicionalmente, a orientação arquitetônica da cadeia chama atenção, uma vez que a fachada principal está voltada para o lado oposto do Rio Jaguarão, enquanto o pátio e as celas ficam separados do rio apenas por um muro e o espaço livre à frente. Não

[130] Informações coletadas pelo site da Polícia Penal do RS: https://policiapenal.rs.gov.br/presidio-estadual-de-jaguarao

[131] Acessar a notícia completa: https://www.jornaltradicao.com.br/jaguarao/geral/possivel-desativacao-do-presidio-estadual-de-jaguarao-gera-impacto-e-mobilizacao-de-autoridades-locais/

há registros de desenhos que expliquem essa decisão projetual, o que gera mais questionamentos do que respostas.

Quanto ao segundo ponto, referente as restrições para intervenções em edifícios tombados como patrimônio histórico configuram um debate complexo, que demanda a conciliação entre preservação e funcionalidade. A gestão da área protegida do presídio insere-se no setor da Orla do Rio Jaguarão, onde, segundo o IPHAN (2010b, p. 21), “os prédios considerados como referenciais urbanos: Mercado, Sobrado do Barão, Clube Caixeral, Casa da Camarinha e a Cadeia não poderão ser destruídos nem ter sua visibilidade obstruída”. O prédio da Cadeia possui Grau de Proteção C2 — Conservação Intermediária, que exige a preservação das características das fachadas e volumetria, permitindo, entretanto, modificações no interior.

Atualmente, o prédio foi revitalizado externamente, mas seu interior carece de reparações e melhorias para garantir as diretrizes mínimas de conforto e salubridade tanto para os detentos quanto para os funcionários. Para mitigar a superlotação, a gestão municipal tem remanejado presos para presídios em cidades vizinhas, medida que, embora prática, muitas vezes é criticada pelos familiares devido ao aumento das dificuldades de deslocamento para as visitas. Embora o edifício deva ser preservado, ele já não atende às exigências de seu uso contemporâneo, o que alimenta o debate sobre sua desativação para receber um outro uso e a possível construção de uma nova estrutura adequada.

APÊNDICE I – A lenda de Minervina

A lenda de Minervina me remete à história de Capitu, do romance Dom Casmurro, de Machado de Assis. Curiosamente, ambas as narrativas, ficcional e real, situam-se no mesmo período, o final do século XIX. Opto por chamar essa história de lenda devido à escassez de documentação e registros que comprovem os acontecimentos. Trata-se de uma trama construída por meio de depoimentos, suposições e especulações, compondo uma rede de informações que se cruzam, mas sem a garantia de veracidade. Dessa forma, a narrativa mistura elementos de realidade e imaginação, caracterizando-se como lenda.

O artigo de Simone Neutzling, Gabriela Rosselli e Guilherme Almeida (2019) apresenta um panorama sobre o que se sabe até o momento da história de Minervina e da construção da Igreja Imaculada Conceição. Neutzling, sendo a arquiteta responsável pela atual restauração da Igreja, contribui com uma abordagem mais próxima do contexto. De acordo com os autores, o enredo centraliza-se no divórcio de Minervina, sendo um dos únicos documentos oficiais registrados relacionado à sua história.

Minervina Carolina Corrêa (1861–1954) era membro da elite econômica e política de Jaguarão. Seu pai era um grande proprietário de terras, herdadas de seu avô, um tenente açoriano que lutou em diversas batalhas na região da fronteira e foi donatário de terras concedidas por Dom João VI. Minervina teve uma vida privilegiada, marcada por luxo, conforto e educação refinada, além de viagens frequentes ao exterior. Em 1883, casou-se com o médico Custódio Vieira de Castro, mas o casamento foi de curta duração, com o divórcio ocorrendo no mesmo ano (Neutzling et al., 2019).

O divórcio de Minervina é envolto em versões contraditórias que alimentam o mistério em torno de sua história. Há relatos de que ela teria revelado, na noite de núpcias, estar grávida de outro homem, possivelmente o cunhado, ou de um peão da estância de seu pai, que teria sido assassinado. Outra versão sugere que um filho seu teria sido criado como filho da irmã, após uma viagem conjunta à Europa. Apesar das especulações, não se sabe ao certo se Minervina traiu o marido, assim como Capitu, ou teve um filho. No entanto, um cartão postal enviado à sua afilhada indica seu desejo de construir uma capela, anexando a imagem da Igreja de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, como inspiração. A semelhança com a Igreja Imaculada Conceição sugere que Minervina foi sua idealizadora, no contexto do auge econômico do charque e do comércio fronteiriço.

Finalizando a história, Neutzling et al. (2019) relata que as motivações de Minervina para construir a igreja ainda permanecem envoltas em especulação. Alguns acreditam que a obra foi uma demonstração do amor duradouro que ela sentia pelo marido, que a teria abandonado injustamente. Outros defendem que a motivação estava relacionada ao fato de que, após o divórcio, ela não era mais aceita na Igreja Matriz da cidade, o que a levou a criar um templo onde pudesse praticar sua fé de forma independente. Essas narrativas, ainda que especulativas, evidenciam a complexidade da personagem e do contexto histórico em que vivia.

A igreja, hoje, é a materialização desse mistério. Minervina deixou um legado importante para a cidade, ainda que construído sob o peso da misoginia e de calúnias. Sua história reflete um período em que a figura da mulher era frequentemente alvo de especulações e fantasias, sendo negada a ela a autoridade sobre a própria narrativa. Além disso, essa arquitetura carrega em sua construção a invisibilidade do trabalho das mãos que a ergueram, muito provavelmente de pessoas escravizadas. É uma arquitetura do passado que resiste no presente, não apenas como memória, mas como um convite a refletirmos sobre os papéis que desempenhamos enquanto sociedade e como lidamos com nossas histórias coletivas e individuais.

APÊNDICE J – Entre tradição e tradução

A ideia de “mente coletiva” de Santiago dialoga com o que Stuart Hall já argumentava desde a primeira edição da obra “Identidade Cultural na Pós-modernidade”, em 1992. De fato, vivenciamos uma "crise de identidade" na pós-modernidade, influenciada por diversos fatores, como: (1) a percepção da descentralização do indivíduo, trazida por Marx; (2) a descoberta do inconsciente freudiano; (3) as contribuições de Saussure sobre a linguagem; (4) a noção de poder disciplinar de Foucault; e (5) as reivindicações dos movimentos feministas e contraculturais (Hall, 2006). Esses estudos desmontam a ideia de uma identidade única e coesa, como a concebida pelo sujeito do Iluminismo, revelando-a como uma fantasia.

No entanto, nas cidades de fronteira, o fenômeno da globalização exerce um papel central na questão identitária. Contrariamente à ideia amplamente difundida de que a globalização fragmenta as identidades nacionais em prol de uma “homogeneização cultural”, essas cidades demonstram o oposto: a globalização muitas vezes reforça identidades nacionais ou locais.

O comentário de Santiago revela que, embora na fronteira existam identidades fragmentadas e múltiplas, como ocorre em outras localidades, o sentimento de pertencimento nacional permanece muito forte. Esse fortalecimento é alimentado por fatores como o histórico militar, as questões disciplinares e o receio da possibilidade de perder territórios, reforçando constantemente a propriedade simbólica e material de cada povo sobre o espaço.

Essa aparente contradição fica evidente nas cidades de fronteira. Apesar de sua proximidade geográfica e da intensa troca cultural e comercial, são nesses territórios que as identidades nacionais encontram reafirmações mais marcantes. Em outras palavras, embora as identidades sejam híbridas e múltiplas, a identidade nacional age como uma força de resistência. Ela não foi diluída pela globalização, mas se manifesta de forma constante e tangível. Seja pelos bustos de militares nas praças, pela homenagem dos nomes das ruas aos militares, pelos guardas nas aduanas, pelas celebrações de datas cívicas, pelos discursos dos educadores nas escolas ou pelo gosto do “samba”. A identidade nacional continua a ser lembrada e reforçada, atuando como um eixo de coesão e diferenciação.

Esse fenômeno é explicado por Hall (2006), ao abordar o efeito contraditório da globalização, no qual as identidades oscilam entre a “tradição” e a “tradução”. A tradição refere-se ao esforço de recuperar a pureza, a unidade e a fixidez de uma identidade mais territorializada. Já a tradução corresponde às identidades em trânsito, desterritorializadas, que, embora carreguem elementos de suas tradições, não possuem a ilusão de um retorno estático, pois estão constantemente em contato com a diferença.

Como destaca Hall (2006, p. 88), no movimento de tradução, as pessoas “são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades”. Essas identidades “traduzidas” são produtos de múltiplas trocas culturais, pertencentes a culturas híbridas e, por isso, estão em constante estado de negociação. Nesse processo, “a identidade e a diferença estão inextricavelmente articuladas ou entrelaçadas em identidades diferentes, uma nunca anulando completamente a outra” (Hall, 2006, p. 84).

Contemporaneamente, assistimos ao crescimento de movimentos nacionalistas e fundamentalistas que se opõem a essa fluidez identitária, frequentemente impulsionados pelo aumento das imigrações. Exemplos como o trumpismo nos Estados Unidos e o bolsonarismo no Brasil demonstram como a imigração é frequentemente percebida como uma ameaça à identidade nacionalista. Nessas abordagens, a diversidade e o hibridismo são rejeitados por colocarem em xeque a ideia de uma cultura “pura” e homogênea — uma concepção que também envolve questões raciais e religiosas.

APÊNDICE K – A travessia das galinhas

Muito emocionado, com os olhos vermelhos, mas segurando as lágrimas, Jorge quis compartilhar uma memória de infância relacionada a uma das enchentes, a de 1965. Como seus pais já haviam enfrentado a grande enchente de 1959, estavam mais preparados e atentos à crescente do rio. Naquele inverno, seu pai percebeu que as águas logo chegariam à casa e que precisariam sair temporariamente.

Na época, o senhor Ney mantinha um criadouro com mais de 200 galinhas no quintal, além de alguns galos premiados em exposições de animais da região. Jorge enfatizou que não se tratava apenas de um hobby, mas de uma importante complementação de renda, já que as flutuações do mercado na fronteira sempre trouxeram insegurança financeira.

Em uma tarde chuvosa, percebendo que as águas avançariam rapidamente até o quintal, o pai de Jorge organizou um resgate urgente das galinhas. Pediu ajuda a amigos da loja onde trabalhava, vizinhos e até alguns marinheiros que trabalhavam sobre a ponte, que se solidarizaram com a situação. O plano era levar as galinhas para o porão da loja Azpiroz.

Cada saco de estopa comportava de três a quatro galinhas, que eram carregadas no braço até a loja, localizada a cerca de 300 metros de distância. O percurso incluía subir a escada da ponte para garantir uma travessia segura, já que a água subia rapidamente.

Jorge, ainda muito criança, lembrou de ter carregado uma ou outra galinha no braço. Essa cena ficou marcada em sua memória: seu pai, apressado, colocando cuidadosamente cada galinha nos sacos e organizando a travessia. Uma imagem que, mesmo após tantos anos, permanece viva em suas lembranças.

Percebi que minha conversa com Jorge despertou nele uma série de sentimentos e emoções que ressoaram por aquelas paredes. Também fui profundamente tocada por esses relatos tão genuínos, carregados de camadas complexas. O processo de escuta possibilita essa aproximação mais íntima, que revela nomes, datas, texturas e sentimentos — elementos que não apenas compõem, mas também marcam e dão vida à paisagem.

APÊNDICE L – A investigação sobre a LMEO

Os rios internacionais são considerados rios federais pela Constituição Brasileira, o que significa que tanto suas águas quanto as áreas marginais são de domínio da União. De acordo com o Decreto-Lei nº 9.760/1946, em seu Art. 4º, "são considerados terrenos marginais aqueles banhados por correntes navegáveis, fora do alcance das marés, estendendo-se até 15 (quinze) metros, medidos horizontalmente em direção à terra, a partir da Linha Média das Enchentes Ordinárias (LMEO)". A responsabilidade pela definição e divulgação da LMEO é atribuída ao Serviço do Patrimônio da União (SPU).

A administração dessas áreas envolve diversas ações, como a identificação e caracterização do bem, o geoprocessamento, o cadastramento e o registro das propriedades; a regulamentação do uso e ocupação do solo; a arrecadação de receitas relacionadas às atividades realizadas nessas áreas; e a fiscalização para garantir a proteção do patrimônio público (BRASIL/MMA, 2022). No contexto dos rios federais, ocupações irregulares, seja por residências ou estabelecimentos comerciais, podem levar à remoção das estruturas construídas de forma inadequada.

Para retificar a informação que Letícia nos passou, entrei em contato com a SPU e solicitei informações sobre a LMEO do Rio Jaguarão. Enviei um formulário pelo site, mas não obtive resposta. Dessa forma, entrei em contato diretamente com colegas que trabalham na SPU/RS, e o geógrafo Cláudio Schmitz (2023) respondeu o seguinte: "Não temos a LMEO demarcada, não há cartografia. Para fins de usucapião, a gente pede para deixar uma reserva de 15 metros a partir da margem atual do rio". A resposta confirmou a informação fornecida pela arquiteta.

O fato de não existir a demarcação da LMEO pode gerar conflitos, pois a "margem atual do rio" varia consideravelmente ao longo do ano. Assim, a aplicação dos 15 metros realizada durante o período de seca resulta em uma delimitação muito diferente daquela que seria feita durante o período de cheia.

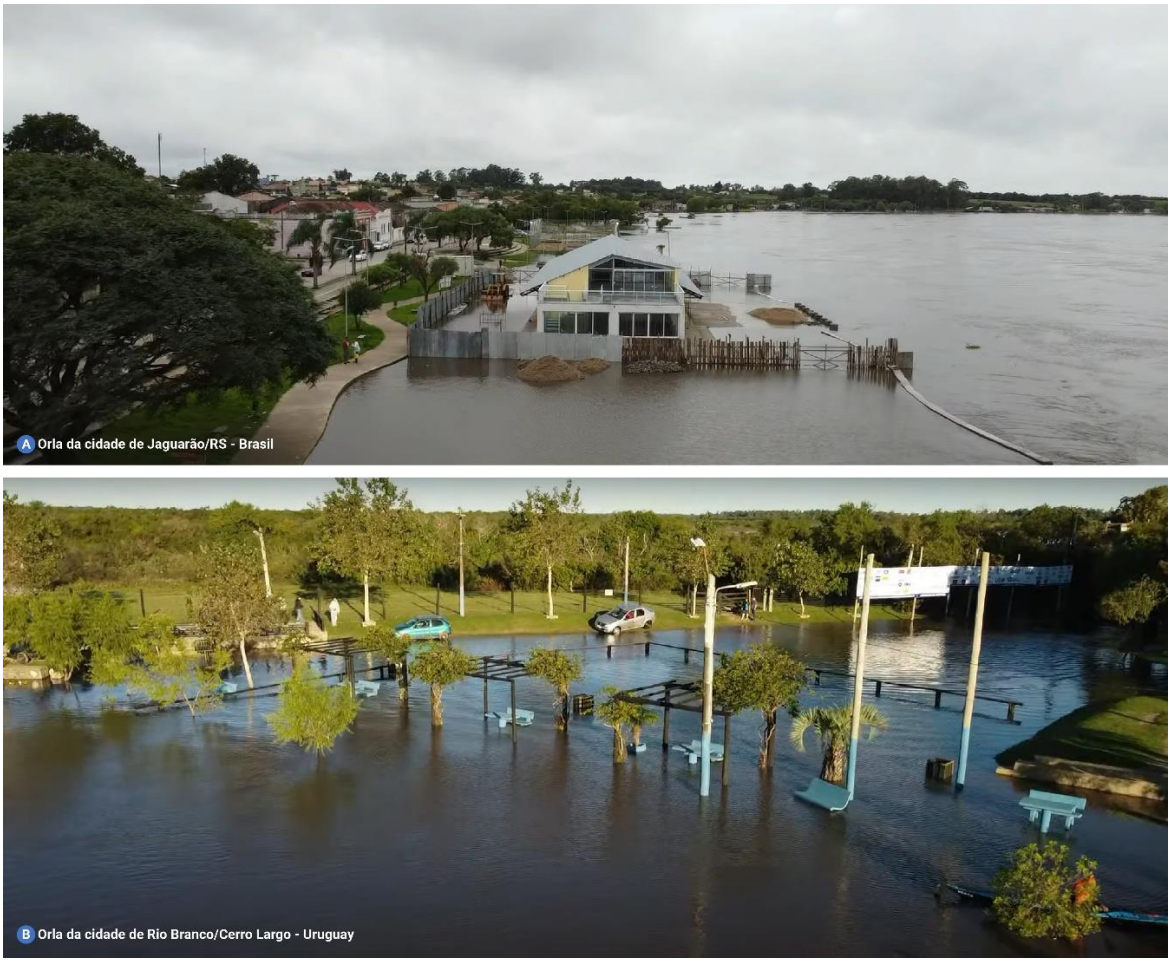
De acordo com a Instrução Normativa Nº 28, de 2022, o Art. 56, § 5º estabelece que "a média das enchentes ordinárias de 1867 corresponderá à média aritmética das cotas máximas anuais referentes às enchentes com períodos de recorrência entre 3 e 20 anos, excluindo-se as enchentes extraordinárias que possuam período de recorrência superior a 20 anos, para uma determinada estação fluviométrica." Ou seja, essa média das enchentes garante que a faixa dos terrenos marginais esteja alinhada com a dinâmica natural do rio.

A preocupação é que a extensão dos terrenos marginais possivelmente seja muito maior do que a faixa estabelecida no projeto. Com uma faixa marginal reduzida, diminui-se também o domínio da União em fiscalizar, preservar e garantir que a área cumpra sua função de bem comum do povo. A construção do novo galpão, com um uso semiprivado devido aos estabelecimentos comerciais, intensifica essa preocupação. Inclusive outras atividades na área, como práticas esportivas e eventos, terão o controle e arrecadação de receita apenas do município, o que pode gerar privatizações e restrições de uso do espaço.

APÊNDICE M – A paisagem de inundação

Em 01 de maio de 2024, as fotos da Figura 198, capturadas por drone, mostram o avanço das águas do Rio Jaguarão nas margens das cidades-gêmeas. Devido à cota mais baixa, na cidade de Rio Branco, a água avança uma distância maior do que em Jaguarão. No entanto, na fotografia aérea, é possível ver como a água circunda toda a construção do galpão, impossibilitando seu acesso.

Figura 198 – Cheia do Rio Jaguarão em 2024



Fonte: ARPE - Filmagens e Fotografias, 2024.

A grande precipitação de chuva em um curto período de tempo atingiu não só a parte central, mas toda a extensão da orla, prejudicando também residências ribeirinhas e áreas de agricultura rural. No dia 20 de maio de 2024, o Decreto nº 101, declarou estado de Emergência Pública no Município de Jaguarão.

Na rede social Instagram, a Prefeitura de Jaguarão comunicava em tempo real o avanço das águas do rio por meio das réguas localizadas na Ponte Internacional. A Figura 199 mostra essas publicações e indica que, em cerca de dez horas e meia, o rio subiu 42 cm.

Figura 199 – Medição das cheias do Rio Jaguarão/BR

Fonte: Conta do Instagram da Prefeitura de Jaguarão, 2024.

Infelizmente, esse cenário não é isolado. No dia 02 de novembro do mesmo ano, o rio voltou a subir na mesma proporção devido às fortes chuvas. O rio tem ocupado seu leito maior com mais frequência e por períodos mais longos. Questiono: não seria o momento de reavaliar os projetos da orla, considerando que o "novo normal" são as inundações?

Dentro desse contexto, aproximo do conceito de “paisagens de inundação”, proposto no livro *Floodscapes,* de Frédéric Rossano (2021). Conforme o autor, as paisagens de inundação são definidas tanto por fatores naturais, como o relevo, quanto por intervenções humanas, moldando os limites e direcionando o fluxo das águas. Rossano (2021) defende a condição e realidade das inundações naturais e propõe um "controle" baseado na compreensão do alcance das cheias e na antecipação aos riscos. Dessa forma, apresenta estratégias contemporâneas que promovem a ocupação consciente e resiliente de áreas inundáveis, equilibrando as dinâmicas humanas e naturais.

Essas paisagens de inundação, longe de serem improdutivas, podem ser adaptadas por meio de planejamentos flexíveis, integrando usos urbanos e paisagísticos compatíveis com os ciclos das cheias. A variabilidade temporal e física das inundações exige abordagens que reconheçam a transformação contínua desses territórios, adaptando intervenções ao alcance das águas.

APÊNDICE N – O quilombo Vila da Lata

De acordo com o último censo do IBGE (2022), o Rio Grande do Sul possui 203 localidades quilombolas reconhecidas, com um total de 17.552 habitantes. A maior concentração está na porção leste do Estado, próxima à capital Porto Alegre, e ao sudeste, próximo a Pelotas.

O quilombo mais próximo da linha de fronteira é a Vila da Lata, localizada na zona rural do município fronteiriço de Aceguá/RS, cidade dos avós de Karen. Reconhecido pela Fundação Cultural Palmares em 2010, o quilombo abriga cerca de 15 famílias em uma área de aproximadamente 5 hectares (Joseph, 2010).

Segundo os relatos dos moradores mais antigos, o nome "Vila da Lata" vem do uso de latas de azeite para forrar as construções de palha Santa Fé (Figura 200), incluindo bolichos[132] e habitações (Joseph, 2010, p. 73).

A formação da comunidade negra rural apresenta controvérsias históricas. Há registros indicando que a vila se originou há mais de um século próximo à antiga estância escravocrata da família Martins, um local de resistência e refúgio de escravizados. No entanto, os moradores afirmam que o fundador foi Eustaquio da Costa Fernandes, um ex-escravo uruguaio conhecido como “castelhano ambulante”, que vendia terrenos e casas de palha e lata para outros negros e ex-escravizados (Joseph, 2010).

Figura 200 – Habitações da Vila da Lata

Fonte: Cássio Lopes, 2014. Disponível em: https://cassioglopes.blogspot.com/2014/08/. Acesso em: 27 de março de 2023.

A localização estratégica da vila, afastada do centro urbano, facilita o transporte de mercadorias pelos “tropeiros de contrabando” entre as cidades-gêmeas da região, oferecendo uma alternativa de renda além do trabalho nas estâncias.

A zona rural da cidade fronteiriça de Aceguá reflete a desigualdade socioeconômica e racial característica da região: de um lado, grandes extensões de terra e a prosperidade dos estancieiros gaúchos (brancos); do outro, a pobreza e a escassez que afetam os peões e trabalhadores (negros) responsáveis por sustentar as atividades das estâncias. Embora atualmente sejam empregados assalariados e não vivam mais sob o regime da escravidão, muitos ainda enfrentam condições de extrema vulnerabilidade.

[132] “Pequena venda ou bodega típica da campanha. Pequeno armazém de secos e molhados, menos importante do que a velha pulperia. [Bolicho é corrente no linguajar gaúcho sul-riograndense]” (Schlee, 2019, p. 159).

APÊNDICE O – A controvérsia sobre o Documento Especial de Fronteiriço

A relação diplomática entre Brasil e Uruguay é marcada por uma história de acordos que buscam promover uma integração mais sólida e adaptada às necessidades contemporâneas. Entre esses, destaca-se o Acordo de Residência, Estudo e Trabalho, promulgado pelo Decreto 5.105/2004, que passou por aprimoramentos para atender novas demandas. O Decreto 7.239/2010 incluiu benefícios relacionados aos serviços de saúde, enquanto o Projeto de Decreto Legislativo 931/2021 propôs a inclusão de medidas voltadas à Prestação de Serviços de Assistência de Emergência e Cooperação em Defesa Civil, ainda em fase de negociação (Zanin *et al*., 2023).

O Acordo de Residência, Estudo e Trabalho foi a base para a criação do "Documento Especial de Fronteiriço", concebido como um instrumento jurídico para validar e facilitar a integração da população nas regiões fronteiriças. No entanto, este documento é válido apenas para as "localidades fronteiriças vinculadas", que incluem as seis cidades-gêmeas Brasil-Uruguay e os balneários de Hermenegildo e Barra do Chuí, adjacentes às cidades de Chuí-Chuy.

Sua emissão está condicionada ao cumprimento de requisitos estabelecidos no Acordo, como apresentação de comprovante de residência e trabalho, certidão de antecedentes judiciais e criminais de ambos os países, pagamento de uma taxa de emissão, entre outros documentos de identificação. O Documento Especial de Fronteiriço tem validade de cinco anos, podendo ser renovado por igual período ou concedido por prazo indeterminado.

As pessoas que possuem o Documento Especial de Fronteiriço têm direitos equiparados aos cidadãos nacionais em relação ao trabalho e à profissão, com as correspondentes obrigações previdenciárias, como a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Além disso, elas podem residir na cidade vizinha e usufruir da livre circulação de pessoas e veículos.

No âmbito da saúde, os indivíduos e empresas localizados nas cidades fronteiriças vinculadas têm acesso tanto aos sistemas públicos quanto a contratos privados de saúde, abrangendo desde serviços preventivos até tratamentos contínuos, incluindo internações e cirurgias.

O Acordo também autoriza a circulação de veículos de prestação de serviços, como ambulâncias, entre essas localidades, desde que respeitem as regulamentações técnicas de cada país, como o uso da Carta Verde. Além disso, prevê o registro e documentação de nascimentos e óbitos ocorridos nessas regiões.

Entretanto, este Acordo não concede direitos políticos, reservados apenas àqueles que possuem nacionalidade ou dupla nacionalidade. Cada país estabelece suas próprias regras jurídicas para a concessão da nacionalidade.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 define a nacionalidade como:

1. Originária ou primária, que é involuntária, baseada no local de nascimento (*ius soli*, critério territorial) ou na nacionalidade dos pais (*ius sanguinis*, critério sanguíneo).
2. Derivada ou adquirida, que é voluntária, obtida por naturalização, dividida em categorias como ordinária, extraordinária, especial e provisória. Cada caso tem regras específicas, considerando fatores como fluência na língua portuguesa, tempo de residência contínua, casamento com integrantes do serviço exterior, entre outros (Brasil, 1988).

No Uruguay, a Constituição de 1967 adota critérios semelhantes, diferenciando nacionalidade por nascimento (*ius soli e ius sanguinis*) e por naturalização. A naturalização ocorre com base nos critérios do Artigo 75: (a) Estrangeiros de boa conduta com família estabelecida na República e 3 anos de residência no país; (b) Estrangeiros de boa conduta sem família no país, com 5 anos de residência; (c) Estrangeiros que recebam a graça especial da Assembleia Geral por serviços notáveis (Uruguay, 1967).

A principal diferença entre os dois países está no fato de que, no Brasil, o casamento com um cidadão brasileiro nato não garante nacionalidade automaticamente, embora reduza o tempo necessário de residência.

Devido à proximidade e integração das cidades-gêmeas, muitos moradores fronteiriços atendem aos critérios para obter nacionalidade em ambos os países. Isso levanta dúvidas sobre a real utilidade do Documento Especial de Fronteiriço, considerando que a dupla nacionalidade garante direitos e deveres civis plenos nos dois países, enquanto o documento fronteiriço possui limitações territoriais, validade de cinco anos e custos associados que não se aplicam ao processo de nacionalidade permanente.

Adriana Dorfman (2008, p. 267) sugere que a criação do documento fronteiriço tem como objetivo principal "legalizar para controlar", além de estabelecer distinções que podem excluir outras etnicidades, como a expressiva comunidade palestina presente na região, e áreas adjacentes não contempladas pelos acordos.

Dorfman (2008) também observa que o interesse pela regularização da nacionalidade na fronteira Brasil-Uruguay está mais relacionado a vantagens práticas locais do que a um sentimento de pertencimento nacional. Ela alerta que esses acordos e parcerias, moldados por contextos histórico-políticos, precisam ser testados e adaptados continuamente para atender às demandas do cotidiano dos fronteiriços. O foco, segundo a autora, deve ser a melhoria efetiva da qualidade de vida dessas populações, e não a proteção de interesses estatais que buscam mascarar medos relacionados à perda de controle migratório ou ao enfraquecimento de políticas nacionalistas.

O relato da senhora no consulado brasileiro em Rivera corrobora, em parte, as críticas de Dorfman (2008). Apesar de já se considerar *doble-chapa* sem a legalização formal por vários anos, ela optou por regularizar sua situação apenas para obter acesso a um tratamento médico específico, evidenciando a utilização pontual da legalidade para necessidades práticas.

Práticas como o contrabando e o uso do "portunhol" são expressões que surgiram na região de fronteira, fruto das intensas trocas interculturais possibilitadas pela proximidade territorial. Contudo, essas práticas nem sempre são vistas de forma positiva pelos governos, já que podem ser percebidas como ameaças à integridade da nacionalidade.

Nesse contexto, os acordos legais buscam enquadrar e regular essas atividades, com o objetivo de preservar a soberania nacional e evitar potenciais impactos na identidade dos países envolvidos. Entretanto, a realidade da fronteira transcende esses esforços. A região é essencialmente multidentitária, com características fluidas e dinâmicas que não se ajustam completamente a moldes ou processos legais tradicionais.

Esse fato, de certa forma, tensiona as adaptações e negociações constantes, já que as práticas e identidades fronteiriças frequentemente desafiam as estruturas rígidas estabelecidas pelos acordos legais e políticos.

APÊNDICE P – A reforma agrária dos pampas

Santana do Livramento é o segundo maior município do Rio Grande do Sul, com 6.946,407 km² de extensão, ficando atrás apenas de Alegrete (IBGE, 2022).

A estrutura fundiária gaúcha foi moldada pela doação de sesmarias (1814) e pela expansão da pecuária, estratégias que garantiram a ocupação e defesa do território, dada sua vasta extensão, a proximidade com a fronteira e a baixa densidade populacional na época (Haesbaert, 2004). Os estancieiros, em sua maioria militares e colonos, controlavam terras e gado, consolidando poder econômico e político. O trabalho nas estâncias era realizado por indígenas, negros escravizados e gaúchos assalariados, enquanto as charqueadas dependiam majoritariamente da escravidão. A concentração fundiária resultou no despovoamento rural, e o modelo extensivo de pecuária limitou a acumulação de riquezas. Posteriormente, políticas de imigração trouxeram pequenos produtores alemães e italianos, diversificando a economia com agricultura de subsistência e comércio.

De acordo com Margarete Gonçalves (2024) no início do século XX, Santana do Livramento se destacou na indústria da carne, com a instalação do primeiro frigorífico e, em 1911, um grande complexo de charqueadas. Empresas estrangeiras como Armour e Wilson impulsionaram o setor com investimentos e avanços tecnológicos. Durante a Segunda Guerra Mundial, a economia local cresceu, mas sofreu um declínio após o conflito devido à queda no mercado da carne. A indústria do leite e lã também se desenvolveu, mas a falta de diversificação econômica levou à crise da pecuária nos anos 1950. O comércio de turismo na fronteira cresceu temporariamente, mas o modelo econômico baseado na pecuária extensiva mostrou-se insustentável a longo prazo.

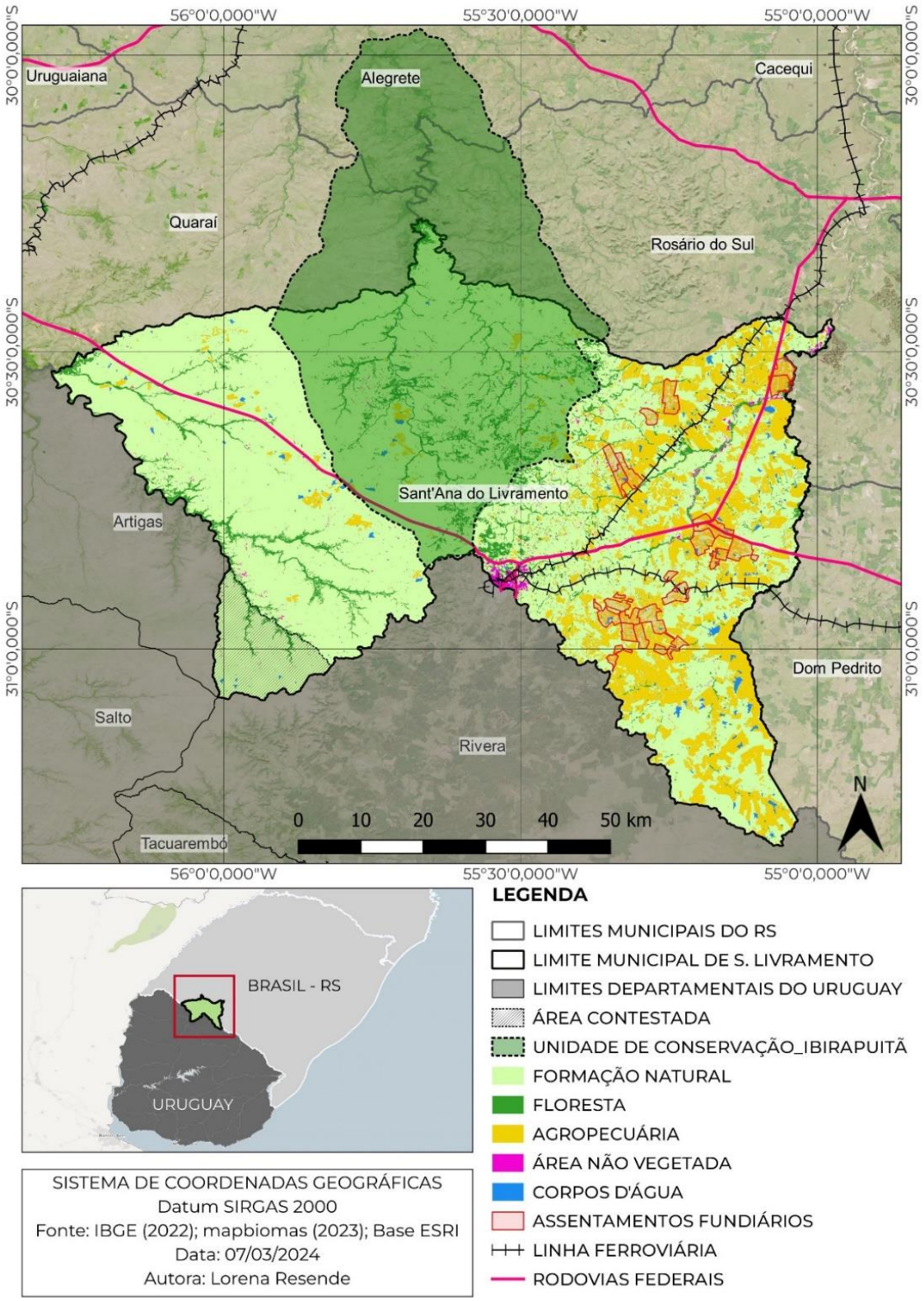
A partir dos anos 1990, a Reforma Agrária transformou o município, ampliando a diversificação produtiva com a policultura e a pecuária leiteira nos assentamentos. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), com apoio de diversas organizações, teve papel fundamental nesse processo, promovendo a democratização do acesso à terra e a reorganização do território, antes dominado pela grande propriedade (Martins, 2003).

A produção leiteira ganhou força a partir da década de 1990, impulsionada pelo incentivo à agricultura familiar e pelo apoio de instituições como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Universidade Unipampa. A criação de cooperativas e a organização de um Arranjo Produtivo Local (APL) fortaleceram o setor. Desde 2007, a atividade leiteira tornou-se uma alternativa econômica viável para os assentados, posicionando Santana do Livramento entre os principais produtores de leite do estado. No entanto, a instabilidade dos preços do leite evidenciou a necessidade de industrialização e agregação de valor aos produtos. A valorização do trabalho coletivo e a criação de cooperativas foram essenciais para garantir a viabilidade econômica dos pequenos produtores. O desenvolvimento do Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) do queijo colonial tem sido uma estratégia para fortalecer a identidade territorial e promover o desenvolvimento rural sustentável, alinhando-se aos esforços institucionais de incentivo à agricultura familiar (Gonçalves, 2024).

O mapa da Figura 201 apresenta a divisão fundiária mais recente do município. Nele, é possível perceber que a grande extensão territorial possui uma divisão de usos e apropriações bem distinta entre as porções leste e oeste, separadas pela grande Unidade de Conservação Ibirapuitã. A oeste, predomina a formação natural, composta por vegetação arbustiva e herbácea, com alguns pontos de afloramento rochoso e campos alagados, típicos do bioma pampa. Há ainda algumas faixas de formação florestal que acompanham os cursos d'água, compostas por restinga arbórea, mangue e formação savânica.

Já na porção leste, observa-se uma maior concentração de atividades agropecuárias, divididas entre a agricultura, com cultivo predominante de soja, e a pecuária, que inclui áreas de pastagem, além de porções destinadas à silvicultura. Também a leste, há uma maior densidade de áreas não vegetadas, que correspondem às zonas urbanizadas e a outros tipos de ocupação.

Figura 201 – A classificação fundiária do município de S. do Livramento/RS



De acordo com as informações disponibilizadas pelo Projeto MapBiomas (2023), a área relativa à agropecuária no município teve um aumento aproximado de 31% entre 2018 e 2023, um crescimento histórico e significativo.

Um dos motivos que podem explicar esse nítido contraste leste/oeste na zona rural de Santana do Livramento é a conexão entre os modais rodoviário e ferroviário. A leste, há maior concentração e acessibilidade ao transporte, com duas linhas férreas (apenas uma em atividade atualmente), a BR-158, que tem continuidade viária com a Ruta 5 do Uruguay, e a BR-293, de grande extensão, conectando Pelotas a Quaraí. Dessa forma, a expansão agropecuária depende da conectividade rodoviária e ferroviária para o escoamento da produção, o que privilegia essa porção territorial para assentamentos agrícolas. As vinícolas existentes na região, como as da família Salton, Almadén e Cordilheira de Sant'Ana, também estão próximas aos modais de transporte.

Um segundo fator pode estar relacionado às características do solo. A leste, predomina o argissolo, um solo arenoso, com moderada a alta retenção de água e maiores profundidades. Já a oeste, identifica-se o neossolo, um solo pedregoso, com baixa retenção de água e geralmente raso (Aguiar e Medeiros, 2010). Ambos os solos precisam de processos de correção para melhor produtividade, mas o argissolo é mais favorável à agricultura, representando mais uma vantagem para a localização desse cultivo.

Quanto a Unidade de Conservação Ibirapuitã incide sobre o território de quatro municípios, abrangendo uma área de 318 mil hectares, que circunscreve o trecho superior da bacia do Rio Ibirapuitã. Do total da unidade de conservação, 56,27% se localiza em Santana do Livramento. Criada em 1992, essa unidade é gerida pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Apresenta formações florestais e campestres e abriga espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção. De acordo com Brasil (1999), os principais conflitos e ameaças na área incluem o avanço agrícola, especialmente do cultivo de arroz e cana, além do uso de agrotóxicos, queimadas e desmatamentos. Na Figura 201, é possível perceber algumas manchas amarelas dentro da área de proteção, indicando um risco para a preservação do local.

Já os assentamentos rurais federais, concentrados a leste, totalizam 21 unidades registradas, de acordo com as informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2024) e 10 unidades estaduais. Embora seja um número expressivo, corresponde a apenas 4,6% de todo o território municipal, ao passo que 74% é ocupado por propriedades com mais de 500 hectares.

De acordo com a pesquisa de Julia Aguiar (2011), em termos quantitativos, a reforma agrária em Santana do Livramento tem uma expressão espacial e de redistribuição de terras pouco significativa. Entretanto, do ponto de vista qualitativo, o assentamento de mais de mil famílias, resultante da divisão de fazendas em lotes, promoveu um certo adensamento populacional rural, contribuindo para o dinamismo da região, principalmente na demanda da produção agroecológica. Essa produção inclui culturas como horticultura, fruticultura e a produção de leite, setores estratégicos para abastecer as cidades de fronteira, uma vez que ainda hoje mais de 80% desse abastecimento é importado da capital, Porto Alegre. Dessa forma, existe o grande potencial para fortalecer a produção rural local, reduzindo a dependência externa e os custos de transporte (Aguiar, 2011).

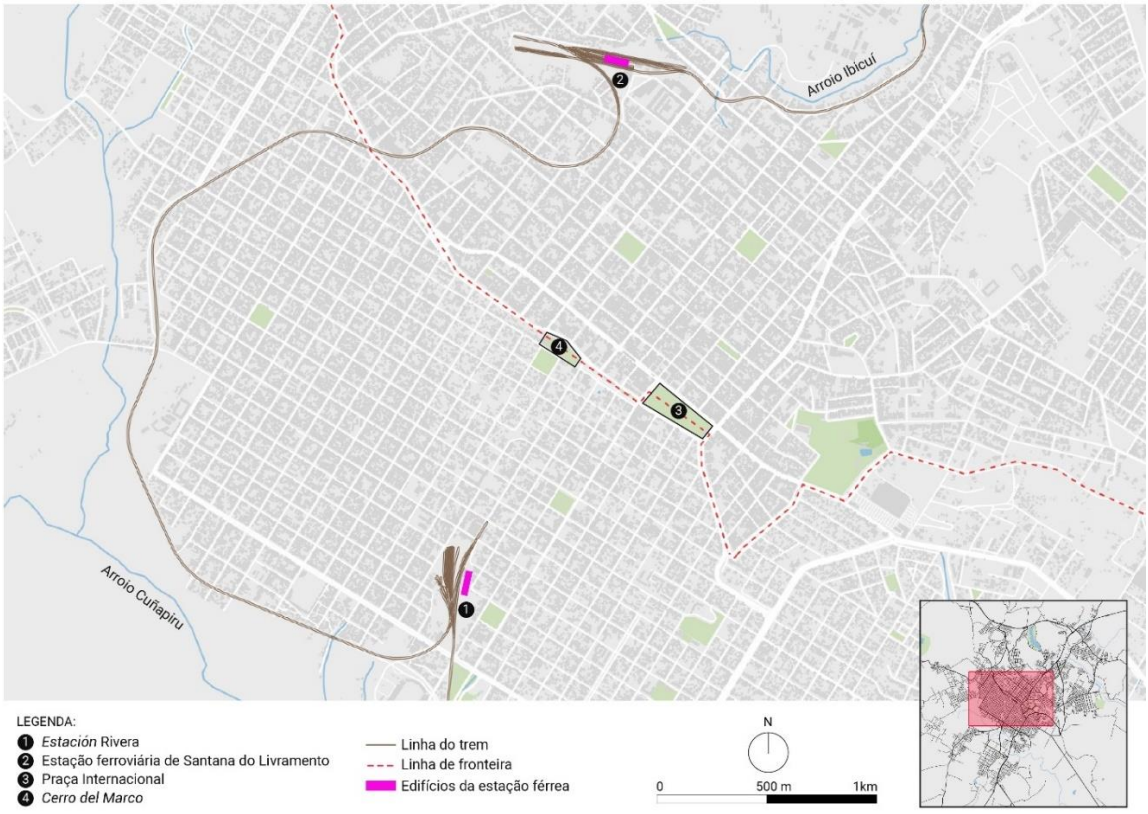
APÊNDICE Q – O sistema ferroviário das cidades-gêmeas

Vanessa Forneck (2021) analisou a questão ferroviária entre as cidades-gêmeas, destacando que a linha férrea de Tacuarembó a Rivera foi inaugurada em 1891, conectando-se a Montevidéu, enquanto a ferrovia de Santana do Livramento, inaugurada em 1910, ligava a cidade a Cacequi no ramal Porto Alegre — Uruguaiana.

De acordo com Carlos Pokoto (2023, p. 202), "em maio de 1912 foi inaugurado o tráfego mútuo entre Livramento e Rivera, permitindo que os trens ligassem o Rio de Janeiro e São Paulo a Montevidéu e dali a Buenos Aires (entre 1943 e 1954, esse trecho foi denominado o lendário Trem Internacional)". Essa ligação férrea foi um marco, pois representou a primeira linha internacional de trem do Brasil.

O mapa da Figura 202 ilustra essa conexão entre as estações ferroviárias de Rivera e Livramento, atravessando a linha imaginária da fronteira. Entretanto, o dimensionamento das bitolas nos dois países é diferente. No Uruguay, a bitola é de 1,435 m, enquanto no Brasil adota-se a bitola de 1,00 m, mais estreita. Para viabilizar a travessia entre as cidades-gêmeas, em um trecho de aproximadamente 4 km, foi implantada uma bitola mista, permitindo a conexão direta entre as estações de ambos os lados da fronteira.

Figura 202 – Localização do modal ferroviário em S. do Livramento-Rivera



Fonte: Autora, 2024.

Essa possibilidade de travessia internacional foi muito celebrada na época. O historiador Ivo Caggiani (1983) — em um acervo doado, mencionado por Tati – descreve a euforia da população de Santana do Livramento ao presenciar a primeira travessia do trem entre as cidades-gêmeas. Houve uma grande festa, com música, fogos de artifício e aplausos entusiasmados. A partir desse momento, o porto de Montevidéu tornou-se uma alternativa para a cidade interiorana brasileira, que passou a receber mercadorias

europeias e, posteriormente, a escoar a produção dos frigoríficos locais. Além disso, essa conexão impulsionou a ampliação e a melhoria da malha ferroviária brasileira.

Entretanto, cidades vizinhas que não foram beneficiadas pelo modal ferroviário pressionaram o Ministério da Fazenda a impor maior controle sobre o transporte de mercadorias, resultando no aumento da burocracia e dos custos fiscais. Esse contexto favoreceu o crescimento do contrabando na região (Caggiani, 1983).

Conforme relatório do Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL):

> A diferença de bitola, segundo a concessionária brasileira ALL (América Latina Logística), não constitui dificuldades. **Os trâmites aduaneiros é que costumam ser demorados**. Portanto, pretende-se que as aduanas dos dois países atuem de forma integrada no controle da carga transportada (COSIPLAN, 2011, s/p, grifo nosso).

Essa observação foi registrada no pedido de aprovação do projeto de revitalização do trecho ferroviário Cacequi — Santana do Livramento, em 2011, com o objetivo de fortalecer a política de integração regional e internacional. A justificativa para a reativação do trecho considerava fatores como eficácia, segurança, redução do risco de acidentes, capacidade de transporte de grandes volumes, menor impacto ambiental, redução de custos de infraestrutura e maior atratividade comercial (COSIPLAN, 2011).

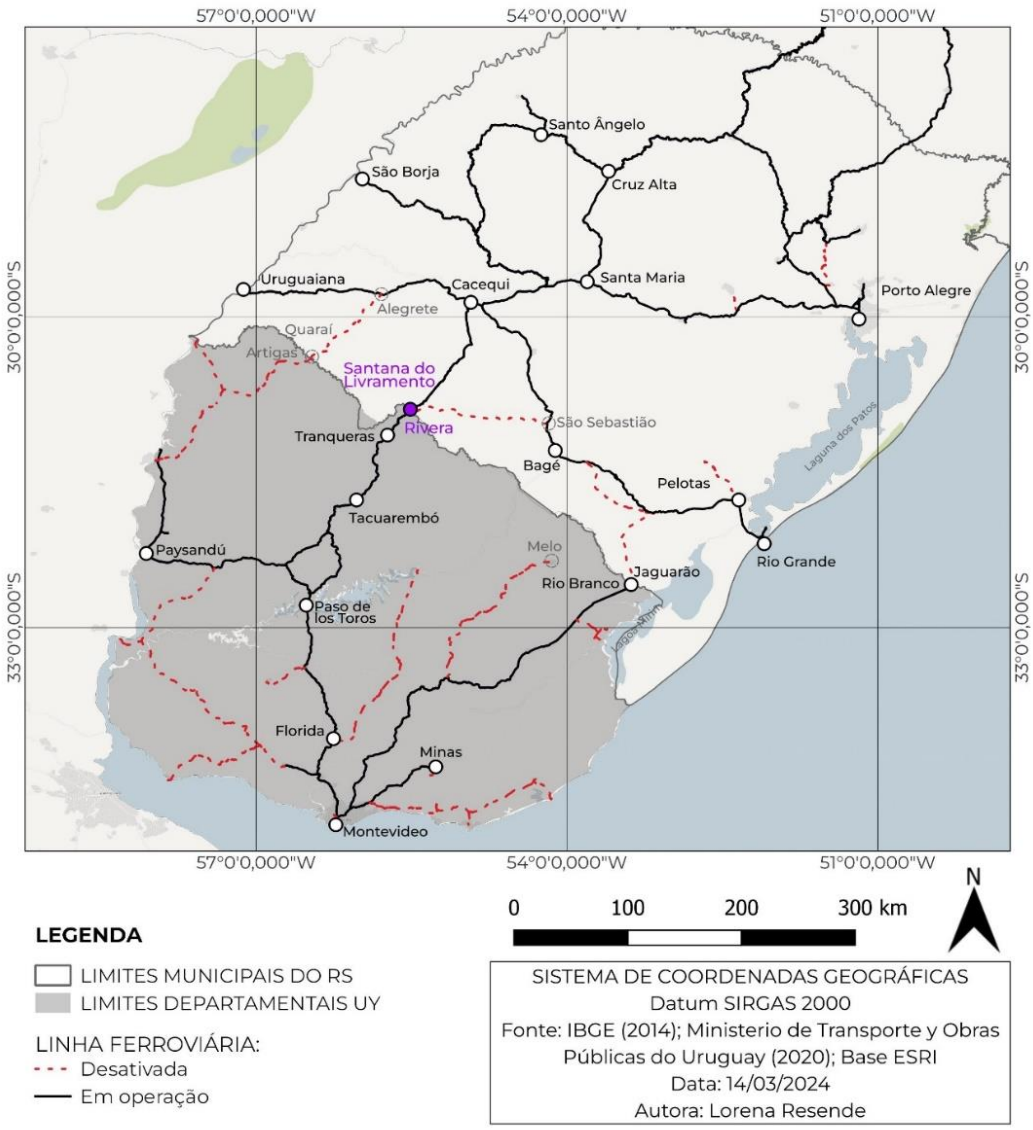
O mapa da Figura 203 apresenta a situação atual das ferrovias no Rio Grande do Sul e no Uruguay, destacando as linhas ativas e desativadas. Atualmente, apenas a linha Tacuarembó-Rivera transporta passageiros, enquanto as demais são exclusivas para cargas. O mapa também evidencia que Santana do Livramento-Rivera é a única conexão internacional ainda em operação, ao contrário de Jaguarão-Rio Branco e Quaraí-Artigas, cujas linhas estão desativadas. Além disso, observa-se uma predominância de ferrovias inativas no Uruguay, embora, em ambos os países, as linhas sejam bastante espaçadas, com baixa conectividade.

Foi no ano de 2019, que Rivera retomou o transporte ferroviário de passageiros até Tacuarembó, passando por Tranqueras. O trajeto diário, de segunda a sexta-feira, dura cerca de duas horas e transporta até 80 passageiros por 200 pesos uruguaios (R$ 26,50). O transporte de carga entre as cidades-gêmeas continua, sendo a cevada a mercadoria mais comum, levada de Rivera a Livramento e depois distribuída por caminhão no Rio Grande do Sul (Forneck, 2021).

No Brasil, o “Trem do Pampa”, inaugurado em julho de 2024, usa parte da ferrovia de Livramento para passeios turísticos de 30 km até vinícolas locais, sem conexão com outras cidades gaúchas ou com Rivera. O trajeto custa R$ 159,00 e inclui degustação de vinhos e apresentações musicais.

Apesar das diferentes finalidades, ambos os lados da fronteira vêm promovendo a retomada e valorização do transporte ferroviário, incluindo a revitalização das estações e da infraestrutura.

Figura 203 – Atividade e inatividade das linhas férreas no RS e UY



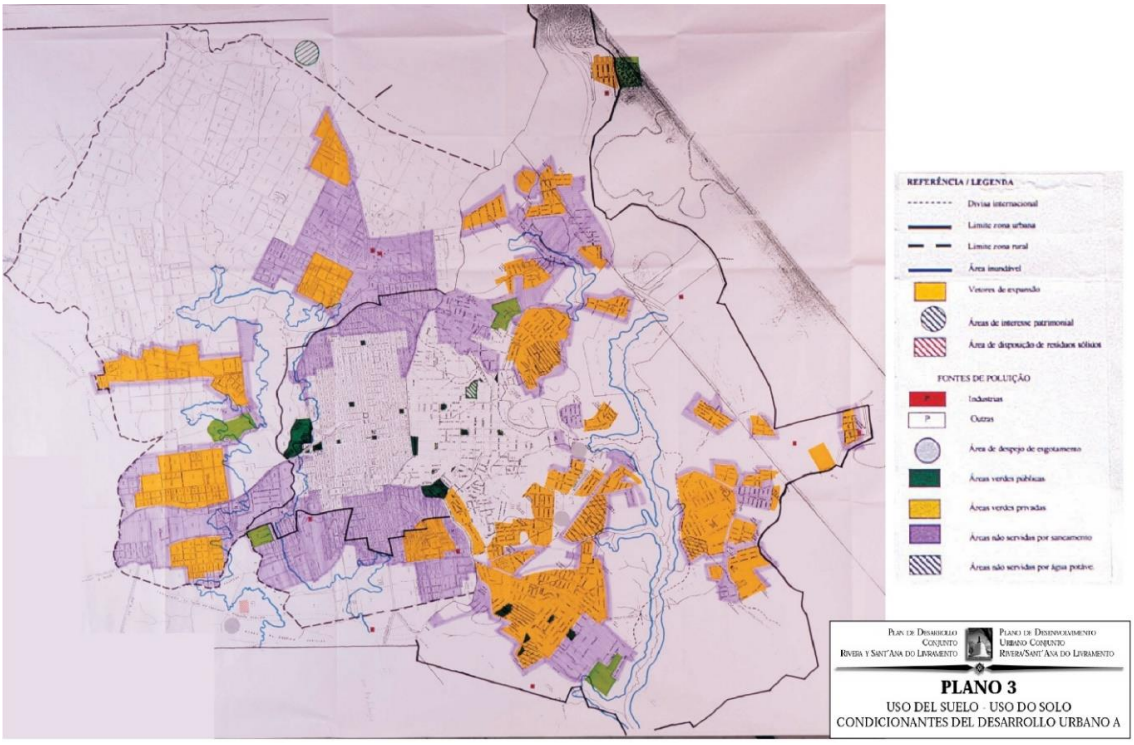
APÊNDICE R – Plano de Desenvolvimento Urbano Conjunto de 1998

No ano de 1994 o Comitê de Fronteira Livramento-Rivera colocou como pauta dos encontros o tema: "Desenvolvimento Urbano de Livramento-Rivera e seu impacto ambiental". E, em 1996 incluiu na ata da 3ª Reunião da Comissão Geral de Coordenação Brasileiro-Uruguaia a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para realização de um "Plano de Desenvolvimento Integrado de Rivera-Livramento". Este GT foi composto por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores dos dois países, representantes da Intendência Municipal de Rivera, da autoridade estadual brasileira correspondente (do Estado do Rio Grande do Sul) e da Prefeitura de Santana do Livramento (Del Campo, Lorenzo e Salengue, 1998).

O objetivo do GT foi elaborar as bases para um **Plano Diretor Comum**, abordando o desenvolvimento urbano, o planejamento territorial, questões ambientais e aspectos socioculturais, visando melhorar a qualidade de vida nas duas cidades. O Plano foi dividido em duas grandes áreas: (1) diagnóstico, nas categorias de ordenamento territorial e de infraestrutura de transportes; (2) desenvolvimento urbano, nas categorias A — interesse patrimonial, áreas inundáveis, vetores de expansão, destinação do resíduo sólido e saneamento básico e B — Drenagem do solo, áreas urbanizadas e conflitos de uso. Além disso o Plano indica as competências municipais para uma gestão territorial integrada (Del Campo, Lorenzo e Salengue, 1998).

O mapa da Figura 204 ilustra a série de estudos realizados para este plano em conjunto, sendo a primeira publicação a retratar as duas cidades juntas. Nota-se que foi feita uma impressão, sobre a qual foram adicionadas intervenções com lápis de cor e caneta hidrocor. Neste caso, a representação do uso do solo indica os vetores de expansão (amarelo), as áreas verdes públicas (verde), as áreas verdes privadas (amarelo com hachuras pretas), as áreas não servidas por saneamento (roxo), as áreas inundáveis (polígono azul contornando os rios) e as áreas de interesse patrimonial (hachura de linhas verde), entre outros aspectos.

Figura 204 – Uso do solo e vetores de desenvolvimento do Plano Integrado



Fonte: Plano de Desenvolvimento Urbano Conjunto, 1998.

No mapa, o Norte não está posicionado para cima; portanto, a cidade de Santana do Livramento aparece à direita, enquanto Rivera está à esquerda. A linha imaginária da fronteira é representada por um traço preto fino e vertical, localizado no centro do mapa.

Após esse trabalho, coordenado por arquitetos e urbanistas representantes de Montevidéu e Porto Alegre, chegaram a algumas conclusões sobre o diagnóstico e, a partir dele, fizeram proposições. Em resumo, as principais observações do diagnóstico foram:

(a) As áreas de proteção ambiental às margens dos cursos hídricos estavam em condições precárias, recebendo diretamente o descarte de lixo e esgoto;
(b) Apenas a vegetação dos morros estava mais protegida, com pouca intervenção humana;
(c) As indústrias acarretavam conflitos ambientais, como a contaminação acústica e dos rios;
(d) Identificaram-se territórios em comum com potencial para integração, como o Parque Internacional, o corredor da linha divisória e os cerros;
(e) Os mecanismos da globalização representavam mais problemas do que benefícios para a cidade, como o trânsito de veículos e carga internacional;
(f) A economia na fronteira é pendular e, com a presença dos *free shops* (desde 1986 em Rivera), as cidades tornaram-se dependentes da flutuação cambial, o que resultou no aumento da informalidade comercial e das ocupações (Del Campo, Lorenzo e Salengue, 1998).

Entretanto, as proposições para a gestão territorial e ambiental estavam condicionadas por um discurso "desenvolvimentista". É importante lembrar que, em 1998, ano desse projeto, o neoliberalismo globalizante tinha grande influência.

De acordo com a análise de Edson Struminski (2015), o Plano Integrado considerava a topografia e os cursos hídricos como empecilhos para o desenvolvimento e a expansão das cidades. Essas áreas, classificadas como "não edificáveis", eram destinadas a investimentos turísticos de recreação ou como fonte de recursos para a agricultura. Da mesma forma, a identificação de áreas em comum para integração era tratada no plano com uma abertura muito maior para empreendimentos privados, sob o argumento de banir a informalidade — uma escolha que, no entanto, ia na contramão de uma gestão mais democrática.

Ainda que o Estatuto da Cidade no Brasil não tivesse sido promulgado — o que só ocorreria em 2001 —, o princípio da propriedade como instrumento de regulação social já havia sido acolhido pela Constituição Federal de 1988. No entanto, essa questão sequer foi mencionada no Plano Integrado, apesar da participação de representantes brasileiros.

Fica evidente a incoerência desse plano, que, ao identificar no diagnóstico os riscos para os recursos naturais, propunha, ao mesmo tempo, sua exploração. Para Struminski (2015, p. 49), "este plano comum era basicamente um plano urbanístico local, pouco aparelhado para entender os processos globais que afetavam diretamente as duas cidades".

Percebo que, além da questão global, o plano também estava distante da realidade cotidiana e social, na medida em que suas proposições contribuíram para o aumento da desigualdade. A necessidade de projetos integradores, na verdade, revelava uma integração seletiva, voltada às classes sociais mais elevadas e com maior poder de compra, excluindo e afastando a população mais vulnerável, que ocupava áreas de risco ambiental.

Contudo, mesmo com essas lacunas, o Plano Integrado representa uma contribuição histórica importante, especialmente no que se refere ao diagnóstico. Um dos fatores para seu insucesso foi a ausência de participação popular e a inexpressiva consideração das questões culturais, cotidianas e dos desejos da população fronteiriça, que são singulares e complexos.

APÊNDICE S – Entre herói e traidor: A Casa de David Canabarro

De acordo com Márcia Neves (2009), a Casa do General David Canabarro foi tombada em 1953 pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), devido ao seu valor cultural e à sua representatividade na Revolução Farroupilha, uma vez que Canabarro foi um dos líderes do movimento ao lado de Bento Gonçalves e Giuseppe Garibaldi.

Essa edificação compõe apenas uma parte das propriedades do general, que havia herdado a Sesmaria de São Gregório, na zona rural de Santana do Livramento, onde construiu a sede de sua estância. Em 1848, ele ergueu a casa, denominada na época de "chácara", na vila de Sant'Ana do Livramento, com o intuito de facilitar suas incursões na fronteira. Por diversas gerações, a edificação foi utilizada como residência privada.

Na década de 2000, a pedido de alguns historiadores da cidade, o IPHAN apresentou uma proposta para transformar a casa no "Museu do Pampa". Paralelamente, a população — especialmente integrantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) — reivindicava a transferência dos restos mortais do general de Porto Alegre para Santana do Livramento. No entanto, desde o tombamento, a casa permanecia como residência privada, até que, em 2004, o então prefeito do município iniciou o processo de desapropriação, concluído em 2007. Já o translado e a construção do mausoléu para os restos mortais de Canabarro ocorreram em uma grande cerimônia em 2008.

A pesquisadora Márcia Neves (2009) analisa as disputas e divergências de opinião nesse processo de patrimonialização, especialmente entre o IPHAN e a população tradicionalista vinculada ao MTG. Enquanto o movimento tradicionalista valorizava o imóvel por sua ligação com a memória da Guerra dos Farrapos e enaltecia Canabarro como herói, sob uma ótica positivista, o IPHAN adotava uma visão mais abrangente, reconhecendo a importância da cultura campeira e do meio ambiente pampeano, valorizando não apenas a casa, mas também seu entorno paisagístico.

Após intensos debates, o IPHAN desistiu da ideia de implantar o Museu do Pampa em Santana do Livramento e passou a considerar sua transferência para outro município. A casa, no entanto, acabou completamente abandonada, e a Prefeitura permanece sujeita a sanções legais por infrações contra o bem tombado, pois, entre 2004 e 2008, realizou pesquisas arqueológicas sem autorização.

Além da controvérsia sobre a preservação da casa, há também divergências sobre a própria figura do general. Enquanto as vertentes mais tradicionalistas e conservadoras o exaltam como herói, muitos historiadores o consideram um traidor.

Registros históricos apontam David Canabarro como o mentor da chamada "Traição de Porongos". Nesse episódio, um grande grupo de pessoas escravizadas — os "Lanceiros Negros" — que havia se unido à Guerra dos Farrapos contra o governo imperial sob a promessa de liberdade, foi desarmado e separado do restante da tropa de soldados brancos, sendo violentamente dizimado. O massacre teria ocorrido sob a justificativa de que havia o temor de que esses combatentes escravizados, armados, se rebelassem contra os donos das estâncias (Silva, 2010).

O caso da Casa do General David Canabarro evidencia como os processos de patrimonialização podem ser atravessados por disputas de narrativas, interesses políticos e diferentes formas de atribuição de valor histórico e cultural. O impasse entre o IPHAN e os grupos tradicionalistas reflete um dilema recorrente na preservação do patrimônio: a tensão entre a memória oficial e as interpretações populares. Enquanto alguns veem Canabarro como herói, outros o associam à traição e à violência contra os Lanceiros Negros, demonstrando como a história é sempre objeto de disputa. No fim, o abandono da casa não apenas compromete a materialidade do bem tombado, mas também revela a fragilidade das políticas públicas de preservação, deixando um espaço marcado pelo esquecimento e pela controvérsia.

ANEXO

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PAISAGEM DE FRONTEIRA: transformação da morfologia nas cidades-gêmeas Brasil-Uruguay

Pesquisador: Lorena Maia Resende

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 69760023.4.0000.5582

Instituição Proponente: Programa de Pós-graduação em Arquitetura

Patrocinador Principal: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.315.945

Apresentação do Projeto:

O projeto trata da complexidade das paisagens de fronteira, a partir do caso de cidades-gêmeas Brasil-Uruguay.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar e cartografar os impactos da linha política internacional de fronteira no ordenamento territorial e na vida urbana das cidades que vão compor o estudo de caso. A autora também pretende expandir discussões conceituais e metodológicas referentes a transformações urbanas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A autora explicita de maneira clara e objetiva tanto os riscos quanto os benefícios da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Uma das etapas de sua metodologia envolve "entrevistas de manejo cartográfico", o que significa que a equipe de pesquisa precisará conversar e entrevistar a população que convive cotidianamente com o universo fronteiriço, representantes políticos das cidades estudadas, técnicos urbanos e residentes.

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA **CEP:** 22.290-240
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-5167 **E-mail:** cep.cfch@gmail.com

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

É necessário fazer uma correção.

Recomendações:

Recomenda-se, fortemente, retirar do RCLE que o participante tem direito à indenização, caso ocorra algum dano decorrente da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2121918.pdf	11/07/2023 10:08:13		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	03_PLATAFORMABRASIL_RegistrodeLivreConsentimento.pdf	11/07/2023 10:06:17	Lorena Maia Resende	Aceito
Outros	13_PLATAFORMABRASIL_RoteiroEntrevista.pdf	27/04/2023 10:57:47	Lorena Maia Resende	Aceito
Folha de Rosto	12_PLATAFORMABRASIL_FolhadeRosto.pdf	27/04/2023 10:16:25	Lorena Maia Resende	Aceito
Outros	00_PLATAFORMABRASIL_Cartadeapresentacao.pdf	27/04/2023 10:15:47	Lorena Maia Resende	Aceito
Outros	08_PLATAFORMABRASIL_DeclaracaodecumprimentodaRes46612CNS.pdf	27/04/2023 10:12:12	Lorena Maia Resende	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	06_PLATAFORMABRASIL_DeclaracaodeInfraestrutura.pdf	27/04/2023 10:10:03	Lorena Maia Resende	Aceito
Declaração de concordância	02_PLATAFORMABRASIL_Termodecompromissopesquisador.pdf	18/04/2023 09:40:14	Lorena Maia Resende	Aceito
Declaração de Pesquisadores	01_PLATAFORMABRASIL_Lattes.pdf	18/04/2023 09:39:12	Lorena Maia Resende	Aceito
Declaração de Pesquisadores	07_PLATAFORMABRASIL_DeclaracaodeEquipe.pdf	18/04/2023 09:38:48	Lorena Maia Resende	Aceito
Outros	09_PLATAFORMABRASIL_Termodeautorizacaodeusodeimagem.pdf	18/04/2023 09:38:12	Lorena Maia Resende	Aceito
Declaração de Pesquisadores	10_PLATAFORMABRASIL_Termodecompromissodeentregadorelatoriofinal.pdf	18/04/2023 09:36:39	Lorena Maia Resende	Aceito

Orçamento	05_PLATAFORMABRASIL_Planilhadeorcamento.pdf	18/04/2023 09:35:37	Lorena Maia Resende	Aceito
Cronograma	04_PLATAFORMABRASIL_Cronograma.pdf	18/04/2023 09:33:27	Lorena Maia Resende	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	11_PLATAFORMABRASIL_Projetodepesquisadetalhado.pdf	18/04/2023 09:31:58	Lorena Maia Resende	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

RIO DE JANEIRO, 21 de Setembro de 2023

Assinado por:
FERNANDA MARIA DA COSTA VIEIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA **CEP:** 22.290-240
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-5167 **E-mail:** cep.cfch@gmail.com